

[Tele]visões:

violência, criminalidade e insegurança
nos programas policiais do Ceará

FORTALEZA - CEARÁ - BRASIL

AGOSTO 2011

Tele(visões): violência, criminalidade e insegurança nos programas policiais do Ceará

Realização

Fórum Cearense de Direitos Humanos

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca-Ceará

Apoio

Fundo Brasil de Direitos Humanos

Copyright 2011 Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca-Ceará

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, para fins não comerciais, desde que citada a fonte

Textos e edição: Raimundo Madeira

Entrevistas: Aline Baima e Raimundo Madeira

Projeto gráfico: Raimundo Madeira e Wanderley Passos

Diagramação: Wanderley Passos

Revisão: Aline Baima, Margarida Marques e Nadja Furtado Bortolotti

Capa: Raimundo Madeira e Wanderley Passos sobre a obra “Fora do ar” (2008), do artista plástico Helder de Oliveira. O quadro fez parte da campanha “Para ler, ver, ouvir e agir!”, da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced)

Onde estão os direitos humanos?

Cláudio Silva

pelo Fórum Cearense dos Direitos Humanos

A defesa dos direitos humanos tem sido uma luta histórica, protagonizada por aqueles/as que, em processos de reivindicação, têm suas demandas reconhecidas como elementares ao desenvolvimento do ser humano. A discussão sobre direitos humanos não se restringe a círculos acadêmicos ou a tratados e debates internacionais. São, em verdade, fruto de lutas sociais. Mesmo anunciados como categorias universais, inerentes a qualquer indivíduo, os direitos humanos avançam diante de processos reivindicatórios de maiorias sociais marginalizadas da distribuição da riqueza da sociedade ou de grupos invisibilizados pela suas condições socioculturais.

Fruto de um amplo processo de mobilização e debate sobre a efetivação dos direitos humanos no estado do Ceará, surge, em 1991, o Fórum Cearense dos Direitos Humanos (FCDH). Constituído inicialmente numa articulação de organizações governamentais e não governamentais, a partir do início dos anos 2000, o FCDH passa a ser composto apenas por organizações da sociedade civil e por movimentos sociais, mas sempre tendo como importante contribuição a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará. Ao longo de sua trajetória, são diversas as pautas relacionadas à luta pelos direitos humanos: direito à saúde, das pessoas com deficiência, das pessoas vivendo com HIV/Aids, segurança pública, sistema carcerário, direito das mulheres, combate à homofobia, direito de etnias indígenas, combate ao racismo, defesa da reforma agrária e direito da criança e do adolescente; além de temas mais amplos, como cultura em direitos humanos, Plataforma DHESCA (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) e acesso à justiça. O Fórum também teve destaque no processo de construção do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, do Conselho de Segurança Pública e do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Passados 20 anos da formação do FCDH, a luta pelos direitos humanos é mais que atual. A permanência da negação dos direitos fundamentais, assegurados constitucionalmente desde 1988, verdadeiras bandeiras históricas de movimentos sociais e do povo brasileiro, torna a discussão sobre a efetivação dos direitos humanos necessária e urgente. Diariamente assistimos (literalmente, em nossas tevês) a violações de diversos direitos e garantias das camadas e classes sociais que, ao longo da história do nosso país, são marginalizadas, excluídas e eliminadas (socialmente ou fisicamente). A partir de inúmeras discussões sobre direitos humanos e a abordagem que os meios de comunicação, especialmente os programas policiais, fazem sobre temas relacionados à violência e a forma como diversos segmentos da sociedade (mulheres, pessoas acusadas de cometimento de crimes, negros, jovens da periferia) são retratados nos meios de comunicação, o FCDH sentiu a necessidade de fazer uma análise sobre o conteúdo dos programas policiais. "Onde estão os direitos humanos?" é a pergunta que deu início ao trabalho que culminou nesta

publicação. Certamente, a resposta partirá daqueles e daquelas que mais diretamente sofrem as violações cotidianas. Porém, a defesa dos direitos humanos é uma luta dos/as que têm como perspectiva um projeto de sociedade mais humana, livre e igual.

Por fim, vale destacar a contribuição do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, fundamental para a realização desse projeto e um exemplo de organização de direitos humanos e de militantes sociais. Merece o reconhecimento, apoio e fortalecimento de toda a sociedade cearense.

Cláudio Silva é advogado do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra, integrante da Rede Nacional de Advogados Populares e assessor do Instituto Terramar

Prefácio

Mário Mamede

milite dos direitos humanos

Ao ser convidado pelo jornalista Raimundo Madeira, organizador desta publicação, para fazer o seu prefácio, logicamente senti-me honrado por ter merecido a confiança dos companheiros e companheiras do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-CE), a partir de um projeto discutido no Fórum Cearense dos Direitos Humanos, submetido à aprovação do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Mas o sentir-me honrado (e envaidecido) fez-se acompanhar da percepção da enorme responsabilidade assumida diante da envergadura deste trabalho de pesquisa, análise e reflexão jornalística... mas não só jornalística.

Assumi o compromisso, após uma longa conversa com Madeira; e a cada fração de tempo que se somava em nossa troca de ideias, sentia, como militante dos direitos humanos, instigado a oferecer minha parcela de contribuição para o despertar das autoridades e da sociedade à necessidade de uma melhor, mais aprofundada e séria discussão sobre o jornalismo policial, seja nos jornais, rádios e, especialmente, canais de televisão, sendo este último o enfoque central deste cuidadoso trabalho.

Militante dos direitos humanos há mais de 20 anos, fui deputado estadual pelo PT-CE por dois mandatos (1991-1998) e secretário adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (2003-2006), no Governo Lula. Durante este período, participei de vários conselhos temáticos e inúmeros debates, em defesa de uma sociedade mais justa, igualitária e de políticas sociais efetivamente garantidoras da cidadania e da dignidade humana. Animo-me ao perceber que, ao longo desse período, conquistas importantes ocorreram e a cada dia mais se consolidam, como os direitos das mulheres, dos idosos e das pessoas com deficiência, assim como o respeito à diversidade sexual e muitas outras. No entanto, frustro-me ao perceber que questões essenciais para a construção dos direitos humanos no Ceará e no Brasil parecem que tendem à estagnação, com avanços extremamente difíceis. Participar de alguns debates que se repetem ao longo de tantos anos é algo desanimador. Mas, ao mesmo tempo, sinto a necessidade de buscar energia interior para continuarmos a lutar pelas questões de princípios que acreditamos e defendemos.

Nas cotidianas lutas, sempre temos chamado a atenção das autoridades e procurado despertar na sociedade a compreensão de que precisamos de políticas públicas de segurança voltadas para todos os cidadãos. No entanto, mesmo considerando os importantes ganhos nas áreas econômica e social do Governo Lula, continuamos a conviver com inaceitável desigualdade, mantendo em situação de miséria significativo número de pessoas, que continuam desassistidas pelo Estado e excluídas dos espaços de convivência social.

É interessante perceber, pela inteligente elaboração desta publicação, a partir da gravação e do monitoramento de programas

policiais cuidadosamente analisados, o porquê da atitude de enorme hostilidade aos militantes dos direitos humanos, a cada uma das ações por nós desenvolvidas ou às propostas apresentadas em defesa da cidadania, seja como sugestões às instituições ou em manifestações à sociedade em busca de entendimento e diálogos capazes de mediar e superar situações de conflitos sociais.

Mais agressiva, como regra, torna-se a atitude dos que fazem os programas policiais quando denunciemos intervenções estabanas e com violência desmedida dos agentes públicos. O mesmo ocorre cada vez que voltamos a manifestar nossa indignação ao processo de exploração sexual de crianças e adolescentes que se estruturou em nosso estado e continua de maneira acintosa a desafiar as autoridades. Muitas vezes, já fomos acusados, nesses programas, de trabalharmos contra a política de turismo e passarmos uma imagem negativa do Ceará às agências de viagem. Vale a pena registrar que as mais duras reações desses programas se fazem quando as denúncias são feitas às ações policiais.

Ao avançar na leitura dos 19 capítulos em que a publicação foi didaticamente distribuída, vou me apercebendo com muito mais clareza – como se estivesse em alguns momentos (re)vendo um filme ou (re)vivendo um passado recente – que os interesses alimentadores dos programas policiais, principalmente os televisivos, são antagônicos aos que animam a luta pelos direitos humanos.

Tenho a compreensão de que há diferenças entre alguns destes programas, e isto a pesquisa trata com muita responsabilidade. As análises registradas na publicação mostram como determinado acontecimento é tratado, segundo o programa A ou B, fazendo a ressalva cabível diante de abordagens mais equilibradas, com maior isenção e que garantem pelo menos a possibilidade de esclarecimento do acusado, muitas vezes vítima e não agente da violência.

Incoerências e abordagens tendenciosas em acontecimentos muito assemelhados são identificadas pela pesquisa nos mesmos programas, apenas envolvendo pessoas de estratos sociais diferentes. Quando tal acontece, quem ocupa uma posição socioeconômica melhor situada ou é detentor de prestígio ou protecionismo político é rapidamente levado à condição de vítima ou recebe a condescendência do comunicador, que já se antecipa em lamentar aquela infelicidade, procurando despertar o imediato perdão do responsável pelo ato de violência e até mesmo fazendo reflexões acerca da atenção dos agentes públicos na cuidadosa apreciação da lamentável ocorrência. Ou seja, uma indução de maneira aberta através de um canal de televisão que pode ser entendida como um pedido de complacência àquele “cidadão de bem”.

Aos que vivem nos bairros periféricos, sobretudo negros, pardos, jovens, com baixo nível de instrução e desempregados ou no mercado informal, o tratamento se faz a partir da inquestionável marginalidade e delinquência daquele que não é visto como “cidadão” e muito menos

“de bem”. A entrevista (ou seria uma inquirição?) é quase sempre com adjetivações rebaixadoras, buscando colocar o “elemento” em exposição e ridicularização máximas.

Para os adolescentes infratores, além de adjetivações e chavões repetitivos ad nauseam, de nada valem os princípios constitucionais e a Lei Federal nº 8.069/90, conhecida por Estatuto da Criança e do Adolescente ou simplesmente ECA. A atitude da maioria dos programas tem sido inconsequente ao colocar o ECA como responsável por todos os males e violência que atingem e assustam a sociedade. Nunca são analisados ou questionados a atuação descuidada e insuficiente das instituições, em especial do Poder Executivo, o distanciamento do Poder Judiciário ou a tímida intervenção do Ministério Público, negando a devida assistência jurídica e social a estes cidadãos que são subtraídos nos seus direitos mais fundamentais desde o nascimento.

O palavreado desqualificado dos programas policiais consolidou em um largo segmento da sociedade a visão de que o ECA só dá direitos, inclusive o de cometer infrações, e que a Polícia não pode prender. Com frequência, ficam a repetir que “é só bater que o ‘pessoal dos direitos humanos’ aparece”. O policial deve e tem obrigação de levar o adolescente infrator a uma delegacia especializada, mas nenhuma lei confere a um policial o direito de bater em alguém, seja adulto, adolescente e, principalmente, criança, quando já sob a sua guarda, melhor dizendo: sob a responsabilidade do Estado.

Muito raramente são tratadas a superlotação de adolescentes infratores nos centros de atendimentos fechados, a insuficiência de agentes públicos (juizes, promotores, defensores públicos e educadores), a falta de assistência à saúde e de programas de capacitação laboral para esses jovens. As abordagens, que pecam pela superficialidade, concorrem enormemente para afastar ou pelo menos criar barreiras frente às possibilidades de parcerias sociais em busca de soluções para estes graves problemas.

A leitura atenta das análises dos casos emblemáticos trazidos por esta publicação deve ser feita com bastante vagar, pelo que cada uma destas reflexões nos oferece. Não deve passar despercebida de cada leitor a percepção sobre as estruturas político-ideológicas que estimulam este jornalismo e os interesses mesquinhos que o circundam. Impossível não se aperceber das similitudes entre esse tipo de jornalismo e o colonismo social. Se este serve para promover os “colunáveis” – mesmo que alguns deles tenham questionável reputação e enriquecimento ilícito –, os programas policiais promovem a espetacularização da miséria e funcionam, para as camadas sociais D e E, como uma expressão do colonismo, o da miséria social.

Para aqueles cidadãos com padrões comportamentais que fogem à “normalidade” social, aparecer na televisão é simplesmente viver um momento de glória, minutos de fama em que sua imagem será vista

por muitos no aparelho do bar da esquina, desdobrando comentários por vários dias. Ao despertar para o colunismo da miséria, chamo a atenção para a ampliação do prestígio, da representatividade social e muitas vezes do alargamento simbólico de poder para aquele que busca ou já ocupa seu espaço de visibilidade social às custas da prática criminosas, principalmente quando existe identificação com gangues ou facções do chamado crime organizado. Ao oferecer maior visibilidade a um "bandido", "elemento", "mala", como apreciam adjetivar, estes programas aumentam seu prestígio junto aos seus pares, o temor que despertam ou passam a despertar na comunidade e ampliam suas possibilidades de liderança.

A argamassa que possibilita a existência e audiência deste tipo de jornalismo tem origem comum: a condição de miséria e o esgarçamento do tecido social, a ausência e negligência do Estado garantidor de políticas de educação, segurança e acesso à justiça, vigas para o exercício e reconhecimento da condição de ser cidadão.

Nas sociedades democráticas modernas, fíncadas nos princípios do Estado Democrático de Direito, em que seus cidadãos cultivam valores mais elevados e defendem as relações sociais, com a compreensão dos limites de seus direitos e o reconhecimento aos direitos dos demais, não há espaço para as amenidades do colunismo social nem para os programas que retratam o cotidiano dos dramas pessoais e sociais. Não há espaço para frivolidades, e os acontecimentos decorrentes de atos de violência estão contemplados nos noticiários, o espaço editorial onde devem ser abordados. Os meios de comunicação devem bem informar e zelar para que o leitor, ouvinte ou telespectador possa ter discernimento sobre as notícias, sem descuidar dos compromissos éticos de caráter profissional e social. Nunca é demais lembrar que os canais de televisão são concessões do Estado e cabe a ele ser guardião dos interesses sociais, dentre os quais o direito à informação.

Por ser autor do prefácio, permito-me, certo da compreensão dos parceiros da pesquisa e do organizador do trabalho, levantar considerações que julgo importantes e que precisam ser questionadas.

São vários os programas policiais de tevê cujos apresentadores são vereadores ou deputados (exercem mandato no Legislativo municipal, estadual ou federal), quase sempre eleitos pelo apelo popular ou populismo de seus programas e impacto midiático que estes encerram. No Ceará, não seria diferente. Mesmo sendo parlamentares, transmitem seus programas ao vivo, em horários coincidentes com o período mais intenso das atividades e debates nas casas parlamentares. Fácil concluir que suas presenças são registradas no início das sessões, para logo se ausentarem. As intervenções quase sempre são de pouca profundidade e sem análise consequente sobre o assunto. Importa falar por falar para serem vistos. Como seria de se esperar, a produção parlamentar é insuficiente, com projetos de pouco significado e quase sempre de forte apelo populista.

Sob o chavão do direito à informação e à liberdade de imprensa, são os “jornalistas” policiais parlamentares ou parlamentares “jornalistas” policiais – como queiram – que mais cobram das autoridades firmeza, intervenção, solução para os problemas, combate à impunidade, ação da justiça, necessidade de leis mais duras e por aí vai, “desconhecendo” sua própria responsabilidade institucional.

Eleitos para o cumprimento de um mandato, por manifestação popular, enganam o eleitor e abandonam o parlamento nos momentos mais importantes de discussão, negociação, articulação e aprovação de projetos. Além de receberem os vencimentos que lhe cabem como parlamentar, ganham como profissionais de imprensa, seja da emissora ou dos patrocinadores atentos aos índices de audiência. Quanto mais audiência, mais patrocínio.

Quando alguma pessoa atingida procura reparo, a quem se dirigir, quem acionar? Neste momento, torna-se patente a diluição ou fragmentação da responsabilidade sob a ofensa cometida. A emissora, concessão pública, desobriga-se rapidamente, dizendo ser o programa da responsabilidade dos profissionais – produtor, editor e, principalmente, repórter e cinegrafista envolvidos diretamente na veiculação da matéria. Já estes, transferem a responsabilidade também para o apresentador. No fim, todos apelam para a sagrada liberdade de imprensa e partem para a ofensiva em cima de quem somente busca defender sua cidadania ou reparar a injúria cometida.

É impossível não deixar de cobrar da Presidência, da Mesa Diretora e da Comissão de Ética (quando existe e funciona) uma posição clara sobre a tolerância com o “jornalista” policial parlamentar ou parlamentar “jornalista” policial (não sei qual o mais adequado) e seu descaso com o mandato pago com recursos públicos para manter esta dupla atuação em notado prejuízo à sociedade.

Há de se considerar ainda que as instituições, sobretudo a Justiça Eleitoral, não tratam com o devido rigor a desigualdade de oportunidades entre os “jornalistas” policiais e o restante dos candidatos, haja vista que aqueles utilizam diariamente o espaço da televisão também como espaço político. O programa acaba virando um palanque eletrônico o ano inteiro, em que alguns comunicadores, com interesses eleitorais claros ou difusos, massificam a imagem e o discurso, fazendo cobranças às autoridades e induzindo o eleitor.

Entendendo o papel conferido ao Ministério Público pela Constituição Federal de 1988, não compreendo porque tanta tolerância ou omissão do parquet diante das graves e cotidianas violações dos direitos humanos ocorridas na maioria dos programas policiais, especialmente daqueles protegidos pela imunidade parlamentar. Desnecessário gastar espaço para falar no distanciamento do Judiciário (Tribunais de Justiça estaduais ou em esfera federal), pois dificilmente manifestam qualquer opinião sobre tais questões.

Não poderia terminar sem me referir a um importante aspecto que passa despercebido à maioria da sociedade: a troca de interesses e a relação de proximidade entre estes programas e segmentos policiais. A visão aguçada da pesquisa que resultou nesta publicação e a metodologia trabalhada permitiram detectar tal relação, mesmo com a sutileza e desfaçatez que a caracterizam. Para terem informações com prioridade, darem o “furo jornalístico” ou estarem na cena dos acontecimentos, seus responsáveis prestam favores às organizações policiais, procurando transformar atos truculentos, uso inadequado e desproporcional da força e de armas letais, espancamento, medidas arbitrárias e execuções sumárias com simulação de fuga ou confronto em atos de bravura, heroísmo dos agentes públicos, muito embora alguns destes sejam velhos conhecidos da crônica policial e reincidentes em crimes graves, inclusive homicídios. O mesmo acontece no sentido de justificar ações de grupos de extermínio, milícias, atos de justiciamento por vinganças. Afora isto, existem ocasiões que estimulam a violência, de maneira não disfarçada, como maneira de reparar outra violência.

Pode parecer lugar comum a tantos prefácios dizer que esta não é uma publicação para enfeitar estantes ou quedar-se esquecida em armários. Estamos diante de um trabalho sério, cuidadoso e, sobretudo, preocupado com os aspectos éticos que devem nortear os profissionais de imprensa. É uma leitura e um instrumento de pesquisa a ser utilizado em todos os cursos de Comunicação onde possa chegar, estimulando debates sobre o papel dos jornalistas como responsáveis pela correta informação à sociedade.

Ainda nos muros da universidade, além dos cursos de Comunicação, como eu gostaria que esta publicação chegasse aos docentes e discentes das áreas de Ciências Políticas e Sociais e do Direito. E principalmente aos empresários da comunicação, à Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Ceará (ACERT), aos membros do Judiciário, com um direcionamento especial ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Entre os parlamentares cearenses, esta leitura poderá gerar excelentes debates, nos plenários e nas comissões de Direitos Humanos e Cidadania, Constituição e Justiça.

Aos militantes dos direitos humanos recomendo este texto como leitura obrigatória para entendermos melhor a quem servem alguns veículos de comunicação e programas de televisão, a quais estruturas político-ideológicas estão vinculados. A partir dos elementos de tão importante conteúdo produzido pelo Cedeca-CE e das reflexões contidas (e das que seremos levados a fazer), não será difícil deduzir como é longa e árdua nossa caminhada pela teimosa crença de construirmos um mundo melhor para nós e para as gerações vindouras.

Mário Mamede é militante dos direitos humanos no Ceará e foi secretário adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (2003-2006)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTANDO... É SENSACIONAL! | 16 |
| Monitoramento e análise dos programas policiais de televisão no Ceará | |
| Discursos fáceis, diálogos difíceis | |
| 1. NO AR: CRIME, SANGUE E INSEGURANÇA | 29 |
| A (anti)estética da violência | |
| Ancoragem que faz a diferença | |
| Das ondas do rádio para os holofotes da televisão | |
| 2. O ESPETÁCULO DA VIOLÊNCIA | 39 |
| Faça chuva ou faça sol, a plateia e os programas estão presentes | |
| Seguindo o roteiro, do começo ao fim | |
| 3. O HUMANO DESUMANIZADO | 45 |
| Aos não cidadãos, nada | |
| Pela (super)exposição dos acusados | |
| As mortes justificadas | |
| A violência sob o viés reducionista da índole humana | |
| Fatalismo: o destino é morrer? | |
| 4. APELO À VIOLÊNCIA, CRÍTICA AOS DIREITOS HUMANOS | 67 |
| Pelo rigor da lei e da punição | |
| Relativização do uso excessivo da força e da agressão | |
| Política de repressão versus polícia comunitária | |
| Evocação ao religioso: uma contradição | |
| 5. DESRESPEITO À DOR ALHEIA | 83 |
| O tormento das mães | |
| Desvencilhamentos como reação | |
| Escuta em outro nível | |
| 6. IGNORANDO O OUTRO LADO | 97 |
| Sob os silêncios do crime e da violência | |
| Ausências comprometedoras | |
| Ruídos de comunicação | |
| Fazendo ouvido de mercador ou ridicularizando | |
| Direito de resposta em meio ao inesperado | |
| 7. INVASÃO DE PRIVACIDADE | 113 |
| A pobreza exposta | |
| Interatividade duvidosa | |
| 8. BAIXARIA EM ALTO NÍVEL | 123 |
| 9. BRINCADEIRAS DE MAU GOSTO | 129 |
| 10. VISÕES SOBRE A VIOLÊNCIA E SUAS VARIÁVEIS | 133 |

| | |
|---|-----|
| <p>“Menor” é a disposição para uma cobertura menos estigmatizante Na (in)visibilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente O trabalho infantil e adolescente como redenção Presunção de culpa Infância: violências e direitos Distorções e preconceitos Machões e machismo dentro e fora da telinha</p> | |
| <p>11. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU DESSERVIÇO?.....</p> <p>Estreitando relações com o público Na diluição do noticiário</p> | 156 |
| <p>12. CONOTAÇÃO POLÍTICA, VIÉS ELEITORAL.....</p> <p>Do parlamento para o estúdio e vice-versa (In)segurança como alvo O (anti)modelo de secretário “A Polícia da boa vizinhança” em xeque No cabo de guerra entre policiais e governo, a mídia puxou de um lado Um código de ética e da discórdia Politização na cobertura da saúde</p> | 167 |
| <p>13. A NOTÍCIA EM UMA CADEIA DE EQUÍVOCOS.....</p> <p>Direcionamentos e prejulgamentos Na falta de um discurso certo: no lugar e na hora errada Na dúvida, o silêncio não fala mais alto Onde está a verdade? Fontes, repórteres e apresentadores em conflito Alguns números a mais ou a menos fazem diferença, sim</p> | 195 |
| <p>14. VOZES POLICIAIS E POLICIADAS.....</p> <p>Presença constante na mídia Louvores à Polícia Quando a Polícia não é ouvida, embora devesse ser Policiais na berlinda Violência policial: mínima ou minimizada?</p> | 215 |
| <p>15. GEOGRAFIA DA INSEGURANÇA.....</p> <p>A faca de dois gumes do estigma O surpreendente dos locais de crime e violência Da periferia às áreas ditas nobres Entre a capital e o interior</p> | 227 |
| <p>16. INSEGURANÇA: ENTRE A REALIDADE E AS SENSACIONES.....</p> <p>O discurso do exagero As mídias se reforçam De alarmes, pânico e tragédias anunciadas Excessos, banalização e inusitado na violência Impunidade produz medo, mas também indignação Um sopro de esperança</p> | 239 |
| <p>17. VENDE-SE (QUASE) TUDO, INCLUSIVE VIOLÊNCIA.....</p> | 255 |

Valores e contravalores agregados

Anúncios demais

Apresentadores, mas também "garotos-propaganda"

Rede de intimidades

18. A ESTRATÉGIA DA AUTOPROMOÇÃO 265

Os autolegios de cada dia

Na defensiva

19. DAS ABORDAGENS POSITIVAS 272

As séries e reportagens especiais

Temas que furam o cerco no noticiário da violência

EXTRAS: ENTREVISTAS

“Por engano, vingança ou cortesia
tava lá morto e posto um desregrado.
Onze tiros fizeram a avaria
e o morto já tava conformado.

Onze tiros no morto e pra que tantos?
Esses tempos não tão pra ninharia,
não fosse a vez daquele, um outro ia.

Deus o livre morresse assassinado,
pro seu santo não era um qualquer um,
três dias num terreno abandonado
ostentando onze fitas de Ogum.

Quantas vezes se leu só nesta semana
e essa história contada assim por cima.
A verdade não rima,
a verdade não rima,
a verdade não rima...”

Fátima Guedes em Onze fitas



**APRESENTANDO...
É SENSACIONAL!**

Espreme que sai sangue – um estudo do sensacionalismo na imprensa aponta que os primeiros jornais da França, a partir do século XVI, e dos Estados Unidos, no século XVII, já eram sensacionalistas. Publicado em 1995 como livro, o trabalho resume a tese de doutorado defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) por Danilo Angrimani, que se debruçou sobre essa linguagem jornalística e encontrou similaridades entre práticas utilizadas em publicações muito populares de Nova Iorque, no século XIX, e parâmetros adotados por programas televisivos e telejornais brasileiros, também de cunho popular, surgidos desde os anos de 1990, como *Brasil Urgente*, da Rede Bandeirantes; *Cidade Alerta*, na Rede Record; e *Programa do Ratinho*, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Se, há mais de 100 anos, publicações novaiorquinas “abusavam das manchetes escandalosas, em corpo tipográfico largo; falsificavam entrevistas; baseavam-se na pseudociência para criar reportagens mirabolantes; inventavam histórias (a famosa “cascata”, segundo o jargão jornalístico); e promoviam campanhas supostamente em defesa ‘do cidadão comum’”, como cita o autor, tais métodos não ficariam restritos àquele tempo, mas ganhariam o mundo, adaptando-se a novos meios de veiculação da notícia. Da descoberta das ondas do rádio na Inglaterra, em 1887, à fundação da primeira emissora brasileira, em 1923; da primeira transmissão oficial de televisão, em 1935, na Alemanha, à inauguração da pioneira TV Tupi, em São Paulo, em 1950, outras possibilidades de comunicação em massa iam aparecendo, fora e dentro do Brasil, e outras formas de exploração dos fatos também.

Transpondo-se do veículo impresso para os meios áudio e/ou visual, o sensacionalismo se expandia como “estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público”, segundo definição do *Dicionário de Comunicação*, de Gustavo Barbosa e Carlos Alberto Rabaça. “Expresso no tema (conteúdo), na forma do texto e na apresentação visual (diagramação) da notícia”, por “objetivos políticos (mobilizar a opinião pública para determinar atitudes ou pontos de vista) ou comerciais (aumentar a tiragem do jornal)”, na televisão ele seria realçado com cores e tons.

No Brasil, a exemplo do que está demonstrado na imprensa de outros países, o sensacionalismo se fazia presente nos impressos nacionais antes mesmo do surgimento e ascensão do rádio e da tevê. Um dos periódicos que mais se destacaram por seguir essa linha foi o *Notícias Populares*, que circulou em São Paulo, de 1963 a 2001, e ficou conhecido pelas manchetes que supervalorizavam a violência, o crime e o sexo. Bem antes, na segunda metade do século XIX, o escritor, e também jornalista, Machado de Assis (1839-1908) já utilizava a crônica para se expressar sobre a atividade jornalística e reclamar do viés pouco ortodoxo empregado por jornais da época. “Machado de Assis foi um crítico ferrenho da prática do sensacionalismo na imprensa”, revela Marcos Fabrício Lopes da Silva, no texto *Machado de Assis e a imprensa sensacionalista*, escrito para o *Observatório da Imprensa* online em 2003, enquanto estudante de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como se vê, desde muito tempo, o recurso sensacionalista já se manifestava, mas também incomodava. É no noticiário policial que ele ganha mais força e tem suscitado um olhar acurado de estudiosos das diversas áreas da informação e do conhecimento, de integrantes dos movimentos organizados da sociedade e dos poderes públicos, pelo que se percebe como uma repetição de equívocos no tratamento da criminalidade e da violência. Na televisão, os programas policiais despertam uma atenção toda especial, não só porque os problemas se exacerbam em vozes e imagens, mas pela abrangência que ganham em função das próprias características do veículo. Concessões públicas outorgadas pelo Estado, as emissoras devem zelar pelo compromisso com a qualidade da programação e primar pelo interesse maior da sociedade.

[MONITORANDO

Sensacionalismo impresso. Outros jornais populares, de cunho marcadamente sensacionalista, foram *O Dia*, *Última Hora* e *Luta Democrática*, todos surgidos nos anos de 1950 no Rio de Janeiro. O primeiro rendeu até um livro com várias reedições – *O desvio nosso de cada dia* – a representação do cotidiano num jornal popular, lançado pela primeira vez em 1980, pelo jornalista Antonio Serra. O trabalho de mestrado que resultou no livro, apresentada pelo autor na década anterior, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), identificou uma linha editorial do jornal que supervalorizava as matérias de Polícia, o grotesco e o escatológico. Fundado em 1951 como um veículo de forte apelo popular, *O Dia* passou por ampla reforma nos anos de 1980, cujos resultados mais aparentes foram vistos na década seguinte, atribuída à disputa por leitores com o *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

Os três jornais tinham em comum, além do apelo popular e do caráter sensacionalista, a relação estreita com políticos. Segundo o historiador André de Séguin des Hons, que se debruçou sobre os diários cariocas no período de 1945 a 1982, o primeiro número do jornal *Última Hora*, também inaugurado em junho de 1951, chegou às bancas com uma carta de Getúlio Vargas ao jornalista Samuel Wainer, publicada na primeira página. Mais tarde, em fevereiro de 1954, a *Luta Democrática* engrossaria o filão. O fundador, o deputado federal pela UDN, Tenório Cavalcante (1906-1987), seria três décadas depois o personagem principal do filme *O Homem da Capa Preta*, lançado em 1986.

O Ceará teve duas experiências malsucedidas de jornais impressos de caráter sensacionalista. Em 1998, o *Sistema Verdes Mares* anunciou o *Jornal da Rua* como “um jornal que não tem medo de mostrar a verdade” e o *Grupo O Povo de Comunicação* alardeou no mesmo tom o surgimento do jornal *Hoje*: “Vem aí a verdade nua e crua”. A curta sobrevivência dos dois, menos de um ano, na avaliação do jornalista, pesquisador e professor aposentado do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), Gilmar de Carvalho, tem relação inclusive com a existência dos programas policiais de televisão: “Estes jornais foram ‘atropelados’ pela ‘aparente gratuidade’ das emissões televisivas, pelo baixo poder aquisitivo da população e pelo alto índice de analfabetismo”.

Sob o slogan de “um jornal vibrante, uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é!”, um dos mais marcantes programas de abordagem policial na história da televisão brasileira foi o *Aqui Agora*, exibido pelo SBT, entre 1991 e 1997, baseado no quase homônimo *Aqui e agora*, levado ao ar pela TV Tupi em 1979, de segunda a sexta-feira, a partir do meio-dia. Se este era concebido como um programa de “utilidade pública”, que se propunha a resolver ali mesmo, diante das câmeras, problemas de ordem particular dos telespectadores, aquele não desprezou esse viés, mas o foco principal eram as reportagens policiais, especialmente sobre assassinatos, tragédias e crimes escandalosos. Em comum, ambos tinham apelo popular suficiente para garantir altos índices de audiência às emissoras. Curiosamente, as tentativas de um e outro de repetirem o sucesso de público fracassaram.

O *Aqui e agora* da TV Tupi sobreviveu durante breve temporada na TV Bandeirantes do Rio de Janeiro, em 1980. O *Aqui Agora* do SBT reestreou em 2008, depois de 11 anos, mas não permaneceu nem dois meses na grade de programação da emissora, provavelmente porque os herdeiros que deixou tenham conseguido “aprimorar” a fórmula usada por ele – a exitosa experiência na década de 1990 fez surgir pelo país uma leva de programas policiais de tevê, como versões locais do telejornal nas afiliadas do empresário Silvio Santos ou como produções de mesma linhagem em outras emissoras de cobertura nacional ou regional.

Mantendo o formato de telejornal do *Aqui Agora*, com bancadas no estúdio e mais de um apresentador revezando-se na leitura das notícias, ou adotando uma nova configuração, que mescla jornalismo, variedades e entretenimento e se sustenta na figura de um âncora solitário, porém com mais liberdade e desenvoltura no cenário, alguns programas tiveram pouca duração, outros sobreviveram por longos anos. Se o formato mudou, a essência continua praticamente a mesma, com pequenas variações: predomina a abordagem da violência, quase sempre de forma espetacularizada, explorando o sofrimento alheio, expondo pessoas ao ridículo, violando direitos e aplicando discursos com soluções, no mínimo simplistas, para o fenômeno complexo e heterogêneo da insegurança.

No Ceará, o mais duradouro dos programas policiais não surgiu sob a influência do *Aqui Agora*. Exibido pela TV Jangadeiro, o *Barra Pesada* se mantém no ar desde 17 de julho de 1990. Hoje, o *Barra* disputa a audiência no horário do meio-dia com o *Cidade 190*, da TV Cidade, e o *Comando 22*, da TV Diário, emissora que ainda conta com mais dois programas de perfil semelhante, o *Rota 22*, exibido também diariamente no início da noite, e o semanal *Os malas e a lei*, que vai ao ar no começo da tarde dos sábados. Além da violência preponderante, a maioria dos programas alterna o noticiário sangrento com matérias e quadros destinados a denunciar ou resolver problemas pessoais ou que atingem as classes D e E, não por acaso, a fatia mais expressiva do público.

O pioneiro dos programas policiais cearenses, no entanto, foi o *Mão Branca*, um marco do jornalismo policial na televisão local, tendo como condutor Francisco Taylor, que fazia entrevistas utilizando uma luva branca, daí o nome do programa, nome que também remetia a um famoso personagem do noticiário nacional, sobre o qual ainda paira a dúvida se de fato existiu ou teria sido uma invenção da imprensa carioca nas décadas de 1970 e 1980. De acordo com os jornais da época, *Mão Branca* era um justiceiro que tinha ligações com grupos de extermínio da Baixada Fluminense. Depois do *Mão Branca*, o programa cearense, a TV Cidade levou ao ar o *Aqui Agora* Fortaleza. Dentre os antecedentes dos programas policiais, a emissora ainda

[MONITORANDO

Personagens da notícia. O *Aqui Agora* era exibido aos fins de tarde, de segunda-feira a sábado, mas chegou a ter duas edições ao dia. O telejornal marcou época não apenas pela linha editorial, mas pelo formato, dando espaço para mais de um apresentador, além de comentaristas e repórteres pouco convencionais, que mais encarnavam personagens. Pela voz e gestos carregados, o repórter Gil Gomes passou a ser imitado país a fora. Já o homem do tempo, Felisberto Duarte, o Feliz, caiu nas graças do público, principalmente infantil, com o jeito descontraído e o bordão típico com que finalizava suas aparições: “Piriri, pororó e tempos felizes!”. O telejornal chegou a ter o lutador de boxe Adilson Maguila como comentarista de economia. A equipe também contou com Jacinto Figueira Júnior, eternizado como “O Homem do Sapato Branco”.

A primeira menção ao *Aqui Agora* na programação de televisão registrada pelos jornais impressos cearenses está na edição de 20 de maio de 1991 do *Diário do Nordeste*. O programa ia ao ar às 18h30min, mas o horário variou ao longo dos seis anos de sua primeira versão no SBT – por causa dos altos índices de audiência, chegou a ter uma primeira edição às 13h30min e uma segunda no mesmo horário do *Jornal Nacional*, da TV Globo. Curiosamente, o mesmo Canal 8 no Ceará exibiu, naquele ano, às 23h45min, o *Mão Branca*. Ora como programa, ora como quadro do *Cidade 190*, foram quase 20 anos descontínuos na TV Cidade, e uma experiência que não emplacou na extinta TV Ceará, experiência inclusive lembrada por poucos.

viabilizou, nos anos de 1990, o *Cidade Livre*, que transitava entre notícias policiais, denúncias de telespectadores sobre problemas da cidade e doses de humor. O *Cidade 190*, hoje em exibição, chegou a ter o *Mão Branca* como quadro. Com a morte do repórter Taylor, em 2002, o personagem também deixou de existir.

Desde o surgimento do *Mão Branca* na TV Cidade, em 1982, aos programas policiais em exibição atualmente, são quase 30 anos na televisão cearense de apelo para o sensacional, mesmo que o objeto da notícia não o seja. Mas o jornalista José Augusto Lopes contabiliza um período ainda maior ao lembrar que o *Mão Branca* teve sua primeira experiência na extinta TV Ceará (1960-1980), onde trabalhou ao lado de Taylor. De lá para cá, os programas foram se ajustando às necessidades que o veículo televisão passou a exigir, mas a natureza do estilo permanece. Para a maioria deles, o bizarro e o grotesco apenas deixaram de ser mostrados com a mesma intensidade e os mesmos detalhes de décadas atrás. A mudança, embora às vezes imperceptível, não deixa de ser resultado de uma pressão da sociedade por uma programação que preserve os telespectadores da exibição de corpos mutilados, poças de sangue, malformações congênitas... Mas ainda será necessária muita mobilização social para que os programas se transformem em espaços onde a comunicação esteja efetivamente a serviço da coletividade.

Os programas policiais de televisão não evoluíram na cobertura sobre violência e criminalidade na mesma medida que os meios impressos, embora estes também ainda deixem a desejar. Um dos péssimos sinais que demonstram a falta de avanço do jornalismo policial de tevê é a exclusão do debate responsável sobre as questões de segurança pública. Os programas “especializados” nesse tipo de cobertura se limitam a fazer um noticiário que reproduz em linguagem audiovisual os boletins de ocorrência gerados nas delegacias. O que consta de análise fica restrito a visões, em geral superficiais, manifestadas pelos apresentadores, apenas.

[MONITORANDO

Violência em números. O Brasil ocupa a sexta posição no ranking mundial de taxas de homicídios, segundo o Instituto Sangari, que, com base nos dados do Sistema Único de Saúde (SUS), traçou o Mapa da Violência – Anatomia dos Homicídios no Brasil. Em 2007, foram registrados no país 47.707 homicídios, em média 130,7 pessoas assassinadas por dia, principalmente por armas de fogo, objetos cortantes e objetos contundentes.

Em oito anos, de 1999 a 2007, a taxa de homicídios cresceu 49,3% no Ceará, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde – de 15,53 pessoas assassinadas por 100 mil habitantes para 23,2. De acordo com o Instituto Sangari, essa taxa entre jovens, de 15 a 24 anos, chegou a 45,5 em 2008 no Ceará, a 18ª posição entre os estados. O Mapa da Violência aponta que, entre 1997 e 2007, o crescimento da taxa de homicídios no Ceará (57,4%) superou o aumento verificado no Nordeste (53,3%) e no Brasil (menos 0,7%). Em Fortaleza, a taxa de homicídios chegou a 40,3 por 100 mil habitantes, deixando a capital cearense como a décima mais violenta do país.

No Ceará, o aumento dos crimes contra a vida e o tráfico de drogas constituem a principal preocupação das autoridades de segurança. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, em 2008 foram registrados 1.903 assassinatos no estado, 2.126 em 2009 e 2.698 em 2010. Considerando que a população cearense é de 8.452.381 habitantes, a taxa de homicídios em 2010 foi de 31,91 por grupo de 100 mil pessoas. No mesmo ano, a taxa foi de 29,8 no Rio de Janeiro e 10,47 em São Paulo, estados que comemoram queda no número de assassinatos. No Brasil, a taxa foi de 24,5.

O problema da violência não deve ser subestimado, haja vista que os próprios dados oficiais confirmam sua dimensão e gravidade. Ao estampar a violência na telinha, os programas não deixam de refletir a realidade, mas o papel da mídia é também interferir sobre ela, interferir no (bom) sentido de contribuir para compreendê-la em profundidade, não apenas despejando, a um modo quase automático, uma notícia atrás da outra.

Sem a contextualização do noticiário, que considere causas e consequências da violência, perfil do problema e soluções para ele, as mortes e as dores pelas vidas ceifadas acabam sendo banalizadas. Ao mesmo tempo, o exagero característico na cobertura dos casos só aumenta na população os sentimentos de medo e impotência. Com uma discussão que fuja de “soluções fáceis” e encare o problema sem subterfúgios, mas com a sobriedade necessária, a mídia pode ajudar a sociedade a enfrentar a criminalidade, percebendo e reconhecendo seus impactos, reclamando políticas públicas eficientes de prevenção e combate à impunidade, diminuindo a sensação de insegurança e promovendo uma cultura de paz.

Monitoramento e análise dos programas policiais de televisão no Ceará

Os excessos cometidos pelos programas policiais vêm gerando, já há bastante tempo, debates no âmbito da academia, dos movimentos sociais e das esferas do poder público, mas a discussão pelas autoridades judiciárias começou em meados de 1996, segundo o trabalho apresentado em 2008 por Mayara Carolinne Beserra de Araújo e Raimundo Nonato de Lima para o X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Sob o título *Mostra o morto que o povo gosta: quem disse? – um estudo de recepção sobre programas policiais, e estratégias de mudança*, o artigo acrescenta que essa discussão no Ceará ganhou corpo processual em julho de 2003.

“O Ministério Público advertiu os delegados de Polícia Civil quanto à má conduta deles ao expor, à execração pública, fatos que competem ao Estado e à Justiça sob caráter de sigilo. A advertência, destinada à exposição não só de suspeitos em situações vexatórias, mas também de corpos, mal surtiu efeito. Alguns delegados chegaram a elaborar documentos de permissão assinados pelos presos, e as imagens fortes, antes das quais se pedia que se retirassem crianças da sala, continuaram a ser transmitidas”, apontam os autores. O desdobramento foi uma ação civil pública movida no dia 16 de dezembro daquele ano, “contra a União Federal, o estado do Ceará e três concessionárias do serviço público federal de radiodifusão de sons e imagens: TV Cidade, pelas práticas correntes no programa Cidade 190; TV Diário, respondendo pelo Rota 22; e TV Jangadeiro, pelo Barra Pesada”.

Segundo o trabalho apresentado no Intercom, as emissoras, de pronto, alegaram censura, sustentadas pela liberdade de informação jornalística e pela Constituição Federal, em que se repudia a proibição a qualquer tipo de manifestação de pensamento, criação, expressão e/ou informação. Reportando-se a Lea Cunha Bastos em sua pesquisa monográfica, os autores reproduziram o trecho que esclarece o objetivo da ação civil pública: “coibir abusos, observados normalmente em reportagens cujo intuito não é a informação, mas a execração pública de alguém. Proteger as expressões do direito à privacidade, a honra, a imagem etc.” e sentencia: ‘cumprir lembrar, antes de ir além, que o que goza de ampla liberdade é o pensamento, a criação, a expressão e a informação, que não se confundem com acessos de fúria, shows de interpretação grotesca, em que se pretende a completa destruição moral e social de alguém submetido à tutela judiciária ou mesmo em liberdade”.

Após a concessão de tutela antecipada proibindo a exibição de programas que ferissem os direitos fundamentais dos presos, foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta em que as emissoras se comprometeram a proceder com as necessárias adequações a fim de evitar a apresentação de cenas de violência e a respeitar o direito de os detentos permanecerem calados e/ou terem sua imagem preservada. “A realidade demonstra que nada ou quase nada mudou, posto que os fatos atuais revelam clara e insofismavelmente que as pessoas presas em delegacias continuam sendo objeto de exibição pela imprensa, às vezes em condições humilhantes que ofendem a própria dignidade humana, e forçadas a responder perguntas impertinentes dos repórteres, circunstâncias que comprometem seguramente o Estado, à medida em que seus agentes permitem a exposição indevida da imagem de pessoas que se encontram sob sua guarda e pelas quais deve responder, haja vista que, muito embora o infrator seja mero instrumento de investigação, a prisão não lhe retira os direitos fundamentais à dignidade humana”, apontariam, sete anos depois, os procuradores Alessandro Wilkson Cabral Sales e Nilce Cunha Rodrigues.

Em 2005, o Ministério Público Federal no Ceará provocou o Ministério da Justiça a determinar uma nova classificação etária dos programas. Naquele mesmo ano e no ano seguinte, o Ministério da Justiça foi provocado também por uma faculdade de Fortaleza contra o Comando 22, o Rota 22 e o Barra Pesada, e por uma pessoa física contra o Cidade 190, o Rota 22 e o Barra Pesada. O Ministério da Justiça solicitou cópias de fitas dos programas e comunicou os fatos ao Ministério das Comunicações, que instaurou processos de apuração. As emissoras encaminharam também respostas aos questionamentos levantados, como consta no endereço eletrônico portal.mj.gov.br.

“Estamos estudando com a Rede Record de Televisão, cuja programação exibimos, a criação de novo horário em que se torne mais compatível uma abordagem da vida policial e hospitalar da cidade”, apontou a TV Cidade. “O programa Barra Pesada não concorda com a afirmação de que foram apresentadas imagens inadequadas ao horário de livre exibição (...) sendo certo que as cenas mais fortes são desfocadas, enquanto que os temas mais aflitivos são apresentados através de eufemismos”, alegou a TV Jangadeiro. “Não obstante o fato de a empresa notificada não reconhecer justiça (...), informa, outrossim, que todas as providências já foram tomadas no sentido de verificar e sanar qualquer problema”, manifestou-se a TV Diário.

Em 2009, um novo procedimento administrativo foi instaurado pelo Ministério Público Federal em função de notícias veiculadas na imprensa local dando conta de que direitos subjetivos, constitucionalmente protegidos, continuavam sendo violados por autoridades policiais e profissionais de comunicação, na medida em que exibiam, “de forma graciosa e inadequada, pessoas que se encontravam custodiadas nas delegacias sob sua responsabilidade, expondo-as a chacotas e humilhações por parte de repórteres” – observariam os procuradores Alessandro Sales e Nilce Cunha. A procuradora determinou em janeiro de 2010 que a TV Cidade, a TV Diário e a TV Jangadeiro fornecessem ao Ministério Público Federal no Ceará cópias dos programas Cidade 190, Comando 22, Os malas e a lei, Rota 22 e Barra Pesada, respectivamente, exibidos nos últimos 30 dias. Considerando “a prática abusiva na exploração de imagens de violência em tais programas, o que fere os direitos de cidadania” e que eles “não têm observado a inadequação do conteúdo de violência exacerbada para o horário em que são veiculados”, mais um processo administrativo estava sendo instaurado naquela data pela Procuradoria da República no Estado do Ceará, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, para apurar a conduta das empresas de telecomunicação.

Quinze anos depois do início desse debate no âmbito da Justiça, os problemas persistem e têm causado inquietação também dentro do movimento social organizado que atua na área dos

direitos humanos. Desde a criação do Fórum Cearense dos Direitos Humanos, em 1991, nutria-se o desejo de que se efetivasse na sociedade um debate ampliado e aprofundado sobre programas policiais de produção local, que não deixam de seguir a linha dos seus congêneres de veiculação nacional. Um colegiado composto por organizações da sociedade e com espaço aberto para pessoas que tenham a intenção de atuar na defesa dos direitos humanos, o Fórum tem como eixo central de atuação questões que estão no âmago do jornalismo policial: a violência e a segurança pública.

Em 2008, finalmente, a vontade se formalizou em proposta apresentada pelo Fórum Cearense dos Direitos Humanos e aclamada pelas organizações componentes: o acompanhamento dos casos de violação de direitos na mídia. Agora, em 2011, ano em que o Fórum completa duas décadas, tem-se a oportunidade concreta de dar início, de modo sistemático, a uma discussão ansiada sobre os programas policiais do estado, envolvendo representantes dos vários segmentos sociais, universidades, poderes públicos, empresas de comunicação, profissionais que atuam nelas e demais interessados.

A publicação *Tele(visões): violência, criminalidade e insegurança nos programas policiais do Ceará* é o resultado de um trabalho de monitoramento e análise que se propõe a abrir esse caminho. Com a aprovação de projeto submetido pelo Fórum Cearense dos Direitos Humanos ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Ceará) ficou à frente dessa tarefa, que envolveu a gravação de mais de uma centena de edições dos cinco programas policiais de veiculação local entre 6 de abril e 19 de junho de 2010. Do total, foram analisadas 42 edições na íntegra – dez dos quatro programas diários (Barra Pesada, Cidade 190, Comando 22 e Rota 22) e, proporcionalmente, duas do programa semanal (Os malas e a lei), que, por ter menos material analisado, é também menos citado do que os outros neste material. A publicação que se tem em mãos é uma sistematização da análise realizada; constitui-se de um texto-relatório dividido em 19 capítulos, além desta apresentação.

O monitoramento examinou o noticiário propriamente dito, mas também outros aspectos de cada programa, sob o entendimento de que há uma interlocução com uma mensagem central a ser transmitida e, portanto, não deveriam ser dissociados, muito menos desconsiderados. A análise do discurso, por si só, rendeu um extenso material, mas o trabalho envolveu uma avaliação sobre elementos que corroboram uma linguagem jornalística, peculiar pela proximidade com a linguagem policial. Assim, o que pode parecer acessório, mesmo ocupando um lugar secundário, não foi negligenciado. As vinhetas, os cenários e os anúncios comerciais expressam ideias e opiniões que dialogam com os comentários, as notas, as chamadas, as reportagens e os quadros. Enfim, procurou-se fazer uma análise sobre o conteúdo, mas também sobre a estética dos programas.

A direção que o projeto de monitoramento e análise apontava tomou outros rumos, e os resultados foram além do que ele propunha. A execução da proposta aprovada, cujo título pergunta “Onde estão os direitos humanos?” e acrescenta como foco a “Violência e direitos humanos nos discursos e abordagens de programas policiais no Ceará”, contemplou o olhar dos movimentos em defesa dos direitos humanos, mas também o ponto de vista jornalístico, a partir da compreensão de que uma comunicação de qualidade tem contribuição direta para a efetivação de direitos – sobretudo, direitos humanos – via mídia. Portanto, foram observados desde aspectos relacionados a concepção, garantia ou negação de direitos e visões de cidadania e marginalidade até a exploração do sofrimento das pessoas, o desrespeito aos parentes das vítimas, a oralidade sobre violência e insegurança, o tratamento da notícia como mercadoria e o descumprimento de condutas básicas para o bom jornalismo.

A análise dos programas procurou não deixar escapar as mais breves frases nem os mais longos comentários, os mais curtos registros ou as mais extensas reportagens, mesmo que alguns aspectos tenham sido previamente definidos para uma observação mais atenta. Um olhar dirigido para a abordagem sobre questões de gênero; raça e etnia; geração (faixa etária); nível socioeconômico; e orientação sexual, por exemplo, permitiria examinar, quando possível, como são tratados, respectivamente, homens e mulheres; brancos, negros e índios; crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; pobres, classe média e ricos ou moradores das periferias e de áreas consideradas nobres ou privilegiadas; e homossexuais, bissexuais, heterossexuais, travestis e transexuais.

Entre os aspectos que seriam analisados, foram inicialmente elencados alguns ligados especificamente à questão de direitos. Em função de leis específicas ou legislações mais gerais, tomou-se para apreciação as coberturas que exigiam a aplicação de um discurso e uma prática em consonância com direitos de crianças e adolescentes, do contraditório, de preservação da imagem e identidade das pessoas, de livre expressão da sexualidade, de ter acesso a uma programação televisiva de qualidade, além da observação sobre como os direitos humanos são abordados e como os movimentos e os defensores deles são vistos pelos comunicadores.

Outro ponto de análise valorizou os procedimentos jornalísticos, tendo como objetivo avaliar se eles eram devidamente respeitados: ouvir o outro lado, oferecendo a pessoas e/ou instituições acusadas ou denunciadas a oportunidade de se defenderem ou prestarem esclarecimentos e explicações; multiplicidade de fontes, contemplando a diversidade de manifestações e expressões acerca de um determinado assunto; respeito a todas as fontes e pessoas citadas no noticiário, evitando deprecições, desqualificações, preconceitos e discriminações; isenção ou imparcialidade jornalística, embora nem sempre possível atendê-las, mas procurando o máximo de equilíbrio e neutralidade em relação à abordagem dos fatos para não induzir a opinião pública a tomar posicionamentos; e utilização de termos e expressões em conformidade com as novas e corretas terminologias, evitando reforçar estigmas contra as pessoas e cometer equívocos ao tratar dos assuntos. O monitoramento atentou ainda para os horários em que os programas são veiculados, o tempo de duração de cada um, os recursos gráficos e audiovisuais utilizados e a presença de publicidade ao longo e nos intervalos das edições.

As próximas páginas dão condições de perceber as características de cada programa e as semelhanças e diferenças entre uns e outros, mas de antemão faz-se necessário pontuar

[MONITORANDO

Observadores em formação. O projeto de monitoramento e análise dos programas policiais de televisão no Ceará contou com a participação de jovens observadores, representando quatro instituições da sociedade organizada: Diego Oliveira Jovino (Movimento dos Conselhos Populares – MCP), Francisco Efferson Mendes de Moraes (Rede Orçamento e Participação Ativa - Rede OPA), Francisco Lucineudo Soares de Brito (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST) e Marliete (Lila) Bezerra da Silva (Fórum Cearense de Mulheres - FCM).

Com idade entre 18 e 25 anos, eles participaram de cursos de formação que antecederam a gravação e análise dos programas. Os cursos abordaram questões como direitos humanos, história social da infância e direitos da criança e do adolescente, concessões públicas, raça e etnia, gênero, diversidade sexual, questão carcerária e criminalização dos pobres. Eles também tiveram a oportunidade de participar de discussões sobre jornalismo e mídia policial e análise dos programas policiais.

algumas questões. Assistir aos programas, principalmente com a predisposição de análise sobre o conteúdo, ainda mais sendo uma observação comparativa, é relevante para sair do lugar comum, imediatista e generalizante que caracteriza muitas das avaliações sobre eles. Mesmo que todos os programas sigam um padrão e repitam problemas na abordagem da criminalidade e da violência, seria incorreto e injusto nivelá-los, deixando de reconhecer as tentativas que alguns fazem para corrigir erros e evitar novas falhas.

Em suma, os programas policiais não são todos iguais. No entanto, mesmo que alguns adotem uma linha editorial que revela um cuidado maior no trato das questões levadas ao ar, por vezes eles surpreendem negativamente, voltando a esbarrar em problemas que destoam do esforço empreendido de mostrar ao público material de melhor qualidade. A presença dos âncoras é determinante para que a diferenciação se estabeleça, mas o programa nem sempre reflete o perfil do seu apresentador, e mesmo que reflita, os equívocos aparecem, seja nas análises feitas por ele ou nas matérias realizadas pelas equipes de reportagem. O trabalho dos repórteres e cinegrafistas, por sua vez, pouco difere de um programa a outro, e novamente, mesmo para aquele que tem um grupo de profissionais mais preparados, não é raro que os problemas também se equívocem aos demais.

Embora a maioria dos equívocos seja facilmente atribuída a apresentadores, repórteres e cinegrafistas, a responsabilidade pelos acertos e desacertos deve ser dividida também com produtores, editores e ocupantes de cargos de comando e com os próprios empresários. A título de esclarecimento, como o monitoramento não teve a finalidade de personalizar a análise realizada, os profissionais não são citados, nesta publicação, pelo nome, mas pelo programa e emissora onde trabalham. No caso da *TV Cidade*, cujo programa conta com mais de um âncora, a opção foi seguir a diferenciação feita pela própria emissora, que define o principal como apresentador e o segundo como comentarista.

Por questões óbvias, a exceção ficou para as páginas de entrevistas, aliás um espaço destinado a todos os âncoras, embora dois não tenham aceitado o convite, deixando de contribuir, portanto, para tornar o conteúdo do material mais completo. Em relação aos personagens das notícias e comentários, optou-se também por manter a identidade preservada, salvo em alguns poucos casos, justificáveis em função do amplo conhecimento pela sociedade dos nomes mencionados. Por fim, é importante esclarecer ainda que a análise constante desta publicação se refere apenas aos programas gravados durante o monitoramento, não tendo sido levadas em consideração uma ou outra mudança feitas pelas emissoras após esse período.

Discursos fáceis, diálogos difíceis

Sem desmerecer algumas constatações recorrentes nas avaliações sobre a mídia, a análise dos programas policiais televisivos do Ceará tentou fugir de enquadramentos prévios e rotulações que, de tão usadas, viraram quase clichês. Os “discursos fáceis” dificultam, quando não encerram, as possibilidades de se estabelecer uma discussão com a mídia e, por isso, pouco contribuem para promover e qualificar o debate sobre o papel da imprensa.

Ao tomar como absolutos entendimentos apriorísticos, como os de que “jornalista deturpa as entrevistas”, “o jornalismo policial é mídia marrom” e “a imprensa é sensacionalista e age assim movida pelo interesse maior de vender jornais e revistas ou aumentar a audiência dos programas de rádio e televisão”, a tendência é manter os questionamentos na superficialidade. O que o monitoramento dos programas policiais de televisão do Ceará procurou fazer foi de-

monstrar esses vieses, quando possível, por meio de exemplos objetivos expostos nas edições, sem precisar recorrer a frases feitas, muitas vezes ditas e reditas sob a insuficiência de elementos que as justifiquem. E exemplos objetivos não faltaram, como poderá se observar ao longo desta publicação. A opção de elencar o maior número possível deles foi uma tentativa, inclusive, de dar ao leitor condições para perceber que os problemas são muitos e como eles se repetem.

Seria ingenuidade não levar em conta que as empresas de comunicação se movem por interesses comerciais, capitalistas, e que editores, chefes de reportagem, diretores de redação e empresários de comunicação, em menor ou maior medida, também estão a serviço desses interesses e, em algumas situações, direcionam o noticiário, exigindo até de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas o recorte que desejam, mas se torna precipitado, e às vezes chega a ser imaturo, o discurso de que toda e qualquer notícia é devidamente calculada e embute uma mensagem ideológica antecipadamente arquitetada. A própria dinâmica do jornalismo e, nesse caso, do telejornalismo, com a urgência do tempo de programas apresentados ao vivo, impede esse “planejamento” tão ideologizado.

A rotina frenética das redações se agrava com um quadro que os sindicatos dos profissionais têm desenhado há alguns anos: equipes de trabalho cada vez mais reduzidas. Para não enveredar por versões que, por mais comprobatórias que sejam, possam parecer meramente corporativistas, é importante notar que essa redução não se dá apenas em função do “enxugamento” realizado pelos empresários, mas porque a quantidade de profissionais contratados, mesmo sem corte de pessoal, torna-se insuficiente para atender um “comércio da informação” em crescimento acentuado – principalmente após a Internet –, que tem alavancado o aumento da demanda por cobertura jornalística. Um dos reflexos da globalização na área da comunicação é a circulação de notícias cada vez com mais rapidez e em grande quantidade.

A compreensão sobre a realidade – nova ou não – do trabalho nos meios de comunicação não deve servir, no entanto, para qualquer que seja a contemporização com os erros, mas, ao contrário, para robustecer os argumentos que tornem embasada e consistente a defesa por um jornalismo comprometido com a qualidade da informação e o respeito ao público, a partir do tratamento dado às fontes e à veiculação da notícia em si. Os exíguos prazos de fechamento, a correria para finalizar e editar as matérias, a concorrência que obriga a exibir as reportagens sem uma apuração mais cautelosa não justificam resultados com falhas, às vezes irreparáveis.

O jornalismo precisa ser realizado com altíssima responsabilidade, em qualquer que seja o meio – impresso, audiovisual ou Internet –, mas cada um tem peculiaridades que, se não forem levadas em conta ao longo do processo de preparação da notícia, podem comprometer o produto final. Em jornais e revistas, por exemplo, os prazos de fechamento são mais elásticos, a tiragem atinge um público muito menor do que nos veículos eletrônicos e o leitor tem a possibilidade de reler a matéria e esclarecer uma dúvida, compreendendo melhor a notícia. Na televisão, os programas têm horários fixos para ir ao ar, as informações são levadas a um número muito maior de pessoas, e o telespectador não pode voltar um VT para conferir um dado ou passa a ter acesso a determinada notícia quando ela já está em andamento – em geral, não se começa a ler uma notícia a partir da metade do texto, mas é comum parar diante da televisão no meio ou no fim da transmissão da informação.

Da mesma forma como a sociedade faz uso de “discursos fáceis” na crítica à mídia, esta utiliza tal expediente para rebater propostas que surgem do meio social ou dos poderes públicos no sentido de criar mecanismos de controle sobre a programação que assegurem mais qualidade à informação que o público irá consumir – consumir, aqui, no sentido de que a aquisição da informação correta deva ser tratada também como um direito do consumidor. Tais mecanismos nada

têm a ver com “retorno à censura”, tão comum no período em que os militares governaram o país (1964-1985), mas é assim que, geralmente, os empresários da comunicação, principalmente, mas não só eles, veem iniciativas nesse sentido, valendo-se da própria concessão pública que receberam para difundi-las como sendo uma tentativa de cerceamento. No caso dos programas policiais, a ausência de controle conduz a uma liberalidade tamanha que impressiona em algumas situações pelos excessos praticados no seu uso.

Um fator que tem colaborado para manter e consolidar os equívocos encontrados na maioria dos programas escamoteia um olhar preconceituoso não só sobre eles, em particular, mas sobre o chamado jornalismo de polícia como um todo: a área sempre foi vista – ou mal vista, para ser mais preciso – como uma categoria “menor” dentro do jornalismo, pela qual, ainda nos cursos universitários, os futuros profissionais de comunicação já expressam pouco ou nenhum interesse; e quando chegam efetivamente ao mercado, optam por outros segmentos. Quem segue pelo jornalismo policial, por opção ou porque ocupou o lugar que lhe restava, precisa comprovar muita competência e retidão para não ser olhado de revés no meio jornalístico, mas também intelectual.

Há de se admitir que, em relação aos programas policiais, a própria “intelectualidade”, seja em que espaço estiver, evita o confronto direto ou indireto com eles, mesmo identificando diversos senões à fórmula usual de exploração da degradação humana, em vida ou em morte. Muitos críticos preferem o embate menos acalorado e o debate mais elevado no âmbito do jornalismo de política ou de economia dos jornais e revistas de maior influência, por exemplo, ao nível de interlocução da maioria dos apresentadores, notadamente exaltado – para se referir apenas a tom da voz e ao entusiasmo na defesa dos programas manifestado pela maioria dos âncoras.

As visões que sequer concebem os programas como jornalísticos só contribuem para deixá-los cada vez mais à vontade, repetindo falhas e displicências no tratamento da notícia. Para qualificar a cobertura sobre criminalidade e violência, é preciso valorizar o jornalismo policial, que lida diretamente com o bem maior do ser humano, que é a vida, e considerar os programas policiais como uma categoria de jornalismo, sim. Mesmo que a maioria abrigue muitos profissionais que nunca sentaram nos bancos universitários dos cursos de Comunicação Social, a começar pelos apresentadores – no Ceará, apenas os âncoras do Barra Pesada e do Rota 22 têm formação na área –, os programas tratam com expressões do jornalismo, como as entrevistas e as reportagens.

Se falta qualidade ao conteúdo dos programas policiais, isso não deve ser motivo para classificá-los de outra forma, enquadrando-os, por exemplo, como programas de entretenimento ou de variedades. E independente de enquadramentos ou categorizações, é necessária uma mobilização social que resulte em mudanças significativas na linha editorial dos programas. Paralelamente ao diálogo com os representantes das emissoras e os profissionais que nelas trabalham, é necessário buscar saídas nas esferas de poder, principalmente porque as emissoras são concessões públicas, e portanto, quando fogem do compromisso com a qualidade da programação, desrespeitando a legislação brasileira, o governo pode e deve intervir.

A Classificação Indicativa, feita pelo Ministério da Justiça e regulamentada pela Portaria nº 1220/2007, foi importante ao impor às emissoras adequações à programação na tentativa de preservar crianças e adolescentes de conteúdos inadequados a sua faixa etária, sinalizando para as famílias se a audiência é livre ou se tem limite de idade e qual, mas é um recurso limitado ao conteúdo das produções do universo cultural e do entretenimento, em geral a ficção. Já a realidade, desnudada por programas com os mais diferentes perfis, não foi abarcada por esse mecanismo. A maioria dos programas policiais, por exemplo, vai ao ar por volta do meio-dia, embora haja passagens neles impróprias para veiculação em qualquer que fosse o horário.

Se a proteção dos direitos da criança e do adolescente como prioridade absoluta, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, na própria Constituição Federal e na Convenção sobre os Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário, foi o principal argumento dos movimentos sociais organizados nas reivindicações que levaram à adoção da Classificação Indicativa, a população em geral tem o direito a uma programação audiovisual de qualidade assegurada pela Lei Maior do Estado brasileiro. O artigo 221 do capítulo V da Constituição de 1988 remete ao poder do Estado intervir quando a programação das emissoras de rádio e televisão deixar de dar “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural-artística e jornalística” e respeitar os “valores éticos e sociais da pessoa e da família”.

Não seria difícil enquadrar os programas policiais, haja vista a assiduidade com que a dignidade das pessoas é violada na maioria deles. Para se contrapor às violações e cobrar o respeito aos direitos humanos e aos princípios éticos na programação televisiva, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados criou, em 2002, atendendo a uma deliberação da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada naquele ano, a campanha “Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania”, desenvolvida em parceria com organizações da sociedade.

Mais do que apresentar um ranking anual da baixaria na televisão, resultado das denúncias formuladas pelos telespectadores para um número telefônico disponibilizado gratuitamente à população, a campanha procura dar visibilidade a uma discussão que envolve os conceitos de liberdade de expressão e de imprensa, comumente também utilizadas como “discurso fácil” para justificar o que se configura abusos na programação. As justificativas dos representantes ou defensores dos programas se revestem, na verdade, de desvirtuamentos. Enquanto a liberdade de expressão e de imprensa deveria estar associada à garantia de qualidade nos produtos que as diversas mídias oferecem ao público, passa a ser usada como permissividade para o baixo nível. “O povo gosta” e “é a linguagem popular” são explicações frequentes para o festival de baixaria e desrespeito dirigido a camadas de menor poder aquisitivo da população e envolvendo pessoas que fazem parte dela, os moradores das periferias dos grandes centros urbanos e das cidades de pequeno e médio porte.

Apenas para incitar as reflexões a respeito dos altos índices de audiência dos programas, vale lembrar uma observação feita por Mayara Carolinne Beserra de Araújo e Raimundo Nonato de Lima no artigo *Mostra o morto que o povo gosta: quem disse? – um estudo de recepção sobre programas policiais, e estratégias de mudança: “É demasiado simplório atribuí-la somente à ingenuidade ou até ao sadismo do espectador, como se ele tivesse “sede” de assistir a programas sanguinolentos à hora do almoço; como se ele fosse um simples trabalhador cansado e débil diante da TV”. É preciso considerar também a linguagem mais acessível, a relação de proximidade e o sentimento de justiça, acolhimento e representatividade que os programas despertam nas camadas populares que garantem sua sobrevivência.*

Esta publicação, ao sistematizar em mais de 300 páginas a análise dos programas policiais de televisão no Ceará, procura suscitar um movimento amplo para a discussão sobre o modelo desses programas. Para além de setores organizados da sociedade, poderes públicos e universidades, o convite é extensivo aos meios de comunicação e aos patrocinadores dos programas, que, vale antecipar o que se encontrará mais adiante, não são poucos, o que revela que, ao contrário do que se tem comemorado, ainda persiste o interesse em anunciar nesses espaços. Tele(visões): violência, criminalidade e insegurança nos programas policiais do Ceará pretende contribuir para as reflexões que fortaleçam o sentimento e a mobilização por uma comunicação mais democrática, com mais qualidade e a serviço da promoção da cidadania e dos direitos humanos.

1

NO AR: CRIME, SANGUE E INSEGURANÇA

"Tá lá o corpo estendido no chão (...)
Em vez de reza uma praga de alguém
E um silêncio servindo de amém..."

João Bosco em De frente pro crime

Madrugada. Às 5 horas, um novo dia se prepara para nascer, mas no Canal 22 a violência passada insiste em se fazer atual. O dia começa trazendo o noticiário policial de véspera. “Por uma sociedade mais justa e pacífica, pela garantia dos nossos direitos constitucionais, está no ar o Rota 22”, anuncia o apresentador. Logo depois que o programa da TV Diário encerra, o da TV Cidade tem início, também requeitado. Às 7 horas, a violência do dia anterior passa a ser reprisada, na primeira edição do Cidade 190.

Meio-dia. Com o bordão “Mostrando a vida exatamente como ela é e como não deve ser”, entra no ar, às 12 horas, o mais antigo programa policial televisivo em exibição no Ceará: o Barra Pesada, transmitido pela TV Jangadeiro há 21 anos, mesma idade da emissora. Quinze minutos depois, o Cidade 190 passa à quebra de braço pela audiência no horário pobre do jornalismo policial, dessa vez com notícias quentes. Às 12h40min, a briga aumenta, tendo início o mais longo de todos os programas, o Comando 22, que se estende até as 15 horas. O Barra Pesada e o Cidade 190 terminam às 13h30min.

Noite. Quando o dia cai, o programa Rota 22 aparece novamente, agora em versão inédita, embora nem todas as notícias o sejam, pois algumas já foram dadas pelo programa vespertino da emissora. O último programa policial do dia começa a ser exibido às 18h20min e prossegue até as 20 horas.

É assim de segunda a sexta-feira. E o fim de semana não dá descanso. No sábado, às 13 horas, vai ao ar o programa semanal Os malas e a lei, também pela TV Diário, além da reprise e da edição diária do Rota 22, nos horários habituais; e no domingo, o programa semanal é novamente exibido, às 5 horas.

Por semana, são cerca de 50 horas de programas policiais na televisão cearense, o que corresponde a mais ou menos 7 horas diárias, ou mais de 9 horas por dia, considerando-se as 44 horas de programas levados ao ar nos dias ditos úteis. Dos cinco, quatro são veiculados a partir do meio-dia. Almoço indigesto, dada a quantidade de sangue que verte na tela. Violência sem limites, exibição sem controle.

Alguns anos atrás ignorado, e agora nem sempre seguido à risca, o recurso das imagens desfocadas apenas ameniza a superexposição das poças de sangue e dos corpos à espera dos peritos ou sendo jogados nos gavetões da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce). Muitas vezes, esse recurso é utilizado somente em enquadramentos fechados, mas, mesmo assim, o longo tempo que os cinegrafistas levam na captura das imagens, e que é preservado pelos editores, valoriza a sangueira e causa a sensação de exploração mórbida.

Mesmo quando não há imagens para fazer a exposição, o discurso carregado faz crer que elas existem. “Você vai ver o rastro de sangue (Cidade 190 - 10.5.2010)”, anunciou o apresentador da TV Cidade, sobre a retirada dos corpos de dois operários em um acidente nas obras do metrô em Fortaleza. A matéria não traria o que foi mais acentuado na chamada do âncora: o sangue em demasia. Menos mal.

Se não há sangue em abundância nos locais das ocorrências, os programas exibem os vestígios que ficaram ali. E mesmo quando existem imagens suficientes, elas ainda são realçadas pelo áudio. “Muito sangue, a massa encefálica... (Rota 22 - 10.5.2010)”, relatou o repórter da TV Diário, enquanto o cinegrafista registrava um corpo exposto na calçada de uma igreja.

Em maior ou menor intensidade, a valorização das imagens é praticamente uma regra. Quando os corpos não são exibidos, tamanho o estrago deixado pela violência, o apresentador

ou o repórter quase sempre explicam o porquê, mas sem excluir as referências a detalhes chocantes. “A gente não pode mostrar uma imagem dessa num programa numa hora dessa. Tem crianças assistindo, tem pessoas que não podem passar por fortes emoções, tem pessoas hipertensas, pessoas emotivas demais (Comando 22 - 26.4.2010)”, disse o apresentador da TV Diário, ao noticiar que, em um fratricídio em Maranguape, na região metropolitana de Fortaleza, a vítima quase foi decapitada.

É “em respeito aos telespectadores” que o Barra Pesada justifica não mostrar os corpos, mas na edição de 19 de abril, um dos repórteres do programa, ao explicitar a opção de não exibir imagem da vítima de um atropelamento, acrescentou que o corpo já estava sem perna. O Barra apela menos para o grotesco, registrando a distância a perícia dos corpos e optando por enquadramentos de partes das vítimas, como os pés ou as mãos, mas numa mesma edição pode surgir tratamento destoante. No dia 6 de abril, o programa usou discrição nas imagens do adolescente de 15 anos morto sob acusação de roubar uma bicicleta, mas valorizou as marcas de sangue que ficaram nos locais dos assassinatos de um pecuarista em Juazeiro do Norte e de um policial rodoviário na capital.

[MONITORANDO

Sutil, mas nem tanto. Na edição de 30 de abril, os programas policiais exibiram imagens de um adolescente morto, segundo a Polícia, durante perseguição policial em Pacatuba, município da região metropolitana de Fortaleza. Ele estaria junto de um homem que já era procurado sob a acusação de vários crimes. O Barra Pesada exibiu com mais sutileza a imagem da vítima, caída por trás do mato, mas, a exemplo do que fizeram os outros programas, mostrou em detalhes revólveres que teriam sido usados pelo adolescente posicionados ao lado do corpo.

No caso de um flanelinha morto por outro no bairro Dionísio Torres, apenas o Cidade 190 não fez cobertura. Nem por isso, deixou de registrar o crime, mesmo que fosse em três frases. “Violência com sangue e morte agora, agora, na (Avenida) Pontes Vieira. Mataram um flanelinha. O criminoso já foi preso (Cidade 190 - 14.4.2010)”, disse o apresentador. Se faltaram informações a tempo à TV Cidade, sobram particularidades exploradas pelas concorrentes Diário e Jangadeiro. O Comando 22, o Rota 22 e o Barra Pesada exibiram matérias mostrando o percurso feito pela vítima até cair morta. As imagens do corpo, mesmo coberto, foram exibidas repetidas vezes. Os repórteres enfatizavam o número de golpes a faca e descreviam a via crucis: “Nós vamos mostrar o percurso do rapaz de apenas 30 anos de idade que sofreu cerca de 15 facadas (...) Vamos mostrar aqui as manchas no chão de sangue”, dizia o repórter da TV Diário.

No mesmo dia, um homem agredido no Centro da cidade apareceu no Canal 22 sendo entrevistado ainda com a boca sangrando. Para compor o quadro dantesco, o repórter informou que a vítima havia perdido quatro dentes, e ainda mostrou a esposa dele com os pés também sujos de sangue do companheiro. Sem edições, a matéria do Comando 22 foi reproduzida pelo Rota 22. O programa Cidade 190 não entrevistou a vítima, mas mostrou em close e repetidamente a cavidade oral ferida.

“A cena é horripilante, horripilante. O senhor ficou totalmente mutilado (Cidade 190 - 22.4.2010)”, enfatizou na semana seguinte o repórter da TV Cidade, ao cobrir o atropelamento que deixou um metalúrgico morto em Maracanaú. Cena horripilante, mas registrada pelo cinegrafista, cujas imagens, embora desfocadas, mostravam o corpo coberto e o acúmulo de sangue ao redor dele. A equipe do Barra Pesada foi cuidadosa no uso das imagens, mas nem tanto na narração do fato. “As cenas do corpo da vítima são muito fortes. Nós não temos como

mostrar, em respeito ao nosso telespectador e em respeito à família dessa vítima também, que teve o corpo totalmente mutilado”, disse o repórter. A edição das imagens privilegiou o veículo danificado, a bicicleta retorcida, mas também os sinais de sangue no asfalto.

Já a equipe do Rota 22 não se contentou em mostrar o para-choque e o para-brisa do carro e a bicicleta destruídos nem em relatar que a vítima havia sofrido várias fraturas na cabeça e nos membros inferiores. As imagens do corpo, mesmo sem nitidez, não deixavam de causar incômodo. Ao falar sobre o carro avariado, o repórter pediu ao cinegrafista para mostrar imagens do sangue: “Você observa muito sangue ali em cima do veículo. Se o (cinegrafista) puder mostrar, aqui, (cinegrafista). Muito sangue da vítima. Ali no banco também, (cinegrafista), se puder mostrar, muito sangue da vítima”. Na mesma edição, o mesmo repórter explorou, em informações e imagens, as minúcias do homicídio praticado contra uma mulher pelo ex-companheiro: “Ele pegou a faca e desferiu várias facadas, inclusive uma das facadas atingiu o pescoço da vítima. Ela caiu bem ao lado aí da cama. Você observa também a cama. Muitas manchas de sangue na cama, no chão, e logo depois que ele percebeu que ela estaria morta, ele começou a se esfaquear”.

É evidente o esforço dos cinegrafistas, mas também de alguns repórteres, em obter os registros, como se não satisfizessem nem só as imagens nem só as descrições. Se os corpos estão à mostra ou semicobertos, em geral sob fino tecido, o repórter intercala o relato das ocorrências com pedidos aos cinegrafistas para captação das imagens. Em palavras e/ou imagens, alternam-se em dissecar os corpos, superexpor cadáveres.

Na edição do dia 18 de maio, o cinegrafista do Rota 22 não precisou mostrar as vísceras do corpo de um homem encontrado em Caucaia porque a narração do repórter já era suficiente: “Pra se ter ideia da violência, do impacto do tiro, partes do intestino do rapaz está saindo; (o tiro) atravessou todo o corpo do rapaz”. Já na edição de 26 de maio, também do Rota 22, não foi necessário o relato do repórter. O cinegrafista se encarregou de captar imagens em plano fechado de moscas rondando a mão ensanguentada de uma pessoa vítima de atropelamento. O editor preservou as imagens e ainda as escolheu para ilustrar uma das chamadas de abertura do programa, quando, em tese, são anunciados os principais assuntos da edição.

Quando o cinegrafista não registra as imagens nem o repórter ou o apresentador fazem a descrição, nem por isso os detalhes deixam de ser informados. Na edição de 7 de abril do Comando 22, sobre a execução de um homem na Barra do Ceará, seria o subtenente entrevistado quem diria que os tiros deixaram a vítima com o “rosto completamente desfigurado”. Mas não bastam detalhes. É preciso mais, é preciso detalhes mínimos e exploração máxima. “Olha aqui: como é que ficou o para-brisa do ônibus, a (marca) da pancada na cabeça da senhora ficou aí nesse para-brisa. Ainda há até cabelo, ó, ainda há cabelo aqui. Não sei se dá pra mostrar, (cinegrafista), os fios de cabelo que ficaram na forte pancada (Comando 22 - 9.4.2010)”, insistiu o repórter, após acompanhar o socorro à vítima de um atropelamento no bairro Cocó. Não se dando por satisfeitos em explorar os pormenores, o repórter ainda disse que a massa encefálica da mulher estava exposta e o cinegrafista se deteve sobre o sangue no chão.

Sem o discernimento necessário, os programas mostram cenas degradantes, expõem corpos em circunstâncias aviltantes, exibem pessoas em condições subumanas, num desrespeito aos familiares das vítimas e aos telespectadores. Sem necessidade, registram os fatos com “lentes de aumento”. Na edição de 13 de abril, o Rota 22 acompanhou a atividade pericial sobre um corpo coberto por lama encontrado em um matagal no bairro Itaperi e, segundo o relato do repórter, pelo que parecia, o corpo encontrava-se em estado avançado de decomposição. O que se via no vídeo já nem mais lembrava um homem.

A (anti)estética da violência

A mensagem que os programas policiais procuram transmitir não se expressa apenas no conteúdo das notícias e das análises, mas como eles as apresentam ao público. Nesse sentido, a estética – ou antiestética – dos programas tem muito a dizer. Cores, cenário, vinhetas, trilhas sonoras, aberturas revelam do perfil de cada um e não estão desvinculados de uma comunicação cuja tônica é a violência.

O predomínio da cores vermelha e preta em todos os programas, à exceção do *Barra Pesada*, não é uma simples coincidência. No imaginário das pessoas, o vermelho sempre guardou alguma associação com o sangue e o preto com a morte – na cultura brasileira, é a cor do luto, inclusive. No programa *Os malas e a lei*, essas cores, presentes na vinheta de abertura e no cenário do programa, são apenas suavizadas pelo branco e por desenhos vazados, mas ilustrativos de ocorrências policiais, prostituição e operação de socorro, como as animações de um homem atirando, outro correndo de uma viatura, uma garota de programa “fazendo ponto” em via pública e um helicóptero com pessoas descendo em cordas como se participassem de um resgate.

As mesmas referências são usadas por outros programas. O cenário do *Cidade 190* tem ao fundo um grupo de homens atrás de grades, um deles segurando um pedaço de pano ou de papel branco com um nome escrito: “paz”. Mesmo com essa alusão, a violência é o que se sobressai. As grades se repetem na logomarca do *Cidade 190*, e entre um trecho e outro das chamadas de abertura do programa ou ao fim de cada matéria exibida, elas se fecham em uma animação que inclui ainda o estampido de um disparo cuja bala forma o “zero” do “190”.

Trilhas em background durante o programa ajustam-se aos diferentes momentos. Assim, as chamadas ou análises do apresentador ou do comentarista, a exibição de matérias ou quadros e o anúncio de produtos ou serviços ganham, em geral, sonoridades específicas, ajudando a transmitir uma mensagem e despertar sensações de suspense, medo, comoção, indignação. A trilha de uma matéria sobre o atendimento a uma vítima do trânsito, por exemplo, tende a ser diferente da que foi utilizada em uma reportagem sobre uma perseguição policial.

A começar pela própria vinheta de abertura, o *Barra Pesada* é menos ostensivo que os outros programas de mesmo segmento. Embora inclua alguns elementos tipicamente do meio policial, como agentes de segurança armados em operação, a imagem se dilui entre outras, como as de um helicóptero que sobrevoa a cidade, do maior hospital de emergência do estado e do movimento de veículos e pessoas na cena urbana. Já o cenário, com imagens de prédios ao fundo, toma novamente a cidade como referência, mas apenas parte dela, onde se concentra a população de maior poder aquisitivo, embora o programa se volte para outra fatia de público.

[MONITORANDO

Chamariz para prender o telespectador.

O programa *Cidade 190* começa sempre com uma introdução do apresentador que se assemelha a um editorial para a televisão. O tom é indisfarçavelmente opinativo, e o assunto é geralmente tratado em uma enquete diária. Ao invés de chamadas, comuns aos outros programas, a abertura do *Cidade 190* tem um formato mais inovador em termos de edição: após a introdução feita pelo âncora, é exibida uma seleção de trechos das matérias do dia explorando imagens fortes e áudios dos repórteres ou das fontes.

Mais moderado, o *Barra Pesada* também usa músicas de fundo ao longo do programa, embora com poucas variações, geralmente como diferencial em função de matérias especiais ou séries de reportagem. Ao contrário do *Cidade 190*, elas cumprem menos essa função de causar sensações no telespectador, pois uma mesma trilha parece ser usada tanto para uma matéria sobre violência quanto para outra que aborde problemas que afligem uma comunidade, por exemplo.

Os programas *Rota 22* e *Os malhas e a lei* repetem as trilhas no início e fim dos programas e ao término de cada bloco. No *Comando 22*, além desses três momentos, o programa dedica sonoridades especiais para o quadro em que aparecem apenas as silhuetas das pessoas fazendo solicitações ao apresentador e também por ocasião de matérias que expõem dramas individuais, geralmente em função de alguma patologia, disfunção orgânica ou pobreza. A intenção é emocionar os telespectadores.

Ao invés de assumir uma postura afirmativa por uma cultura de não-violência, os programas adotam elementos nas aberturas e nos cenários que reforçam a insegurança e o medo. Fotografias de prisões sendo efetuadas, detentos com tarjas nos olhos e criança correndo compõem o cenário do *Rota 22*. No do *Comando 22*, várias imagens dizem de operação policial, manifestações públicas, ocorrência no trânsito, contrastes entre a pobreza e a riqueza da cidade, exploração sexual e criminalização da infância, com crianças de venda nos olhos e inalando substância supostamente entorpecente.

[MONITORANDO

O popular e o popularesco. Duas referências aos programas policiais da TV Diário encontradas na Internet (pt.wikipedia.org/wiki/Rede_Diário) são reveladoras da diferença entre um e outro – “*Rota 22: Programa de notícias policiais*”, “*Comando 22: Programa popularesco de notícias policiais*”.

Na abertura do programa, um alvo se desloca entre imagens também diversas – operação policial, presos em delegacia, pessoas algemadas sob escolta de policial com close em arma no cós da farda e jornal com manchete sobre acidente fatal. A vinheta de abertura se encerra com o som de uma sirene e o efeito de um luminoso sobre a logomarca do programa. O som remete ao sinal emitido pelas ambulâncias, por carros do Corpo de Bombeiros ou por viaturas policiais e é utilizado cada vez que o apresentador anuncia as notícias, indicando para o telespectador que determinada matéria vai ao ar logo em seguida ou no próximo bloco do programa.

Mesmo predominando na estética televisiva a opção por conteúdos e imagens menos densos para encerrar os noticiários, há programas policiais que fogem a essa orientação. O *Cidade 190* se despede dos telespectadores com uma seleção de imagens fortes. Mesmo após sumirem os créditos, são apresentados em sequência trechos que incluem agressão policial, pessoas em correria, viatura em movimento, ambulância, superlotação de delegacias, colisão, capotamento, confronto entre manifestantes e Polícia, assalto a mão armada e até um corpo sendo recolhido para o rabeção do Instituto Médico Legal (IML). É o fim.

Ancoragem que faz a diferença

Comentários longos, repetitivos e em tom de aconselhamento são uma marca – mais ou menos – comum à maioria dos apresentadores dos programas policiais, mas a postura deles é determinante na formatação da linha editorial de cada programa. Isso pode ser observado com bastante clareza quando comparados os programas de uma mesma emissora. A TV Diário tem

três programas policiais apresentados por âncoras diferentes. Embora haja matérias reprisadas entre eles, o *Rota 22* se diferencia dos demais em função do apresentador, que tem como uma das características principais a formulação de análises extensas – na edição de 6 de abril, ele chegou a falar seis minutos e 13 segundos sem interrupção nem inserção de imagens, apenas com mudanças de câmeras; no máximo, variações de plano, para meio aberto ou fechado.

As análises expressam claramente a opinião do apresentador sobre temas polêmicos ou triviais, e não denotam prejulgamentos ou apelo à violência. O próprio bordão de abertura do programa – “Por uma sociedade mais justa e pacífica, pela garantia dos nossos direitos constitucionais, está no ar o *Rota 22*” – sinaliza noutra direção, ao evocar o pacifismo e a Constituição Federal. O programa tem a desvantagem de contar com um grupo de repórteres que se reveza com os outros dois programas policiais da emissora e, portanto, não mantém sintonia com o discurso do apresentador, que surpreende por uma visão mais progressista, embora escorregue em algumas situações.

Um diferencial simples, mas revelador do perfil do *Rota 22* é o espaço dedicado ao fim de cada bloco para divulgar telefones e endereços eletrônicos importantes, não apenas da área policial. Em áudio e caracteres, são apresentados os números das delegacias especializadas, como a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (Dececa), Delegacia da Mulher e a Delegacia de Narcóticos (Denarc), mas também de órgãos e instituições responsáveis por prestar informações e serviços relacionados a carteiras estudantis (Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - Etufor), trânsito e iluminação pública (Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania - AMC) e dependência química (Alcoólicos Anônimos – AA).

Outros telefones de delegacias também são informados ao fim de entrevistas com delegados para que a população possa ajudar a Polícia fornecendo informações que levem à localização de pessoas ou facilitem a investigação de casos. O anúncio do próprio telefone da tevê, divulgado em todos os programas da emissora, no *Rota 22* ganha uma função mais em sintonia com demandas comunitárias. “Nós podemos fazer muito pelo seu bairro, pela sua comunidade”, diz o âncora, lembrando que o telespectador pode ligar para o número e denunciar “falta de policiamento, segurança, saúde pública, saneamento” e informar sobre fatos que mereçam ser noticiados. “Coloque seu bairro, sua comunidade, sua rua no ar, aqui na TV Diário (*Rota 22* - 18.5.2010)”.

Até mesmo para agradecer a audiência ou cumprimentar algum telespectador, o programa se mostra mais criterioso. Ao invés da “lista” de nomes usual em outros programas, o *Rota 22* faz menos citações, lembrando personagens mais significativos. Na edição de 22 de abril, por exemplo, o âncora saudou um telespectador do bairro Monte Castelo porque estava completando 102 anos naquele dia. O programa também exibe imagens das câmeras do Controle de Tráfego em Área de Fortaleza (CTA For), numa parceria com a AMC, oferecendo ao público a visão sobre principais ruas e avenidas da cidade e trechos engarrafados. Além do *Rota 22*, o único programa policial que leva ao ar o monitoramento da AMC é o *Barra Pesada*, orientando o telespectador a evitar as vias com dificuldades de fluidez no tráfego. A similaridade é sintomática porque também traduz da linha editorial do *Barra*.

O programa da TV Jangadeiro, apesar de pioneiro da atual geração de programas em um ramo de jornalismo que se notabilizou pela exploração da desgraça humana e pelo desrespeito às fontes e aos próprios telespectadores, conquistou, com a maturidade, um nível de qualidade que suscita a esperança de que os programas policiais podem – e devem – passar por uma mudança de perfil. A principal diferença também está na condução do programa, cujo apresentador procura escapar do lugar comum do noticiário policial de televisão, por meio de análises mais

humanistas e avaliações mais aprofundadas. No entanto, mesmo tendo hoje uma diversidade maior de assuntos, fugindo do perfil exclusivamente policial, e uma equipe de profissionais que demonstra um cuidado maior no trato da notícia, a cobertura factual da violência ainda ganha tratamento parecido ao dos outros programas, repetindo falhas e açodamentos.

[MONITORANDO

Faca de dois gumes. O Barra Pesada conta com uma equipe de repórteres que adota um tom ora mais analítico, ora mais opinativo mesmo, o que é menos frequente entre os profissionais dos outros programas, que geralmente se limitam a dar as informações, cabendo as avaliações mais aos apresentadores. Enquanto tendem a qualificar a cobertura dos fatos com as análises, os repórteres do Barra desqualificam-na ao emitir opinião tratando de assuntos delicados, sob o risco iminente, quando não constatado, de equívocos e prejudgamentos, o que se perceberá ao longo dos próximos capítulos.

Das ondas do rádio para os holofotes da televisão

Os seis apresentadores dos programas policiais de televisão no Ceará são egressos do rádio. Alguns, inclusive, ainda se revezam entre um veículo e outro. Explica-se, portanto, a reprodução na tevê de uma linguagem afim ao veículo das ondas hertzianas. A televisão prescinde da carga mais emotiva emprestada ao rádio porque, ao contrário desse, que só tem a voz para comunicar, aquela combina imagem e som, mas o que se vê – e ouve – nos programas policiais, em geral, é o uso de uma linguagem dramática e apelativa, embora também objetiva, ágil, de fácil compreensão.

A transferência soa inadequada a um veículo que tem linguagem própria. A relação com o telespectador, por exemplo, não é tão próxima quanto o contato com o ouvinte. Por ser o rádio um meio de comunicação que estabelece uma maior intimidade com o público, é quase natural o radialista ou locutor agradecer no ar a audiência citando as pessoas pelo nome e indicando onde moram. Na televisão é para ser diferente, mas todos os apresentadores dos programas policiais – alguns mais, outros menos – fazem uso dessa proximidade com o linguajar e o sentimento populares.

Mais uma vez, o Barra Pesada e o Rota 22 são mais comedidos, embora os âncoras não deixem, por exemplo, de fazer o convite para uma missa de sétimo dia ou de um mês de falecimento de alguém. Já n'Os Malas e a lei, a cada bloco, vários telespectadores são lembrados pelo âncora. O Cidade 190 faz o mesmo ao longo das edições, com os apresentadores mandando cumprimentos a pessoas de bairros diversos da capital e cidades várias do interior.

No Comando 22, o apresentador termina as edições sempre com uma lista de telespectadores e seus respectivos bairros, cidades, estados e até países – moradores de Portugal já foram citados no programa. Ao longo da edição, o apresentador também aproveita para mandar abraços ou fazer agradecimentos, sempre se dirigindo às pessoas pelos nomes ou até mesmo pelos apelidos com os quais são conhecidas.

[MONITORANDO

Voo rasante. As edições do mais longo dos programas policiais cearenses, o Comando 22, encerram sempre com o “voo dos campeões”. A expressão é usada pelo apresentador para listar nomes de telespectadores do programa. Ao fim, a imagem de um avião com a insígnia do programa decola, ao som de uma conhecida música: “E vai subindo, e vai subindo, e vai subindo, e vai subindo...”

2

O ESPETÁCULO DA VIOLÊNCIA

"A televisão, essa última luz que te salva da solidão e da noite, é a realidade. Porque a vida é um espetáculo: para os que se comportem bem, o sistema promete uma boa poltrona"

Eduardo Galeano

Na cena do crime. A expressão é por demais apropriada para o que se tornou a violência na contemporaneidade: um espetáculo. Um corpo estendido no chão é o protagonista na tragédia real, cotidiana, banalizada. Em geral, o antagonista – o assassino – é fugaz. Na gravação desse drama, o *setting* principal é isolado para terem acesso a ele apenas os atores coadjuvantes: policiais e peritos. Assim, a plateia assiste a tudo, e tudo é verdade, mas se assemelha a encenação.

As pessoas, em aglomeração, satisfazendo-se com um *voyeurismo* mórbido, mais lembram figurantes, embora costumeiramente fujam ao *script*, acenando e sorrindo para as câmeras dos programas policiais. Sim, repórteres e cinegrafistas estão ali para conferir esse caráter virtual da realidade, “conferir” no seu amplo significado, ou seja, dar virtualidade ao real, mas também verificar a violência para midiaticizá-la.

Registrar é preciso. Viver não é preciso? Há um público presente, mas também um público ausente, que necessita, mesmo a distância, assistir ao espetáculo, cuja principal atração é... a violência. Enquanto o público presente tem o “privilegio” de constatar (quase) tudo em tempo real, o público ausente tem direito a reprises. O trecho de uma matéria é repetido uma, duas, três, quantas vezes forem necessárias para envolver os assistentes.

A imagem é o elemento primordial do jornalismo televisivo, e se excepcional e exclusiva, nada mais natural que seja devidamente valorizada como informação jornalística. Mas não seriam esses os argumentos que justificassem, por exemplo, a exibição 11 vezes de um assassinato, como fez o *Barra Pesada* no dia 22 de abril. Câmeras flagraram o crime em uma praça na cidade de Brejo Santo, no sul do Ceará; a equipe do programa teve acesso às imagens e as exibiu como um filme da vida real. O homicídio envolveu três pessoas – além da vítima, dois autores, sendo que um deles recarregou a arma e voltou a atirar. A cena também foi assistida *in loco* por um motociclista que, depois dos disparos, saiu como se nada tivesse acontecido. Ao longo da edição, o apresentador fez cinco chamadas e um comentário final, usando quatro vezes as imagens, que foram exibidas mais sete vezes durante a veiculação da matéria.

O programa *Cidade 190* seria mais comedido ao mostrar duas vezes o registro de um homem atirando em outro, após assalto, em um bar no Centro de Fortaleza, provavelmente

[MONITORANDO

...**Caso Eloá.** O mais longo sequestro em cárcere privado já registrado pela Polícia de São Paulo, que começou no dia 15 de outubro de 2009, terminou em tragédia no dia 18, após quase 100 horas. A adolescente de 15 anos, Eloá Pimentel, morreu ao ser atingida na cabeça e na virilha por tiros disparados pelo sequestrador, o ex-namorado Lindemberg Fernandes, quando policiais explodiram a porta do apartamento onde estavam, em Santo André, e passaram a entrar em luta corporal com o acusado.

A amiga de Eloá, que também era refém, Nayara Rodrigues, sobreviveu, apesar de atingida no rosto. O jovem foi levado para a delegacia e, depois, para a cadeia pública do município. Posteriormente foi encaminhado ao Centro de Detenção Provisória de Pinheiros (SP), na cidade de São Paulo.

A cobertura da imprensa, segundo alguns especialistas, foi precipitada, espetacularizada e contribuiu para o fim trágico. Um dos principais questionamentos foi à cobertura da TV Globo e da Rede TV!, especialmente às entrevistas por telefone com Lindemberg e Eloá, feitas ao vivo pela apresentadora do programa *A Tarde é Sua*, usando a linha telefônica direta que a Polícia montou para tentar dar fim ao sequestro.

porque, nesse caso, a vítima não tenha morrido. Se as imagens do circuito interno de câmera foram usadas com parcimônia, a chamada do comentarista seria superlativa: “Imagens muito fortes”, “a realidade nua e crua da cidade de Fortaleza”, “Fortaleza real”, “A vida como ela é (Cidade 190 - 26.5.2010)”.

O registro audiovisual feito pelos sistemas de gravação dos estabelecimentos assegura fidelidade à notícia, fidelidade também garantida pelos flagrantes realizados por equipes de televisão. Na edição de 30 de abril, o *Barra Pesada*, além de reprisar a matéria exibida no dia anterior em rede nacional pelo SBT, à qual a *TV Jangadeiro* é afiliada, selecionou, para mostrar novamente, o trecho de um tiroteio entre a Polícia e facções rivais de traficantes registrado pela própria equipe de reportagem, em Madureira, bairro da zona norte do Rio de Janeiro. “Olha, não é gravação de cinema, não. Isso aí são cenas reais”, salientou o apresentador.

Mas a realidade também tem cores e sons que lhe são atribuídos. Os efeitos de edição, com a manipulação de imagens e áudios, para a exibição de determinadas matérias dão, ainda mais, um aspecto ficcional a fatos reais, e são recursos usados com frequência pelos programas *Barra Pesada* e *Cidade 190*. A cada edição do programa da *TV Cidade*, por exemplo, as cenas extraídas das matérias que vão ao ar compõem uma sequência de abertura que remete, inclusive, a trailer de filme.

No espetáculo da violência, quando os personagens não se perdem no anonimato, os nomes, e muitas vezes codinomes, ficam diluídos numa lista, cada vez mais crescente, de crimes e atos infracionais. Não fosse horrendo o espetáculo, as alcunhas caberiam muito bem em desenhos animados – acusados, vítimas e até defensores da lei aparecem no noticiário com sugestivas denominações: Alex Piu-Piu, Bananeira, Barriga, Besouro, Bil, Bira-Bira, Boi, Bola, Bundinha, Buiú, Cabeludo, Cassaco, Cavalo de Fogo, Corcoran, Guerreiro, Índio, Joca, Lilu, Lourinho, Malvado, Marquinhos Bundão, Milu, Mingau, Nenem Gaguim ou Comando, Nen, Noé, Olho Cego, Pato, Pedrinho, Perebinha, Pezinho, Pica-pau, Preto, Rec, Robocop, Tatá, Vaqueiro, Zan, Zé do Rato...

Mas o espetáculo é real, e se guarda alguma analogia com a ficção, não é com o universo onírico das histórias infantis, mas com as tramas de terror e suspense. O pano de fundo, muitas vezes, está na relação que esses personagens, alguns ainda crianças, estabelecem com a dependência química e o tráfico de entorpecentes, especialmente o crack. A droga chega a ganhar referências diabólicas na fala dos apresentadores, mas, sobretudo, no enredo particularmente dramatizado de um repórter do *Cidade 190*, que oculta a identidade verdadeira atrás do personagem que encarna, o “Águia Dourada”, e também faz do humor um estilo próprio. É a tragicomédia da vida real.

Faça chuva ou faça sol, a plateia e os programas estão presentes

“Chove torrencialmente na capital cearense. Mesmo assim, o que a gente observa é uma grande quantidade de curiosos (...) As pessoas se aglomeram. Muita gente reclama porque, no momento do homicídio, os populares se aproximaram demasiadamente e houve uma reação por parte de alguns policiais militares. As pessoas reclamam que foram agredidas pelos militares do Ronda do Quarteirão (*Barra Pesada* - 19.4.2010)”, observou o repórter da *TV Jangadeiro*, na edição de 19 de abril, ao acompanhar o caso de um homicídio a bala no bairro Jurema, no limite entre Fortaleza e Caucaia.

Sob a água que caía, dezenas de pessoas assumiam diferentes papéis: “velavam” o corpo do jovem, “matavam” a sede de curiosidade pelo que é funesto ou, simplesmente, se juntavam

à turba, indiferentes, em manifestações de alegria aparentemente inexplicáveis, exercitando a banalização da violência. Tão banal quanto a reação da comunidade era o próprio assassinato do rapaz, que havia sido morto porque teria despertado ciúme no namorado de uma mulher para quem oferecera uma carona de carro. O programa policial, que tratou o homicídio como um crime passional, tão comum à dramaturgia, esteve no local para registrar o espetáculo *nonsense*, que, naquele caso específico, expunha estranhamente um caráter de entretenimento: crianças e adolescentes riam e saltavam, em função da presença ou não da câmera, como se estivessem se divertindo na noite chuvosa. O espetáculo teria reprise. Exibida no início do programa, a matéria voltou a ser veiculada no último bloco, pelo absurdo que o caso representou para os telespectadores – justificou o âncora.

Faça chuva ou faça sol, plateia não falta; programas policiais, também não. Na edição de 14 de abril do *Comando 22*, o repórter chegou a questionar o amontoado de curiosos diante de uma vítima do trânsito, mas a própria equipe do programa não se furtou de acompanhar em detalhes a tentativa de ressuscitação, querendo as melhores imagens da massagem cardíaca realizada pelos profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). “É uma falta até de respeito das pessoas. É todo mundo em cima e o socorro tá sendo feito agora pela equipe do SAMU (...) É muita gente no local, e as pessoas acabam tumultuando e não deixando que a equipe do SAMU trabalhe como deve trabalhar”, questionaria.

No mesmo dia, outro caso despertou observação semelhante do apresentador do *Barra Pesada*. Ao comentar sobre o assassinato de um flanelinha por um colega de atividade em suposta disputa pelo controle do ponto de trabalho, o âncora refletiu sobre a ganância que move as pessoas, inclusive de “quem quer viver do sofrimento alheio”; referia-se à concentração de pessoas que se formou no cenário do crime. Ato falho? Momentos antes, a equipe do programa havia registrado até mesmo o caminho de sangue deixado pela vítima.

Seguindo o roteiro, do começo ao fim

Há um rito próprio da violência, descrito por testemunhas, policiais ou pelos próprios repórteres, que se repete com frequência entre homicídios e tentativas de assassinato, principalmente nos bairros periféricos, como se os autores seguissem um roteiro de como matar. “Dois homens em uma motocicleta, também pra não fugir do roteiro, se aproximaram e efetuaram os disparos (*Barra Pesada* - 30.4.2010)”, descreveu o repórter da *TV Jangadeiro*, referindo-se à execução de um jovem de 26 anos, provavelmente usuário de drogas, no bairro Pici.

Na falta de informações, esse roteiro passa a ser tomado como regra. “Até agora, o que foi colhido aqui não foi suficiente pra gente dizer realmente, mas o *modus operandi* é aquele de praxe, ele se repete: dois elementos, geralmente; os executores vêm numa moto, perseguem a vítima; sempre, o *garupeiro* é o executor (*Comando 22* - 19.5.2010)”, afirmou à *TV Diário* um major, sobre o assassinato de outro jovem, de 27 anos, que teria envolvimento com o tráfico de entorpecentes e já havia sido preso por porte ilegal de arma.

Em contextos em que as regras da lei são subvertidas, o tal *modus operandi* não é, portanto, inalterável. Os vilões também surpreendem no final, aparecendo a pé, de carro ou mesmo sobre duas rodas, mas invertendo papéis no que parece até a sequência de uma trama policial. “Estava parado no sinal quando achou e viu um movimento suspeito: três motos seguindo ele. Ele viu um casal na garupa: um homem e uma mulher. Segundo a Polícia, essa mulher teria sacado a arma e efetuado o tiro no policial. Não seria uma mulher. Os executores, esses homicidas, colocaram um

homem vestido de mulher pra despistar mais fácil a Polícia (Cidade 190 - 10.5.2010)”, descreveu o comentarista da TV Cidade.

A ousadia se manifesta de várias formas. Se alguns usam disfarces e agem na calada da noite, outros conseguem se livrar da Polícia mesmo “em plena luz do dia”. O Comando 22 trouxe na edição de 7 de abril o caso de um jovem de 24 anos assassinado em Messejana, por volta das 11 horas, por outro rapaz que teria chegado em uma bicicleta e, depois de efetuar os disparos, ainda chutou a cabeça da vítima. Na edição de 19 de maio, o programa noticiaria um assalto por dois homens armados de revólver a um lava-jato no bairro Dionísio Torres, também pela manhã, às 9h30min, horário de grande movimento no local.

A violência surpreende pelo horário e pelo local em que se manifesta. “Imagina aí você estar na calçada de casa, conversando com amigos e, de repente, chegam dois homens efetuando vários disparos. Parece cena de filme, né? Pois não. Na vida real está acontecendo isso (Barra Pesada - 3.5.2010)”. A descrição foi feita pelo apresentador da TV Jangadeiro, ao anunciar a ação de dois homens que deixou um feirante de 26 anos morto e um homem de 51 anos ferido a tiros de pistola, em uma localidade do Eusébio, na região metropolitana de Fortaleza. O jovem assassinado teria antecedente por tráfico de entorpecentes e receptação, segundo a Polícia.

[MONITORANDO

Do começo ao fim. Mais do que noticiar, é preciso acompanhar e registrar os casos – de preferência, do início ao desfecho. Na matéria sobre a prisão de um homem acusado de três assassinatos e suspeito de outros dois no bairro Vicente Pinzon, a repórter do Barra Pesada não deixou de lembrar que a equipe do programa esteve presente na cobertura dos três crimes.

A excentricidade com que as ações criminosas são praticadas chama atenção. Se “os pistoleiros trocaram o cavalo pelas motocicletas, e hoje em dia até de bicicleta e até a pé cometem homicídios”, como expressou o apresentador do Rota 22 no dia 29 de abril, o que se ouviu exatamente um mês depois do âncora do programa Os malas e a lei revela que novas e antigas práticas criminosas se alternam, tendo a audácia como uma característica transversal: o apresentador comentou que no bairro Barroso homens montam a cavalo para cometer assaltos na madrugada. Os casos podem até fugir ao roteiro, mas a narrativa não costuma fugir à previsibilidade, e o *the end* é quase sempre trágico.

3

O HUMANO DESUMANIZADO

“Um homem caído na rua. Um bêbado. Um vagabundo. Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa – não é um homem”

Fernando Sabino em Notícia de jornal

“Guerra? 725 mortos este ano”. Se a manchete do jornal de maior circulação no Ceará não seria conclusiva em relação ao dado da violência no estado nos primeiros cinco meses de 2010, o mesmo não se pode afirmar do comentário que o apresentador do programa policial *Os malás e a lei* fez sobre esse número, ao exibir a capa do diário, na edição de 29 de maio: “Quando mata vagabundo, eu ainda bato palma, mas o pior é que o cidadão de bem tá indo no mei também. É empresário, turista...”. Não tão ostensivo, mas com teor igual, esse tipo de pensamento é repetido em outros programas policiais de televisão, por atores diversos.

Notadamente, os programas desumanizam humanos, negam a cidadania a pessoas acusadas de delitos e pregam ou promovem a violação de direitos, mesmo que seja o direito à vida, uma das garantias fundamentais, portanto inviolável, segundo a Constituição Federal, e sagrado, de acordo com as várias denominações religiosas existentes no Brasil. O consentimento de sua violabilidade para os casos de quem pratica crimes, além de ir contra a lei dos homens e a lei de Deus, expõe uma forte contradição, haja vista a regularidade com que, durante os programas policiais, são feitas referências a ambas as leis.

A aquiescência com a flexibilização de um direito soberano se sustenta em argumentos frágeis e compreensões equivocadas sobre justiça. Difundido por alguns apresentadores, esse discurso também é reforçado por repórteres e policiais, muitas vezes numa reciprocidade que só fortalece os sofismas. “Dois assaltantes no hospital. Graças a Deus, (são) assaltantes, nenhum cidadão de bem (Comando 22 - 16.4.2010)”, afirmou um repórter da TV Diário, após ouvir de um major que um dos acusados havia sido levado para o hospital ainda com sinais de vida, mas o outro talvez não resistisse aos ferimentos causados por uma colisão no bairro Parangaba, quando fugiam após assaltos. “Um vagabundo, (quando) bate no veículo, ainda sai com vida. Se fosse um cidadão, morria no local”, acrescentou o policial. Noutro caso, apresentado na mesma edição, em que um empresário sequestrado por jovens teria reagido à ação, conseguido pegar a arma de um deles e eliminado os dois, um sargento também diria: “Graças a Deus, um cidadão ainda está com a vida”. Ou seja: pouco importa se quem morre é um “bandido”, dois ou mais.

A confrontação entre “cidadãos” e “bandidos”, ou cidadãos e não cidadãos, é feita a toda hora. “Quatro homens não identificados... Quatro homens, não; quatro bandidos, pistoleiros, não identificados, chegaram e executaram, primeiro, o segurança; depois, o empresário (Cidade 190 - 10.5.2010)”, diferenciou o âncora, numa fala que subtrai do “bandido” a condição de humano.

[MONITORANDO

A mesma lei que ampara é a que pune. A justaposição entre “cidadãos” e “bandidos” seria colocada várias vezes na edição de 14 de abril do *Cidade 190* como repercussão a uma declaração do secretário da Segurança Pública, Roberto Monteiro, segundo a qual, ele teria mais consideração por um “bandido” do que por um policial corrupto. “Eu acho que bandido não é pra ter consideração de ninguém, (deve ter) consideração da lei. É bandido? Lei. É cidadão? O amparo da lei. Policial bandido? Lei, quer dizer: cadeia, punição...”, enfatizou o âncora do programa. É interessante observar como ele aplica sentidos diferentes para a lei: para o “cidadão”, representa “amparo”; para o “bandido”, “punição”.

O assunto virou enquete do dia: “Autoridade policial deve ter consideração pelo bandido?” Se esses caracteres postos na telinha já eram tendenciosos, imagine os complementos feitos pelo apresentador. “Você acha que uma autoridade de segurança deve declarar isso: ‘eu tenho mais consideração aos bandidos do que aos policiais corruptos?’ Tá certo isso? Sim ou não? A opinião é sua”, afirmou, como se não estivesse tentando formar a opinião dos outros a partir da dele.

O que é humano, racional? Diante da violência, em sua repetição e em seus excessos, o raciocínio, a razão, a racionalidade, características inerentes ao homem, passam a ser questionadas. “Não teve nenhum animal que matou tanto quanto o homem, e é porque dizem que o homem é racional. Eu duvido muito, porque, se o homem fosse racional, não fazia isso. Racional é raciocínio, é razão. O homem não tem razão, só pode ser outra coisa; porque os animais, que têm instinto, eles não mataram tanto quanto se matou no final de semana. Pergunte onde foi que você viu um coelho morto por outro coelho, um cavalo que matou o outro, um jumento que matou o outro, um pato que matou o outro, uma galinha que matou outra, um gato que matou o outro (...) Eu queria saber que raciocínio é esse, que razão é essa, que torna o homem um animal perigoso, uma fera pra matar os outros (Comando 22 - 26.4.2010)”, provocou o apresentador da TV Diário, numa segunda-feira, após um fim de semana com números expressivos da violência.

A discussão sobre racionalidade e irracionalidade também seria suscitada pelo programa da TV Cidade durante abordagem do tema violência sexual. A exibição de um vídeo, que acentua o zelo dos animais com suas crias e termina com a frase “Algumas criancinhas gostariam que seus pais fossem animais”, serviu a comparações com o homem. “Os seres humanos, os racionais, estuprando filho, matando filho, drogando os filhos, levando os filhos para a violência... Então, os animais tratam melhor os seus filhotes do que os humanos, com raríssimas exceções (Cidade 190 - 18.5.2010)”, apontou o âncora, com o exagero que lhe é habitual.

Sem entrar no mérito das análises, o que fica patente é que o homem perde o caráter de humano, seja em pensamentos mais elaborados ou em avaliações pouco consistentes; enquanto isso, ganha uma variedade de adjetivações que endossa essa desumanização. Na oralidade de repórteres e apresentadores, há a reprodução de um discurso policial que divide claramente dois grupos: os “bandidos”, “marginais”, “vagabundos”, “safados”, “elementos”, “indivíduos”, “meliantes”, “menores”, “malas” se contrapõem aos “cidadãos”, “homens de bem”, “pais de família”, “trabalhadores”.

Ao se apropriarem desse vocabulário, profissionais da mídia não só ecoam o que aparenta ser apenas verborragia policial, no estrito significado da expressão: “fala ou discurso com grande fluência e abundância de palavras, mas poucas ideias”. É mais, muito mais que isso, e sendo assim, a imprensa difunde mensagens, forma juízos de valor, confere status, inclui, exclui, julga, absolve ou condena. As palavras são cheias de sentidos, e quando se conjugam a ações ou omissões que configurem precipitações ou conviências, os prejuízos podem ser imensuráveis para os envolvidos. A notícia da prisão ou apreensão de alguém, por exemplo, produz o reconhecimento público imediato de culpabilidade sobre a pessoa, mesmo que o procedimento policial tenha sido equivocado e o preso ou apreendido seja inocente. A exposição na mídia, em particular nos programas policiais, enseja ainda mais verdade e aumenta os estragos. Independente de ser ou não culpada pelo que lhe é atribuído, a pessoa sofre um prejulgamento, quando não uma condenação prévia.

Não é por menos que em alguns depoimentos de pessoas presas se percebe uma preocupação clara de se contraporem a uma imagem que Polícia e mídia consolidam diariamente. “Não sou um vagabundo, eu vinha trabalhando (Cidade 190 - 10.5.2010)”, defendeu-se um representante comercial que teria provocado uma batida envolvendo uma viatura policial, na Avenida José Bastos. Visivelmente embriagado, já algemado, o motorista não negou à equipe de reportagem ter ingerido álcool, mas, para não ser confundido com “bandido”, fez questão de “passar a ficha” de “cidadão”, antecipando-se em dar informações sobre trabalho, endereço fixo e família. “Eu sou um representante comercial, trabalho no grupo (tal) (...) Estou indo pra minha casa, dar consultorias”, disse, referindo-se ainda à família e, especificamente, à esposa.

O conceito de cidadania passa a ser absorvido e reproduzido pela população como sinônimo de inocência e integridade de caráter. Quem é “cidadão” não tem, portanto, o que temer. É exemplar nesse sentido a exibição, no Comando 22 de 15 de abril, de uma matéria sobre uma colisão entre um carro e uma bicicleta, no Centro de Fortaleza. A equipe de reportagem ouviu uma testemunha que revelou que a vítima, o ciclista, teria avançado o sinal vermelho e que o motorista permaneceu no local “porque ele é um cidadão”.

Mas na pressa em emitir ou formar opinião, a mídia confunde “cidadãos” com “bandidos” e deixa-se contaminar pelo discurso policial ao ponto de reproduzir a um modo automático termos do jargão policiaisco, associando pessoas ao perfil de criminosos, mesmo que os próprios programas revelem em seguida o contrário. Cidade 190, edição de 18 de maio: “Dois elementos levados para o IJF, na mesma hora, em estado grave de saúde”. A chamada remetia a “bandidos”, mas, logo depois, o apresentador informou que um deles era um adolescente de 16 anos, que teria tentado suicídio, jogando-se contra um ônibus, provavelmente por causa do fim do relacionamento com a namorada.

Ainda assim, o julgamento continuou. “É muito mama-na-égua mesmo. Tentar o suicídio? Tentar acabar com a própria vida porque a namorada não quer mais? A namorada foi até decente: ‘Já tenho outro, cai fora’”, reprovou o âncora da TV Cidade. Além disso, o programa confundiu um grave problema de saúde pública – a tentativa de suicídio – como mais uma ocorrência no trânsito em que o adolescente teria sido “atropelado”, segundo constou nos caracteres e na fala da repórter. O caso chama atenção para uma prática que pode ser rotineira. Dessa vez, o próprio telespectador teve condições de identificar um prejulgamento. Quantos outros são feitos, dia após dia, sem que o público tenha elementos para identificá-los?

Se falta aos programas policiais uma conduta mais cautelosa na abordagem da criminalidade e da violência, o contraponto pode ser identificado nos próprios programas, mas vindo do meio do povo, entre pessoas que, a priori, não surpreenderiam se repetissem os equívocos cometidos por apresentadores e repórteres, pelas circunstâncias em que são entrevistadas. Há situações que revelam uma precaução maior até de quem ainda está sob o impacto de ações delituosas, das quais foram vítimas ou se livraram por pouco. Em matéria sobre o latrocínio de um policial rodoviário federal, uma das testemunhas ouvidas pela TV Diário, que momentos antes teria escapado da ação dos assaltantes, corrigiu-se imediatamente ao usar desqualificativos para se referir aos acusados: “Vi dois vagabundos. ‘Vagabundo’ é modo de dizer. Eu vi dois caras (Comando 22 - 6.4.2010)”.

No programa do dia seguinte, outra vítima da insegurança foi também cuidadosa ao falar para o mesmo programa. Proprietário de um estabelecimento no Centro da cidade que havia sido arrombado, ele procurou fugir dos preconceitos e estereótipos ao se reportar aos suspeitos. “Não queremos criminalizar as pessoas que vivem na rua, mas tudo indica, até pelo próprio popular que viu a ocorrência, que eles encostam num carrinho, como se fossem dormir, enquanto o outro fica observando de longe; aí içam a porta, arrancam, e o trabalhador fica prejudicado (Comando 22 - 7.4.2010)”, apontou.

Os bons exemplos que partem do senso comum só comprovam que é possível explorar as questões relacionadas à insegurança sem resvalar por conclusões açodadas ou depreciações, que em nada contribuem para uma discussão qualificada sobre o problema. O uso da prudência não é impedimento para fazer as denúncias, levantar os casos ou expor as situações de violência e criminalidade; ao contrário, favorece o discernimento necessário e uma compreensão mais abrangente sobre os fatos.

Aos não cidadãos, nada

Já desde a Grécia clássica, os conceitos de cidadão e cidadania estavam diretamente relacionados à vida em sociedade, à participação ativa no espaço da cidade e à garantia de direitos, mas também à obediência a deveres. Ao longo da história, tais conceitos foram se acomodando e se moldando à dinâmica de valores morais e sociais que iam surgindo ou sendo substituídos.

Na sociedade atual, os “cidadãos de bem”, ou “cidadãos” apenas, são concebidos como aqueles que não têm envolvimento com atos infracionais ou crimes, violentos ou não. E essa condição de cidadania se amplia quando a pessoa se torna vítima de outra. Enquanto um adquire o status elevado de cidadão, o acusado ou culpado perde qualquer direito.

Mesmo sob responsabilização, direitos básicos passam a ser negados. Os programas policiais de televisão cumprem muito bem – ou mal, dependendo do ponto de vista – a função de difundir as negativas. Entre os do Ceará, o Cidade 190 se sobressai pela recorrência com que o comentarista e o apresentador ironizam, questionam ou reprovam o que consideram regalias oferecidas aos detentos.

A concessão do direito ao voto aos presidiários de todo o país e a distribuição de panetones e sucos no Natal de 2009 e ovos de chocolate na Páscoa de 2010 para os internos das casas de privação provisória de liberdade Professor Clodoaldo Pinto e Professor José Jucá Neto (CPPL II e III), em Itaitinga, foram alvos constantes do comentarista nos programas gravados para este monitoramento. A diretora da CPPL II chegou a encaminhar uma nota ao programa, que foi lida ao vivo na edição de 6 de abril e imediatamente jogada fora pelo âncora, como que desconsiderando os esclarecimentos prestados. Na nota, ela disse que a distribuição fazia parte de um trabalho humanitário e que panetones e chocolates foram doações recebidas pelo presídio.

[MONITORANDO

Direito a voto. Um acordo de cooperação técnica, entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério da Justiça e outros órgãos e entidades, que estabelece a garantia do direito de voto para presos provisórios e adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade, foi assinado pelo então presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, no dia 20 de abril de 2010. Já nas eleições deste ano, 150 mil detentos provisórios e cinco mil adolescentes, dos cerca de 470 mil presos brasileiros, passaram a ter o direito, previsto na Constituição Federal.

Para o comentarista da TV Cidade, os donativos deveriam ter outro destino. “Uma pergunta que me fizeram e eu faço à diretoria desse presídio: E por que não arrecada pra dar pra creche, pra dar a criança pobre? Dá pra preso, que deveria tá trabalhando pra fazer o prato de comida que ele tem. Essa é a forma que o Estado tá tratando preso. Doação tem que ser pra criança e pra jovem, não pra vagabundo dentro de presídio (Cidade 190 - 6.4.2010)”, disparou.

Ao fim do programa, o comentarista ainda disse que a distribuição dos chocolates e panetones “chocou toda a população”. E para concordar que não adianta só punir, mas é preciso punir severamente, o apresentador com quem faz dobradinha concluiu: “Cadeia devia ser uma coisa para o preso ter pavor. Se ficar querendo bem à cadeia, quer voltar”. Os comentários induziam o telespectador a dar uma resposta negativa para a enquete do programa naquele dia, cuja pergunta já direcionava a resposta: “Você acha que a prisão de hoje está punindo bandido?”.

Trabalho forçado para presidiários. Foi o que defendeu o comentarista, duas semanas depois, ao tratar do retorno ao sistema carcerário do Ceará de Antônio Jussivan Alves dos Santos, o Alemão, apontado como líder do grupo que furtou o Banco Central, em Fortaleza, em 2005. Ele estava recolhido ao presídio de segurança máxima de Campo Grande, em Matogrosso do Sul. “O bichinho foi transferido de onde estava para o Ceará porque o bichinho não podia ficar longe (...). Se estivesse lá quebrando pedra, pelo menos estava contribuindo com a sociedade, mas infelizmente só tem custo (para o sistema penal) (Cidade 190 - 22.4.2010)”, afirmou.

Na edição do dia seguinte, quando o programa exibiu uma entrevista exclusiva com o homem envolvido no famoso furto de 164 milhões de reais, o apresentador do programa expressaria mais uma vez a visão que tem sobre os direitos para presidiários: “Tá na solidão de uma prisão. Acha que é muito? (...) Se tivessem arrombado o Banco Central do Japão, China, Cuba, seriam fuzilados em praça pública”. O entusiasmo em negar direitos é tamanho que o âncora lista como mordomias até o que nem faz sentido. “Ainda estão ali, guardados, protegidos, (com direito a) café da manhã, almoço, merenda, janta, dentista, médico, ginecologista...”. Ops! “Ginecologista, não. (Mas) tudo que precisam, têm. Ainda reclamam porque tá preso?”, concluiu.

[MONITORANDO

Defesa sob questionamento. Em algumas situações, o discurso dos comunicadores parte de premissas pertinentes, mas acaba se desviando para a defesa da negação de direitos assegurados a qualquer pessoa, independente dos crimes que tenha praticado. Em nome do resgate do dinheiro público apanhado por ladrões no furto ao Banco Central de Fortaleza, em 2005, o próprio direito de defesa dos acusados passa a ser questionado. O *Cidade 190* entrevistou na edição de 23 de abril o líder do furto. “Só no Brasil que um bandido rouba 164 milhões (de reais) de um banco público, fica com 5 milhões e diz que está guardado. Tá preso, mas o dinheiro público do povo tá guardado”, censurou o apresentador. “Ele disse que usou o dinheiro em fazendas, em casas, e fica por isso mesmo? Será que é essa punição que merece um marginal como esse?”, completou o comentarista. Além da entrevista, o programa lembrou que o prefeito de uma cidade do interior do Ceará foi preso por financiar o furto e questionou quais os outros financiadores. O comentarista indagou ainda sobre a origem do dinheiro que “alguns criminosos” usam para pagar advogados. “Será que essa origem é limpa? Porque eu não vejo advogado de bandido pé de chinelo viajar pelo país defendendo o seu cliente, porque não tem recursos. Agora, bandidos grandes, que furtam milhões de reais, assaltantes de banco, grandes traficantes, têm dez, 15 advogados de plantão (Cidade 190 - 22.4.2010)”.

Se os infratores da lei formam organizações criminosas, a negação de direitos passa a ser ainda mais justificada e as garantias básicas confundidas com mordomias. Na edição de 7 de abril, o âncora do *Comando 22* questionou o tratamento dispensado pelo governo paulista ao Primeiro Comando da Capital, segundo ele, atendendo a reivindicações de presos integrantes da organização. “Desagrade ao chefão do PCC pra você ver o que acontece lá em São Paulo (...) Noutro país, não tem conversa com PCC nem com PCA; o pau vai comer, bandido é dum lado, e nós aqui do outro; bandido é daquele lado, e nós aqui vamos resolver essa porra aí; bandido vem quente, a gente empurra fervendo. Não pode abrir. Agora, ficar fazendo gosto de bandido? Chefão daquele do PCC: ‘não sei o que mais lá, quero aqui a presença de advogado, quero banho de sol, quero não sei o que mais lá, quero viagem, quero um avião...’ Meu amigo, ‘vai ser do jeito que a lei mandar, vai ser aqui do jeito que a lei mandar; aqui, quem manda é a sociedade, quem manda são as autoridades’. Ao mesmo tempo, o discurso da violência contra os violentos ganha mais respaldo. “Você é bandido, escolheu essa vida desgraçada, fique na sua, que pra você é chibata. Não tem esse negócio de ficar alisando, não, é chibatozol. Acabou”.

Em outras oportunidades, o comentarista retomaria o discurso, inclusive com citações já usadas, mas a oratória desgastada ganha força em função de crimes que causam maior indignação na população, e os programas acabam sendo (ou se fazendo ser) um parâmetro do sentimento de revolta. Na edição de 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o comentarista chamou a atenção para o problema, mas defendendo o mínimo de direitos para os acusados, como se a responsabilização, por si só, fosse determinante para intimidar a violência sexual infanto-juvenil a partir de punições rigorosas e exemplares, e como se tivesse de incluir a negação do direito à alimentação até. Referindo-se ao caso de maior repercussão nos últimos anos em Fortaleza, o abuso seguido de morte da menina Alanis Maria Laurindo de Oliveira, de apenas cinco anos de idade, o comentarista apontou sobre o acusado: “está lá no presídio, recebendo ovos de chocolate, com direito a visita íntima, café da manhã, almoço e jantar”.

Frente ao Cidade 190, o tratamento dispensado aos presidiários pelo Rota 22 é discrepante. Mesmo que o apresentador da TV Diário cometa algum equívoco, a falha passa quase despercebida, como se verificou na edição de 13 de abril, quando reforçou o discurso que desvirtua o conceito de cidadania e nega esse direito a alguns: “Estamos abertos a todo e qualquer tipo de reivindicação, seja um cidadão, seja um presidiário”. Apesar disso, o âncora tratou com o devido respeito um detento que teria telefonado para a emissora e deu a devida consideração à reclamação feita por ele sobre as condições de abrigamento no presídio, solicitando, por meio do programa, uma visita de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Ceará) ou da própria Justiça.

Aliás, naquele dia, a questão carcerária viria à tona mais de uma vez no Rota 22. Logo na abertura do programa, o âncora abordou uma tentativa de fuga em massa no mesmo presídio, em perspectiva diversa daquela com que, em geral, o assunto é tratado pela mídia, sobretudo a mídia policial. Ao invés de considerar o movimento dos presidiários apenas sob o ponto de vista da indisciplina, o âncora apontou falhas do poder público, “que não consegue oferecer punições para recuperação de detentos nem acompanhamento de egressos do sistema penal. Isto significa que, uma vez preso, o indivíduo carrega a pecha de ex-presidiário e nunca mais consegue dela se livrar. Salvo raríssimas exceções, será sempre lembrado como um ex-presidiário; como tal, excluído e

[MONITORANDO

Assiduidade em negar direitos. Das dez edições do programa Cidade 190 analisadas, o comentarista esteve ausente em apenas uma; das nove, ele citou em quatro o caso dos panetones e ovos de páscoa distribuídos aos presos das casas de privação provisória de liberdade. Na edição de 8 de abril, incluiu no questionamento até o direito a café da manhã, almoço e jantar. Na edição de 18 de maio, ao se referir ao acusado de abusar e matar no dia 7 de janeiro de 2010, no bairro Antonio Bezerra, a menina, de apenas cinco anos, Alanis Maria Laurindo de Oliveira, o comentarista se exaltou: “Esse marginal, que estupra, que matou aquela criança, estava no presídio este ano. No final do ano, recebeu panetone com suco de uva, e agora na Páscoa, recebeu ovos de chocolate. E a família da vítima recebeu o quê, porra? O que é isso, rapaz? O que é isso? Defender marginal, dar panetone, dar ovos de chocolate?”

O caso provocou grande comoção. A menina estava com a mãe assistindo à missa do lado de fora da igreja, no Conjunto Ceará. No momento em que os fiéis se cumprimentavam, na chamada “paz de Cristo”, a mãe teria entrado na igreja e pedido à filha que a esperasse, mas quando voltou, a criança já havia sido raptada, e só foi encontrada por volta de 16 horas do dia seguinte, morta, em um matagal, no bairro Antonio Bezerra.

marginalizado. Outro caminho não encontra, senão a reincidência no submundo do crime, onde novamente encontra guarida". O apresentador comparou que enquanto a superlotação e as condições "subumanas" dos presídios brasileiros são problemas discutidos até por instituições estrangeiras, a população vive a reclamar da insegurança e da impunidade, haja vista o grande número de pessoas de extensa ficha criminal que permanecem em liberdade. "Superlotação carcerária e tentativa de fugas de um lado; do outro, a falta de punição de criminosos. Eis a aparente contradição que marca o cotidiano de falta de segurança pública que propicia o crescimento da violência urbana nas grandes metrópoles brasileiras", apontou.

O assunto seria retomado novamente durante aquele programa dando outra contribuição para a análise sobre o gargalo em que se transformou o sistema prisional no Brasil, que concentra quase meio milhão de pessoas, sendo a imensa maioria pobres e com baixo nível de escolaridade. "Pessoas pobres, mas que têm escolaridade, que estudam, que vão galgando na sociedade posições por conta de um estudo, essas pessoas, dificilmente, vão se envolver com a criminalidade, vão procurar o mundo das drogas, porque conseguem enxergar novos horizontes", avaliou o âncora, defendendo o acesso à educação, à cultura e ao lazer como meios de prevenir a violência e o ingresso dos jovens na criminalidade.

[MONITORANDO

Sem esclarecimentos. Diante dos "bandidos", a Polícia não deve ter qualquer iniciativa que pareça indulgência, mesmo que seja abrir possibilidade para eles se defenderem ou darem explicações. Diante da prisão de dois homens que já teriam mandados em aberto por uma "vasta ficha criminal", o policial foi taxativo ao ser indagado pelo repórter se os acusados iriam prestar esclarecimentos. "Não, (eles) vão prestar contas com a Justiça. Já estão presos. Foi cumprido um mandado de prisão. Não tem nada de dar esclarecimentos, não; (eles) vão pra cadeia mesmo, que é o lugar deles (Barra Pesada - 18.5.2010)", respondeu o major. Os homens eram acusados de formação de quadrilha, assalto, receptação, lesão corporal, furtos e homicídio.

Pela (super)exposição dos acusados

Está lá no inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos fundamentais: "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Letra morta? Nas coberturas jornalísticas para os casos de Polícia, a violação do direito de imagem virou procedimento comum, mesmo que as pessoas ainda estejam apenas na condição de suspeitas.

Além da obediência ao que a Constituição preceitua, o bom senso, a noção de justiça e a visão humanista deveriam nortear o trabalho da Polícia e da mídia, mas quando as equipes de reportagem encarregadas da cobertura sobre crimes e violência não se antecipam aos chamados policiais, a própria Polícia convoca a imprensa para fazer a apresentação dos presos. Essa é uma prática corriqueira.

Enquanto a apresentação é feita pela Polícia e indevidamente registrada pela mídia, o direito de defesa é, em geral, ignorado, embora a Constituição, também no artigo 5º, inciso V, assegure "o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem". Quando os presos são ouvidos, o tom das perguntas, quase sempre, beira a grosseria, com prejulgamentos e/ou dúvidas levantadas sobre a veracidade das

versões apresentadas. Se os acusados ainda estão foragidos, no vale tudo pela imagem, usam-se fotografias 3x4, registros feitos por câmeras de telefone celular, documentos de identificação e até impressos a jato de tinta.

Atendo-se ao texto constitucional, o secretário da Segurança Pública do Ceará exigiu que os delegados deixassem de promover a exibição dos presos, mas a postura passou a ser tomada como “proteção a bandido”. A maioria dos apresentadores promove uma verdadeira cruzada contra a preservação da imagem dos acusados. “Os marginais estão à solta no meio da rua, com a proteção, porque os bichinhos não podem aparecer (Cidade 190 - 6.4.2010)”, alfinetou o comentarista da TV Cidade. “Até quando vamos aguentar tanta violência e tanta proteção a marginais?”, acrescentou, na mesma edição. “Já que o secretário não quer que mostre os malas, (por) que a proteção é grande, vamos mostrar as vítimas dos malas”, ironizou o âncora do programa *Os malas e a lei*, como repórter para o *Comando 22*, na edição de 15 de abril.

[MONITORANDO

Imagem forçosamente preservada.

Se as pessoas acusadas de algum delito aparecem de costas no noticiário dos programas policiais, o que, em geral, impede a visualização dos rostos, não é por orientação das equipes de reportagem, muito menos das equipes policiais, mas uma estratégia dos próprios presos para não terem a imagem exposta.

Elogiável passa a ser a postura de quem promoveria a exibição das imagens. “Eu acredito muito nesse coronel aí, viu (...) Esse negócio: ‘Não, bote um pano na cara do bandido’... Ele diz: ‘Ói, aqui não tem esse negócio de botar pano em cara de bandido. Eu tô atrás é de desvendar os crimes. Se a imprensa chegar e filmar e mostrar, que a imprensa faça a sua parte. Se o bandido acha ruim, se veja lá com a imprensa (*Os malas e a lei* - 22.5.2010)”, atribuiu o apresentador, ao se referir ao novo comandante do programa *Ronda do Quarteirão*, da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

A depender da situação, o procedimento tem um peso e duas medidas, avalizado ou promovido pela Polícia. No dia de 6 de abril, o tenente-coronel do Comando de Policiamento do Interior foi ouvido, por telefone, pelo apresentador do *Rota 22*, sobre o caso de um soldado da Polícia Militar flagrado pelo circuito interno de câmeras de um supermercado, em Juazeiro do Norte, escondendo na farda uma lata de graxa e um vidro de pimenta. O acusado, que estava em serviço, não foi procurado pela imprensa nem apresentado pela Polícia, mas também não teve a identidade nem a imagem expostas. “Não podemos revelar o nome”, disse o tenente-coronel, comandante em exercício do CPI na época. Teria ele cuidado igual se o acusado fosse um cidadão comum?

Também sem revelar o nome, o tenente-coronel ainda reprovou o oficial que liberou o soldado como se nada tivesse acontecido, avaliando a conduta como prevaricação, e definiu o acusado do furto como “carne podre da Polícia”: “A gente tem de passar o bisturi realmente e cortar, pra não contaminar a parte boa, a banda boa da Polícia Militar”. O caso seria noticiado no *Comando 22* do dia seguinte pelo correspondente, por telefone, e o acusado novamente não teria o nome nem o rosto revelados, sem qualquer questionamento dos âncoras à preservação da identidade.

O discurso midiático que enfatiza o desejo de expor o rosto das pessoas vem, por vezes, acompanhado de justificativas que passam a impressão de que a presunção de inocência é respeitada, embora o que se constate na rotina da maioria dos programas seja diferente. “Eu

queria ver o retrato dele aí. Não teve imagem dele, não? Porque, aqui, eu mostro a cara. Eu não quero nem saber se vai doer, eu quero é mostrar a cara (...) Agora, se tiver presunção de inocência, não (...) Se tiver dúvida, você não pode chegar e acusar uma pessoa sem ter prova; não é permitido nem por lei nem por ninguém (...) Se não tem nenhuma dúvida, mostra a cara, mostra o retrato, mostra qualquer coisa (Comando 22 - 26.4.2010)", defendeu o apresentador da TV Diário, ao se referir a um jovem acusado de assassinar outro rapaz.

Pelo que alguns âncoras argumentam, o tratamento diferenciado também deve se estabelecer em função do perfil dos delitos. Nos casos mais graves, a punição aos "bandidos" começa logo com a exposição pública; nos casos menos graves, "os cidadãos" merecem ser resguardados. Mas também não é o que se observa ao acompanhar a sequência dos programas. A falta de cautela nivela e expõe uns e outros, ao contrário do que sugeriu o apresentador d'Os malas e a lei: "Bandido é pra ser tratado como bandido. Quem merece ser preservado é o cidadão. O cidadão não pagou uma pensão alimentícia, ninguém tem o direito de mostrar a cara. O cidadão que deu um cheque sem fundo porque não tinha dinheiro não pode ser considerado estelionatário; às vezes, é porque passou um sufoco financeiro. Mas aquele que chega com uma arma, coloca na tua cabeça: 'passa o que tem', dá um tiro no teu filho, no teu pai, na tua filha, um esturador, não ser mostrado? Que conversa é essa, rapaz? Só aqui, só aqui, na cabeça dos lunáticos, dos debilíodes, que acontece um negócio desse (Os malas e a lei - 22.5.2010)". A proposta defendida pelo secretário da Segurança Pública e Defesa Social passa a ser interpretada como disparate.

Mesmo para comunicadores que fogem àquele perfil típico de apresentador de programa policial, a orientação para preservar a imagem de suspeitos ou acusados soa como amparo a "bandido" e incentivo à prática criminosa. "Aqui, a gente só vê os índices crescendo, só vê o número de roubos crescendo, assaltos a mão armada crescendo, a cada dia. Quem sabe isso tem a ver também com aquela medida, aquela atitude do secretário da Segurança Pública, de tomar partido pelos bandidos e dizer que não pode divulgar a imagem? Quando determinou que delegados não podiam mostrar os bandidos no ato de sua prisão em flagrante, queria o secretário evitar ações contra o Estado de bandidos ou de pessoas acusadas de crime. Esse foi o argumento dele, mas eu pergunto: o secretário tem esse medo de que o Estado seja acionado na Justiça porque uma pessoa apareceu preso pela Polícia e somente acusado, e as pessoas que são vítimas da violência todo dia? E as centenas, milhares de pessoas, famílias enlutadas que perderam membros, perderam filhos por conta da violência urbana? Por que não há o medo também de que essas pessoas possam acionar o Estado?", argumentou, na edição de 6 de abril, o apresentador do Rota 22.

A orientação dada pelo secretário da Segurança Pública, na avaliação do âncora da TV Diário, intimidou a Polícia, fragilizando o trabalho dos agentes de segurança, e encorajou os autores de crimes e atos infracionais, fortalecendo suas ações, como questiona: "Eu acho que a Polícia ficou um tanto recuada, delegados de Polícia desestimulados, tudo isso porque os bandidos chegam na delegacia dizendo: 'ó, não pode me filmar, não; não pode me filmar, não, delegado, se não eu denuncio o senhor, e o senhor é afastado'. Desse jeito, dessa forma. Eu conversei com um delegado recentemente, ele disse que foi fotografar um bandido pra colocar nos arquivos da delegacia, o bandido apontou pra ele, na cara dele, isso, (com) uma autoridade policial na delegacia: 'não pode me filmar, não; não pode bater minha foto, não, delegado. Eu vou denunciar o senhor ao secretário'. Dessa forma. O que é isso? De repente, a Secretaria da Segurança Pública deu aos bandidos força. Os bandidos estão se sentindo encorajados, atiram pra matar, como se tivessem no direito de tirar a vida daqueles que reagem a um assalto, reagem a um roubo".

Para o apresentador, o secretário da Segurança privilegiou “bandidos” em detrimento de “cidadãos”, numa inversão de prioridades. “Tudo isso tem de ser repensado, tudo isso tem de ser revisto, porque em primeiro lugar deveria estar a sociedade, o cidadão, a família, o contribuinte, as pessoas de bem... que trabalham, que produzem riquezas, que pagam impostos, que cumprem com os seus deveres. São esses que devem merecer a atenção das autoridades, não outros que saem aí a roubar, a assaltar, a matar, a desafiar delegados de Polícia na delegacia, a desafiar as autoridades da segurança pública, as autoridades policiais. Esses não devem ter a atenção, devem ter advogados, sim, como manda a Constituição, devem ter seus direitos defendidos pelo seu advogado, seu advogado de defesa. Quem já viu isso?”, concluiu.

Avaliação semelhante faria o apresentador do programa *Os malas e a lei* na edição de 29 de maio, mas com uma diferença fundamental: ele aborda a questão, no âmbito policial, sob o ponto de vista estritamente operacional, administrativo e hierárquico, ao mesmo tempo que, na esfera midiática, procura isentar os profissionais de comunicação das responsabilidades, sob o resguardo da liberdade de imprensa. “Se a imprensa chegar e tentar filmar o bandido, o delegado diz: ‘Rapaz, não faça isso, não, porque se você fizer isso, o secretário me exonera’. Para a imprensa, não tem nada, não tem problema nenhum; a gente não paga o pato, porque é o direito de imprensa, é a liberdade de imprensa, mas o delegado é acuado pelo secretário”, considerou.

Na tentativa de fortalecer o enfrentamento à proposta de preservação da imagem dos acusados, os comunicadores buscam direta ou indiretamente na população o apoio fácil. Nessa tarefa, a principal ideia que se pretende passar é de que a sociedade é a mais prejudicada com a tal “proteção a bandido”: “Se você mostra o mala, na hora que ele aparecer na sua rua, no seu condomínio, você liga pra Polícia: ‘Doutor, os mesmos bandidos que assaltaram aquele condomínio que passou na televisão tão aqui na minha rua’. Você já liga pra Polícia (*Os malas e a lei* - 29.5.2010)”. Do contrário, impera o banditismo – avaliam. “Então, isso, meu amigo, faz com que os malas ajam, porque eles sentem que estão recebendo uma proteção. Pense num negócio esculhambado”, complementou o âncora.

Para endossar o próprio discurso, toma-se ou incentiva-se o depoimento de populares, a exemplo do que fez o mesmo apresentador para um motociclista, enquanto realizava, como repórter, uma matéria para a edição de 28 de abril do *Comando 22*, sobre assaltos durante congestionamentos na Avenida Raul Barbosa, no bairro Aerolândia, em Fortaleza. “Você tá mostrando sua cara, mas um mala, se ele mostrar, o secretário exonera o delegado, ó aí, macho”, comentou. “Com certeza, porque não pode mostrar os bichin”, acrescentou o motociclista, numa sintonia providencial. “Só aqui no Ceará”, continuou o repórter. “Só aqui”, repetiu o entrevistado. Em seguida, o repórter passou a listar estados brasileiros – Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Goiás – e até um país – Cuba –, perguntando se nesses locais mostra-se ou não o rosto dos acusados. E o entrevistado sempre respondendo que “não”, após cada um dos lugares citados.

A determinação do secretário da Segurança Pública e Defesa Social, mesmo que amparada pelo texto legal, constitucional, passa a ser mal vista também pela população, representada na fala principalmente de quem foi, ou teve alguém próximo, vítima de violência. “Do jeito que está essa impunidade, o secretário solta os vagabundo, que podem fazer o que fizer, (a Polícia) nem a cara (deles) pode mostrar. Aí, o que dá é isso aí. Enquanto tiver Justiça dessa aí, é daí pra pior (*Barra Pesada* - 18.5.2010)”, verbalizou para a equipe de reportagem da *TV Jangadeiro* o filho de um aposentado de 69 anos que havia acabado de perder o pai em um latrocínio, em Caucaia, área metropolitana de Fortaleza.

[MONITORANDO

Questão de direito. Os procuradores da República no Ceará Alessandro Wilkson Cabral Sales e Nilce Cunha Rodrigues, por meio da Recomendação nº 3, de 29 de janeiro de 2010, resolveram recomendar ao secretário da Segurança Pública e Defesa Social Roberto Monteiro que determinasse que na divulgação de notícias sobre matérias policiais – civil ou militar – fosse observado o seguinte:

- 1 - o dever de informar não pode levar ao descumprimento dos princípios e regras constitucionais que asseguram a proteção da dignidade da pessoa humana;
- 2 - a imagem dos custodiados deve ser preservada, devendo ser absolutamente vedada a produção de filmagens, fotos e/ou entrevistas com pessoas presas;
- 3 - a apresentação de custodiados e de material apreendido em operações policiais, quando o interesse público exigir a divulgação, deve ser realizada, preferencialmente, através de fotografias das pessoas investigadas e por meio de entrevista coletiva, com a presença do secretário de Segurança – que é o porta-voz da instituição – ou de alguém por ele indicado para o atendimento à imprensa, além das autoridades policiais responsáveis pela investigação, assegurando-se que os veículos de comunicação recebam tratamento isonômico;
- 4 - na rotina diária das delegacias, quando a autoridade policial conceder entrevistas sobre casos apurados, deve se abster de manifestar quaisquer afirmações que indiquem prejulgamento de pessoas ou fatos.

Ao longo do texto, os procuradores consideram o disposto no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal e, entre outros elementos, que o então secretário da Segurança confirmou a exoneração de delegados pelo fato de estarem descumprindo, “sistematicamente”, o direito das pessoas presas de terem as imagens preservadas, “abstendo-se de exibi-las como troféus de caça”. Eles consideram ainda que à exibição das imagens de presos somam-se “entrevistas forçadas e às vezes transmitidas ao vivo e em horários não recomendáveis” e que as pessoas “são expostas a ‘interrogatórios’, à imputação de culpa sem processo e sem as garantias constitucionais, em clara subversão do princípio da presunção de inocência, revestindo-se, sobretudo, de maior gravidade, porque quem o faz não detém poderes para tanto. Ainda, no mais das vezes, as pessoas são ridicularizadas através da imprensa televisiva, sem que se vislumbre haver qualquer benefício e/ou utilidade pública em tais matérias, servindo tão-somente como atrações mórbidas e sensacionalistas em busca de audiência, bem como um forte instrumento de promoção pessoal de quem faz uso desse expediente, a par de incentivar de forma decisiva a cultura da violência, tendo em vista que, para muitos, os infratores passam a representar um exemplo a ser seguido”.

As mortes justificadas

Se o direito à vida passa a ser relativizado em função do envolvimento na autoria de delitos, a morte do acusado passa a ser justificada, ou até consentida, quando a vítima (re)age e mata sob o argumento da legítima defesa. Vítima e acusado, em casos como esses, se confundem, mas no discurso policial e midiático, a vítima é quem matou, pois se defendeu do acusado, que morreu, mas, uma vez “bandido”, nem a morte lhe tira essa condição.

“O bandido tá ‘morre’, ‘não morre’. O pior é que o cidadão também foi baleado (Cidade 190 - 6.4.2010)”, disse o apresentador da TV Cidade, sobre o caso de um “cidadão” de 27 anos que teria

reagido à ação de dois assaltantes. No mesmo dia, o comentarista, ao anunciar a matéria sobre um servente que reagiu a outra tentativa de assalto e matou a pedradas um dos acusados, afirmou que, “nesse caso, o cidadão levou a melhor, conseguiu reagir, sujou as mãos de sangue, e agora vai responder por homicídio”. E o repórter justificou a ação: “Para se defender, teve que agir, e agiu com violência, chegou a matar o assaltante, o seu futuro agressor. Ele evitou males maiores”.

Um caso parecido, em que um homem teria reagido à ação de outros quatro durante tentativa de assalto, deixando dois deles mortos, foi noticiado pelo *Rota 22*, mas recebeu do apresentador outro tratamento: “Pessoas que são acusadas de crimes hediondos, crimes gravíssimos, como assaltos, estão sendo mortas na prática desses crimes. Há alguma coisa pra comemorar nisso? Será que a violência vai diminuir? Será que os bandidos, ao ver essas informações, ao ver essas matérias no ar, vão tomar isso como exemplo ou vão deixar a criminalidade? Será que eles vão tomar isso como exemplo? Tomara. Se isso acontecesse, seria muito bom pra população e seria muito bom pra eles, porque a violência diminuiria, o número de pessoas que iria para o crime seria menor. Mas será que eles têm essa consciência ou eles vão agir mais violentamente ainda? O maior temor é esse: que os bandidos passem a ser cada vez mais violentos porque, durante uma ação criminoso, eles podem ser mortos”.

Defendendo a tese de que o tiro pode sair pela culatra, o âncora dá seguimento ao comentário apostando em outras “armas” contra a violência, com estratégias menos beligerantes, mais pacifistas, e a Polícia assumindo com eficiência o seu papel para evitar que os cidadãos comuns ajam com as próprias mãos. “A verdade é que essa guerra civil, essa verdadeira guerra civil que se trava entre bandidos e vítimas, polícia e marginais, isso é muito perigoso pro cidadão comum, muito perigoso pro cidadão pacífico, para aqueles que não têm coragem de pegar em armas, para aqueles que ainda confiam nos poderes constituídos. Essa deve ser a nossa atitude: confiar nos poderes constituídos, na Polícia, na Segurança Pública. Mas cadê, onde está essa segurança pública? Violência só gera mais violência. Pode ser que, agora, (com) esses dois que morreram, a comunidade onde eles agiam esteja um tanto mais aliviada, porque agora eles não podem mais assaltar, não podem mais fazer coisa nenhuma. Mas e os outros? A verdade, meus amigos, é que nós temos que lutar por mais segurança pública, por policiamento, porque nós não podemos tomar para nós mesmos, cidadãos, um trabalho, um dever, que é da Polícia: o combate aos bandidos, o combate à criminalidade. Essa deve ser a nossa tarefa: exigir das autoridades o nosso direito à segurança pública (*Rota 22 - 20.4.2010*)”.

Matar para se defender é uma justificativa mais aceita ainda quando policiais eliminam vidas durante perseguição. Impressionante é identificar que a morte de alguém que vivia à margem da lei passa a ser aceita como natural e anunciada pelos comunicadores quase como uma comemoração. A edição de 10 de maio do *Cidade 190* trouxe um paralelo emblemático sobre as reações diferentes entre Polícia e mídia acerca da morte de um jovem acusado de assalto por um policial durante uma perseguição: o fato chegou a incomodar mais ao policial que tirou a vida do rapaz do que ao apresentador. “Quando aconteceu o tiroteio, correu todo mundo, mas graças a Deus ninguém do povo morreu. Um bandido tombou sem vida e o outro (foi) preso. O policial chorava porque nunca havia praticado um crime. Quem mata a serviço da lei, no estrito cumprimento do dever legal, não pratica crime, está praticando a ordem do império da lei de defender a sociedade (*Cidade 190 - 10.5.2010*)”, avaliou o âncora, referindo-se ao “bandido” morto como comparsa de um “bandido de 16 anos” preso e de um terceiro, fugitivo, que teriam tentado assaltar um casal em um restaurante na Aldeota, bairro de área considerada nobre em Fortaleza.

Uma outra operação policial que também resultou na morte de um jovem de apenas 20 anos, mas temido até pela própria Polícia, chamaria ainda mais atenção pelos desdobramentos

e pela postura dos apresentadores dos programas policiais. Na edição de 28 de abril, o Comando 22 anunciaria o julgamento dos policiais envolvidos na morte de Ednaldo Evangelista da Cunha, conhecido pelo codinome de Mel e por uma história no crime comparada a de bandido de ficção, tamanha a periculosidade que lhe era atribuída. Os trechos a seguir são reveladores do posicionamento do âncora da TV Diário: “É isso mesmo. Quatro policiais vão ser julgados, acusados de matar um bandido que matou vários PMs e aterrorizava a população”, “O Mel matava policial a 3x4, aterrorizava, era o terror do Sertão Central. No dia, ele estava com uma pistola, e a Polícia atirou e matou o Mel, e esses quatro policiais serão levados a julgamento”, “Quero ouvir sua opinião. Você acha que os policiais têm que ir a julgamento? Se forem a julgamento, têm que ser culpados ou você inocentava esses policiais?”, “O Mel, que fazia medo a todo mundo, o Mel que amedrontava caminhoneiros, pessoas de madrugada...”, “Diz o nosso produtor que, se fosse nos Estados Unidos, esses policiais seriam promovidos, mas, aqui, o Brasil, é diferente”.

Os apresentadores do Cidade 190 não poupariam palavras para defender com todas as letras os policiais e, automaticamente, acusar o assaltante morto. Na edição de 30 de abril do programa, o julgamento motivou longos comentários, sempre no sentido de que a Polícia cumpriu um dever legal e livrou a sociedade de um indivíduo perigoso. “Graças a Deus, lá em Canindé, o Conselho de Sentença agiu com grandeza, entendeu que os policiais mataram no estrito cumprimento do dever legal”, tranquilizou-se o apresentador. Mais adiante, ele diria que precisava ficar melhor esclarecido até onde pode ir a ação do policial: “Até que ponto o policial pode agir com rigor para manter a ordem, a segurança pública e prender um bandido? Até onde está a liberdade de ação do policial civil ou militar? Quatro policiais vêm sofrendo há meses, ontem sentaram no banco dos réus. Por quê? Porque receberam ordem de prender um bandido vivo ou morto. O bandido reagiu, armado, perigoso; o bandido foi morto; lá se vão os policiais para o banco dos réus”.

A argumentação do apresentador tentava convencer que ter de responder na Justiça pela morte de “bandido” intimida os policiais no trabalho de garantir a segurança da população: “Você que é policial, diante de um bandido, você sabendo que, matando o bandido, vai responder processo, sentar no banco dos réus, ser julgado como autor de um crime, como é que você vai agir?”. O que seria reforçado imediatamente antes da matéria entrar no ar: “Chegou ao fim a grande novela de uma grande expectativa, se os policiais seriam condenados ou não. Imagina aí quatro policiais condenados, presos num presídio porque mataram um perigoso bandido. O próprio Ministério Público, que fiscaliza a lei, chegou à conclusão de que não tinha como pedir a condenação dos policiais. Várias perícias foram feitas pra saber se os policiais mataram porque quiseram matar. Claro que não. Os policiais receberam ordem para prender a qualquer custo. Foram recebidos a bala, atiraram com a pontaria mais certa, e o (caçado) dançou. A sociedade ficou livre de um bandido que ameaçava muita gente, e graças a Deus prevaleceu a verdade. Os policiais agiram no estrito cumprimento do dever legal, e foram absolvidos, mas sofreram muito, e isso faz com que outros policiais fiquem intimidados: matar um bandido pode dar cadeia”.

Mel era acusado de assaltos, furtos e homicídios, tendo ficado conhecido como “assassino de policiais” e por fazer dupla com outro companheiro na prática de crimes, o Kel. A perseguição que resultou na morte de Mel aconteceu no dia 28 de março de 2007, em Canindé. Os policiais foram indiciados por execução sumária, após depoimento do irmão e da cunhada da vítima e do laudo da perícia que apontava presença de pólvora em uma das feridas, sugerindo que o tiro teria sido dado bem de perto. Mas no decorrer do processo, segundo o representante do Ministério Público, foram feitas diligências, outras perícias, reconstituição do crime e oitivas de pessoas que fragilizaram a argumentação inicial da acusação. A tese de legítima defesa defendida pelos advogados dos acusados foi então acatada pelo promotor, que pediu a absolvição dos policiais.

O caso foi supervalorizado pelo programa Cidade 190, tendo sido abordado três vezes pelo apresentador antes de chamar a matéria, mas o diferencial da cobertura não durou mais que 12 segundos. O programa também ouviu a mãe do homem morto pela Polícia. A fala permitiu lançar um outro olhar para o acusado, um olhar mais humanizado que a mídia em geral se recusa a contemplar: “Eu lamento muito ter perdido o meu filho, porque nunca foi um filho ruim pra mim nem pro pai dele, mas o que fizeram com o meu filho, eu entrego a Jesus, que ele é quem resolve”. O caso foi resolvido aqui mesmo, no plano terrestre, pelos quatro jurados que votaram pela absolvição dos acusados, o que fez o juiz conceder a liberdade aos policiais.

Outro caso similar foi tratado na mesma edição. O programa noticiou a morte de um adolescente de 16 anos, que estaria atrapalhando o trabalho da Polícia na procura por um homem acusado de assaltos e homicídios na região metropolitana de Fortaleza. “Na caça a um bandido, um outro bandido é fuzilado e morto. Só que esse bandido morto tinha apenas 16 anos de idade e desde os 13 anos estava ali se alimentando na sarjeta do crime”. Assim, o apresentador da TV Cidade começou a descrever o caso. “Um adolescente de 16 anos, mas também muito perigoso – não interessa a menor idade, alta periculosidade –, tinha dois revólveres, atirava com as duas mãos e intimidava qualquer policial”, prosseguiu. “Ameaçando policiais, atirando em policiais, foi baleado e morto. Policiais praticaram crime? Não. Estrito cumprimento do dever legal. Não é nem pra sentar em banco de réu”, concluiu. O procurado, tratado como “o terror” do Eusébio e de Aquiraz, acusado de assaltar e assassinar comerciantes nos dois municípios, teria sido baleado, mas conseguiu fugir. “Vaso ruim é difícil de quebrar (...) Com dois tiros, mesmo assim, um vagabundo como esse consegue fugir. Se fosse um cidadão, apenas com um arranhão às vezes morre”, observou o comentarista.

Em relação à absolvição dos envolvidos na operação que resultou na morte de Mel, o comentarista parabenizou os policiais e falou como se fosse um deles: “Pra mim, é policial vivo e bandido morto. Pra mim, o que vale é a vida do policial”. Curiosamente, no mesmo dia, no programa concorrente, frase semelhante foi dita, mas não pelo apresentador. “O policial ou o bandido, que vá o bandido (Barra Pesada - 30.4.2010)”, afirmou o policial envolvido na caça ao homem que terminou com a morte do adolescente. O mesmo policial foi ouvido no programa Cidade 190 e se expressou nesses termos: “Quando eles visualizaram nós entrarmos, de imediato sacaram das armas e começaram a atirar. E nós revidamos, logicamente. A Polícia não me paga flores, não, ela me paga é armas e eu sei usá-las (Cidade 190 - 30.4.2010)”. As semelhanças entre discursos policial e midiático não se encerram aí, e são sintomáticas. “Insegurança não se combate com filosofia nem com pétala de rosa”, diria o mesmo comentarista do Cidade 190, 18 dias depois. O recado foi destinado ao secretário da Segurança com um expresso “puxão de orelha”: “O vagabundo recebe a Polícia a bala, secretário. Aí, o policial fere um bandido, promoção não recebe, já não recebe normal, tem policial com 20 anos soldado ainda. ‘Manga lisa’, como a gente falava antigamente. E se mata um bandido, tem que pagar advogado do próprio bolso. Isso aí, secretário, é uma prova de que tem que dar respeito à Polícia, dar força ao bom policial, que está combatendo no meio da rua”. O corretivo foi em função de dois casos de policiais feridos em confronto com assaltantes.

A violência que atinge até os policiais quando não estão no embate com pessoas caçadas por eles oferece mais munição para um discurso que prega a linha dura contra a “bandagem”. Um policial militar morto, dois outros assaltados, dois delegados assaltados, outro que sofreu uma tentativa de assalto... Os casos foram lembrados pelo comentarista do Cidade 190 na edição de 10 de maio como situações, então recentes, de violência vividas por policiais. “Até agora, foi preso alguém? (...) Nesse estado, tem que parar de bandido ter privilégio, bandido não ter medo da Polícia (...) O cidadão tem que ter a Polícia como aliada, mas bandido, marginal, tem que temer a Polícia”.

A violência sob o viés reducionista da índole humana

Tudo é menor diante da maldade humana? É o que leva a crer o discurso dos programas policiais sobre a violência. Apresentadores e repórteres quase sempre reduzem um problema complexo a uma simples questão de índole, quando precisa ser analisado sob diversos aspectos, não apenas como uma propensão natural dos autores.

Em matéria exibida pelo *Barra Pesada* no dia 17 de maio sobre a morte de um homem pelo próprio irmão no bairro São João do Tauape, o repórter indagou “até onde vai a maldade de uma pessoa”. Afora qualquer tentativa de justificar ou minimizar o fratricídio, havia condições para ir além do reducionismo, pelo que a própria matéria mostrou, em depoimentos e imagens dos familiares.

Reduccionismo também na avaliação do apresentador do programa *Cidade 190* sobre um caso menos grave, embora guarde semelhança pelo envolvimento de irmãos. Um homem foi preso sob acusação de praticar assaltos, mas teria fornecido à Polícia o nome do irmão. “O irmão que prejudica o outro irmão: sangue ruim (*Cidade 190 - 22.4.2010*)”, resumiu o âncora. Qualquer tipo de injustiça deve ser reprovada, mas não explicada como se fosse apenas uma manifestação da natureza da pessoa e, portanto, imutável, porque biológica. É como se determinasse que não pode mudar porque “tá no sangue”.

Sem nenhuma condescendência com as ações violentas, muito menos com a crueldade como algumas são praticadas, é preciso considerar que havia também diversos aspectos a explorar, sobretudo de ordem social, por exemplo, no assassinato de um jovem no dia do aniversário de 22 anos, no bairro Parangaba. O crime teria acontecido porque a vítima se recusou a entregar ao acusado, um flanelinha, uma moeda de dez centavos e depois o aparelho de telefone celular e, por último, a carteira onde provavelmente teria dinheiro. “Um cara desse só podia tá com o cão nos couros, só podia tá muito doído (*Comando 22 - 26.4.2010*)”, deduziu o apresentador.

Postura parecida adotou o âncora do programa *Os malhas e a lei* ao se referir ao assassinato de outro jovem, também de 20 anos, que já teria praticado cinco homicídios. Além de compor um perfil de serial killer para a vítima, atribuindo-lhe o desejo de efetuar outros crimes, o apresentador chegou a dizer que o rapaz “pretendia despachar mais 20” porque essa era sua inclinação natural. Ao fazer isso, quase festejou a morte do jovem: “Esse aí não mata mais ninguém. Foi pro alguém do além das profundezas do inferno, porque quem nasce pra fazer o mal... É como dizia a minha santa mãezinha: quem planta vento só colhe tempestade”. Mais adiante, reforçou: “Pense num cabra ruim. Era ruim, era ruim. E agora vai se juntar com gente mais ruim do que ele porque vai lá pra casa do Lúcifer (*Os malhas e a lei - 22.5.2010*)”.

Até profissionais que evitam rotulações e procuram fazer análises menos superficiais sobre a violência acabam derrapando diante de algumas situações. “Ai, meu Deus! Que mundo é esse? Que geração é essa? Que onda demoníaca é essa? (*Barra Pesada - 12.4.2010*)”, questionou o apresentador da *TV Jangadeiro*, mesmo admitindo não gostar dessa expressão, mas sob o impacto imediato da indignação provocada por um caso de abuso sexual e estupro praticado contra uma adolescente de 14 anos pelo próprio pai, com o conhecimento da mãe, em um município do interior cearense.

Sem a predisposição para um estado permanente de vigilância sobre o que se comunica nas reflexões impetuosas a respeito da violência, as análises superficiais fortuitas podem se tornar banais, consolidando visões simplistas. “As drogas, aqui, funcionam como agravante, porque,

na verdade, é o instinto de maldade que cerca todo aquele, que faz parte até do perfil de um traficante, de um usuário de drogas (Barra Pesada - 27.4.2010)", concluiu o mesmo apresentador, após a exibição de uma matéria sobre o assassinato de um jovem em provável acerto de contas por dívida com drogas. "É incrível. A que ponto chega a maldade, a ruindade humana (Barra Pesada - 18.5.2010)", diria o âncora, outra vez, ao tratar de uma sucessão de manifestações violentas: tiroteio, quebra-quebra e ameaças de morte entre usuários e traficantes de drogas. Apesar do deslize, o apresentador corrigiu-se na sequência, abordando mais amplamente a questão.

Maldade, ruindade, frieza, perversidade, demonização passam a ser características comuns aos autores da violência como se fossem mais facilmente identificáveis do que pareçam. "Bandido é coisa ruim, não tem consideração a ninguém", definiu o apresentador do *Comando 22*, ao se referir ao furto do veículo de um pastor evangélico. "Só tem esse carro pra pregar, coitado. Levaram o carro dele (*Comando 22* - 19.5.2010)", concluiu.

Generalizando ou particularizando, os comunicadores dos programas policiais tendem a tratar a marginalidade como uma tendência das pessoas envolvidas. "É um homem considerado perverso, perigoso para as autoridades", afirmou o repórter do *Rota 22*, durante matéria sobre a prisão de um jovem de 20 anos que teria confessado três homicídios em 15 dias no bairro Vicente Pinzon e era suspeito de outros dois que estavam em investigação. "Em uma frieza que até surpreende a Polícia", avaliou a repórter do *Barra Pesada*, sobre o mesmo caso, tratado na edição de 30 de abril.

Qualquer analogia com o discurso policial não é mera coincidência. Meliantes perigosos, frios e calculistas foram os adjetivos aplicados por uma escrivã da Polícia Civil ao se referir a dois jovens, de 18 e 21 anos, presos no Barroso acusados de tráfico de drogas e porte de armas. As fotografias exibidas dos dois revelavam pessoas de aparência ainda mais jovem, o que seria reforçado em entrevista pela própria escrivã. "As denúncias que têm chegado aqui na delegacia é que eles dois – por serem menores, a população até achava que eles eram menores – estão arrepiando aqui a área do Barroso (*Rota 22* - 18.5.2010)", disse a policial.

Fatalismo: o destino é morrer?

A criminalidade passa a ser tratada ora como uma questão de índole, ora como uma questão de escolha. E sendo esta ou aquela, o destino está traçado. "Essa vida horrorosa que ele escolheu é só choro, ranger de dente, cadeia e morte (*Comando 22* - 16.4.2010)", restringiria o apresentador da *TV Diário* ao comparar "bandidos" e "cidadãos". Se a pessoa tem envolvimento com crimes, a morte prematura é vista como previsível e até esperada. "Era velho conhecido da Polícia, tava aguardando a morte, né? (*Rota 22* - 29.4.2010)", afirmou um repórter para um policial, ao entrevistá-lo sobre o assassinato de um jovem de 26 anos acusado de homicídio e roubo.

Ao conferir o caráter desumano a infratores da lei, envereda-se por fatalismos. "O ditado mais certo que tem: para o bandido, ou cadeia ou cemitério", afirmou um major, supervisor do Comando de Policiamento da Capital, sobre um jovem assassinado no bairro Siqueira, suspeito de dez assaltos. "Destino de bandido é esse mesmo (*Comando 22* - 9.4.2010)", completou o âncora, explicitando opinião semelhante ao do policial, mas também sugerindo a humanização da família em oposição à desumanização da vítima. "Eu sei que todo mundo tem família, e a família sofre (...) Por pior que o homem seja, ele tem uma família (...), mas o major falou tudo: quem tá nessa vida termina desse jeito", comentou, exibindo imagens do jovem morto sobre uma mesa na calçada de um bar e de familiares desolados diante da situação.

A avaliação passa a ter mais valor e ganhar mais configuração de verdade quando é feita pela Polícia e até por parentes das vítimas com antecedentes criminais. "O que aconteceu com ele foi o que aconteceu com um bocado: plantou, colheu. Nesse mundo aí, só tem isso mesmo, não tem outro caminho, não (Rota 22 - 13.4.2010)", avaliou o irmão de um jovem de 18 anos, assassinado no bairro Vicente Pinzon, com envolvimento em pequenos furtos e no tráfico de drogas.

[CASO EMBLEMÁTICO

“Tem uma música do finado Bezerra da Silva que diz o seguinte: ‘Foi seu doutor delegado que disse/ Ele disse assim, está piorando/ Até filho de bacana/ Hoje em dia está roubando’. Ao som do samba “Foi o Dr. Delegado que disse”, de Bezerra da Silva (1927-2005), o repórter do programa Cidade 190 deu início na edição de 7 de abril à matéria sobre a prisão de dois jovens de classe média, universitários, de 22 e 23 anos, acusados de furtar extintores de incêndio de um edifício, no bairro Papicu.

A agradável sonoridade, a satírica composição e o autêntico gênero partido alto, tão bem representado pelo artista, se ajustariam perfeitamente àquele caso, não fossem os equívocos cometidos pelo programa. Na tentativa de mostrar que a Polícia estava, daquela vez, dispensando a pessoas de razoável poder aquisitivo acusadas de um delito o mesmo tratamento dado aos de nível social menos elevado, e no esforço de demonstrar que o próprio programa também estava agindo assim, ao noticiar o fato, a equipe reforçou preconceitos e repetiu prejulgamentos frequentes em outras situações.

Os caracteres (“Classe média na cadeia” e “Jovens na contramão”) chamam atenção para uma realidade incomum, de acordo com o que os boletins de ocorrência revelam e o noticiário policial apresenta, mas o preconceito social esteve expresso na fala do repórter: “Classe média alta. Não estamos falando aqui de favelado, não, de pessoas que moram na favela. (Vamos) deixar bem claro: moram em cobertura”. Preconceito também reproduzido por um dos apresentadores, mas às avessas: “Filhinhos de papai são presos como ladrões”.

Embora a Polícia tenha efetuado a prisão dos acusados em flagrante, o programa noticiou que a delegada não autorizou a captura de imagens nem dos veículos dos jovens. Mesmo assim, os nomes foram divulgados. “A delegada não permite que a gente filme o carro dos meninos; afinal, é bacana, aqui se trata de neguinho bacana”, afirmou o repórter, sem deixar de exagerar: “Os advogados já tão tudo aí, tem uns 15 advogados aí dentro”. Exagero maior ainda da parte do âncora: “Na delegacia, já esperava pelos acusados um batalhão de advogados, antes dos ladrões chegarem”.

O caso teria desdobramentos que mereceram repercussão no programa do dia seguinte. “Ontem, a população ficou satisfeita porque filhinhos de papai tinham sido presos furtando extintores (...) A população ficou satisfeita porque (viu que) só não era(m) preso(s) preto e pobre, (mas) filho de rico também tava sendo preso”, afirmou o comentarista, que citou cinco vezes a expressão “filhinhos de papai”. Ao mostrar novamente as imagens dos jovens na delegacia, ele reforçou que “eram esses jovens chegando e 15 advogados chegando junto”, e portando-se como defensor dos pobres, reclamou da soltura dos rapazes: “Infelizmente, a Justiça tem dois pesos e duas medidas. Você acha que um filho de pobre, se estivesse dentro de um condomínio de classe média alta furtando extintor, você acha que ele teria sido solto no mesmo dia? (...) Foi isso que aconteceu com eles (...) Infelizmente, a Justiça não foi feita”.

A cobertura suscita pelo menos quatro questionamentos: dois dirigidos à mídia – No que contribui a divulgação de imagem dos acusados, ainda mais não tendo antecedentes criminais e sendo pessoas tão jovens, mesmo que já maiores de idade?

A menção à presença de advogados teve como objetivo expor a diferença entre pobres e ricos no acesso ao direito de defesa ou questionar esse direito? – e dois direcionados às instituições encarregadas da responsabilização dos autores de crimes – Teria a Polícia a mesma cautela em preservar a imagem dos envolvidos caso pertencessem a estrato social mais baixo? Teria a Justiça a mesma agilidade em garantir a liberdade dos acusados se fossem eles pobres e moradores da periferia?

O Comando 22 não teve musiquinha para “divertir” os telespectadores, mas não faltaram rima, neologismos e reprimendas no palavrório do apresentador. “Imagine a vergonha dos pais, hein. O pai pergunta: ‘onde foi que eu errei, meu Deus?’ Dá tudo prum menino desse – bom colégio, boa alimentação –, tudo que um menino desse precisa, e um menino desse vai roubar extintor. Ê, ê...”. Diante das imagens que a equipe conseguiu captar dos rapazes presos, o âncora continuou: “Olha aí: a vergonha que um sujeito desse tá dando aos pais. Tão grandão e tão sem-vergonhão, tão bom de criar vergonha, e mata os pais de vergonha (...) Lá vem o outro: tão grandãozinho; ó, a lapa do homem, bem arrumado, bem vestido. O pobre do pai e a mãe morrendo de vergonha numa hora dessa. Tenho pena é da família, não tenho pena de um sujeito desse, não (...) Quando o cabra nasce com essa tendência aí, fica difícil”.

Em seguida, o apresentador se esforçou em dizer que não estava promovendo condenação prévia dos acusados. “Nós não estamos condenando ninguém, eles vão ter todo o direito de defesa”, afirmou, cinco vezes, nesse mesmo sentido. Para justificar que respeita a lei e preza pela presunção de inocência, o âncora lembrou a graduação – “Me formei muito bem no curso de Direito” – e a pós-graduação – “Sou um cara que entendo de Direito. Direito Penal é comigo. Não tenho medo de ninguém pra discutir Direito Penal comigo. Pode vir quente que eu estou fervendo”. Preocupação clara também em isentar os pais de qualquer responsabilidade, ao mesmo tempo que não poupou os rapazes: “O pai não tem culpa, a mãe não tem culpa, a família não tem culpa, deu o que pôde. Agora, se o cara não quer prestar, o que a gente pode fazer, se prefere chibatozol, ser comparado a um ladrão comum...?”.

O repórter adotaria tom mais ameno, mas preservaria equívocos na avaliação do caso. Ao destacar que os rapazes pertenciam à “classe média alta”, afirmou que “jovens que não precisam fazer isso acabam cometendo delitos” e lembrou que outros casos com o mesmo perfil dos acusados já foram mostrados na televisão. Se por um lado justifica a prática delituosa por pessoas de nível social mais baixo em função dessa posição, por outro tende a questionar o direito de defesa aos de maior poder aquisitivo: “Agora, um detalhe: chegando aqui, nossa equipe de reportagem encontrou cerca de dois a três advogados pra defender esses jovens”. Detalhe mesmo que não pode escapar a esta análise é que, diferente dos casos em que os acusados são pobres da periferia, os universitários não foram tratados em nenhum momento do Comando 22 como “bandidos”, “marginais” ou “elementos”. No máximo, um deles recebeu do repórter uma vez a denominação de “comparsa” do outro. O apresentador referiu-se aos dois até como “garotos” e “meninada”. Talvez tenha se influenciado pelo que eles disseram à Polícia sobre o furto: “era uma brincadeira”.

4

**APELO À VIOLÊNCIA,
CRÍTICA AOS
DIREITOS HUMANOS**

"O homem confiará no homem
como um menino confia em outro menino"

Thiago de Mello em Os Estatutos do Homem

Nos programas policiais televisivos, a violência não é abordada apenas como um problema, mas é tratada também como solução para ele. Do começo ao fim, o apelo está claramente expresso no discurso de alguns apresentadores. Já na abertura do *Comando 22*, por exemplo, o apresentador diz ao que veio: “Pode deixar comigo que agora o pau vai cantar. Não quero nem saber. O que estiver errado vai ser da conta de todo mundo”.

Se a introdução varia a cada edição, embora a ideia quase sempre siga uma mesma direção, ao longo dos programas o apresentador repete bordões que viraram sua marca: “chibatozol”, “do pescoço pra baixo, é canela” e “escreveu, não leu; o cartão comeu”. O “cartão” ao qual ele se refere é um cartão vermelho que aplica a determinadas situações para demonstrar sua reprovação. A substituição da expressão original denotativa de violência (“escreveu, não leu; o pau comeu”) não prejudica o entendimento da mensagem.

O uso à exaustão de determinados termos e expressões resume objetivamente a defesa de radicalização da repressão. E na fluência ou no esforço para ser objetivo, o âncora ajusta o vocabulário às mensagens que procura transmitir. Uma das formas de transmissão do pensamento é fazendo um paralelo entre a situação de insegurança no Brasil e a realidade que ele atribui a outros países.

Ao estabelecer as comparações, o apresentador procura deixar claro que, por aqui, o avanço da violência estaria relacionado à complacência com os autores de crimes ou atos infracionais.

[MONITORANDO

Violência em múltiplos sentidos. A retórica da violência está tão arraigada que é usada nos contextos mais variados, seja para manifestar indignação, seja em tom de brincadeira ou até para comemorar a audiência do programa. “A senhora evitou umas pancadas, aqui dentro, hoje (*Comando 22* - 14.4.2010)”, disse o apresentador da TV Diário, ao entrevistar uma idosa no estúdio. O motivo: ela sentia frio, e o apresentador achava que a equipe do programa não havia providenciado um cobertor para a mulher, quando, na verdade, ela havia recusado a proteção.

Na edição de 19 de maio, o âncora, tão empolgado em engrandecer a popularidade do programa na capital e no interior do estado, recorreu a uma metáfora politicamente incorreta alusiva à violência contra crianças. “Aqui é primeiro lugar em audiência, em Fortaleza; e no interior, a gente nem discute. No interior, é o mesmo que bater na moleira de uma criança, que não é pra bater, né? Ninguém bate na moleira de uma criança”. Ao dar-se conta do equívoco, ele se corrigiu de imediato, mas a asneira já estava desvelada.

Ao tratar da prisão de um homem em Trairi, a 124,5 quilômetros de Fortaleza, acusado de oferecer dinheiro a jogadores do time de futebol local para facilitar a vitória da equipe adversária da capital, o apresentador propôs, bem ao seu estilo implacável, pena mais rigorosa para os casos de suborno e estelionato. “Aqui, no Brasil, só vai no ‘chibatozol’. Ou no quilo ou no metro. Mas tem que ser ‘chibatozol’”. Não importa qual a medida, mas tem de ser grande.

Quando o assunto é, por demais, polêmico, como as “Marchas da Maconha” organizadas pelo país, inclusive no Ceará, o que parece ser apologia ao consumo da droga acaba tendo como reação a apologia à violência. “Marcha da maconha? Que conversa é essa, se a maconha é proibida por lei? Tá doido, é sem-vergonha ou quer chibatozol? (*Comando 22* - 19.5.2010)”, questionou. “Daqui a pouco, tem a marcha do crack”, emendaria, ressaltando que o consumo de uma ou outra, “até o presente momento”, é crime.

Após uma matéria sobre estelionato, em que um dos quatro envolvidos tinha 15 anos de idade, o apresentador disse que, “em determinados países”, o jovem envolvido em infração à lei é “obrigado” a estudar e a trabalhar para o Estado. “O pau canta (...) Não tem moleza. Aqui, no Brasil, é que tem um negócio de nhenhêhêm, nhenhêhêm, e o fumo entrando, e a coisa errada, e o nhenhêhêm no mei do mundo (Comando 22 - 16.4.2010)”.

Na mesma edição, ao abordar uma mensagem encaminhada ao programa por um telespectador, reclamando de constantes assaltos durante engarrafamentos na Avenida Raul Barbosa, na capital, o apresentador reforçaria o raciocínio: “No Brasil, é só botar pra arrepiar. Se botar pra arrepiar, aqui tem jeito; agora, se ficar tratando no pão de ló bandido nesse Brasil, dando mais vez a bandido do que a cidadão, aí você vai ver o desacerto total”. A solução para o crescimento da violência no país? “Endurecimento da lei, tolerância zero (...) Meu amigo, já dizia o Genival Lacerda: tem gente ‘que só aprende quando o couro desce’”, afirmou, ainda naquele dia, numa alusão à música “Radinho de pilha”, interpretada pelo cantor e compositor paraibano, cujo trecho incita e explicita o uso da força bruta como efeito pedagógico.

Dez dias antes, ao tratar do caso de um policial rodoviário federal assassinado no bairro Pio XII, o apresentador também fez comparações com outros países, defendendo mais rigor contra o crime no Brasil. “Nós temos que fazer tipo Nova Iorque, Los Angeles (...) Hoje, a tolerância lá é zero (...) Escreveu, não leu; o pau comeu (...) (Em) Nova Iorque, era chibatozol por um lado e opção por outro; quem queria ir pro bom: ‘venha pro bom’; quem queria ir pro cacete: ‘vai pro cacete’ (...) Criaram campeonatos de madrugada para que o jovem, no lugar de tá roubando, matando, assaltando, tava praticando futebol de salão, futebol de campo, voleibol, basquetebol, handebol (...) E aula em tempo integral, e tolerância zero (...) Era acariciando com uma e batendo com a outra. ‘Quem quiser carinho, é carinho; quem quiser pancada, é pancada (...) Carinho pra cá, (pancada no) pé do ouvido pra acolá’. Resolveram o problema. ‘Você é que sabe, meu amigo, o pé do ouvido é seu. Ou você vai trabalhar ou então vai esquentar as orelhas aqui’”, defendeu.

As palavras “tolerância”, “opção”, “bom”, “carinho” e as citações a prática esportiva, educação em tempo integral e ocupação profissional são postas pelo apresentador mais para contrabalançar a dureza da fala do que como alternativas à repressão. A tônica é a violência como resposta à insegurança, sem deixar de contemplar a crítica aos oponentes desse pensamento, representados pelos defensores dos “direitos humanos”. “Não tem esse negócio de direitos humanos lá, não. Lá, a turma acertava no pé do ouvido, no meio dos olhos, onde pegasse. O cara que viesse dos ‘direitos humanos’ levava também a pancada na cara”. Explícitas assim ou subentendidas em frases como “Por isso que meto o chicote, e tem gente que acha ruim”, “Ainda tem gente que é complacente com gente que mata pai de família” e “Direitos humanos é para humanos direitos; tem que inverter a coisa, pra proteger o cidadão (Comando 22 - 14.4, 6.4 e 16.4.2010)”, as formulações ajudam a desvirtuar o conceito de “direitos humanos”, reforçando uma visão deturpada há anos por alguns segmentos da sociedade: pessoas e movimentos que defendem os direitos humanos são associados à condescendência com o erro e até à permissividade com o crime e à defesa de “bandidos”.

Alguns apresentadores, principalmente, fortalecem a ideia de que os representantes dos direitos humanos defendem e amparam os autores de violência, entregando à própria sorte as vítimas, deixando de prestar a elas a mesma solidariedade. “Veja a perversidade desses marginais. (Eles) ainda têm ‘direitos humanos’. Se fosse um bandido morto, tava lá ‘os direitos humanos’. Agora, como é um cidadão, tá só a família, chorando lágrimas de sangue (Cidade 190 - 18.5.2010)”, afirmou o comentarista da TV Cidade, sobre um latrocínio contra um comerciante de 69 anos, em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza.

Além dos âncoras, os repórteres também contribuem para formar a opinião de que os defensores dos direitos humanos “dão” direito demais para a “banditagem” e de menos para os “cidadãos de bem”. Ao mostrar uma das vítimas de um “sequestro relâmpago” chorando, abraçada ao namorado também sequestrado, um repórter da TV Cidade, que acompanhou a apreensão dos dois adolescentes acusados da ação, chamou a atenção do telespectador, mas também dos “direitos humanos”, em tom claramente questionador: “É assim, olha, que eles (acusados) deixam a pessoa (vítima). Aí, você, dos direitos humanos, tem que ver os direitos humanos dessa moça aqui, que passou esses momentos na mão dos bandidos. É esse os direitos humanos que nós temos que ver, porque estão dando muito direitos humanos pra bandido (Cidade 190 - 14.4.2010)”.

Tão criticados até por fontes policiais, os “direitos humanos” passam a ser reivindicados em função de conveniências. Durante as manifestações de policiais no mês de abril, para impedir o que era visto como retaliação, no caso, a transferência para outros locais de trabalho de agentes de segurança envolvidos com os protestos, ouviu-se inclusive um major evocar os direitos humanos para que o remanejamento fosse reconsiderado. Mesmo assim, o questionamento estava lá, sutilmente, implícito. “Nós solicitamos que seja revisto (o remanejamento), por questão de direitos humanos. Fala-se muito em direitos humanos, mas como vão respeitar os direitos humanos, como esses policiais irão para o seu trabalho, desempenhar suas funções, estando emocionalmente arrasados? (Barra Pesada - 30.4.2010)”, questionou o policial.

Os questionamentos são feitos sem que os programas procurem ouvir os representantes dos movimentos de direitos humanos. Pior: a tentativa de associar o movimento com a impunidade chega a se manifestar em situações cuja trajetória das pessoas e instituições revela exatamente o contrário do que se procura demonstrar. O enfrentamento à violência é um dos campos de atuação do movimento em defesa dos direitos humanos, sobretudo quando atinge os grupos mais vulneráveis da população, como idosos, mulheres e crianças, mas, no dia 18 de maio, data em que o Brasil se mobiliza contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil, o programa Cidade 190 dedicou a edição ao assunto incorrendo em erros.

Ao defender punição rigorosa para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, o comentarista sugeriu que os “direitos humanos” protegem os acusados. “Não pode acontecer nada com esses monstros (...) Castração química não pode ter com os bichinhos porque fere os direitos humanos. E as crianças? E as famílias, que vão carregar, (pelo) resto da vida, a dor de ver sua filha estuprada, sua filha violentada, ou o seu filho? (...) O vagabundo não tem prisão perpétua, mas uma criança violentada carrega pelo resto da vida a dor da violência sexual. Aí, um

[MONITORANDO

Visão deturpada. A inversão sobre o conceito e a prática dos direitos humanos chega ao ponto de transformar em algozes os seus representantes ou defensores. “Hospital nenhum quer doente mental, tem que tratar em casa. Às vezes, a mãe amarra, acorrenta, e é presa pelos ‘direitos humanos’ (Cidade 190 - 6.4.2010)”, disse o apresentador da TV Cidade, quando o programa abordou a dificuldade de internação para dependentes químicos e pessoas com transtornos mentais.

As imagens do acusado e da vítima de uma lesão corporal desembarcando de um mesmo carro da Polícia em uma unidade policial, exibidas pelo programa, fizeram o comentarista questionar a presença dos dois no veículo e evocar os direitos humanos. “Será que o cidadão não tem que ser preservado, e não andar com quem lhe assaltou, com quem lhe agrediu? Será que não tem que ter direitos humanos para humanos direitos, não, no estado do Ceará? (Cidade 190 - 14.4.2010)”.

vagabundo não pode sofrer nada, como no caso do Casim, que violentou aquela garota Alanis, e tá com toda mordomia dentro do presídio. Será que um vagabundo como esse não tinha que ter castração química e trabalhar pra poder pagar o seu sustento dentro do presídio? Será que é justo você, cidadão de bem...? Custa mais de mil reais um vagabundo como esse, um vagabundo que violenta e estupra uma criança”. O comentarista se referia a um caso que ganhou repercussão nacional: o abuso sexual seguido de morte de uma garota de cinco anos, que foi raptada nos arredores de uma igreja, enquanto os pais assistiam a uma missa.

Pelo rigor da lei e da punição

Os casos de violência que provocam forte comoção popular, geralmente por terem sido praticados com crueldade ou contra pessoas indefesas, inspiram comentários exaltados e defesa de medidas radicais contra a criminalidade. Não subestimando a violência e seus excessos, nem propondo a indulgência para quem a pratica, mas os sentimentos que a mídia ajuda a aflorar em torno de alguns crimes também serve para que ela própria apresente suas propostas para o fim da violência, o que envolve não só a eliminação do problema, mas de quem o causa. Assim, é comum virem à tona os argumentos favoráveis a propostas como prisão perpétua e pena de morte.

O assassinato de um policial rodoviário federal, no dia do aniversário e prestes a ser pai pela primeira vez, apresentava o perfil emotivo ideal para manifestações em defesa do extremo rigor na punição dos responsáveis pelo crime. “Eu queria ver se fosse na China, na Indonésia, na Somália (...) Pega-se o matador, leva-se para uma praça pública, a televisão mostra ao vivo, o rádio transmite, o jornal tá lá batendo foto... O cara tem o direito de escolher: quer morrer enforcado, quer morrer fuzilado? O cara tem o direito de escolher. Lá, eles também não são assim tão duros. Eles dão o direito do cara escolher (...) Os outros veem aquilo ali e fica todo mundo com medo”, descreveu o apresentador do *Comando 22*.

Prisão perpétua e pena de morte voltariam a ser abordados pelo apresentador do *Comando 22* na edição seguinte do programa, logo após ele se referir ao adolescente acusado de envolvimento no latrocínio do policial rodoviário federal, a um outro adolescente apreendido e também suspeito de participação em homicídio e ao “maníaco de Goiás”, como passou a ser

[MONITORANDO

Pena de morte. Os três países citados pelo apresentador do *Comando 22* aplicam a pena capital. A China está sob regime autoritário desde 1949 e, segundo a Anistia Internacional, embora já tenha havido milhares de execuções, as estatísticas são tratadas como segredo de Estado. Mas “se descobrem alguém com qualquer tipo de arma de fogo, que roubaram do Exército ou foram feitas com as próprias mãos, a consequência é uma só: tiro na nuca e conta da bala para a família do criminoso pagar. Se acharem uma arma com alguém, isso vira notícia nacional. É claro que fazem questão de falar sobre sua pena de morte”, exemplifica no portal Mundo RI o correspondente internacional na China Paulo Bitelman.

Na Indonésia, que também fica no continente asiático e onde a violência étnica já fez milhares de pessoas partirem para campos de refugiados, a pena de morte é aplicada por meio de fuzilamento. Na Somália, cuja população amarga uma guerra civil e a violência já despertou reações internacionais, inclusive da Organização das Nações Unidas (ONU), a pena máxima é praticada por motivos religiosos (contra cristãos) e de orientação sexual (atinge homossexuais) e inclui fuzilamento e perfuração de ventre.

tratado o pedreiro José Adimar da Silva, 40, depois de ser preso, no dia 10 de abril de 2010, acusado de assassinatos em série, de seis adolescentes, de 13 a 19 anos, na cidade de Luziânia – oito dias depois da prisão, o pedreiro foi encontrado morto na cela onde estava recolhido.

“Um movimento muito grande, hoje, ganha corpo: o caso da prisão perpétua pra pedófilos e pena de morte pra bandidos que não têm jeito, porque eles (o movimento) dizem que o governo tá gastando muito dinheiro com bandido que não tem jeito (...) Então, eles querem também eliminar: pena de morte pra bandidos sem jeito. Aí, também, já tem um movimento contra: ‘direitos humanos’ é contra, algumas pessoas são contra, mas tá ganhando corpo essa história, em São Paulo, Rio, Brasília, em todo lugar, sobre a volta da pena de morte (...) São 13 milhões (de reais) pra fazer um presídio, aí tem que manter aquele presídio com comida, energia, água, luz, telefone, escambal, despesa com presídio. Guarda, pessoal e tudo pastorando um sujeito que não serve pra nada, que só serve pra matar os outros, pra fazer ruindade. Aí, o pessoal quer que vá matando pra ir limpando: menos um, menos um, menos um pra fazer ruindade, menos um pra fazer o mal (Comando 22 - 15.4.2010)”, apontou o apresentador da TV Diário, em uma fala cujo tempo total foi de três minutos e 41 segundos.

O assassinato de um vigilante de 75 anos no bairro Antonio Bezerra despertaria outro longo comentário do mesmo âncora sobre a proposta de aplicação da pena de morte no país. Segundo a Polícia, o acusado furtou a arma do aposentado enquanto ele dormia, e depois ainda teria acordado a vítima para praticar o homicídio. “Um homem desse, que mata um vigia que está dormindo, sem oferecer resistência... Os defensores da pena de morte vão usar isso como argumento de trazer a pena de morte para o Brasil”, afirmou o apresentador, recorrendo à história para lembrar que a experiência não seria uma novidade para o país: “O Brasil já teve pena de morte no período imperial. Foi Dom Pedro II que acabou com a pena de morte”. O que não foi acrescentado é que a extinção da pena capital teria sido motivada por um erro judiciário que levou à força provavelmente um inocente, o fazendeiro da cidade fluminense de Macaé, Manoel da Mota Coqueiro, em 1855, acusado de mandar matar uma família de colonos.

Em um discurso que atribui a um movimento que, segundo o apresentador, estaria em ascensão em várias capitais, ele parece manifestar o próprio pensamento a respeito da questão, prevendo inclusive cenário e formas de aplicação em Fortaleza se a punição máxima voltasse a ser instituída: “Nesses casos aí, os caras seriam executados na Praça do Ferreira. Criaria um paredão, botaria o cara, e o cara escolheria a maneira de morrer: ou enforcado, ou no fuzilamento, ou então na cadeira elétrica. O cara tinha o direito de escolher a morte, três opções”. Depois de um repetitivo preâmbulo, ele pediu aos telespectadores que ligassem para a emissora para dar opinião sobre o assunto. Mais uma vez, o apresentador contrapôs a perda do “direito à vida” à aquisição do “direito à morte”, acentuando uma visão no mínimo questionável sobre a noção de direito, visão aplicada também ao discurso recorrente de que futuro de “bandido” se resume a cadeia, hospital ou cemitério: “O cara tem direito de escolher um dos três (Comando 22 - 19.5.2010)”.

Ao falar do movimento em curso pela aplicação da pena de morte no Brasil, o âncora imputa aos defensores pensamentos dos quais ele também parece compartilhar: “só matando pra ir limpando (...) pra acabar com despesa, acabar com cabra ruim, acabar com cruel”. A redução de gastos com o sistema penal aparece como justificativa mais do que plausível: “Querem economizar dinheiro com presídio, porque fazem e fica logo cheio; é só fazendo presídio e enchendo de gente, e a despesa no mei do mundo, e os cabras quando saem de lá, saem pior do que quando entraram, não tem mais jeito; e eles querem agora é limpar o negócio, fazer uma varredura: matando, matando pra ir limpando”.

À defesa de punições severas adicionam-se as ressalvas à legislação brasileira, interpretada como branda. Essa avaliação ganha mais respaldo quando é feita por apresentadores formados em Direito, como é o âncora do *Comando 22*, ou estudantes da área, como é o apresentador do programa *Os malhas e a lei*. Na maioria das vezes, transfere-se a responsabilidade para as leis quando as fragilidades estão nos sistemas policial, judiciário e penal.

“Você não tem que ter pena de aplicar a pena porque a lei brasileira é cheia de regalia. A maior condenação é 30 anos, (mas) tem regalia na lei; o cara fica preso, mas depois volta (à liberdade), e o que morreu é que nunca mais vai voltar (*Comando 22 - 26.4.2010*)”, avaliou o apresentador da TV Diário, referindo-se a um jovem de 21 anos acusado de matar a golpes de gargalo de garrafa outro rapaz de 22 anos porque este teria se recusado a repassar a ele dinheiro e telefone celular. O âncora contabilizou uma pena de 21 anos de reclusão para o acusado, mas o cumprimento efetivo de apenas oito anos.

Nesse mesmo sentido de descredenciar a legislação que o Brasil tem, a desqualificação é maior quando as vítimas da violência são estrangeiros, porque suscita novamente comparações com outros países. “A lei também é fajuta, porque era pra ter no mínimo prisão perpétua neste país (*Os malhas e a lei - 29.5.2010*)”, defendeu o apresentador do programa semanal da TV Diário, ao se referir a um caso de ampla repercussão: o latrocínio de um italiano em uma das grandes avenidas de Fortaleza, a Washington Soares, em que o acusado já teria sido preso pela prática de outro homicídio.

Dos casos específicos a situações genéricas, as análises pouco diferem. Após um “final de semana brutalmente violento”, com “mais de 24 pessoas assassinadas”, o apresentador da TV Cidade reivindicou: “Queremos leis mais rigorosas, que mandem pra cadeia, que sejam condenados e que fiquem na cadeia, no tamanho da pena aplicada, todos aqueles que ceifam vidas, que matam, que estupram, que praticam crimes hediondos (*Cidade 190 - 10.5.2010*)”. Para concluir: “A lei no Brasil é um incentivo à matança”.

Relativização do uso excessivo da força e da agressão

A violência passa a ser relativizada, quando não minimizada ou até desconsiderada, se praticada por “pessoas de bem” e em comparação com ações praticadas por “bandidos” ou em reação a estas. “Quando é um pai de família que dá um tabefe num, pra soltar é fogo. Às vezes, um empurrão, uma confusão besta, pra soltar, é fogo. Às vezes, um bandido desse aí tem a maior sorte, é solto com facilidade geral, pra fazer ruindade no mei do mundo (*Comando 22 - 15.4.2010*)”, apontou o apresentador da TV Diário, após ouvir a declaração indignada de um policial, que responsabilizou o Judiciário por não manter atrás das grades um homem acusado de praticar assaltos e que havia sido preso meses antes por uma equipe sob comando do agente de segurança. “A gente trabalha, trabalha... A Justiça não coopera com a gente, infelizmente”, afirmou o policial, referindo-se ao acusado, que teria retomado a liberdade havia 60 dias, aproximadamente.

O discurso da violência contra a violência é aplicado a realidades diversas. À ousadia de dois homens armados, que praticaram um assalto, por volta das 9h30min, em um lava-jato localizado em área com grande circulação de veículos no bairro Dionísio Torres, o mesmo apresentador reagiu como se fosse justificável atirar para matar. “Ô bicho corajoso é bandido. Quando leva um tiro nos peito, acha ruim (*Comando 22 - 19.5.2010*)”.

Os excessos contra os acusados passam a ser tratados como naturais, ao ponto de repórteres e apresentadores não fazerem qualquer questionamento a declarações controversas dadas por fontes policiais, já que as falas destes e daqueles muitas vezes se reforçam. O Comando 22 de 16 de abril exibiu uma entrevista com um cabo em que ele sugere que, em outros tempos, a Polícia usava a força como meio para obter informações. “Hoje, em dia, não tem mais acocho pra dizer nada, tem que esperar a boa vontade do cidadão dizer o que aconteceu”, afirmou, ao tratar do caso de um jovem baleado na Via Expressa, no bairro Papicu, sobre o qual o repórter, o apresentador e o próprio policial levantariam dúvidas se havia sido assaltado ou estava praticando assalto, embora não houvesse elementos para as suspeições.

Sem articulação entre as áreas da segurança e da justiça para ações eficazes de responsabilização e combate à impunidade e sem políticas sociais integradas envolvendo medidas de prevenção para resultados a curto, médio e longo prazos, a população se sente refém e também no direito de tomar providências por si só, agindo com as próprias mãos, impetuosamente ou em plena consciência. As tentativas de linchamento passam a ser explicadas, justificadas ou até exaltadas. “Olhe, um mala levou uma surra da população. Ele tentava assaltar um coletivo, e aí a população não contou pipoca. Vai comendo, Raimundo. Tome uma surra boa (...) Peia pra dez ele comeu sozinho (Os malas e a lei - 29.5.2010)”, anunciou o apresentador do programa, referindo-se a um jovem de 21 anos, quase linchado ao tentar assaltar um ônibus no Planalto Ayrton Senna.

Em outro caso, cuja reação da população não se concretizou porque o acusado de esfaquear uma mulher durante discussão banal em um terminal de ônibus foi preso a tempo, o comentário do repórter seria semelhante, mesmo usando outro tom e outras palavras: “Se esse rapaz tivesse caído nas mãos da população, com certeza teria apanhado muito, porque o pessoal não aguenta mais tanta violência (Barra Pesada - 8.4.2010)”. Contra a reinante banalização da violência, são poucas as reações. Em relação a esse caso, o apresentador do programa interveio diferentemente e observou que “há uma predisposição pra ninguém hoje conter os ânimos, as emoções” e, para além das medidas institucionais de prisões e apreensões, ele chamou atenção para o autocontrole e as responsabilidades individuais.

Mesmo que as matérias levadas ao ar por um determinado programa acabem reproduzindo o que os outros da mesma linha de cobertura fazem, o comentário do apresentador pode fazer a diferença, insistindo em abordar a importância da preservação e do cultivo de valores para uma cultura de paz e não violência, como fez o mesmo âncora, ao falar de uma briga de vizinhos em Juazeiro do Norte que deixou um morto: “Os vizinhos são para o crescimento, convivência, evolução, paciência, compartilhamento, ajuda, solidariedade mútuos (Barra Pesada - 6.4.2010)”.

Sobre um atentado registrado também em Juazeiro do Norte, o apresentador do Comando 22 daria uma trégua ao seu discurso repleto de referências à violência para reprovar as agressões praticadas por quatro homens encapuzados contra o dono de um jornal que fazia oposição à administração pública municipal. O âncora avaliou que houve uma tentativa de cerceamento à liberdade de expressão e cobrou que os sindicatos de jornalistas e radialistas e o Ministério Público acompanhassem de perto as apurações, inclusive evitando precedente para outras investidas contra profissionais da imprensa. “Se você está insatisfeito, você tem a Justiça pra resolver o problema. Você não pode fazer justiça com as próprias mãos. Se houve uma crítica, se houve denúncia, você não pode pegar a pessoa e matar nem maltratar. A Polícia e a Justiça foram criadas historicamente pra que o homem não se envolvesse em confusão (Comando 22 - 26.5.2010)”, afirmou, em um comentário cujo tempo total foi de quatro minutos.

A violência, não mais localizada, se espalha pelas áreas urbanas e rurais, pelas periferias e pelas áreas mais abastadas das cidades, despertando também respostas agressivas e uso excessivo da força, manifestações antes restritas ou associadas apenas a determinados lugares. Em um local ou noutro, como ação ou reação, o juízo que se contraponha à violência é sempre oportuno. “A gente compreende que a população está precisando de segurança pública, (mas) a gente não pode partir pra violência, temos que condenar essa violência”, defendeu o apresentador do *Rota 22*, no dia 18 de maio, quando populares agrediram um suposto assaltante no Bairro de Fátima, área de classe média de Fortaleza. Mesmo reconhecendo a sede de justiça da população, o apresentador reprovou a tentativa de linchamento. Mas a abordagem do mesmo caso seria outra no programa *Cidade 190*. “Um bandido foi praticar um assalto, levou uma surra. O povo caiu de pau em cima dele. O bandido foi brutalmente espancado pelas mãos de um povo revoltado com a violência (...) É o povo que não suporta mais tanta violência”, avaliou o âncora, quase que justificando o espancamento.

Política de repressão versus Polícia comunitária

O endurecimento das ações repressivas permeia o discurso da maioria dos apresentadores dos programas policiais. Ao abrir o programa *Os malas e a lei* no dia 22 de maio, o âncora sugeriu que o comando da segurança pública deveria ser mais austero no combate à violência: “Deram moleza, trouxeram gente fraca pra cuidar da segurança pública do estado do Ceará”. Ao longo do programa, o âncora deu mais uma alfinetada no secretário ao manifestar confiança no novo comandante do programa *Ronda do Quarteirão*, por motivos previsíveis. “Ele alisa com o ralo e do outro lado é um esporão de galo”, justificou, estabelecendo claramente o que seria uma diferença entre um e outro.

Para o apresentador, ideal é o modelo de atuação empregado pelo Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), do Batalhão de Polícia de Choque; Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO), grupo de elite do Pelotão de Motos do 5º Batalhão da Polícia Militar; e antigo Comandos de Operações Especiais (COE), criado durante o regime militar e que passou para a história pelo caráter altamente repressor, haja vista que surgiu com a tarefa de desenvolver operações de contraguerrilha, sufocando o movimento de oposição, integrado pelos chamados subversivos – no Ceará, não deixou de praticar abusos de poder: “Eu só entendo segurança pública como era o COE, antigamente; como é o GATE, como é o RAIO”.

Na edição seguinte, o apresentador expressaria a recusa veemente à concepção de Polícia comunitária, atribuída ao programa *Ronda do Quarteirão*: “Polícia comunitária, eu não gosto desse nome, eu detesto esse nome. Polícia comunitária? Meu amigo, Polícia é Polícia. Esse negócio de Polícia comunitária é pra dar satisfação aos ‘direitos humanos’. Polícia é Polícia. Trata bem o cidadão, mas o bandido é pra ser tratado como bandido”.

Se, para o apresentador do programa *Os malas e a lei*, o policiamento comunitário significa uma distensão da repressão, para o âncora do *Comando 22*, o modelo implantado no Rio de Janeiro segue exatamente o contrário e, por isso, deveria ser incorporado à realidade de Fortaleza, até porque, na avaliação dele, a desarticulação do crime organizado nos morros cariocas teria repercussões negativas inclusive sobre o Ceará. “Tem piorado a situação de violência no Nordeste por causa do Rio de Janeiro. Quem assiste (a) o nosso programa aí, no Rio, sabe disso. O governo tá botando pra quebrar em cima dos bandidos, tá apertando o cerco, e eles tão correndo pro Nordeste (...) Criaram lá uma tal de Polícia comunitária. Como é essa Polícia comunitária? É um

GPM (Grupo de Policiamento Militar), que a gente tinha aqui, só que é mais equipado. Eles botam em cada bairro mais perigoso um GPM, que conhece a coletividade todinha. O policial passa seis meses naquele posto; de seis em seis meses, trocam os policiais”.

O policiamento comunitário no Rio de Janeiro, mais conhecido pelo trabalho das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), tem ocupado algumas áreas da cidade e procurado desarticular o crime organizado que estabelecia ali formas de domínio sustentadas principalmente pelo tráfico de drogas e armas. O trabalho busca combinar repressão ao crime com implementação de serviços e criação de equipamentos públicos para as comunidades. Mas as UPPs não estão imunes a questionamentos sobre possíveis abusos de poder cometidos pela Polícia nesse processo de “pacificação” e interesses outros que fariam com que a prioridade na implantação das unidades não levasse em conta as áreas que mais necessitam, mas aquelas que estivessem mais próximas de destinos turísticos e locais que abrigarão as estruturas para megaeventos, especialmente a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Evocação ao religioso: uma contradição

A Bíblia é pródiga em passagens que se referem à violência. Do Antigo Testamento, são conhecidas expressões como “vida por vida, olho por olho, dente por dente”. Já no Novo Testamento, encontram-se mensagens de teor claramente oposto. “Tendes ouvido o que foi dito: olho por olho, dente por dente. Eu, porém, vos digo: não resistais ao mau. Se alguém te ferir a face direita, oferece-lhe também a outra”.

O que parece uma contradição é, para os exegetas, estudiosos da Bíblia, nada mais que a expressão de dois períodos da Antiguidade. Enquanto a locução “olho por olho, dente por dente” pertence à Lei Mosaica ou Torá, que reúne os cinco livros de Moisés (1592 a.C. - 1472 a.C.), a expressão “oferecer a outra face” faz parte do Cristianismo, que surgiu durante o Império Romano (27 a.C - 395 a.C), e consta da mensagem dos evangelhos proferida pelo próprio Jesus Cristo. O que se configura mesmo uma contradição é o discurso dos programas policiais, que, a um só tempo, defende a radicalização da repressão e prega o uso da violência, inclusive pondo sob questionamento o direito à vida para autores de crimes hediondos, mas também se mostra repleto de referências religiosas e espirituais.

A exteriorização dessa contradição parte, mais uma vez, sobretudo, dos apresentadores. Um dos mais contundentes está à frente do *Comando 22*, programa que mantém inclusive parceria com clínicas de tratamento da dependência química cuja orientação religiosa é explicitada logo no nome das instituições. Mantidas por igrejas evangélicas, as clínicas são divulgadas durante as edições, quando os representantes têm espaço até mesmo para entrevistas e os pastores recebem elogios do âncora pelo trabalho realizado: “o tratamento chega a quase 100% de recuperação (*Comando 22* - 14.4.2010)”.

Ao pedir doação para uma das clínicas parceiras, o âncora já chegou a citar outras cinco que desenvolvem ações semelhantes. Para se referir a elas, disse que “são bem intencionadas”, fazem uma “caridade muito grande”, “internam filho de pobre” e “têm ajudado ao povo”. Em um tom destoante do usual, o apresentador se dirigiu ao interlocutor dizendo: “Quem tem Deus, pastor, tem tudo. Não precisa de mais nada. Só o povo ajudando com uma coisinha aqui, acolá e tá resolvido”. E o governo também. Na edição de 19 de maio, ele pediu ao governador do estado que cumprisse a promessa feita na abertura dos trabalhos na Assembleia Legislativa em 2010, ainda em fevereiro, de ajudar financeiramente as clínicas. O âncora salientou a prioridade com

que deviam ser atendidas as casas com menor poder aquisitivo. “Pobres fisicamente, mas muito ricas na palavra de Deus, são as que têm recuperado (Comando 22 - 19.5.2010)”, frisou.

Além dessa proximidade com clínicas mantidas por evangélicos, situações diversas durante os programas policiais dão vazão a invocações a Deus e aos santos e a agradecimentos, saudações e citações a religiosos. Aproveitando alguma notícia correlacionada ou mesmo sem qualquer abordagem na edição que justifique um breve ou longo comentário, os apresentadores mandam o seu recado com destinatário certo. “É digno de reconhecimento o trabalho que o bispo está fazendo pra ajudar aos dependentes químicos. Um abraço de solidariedade a esse grande bispo, salvando jovens que estão nas drogas (Cidade 190 - 26.5.2010)”, enalteceu o apresentador da TV Cidade.

O apelo religioso não reflete a grande diversidade de credos, mas também não é unilateral. Há espaço destinado ao catolicismo e ao protestantismo, embora pareça haver uma maior presença daquela no programa Cidade 190 e desta nos programas da TV Diário. Na edição do dia 14 de abril, o apresentador do Rota 22 anunciou uma “cruzada pela paz e contra as drogas” em Maracanaú e Fortaleza promovida por evangélicos, e ainda acrescentou que mais informações poderiam ser obtidas com um pastor que teve o nome divulgado. No mesmo dia, o apresentador do Comando 22 divulgou um culto evangélico no Pio XII. “Um momento religioso de grande valia para o povo de Fortaleza” e “uma grande tarde de louvor” foram anunciados, respectivamente, pelo apresentador e pelo comentarista do Cidade 190, no dia 8 de abril, mas o programa ainda trouxe uma sonora com um padre reforçando o convite. Ao fim do programa, o comentarista disse que estaria ausente na edição do dia seguinte e, sem explicar os motivos, pediu oração aos telespectadores.

Embora bastante enfáticos no questionamento a direitos básicos oferecidos a presidiários e no julgamento a pessoas acusadas de crimes, os apresentadores do Cidade 190 não deixam de incluir nas suas falas, no decorrer das edições, uma referência ou outra de ordem religiosa. O programa ainda conta com um repórter que, com frequência, se refere ao “cão”, “capeta” ou “diabo” ao falar da “pedra maldita”, o crack, mas que também atribuiria à intervenção divina a vida preservada de um policial sob alvo de bandidos. “O motorista da viatura tá vivo porque Deus quis, foi uma vontade de Deus (Cidade 190 - 7.4.2010)”, disse, referindo-se a um tiroteio que deixou nove marcas de disparos no veículo da Polícia em perseguição a pessoas que realizaram um “sequestro relâmpago” no bairro Maraponga.

Na narrativa policial, mas também midiática, religião e crime se misturam para dar sentido aos discursos. É curioso, por exemplo, que uma série de delitos seja descrita como um rosário de crimes. O objeto de devoção usado para a reza acaba servindo a um uso bem menos sagrado. “O Joca tem um rosário de crimes (Rota 22 - 18.5.2010)”, afirmou o repórter da TV Diário, reproduzindo o que é comum ser dito por policiais e referindo-se a um homem, preso sob suspeita de planejar ações criminosas, depois de ter ficado 17 anos em presídio, conforme ele mesmo revelou à equipe de reportagem.

Referências a Deus combinam também com a comoção (natural ou criada) em torno de determinados casos. “Deus escreve certo por linhas tortas. Se essa criança foi parar na porta dessa família, é porque ele, lá de cima, sabia que seria o lugar mais apropriado pra que essa criança crescesse e fosse criada (Cidade 190 - 30.4.2010)”, observou o repórter que conduz o quadro Caso DNA, oportunidade criada para esclarecer dúvidas sobre paternidade no programa da TV Cidade, mas que descamba várias vezes para a exploração da vida íntima das pessoas e a incitação a conflitos entre os envolvidos.

Muitas vezes, nem precisa uma deixa para uma alusão ao misticismo. Um engarrafamento exibido pelas câmeras de monitoramento do tráfego já foi suficiente para o apresentador do Barra Pesada sair com uma “velha lição bíblica: os últimos serão os primeiros”. Para o apresentador, a citação de nomes bíblicos e as referências à religiosidade não expõem uma contradição, mas uma visão espiritualista pela qual ele é bastante conhecido, visão inclusive que embasa muito dos seus comentários.

“A lei natural é ‘não matarás’. Quinto mandamento. Quem deseja o fim do errado é que ainda não tem a inteligência de perceber que não é o errado que precisava ser eliminado, mas é o erro que ainda é tolerado por uma sociedade que tem tantos vícios, inclusive da falta de ética e de moral (Barra Pesada - 6.4.2010)”, concluiu o âncora, ao se referir a um caso de drogadição, em que mãe e filho, dependente químico, falaram ao programa.

Ao questionar a tese recorrente de que muitos crimes de morte são praticados como acerto de contas em função de dívidas das vítimas com traficantes, o apresentador do Barra Pesada questionaria também a falta de compromisso cristão e de temor às instituições e a Deus, evocando novamente o decálogo. “Isso é lei da selva, de uma sociedade que não tem mais temor nenhum à Justiça, à Polícia e a Deus, principalmente, porque o mandamento diz: não matarás (Barra Pesada - 12.4.2010)”, afirmou. “Nós não somos cristãos, não. Nós só temos o pensamento e fazemos de conta, nos finais de semana, que atendemos aos nossos credos, mas, na prática, tudo da boca pra fora”, complementar. Na mesma edição, ao falar da rapidez da Justiça e da Polícia em esclarecer rapidamente dois homicídios de grande repercussão na cidade – os latrocínios de um policial rodoviário federal e de uma empresária –, ele defenderia a mesma agilidade para a solução de outros casos, citando ainda o “ponto de vista divino”, que não diferencia as pessoas e trata todos igualmente.

Em algumas edições do Barra Pesada, em contraposição à sequência de notícias sobre violência e à sensação de insegurança, medo e desencanto deixada por elas, o apresentador aproveita o comentário final do programa para transmitir uma mensagem de esperança. “Não entre no nível dos pessimistas (...) Deus há de nos proteger, e se ele permite algumas dessas tragédias, é que algo tem a nos dizer (Barra Pesada - 6.4.2010)”.

O fim de cada programa, por sinal, é o momento em que Deus é quase sempre invocado. “Voltaremos amanhã, se Deus quiser (Comando 22)”, “Até amanhã, se Deus quiser (Rota 22)”. “Segura na mão de Deus, pensa grande, e toca pra frente (Cidade 190)”. Nas sextas-feiras, é comum o apresentador da TV Cidade substituir o bordão por um de sentido mais profano, ou acrescentar um ao outro: “Faça como eu: faça amor, não faça guerra. O Cidade 190 termina agora”.

Há de se considerar que a expressão oral da religiosidade também seja uma manifestação da cultura brasileira e, sobretudo, nordestina e cearense. Está enraizado na linguagem popular o hábito de se referir a Deus em cumprimentos (“que Deus abençoe”), expressões de desejo (“se Deus quiser”), e despedidas (“fica com Deus”, “vai com Deus”). Independente do viés cultural, o discurso assume, dentro da maioria dos programas policiais, uma feição contraditória, pois os apresentadores se revezam entre a fala predominante da violência e da intolerância e a fala eventual, mas sempre presente, da religiosidade e espiritualidade; contradição, às vezes, bastante próxima, pois chegam a adotar em uma mesma edição os dois tons e a citar em um mesmo comentário santos, Deus e o diabo. Tanto as “soluções fáceis” e controvertidas para combater a violência quanto as referências religiosas fazem parte de um discurso que acaba por desviar para outros rumos a discussão sobre as reais causas do problema.

[MONITORANDO

Deus em todos os momentos. Um caso de estelionato, uma ocorrência no trânsito ou mesmo a popularidade do programa são motivos para evocações a Deus, como a edição de 28 de abril do **Comando 22** revelaria. O âncora tomaria como gancho uma denúncia de estelionato em que jovens teriam solicitado os dados de uma mulher passando-se por vendedoras de um plano odontológico para citar Tomé e sua afamada incredulidade, em função do episódio em que duvidou da ressurreição de Jesus descrita por outros discípulos, segundo narrado no Evangelho de João. No mesmo dia, uma notícia sobre um acidente com veículo que realizava transporte irregular de pessoas fez o apresentador falar em Deus ao comparar que mesmo o transporte de animais é realizado sob a exigência de condições de segurança: "Imagine seres humanos, filhos de Deus". Até o nível de audiência é motivo para uma referência a Deus: "Temos que agradecer a Deus pela audiência que o programa tem obtido". A ausência de feridos ou mortos durante invasão por um caminhão desgovernado de uma residência no bairro Pirambu levou o apresentador a atribuir à "mão de Deus" (**Comando 22 - 14.4.2010**).

Não precisa de tantos motivos para o apresentador do **Barra Pesada** também recordar Deus. "Você tirar uma coisa de outrem é erro. Não precisa ler e estudar Direito, não. Deus nos deu a consciência para saber o que é certo e o que é errado (**Barra Pesada - 14.4.2010**)", comentou, sobre a ação de assaltantes que atearam fogo em um caminhão e amarraram motorista e ajudante depois que não conseguiram abrir o cofre do veículo. Não por menos, cinco dias depois, o âncora citaria santos e anjos nos comentários sobre matérias exibidas e nos pedidos por mais segurança na cidade. Ao afirmar que "todo santo dia" são noticiadas execuções em Fortaleza, ele também lembraria que aquele 19 de abril era Dia de Santo Expedito, santo das causas impossíveis: "Ah, se ele nos desse segurança e tranquilidade". Para denunciar a ausência do poder público que causa problemas no tráfego e coloca em risco a vida de pedestres, passageiros e condutores, afirmou que "até hoje não apareceu um santo anjo do Senhor" na (Rua) Vicente Leite para sinalizar a via, o que teria levado a população a improvisar a sinalização por conta própria.

Em algumas situações, a contradição entre o discurso da violência e o discurso com referências religiosas se identifica de imediato. Ao fim da edição de 23 de abril do **Cidade 190**, após passar o programa inteiro incitando o conflito entre duas mulheres e um homem, sobre o qual se investigava se era o pai do filho de uma delas, o comentarista pediu "paz e Deus" às duas: "Paz e tranquilidade porque envolta em tudo isso está uma criança que precisa ter um lar tranquilo, porque criança bem tratada é um adulto feliz; então, vamos ter mais paz e Deus no coração, que a vida corre melhor".

Um dos apresentadores menos indulgentes com os autores de crimes, o âncora do programa **Os Malas e a Lei**, é deputado estadual pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC).

[CASO EMBLEMÁTICO

Já que a pena de morte não é adotada no Brasil, por que não aplicar em vida punição severa, como a perda da visão para praticantes de crimes hediondos? Isso mesmo: cegueira compulsória para assassinos. A proposta foi feita pelo apresentador do programa **Cidade 190**, em meio à comoção popular – natural ou provocada – pelo latrocínio que tirou a vida do policial rodoviário federal, Harry Igor Lima Girão, no bairro Pio XII, em Fortaleza, no dia 5 de abril, data em que ele estava completando 40 anos, e prestes a ser pai pela primeira vez.

“O que fazer com esses bandidos? Hotel? Três, quatro alimentações por dia, onde ficarão mais fera? A morte? Vamos abolir a pena de morte, vamos deixar a pena de morte pra lá. É muito cruel: “Ah, tira a vida”, afirmou, com sutil ironia. “Então vamos deixar de lado a pena de morte para bandidos que praticam crime dessa natureza, que matam um pai de família sem a menor piedade. Alguns países cortam as mãos. Roubou? Cortam as mãos. Em outros países, castram. Castrado. Em outros países, como na América do Norte, a pena de morte: cadeira elétrica, câmara de gás, e agora a injeção letal. Por que não a perda da visão para quem pratica crimes hediondos?”, propôs o apresentador, também deputado estadual que viria a ser eleito meses depois para a Câmara Federal, onde já exerceu dois mandatos.

“Eu fui provocado hoje por uma senhora de 90 anos, aproximadamente, na fila do pão: ‘Deputado, o que fazer? Mataram esse policial rodoviário federal que pediu pra não morrer pelo filho que ia nascer, pelo aniversário que estava comemorando, e os bandidos atiraram sorrindo e mataram o cidadão. Mande arrancar os olhos desses bandidos’, me dizia a pobre mulher, beirando os 90 anos, revoltada e me perguntando: ‘Você já viu algum cego matar alguém?’ Perguntei à Produção do **Cidade 190**. Durante esse longo tempo que estamos aqui, nunca se deu a notícia de que um cego tenha praticado um crime de morte. Então, pena de morte, não? Mas que tal arrancar a retina dos olhos daqueles que praticam crime dessa natureza? Não precisa prender, tira só a visão. A cegueira total, e pode soltar: ‘Vá viver’. Pra ver quantos mais ele vai matar. Talvez não matará porque não poderá, lhe falta a claridade da visão. Pode-se pensar. Ao invés da pena de morte, a cegueira total (...) Se perder a visão, nunca mais matará ninguém”, concluiu o âncora, no comentário de abertura do programa, na edição de 6 de abril.

Naquele e nos dias seguintes, o latrocínio teria grande repercussão no noticiário local. Por ser um policial, mas também pelos componentes emocionais. “Ele foi morto no dia do aniversário (...) Esse policial tinha 40 anos de idade, ia ser pai (...) Não vai conhecer o filho, é de lascar (...) Ainda tem gente que é benevolente com esse tipo de gente, complacente com esse tipo de gente que mata pai de família, que deixa uma viúva com uma criança que não vai ter o direito de conhecer o pai”, afirmou o apresentador do **Comando 22**.

Jornalisticamente, não tinha como subestimar as informações de que a vítima morreu a dois quarteirões de casa, no dia do aniversário e que a mulher do policial estava no fim da gestação do primeiro filho do casal, talvez já em trabalho de parto no hospital, como afirmou o comentarista do **Cidade 190**, mas esses dados foram utilizados para aumentar a carga de dramaticidade do caso. A morte do policial chegou a ser descrita como se apresentadores e repórteres tivessem testemunhado o fato. Mais: como se tivessem registrado o momento exato e visto a cena mais de uma vez, tão cheias de detalhes são as narrações. Os relatos tornam a realidade quase ficção, remetem a trechos de filme.

O estopim para que o gatilho fosse apertado teria sido a recusa do policial em entregar a aliança aos assaltantes, depois de já ter dado outros objetos. Nessa ânsia por revelar minúcias, os programas entram em divergências. Um dos apresentadores disse que a vítima não quis entregar o anel depois de passar o telefone celular e a carteira com dinheiro, outro afirma que a “aliança enganchou no dedo” do policial. Uma mulher que se identificou como amiga da vítima teria presenciado o crime, e inclusive visto o policial bater no braço do assaltante quando este teria se distraído por um momento. A intenção da vítima seria fazer o revólver cair da mão do acusado.

Repórteres buscam o maior número de vozes que enriqueçam o material jornalístico, mas que também colaborem não apenas com o que pretendem noticiar. Além de informar, é preciso emocionar os telespectadores. “Fica um vazio, sem dúvida nenhuma, depois disso tudo que aconteceu, né? É difícil”, dirigiu-se o repórter a um policial rodoviário federal envolvido na operação para prisão dos acusados. Nem sempre a resposta atende ao esperado. “Ele sempre foi um bom profissional e um amigo da gente. A gente deixa essa parte emotiva de lado para que se tenha o privilégio e a necessidade de fazer aquilo que a lei manda, que é colocar esse pessoal que fez isso com ele à disposição da Justiça, como deveria ser com todos”, ponderou o policial.

O caso ganhou ampla cobertura. Os programas fizeram matérias com desdobramentos numa mesma edição; entrevistaram testemunhas, policiais e membros da família da vítima; ouviram moradores sobre a violência na área; acompanharam o velório, o sepultamento, a prisão dos acusados e as buscas pela arma utilizada no crime; registraram todos os momentos com detalhes – O **Barra Pesada** exibiu imagens do sangue da vítima ainda no asfalto.

Quatro pessoas foram apontadas como participantes da ação, sendo um jovem de 23 anos preso e um adolescente de 14 apreendido e um jovem de 18 e um adolescente de 17 que se apresentaram à Polícia. O **Barra Pesada** exibiu imagens do adolescente de 14 anos com o rosto coberto chegando à Perícia Forense. Já o **Cidade 190** tratou os adolescentes como assassinos. “Entre os bandidos, um bandido de 14 anos de idade, 14 ou 15 anos de idade; todos armados, inclusive um pivete de 14 ou 15 anos de idade”, afirmou o âncora na edição de 6 de abril. Na edição do dia 7, um policial ouvido pela equipe esclareceu que os disparos não foram atribuídos ao garoto de 14 anos, mas os caracteres do programa eram categóricos: “Menor é apreendido após matar policial rodoviário federal (**Cidade 190 - 8.4.2010**)”. Ao fim da edição, o apresentador anunciaria para o dia seguinte uma matéria sobre a prisão do segundo envolvido, reproduzindo o erro: “Também é menor de idade o assassino”. No mesmo dia, o comentarista já havia se referido ao adolescente de 14 anos nesses termos: “Não pode ser preso, foi apreendido o bichinho. Vai pra DCA tomar leite com bolacha. Olha, se ele ficar preso durante quatro meses”, disse, duvidando da responsabilização.

5

DESRESPEITO À DOR ALHEIA

"A notícia carece de exatidão (...)
Ninguém notou (...)
A dor da gente não sai no jornal"

Luis Reis e Haroldo Barbosa em Notícia de jornal

“**P**eça encarecidamente aos traficantes que não vendam mais droga fiado aos meus filhos nem aos filhos de ninguém, porque, se não venderem fiado, eles não matam depois. O que mata é a dívida. Meu filho compra, não pode pagar, vive ameaçado de morte. E quantos outros já foram mortos porque compraram e não pagaram? Então por que não pedir aos bandidos, já que estão agindo aí, que vendam só a dinheiro?”. O trecho, lido no programa Cidade 190 do dia 18 de maio, como parte de uma carta endereçada aos apresentadores por uma mãe em estado de aflição, levaria um dos âncoras a questionar previamente: “De que uma mãe é capaz, em desespero, para salvar o filho? De que uma mãe é capaz pra não ver o filho morto no submundo das drogas?”.

A visibilidade dada ao depoimento da mãe chama atenção pelo caráter comovente da carta, mas também pela postura do apresentador frente a uma situação dramática. Esse tratamento mais humanizado é uma exceção dentro dos programas policiais. Diariamente, o que se vê é o desrespeito banalizado ao sofrimento de pessoas que acabaram de perder entes queridos para a violência ou estão na iminência dessa dor. A indiferença é tamanha que, salvo raríssimos casos, os parentes são entrevistados diante dos corpos, ainda à espera do início ou da conclusão do trabalho de policiais ou peritos nos locais das ocorrências.

Em muitos episódios, as entrevistas mais se assemelham a interrogatórios, tão grande é a quantidade de perguntas, que, em geral, tentam esmiuçar a vida pregressa das vítimas. Na edição de 19 de maio, um repórter da TV Diário chegou a fazer 17 indagações ao pai de um jovem de 21 anos executado a tiros no bairro Vicente Pinzon. O corpo no chão mais lembrava um objeto em exposição, em função da multidão que cercava a área isolada pela Polícia, mas também pelo insaciável desejo midiático de mostrar a violência. Bem junto do pai, que parecia não se dar

[MONITORANDO

Entrevista ou interrogatório? Fazer muitas perguntas ao entrevistado é um procedimento importante no jornalismo para apresentar ao público o maior número possível de informações relevantes, mas sendo o entrevistado um pai na cena do assassinato do filho, os questionamentos soam como desrespeito, mais ainda pelo teor das indagações.

- 1) O seu filho já respondia por um homicídio?
- 2) Esse homicídio aconteceu quando?
- 3) Então a família da vítima já estava querendo vingança...
- 4) Ele matou esse rapaz, por que, no ano passado?
- 5) Ele acabou matando o outro rapaz...?
- 6) Conseguiu executar...?
- 7) Chegou a ser preso?
- 8) Aí, depois estava respondendo (à Justiça) em liberdade...?
- 9) Ele morava aqui mesmo, no Conjunto São Pedro (Vicente Pinzon)?
- 10) E ontem à noite, como foi que aconteceu?
- 11) Ele saiu correndo...?
- 12) Hoje pela manhã (o senhor) já encontrou o corpo nessa situação...?
- 13) Recebeu a notícia ou foi o senhor mesmo que encontrou o corpo do seu filho assim?
- 14) Os tiros atingiram que partes do corpo?
- 15) Tem um nas costas também...?
- 16) A cabeça parece que foi atingida também?
- 17) É verdade que a cabeça dele estava a prêmio? A família da vítima fatal estava oferecendo quatro mil reais pra quem matasse ele?

conta daquilo tudo, o repórter ainda pediu duas vezes ao cinegrafista que o acompanhava para mostrar a imagem do corpo, numa demonstração inequívoca da frieza com que os dramas reais são tratados.

Para os telespectadores, tão chocante quanto o crime pode ser a insensibilidade das equipes de reportagem, que se aproveitam de uma relação de poder desigual que estabelecem com os moradores da periferia, pois, em geral, não agem da mesma forma quando as vítimas pertencem a estrato social mais elevado. Na edição de 26 de maio, os programas policiais acompanharam o caso de um jovem supostamente vítima de pistolagem no dia do aniversário de 24 anos, e não entrevistaram ninguém da família, embora tenham registrado a chegada de parentes aos gritos ao local do crime. Rapaz de classe média, comerciante, foi executado a tiros dentro do próprio veículo, no Bairro de Fátima, após deixar a esposa na faculdade. O perfil explica a mudança de tratamento.

Os familiares das vítimas com baixo poder aquisitivo, muitas vezes, se comportam como se tivessem a obrigação de prestar esclarecimentos aos repórteres e estes fossem autoridades às quais devessem explicações. Os repórteres, na falta de um bom senso mínimo, aplicam uma pergunta atrás da outra, desconsiderando a relação de proximidade entre o entrevistado e a vítima. Tanto faz um desconhecido, amigo ou parente de primeiro, segundo ou terceiro grau.

“Será que eu vou suportar isso?”, “Como é que eu vou dizer isso pra minha mãe? (Barra Pesada - 22.4.2010)”. O desalento, captado pelo áudio da TV Jangadeiro, era da irmã de um operário, que acabara de ser atropelado quando voltava do trabalho. O abatimento foi ignorado, e ela, ainda com o irmão morto na estrada, foi instada a responder aos repórteres do Barra Pesada e do Rota 22 sobre o que sabia da ocorrência.

O que importa é o que a fonte tem a revelar, mesmo que as perguntas sejam inoportunas. Na edição de 16 de abril, um repórter do Comando 22 levantou 12 questões a um homem que havia acabado de perder o filho, de apenas 15 anos, em condições aparentemente inexplicáveis, em Caucaia, daí a suspeita de um homicídio praticado por engano. Uma das perguntas do repórter: “Como é que fica um pai numa situação dessa?”. Depois do silêncio, sem saber o que responder diante do despropósito, o entrevistado disse: “A gente fica sem saber o que fazer nessas horas”.

[MONITORANDO

Inconveniências. Uma mulher apreensiva com o irmão baleado, sendo socorrido em via pública pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), foi abordada pelo repórter do programa Comando 22, na edição do dia 19 de maio, com questionamentos sobre a ocorrência, número de tiros, dados da vítima e se era dependente químico ou tinha envolvimento com tráfico de drogas.

Além de questionamentos inconvenientes, constatações idem. No dia 27 de abril, o Barra Pesada exibiu uma matéria em que o repórter, ao perguntar ao irmão de um jovem assassinado, em provável “acerto de contas” por dívida com drogas, se ele “não trabalhava”, acrescentou que, “com certeza, (ele) devia dar trabalho em casa”. No mesmo caso, o repórter também entrevistou o pai da vítima e ainda deduziu que a morte do rapaz representava um lenitivo para a família: “Lógico que um pai não quer ver um mal para o filho, mas muitas vezes acaba se tornando um certo alívio pra família, porque a vida que esse rapaz tinha era preocupação 24 horas”. E para ter o endosso do que acabara de afirmar diante da câmera, apenas se virou para o pai e continuou: “A qualquer momento você esperava que isso acontecesse, né?”. Induzido e em tais circunstâncias,

aquele homem simples respondeu afirmativamente: “A qualquer momento eu esperava isso aí pra ele, porque não queria conselho da gente”.

Se em algumas situações, os repórteres promovem uma espécie de julgamento póstumo, em outras, fazem o juízo em vida, mas pondo os próprios parentes na berlinda, como aconteceu na cobertura do caso em que um adolescente de 15 anos teria sido morto por ter furtado uma bicicleta. Se não bastassem as perguntas, a mãe do adolescente foi inquirida a poucos metros do filho inerte. “A senhora acha que em algum momento, como mãe, chegou a errar? (Barra Pesada - 6.4.2010)”, perguntou o repórter da TV Jangadeiro. Diante da indagação, a mãe respondeu: “Acho que eu errei porque não tomei de conta muito dele, porque eu saio de manhã pra trabalhar, chego só de noite. Quando eu chego, ele não tá em casa. Não tive mais cuidado com ele”. O repórter ignorou as razões e emendou, quase afirmando: “A senhora poderia ter tido mais atenção?”. Restou à mãe concordar com ele, embora repetindo as motivações da ausência: “Era. Porque eu chego 7 horas da noite. Saio de manhã, deixo ele dormindo, aí quando eu chego, ele não tá em casa. Ele chegava uma hora, duas horas da madrugada”. Ao reforçar um papel social atribuído principalmente à mulher, o de cuidadora, o repórter tende a responsabilizar a mãe pela falta de atenção ao filho.

Em diversos casos, os repórteres até adiantam ou concluem que a situação é desoladora para os parentes das vítimas, mas as considerações parecem palavras vãs, pois, mesmo assim, não poupam as pessoas que estão sob o impacto imediato das perdas. Antes ou depois de apontarem o estado lancinante dos familiares, estão lá com o microfone em punho dirigido a eles.

“Você acompanha no detalhe mais uma mãe desesperada vendo o corpo do filho (Cidade 190 - 22.4.2010)”, apontou a repórter da TV Cidade. A constatação foi insuficiente para que ela evitasse fazer perguntas à mulher, que quase não conseguia falar, chorando, ao ver o filho de 19 anos estendido na via pública, morto supostamente pelo próprio primo. “O filho da senhora vinha recebendo ameaça de morte?”, “Por parte de quem?”, “Qual seria o motivo dessa discórdia?”, “Não tem ideia do que possa ter acontecido?” foram perguntas feitas pela repórter da TV Cidade. “A senhora estava falando que ele vinha recebendo ameaças?”, “As ameaças vinham de quem?” – perguntou também o repórter da TV Jangadeiro.

[MONITORANDO

Insensibilidade em dose dupla.

Prima e tio, chorando, ajoelhados sobre o corpo de um jovem assassinado no Parque Santa Cecília, na área do Grande Bom Jardim, foram interrogados pelo repórter do Comando 22, na edição de 26 de abril. Os familiares estavam desconfortados – não havia qualquer informação que explicasse a morte. Um irmão que estava com ele saiu ferido e um homem de 60 anos, sem relação com os dois, também foi morto ao ser atingido por uma das balas.

“A situação é complicada, é delicada. É uma situação que familiar nenhum queria estar passando. Inclusive, os filhos, agora, retirando o sangue do próprio pai de dentro do estabelecimento comercial (Barra Pesada - 18.5.2010)”. A fala da repórter da TV Jangadeiro se referia às imagens de pessoas lavando o local onde um aposentado de 69 anos de idade foi vítima de latrocínio em Caucaia. A delicadeza da situação para a família, apontada pela própria repórter, não a impediu de entrevistar um dos filhos, visivelmente transtornado, a quem formulou cinco questões, entre elas: “Como é que o senhor avalia essa situação que sempre vê acontecer com os outros? Hoje o senhor viu acontecer com o seu pai?”. O filho respondeu: “É difícil, porque a gente acha que nunca vai passar com a gente”. O mesmo filho seria entrevistado pela TV Diário, cujo repórter também lembrou – três vezes – que “a família

estava bastante abalada”, mas, como se não se desse conta do que ele mesmo verbalizava, não deixou de fazer oito perguntas ao rapaz.

As pessoas são ouvidas, independentemente das peculiaridades que agravam a dor pela morte de alguém da família. Depois de seis indagações a uma mulher chorando sobre o corpo do parente morto na frente do filho de dois anos, a repórter ainda disse, junto da entrevistada, que era “uma situação extremamente complicada para a família, pois sabia que o rapaz (ex-presidiário) vinha recebendo ameaças” (Barra Pesada - 10.5.2010)”. Em momentos delicados, assuntos igualmente delicados são abordados nas entrevistas.

Em algumas situações, os repórteres não se contentam em ouvir apenas uma pessoa da família. E se o evento tiver maior repercussão, os familiares chegam a ser entrevistados mais de uma vez. Na cobertura do assassinato de um policial rodoviário federal no bairro Pio XII, caso que teve grande visibilidade no noticiário da primeira semana de abril, os repórteres dos programas policiais ouviram irmão, pai e mãe da vítima, durante o velório ou no sepultamento.

A frivolidade diante do sofrimento dos familiares das vítimas de violência não se efetiva apenas no contato direto com as equipes de reportagem e na exposição pelas câmeras. Imagine uma família ouvir alguém na televisão se referir ao ente querido morto nesses termos: “Ao invés de aproveitar essa oportunidade que a Justiça lhe deu, não, foi andar com os malas sem alça. Aí, meu amigo, é outro mala que foi mandado pro aquém do além do não volta mais. Quem fica satisfeito é o Lúifer. Éééé... Só chegando gente lá, negrada, e ele esperando. O Satanás dá o maior valor”. O comentário partiu do apresentador do programa *Os Malas e a Lei*, ao falar na edição de 22 de maio de um jovem de 18 anos assassinado enquanto estava em liberdade condicional.

Imagine também outra família, ainda sob a comoção do óbito de um dos seus entes queridos, ouvindo comentários que responsabilizam a vítima pela própria morte. “Sem capacete, numa moto, se choca na traseira de um ônibus, é porque queria morrer (...) Notícia triste para uma família que tem uma pessoa morta por negligência, por imprudência e – perdão, até porque morreu – por irresponsabilidade: pilotar uma motocicleta sem o capacete”. Foi o que disse e redisse o âncora do programa *Cidade 190* na edição do dia 14 de abril: “Negligência, imprudência, falta de atenção, irresponsabilidade”. Os mesmos termos poderiam caracterizar a fala do apresentador.

[MONITORANDO

Aos parentes e vítimas. Na edição de 30 de abril do *Rota 22*, o apresentador anunciou que um usuário de crack foi executado com vários disparos no bairro Pici: “O pai conta que fez de tudo para salvar o filho, mas perdeu a batalha para a pedra maldita”. Contou mesmo, para atender as indagações do repórter, na cena do crime, com o filho ainda sendo recolhido para o então IML.

Se o caso não for de morte, a própria vítima, em geral, também não é poupada. Em matéria utilizada nas edições do *Comando 22* e do *Rota 22* do dia 14 de abril, sobre um casal agredido por dois homens na Praça da Estação, o repórter entrevistou a mulher que teria sido chutada e o homem que teve quatro dentes quebrados. Embora estivesse com a boca ensanguentada e não pudesse falar com fluência, em razão do inchaço e das dores da agressão recém-sofrida, o homem ainda teve de responder ao repórter.

O tormento das mães

A angústia das mulheres que perdem os filhos para a violência é constantemente registrada pelos programas policiais. Repórteres e cinegrafistas exploram em entrevistas e imagens a dor mais pungente, pois, na maioria dos casos, são as mães que as equipes de reportagem encontram nos locais de ocorrência a chorar pela morte dos rebentos.

A agonia ganha ainda mais significado para aquelas cujos filhos foram mortos nas proximidades ou no próprio Dia das Mães. A dor intensificada pela simbologia da data foi retratada diversas vezes nas edições do dia 10 de maio de todos os programas policiais, uma vez que no dia anterior, segundo domingo do mês, era a efeméride.

“A violência bate recorde nesse fim de semana. Dispara a violência em Fortaleza e na área metropolitana. Nunca se viu tanto derramamento de sangue num final de semana que tinha tudo para ser um final de semana tranquilo (...) Dia 9 de maio, Dia das Mães, foi um dia que a violência estourou, final de semana campeão em violência”, anunciou o apresentador do programa *Cidade 190*.

Cinco casos chamaram a atenção no noticiário policial daquela segunda-feira, não só pela data, mas pelos excessos da violência: uma mulher que morreu esfaqueada pelo ex-marido em Juazeiro do Norte, no sul do Ceará; um jovem assassinado a picaretada em Sobral, na zona norte do estado; um rapaz morto ao colidir a motocicleta em um poste de iluminação pública em Caucaia, área metropolitana de Fortaleza; e um adolescente e um jovem com uma história em comum na capital – largados pelas mães que não aguentavam mais o nível de dependência química a que os filhos chegaram, foram mortos supostamente pelo envolvimento com o tráfico de drogas.

Em relação a um dos casos, o apresentador do programa *Cidade 190* chegou a levantar o questionamento: “Será que o arrependimento bateu na porta da mãe que expulsou o filho de casa por não suportá-lo mais com a droga na boca, com o crack? (...) Expulso de casa, no meio da rua, chega a notícia para a mãe: ‘seu filho foi assassinado’ (...)

[MONITORANDO

Indiferenças? Não bastaram as imagens da motocicleta destruída que o jovem de 22 anos conduzia, ao morrer no choque com um poste de iluminação pública em Caucaia. A mãe, inconsolada, com dificuldades para falar porque chorava muito, foi ouvida pela repórter. “Ele passou o dia onde?”, perguntou. “Passou o dia bebendo com os amigos. Ele era muito querido na redondeza, todo mundo gostava dele”, respondeu a mãe. Mesmo assim, a repórter ainda insistiu: “Ele tinha ingerido bebida alcoólica? (*Cidade 190 - 10.5.2010*)”.

Comovente ver e ouvir a mulher chorando ao lamentar a morte do filho de forma cruel, em Sobral, a 250,3 quilômetros de Fortaleza. “Eu fiquei revoltada quando eu vi aquilo em cima dele (*Rota 22 - 10.5.2010*)”, disse ela à equipe de reportagem, ao se lembrar do filho morto a picareta, na posição em que dormia, na obra onde trabalhava como servente. A vítima teria sido atingida por um adolescente envolvido em tentativa de assalto de material de construção juntamente com outro adolescente e um adulto.

Para saber as motivações de um crime em praça pública, flagrado por câmeras de segurança, o repórter do *Barra Pesada* entrevistou a mãe e a esposa da vítima. As imagens foram exibidas na edição de 22 de abril e mostram dois jovens assassinando o rapaz, de 24 anos, em Brejo Santo, sul do Ceará. Uma exceção à regra, a mãe falou à reportagem com aparente tranquilidade.

Jogou o filho no meio da rua por não suportar mais (...) Jogou no meio da rua querendo sossego. Talvez, agora, o sossego seja maior. O seu filho foi assassinado. A mãe tem culpa ou é a droga que está matando a nossa juventude?”.

O que as câmeras e os microfones captaram do segundo caso pareceu surreal. Em frente ao filho morto, de 24 anos, a mulher segurava uma criança de colo, provavelmente outro filho ou neto. A mãe, cujo semblante e depoimento eram de causar surpresa, expressou sentimentos indefinidos – ora pareceu resignada, ora indiferente, ora magoada. “Não teve jeito. A única coisa que eu pude fazer foi dar o desprezo, porque eu não aguentava (...) Só que eu não esperava a morte pra ele, esperava pro outro, que é mais viciado (Cidade 190 - 10.5.2010)”, afirmou a mulher, revelando o que até então era desconhecido do público: um segundo filho tinha uma relação de dependência ainda maior com as drogas.

“Quem vive nessa vida não tem saída. Enquanto não ouve conselho de mãe nem de alguém mais velho, de idade, quem procura acha (Barra Pesada - 10.5.2010)”, acrescentou a própria mãe, revelando não ter muitas informações sobre como vivia o filho, que foi criado pela avó e não conseguiu reatar os vínculos com quem lhe deu a luz. “A família não tem culpa, o culpado é quem procurou, foi ele”, concluiu ela. No programa *Rota 22*, um policial, ao falar sobre o caso, disse que o jovem “teve um desentendimento com a família e estava morando na rua”.

O repórter que entrevistou a mulher pelo *Barra Pesada* identificou que ela estava “um pouco tranquila diante da situação”. E ela admitiu: “Estou um pouco tranquila, porque quem tem filho nessa vida (de dependência química) não espera coisa boa”. Ao responder sobre a possibilidade de ter sido o filho morto em razão de dívidas com traficantes de drogas, ela ainda diria: “Quem não tem dinheiro tem que pagar é com a vida”. Segundo o repórter, “uma tranquilidade aparente porque, como ela mesma relatou, esse coração de mãe já vive esperando que a qualquer momento fato desse tipo aconteça. Infelizmente aconteceu”. Talvez por isso, o apresentador do programa tenha afirmado, na edição daquela segunda-feira após o Dia das Mães, numa avaliação que, mesmo pertinente, carrega uma dose de exagero, que “mães dolorosas viveram momentos que elas já esperam há tempos”.

O âncora do *Barra Pesada* comparou as reações entre mulheres mostradas no programa. “Ela demonstrou uma conformação absoluta, mas nem todas agem assim. Veja essa mãe, por exemplo. Olha a reação, ao saber que o filho havia sido executado. Que presente! Que terrível presente uma mãe pode esperar do filho que, no segundo domingo de maio, dia em que ela podia estar recebendo um abraço, e o filho abraçou a morte”, afirmou, ao exibir imagens de outra mulher inconsolada, desmaiando, a quem atribuiu o papel de mãe de um adolescente de 15 anos também assassinado, mas a matéria completa revelaria que se tratava da pessoa que dava abrigo ao rapaz. No programa *Cidade 190*, que também cobriu os dois casos, um policial deu a informação de que a mãe havia abandonado a área por não suportar mais a vida transgressora do jovem.

Sobre o primeiro caso, o apresentador do *Barra Pesada* ainda fez um longo comentário, tomando as palavras ditas pela mãe aos repórteres para abordar os papéis exercidos no âmbito da família por mães e pais. “Se você remontar um pouco à vida, vai encontrar lá na família, provavelmente, a fonte de todo o desacerto (...) Uma mãe que não sabia nem onde, o destino, o paradeiro do filho; sabia que (ele) vivia se drogando por aí, mas não sabia nem onde morava. A família é o estopim de todas essas bombas violentas que estão explodindo entre jovens, e a gente nem ouviu falar aí na figura do pai. Sempre as mães, elas sempre estão sendo lembradas nessas ocasiões. Cadê o pai? Cadê o pai que tem responsabilidade sobre a família toda? ‘Ah, mas também foi embora, não deu certo’. Mas todos têm responsabilidade diante de Deus na criação

de filhos, todos. Trazer um filho pro mundo não é brincadeira só de: desejou, fez o filho e se deu bem. Não, tem uma responsabilidade muito maior, espiritualmente falando, e aí daqueles que não pensam nisso e se valem da responsabilidade para colocar a família num local, realmente, da posição que deve: a de honra, e não a de desgraça, como muitas estão, nesse momento, realmente, levando”.

E no fim do programa, marcado pelos infortúnios da violência que abalaram sobretudo as mães, o encerramento se ajustou àquela edição. “Há mães que não vão querer lembrar o presente que receberam nas comemorações do dia dedicado a elas, ontem, 9 de maio, um domingo de tragédias. São as mães que viram sua festa, de repente, transformada em velório. Em lugar do presente, a ausência de pessoas queridas; receberam em casa o filho morto”, concluiu o apresentador da TV Jangadeiro.

Desvencilhamentos como reação

Surpreendidos pela rapidez com que são abordados pelas equipes de reportagem dos programas policiais, os parentes das vítimas de violência, na maioria das vezes, não conseguem se livrar do incômodo de serem interrogados. Mas, em algumas situações, reagem ao que se configura mais do que uma invasão de privacidade.

Na edição de 26 de abril do *Comando 22*, a matéria sobre o assassinato de um jovem dentro de casa, no Eusébio, região metropolitana de Fortaleza, se encerrou exatamente no momento em que uma mulher exigiu que a equipe parasse de fazer as imagens. O cinegrafista e o repórter se aproximavam da residência, onde o corpo ainda esperava para ser recolhido pelo rabeção, quando receberam a advertência para não seguirem em frente.

Dois dias depois, no mesmo programa, a esposa de um ex-presidiário assassinado em Itaitinga, também na área metropolitana, fugiu do repórter quando ele se aproximou perguntando se ela poderia falar e imediatamente estendendo o microfone para dar início à entrevista. No dia seguinte, a edição do *Rota 22* traria uma matéria sobre o latrocínio de um idoso de 64 anos em Caucaia sem imagens do corpo nem entrevistas com familiares. O motivo seria exposto pelo próprio repórter: “a família não quer permitir que filme o corpo no chão”.

Outras vezes, a recusa dos familiares também seria explicitada, mas já com a entrevista em curso. Na edição de 19 de maio do programa *Comando 22*, em matéria sobre o homicídio de um homem de 29 anos de idade em Maracanaú, o repórter passou a entrevistar a esposa dele, mesmo depois de afirmar que ela estava chorando. Ainda fez três perguntas, mas a indisposição visível da mulher, respondendo monossilabicamente e expondo divergências em relação ao que o repórter indagava como informação verídica, obrigou o profissional a desistir de continuar o interrogatório: “A gente vai respeitar a dor da esposa da vítima” - foi o que restou ao repórter afirmar.

[MONITORANDO

Entre a imprensa e a Polícia.

Quando os parentes se negam a dar entrevistas, a busca pela informação passa a ser exclusivamente a fonte policial, que, em geral, também obteve os dados por meio da família.

Na edição de 26 de abril do *Comando 22*, os familiares de um jovem de 21 anos assassinado a tiros na Granja Portugal teriam informado à Polícia, que também não gravou entrevista, que a vítima era dependente de drogas, o crack, principalmente.

Na edição de 12 de abril do *Barra Pesada*, a repórter foi mais insistente, mas não adiantou. Ao tentar ouvir a irmã de um jovem de 24 anos assassinado na Vila Velha, ela ainda fez cinco indagações, mas a entrevistada tentou se desvencilhar, não se esforçou em responder às perguntas, revelou desconhecimento sobre as questões levantadas e saiu deixando sozinha a repórter, que ainda tentava obter mais informações.

Quando a família opta por não falar com a imprensa, há situações em que os comunicadores também chegam a levantar desconfianças sobre o pouco que os parentes informam. “Os familiares preferem não falar muito a respeito, dizem que (a vítima) era autônomo, mas na realidade, pelos levantamentos que vocês fizeram, a história é diferente, né? (*Barra Pesada* - 3.5.2010)”, afirmou o repórter, dirigindo-se a um policial, ao cobrir o assassinato de um jovem de 27 anos em Caucaia. O cabo respondeu: “Pelo que se sabe, respondia ao artigo 157 e já era conhecido da gente”. Jornalista e policial contribuiriam para reforçar preconceitos e visões distorcidas sobre criminalidade, ao tratar como incompatível praticar delitos e ter um emprego.

Escuta em outro nível

Há casos em que parentes próximos das vítimas de violência são ouvidos pelas equipes de reportagem, mas em circunstâncias aceitáveis: mesmo logo após o fato que levou o ente querido a óbito, desde que eles claramente optem por falar; ou depois de um tempo considerável, quando já não estão sob o impacto imediato da perda da pessoa. Nesses dois casos, as falas podem contribuir para uma abordagem mais qualificada sobre o que as matérias tratam e não apenas ser usadas numa exploração do padecimento familiar. Mesmo diante de sofrimento extremo, o bom senso na forma de abordagem aos parentes pode fazer a diferença, expondo por meio dos depoimentos da família situações de injustiça e impunidade.

Ao resgatar o caso do assassinato de um jovem de 18 anos, que morreu após ser atingido por tiros em uma churrascaria em 2007, o programa *Barra Pesada*, em matéria exibida na edição de 30 de abril de 2010, ouviu pai e mãe da vítima. O rapaz estava na companhia do pai e não teve envolvimento com a discussão que teria levado um policial militar a efetuar os disparos, deixando outras três pessoas feridas. Ainda abalados, os pais foram entrevistados, mas já haviam se passado dois anos e seis meses do crime. O relato emocionado dos dois, as fotos e o vídeo da vítima em família, inclusive com o filho que na época tinha um ano de idade, expunham uma situação dolorosa, mas não de forma gratuita. Exibida no quadro “Como está o caso?”, o propósito era exatamente abordar a questão da impunidade. Condenado a 15 anos e nove meses de prisão em 2009, o policial continuava em liberdade, pois havia recorrido da decisão do júri popular.

Quando a escuta é pautada por uma relação de respeito com a fonte, o telespectador identifica o diferencial de imediato. Os programas policiais raramente ouvem os familiares dos acusados, pela própria dificuldade e/ou pouca disposição para localizá-los, mas na edição de 3 de maio, a entrevista feita pelo *Barra Pesada* com o pai de um jovem de 19 anos, que acabara de ser preso por assalto no bairro Papicu, evitou prejulgamentos e possibilitou outros olhares sobre o fenômeno da violência, para além do que rotineiramente os programas se limitam a mostrar. A escuta, nesse caso, deu voz a um homem angustiado pelo que o filho havia feito. “A gente cria um filho com amor e carinho, não quer ouvir o conselho da gente”, lamentou-se, entre lágrimas, ao ir à delegacia certificar-se do envolvimento do filho na ação criminosa, junto com outro jovem de 20 anos, que já teria sido processado por assalto e lesão corporal. “Viver numa vida dessa? Não precisa. Eu trabalho, a mãe dele trabalha”, revelou o pai, que se identificou como operário, e apontou a esposa como empregada doméstica.

[CASO EMBLEMÁTICO

A entrevista, reproduzida abaixo, é exemplar do tratamento equivocado de um repórter diante de uma pessoa que acabou de perder o filho. Os equívocos começam logo no anúncio da matéria e se estendem após sua exibição. No início, o apresentador, ele mesmo autor da reportagem, usa um tom debochado para descrever um suposto diálogo entre pai e filho, moradores do bairro Canindezinho: "O pai dizia: macho véi, sai dessa vida, deixa isso pra lá. 'Não, papai, não se incomode, não, que eu tô no meio da onda. Os meninos não fazem nada comigo, não'. Resultado: ele levou um tiro, quando caiu baleado foi arrastado no meio da rua (...) Ainda deram um tiro de misericórdia na cabeça. Pá! Ali mesmo ele ficou".

Nessa matéria, vê-se também um caso típico da relação de intimidade entre repórter e fonte. O repórter trata o policial como se fosse um velho conhecido. O policial se dirige ao repórter como "nobre jornalista", mostra-se extremamente solícito em atendê-lo e ainda levanta a fita de isolamento da cena do crime para facilitar o trabalho da equipe de reportagem, especialmente a tomada de imagens pelo cinegrafista. As imagens valorizam a poça de sangue que se formou em torno do corpo e são desfocadas apenas quando a câmera se aproxima da vítima. O áudio valoriza os detalhes. "Na cabeça, se vê até a pólvora", afirmou o sargento, referindo-se ao último tiro que atingiu o jovem.

Na entrevista com o pai da vítima, o repórter desrespeita o homem, fazendo várias perguntas diante do filho morto e julgamentos sobre o jovem assassinado. O descaso com o sofrimento do pai vai além, ao tratar o caso, em alguns momentos, com viés de humor e ironia. Depois de afirmar três vezes que a vítima "era bastante conhecida. Mas da Polícia", o repórter insinua para o homem, durante a entrevista, que o filho fosse bandido.

O entrevistador instiga a violência ao perguntar ao pai se ele estaria sabendo que "o matador do seu filho saiu arrastando ele e deu um tiro de misericórdia na cabeça". Como o pai promete se vingar, o repórter replica que ele não deva fazer isso, pois pode ter desdobramentos, atingindo outros filhos, e que deixe para a Justiça resolver, mas imediatamente se refere à falência das instituições encarregadas da responsabilização dos praticantes de crimes.

O caso foi exibido na edição de 22 de maio do programa *Os malhas e a lei*. O crime aconteceu no bairro Canindezinho. O mais, a seguir, sem identificar os personagens:

Repórter: Como é o nome do senhor?

Pai: (...)

Repórter: (...) O nome dele?

Pai: (...)

Repórter: (...) Qual a idade do (rapaz)?

Pai: 20 anos (O apresentador anunciou 21)

Repórter: Ele lhe dava muito trabalho?

Pai: Não.

Repórter: Dava não? Agora, ele já tinha passagem pela Polícia, né?

Pai: É.

Repórter: O senhor pejejou pra colocar ele num bom caminho, e ele não quis?

Pai: *Eu falei pra ele ainda antes de ontem.*

Repórter: Ele era casado?

Pai: *Não.*

Repórter: Nem tinha filhos?

Pai: *Não.*

Repórter: E ele trabalhava em quê?

Pai: *Só fazia estudar.*

Repórter: Estudava à noite ou à tarde?

Pai: *À noite.*

Repórter: Na flor da idade, né?

Pai: *É.*

Repórter: Você faz, cria com todo carinho esperando que seja uma pessoa de bem, aí anda com essa vagabundagem que tem aí, com os malas aí, ó o que que acontece...

Pai: *Sem futuro esses bichos aí.*

Repórter: E a mãe já sabe?

Pai: *Eu sou viúvo.*

Repórter: Ah, o senhor é viúvo. Tem outros, fora ele?

Pai: *Tenho.*

Repórter: Tem quantos?

Pai: *Três.*

Repórter: Dão trabalho, não?

Pai: *Não, são casados.*

Repórter: São casados. Então tá aí. O senhor tá sabendo que o matador do seu filho saiu arrastando ele e deu um tiro de misericórdia na cabeça?

Pai: *É, mas não vai ficar assim, não.*

Repórter: O senhor espera justiça?

Pai: *Eu mesmo vou fazer.*

Repórter: Não, faça isso, não. O senhor faz, aí depois vai cair pra cima de outro filho que o senhor tem.

Pai: *Vamos ver como é que fica, né?*

Repórter: É, vamos esperar a Polícia botar ele na cadeia, aí vai preso, vai pro presídio e pagar pelo que fez. Apesar de que, no Brasil, a gente não acredita muito na lei porque a lei é fuletagem. O cabra faz aqui e no outro dia tá na porta da sua casa palitando os dentes e mangando: "É, ó aí, nem deu nada". Não é desse jeito?

Pai: *Com certeza.*

Repórter: É desse jeito. Então o nome dele era...?

Pai: *(...)*

Repórter: (...) Rapaz na flor da idade, acabou sendo executado. Vocês estão vendo aqui a situação do pai (...), transtornado, revoltado, abalado com o que aconteceu.

O mesmo caso foi abordado pelo programa Barra Pesada. E o pai também foi procurado para falar. A um homem monossilábico, a repórter fez cinco perguntas, entre elas, se ele imaginava que o filho tivesse aquele fim. O pai apenas acenou negativamente. "Uma situação muito delicada. Realmente, poucas palavras tiradas de um pai que está vendo o destino do filho dele, muito jovem", concluiu a repórter.

Repórter: O senhor recebeu a notícia por quem, amigo?

Pai: *Uma menina passou lá em casa e avisou.*

Repórter: Uma pessoa estava falando que esteve com o seu filho. Ele não relatou nada pro senhor, que estava sendo ameaçado?

Pai: *Não.*

Repórter: Ele esteve preso, né?

Pai: *Esteve.*

Repórter: Quanto tempo, agora por último?

Pai: *Tã com uns três meses que ele saiu da cadeia.*

Repórter: O senhor imaginava que seu filho pudesse ter esse fim?

Pai: *(Faz sinal de negativo com a cabeça)*

Repórter: Quando ele era menor, ele já tinha sido apreendido?

Pai: *Já, já...*



6

IGNORANDO O OUTRO LADO

“Quem decide um caso sem ouvir a outra parte não pode ser considerado justo,
ainda que decida com justiça”

Sêneca

Jovem é acusado de estupro que resultou na gravidez de uma menina de apenas 12 anos. Mulher é denunciada por rapto de criança. Os dois casos foram parar nos programas policiais de televisão no Ceará e são exemplares para uma discussão que envolve liberdade de imprensa e direito de resposta, jornalismo e justiça. O jovem acabou demonstrando que havia sido vítima de uma calúnia e à mulher foi atribuída a legalidade de uma adoção. As contestações foram apresentadas somente depois da exposição pública de um e outra, pois, quando foram apontados pelos crimes, não gozaram do princípio do contraditório e da ampla defesa, como previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Não havendo como atestar a veracidade de uma denúncia, a pessoa acusada tem direito a ser preservada, mas se for exposta, que seja dada a ela oportunidade para se pronunciar a respeito. Ouvir o outro lado é basilar do jornalismo responsável e de qualidade, como exige também o Código de Ética dos Jornalistas, porém o que se vê nos programas policiais é o descumprimento frequente desse princípio, desde situações aparentemente simples até casos de maior complexidade. Sob o manto do direito à livre expressão de ideias, opiniões e informações, outro direito, de ampla defesa, passa a ser desrespeitado, como se os dois fossem incompatíveis, quando, na verdade, a coexistência deles só aperfeiçoa o exercício democrático e qualificado da comunicação.

As acusações de estupro e rapto de criança foram abordadas, coincidentemente, no Comando 22 do dia 26 de maio, mas como desdobramento de edições anteriores daquele e de outros programas. As circunstâncias em que as denúncias foram retomadas e a posição do apresentador frente aos novos fatos contribuem para análises e reflexões sobre o comportamento da mídia diante de casos semelhantes, a começar pelo detalhe de que, nas duas situações, as retratações foram feitas por iniciativa dos próprios envolvidos, que procuraram o programa para prestar os esclarecimentos, quando deveria ser o contrário: logo no momento inicial das denúncias, o programa buscar os acusados para darem suas versões.

O jovem apontado por estupro dirigiu-se ao Comando 22 para apresentar um exame de DNA comprovando que não era o pai da criança da pré-adolescente que disse ter sido violentada por ele em 2009. Já a mulher denunciada por rapto de criança foi defendida por outra pessoa que encaminhou email à emissora contestando que aquela tenha se apropriado ilegalmente de uma criança, como informado na edição do dia anterior. Para o rapaz, o resultado do exame de paternidade só teria saído cerca de um ano depois da acusação, com o nascimento da criança, mas as consequências, inclusive com execração pública nos programas policiais, já haviam causado a ele muitos danos, como a separação da companheira e o afastamento dos filhos. “Você, inclusive, passou em vários programas policiais, passou inclusive no nosso”, admitiu o apresentador.

O Comando 22 foi procurado pelo jovem para fazer a restauração da verdade do caso porque, segundo ele, teria sido o único programa policial a agir com precaução à época da denúncia. Com o resultado do exame de DNA, o advogado do rapaz, que também compareceu ao programa, prometeu apurar a responsabilidade civil de algumas emissoras. “Não tomaram a cautela, inclusive algumas sugeriram que ele fosse linchado e que deveria ser castrado”, afirmou o advogado, isentando o programa da TV Diário. “A acusação de estupro é uma das piores que tem. Seja em delegacia, seja em presídio, você já entra lá, você corre risco de vida. Ainda bem que (ele) não teve preso na época”, acrescentou.

O apresentador aproveitou o caso para fazer o marketing próprio: “Um sujeito meio experiente na vida, quando eu vi, eu digo: ‘vamos esperar o exame de DNA’. Fiquei na minha, porque eu sabia que o negócio aqui a gente tem que esperar”. E fazendo uso do palavreado

que lhe é característico, não deixou de se comparar aos outros âncoras: “Apresentador que tem experiência espera o resultado. Por isso, que eu só meto a ‘chiba’, mando ‘chibatozol’, quando estou com as provinhas na mão, aí o cacete come”.

Não foi bem o que se identificou naquela mesma edição do programa, quando outros casos vieram à tona sem que o apresentador e sua equipe tivessem demonstrado o devido zelo com a outra parte. A própria acusação de rapto de criança foi um deles. De papéis em punho, o âncora se referiu a uma mensagem eletrônica encaminhada por uma pessoa que apontava como falsas as informações dadas no dia anterior, não apenas em relação à guarda de uma menina de dois anos, mas também sobre a intimidade e a orientação sexual da mulher que estava com a criança. “A senhora que cuida da criança não é lésbica, vive dignamente e é casada, e diz que a adoção foi correta”, leu o apresentador.

Embora estivesse claro o erro do programa, ao dar espaço para as acusações sem que a pessoa acusada tenha se manifestado na mesma edição, o âncora tentou dar outra conotação: “Aqui, a gente tem o maior cuidado de mostrar a história, o lado ‘a’ e o lado ‘b’. Nós escutamos um lado, e como a senhora tem o direito, por lei, de apresentar a versão dela, nós estamos apresentando”. E se a pessoa acusada não procurasse a televisão, mesmo por meio de terceiros, por não assistir ao programa ou razões outras, o direito de resposta teria sido exercido? Ademais, em meio de comunicação, quando acusação e defesa não são postas ao mesmo tempo e/ou espaço, a reparação a posteriori de um erro será sempre desigual. Por fim, o apresentador se esquivou das questões de procedimento jornalístico, mas que podem ter implicações jurídicas, transferindo o foco da discussão para a guarda da criança: se ficaria com a mãe biológica ou adotiva. “Nós mostramos os dois lados, mas quem vai resolver isso é a Justiça”.

No mesmo dia, o programa ainda traria uma denúncia sem ouvir a outra parte. Também por email, uma mulher reclamou da poluição do ar causada pela queima de resíduos de uma fábrica, causando transtornos, inclusive problemas respiratórios, para os moradores da área onde está instalada. O nome da fábrica foi citado pelo apresentador, que tratou a questão como um caso de saúde pública e recomendou o uso de filtro industrial, mas a equipe do programa não acionou a empresa para saber o que os responsáveis teriam a dizer. Além disso, os problemas ambientais foram minimizados com a sugestão apenas da mudança do local para a queima do lixo: “Um apelo à fábrica pra tocar fogo noutra lugar”.

Esse é um exemplo de abordagem positiva que desliza por equívocos, ao não tratar a notícia como manda o jornalismo nas suas orientações mais básicas, e ouvir o outro lado é uma delas. Exemplo mais sério aconteceu na edição de 7 de abril, também no *Comando 22*. Ao chamar a atenção de uma empresa sobre os procedimentos corretos que deveria adotar em relação a um motociclista entregador, que estava guiando o veículo, embora com a perna engessada, porque temia perder o emprego caso se afastasse das atividades, o âncora resgatou erroneamente o caso de uma rede mundial de *fast food* com atuação no Brasil, inclusive em Fortaleza. Ele citou três vezes o nome de outra rede mundial de pizzaria também com filiais na capital ao questionar a cadeia de restaurantes pela promoção que assegurava ao cliente a entrega em no máximo 15 minutos, após a solicitação do pedido, consequentemente exigindo que os *motoboys* cumprissem esse prazo.

Na verdade, o apresentador se referia a uma promoção adotada em várias cidades do país, a partir de 2002, segundo a qual o pedido feito pelo cliente deveria ser entregue em no máximo 28 minutos. A repercussão foi grande, pois os *motoboys* começaram a denunciar que metade do tempo era gasto com o preparo e a embalagem da comida, restando apenas a outra metade

para a entrega, ou seja, 14 minutos, além de que, caso atrasassem, mesmo que fosse um minuto, era assegurado ao cliente não pagar a comida, prejuízo que os próprios entregadores teriam de arcar. A empresa negou que os *motoboys* fossem penalizados em caso de atraso e falta de pagamento pelo cliente.

O que ficava difícil para a rede de *fast food* negar eram as sucessivas ocorrências no tráfego, deixando motociclistas com ferimentos e sequelas, atribuídos ao excesso de velocidade que se viam obrigados a adotar para que o pedido chegasse a tempo na residência das pessoas. “O pobre do entregador, que já *tava botando os bofes pra fora*, como se fala, é quem ia pagar. A maior desumanidade que já se viu. Nem (Adolfo) Hitler, o maior malfeitor da humanidade, fez isso”, exagerou o âncora, evocando o líder nazista alemão (1889-1945). “Nós denunciamos. A (extinta) Delegacia (agora Superintendência) Regional do Trabalho caiu em cima, a Procuradoria (Regional do Trabalho) caiu em cima e botaram moral no negócio. Acabaram com essa promoção criminosa, que o dono devia ir pra cadeia. O dono da (pizzaria tal) devia responder processo penal por isso”.

Só depois de se referir, mais de uma vez, ao estabelecimento como o responsável por essa promoção, o apresentador foi avisado pela equipe do programa de que, na verdade, se tratava de outro. “O (editor de texto) agora me traz a informação: não era a (pizzaria tal), não; era (outra pizzaria)”, retificou-se, e sem qualquer *mea culpa* ou pedido de desculpa, continuou tratando do assunto. A equipe também o preveniu de que a pizzaria responsável pela promoção negou que os motociclistas deveriam pagar pelos pedidos entregues com atraso aos clientes. “A denúncia que nós recebemos é que era o próprio entregador que pagava a pizza. Agora, eles vêm dizendo que é a empresa; vieram com outra história”, afirmou, depois de ser informado, ainda no ar, sobre nota encaminhada pela empresa ao programa.

Mesmo que tudo leve a crer na veracidade de qualquer que seja a versão apresentada, a outra parte deve ser considerada. Não é a justiça de uma reivindicação de empregados, por exemplo, que torna desnecessário ouvir o empregador. Na edição de 26 de maio, o programa *Cidade 190* também denunciou que funcionários estavam sendo lesados nos seus direitos trabalhistas, sem receber vale-transporte e vale-alimentação. O apresentador, além de não ouvir nenhum representante da contratante, embora tenha citado tanto o nome do instituto responsável pela contratação do pessoal quanto o do presidente, não ouviu o Ministério Público, apesar de também ter cobrado uma posição dele.

Em geral, os programas policiais se abstraem ainda mais de responsabilidades quando críticas, questionamentos ou mesmo indícios, suspeitas ou acusações não são levantados pelos âncoras nem pelos repórteres, mas por fontes ouvidas nas matérias ou telespectadores que se dirigem ou encaminham correspondências às emissoras. A edição de 26 de abril do *Comando 22* exibiu duas matérias sobre um incêndio nas Centrais de Abastecimento do Ceará, e numa delas o trabalho do Corpo de Bombeiros, uma das instituições de maior credibilidade perante a opinião pública, foi questionado pelo presidente da Ceasa, em função da ausência de vistoria no prédio, que teria sido solicitada três vezes em novembro de 2009, haja vista outro incêndio no local, em maio daquele ano. A corporação foi procurada pela reportagem, mas não para responder esse questionamento.

A escuta do outro lado não deve ser negligenciada, independente da maior ou menor relevância do caso, e seja em que veículo for. Além do exercício do direito à ampla defesa e ao contraditório, a multiplicidade de fontes e a diversidade de falas oferecem ao público leitor, ouvinte ou telespectador uma visão mais completa e a possibilidade de confrontar opiniões, tirando

conclusões por si só. Mesmo que não seja possível acessar uma verdade absoluta e apresentá-la ao público, que a justaposição de informações, ideias e interpretações promova um jornalismo com mais equilíbrio, respeito às pessoas e, portanto, mais credibilidade. Afinal, a maioria dos programas policiais ostenta em slogans ou bordões a verdade como uma de suas marcas.

[MONITORANDO

Onde está a verdade? Desde o emblemático *Aqui Agora*, que se anunciava como “um jornal vibrante, uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é!”, até os programas policiais em exibição hoje no Ceará, a verdade é apresentada como característica de cada um. O *Barra Pesada* se propõe a mostrar “a vida exatamente como ela é”. Os caracteres ao fim do *Cidade 190* são claros: “Jornalismo verdade”. E nas aberturas do *Comando 22*, um dia se ouviu que o programa representa “a verdade acima de tudo, os fatos como eles são, sem distorções, sem mentiras”, noutra que o apresentador “não tem medo de nada, ele fala a verdade”.

Sob os silêncios do crime e da violência

A relação entre silêncio e criminalidade é visceralmente próxima. O silêncio atravessa a prática criminosa nos seus mais diversos momentos, desde o planejamento, a execução e até mesmo os desdobramentos do crime. Basta assistir a um só programa policial para identificar vários casos em que a Polícia nada tem a informar sobre as ações, também porque as testemunhas ou outras pessoas que detenham algum dado preferem ficar caladas ou se veem obrigadas a se manterem silentes. Daí, ser tão comum ouvir na cobertura sobre violência que a lei do silêncio impera.

O domínio do silêncio é tanto que ele se manifesta mesmo quando prisões e apreensões são realizadas. Nesses casos, há outro tipo de silêncio, aquele imposto pela voz única da Polícia, reproduzida pela mídia e acessada pela sociedade. Na cobertura policial, o procedimento de ouvir a outra parte deixa – e muito – a desejar. Suspeitos e acusados, raramente, são ouvidos, pois as equipes de reportagem em geral entrevistam apenas as fontes policiais. Havendo ou não violência, os crimes são uma categoria dentro dos programas policiais em que menos se ouve o outro lado. A versão fica sendo, então, aquela apresentada pelo policial, seja porque os repórteres só têm acesso a ela, seja porque está arraigado o sentimento de que não se deve dar voz a bandido.

A oportunidade aberta para o acusado falar revela predisposição do profissional para conduzir de forma mais responsável as coberturas, mas comumente o que se percebe é uma postura dos repórteres em prejudicar, desconsiderar a defesa ou mesmo faltar com respeito quando ouvem pessoas envolvidas com o crime, principalmente crimes com violência. Esse tratamento muda quando a outra parte é alguém que agiu para se defender de uma ação criminosa ou violenta, como no caso em que um ajudante de pedreiro matou a pedrada um jovem que tentou roubar sua bicicleta e ainda entrou em luta corporal com outro que seria um comparsa.

[MONITORANDO

Escuta excepcional. Na edição do dia 18 de maio, o *Rota 22* adotou, excepcionalmente, o procedimento de ouvir cinco pessoas acusadas em duas situações diferentes. O repórter foi o mesmo que deu voz a um homem preso por receptação de carga roubada e a outros quatro presos ao mesmo tempo por formação de quadrilha e porte ilegal de armas.

Os programas *Cidade 190* e *Barra Pesada* levaram ao ar no dia 30 de abril um caso exemplar na medida em que expõem tratamentos diferenciados. O *Cidade 190* ouviu a versão de um caseiro preso sob acusação de “dar abrigo a pessoas nocivas à sociedade”, em especial a dois naquele dia. Ele se defendeu negando acolher bandidos em casa e justificou que havia recebido a dupla naquela data porque sentiu medo, já que eles estariam armados. Embora a repórter tenha feito perguntas valorizando a versão policial, culpado ou inocente, o outro lado teve o direito a falar.

O repórter do *Barra Pesada* chegou a se referir ao caseiro como “indivíduo”, termo que no jargão policial tem caráter depreciativo e foi inclusive usado no mesmo dia também em relação ao adolescente morto durante a ação policial. O repórter ainda manifestou tendência a reforçar a versão policial, indagando: “se é uma pessoa de bem, por que abriga gente que é procurada pela Polícia?”. Mas, ao ouvir o acusado, a equipe passou a dar espaço para a versão de “um trabalhador”, que “escapou por um milagre”. O âncora foi mais cauteloso: nem condenou nem absolveu. Sem prejuízo, acrescentou que era necessário investigar.

O procedimento dos programas policiais em relação ao contraditório tende a ser o mesmo, independente dos delitos. Os crimes contra a fé pública, por exemplo, não ganham o mesmo espaço que os de outra modalidade, mas, quando é preciso ouvir a outra parte, a displicência se repete. No dia 29 de abril, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Controladoria Geral da União apresentaram à imprensa o resultado de uma investigação em 11 prefeituras cearenses por desvio de verbas estaduais e federais, processos licitatórios fraudulentos, lavagem de dinheiro e corrupção ativa e passiva, mas o outro lado foi desrespeitado em todos os programas.

O *Barra Pesada* participou da entrevista coletiva anunciada pelas instituições envolvidas na operação, e embora não tenha listado os municípios, apontou um vereador como acusado e a cidade onde mora. O *Rota 22* exibiu uma matéria sobre a operação, citou inclusive duas das prefeituras investigadas, mas também não ouviu nenhum representante sobre as suspeitas que estavam sendo levantadas. O *Cidade 190* listou as prefeituras investigadas e inclusive acompanhou a visita dos órgãos a um dos municípios, além de ter revelado a cidade de um dos presos. Embora nenhum nome tenha sido apontado, ninguém representando as administrações municipais foi procurado para falar sobre os esquemas dos quais as prefeituras foram acusadas.

[MONITORANDO

Informações pela metade. “Farra com veículo chapa branca”. O que o apresentador do *Cidade 190* reprovou na edição de 26 de maio, ao se referir a um veículo oficial que estava sendo utilizado em “pega” na Via Expressa, não passou de uma denúncia incompleta. O número da placa foi informado duas vezes pelo âncora, e só. Os telespectadores ficaram sem saber a que órgão o veículo pertencia, quem deveria ser responsabilizado e quais punições deveriam ser aplicadas em casos como esse.

A operação serviu de gancho na semana seguinte para uma enquete do programa da TV Cidade: “Os empresários corrompem os políticos?”. E desta vez, o apresentador citou duas prisões, o cargo e a cidade dos acusados; em uma delas, deu o nome completo do ex-prefeito, filho de um deputado estadual. Novamente, a outra parte foi ignorada. Como também foi quando, na edição de 7 de abril, o âncora fez acusações de corrupção e superfaturamento na Prefeitura de Fortaleza envolvendo a empresa contratada para realização dos serviços de operação, manutenção e ampliação das instalações de iluminação pública. Nem a empresa nem qualquer órgão da administração municipal foram procurados para apresentar suas versões.

Ausências comprometedoras

Coberturas diferenciadas, com aprofundamento, abordagens de aspectos diversos e esforço de reportagem acabam ficando comprometidas pela ausência de espaço para todos os envolvidos nos temas tratados. O problema chega a se repetir até mesmo quando as notícias trazem casos de óbitos em consequência de acidentes de trabalho ou abordam questões de amplo interesse para a população.

A equipe do *Cidade 190* se sobressaiu no acompanhamento de um acidente nas obras do metrô de Fortaleza durante a concretagem de uma laje, cuja estrutura cedeu e deixou dois operários mortos e um gravemente ferido, mas não ouviu representantes do governo do estado, da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) ou das empresas contratadas para a execução dos serviços, mesmo sendo levantados questionamentos mais de uma vez a esses três entes. Além deles, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) também foi oportunamente provocado, mas não procurado. “CREA, onde é que está você?”, limitou-se a perguntar o comentarista do programa, aproveitando para citar também outra obra grande em Fortaleza, o Hospital da Mulher, onde se teria descoberto, sete meses antes, que a estrutura estava afundando.

O *Cidade 190* cobriu o acidente com exclusividade, desde as 4 horas da madrugada até as 9 horas do sábado, dia 8 de maio, registrando o trabalho do Corpo de Bombeiros na retirada dos corpos, além de reforçar a cobertura com outro repórter ao vivo durante o programa na edição de segunda-feira, dia 10, e exibir a matéria de um terceiro. O programa ouviu um operário e duas vezes um bombeiro e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Construção da Indústria Pesada, que inclusive lembrou outros acidentes que causaram um total de cinco mortes e apontou falhas na obra, como a falta de um engenheiro e um técnico de segurança do trabalho na manhã seguinte ao desastre, e carga horária excessiva, de até 16 horas diárias de trabalho. Sem desmerecer o resultado final, ele ficou incompleto, ao deixar o público desinformado sobre o que os responsáveis pela obra teriam a dizer, inclusive em relação às famílias das vítimas.

A gravidade de um óbito torna injustificável qualquer negligência ou indisposição em ouvir pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente envolvidas, mas foi também o que se viu em outro caso de acidente de trabalho, noticiado três semanas antes, na edição de 16 de abril, pelo *Comando 22*. O programa informou a morte de um funcionário terceirizado da Companhia Energética do Ceará (Coelce), mas não ouviu a companhia nem a prestadora do serviço ao qual o trabalhador era diretamente vinculado – a empresa sequer teve o nome citado pelo programa.

O erro de procedimento se repetiu em outra cobertura do *Cidade 190* que, apesar de não ter demandado um grande trabalho de reportagem, foi importante para dar visibilidade a um problema que atinge 1,2 milhão de pessoas: a greve dos motoristas de ônibus em Fortaleza. “Sofrimento de uma população”, “vexame nos terminais de ônibus”, “imagine uma criança de colo, uma senhora grávida, uma pessoa idosa”, “como se fosse sardinha pra entrar numa lata”, “não pode nem desmaiar dentro do ônibus porque não tem onde cair”, “até bicho é transportado melhor”. Diante das imagens de filas enormes, aglomeração de passageiros, empurra-empurra, pessoas presas nas portas dos ônibus, o apresentador e o comentarista do programa se alternaram em avaliações e questionamentos ao tratamento dispensado aos usuários do sistema de transporte coletivo.

Os passageiros foram ouvidos, mas ninguém representando a categoria em greve, os empresários do setor ou a Prefeitura de Fortaleza foi procurado, mesmo que os âncoras tenham

responsabilizado os empresários pelos transtornos causados à população e apontado que a greve se justificava em função das reivindicações dos trabalhadores por melhores salários e redução de carga horária. Até mesmo a dupla função atribuída aos motoristas, com a eliminação do posto de trabalho dos cobradores em alguns ônibus, foi lembrada como o interesse empresarial exclusivo pelo lucro. “Está faltando ônibus. A culpa não é do motorista. Quem manda é o dono da empresa. Está faltando ônibus nas vias de Fortaleza. É isso que o Ministério Público tem que ver. O Ministério Público quer saber se a greve é legal? O Ministério Público tem que ir na empresa, e a empresa cheia de ônibus, faltando ônibus nas linhas, e o povo sendo impensado. É isso que tem que fazer (Cidade 190 - 26.5.2010)”, cobrou o âncora. E mais uma vez, nem mesmo o Ministério Público foi procurado pelo programa.

Ruídos de comunicação

Se os programas policiais se constituem também em espaços de escuta das comunidades, a comunicação nem sempre tem sucesso, porque se dá em uma só via. Muitas vezes, os programas apenas fazem ecoar a voz dos moradores de bairros e localidades pouco assistidos pelos serviços públicos, deixando de apresentar respostas para as necessidades ali expostas.

A comunidade fala por si ou por meio de repórteres e âncoras, expressando reivindicações, fazendo denúncias, apresentando reclamações, cobrando providências, mas em diversas situações não recebe qualquer retorno, pois o outro lado não é ouvido. O poder público ou a iniciativa privada são, em muitos casos, responsabilizados por omissão ou falhas no cumprimento do dever legal, ilicitudes, infrações, mas não são acionados pelo programas para se pronunciarem a respeito.

Assim, os programas ficam reduzidos a um mero espaço para o desabafo de segmentos da população, carentes, inclusive de oportunidades para dar visibilidade aos problemas que atingem os locais onde moram. Para os moradores, os programas acabam representando uma espécie de divã eletrônico, mas com a desvantagem de não terem o *feedback* necessário. É como se os moradores falassem, falassem, falassem e não fossem escutados ou não se fizessem entender. Com esses ruídos de comunicação, as queixas, em sentido prático, viram palavras jogadas ao vento.

Nesses casos, mais do que dar direito da pessoa física ou jurídica apresentar versões, explicações, justificativas ou esclarecimentos, ouvir a outra parte é uma forma de provocá-la, chamá-la à responsabilidade, criar situação para que se comprometa a atender a demanda da comunidade atingida, dar um retorno aos demandantes e oferecer informações mais completas aos telespectadores. Do contrário, fica a crítica pela crítica, a denúncia pela denúncia, a acusação pela acusação, a reclamação pela reclamação.

Os depoimentos dos moradores da comunidade de Itambé, em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, e as imagens captadas pelo programa *Cidade 190* e exibidas no quadro “190 nos bairros”, na edição de 26 de maio, eram contundentes. O que seria um motivo a mais para que a administração pública municipal se pronunciasse a respeito das reclamações feitas e dos problemas identificados ficou apenas na denúncia feita. Além dos próprios moradores, ninguém que pudesse pelo menos sinalizar com alguma melhoria foi ouvido.

Na mesma edição, o apresentador questionou o repasse de 300 mil reais pelo Banco do Nordeste para a Prefeitura de Caucaia contratar uma consultoria para construção de um centro

administrativo na cidade. “Enquanto isso, as escolas de Caucaia caem aos pedaços, as creches de Caucaia caem aos pedaços, professores contratados, há três meses sem salário, áreas sem saneamento básico...”. Nesse caso, além da prefeitura, o banco também deveria ter sido ouvido, mas nem aquela nem este foram.

Ainda naquele dia, o programa deu espaço para a greve dos professores de Maracanaú, também na área metropolitana, exibindo imagens de uma manifestação, quando uma mulher usou os seguintes termos e expressões: “político corrupto”, “péssimo gestor”, que “persegue” e “manda bater em professor”, “mandou a Guarda Municipal apontar revólver e ameaçar de morte”. A seriedade das acusações foi repetida pelo apresentador e, mesmo assim, ninguém representando a gestão foi procurado para rebatê-las ou comentá-las.

A dimensão de uma declaração, atingindo uma pessoa apenas, um grupo ou uma grande parcela da população, acaba sendo subestimada, como se observou na edição de 19 de maio do *Comando 22*. O programa cobriu uma mobilização de policiais federais no Ceará por aumento salarial e reestruturação da carreira e ouviu representantes do sindicato da categoria, quando o governo federal foi inclusive citado. O apresentador reforçou que o movimento era justo e que recebia todo o apoio do programa, mas mesmo com a possibilidade anunciada de paralisação das atividades de agentes e funcionários da Polícia Federal nos principais aeroportos e portos do país, já que o movimento envolvia outros estados, o governo não foi ouvido.

Sem ouvir o outro lado, a denúncia sobre um problema que prejudica uma comunidade acaba sem efeito, mesmo que repetidas vezes. Foi o que aconteceu nas edições de 6 e 15 de abril do *Comando 22*, quando o apresentador cobrou de uma operadora de serviços telefônicos a reposição de fios roubados em uma localidade no Eusébio, município da região metropolitana de Fortaleza. Na primeira vez, o âncora se limitou a avaliar a qualidade do serviço da empresa, afirmando que estava “precisando melhorar pra ficar ruim”, ao invés de procurar saber qual o posicionamento dela a respeito do problema que afetava a comunicação dos moradores. Sem solução, a reclamação foi reapresentada nove dias depois no mesmo programa, e novamente a empresa não foi ouvida. O caso ainda foi tratado com chacota. Após o apresentador afirmar que a empresa “tá cochilando”, o programa soltou o trecho de uma música bastante popular – É proibido cochilar, do compositor Antonio Barros. Mas o programa também cochilou.

Telefonia, transportes, iluminação pública, sinalização do trânsito, fornecimento de água. Deficiências em serviços públicos diversos acabam mobilizando as comunidades a procurarem os programas policiais, muitas vezes como última alternativa a qual se apegam depois de

[MONITORANDO

A quem interessa? Uma operadora de serviços telefônicos foi questionada pelo apresentador do *Comando 22*, nos dias 6 e 15 de abril, por não ter feito a reposição de fios roubados em uma localidade do Eusébio comprometendo a comunicação naquela área. O âncora não ouviu a outra parte, mas nominou a empresa de telefonia fixa. Fica a pergunta: teria agido da mesma forma se a denúncia fosse contra a operadora de telefonia móvel que anuncia no programa? No dia 26, a mesma operadora seria novamente citada, quando o apresentador se referiu à correspondência de uma telespectadora reclamando que não tinha sido atendida na solicitação de instalação de uma linha telefônica, feita há 15 dias. “É a (operadora) que continua dormindo, que não é brincadeira”, disse. Detalhe: a queixa foi levada ao ar imediatamente após o âncora anunciar os serviços da operadora concorrente na área de telefonia celular.

um longo percurso de tentativas de resolução mal sucedidas.

O órgão responsável pela organização do tráfego de Fortaleza deixa de ser ouvido quase que na mesma frequência com que as ocorrências, como colisões em ruas e avenidas da cidade, são associadas a problemas de sinalização. Na edição de 7 de abril, o *Comando 22*, ao exibir a matéria sobre um choque entre dois veículos no bairro Aldeota, entrevistou um morador que apontou três problemas de sinalização no local e estimou que, a cada 15 dias, era registrada, em média, uma batida no cruzamento. Além de não ter ouvido a Autarquia Municipal de Trânsito (AMC) a respeito, o programa ainda deixou de esclarecer que o Departamento Estadual de Trânsito não é responsável por aquele tipo de sinalização, como deu a entender o morador ao afirmar que já teria encaminhado ao órgão estadual reclamações sobre os problemas.

Uma semana depois, o mesmo programa teve motivo de sobra para procurar a AMC, mas não o fez. No dia 15 de abril, o *Comando 22* noticiou que três agentes da própria autarquia de trânsito ficaram feridos em Messejana ao caírem de motocicletas em uma vala sob uma ponte ainda por concluir. Um dos motivos apontados por um morador da área para que o problema se repetisse era a iluminação insuficiente. A AMC não foi ouvida, mesmo também sendo responsável pela gestão dos serviços e recursos da iluminação pública da cidade.

A sinalização precária foi mais uma vez apontada como uma das causas de uma colisão entre um táxi e uma viatura no cruzamento das ruas Bárbara de Alencar e Barão de Aracati na edição de 18 de maio do *Barra Pesada*. O taxista atribuiu o choque entre os veículos ainda à buroqueira naquele trecho e afirmou que o condutor da viatura avançou a via preferencial, mas o programa não ouviu nem o motorista nem o órgão de trânsito nem o de infraestrutura urbana. Apesar da falha tripla e de um lado só ouvido nesse caso, o *Barra Pesada* se diferencia dos demais programas ao demonstrar um esforço maior em contemplar mais de uma versão, sobretudo quando leva ao ar demandas populares por melhores serviços e intervenções governamentais. Além de ouvir os moradores, as equipes de reportagem procuram também os responsáveis pela solução dos problemas identificados nos locais.

Dar voz à(s) outra(s) parte(s) é promover condições inclusive para dirimir dúvidas e desconstruir versões tomadas como únicas e verdadeiras. Não fosse o cuidado em ouvir o poder público sobre o abandono de um terreno baldio no bairro Antonio Bezerra, a equipe

[MONITORANDO

Sob silêncio. Durante as repercussões sobre o latrocínio de um policial rodoviário federal no bairro Pio XII, na edição de 6 de abril, o apresentador do *Comando 22* citou a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) como responsável pela passagem de nível dos trilhos da linha férrea onde o crime aconteceu, mas não ouviu a empresa sobre os questionamentos levantados. Para cruzar a passagem, os condutores precisavam diminuir a velocidade, tornando-se alvos fáceis de assaltantes. Concessionária desde 1997 da Malha Nordeste, pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), a CFN opera os serviços públicos de transporte ferroviário de cargas.

Na edição de 30 de abril, em entrevista por telefone ao *Barra Pesada* sobre assaltos a duas agências bancárias – em Saboeiro, a 462,8 quilômetros de Fortaleza, e Nova Russas, a 316,2 quilômetros da capital –, o comandante do policiamento do interior cobrou que os banqueiros oferecessem mais segurança aos clientes, instalando portas giratórias e vidros blindados. O comandante não fez nenhuma acusação, mas a provocação era pertinente e mereceria a manifestação de um representante da Associação dos Bancos do Estado do Ceará (Abance).

da TV Jangadeiro não teria descoberto e, conseqüentemente, informado corretamente aos telespectadores que se tratava de uma propriedade particular. Durante a matéria, exibida no dia 8 de abril, o repórter ainda comentou com as moradoras que reclamavam da insegurança na área: “A Prefeitura parece que não liga muito pra vocês, né?”. Procurados os agentes públicos, ficou esclarecido que o dono já havia sido notificado para cercar o local.

Fazendo ouvido de mercador ou ridicularizando

Em se tratando de denúncias e acusações, ouvir a outra parte é um imperativo ético, mas nem sempre suficiente para apresentar ao público um material com um nível satisfatório de isenção e equilíbrio. É preciso um mínimo de apuração pelas equipes de produção e reportagem, o que possibilita condições para um jornalismo mais analítico e menos declaratório, evitando que ele se resume a uma alternância de vozes. Mas mesmo que se cumpra apenas o procedimento básico, muitas vezes isso se dá de forma burocrática, quando não desigual e desonesta: as respostas ganham pouco espaço e são ignoradas ou até desqualificadas.

Na edição de 8 de abril do *Barra Pesada*, não adiantou o outro lado se manifestar para evitar o direcionamento que o programa optou por fazer. Os caracteres “3 mortos depois do apagão no IJF” faziam uma associação direta entre mortes e a interrupção no fornecimento de energia elétrica no maior hospital do Ceará, mas o superintendente da unidade negou a correlação, explicando que a média de óbitos do IJF é de cinco a seis pacientes por dia, em função do próprio perfil do serviço, que recebe muitos pacientes graves. Não se deve desconsiderar uma eventual intenção da diretoria do hospital em omitir informações que confirmassem o princípio de incêndio que levou à falta de energia como motivo dos óbitos, mas é plausível a explicação apresentada. Mesmo assim, depois de ouvir o superintendente, o apresentador ainda atualizaria o número de mortes para seis.

Em algumas situações, os programas ouvem a outra parte, mas os apresentadores não apenas fazem ouvido de mercador, como também ridicularizam as defesas ou esclarecimentos prestados. “Conversa pra boi dormir”. Assim, o apresentador do programa *Os malas e a lei* se referiu a uma nota encaminhada pela Prefeitura de Fortaleza a respeito do abandono de uma área de lazer no bairro Jardim Castelão. De acordo com a nota, um levantamento de todas as praças e áreas de lazer que precisariam de reparos estava sob análise da comissão municipal de licitação. Rindo, o âncora ainda disse que a resposta era “só pra enganar a gente” e acrescentou: “Não vão fazer nada disso. Eu quero ver. Se fizerem, eu vou lá fazer a reportagem (*Os malas e a lei* - 22.5.2010)”.

Conduta semelhante foi adotada na mesma edição do programa quando abordadas deficiências de atendimento e dispensação de medicamentos no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) que atende a área da Regional VI da cidade. Depois de ouvir oito usuários, entre pacientes e familiares, o âncora, também autor da matéria, perguntou na sala de recepção da unidade se alguém responsável pelo serviço desejava falar, mas sem se dirigir diretamente a uma ou outra pessoa nem demonstrar interesse real pela escuta. Após a exibição da matéria, ele disse que conversou com “a direção” da unidade, cujas respostas foram tratadas novamente nos termos de “conversa mais furada do mundo” e “história pra boi dormir”. “A assessoria de imprensa, inclusive, disse que a escala de atendimento estava funcionando. Como, se eu cheguei lá e não tinha médico?”, questionou.

Na edição seguinte de *Os malas e a lei*, que levantou uma série de problemas enfrentados pelos moradores do Sítio São João, a resposta da Prefeitura foi definida como “mais uma

[MONITORANDO

Demanda coletiva. Sejam individuais ou coletivos, os problemas denunciados nos programas policiais demandam respostas. Na edição de 14 de abril, uma mulher compareceu ao programa **Comando 22** para reclamar que a única empresa de transporte intermunicipal a operar no trecho entre Fortaleza e Forquilha deixou de parar ao longo da estrada entre Forquilha e Itapajé, forçando os passageiros a fazerem longos deslocamentos para pegar a condução. A empresa também não foi ouvida pelo programa.

Os programas, às vezes, adotam uma cautela maior em ouvir o outro lado ou dar o direito de resposta em situações de menor relevância. Ao levar ao ar a matéria sobre carros danificados após queda de muro de academia nas Dunas causada por forte chuva, o programa **Rota 22** não gravou entrevista com os responsáveis pelo estabelecimento, mas informou que a direção havia se comprometido em arcar com os prejuízos das pessoas cujos carros foram atingidos (**Rota 22 - 30.4.2010**).

desculpa" dada. "A assessoria de comunicação disse que o Conjunto São João vai ficar bom, que vai licitar algumas ruas e que vai ficar do jeito que vocês sonharam. Espere, viu?", ironizou o âncora. O programa tratou de deficiências em serviços públicos importantes para a comunidade e, provavelmente, havia o interesse dos moradores em saber o que os órgãos responsáveis teriam a dizer, mas o que foi ao ar deve ter frustrado a população local, pois não houve respostas para questões específicas nas áreas da educação, saúde, lazer, esportes, infraestrutura e segurança.

Pela percepção do próprio repórter-apresentador ou pelas denúncias dos moradores, foram expostas deficiências relacionadas a falta de praça, quadra de esportes, iluminação, abrigo de ônibus, limpeza de vias, asfaltamento e posto de saúde. O programa ainda mostrou o prédio onde funcionava a delegacia, fechada há cinco anos, e uma escola completamente abandonada, tomada por mato e com carteiras e móveis quebrados, servindo a ações de bandidos. Tantas demandas, nenhum comentário. "Eu passei o dia no Sítio São João, ouvindo a população, vendo as necessidades...", afirmou, de início, o apresentador, que entrevistou 14 pessoas. "Os serviços públicos estadual e municipal passam distante", constataria depois. Nem a prefeitura nem o governo do estado seriam devidamente provocados para dar alguma satisfação à comunidade.

Naquela edição, o apresentador ainda citaria o nome do prefeito de Arneiroz, município distante 389,7 quilômetros de Fortaleza, e usaria alguns trocadilhos para questionar a falta de apoio para um festival cultural na região dos Inhamuns, que contaria com apresentações circenses, artes de rua e bonecos. "O prefeito tá botando o maior boneco do mundo", disse o âncora, referindo-se a "dezenas de emails" que teria recebido. "O cabra que é inimigo da cultura, pode botar dentro de uma jaula", acrescentou. "Pense num lugar pra ter mala: é esse Ceará, e tem cada mala sem alça que não tem quem aguente", finalizou. Ele ainda evocaria o colega apresentador do **Comando 22** com seu típico "cartão vermelho" para "dar" ao prefeito.

O "cartão vermelho" tem a simbologia de expressar a reprovação diante de alguma situação, como fez o apresentador do **Comando 22** na edição de 15 de abril para a empresa pública cearense responsável pelos serviços de água e esgoto. O motivo: crateras que se formavam na Avenida Leste Oeste onde vários condutores já teriam caído, danificando os veículos e correndo risco de vida. Mesmo dando suas explicações, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) não evitou os questionamentos: "Cartão vermelho nos peitos pra aprender a trabalhar, respeitar o consumidor, respeitar as pessoas, porque aquilo ali podia causar um acidente fatal".

Mesmo que tudo leve a crer que as justificativas não convençam, as promessas não sejam cumpridas ou as versões não se sustentem, é preferível buscar outros métodos que comprovem tais fragilidades a seguir por deboches ou bravatas, sob o inconveniente de que as críticas passem a não ser levadas a sério. Mais prudente seria, por exemplo, conferir prazos, analisar documentos, comparar situações e ouvir também segmentos não envolvidos diretamente com as questões abordadas para que possam, inclusive, apresentar uma posição mais isenta, tornando também mais isenta e confiável a própria atividade jornalística realizada pelo programa.

Direito de resposta em meio ao inesperado

Em meio ao descuido já banalizado em ouvir a outra parte, o direito de resposta acaba sendo exercido de forma inesperada em algumas situações, pegando de surpresa repórteres, mas, sobretudo, apresentadores. Foi o que se viu, por exemplo, na edição de 7 de abril do *Cidade 190*, quando da repercussão de um princípio de incêndio no Instituto José Frota (IJF) naquela semana. Após traçar um diagnóstico sombrio das condições estruturais e de atendimento do hospital, o apresentador do programa chamou um repórter ao vivo para entrevistar o superintendente da unidade sobre o restabelecimento do funcionamento, mas o entrevistado aproveitou de imediato o ensejo para contestar o que havia sido apontado pelo âncora minutos antes.

[MONITORANDO

Versão única ou privilegiada. Um tumulto em um ônibus fez o repórter do *Cidade 190* ouvir, na edição de 6 de abril, o motorista, um policial que havia sido acionado e o acusado. As versões do condutor, principalmente, e do policial poderiam ter sido contrapostas à fala também dos passageiros. Embora o áudio tenha captado vozes de desacordo com o motorista, como "(...) tá errado, tá errado", "(...) voado, em tempo de bater nos outros carros" "(...) não pode resolver as coisas assim, não", o repórter privilegiou a versão de que o acusado se encontrava, "no mínimo, embriagado" e "criando o maior problema". O homem se defendeu dizendo que estava pedindo esmola, e não causando confusão. Já o repórter da *TV Diário*, que também cobriu o caso, sequer ouviu o acusado. Mesmo tendo entrevistado dois profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), pois o homem também estava passando mal, e o motorista, que se referiu ao acusado como "embriagado" e "maconheiro", o repórter se encarregou de resumir: "botou o maior boneco".

O *Cidade 190* levou ao ar na última semana de abril o caso de uma criança de um ano que aos três meses teria sido abandonada pela mãe e passou a ser criada pelo suposto pai e pela suposta avó paterna. "Até os avós maternos da criança não querem que (ela) fique com a mãe dela", disse o rapaz. Embora não parecesse haver dúvida sobre o abandono e as declarações feitas por eles, o programa abordou o caso durante dois dias, mas em nenhum momento procurou ouvir a mãe nem a família dela para que o telespectador tivesse a oportunidade de saber o que teriam a dizer.

Na edição de 7 de abril, o *Comando 22* deu oportunidade a um homem de expor o problema de adquirir uma camionete, não receber a documentação do veículo e, por isso, ter o carro apreendido pelo Detran. Ele citou a revendedora e culpou também o banco, embora não tenha nominado qual, mas a equipe de reportagem não procurou ouvir o outro lado. A matéria se resumiu a ouvir o denunciante.

O superintendente do IJF negou que houvesse situação de abandono, assegurando que o hospital dispunha de condições de atendimento que não se encontram em nenhum hospital da rede privada no Ceará e que 51% das pessoas atendidas vêm do interior do estado, sobrecarregando uma unidade de saúde mantida principalmente com recursos municipais. Ele se referiu ainda à implantação da classificação de risco dos pacientes, estabelecendo prioridade de atendimento em função da gravidade dos casos, além de uma grande reforma feita nos últimos dois anos no hospital que teria triplicado a capacidade do setor de emergência e ampliado o centro cirúrgico.

Surpresa também no dia 30 de abril. Em outra participação ao vivo, um entrevistado aproveitou para responder questionamentos que o programa vinha fazendo há algumas edições. A repórter que acompanhava o imbróglio em que se transformou a transferência dos permissionários do centro comercial conhecido como Beco da Poeira, no Centro de Fortaleza, para novas instalações, entrevistou o presidente da Associação Profissional do Comércio dos Vendedores Ambulantes (Trabalhadores Autônomos) do Estado do Ceará (Aprovace), acusada de desviar dinheiro pago pelos locatários e 9,5 milhões de reais destinados pelo governo estadual.

Antes de chamar a repórter, o apresentador inclusive fez menção a essas informações, referindo-se à associação como “uma tal de Aprovace” e afirmando que “o dinheiro desapareceu”. A impressão que causou foi de que o âncora não sabia que o responsável pela associação seria entrevistado, pois a repórter estava em meio a uma mobilização, quando havia várias pessoas dispostas a falar. Ela também questionou o presidente da Aprovace sobre os mais de 4 milhões de reais que teriam sido pagos pelos permissionários para a construção do prédio. Ele apresentou sua versão e ainda alfinetou a emissora. “Eu gostaria de dar uma entrevista na TV Cidade, porque é a TV Cidade que mais vem batendo na Aprovace. A Aprovace, nunca, em momento algum, recebeu 9 milhões do governo do estado”, rebateu o presidente, garantindo ainda ter feito as devidas prestações de contas pelos recursos recebidos dos permissionários junto ao Ministério Público, à Justiça e à própria categoria. E dirigindo-se diretamente ao apresentador: “Não tenho nada a temer. Eu gostaria que ficasse bem claro, aqui, hoje, que esse dinheiro do governo, que tanto você fala que a Aprovace recebeu e desviou, os 9 milhões de reais, que acabou de ser frisado, a Aprovace nunca pegou num centavo; inclusive, (o dinheiro da) desapropriação do atual Beco, quem recebeu foi a gestão passada, e não a (gestão atual da) Aprovace”. A entrevista foi encerrada exatamente com essa fala.

No estúdio, o apresentador apenas anunciou o bloco seguinte do programa. Depois do intervalo, a questão foi retomada pelo comentarista, que afirmou que a informação sobre o desvio do dinheiro pago pelos permissionários teria sido dada pela própria secretária executiva regional do Centro: “Então, justiça seja feita. Quem tem rabo de palha não somos nós da TV Cidade, não, nem do Cidade 190. Que a culpa caia pra quem deve: ao Ministério Público e à Justiça”. E levantando suspeita sobre a honradez do responsável pela associação, finalizou: “Fica a resposta para aquele cidadão, se assim a gente pode chamar”.

Independente da procedência das explicações dadas pelo presidente da Aprovace, o direito de resposta, exercido de forma inusitada, foi importante para chamar atenção sobre a necessidade de ouvir o outro lado. O descuido em cumprir esse procedimento acabou deixando um apresentador em saia justa e forçando o outro a fazer uma réplica às declarações do entrevistado. A situação se inverteu: ao invés de apenas perguntar, o comando do programa também teve de responder. Mais: teve de se explicar.

A transferência dos permissionários do Beco da Poeira, comércio popular localizado entre as praças José de Alencar e da Lagoinha, teria começado em 2001, em função das obras do metrô de Fortaleza, iniciadas em 1999 pelo governo do estado. Com a desapropriação da área pela prefeitura, um prédio começou a ser construído pela Aprovace entre a Avenida Tristão Gonçalves e as ruas 24 de Maio e São Paulo, mas, parado desde 2004, hoje é conhecido como “esqueleto”. Outro prédio foi adquirido pela Prefeitura em 2009, na Avenida Imperador, para ser o Centro de Pequenos Negócios de Vendedores Ambulantes. Segundo a Prefeitura, a Aprovace superfaturou a construção do “esqueleto”. “O que foi avaliado em R\$ 613 mil, custou perto de R\$ 5 milhões”, apontou, à época, em um jornal local, a secretária regional do Centro.

A pendenga renderia ainda vários desdobramentos, sob o acompanhamento da mídia. Na edição de 26 de maio, o programa da TV Cidade voltaria a tocar no assunto. O comentarista questionou a secretária do Centro sobre a falta de ventiladores e de limpeza no novo Beco da Poeira e o pagamento pelos permissionários novamente à Prefeitura, embora já tivessem pago à Aprovace. “Todo dia eu vou tocar (no assunto) até ser resolvido o problema ou a secretária ficar dessa maneira (em silêncio)”, afirmou. Mas se o objetivo maior era dar uma resposta a milhares de pessoas, entre trabalhadores e consumidores que frequentam o local, por que não procurar diretamente a secretária e, caso ela se recusasse a falar, explicitar a negativa aos telespectadores? É o que pregam os manuais de jornalismo, porém, mais do que uma regra a ser seguida, trata-se de um procedimento para uma comunicação mais responsável e comprometida com o bem-estar da população. Como foi posto, mais parece uma teimosia, questão de birra, em detrimento de interesses mais nobres.

7

INVASÃO DE PRIVACIDADE

“Segredo é pra quatro paredes”

Herivelto Martins e Marino Pinto em Segredo

O argumento é elogiável: dar o direito à criança de saber quem é o seu pai biológico e de ter dele o reconhecimento como filho ou filha. Uma vez por semana, o programa Cidade 190 oferece essa oportunidade a alguma família por meio do quadro “Caso DNA”, e quase sempre o teste de paternidade elimina a dúvida que restava: o homem em questão é mesmo o pai. Mas, até o desfecho, com a abertura de um envelope onde fica guardado o resultado do exame, o que se vê são histórias pessoais remexidas, relacionamentos conjugais e extraconjugais invadidos, intimidades expostas.

A descoberta da paternidade ocupa, na verdade, um lugar secundário, pois as atenções se concentram nas relações estabelecidas entre homens e mulheres antes do nascimento da criança. Eles são entrevistados nos locais onde residem e depois levados ao estúdio para entradas ao vivo durante o programa, quando, em geral, ficam em situação de constrangimento público, mesmo que não se deem conta dessa condição ou “concordem” com a exposição.

As crianças também são filmadas, tendo a identidade preservada e a imagem desfocada. No entanto, para as mais crescidas, isso pouco adianta, pois, na comunidade onde moram, as pessoas conhecem a mãe e o suposto pai, por vezes achincalhados ao longo do programa, tratamento que acaba sendo extensivo também aos filhos.

Repórteres e/ou apresentadores expõem uns e outros, incitam troca de acusações e agressões e tecem juízos de valor. O “Caso DNA” vira invasão de privacidade, tornando públicas situações da vida particular das pessoas. “Um quadro que já é polêmica e que é sucesso em Fortaleza (Cidade 190 - 8.4.2010)”, admitiu o repórter que, durante “a atração”, atua como um mediador de conflitos, não raramente instigados por ele mesmo.

Naquele dia, a história esmiuçada de um pescador que se envolveu com duas primas revelaria a supervalorização que o programa emprega ao que é de foro íntimo. O apresentador anunciou na véspera: “Vamos conhecer a história de um pescador metido a garanhão (...) Ele é casado há 25 anos, mas é louco por primas. Prima da mulher, prima dele, ele passa tudo (Cidade 190 - 7.4.2010)”. No dia seguinte, o repórter não deixou por menos: “Você vai conhecer o pescador garanhão que conquistou a prima. Até aí tudo bem, se não fosse um problema: é que a prima da esposa dele também se rendeu aos seus encantos”. Referindo-se ao homem como “garanhão da Lagoa Redonda”, o comentarista reforçou a dupla: “Ele se envolveu com a prima da esposa e, não satisfeito, pulou a cerca de novo e teve um relacionamento com a própria prima, quer dizer: ele gosta mesmo é de prima”.

Levado ao programa, juntamente com as duas mulheres, o pescador ainda seria indagado pelo repórter se foi só com elas que ele se envolveu e se havia

[MONITORANDO

Comédia da vida privada? Ao tratarem os casos como engraçados, apresentadores e repórteres passam da medida do bom senso, estimulando o riso e reforçando visões sobre o masculino e o feminino que colocam o homem na posição de dominador e a mulher de dominada, a partir dos próprios caracteres mantidos ao longo das matérias (“garanhão quer saber se é o pai”), mas também formulando perguntas e tomando conclusões que chegam a envolver os próprios comunicadores. Ao fim do programa, com a confirmação do exame de que o pescador é o pai das duas crianças, o repórter ainda diria para o comentarista: “Tem Silva no nome, que lembra aquele nosso amigo”. O apresentador de sobrenome Silva não dispensou a oportunidade de autoafirmação da masculinidade, complementando: “O pescador é da raça Silva, hein”.

possibilidade de envolvimento com outra prima. “Pode até acontecer, eu tô aqui vivo ainda”, respondeu. “O homem é danado mesmo”, aproveitou o repórter. “A gente tenta ficar sério aqui, mas é um caso que leva a gente a rir”, não disfarçou o comentarista.

Os personagens mudam, mas as situações se repetem. Na edição de 26 de maio, o “Caso DNA” anunciado para o dia seguinte envolveu o “Don Juan do Álvaro Weyne”, um homem tratado assim por ter conquistado quatro mulheres, com as quais teria oito filhos. A última quis saber se ele é o pai do filho dela, e o comentarista não se furtou de gracejar: “Meu Deus do céu, aparece cada morador aqui”.

Nas edições de 22 e 23 de abril, o programa escancarou desrespeito ao vasculhar “a história de um relacionamento extraconjugal entre vizinhos”, como foi antecipada. “Quando a esposa viajou para São Paulo, (ele) pulava a janela pra consumir o caso com a amante, para não ser visto”. Não bastasse a chamada do comentarista, o repórter se saiu com essa pergunta para a vizinha: “A janelinha funcionou legal?”. E ainda pediu para ela contar como o rapaz fazia para adentrar à casa. O quadro se transformou em oportunidade para insultos mútuos: o homem disse que a vizinha não era uma mulher séria; a esposa reforçou, afirmando que os quatro filhos dela eram de pais diferentes; a vizinha, por sua vez, colocou sob suspeita a fidelidade da esposa. Indiferente a tudo isso, uma menina de apenas oito dias de vida.

Quando o casal e a vizinha foram levados ao programa, a exposição ao ridículo e a baixaria continuaram, sob o direcionamento e o estímulo do mediador e do comentarista. “Galeguinho pulou a cerca; pulou a cerca, não; pulou a janela, porque o relacionamento dele extraconjugal foi com a vizinha”, disse o comentarista. “É como você bem colocou, (comentarista), o pulo dessa vez não foi de cerca, não; o pulo foi de janela”, reforçou o mediador que, diante dos três, ainda afirmou que o homem ia para a casa da outra escalando a janela. “Por que você traiu sua esposa?”, perguntou. “Porque ela foi sem meu consentimento pra São Paulo”, respondeu. “Vamos ouvir também a pessoa que foi traída nessa história, que é a esposa oficial do Galeguinho”, continuou o mediador, explorando, sem meias-palavras, a declaração da vizinha de que a esposa não seria fiel ao marido. “Eu queria daqui a pouco explorar essa situação porque a (vizinha) tá falando aqui que sabe de muita coisa que compromete a fidelidade da (esposa). Isso é algo que a gente precisa esclarecer. Vamos lavar essa roupa suja logo pra sair daqui com a solução desse problema”, disse.

No bloco seguinte daquela edição, o mediador “pôs mais lenha na fogueira”, provocando a “acusada” a responder sobre a infidelidade que lhe era atribuída. As mulheres começaram então um bate-boca: veio à tona que os três mantinham um triângulo amoroso consentido, com o acordo de que ele dividisse o tempo entre uma e outra; mais um homem foi envolvido na história; a vizinha foi posta sob constrangimento por ser mãe solteira...

No último bloco do programa, o mediador, como que se redimindo, largou a brincadeira para dar o tom de seriedade ao caso, como se deixasse o fantasioso e entrasse na realidade: “Traição, gostar, deixar de gostar é algo da natureza humana; agora, é importante saber que gostar tem que vir acompanhado de responsabilidade, e aqui, nas minhas mãos, está o primeiro passo pra se cumprir a responsabilidade”, afirmou, de posse do envelope com o resultado positivo fornecido pela clínica particular com a qual o programa estabelece uma parceria para a realização do quadro.

Vidas devassadas, traições, intrigas, relacionamentos fortuitos e inusitados conferem ao quadro do programa um caráter novelesco. “No ‘Caso DNA’ desta semana, você vai conhecer

a história de um homem que foi traído – olha aí: por quem? – pelo próprio irmão (Cidade 190 - 14.4.2010)”, adiantou o comentarista. “Agora, ele quer saber se o filho é dele ou é do irmão”, completou. A questão da traição seria acentuada também pelo apresentador do programa e pela repórter que fez a matéria que antecedeu à participação dos envolvidos em estúdio.

Na edição de 30 de abril, o “Caso DNA” fugiu à abordagem de rotina. Logo na chamada, o comentarista estabeleceu a diferença: “um caso sério e crítico”. Ao invés de tratar da intimidade das pessoas e das relações heterodoxas, o programa explorou a emoção em torno da expectativa de um jovem e da mãe dele se a criança de um ano de idade, criada pelos dois, seria filha biológica do rapaz.

Aos três meses, a menina teria sido abandonada pela mãe. “Como você bem colocou, hoje, um caso atípico”, reforçou o repórter que conduz o quadro. “Semanalmente, nós mostramos aqui casais que vêm atrás de esclarecer a dúvida da infidelidade, traição”, reconheceu, acostumado a fazer a mediação de situações embaraçosas por si só ou provocadas pelo próprio programa, tendo ele como figura central. Dessa vez, a condução era outra: “Você vai ter agora uma oportunidade de repensar sobre os seus conceitos, sobre a vida, sobre como criar um filho e sobre o momento certo pra se ter um filho...”, disse, dirigindo-se ao suposto pai.

Ao habitual clima de suspense antes da apresentação do resultado do teste, naquele dia se juntou a carga emotiva pela revelação inesperada: o exame atestou que o rapaz não é o pai biológico da criança. O jovem foi indagado: “Tá surpreso? (...) “Como é que você recebe essa notícia?”. E respondeu que estava “abalado”. Mudou-se o alvo das perguntas, o fundo musical também: “A senhora quer falar alguma coisa? (...) Vai considerar a sua netinha da mesma forma? (...) Não consegue falar nada pra gente agora? Muita dor?”. O silêncio foi interrompido pelo choro da mulher. Enquanto o repórter fazia as perguntas, o áudio captava a voz do comentarista comovido – depois, ele suspiraria. O apresentador acrescentou: “Você vê como é a vida. A mãe biológica, verdadeira mãe, que deu à luz, renegou a criança, botou na calçada. A senhora, que nada é da criança, nada de sangue, chora porque não é a avó”. O comentarista encerrou: “história triste”. A novela da vida real nem sempre tem um final feliz.

A pobreza exposta

Os quadros criados pelos programas policiais aliviam a sensação de overdose de notícias sobre violência. Em geral, eles abarcam outras facetas dos programas, que incluem denúncia de problemas enfrentados pelas comunidades, atendimento a demandas individuais e até premiação de telespectadores.

Dirigidos à população pobre, principalmente aos segmentos D e E, que supostamente garantem os altos índices de audiência aos programas, alguns quadros não passam despercebidos, em função da expressão clara do preconceito de classe, que se manifesta principalmente na ridicularização das pessoas. A pobreza e suas histórias passam a ser tratadas como motivo para piada, seja no “Caso DNA”, quando são os próprios envolvidos levados a provocar gargalhadas, seja no “Puxão de orelha”, outro quadro do programa Cidade 190 em que um repórter confere um tratamento cômico à abordagem de questões que afetam segmentos populares.

Conduzido pelo repórter conhecido como Águia Dourada, que lembra repórteres-personagens memoráveis do jornalismo policial brasileiro, como Gil Gomes e Jacinto Figueira

Júnior, o “Homem do Sapato Branco”, ambos do extinto *Aqui Agora*, o quadro “Puxão de orelha” se propõe a tratar de forma leve o assunto pesado da insegurança, mas esbarra em equívocos. A cada exibição, o repórter adota um tipo e, de forma caricata, sai entrevistando pessoas sobre problemas do local onde moram ou frequentam. Assim, há uma inversão de foco: o personagem ofusca o problema abordado e a denúncia se perde em meio a perguntas e *mise en scène* engraçadas. O quadro dá voz à população, mas fica limitado a isso.

Para a pobreza, o humor, o escracho, em matérias realizadas na própria periferia ou longe dali. Mesmo quando o quadro é feito em área considerada nobre, as características se mantêm porque, embora os entrevistados possam ter um poder aquisitivo maior, prevalece a escuta de pessoas mais simples, além de que o público que assiste aos programas policiais parece ser predominantemente de baixa renda.

A jocosidade cede lugar a uma abordagem mais prudente em outros quadros também voltados a setores mais pobres da população. O próprio *Cidade 190* tem a seção semanal “190 nos bairros”, por meio da qual os apresentadores visitam uma comunidade de Fortaleza ou cidade da região metropolitana onde registram as necessidades da área e as reclamações dos moradores.

Com um perfil bem definido de também mostrar queixas das comunidades, o *Barra Pesada* conta, quase diariamente, com os quadros “Chame o Barra” e “Barra móvel”. Problemas de infraestrutura viária, reforma, recuperação e conservação de equipamentos públicos, abandono de áreas de lazer, iluminação, abastecimento d’água, questões de drenagem e limpeza urbana, além da insegurança, são denunciados pelos moradores.

[MONITORANDO

Para rir ou levar a sério? Na terra do riso, onde os humoristas fazem piada até mesmo da insegurança, o repórter do “Puxão de orelha” quis se juntar a essa turma para tratar do problema em um dos cartões postais da cidade. E conseguiu: fez rir mais do que informou. “O maior comediante repórter que eu conheço na minha vida (*Cidade 190 - 18.5.2010*)”, exaltou, oportunamente, o apresentador da *TV Cidade*, após a exibição de uma matéria na Avenida Beira Mar, para a qual o repórter chegou a se caracterizar como um maltrapilho, com a roupa em frangalhos. “Pense num traje. Mostra aí (cinigrafista). É o novo traje pra você andar aqui na Beira Mar, porque se você andar bem vestido, com celularzinho, a galera não gosta de ver você carregando peso. Leva o seu celular, leva a sua roupa e leva até o seu tênis, e corre pra dentro do mar”, afirmou o repórter, dando a largada rumo às águas.

Ele ouviu seis frequentadores da avenida sobre a insegurança na área. A um deles, propôs: “Vamos correr? O senhor vai correr? Como é que corre do ladrão? Aííí, treinando pra correr do ladrão aqui na Beira Mar”, afirmou, correndo também. “Aqui na Beira Mar, é o povo correndo e o ladrão correndo atrás”. A um casal de turistas, perguntou: “Já foi roubado aqui na Beira Mar? Já teve esse prazer?”. E observou, dirigindo-se à mulher: “Olha como é que ela segura a bolsa aqui na Beira Mar. É medo, não é não?”. À beira-mar, descontraída, a turista entrou na onda da brincadeira, mas respondeu desconstruindo a tese de que seja um problema localizado. “É medo, porque o brasileiro está assim, com medo de roubo”. Para uma jovem na companhia de uma criança, o exagero do repórter foi ainda maior: “Mulher, você tá andando com a menina? Não tem medo de roubarem a menina, não? Aqui na Beira Mar tão roubando é tudo pra trocar por pedra (de crack)”. Na gozação, não dá pra levar a sério o problema; dramatizado a tal ponto, parece irreal.

Fugindo ao caráter estritamente comunitário, outro quadro apresentado pelo Barra Pesada resgata histórias de violência, que ganharam maior repercussão, para mostrar aos telespectadores os desdobramentos que tiveram. “Como está o caso?” cumpre um papel importante ao denunciar a impunidade. Mais: contribui para que os crimes não caiam no esquecimento e para que o noticiário, sobretudo policial, não se perca na volatilidade das informações, dadas e consumidas cada vez em maior quantidade e com mais rapidez. O quadro se constitui em reportagens com produção e edição mais cuidadosas, mas não é exibido com frequência.

Falta regularidade também a um quadro do Comando 22 que guarda alguma semelhança com o do Barra Pesada ao propor o combate à impunidade, mas escorrega por tratamento editorial cujo resultado final faz parecer que os casos reais mais parecem ficção. Anunciado pelo âncora como o maior justiceiro do Nordeste, o “Repórter Carrasco” dá nome ao quadro.

Sem qualquer caráter ficcional e com assiduidade em alta, tamanha a demanda, outro quadro do programa Comando 22, exibido diariamente, se destina a atender principalmente pessoas que demandam para os seus parentes internamento em clínicas particulares de desintoxicação. “No claro ou no escuro” é, segundo o âncora, “o momento da participação popular”, que se propõe a atender reivindicações diversas de pessoas menos favorecidas economicamente. A procura também é considerável pela seção “Sala do cidadão”, exibida no Rota 22. O quadro representa, principalmente, uma possibilidade para pessoas conhecerem ou reencontrarem o pai ou a mãe biológicos ou localizarem parentes ou conhecidos desaparecidos.

[MONITORANDO

Achados e perdidos. Não chega a ser um quadro do Rota 22, mas o programa divulga, com frequência, informações sobre objetos os mais variados, desde veículos, documentos, exames, óculos, mas também animais, procurados ou localizados.

[MONITORANDO

Repórter-personagem. “Rua Pitangueiras, Canindezinho. Um homem vem correndo, desesperadamente um homem vem correndo. Quem é esse homem? É Francisco André, Francisco André. Até o momento, apenas Francisco André. Dois homens vêm numa moto atirando. Um tiro, dois, três, quatro, cinco tiros. A população ouviu. Desespero na rua, as pessoas correndo e um homem cai na esquina. A namorada chega no local e diz... chora um pouquinho e diz o seguinte: ‘Eu vou atrás do irmão dele’. E não volta mais. Só isso que a Polícia tem até o momento”.

É assim, com essa carga dramática, que o repórter abre uma de suas matérias para o programa Cidade 190. Imediatamente depois, ele muda a narrativa para um tom mais sereno, menos teatral. O repórter se confunde com o personagem. Ele é ao mesmo tempo um e outro, mas quase sempre este fala mais alto do que aquele.

A edição também contribui na aparição do personagem, que tem trilha musical específica para quando entra em cena. O clima de suspense e medo está instaurado. De capa, calça e blusa pretas, o figurino corriqueiro; maltrapilho, enrolado numa rede ou estendido num caixão para o quadro “Puxão de orelha”, é uma atração à parte no programa Cidade 190.

Além da indumentária, o vozeirão à Gil Gomes, repórter do extinto programa **Aqui Agora**, do SBT, ajuda a compor o personagem, que não tem nome, mas codinome: **Águia Dourada**.

Interatividade duvidosa

Além do “Puxão de orelha”, do “Caso DNA” e do “190 nos bairros”, o programa Cidade 190 conta com mais um quadro, de veiculação diária, e que combina premiação com interatividade – a “Enquete Cidade” oferece prêmios de R\$ 1.000 e R\$ 1.500,00 para o telespectador sorteado. Os interessados precisam encaminhar uma mensagem de texto respondendo “sim” ou “não” a uma pergunta, formulada geralmente com base no comentário de abertura do âncora ou elaborada em função de assuntos polêmicos da ordem do dia.

“Você acha que a prisão de hoje está punindo bandido?”, “Uma pessoa pode transformar outra em bandido?”, “Autoridade policial deve ter consideração por bandido?”, “Servidor público desrespeitado trabalha bem?”, “No aniversário de Fortaleza, você tem o que comemorar?”, “Os empresários corrompem os políticos?”, “Você se sente assaltado com os impostos no Brasil?”, “No posto de saúde, a sua pressão é verificada?”, “Pedofilia: tratamento ou cadeia?”, “Um casal gay pode fazer uma criança feliz?”. Os exemplos dispensam comentários adicionais. Mas para além das perguntas dispostas nos caracteres, o apresentador, ao se dirigir ao telespectador, ainda reformula a frase para dar o teor e o tom que deseja.

Diferente dele, a “garota-propaganda” do programa, também responsável por anunciar a enquete ao longo da edição, mantém a neutralidade diante dos assuntos levantados, reservando-se apenas a orientar o público sobre os procedimentos para participar do quadro. O interesse revelado por ela é receber o máximo de mensagens de texto, independente da resposta à pergunta do dia. Outra curiosidade desse quadro é que o resultado da enquete não é divulgado, nem mesmo na página eletrônica da emissora.

Atividade que interessa cada vez mais às operadoras de telefonia móvel e às próprias emissoras de televisão, o envio de mensagens de texto significa mais lucro a umas e outras. Segmento em plena expansão, a interatividade via SMS – para seguir o jargão de telecomunicações – é fonte de receitas adicionais. Toda vez que manda uma, o telespectador paga uma tarifa à operadora de celular, cujo montante é dividido com a emissora. Além dos interesses comerciais, o estímulo à participação do público serve para aumentar a audiência, tornando-se um termômetro de avaliação da receptividade de alguma promoção ou do próprio programa.

[MONITORANDO

Golpe nos programas. Espaços privilegiados para o noticiário sobre criminalidade, os programas policiais “acabam virando notícia”, uma vez que também são usados para a prática de crimes. Explica-se: as promoções e premiações realizadas pelos programas inspiram estelionatários a ligar para residências de telespectadores fazendo-se passar por funcionários das emissoras para aplicar o golpe. Como medida de segurança, os apresentadores do Cidade 190 destacam, no ar, que apenas a “garota-propaganda” do programa está autorizada a entrar em contato telefônico com as pessoas sorteadas.

O programa Barra Pesada também alerta os telespectadores sobre o “golpe pelo celular” praticado por “pessoas inescrupulosas”, que passam trote utilizando o nome de empresas, entre elas a TV Jangadeiro, e prometendo prêmios. O apresentador orienta as pessoas a não passarem informações pessoais, como número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da conta bancária, pois as ligações podem partir inclusive de presídios, e informa que as promoções da tevê são divulgadas durante a programação da emissora.

[CASO EMBLEMÁTICO

Dinheiro, bebida, sexo e preconceito. O que seria um simples anúncio de uma enquete diária do programa Cidade 190 virou uma sucessão de frases – dúbias ou claras –, proferidas pelo apresentador, com exaltação ao capital (“Vamos falar de dinheiro”, “Oba!”), ao álcool (“Essa alegria toda dia de sexta-feira é pra quem toma uns birinights”) e à autoafirmação sexual (“O que eu gosto mesmo é fazer amor”). Puritanismos à parte, o bate-papo entre o âncora e a “garota-propaganda” naquela edição de 30 de abril é simbólico de discursos subjacentes que formam opinião, moldam personalidades e revelam comportamentos, difundindo valores baseados no consumismo, machismo e intolerância.

O desfecho foi pior: a pergunta da enquete estava imbuída de preconceito. “É curto e grosso: sim ou não? Um casal de gay, criando uma criança, pode fazer uma criança feliz?”, indagou o apresentador, que ao longo do programa se referiu à decisão proferida pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitindo a adoção de criança por homossexuais. Por unanimidade, os ministros negaram no dia 27 de abril recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul e mantiveram a decisão que permitiu a adoção de duas crianças por um casal de mulheres. Enquanto o programa sugeriu questionamentos à jurisprudência, o próprio tribunal tratou como uma “decisão inovadora para o direito de família”.

A transcrição do diálogo mostra que a garota chega a fazer alguns contrapontos, mesmo que sutis, à fala do apresentador.

Apresentador: Vamos falar de dinheiro.

Garota-propaganda: *Oba!*

Apresentador: Hoje é sexta-feira... (Você) fica alegrezinha...

Garota-propaganda: *Eu tô alegrezinha...*

Apresentador: Você toma umas biritinhas também dia de sexta-feira?

Garota-propaganda: *Não, Ave Maria...*

Apresentador: Ah, não? Essa alegria toda dia de sexta-feira é pra quem toma uns birinights.

Garota-propaganda: *Tu toma, né?*

Apresentador: Eu tomo uns birinights.

Garota-propaganda: *Devagar, devagar...*

Apresentador: Devagar e sempre.

Garota-propaganda: *Se beber, não dirija. Olha a dica boa.*

Apresentador: Mas o que eu gosto mesmo dia de sexta-feira, principalmente dia de sexta-feira...

Garota-propaganda: *Alegria...*

Apresentador: ... é fazer amor e não fazer guerra.

Garota-propaganda: *Ah, muito bem. Por isso que você indica ao público de casa. Mas eu tô feliz porque hoje tem prêmio a mais, gente. Lembra?*

Apresentador: Lembro. Hoje é R\$ 1.500,00 na “Enquete Cidade”. É curto e grosso: sim ou não? Um casal de gay, criando uma criança, pode fazer uma criança feliz?

8

**BAIXARIA
EM ALTO NÍVEL**

“Há duas coisas infinitas: o Universo e a tolice dos homens”

Albert Einstein

Controle de menos, liberdade demais. A falta de mecanismos de regulação interna, por parte das próprias emissoras de televisão, ou externa, criados no âmbito do poder público ou pela sociedade, propicia aos programas policiais uma autonomia desmedida, ao ponto de ultrapassarem os limites mínimos do bom senso no exercício da comunicação e, em particular, no uso da língua. A maioria dos apresentadores não só solta o verbo, mas também os adjetivos, substantivos, advérbios e interjeições, numa abundância de palavras grosseiras e tratamento vulgar.

A utilização de expressões e termos inadequados a um veículo de comunicação de massa, especialmente em programas exibidos em horários acessíveis a perfil de audiência amplo, evidencia mais do que uma ignorância sobre a fronteira entre privado e público, demonstra uma falta de noção da razoabilidade. Falsos moralismos à parte, alguns comunicadores se comportam como se estivessem numa mesa de bar ou na cozinha ou no quarto de casa; na intimidade com os amigos, com a família ou a dois. A recusa a esse comportamento não reflete um tabu linguístico ou hipocrisia verbal, mas, sim, propugna pelo respeito aos telespectadores.

O argumento da linguagem coloquial para justificar tal vocabulário soa falso e sem consistência, haja vista que outros apresentadores, mesmo conduzindo programas com linha editorial semelhante, conseguem comunicar bem sem recorrer a palavras chulas. Além de uma falácia, a alegação reveste-se de preconceito, pois não é por terem uma audiência garantida predominantemente pelos públicos das classes D e E que esses segmentos só entendam ou mereçam a comunicação em baixo nível.

O que alguns concebem como linguagem popular pode representar uma comunicação agressiva e rude a milhões de telespectadores do Ceará e do Brasil, já que três dos programas são exibidos por uma emissora cuja cobertura se estende para além das divisas do estado. Na tentativa de criar uma identificação maior com o público, alguns apresentadores acabam adotando um linguajar de caráter pretensamente regionalizado, que mais ridiculariza a imagem de cearenses e nordestinos do que promove uma relação de proximidade com eles. O apresentador do programa *Os malás e a lei* excede-se em usar denominativos como “esculhambação”, “macho véi”, “comedorzin de rapadura”, além do próprio “malá”.

[MONITORANDO

Ampla e delicada cobertura. Sob o slogan de “A TV do Nordeste”, a TV Diário faz transmissão em canal aberto para o mercado do Ceará e via cabo para algumas regiões brasileiras. Desde fevereiro de 2009, após dez anos chegando aos diversos locais do país, o sinal da tevê “sumiu” das antenas parabólicas instaladas por todo o Brasil, passando a ser codificado. A mudança foi supostamente por pressões exercidas pela TV Globo para barrar a expansão da audiência da emissora cearense, que pertence ao Grupo Edson Queiroz, também proprietário da TV Verdes Mares, retransmissora da Globo no Ceará. “A TV Diário corria na contramão dos interesses obscuros da Rede Globo”, publicou o blog *Vi o Mundo*, do jornalista Luiz Carlos Azenha. Em nota, a Globo assim se pronunciou: “A TV Globo, formada por 121 emissoras, procura harmonizar os sinais de VHF e UHF de forma que estas fiquem circunscritas a seus territórios de cobertura. Desta forma, em busca de uma harmonia entre todas e pelo respeito recíproco aos interesses, a atuação da TV Diário estará restrita a seu território de cobertura, não sendo mais captada em territórios de outras afiliadas. Seu sinal permanecerá no satélite, cobrindo o estado do Ceará, porém, codificado”. Atualmente, a TV Diário é transmitida em canal aberto para os 184 municípios cearenses e via TV por assinatura para 48 outras cidades do país.

Em nome de uma comunicação fácil, segue-se a cartilha dos equívocos, e o resultado, por vezes, é a transmissão da mensagem de modo reles. Qual a necessidade, por exemplo, de tentar explicar que um vizinho tenha assassinado outro porque “não suportava a catinga da bosta da vaca” do quintal da vítima, como fez o âncora do programa *Cidade 190* na edição de 6 de abril? Ou de se referir à desordem no trânsito como “cu de bebo, de boi também”, a exemplo do apresentador do *Comando 22* três dias depois? Ou ainda de optar por substituir o nome “cassetete” por “pimba de boi” ou “cacete”, como faria outras vezes o mesmo?

A indignação do comunicador, por mais revoltantes que as situações sejam, não justifica o uso do espaço público da televisão para ele entrar no espaço doméstico dos telespectadores como se estivesse na própria casa. “Quem é responsável por essa porra aqui? (*Comando 22 - 6.4.2010*)”, exaltou-se o apresentador da *TV Diário*, ao indagar sobre uma passagem de nível no bairro Pio XII onde um policial rodoviário federal foi morto porque se viu obrigado a diminuir a velocidade do veículo que conduzia, tornando-se alvo fácil dos assaltantes.

O termo seria repetido em diversas situações pelo mesmo âncora. “Ninguém entendeu porra nenhuma (*Comando 22 - 16.4.2010*)”, disse, referindo-se à falta de informações a respeito de uma lesão a bala contra um jovem no bairro Papicu. Dessa vez, o comentário ainda teria um complemento: “Naquele local do Papicu, naquele trilho, é um perigo. Tem uma farmácia na esquina que tem dois policiais lá, sentados num banco o dia todinho, mas na hora que os policiais saem pra mijar, quando voltam, o fumo já entrou. O cara, até pra mijar, tem que ir um, ficar o outro”. Mesmo que algumas palavras constem nos dicionários da língua portuguesa, não é por isso que devam ser usadas em toda e qualquer circunstância.

Nomes ofensivos e de baixo calão são ditos e reitados sem um pedido de desculpas sequer aos telespectadores. “Quem são os filhos da p... e não filhos da pátria que traíram o Brasil? (*Cidade 190 - 18.5.2010*)”, questionou – e repetiu – o apresentador da *TV Cidade*, referindo-se a políticos brasileiros que teriam um acordo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) para fazer “vista grossa” à entrada de drogas no Brasil em troca de financiamento para campanhas políticas. Na mesma edição, o comentarista, ao tratar de outro tema importante – o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes –, acabou desqualificando a abordagem usando palavras como “porcaria”, “porra” e “sacanagem”.

[MONITORANDO

Sem meias palavras. Na edição de 7 de abril, o apresentador do *Comando 22*, ao questionar as condições de trabalho dos motociclistas entregadores de uma rede de comida rápida, finalizou dizendo que “acabou essa putaria aí”.

A utilização de um glossário da baixaria na análise de questões de interesse da população termina por fragilizar argumentações pertinentes e minimizar questionamentos plausíveis. “Um milhão e duzentas mil pessoas em Fortaleza e área metropolitana por dia andam de ônibus. Quer dizer: pra onde é que esse povo manda as autoridades? Pra p.q.p. Com crianças, deficientes, uma multidão pra subir no ônibus... Esse povo tem o direito de mandar as autoridades que cuidam do transporte coletivo lá pra p.q.p (*Cidade 190 - 26.5.2010*)”, disse o apresentador da *TV Cidade*.

Na edição de 7 de abril, o âncora do *Cidade 190* ainda ameaçou afirmar com todas as letras o que desejava expressar, mas, depois de se dirigir à equipe que trabalha nos bastidores do programa, acabou substituindo a palavra por outra, mesmo assim, o suficiente para o telespectador entender o que ele, na verdade, queria dizer. “Nosso companheiro aqui da luta do dia-a-dia contra o crime tá de pau lá (na Câmara Municipal) em cima de superfaturamento,

[MONITORANDO

Sem pudores. Sentindo-se bastante à vontade, o apresentador do *Comando 22* se refere a questões de ordem sexual usando linguagem trivial até demais: Se “a mulher às vezes chama você pra balançar na rede velha, e você troca de assunto, ou então o homem chama a mulher pra dançar o xenhenhém, que é aquela dança apertada, e a mulher marca pro outro dia, é falta de (suplemento vitamínico anunciado no programa). Com (o suplemento), a mulher fica que fica, o homem fica cuspidando fogo, o cabra fica ali na posição toda hora”, disse o apresentador, sem deixar de completar: “Isso aqui é tesão pra quatro anos (*Comando 22* - 7.4.2010)”. Na edição de 15 de abril, o produto seria recomendado por ele para “frieza do sujeito, frigidez da mulher e esmorecimento sexual”. Se a palavra xenhenhém remete à dança típica do Nordeste, tendo até nome de música – Forró do Xenhenhém, composta por Cecéu –, os dicionários só trazem um significado: vulva.

botando pra fu... Eu digo? Botando pra fumar”, afirmou, ao justificar a ausência do comentarista no programa, também vereador de Fortaleza. Procedimento semelhante foi aplicado pelo apresentador do programa *Os Malas e a Lei*, na edição de 29 de maio, para se manifestar sobre a insegurança: “Menino, nós tamo é fumado”.

O mesmo artifício seria adotado ainda pelo âncora do *Comando 22*. Ao comentar sobre o assassinato de um jovem de 18 anos, defendendo que as pessoas comessem a trabalhar antes da maioridade para não ingressarem pela criminalidade, ele se manifestou nesses termos: “O cara não pode ficar só assobiando, não pode ficar só coçando... os olhos (*Comando 22* - 26.5.2010)”. Se restava alguma dúvida sobre a conclusão da frase, os risos da equipe do programa, captados pelos microfones, puseram fim à incerteza.

Assim como os termos de baixo calão, as frases de duplo sentido e os apelos sexuais são usados sem que os comunicadores levem em conta o horário de exibição dos programas. O desempenho sexual, por exemplo, ganha mais importância do que qualquer outra necessidade quando o apresentador do *Comando 22* anuncia um complexo vitamínico à base de ginseng, indicado para “cansaço”, “desânimo”, “esquecimento”, “estresse”, “fadiga”, “preguiça”, mas, sobretudo, falta de vigor para o sexo.

O âncora recomenda o produto para mulheres “sem fogo” e homens com “desempenho sexual lá embaixo (*Comando 22* - 9.4.2010)” e sempre se sai com tiradas do tipo “seja feliz e faça a mulher mais feliz ainda”. Tomando o medicamento, o homem “cospe fogo” e a mulher, tratada por ele como “bichinha”, “volta aos bons tempos”. “Você, que tá casado há muito tempo, notou que a mulher tá por acolá, não é mais aquela (...) Se você tá casada e seu marido já não olha pra você, já lhe evita, é falta disso aqui (...) Com (o produto), ele cospe fogo, o cabra volta à juventude”, reforçou.

Mesmo que o assunto não comporte dubiedades, pois pode ferir suscetibilidades por orientação religiosa, isso não é impeditivo para alguns comunicadores. Referindo-se ao padroeiro

[MONITORANDO

Outro nível. Se o leitor não percebeu, é importante registrar: esse texto não trouxe referências ao *Barra Pesada* nem ao *Rota 22*. Os apresentadores dos dois programas evitam o uso de termos e expressões similares aos exemplos citados neste capítulo. Mesmo diante do inevitável, como em eventual fala de entrevistados, é possível preservar os telespectadores, como fez o programa da *TV Jangadeiro*, na edição de 19 de abril, ao usar um sinal sonoro para ocultar uma expressão chula utilizada por um taxista vítima de “sequestro relâmpago”.

de Barbalha, Santo Antonio, e à Festa do Pau da Bandeira, celebrada na cidade do sul cearense, o apresentador do programa *Os malas e a lei* faz trocadilhos com o mastro: “É o santo que tem o pau famoso (risos). É o pau mais famoso do mundo”. Na edição seguinte, as insinuações seriam mais fortes e ainda carregadas de exibicionismo. “Pense num pau famoso. Minha filha, você tá encahada, doida pra casar? Não casou ainda? Não arranjou um cabra assim como eu, disposto, (com) muito gás, pra casar? Pois vá pra Barbalha. Pegue no pau de Santo Antonio, que você casa (*Os malas e a lei* - 29.5.2010)”.

9

BRINCADEIRAS DE MAU GOSTO

“Por detrás da alegria e do riso, pode haver uma natureza vulgar, dura e insensível. Mas, por detrás do sofrimento, há sempre sofrimento. Ao contrário do prazer, a dor não tem máscara”

Oscar Wilde

Homicídios, lesões corporais, roubos, ameaças, calúnias, difamações, prisões, apreensões... Os assuntos são sérios, mas, em alguns casos, o tratamento oferecido pelos programas policiais não condiz com a gravidade das situações. Risinhos e reações de escárnio ou ironia são algumas das modalidades utilizadas na abordagem dos fatos. Para o público em geral, algumas tiradas podem até provocar risadas e dar uma leveza a programas já tão densos. Mas, muito provavelmente, para as pessoas diretamente envolvidas com as questões ali expostas, o que se tenta passar como bom humor configura brincadeira de mau gosto.

Brincadeira, às vezes, tomada ao pé da letra. O apresentador do programa *Os malás e a lei*, querendo parecer engraçadinho, recorreu a um herói da ficção que permeia o imaginário infantil para se referir a assaltantes que estariam usando cavalos na prática de delitos durante as madrugadas no bairro Barroso. “Será que a gente vai ter que contratar o Zorro? (...) Eita, menino, tem que chamar o Zorro pra cuidar da segurança. Os malás tão atacando agora a cavalo (*Os malás e a lei* - 29.5.2010)”.

Na própria página de apresentação na Internet, o programa *Os malás e a lei* é anunciado como “uma revista policial” em que o âncora mistura jornalismo e humor. Mas como se não se desse conta de que brincadeira tem limite, o mesmo apresentador, atuando como repórter em matéria exibida pelos programas *Comando 22* e *Rota 22*, no dia 14 de abril, soltou um riso debochado diante do proprietário de um estabelecimento comercial no Centro da cidade que foi feito refém junto com o filho e os clientes. O comércio já teria sido alvo de assaltantes por cinco vezes. O motejo do âncora não era desdenhando da sequência de crimes contra o comerciante, mas em reprovação à insegurança, no entanto se mostrava fora de propósito.

Sem dispensar nem as vítimas, o tratamento soa falta de respeito, como se os comunicadores fizessem pouco caso das situações, naquela linha “rindo da desgraça alheia”. Na edição de 26 de maio, o apresentador do *Comando 22* riu do fim de uma história cuja delicadeza exigia circunspeção. Ele recebeu um jovem que compareceu à emissora para comprovar que havia sido acusado injustamente de estupro. Por causa da acusação e da exposição pública, inclusive em outros programas policiais, a companheira do rapaz decidiu se separar dele e levar junto os filhos do casal. “Os meninos ainda voltaram. A mulher, com essa conversa, foi embora; a mulher, não deu pra recuperar”, disse o âncora, em tom sutilmente cômico.

Com sutileza ou às claras, o comportamento se repete em circunstâncias diversas, independente da gravidade delas. Risinhos imediatamente após a exibição de matérias sobre assassinatos expressam indiferença à violência noticiada, como fez o mesmo apresentador na edição de 19 de maio, ao fim da matéria sobre o homicídio de um jovem em Maracanaú. Enquanto revelam indiferença do comunicador, causam desconforto ao telespectador.

Não é por se tratar de um programa policial que os apresentadores devam manter a sisudez o tempo inteiro, mas o noticiário exige seriedade. Ao anunciar a prisão de um bandeirinha de futebol que estaria armado de revólver enquanto atuava em uma partida, em Campos Sales, a 493,8 quilômetros de Fortaleza, o apresentador mais uma vez riu do caso. E ainda incrementaria a reação, atribuindo ao fiscal de linha a seguinte frase: “Quem vai apitar essa porra aqui sou eu (*Comando 22* - 6.4.2010)”. Troça também ao fim da matéria veiculada no mesmo dia sobre confusão que um bêbado teria protagonizado dentro de um ônibus. Ao se referir ao passageiro, o apresentador disse que ele “botou o maior boneco” e “levou uma mão de peia” dos ocupantes do coletivo, numa demonstração de banalização da violência e como se justificasse as agressões aplicadas.

Quando a reação violenta da população é contra acusados de crimes ou atos infracionais, as agressões ou tentativas de linchamento são tratadas quase como naturais e engraçadas. “Foram duas horas de espera e chibatada, chibatozol (Comando 22 - 28.4.2010)”, resumiu o apresentador, rindo da situação em que três adolescentes foram perseguidos e “presos” por populares depois de terem roubado um aparelho de telefone celular no bairro Jóquei Clube. Durante as duas horas em que ficaram aguardando a Polícia, que não chegou porque a corporação estava em greve “branca”, os adolescentes foram espancados. Após a exibição da matéria, o âncora ainda alertou: “É perigoso esse negócio da população dar uma de Polícia porque pode matar ou pode o cidadão passar mal”. Mas sem deixar de esboçar o riso. Não tinha graça nenhuma.

10

VISÕES SOBRE A VIOLÊNCIA E SUAS VARIÁVEIS

"Chega estampado, manchete, retrato com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço, fazendo alvoroço demais"

Chico Buarque em O meu guri

O nível econômico, a cor da pele, o gênero e a idade das pessoas são fatores que determinam nuances no olhar social e midiático sobre a violência e a criminalidade. Pobres, negros, homens e jovens formam o perfil típico dos envolvidos em crimes ou eventos violentos. Nos meios de comunicação, em particular nos programas policiais, é bastante curioso como essas categorias são tratadas em função do papel que ocupam no contexto da violência: se vítimas ou autores.

A abordagem da mídia sobre a participação de crianças e adolescentes em delitos é, especialmente, abundante de exemplos que revelam uma disparidade, quando não uma contradição, entre os casos. A violência determina olhares diferentes sobre a infância, a adolescência e a juventude. E esse olhar pode ser acolhedor, protetor, indulgente ou denunciador, repressor, algoz, punitivo. Se crianças e adolescentes são vítimas, e quanto menor a idade, mais indignação e reações pela punição dos autores eles despertam. Se acusados, e quanto mais perto da maioridade penal, mais fortes as tentativas de aplicar a eles tratamento reservado aos de maior idade.

Quando adolescentes estão envolvidos com adultos na autoria de crimes, violentos ou não, alguns programas policiais supervalorizam a presença daqueles e tendem a cobrar responsabilização semelhante à aplicada a estes. A atenção das equipes de reportagem e dos apresentadores se volta para quem ainda não atingiu a maioridade penal, levantando dados e fazendo comentários mais detalhados e específicos sobre a atuação dos ditos “menores”. Enquanto a idade de crianças e adolescentes, por exemplo, é em geral informada com precisão, no caso de jovens e adultos, o dado não é apurado com o mesmo interesse, e muitas vezes nem citado é.

Na precisão ou imprecisão das informações, chega a ser atribuído aos adolescentes algo mais do que praticaram, além de ser imputado a eles alto grau de periculosidade, como se observou no programa *Comando 22*, em matéria sobre a apreensão de um adolescente de 16 anos, suspeito de envolvimento em homicídio, e a prisão de um jovem de 28 anos, acusado de porte ilegal de arma. Além da divergência entre o apresentador, que anunciou a matéria como se os dois estivessem armados, e o repórter, que informou que nada foi encontrado com o adolescente, o âncora ainda acrescentaria: “Na versão policial, o menorzin é mais perigoso do que o maior. O menor é que tá ensinando (a) o maior. No lugar do maior ensinar ruindade pro menor, o menor é que tá ensinando ruindade pro maior. O menorzin, dizem que, com uma arma na mão, faz um funil desgramado (*Comando 22* - 15.4.2010)”.

Os apresentadores, por conduzirem os programas e assumirem o papel de analistas da segurança pública, concentram as avaliações e questionamentos sobre a participação de crianças e adolescentes em práticas violentas, mas algumas intervenções feitas por repórteres são até mais incisivas. A diferença entre apresentador e repórter se fez clara na edição de 14 de abril do *Barra Pesada*, quando aquele se reportou a dois adolescentes apreendidos por assalto como “garotos” e “rapazes” e este disse: “A ação de menores na prática de crime chama mais uma vez a atenção”.

Não se deve subestimar o crescimento da participação de crianças, adolescentes e jovens na autoria de atos violentos, mas ao supervalorizar a presença, mídia e sociedade dão pouca ou nenhuma relevância ao fato de que eles morrem mais do que matam. Assim, até mesmo o direito fundamental à vida é desrespeitado e, muitas vezes, ignorado, em meio à avalanche de notícias violentas de toda ordem. Raramente, as duas situações são tratadas com o mesmo nível de importância. “Jovens menores de idade continuam como protagonistas da violência, matando ou morrendo. Envolvidos com o tráfico de drogas, dois jovens foram assassinados nesse final de semana. Triste notícia para as mães”, afirmou, excepcionalmente, o apresentador da *TV Cidade*, na edição de 10 de maio. Mas nada além dessa curta declaração.

“Menor” é a disposição para uma cobertura mais qualificada

Mesmo já tendo se passado 21 anos da substituição do Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os resquícios da doutrina jurídica anterior permanecem em algumas práticas institucionais e se ampliam para o discurso midiático sobre a infância e a adolescência. A utilização do termo “menor” é simbólica de um linguajar policial reproduzido pela mídia, mas, para além da linguagem, tem outros significados, ainda mais fortes. De largo uso, mesmo em abordagens bem conduzidas de temas como crianças desaparecidas e abuso sexual, o vocábulo aparece, em geral, em vinculação direta com a delinquência.

“(Ele) teve preso várias vezes quando menor, e agora, de maior, já responde ao 180 (artigo que se refere ao crime de receptação no Código Penal Brasileiro) (Os malas e a lei - 22.5.2010)”, observou um sargento ao falar sobre o assassinato de um jovem de 21 anos, no bairro Canindezinho. Em outra matéria, exibida pelo *Comando 22* na edição de 14 de abril, sobre a apreensão de dois adolescentes acusados de assalto, não apenas o policial, mas também o apresentador e o repórter se referiram a eles como “menores” e também como “marginais”, denotando uma equiparação de valores entre os dois termos. Em 30 segundos, o repórter utilizou a palavra “marginais” quatro vezes, levando a crer que os dois já tivessem longo histórico de transgressão à lei, embora um estivesse com 14 anos e outro com 17, este reincidente por roubo, segundo a Polícia.

“Menor” passa a ser aplicado como sinônimo para “criminoso” que ainda não passou dos 18 anos de idade, mas que já não tenha 10 nem 11 anos de idade, ou seja, um adolescente. É peculiar a diferenciação, feita pelo apresentador do *Comando 22* ao informar sobre o assalto a um ônibus que teria sido praticado por dez crianças: “Dez meninos levaram o terror pra dentro desse ônibus. Não estou falando em menor, não; não estou falando em brochote, não; não estou falando em rapazim, não (...) Meninos de dez anos, nove anos, oito anos, sete anos (Comando 22 - 26.5.2010)”.

“Menores”, “bandidos”, “elementos” são termos que passam a ter igual valoração. Na edição de 14 de abril do programa *Cidade 190*, o apresentador, ao anunciar a matéria sobre um “sequestro relâmpago” envolvendo como autores dois adolescentes, citou seis vezes a palavra “bandidos” para se referir a eles e acrescentou que eram fugitivos de uma “cadeia de menores”, mas numa tênue ironia substituiria a expressão por “unidade de recuperação aos menores em conflito com a lei”. Dirigindo-se à equipe que trabalha nos bastidores do programa, o apresentador concluiu: “O de 16 anos foi identificado como... Pode dizer o nome? Aliás, 18 anos. Pode dizer”. E citou o nome do jovem. Na matéria, o rapaz de 18 anos teve, além da identidade, a imagem exposta. O mais novo apareceu com o rosto desfocado. Em sintonia com o apresentador, o repórter se referiu aos dois como “bandidos” e “elementos”.

Na (in)visibilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente

Uma lei para proteger criminosos de menor idade. Durante muito tempo o Estatuto da Criança e do Adolescente foi assim interpretado. E quem disse que ainda não é? Um dado interessante sobre este monitoramento é que, em nenhum momento das edições analisadas, se ouviu uma crítica sequer ao Estatuto, crítica explícita – é importante observar –, pois no subentendimento das falas é possível identificar, sim, muitos senões à lei.

Pode-se deduzir que a falta de questionamentos diretos ao Estatuto tenha relação com o respaldo que ele ganhou como uma lei de altíssima qualidade, considerada uma das melhores

no mundo na área da infância e da adolescência. Sendo assim, as críticas a ele podem parecer frágeis. Além do mais, apesar das tentativas insistentes de alguns setores da sociedade em responsabilizar o Estatuto pelo aumento da “criminalidade” infanto-juvenil, há também um discurso afirmativo que se contrapõe a essa visão, ao apontar que as causas desse problema estão inclusive na falta de efetivação das várias medidas previstas na lei que evitariam o ingresso de crianças, adolescentes e jovens em práticas de atos infracionais. Por tudo isso, os questionamentos ao Estatuto estão postos, mas não de forma patente.

A cobertura de casos envolvendo adolescentes na autoria da violência, principalmente se ganham grande repercussão, dá vazão a argumentos que implicitamente atribuem ao Estatuto um caráter de impunidade. “Aí é que vem justamente aquela sensação de impotência. Adolescentes, crianças, garotos que estão nas ruas de Fortaleza fazendo o que querem e nada acontece. Não tem como você não ficar indignado diante disso tudo. Pode ser um policial, um jornalista, pode ser um mecânico, enfim, quem seja (Barra Pesada - 6.4.2010)”, afirmou um repórter da TV Jangadeiro ao se referir a dois adolescentes envolvidos no latrocínio de um policial rodoviário federal, embora dois jovens, um de 18 e outro de 23 anos, também fossem acusados.

Sem citar o Estatuto e relembrando o mesmo caso, o apresentador do *Comando 22* questionou as formas e a eficácia de responsabilização previstas nele: “Um menor desse, quando é levado à DCA (Delegacia da Criança e do Adolescente), passa ali 20 minutos e vai-se embora. Aqui, a lei diz assim: quando o menor faz um problema, que o juiz não julga a tempo, ou não dá tempo de julgar, ou então o delito é pequeno, aí o juiz sentencia... Pra começar a conversa, o juiz tem 45 dias pra julgar. Se ele não julgar em 45 dias, coletando todas as provas, não juntar tudo para dar o veredito em 45 dias, o menor é colocado em liberdade. Se ele for condenado, o juiz bota lá: liberdade assistida. Isso aqui é coisa de país evoluído; liberdade assistida só dá certo nos Estados Unidos, na Alemanha, na Dinamarca; aqui, não dá certo, não. Que liberdade assistida é essa? Tá só no papel (...) Aquele menor que tá acusado de ter matado aquele policial rodoviário, que tava no meio do funil, também tava em liberdade assistida, assistida só por ele mesmo, assistida por ninguém. Isso aqui é tudo errado, rapaz; a turma quer copiar as coisas boas lá (de) fora, mas não dá condições (Comando 22 - 15.4.2010)”.

Ao reforçarem o discurso de que crianças e adolescentes não são devidamente responsabilizados pelas infrações que cometem, os comunicadores terminam por incitar na população a depreciação do Estatuto, mas também o sentimento de indignação, ao mesmo tempo que eles próprios se exasperam diante dos casos. O comentarista do *Cidade 190* excedeu-se, ao falar de dois adolescentes apreendidos por prática de assalto: “Dois adolescentes: um de 14 anos e outro de 16, este de 14 já possui várias passagens pela Delegacia da Criança e do Adolescente e vai ficar solto até matar um filho de autoridade. Depois de matar um filho de autoridade, esse menor vai ficar detido”. Ao fim, ainda fez outra provocação: “Vão tomar leite com bolacha na delegacia e vão ser colocados em liberdade. Até quando nós vamos ter que aturar isso? (Cidade 190 - 14.4.2010)”.

O uso frequente da expressão “tomar leite com bolacha”, para se referir a adolescentes apreendidos, nada mais é do que a reprovação do comentarista da TV *Cidade* a um tratamento considerado brando, e até privilegiado, àqueles. Quando o programa exibiu uma matéria em que dois adolescentes eram acusados de assassinar um homem de 42 anos, apenas porque ele teria reclamado de algazarra na rua, o âncora retomou a fala: “Os bichinhos não podem sofrer as penas da lei, vão pra DCA, tomam leite com bolacha e são soltos logo em seguida... (Cidade 190 - 26.5.2010)”. Dessa vez, ele seria mais direto ao se referir à lei, mas sem falar qual,

responsabilizando deputados e senadores e ainda atribuindo a ela um anacronismo, embora uma das características do Estatuto que o faz ser considerado uma das melhores leis na área da infância e da adolescência seja exatamente superar uma legislação obsoleta e adotar princípios dos mais avançados internacionalmente: “Eu não entendo o que o legislador lá em Brasília tá pensando, porque o menor de 30 anos atrás, o ‘de menor’, como o povo fala, é diferente do menor de idade de hoje. O acesso à tecnologia, o acesso à informação é completamente diferente”.

A fala do comentarista teria o endosso do apresentador com quem divide a apresentação do programa. “Menores de idade armados é brincadeira aqui em Fortaleza. E as autoridades estão preocupadas com isso? Já pararam pra analisar a quantidade de homicídios, latrocínios, mortos, fuzilados por menores armados? A Polícia tem que entender que o menor armado é um bandido perigoso. É menor, mas armado, drogado, é um bandido perigoso”, finalizou.

Na precipitação em dar as informações, chega-se a afirmar como certeza o que ainda parece ser uma dúvida. Enquanto o apresentador diz que foram “dois jovens menores de idade” os responsáveis por um homicídio, a repórter do mesmo programa condiciona que “até o presente momento seriam adolescentes”, como se viu na edição de 26 de maio do *Cidade 190*. No mesmo dia, o *Rota 22* traria dúvidas semelhantes, mas com peculiaridades. O início da matéria sobre a tentativa de assalto a um ônibus no Bom Jardim, em que um feirante foi baleado na cabeça ao reagir, apontou o envolvimento de adolescentes entre os quatro assaltantes, um deles apreendido. “Inclusive entre eles havia, tudo indica, dois adolescentes”, disse o repórter. Ao fim da matéria, ao ouvir o trocador, o que era suspeita passa a ser tomado como verdade, e a participação de adultos descartada. “Deu pra perceber que eram todos de menor idade?” foi a primeira pergunta feita pelo repórter. “Pela aparência, eram todos de menor. Pela aparência”, respondeu o trocador. Interessante perceber que, mesmo sob o impacto da ação dos assaltantes, ocorrida há pouco tempo, e protegido por não ter a imagem nem o nome expostos, o cobrador foi cauteloso.

No empenho dos repórteres em demonstrar a faixa etária dos acusados, a vítima (se morreu, se está viva) e o problema da violência e da insegurança (até mesmo dentro de um ônibus, as pessoas não estão seguras) acabam ficando em um plano inferior, perdendo importância para um aspecto somente, entre muitos a merecer atenção. Comprovado que o acusado tem menos de 18 anos, cumpre-se, em geral, o que o Estatuto da Criança e do Adolescente recomenda sobre a preservação de identidade e imagem – “Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou o adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome”. Mas chama atenção a conduta estritamente legalista que a mídia adota a esse respeito.

Como se houvesse pressa em divulgar a idade, basta o acusado completar a maioridade para ter nome e rosto expostos, mesmo que não tenha nenhum antecedente e o desvio praticado seja dos menos graves. Uma pessoa recém-saída da adolescência passa a receber o mesmo tratamento facultado a outros acusados com longa trajetória criminal. A mídia assim procede sob o amparo de que a lei está sendo cumprida, já que o acusado não está mais resguardado pelo Estatuto e, portanto, a identidade pode ser divulgada, mas também sob a visão de que, fazendo diferente, estaria sendo complacente com o crime. A edição de 30 de abril do *Rota 22* trouxe um caso bastante ilustrativo: a prisão de um jovem no dia em que completava 18 anos, acusado de tentativa de assalto. Além da exposição do nome e da imagem do rapaz, o programa se referiu a ele como um “homem preso”. Se o caso tivesse acontecido um dia antes, quando ele ainda estivesse com 17 anos, é provável que a referência ao acusado fosse “adolescente (ou menor) apreendido”.

O programa não deixou de associar a tentativa de assalto com o que seriam antecedentes do rapaz, usando o plural para dar uma dimensão maior do que pareceu ao histórico dele à margem da lei. Enquanto o apresentador anunciou o caso afirmando que o jovem tinha “passagens” pela Delegacia da Criança e do Adolescente, o policial ouvido na matéria se referiu a “uma passagem” pela Polícia. No dia em que entrava para a maioridade, o jovem foi assinalado como alguém que “não largou a vida de militância na criminalidade”. Os problemas se ampliaram durante a entrevista com outro policial envolvido na operação que prendeu o rapaz. “Por ironia do destino, hoje ele está fazendo 18 anos de idade e vai passar o aniversário na cadeia”, respondeu o agente de segurança ao repórter, que aproveitou para indagar com um leve sarcasmo: “Um presente pra ele?”. O policial arrematou: “É o presente que ele mesmo quis, né? Cadeia”.

A sequência de equívocos só não terminaria pior porque o apresentador, ao comentar o caso, abordou com pertinência as fragilidades do sistema de responsabilização dos adolescentes autores de atos infracionais: “Muitos daqueles que se envolvem com a criminalidade durante a adolescência chegam na fase adulta com as mesmas práticas criminosas. São levados à Delegacia da Criança e do Adolescente, quando menor de idade, são internados muitas vezes, são liberados, e nesse vaivém não se recuperam. Os centros de internamento continuam superlotados, apenas têm o nome de centro de reeducação”.

Ao invés de seguir o discurso fácil e hegemônico que se volta para a violência praticada por garotos e garotas, reforçando o sentimento de punição, e apenas isso, o âncora falou ainda das ameaças de motins e rebeliões pelos internos dos chamados centros educacionais, que pouco ou nada educam, das reclamações que fazem do tratamento ali recebido e das queixas também dos funcionários desses espaços: “Eles (adolescentes e funcionários) vivem em conflitos (...) Enquanto isso, a sociedade fica a assistir a tudo isso, e sendo penalizada, sendo atingida, porque ela é a maior penalizada, sendo atingida por esses adolescentes. É um problema a delinquência infanto-juvenil, e o problema maior, o mais grave de tudo isso, é que suas causas não estão sendo combatidas”.

Não seria a primeira nem a última vez que o mesmo apresentador tocaria no assunto. Análise semelhante já havia sido feita na edição de 13 de abril. “A delinquência infanto-juvenil permanece como um dos grandes males da sociedade, em crescimento, (...) porque suas causas não estão sendo combatidas (...) Não vai ser resolvida, combatida, só com Polícia; é preciso prevenção”, afirmou, sem deixar de se referir a dois adolescentes de 14 e 17 anos como “jovens marginais” que haviam praticado um assalto, um deles reincidente.

Mesmo com o diferencial de análise, o apresentador da TV Diário ainda reproduz pensamentos e sentimentos introjetados na sociedade, visões deterministas e pessimistas sobre a questão. “Mais uma ocorrência que envolve um adolescente infrator (...) Seria leviano da minha parte dizer ‘todos’, mas alguns deles não apresentam qualquer característica de recuperação. Infelizmente, essa é que é a verdade (Rota 22 - 20.4.2010)”, afirmou, ao levar ao ar uma matéria sobre um assassinato no bairro Serviluz com envolvimento de um adolescente, cujo nome foi inclusive citado pelo policial entrevistado.

A sociedade arbitra o discurso do âncora, exercendo sobre ele a função de moderadora. Assim, ele não segue o mesmo padrão discursivo adotado por outros apresentadores, mas também não se indispõe com o senso comum dominante: “Matam, participam de assalto, e os centros educacionais superlotados. Dois mil mandados de apreensão contra adolescentes para serem cumpridos. Pra botar onde? E eles lá, em todos os lugares, cometendo mais e mais infrações, e coitada da população, no meio do tiroteio, no meio de assaltantes, entre Polícia e bandido. A população, eterna refém do medo”, acrescentou, ainda sobre o mesmo caso.

O trabalho infantil e adolescente como redenção

O esforço supranacional para o enfrentamento do trabalho infantil, que envolve dezenas de países, entre eles o Brasil, ainda precisa sensibilizar não apenas pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes. Os meios de comunicação podem ser grandes aliados nesse processo de convencimento, mas nem todos assumem tal compromisso e, ainda, propagam pensamento contrário, atribuindo ao trabalho o papel preventivo da criminalidade, ou pior: associando a falta de ocupação de crianças e adolescentes ao envolvimento com a violência. Não foram poucas as vezes que se (ou)viu essa defesa durante o monitoramento dos programas policiais cearenses cuja análise está sistematizada nesta publicação. No entanto, as argumentações nesse sentido partiram de uma só fonte. “Um homem que começa a trabalhar com 18 anos já tá enferrujado (Comando 22 - 19.5.2010)”. É como compreende o apresentador do programa vespertino da TV Diário. O depoimento de um camelô sobre o filho de 17 anos, dependente químico, que não quis seguir o trabalho do pai, serviu para um longo comentário do âncora, questionando a legislação brasileira, mas também sem fazer referência a qual lei especificamente. “As leis são mal feitas, tá tudo errado nesse país, as leis tão erradas: ficar poupando garoto, (que) com 15 anos era pra tá trabalhando, 14 anos? Faz mal nenhum trabalho maneirín; servicin maneiro não faz mal nenhum”, exaltou-se.

Ao propor a combinação entre trabalho, educação, esporte e religião, o apresentador seguiu contando a própria história, em autoelogios de quem começou a trabalhar cedo, ajudando o pai, e se tornou um “exemplo de vida”. “Desde os oito anos de idade que eu trabalho. Sou conservado. Eu não digo minha idade porque ninguém vai acreditar. Só quero dizer que sou todo durinho, todo duro, trabalhando a vida inteira. Ainda hoje eu trabalho, faço duas, três coisas ao mesmo tempo (...) Sou formado duas vezes, sou pós-graduado em Direito Penal, sou um cara que é um exemplo de vida, mas gosto de trabalhar (...) Agora, hoje em dia, no Brasil, é proibido os meninos trabalhar, mas os meninos, com dez anos, já tão chefiando gangue, tão andando com fuzil de lado. A lei é culpada disso”.

Os conhecimentos obtidos no estudo das leis não deixaram o apresentador em sintonia com o pensamento contemporâneo nacional e internacional sobre o Direito na área da infância e da adolescência. Pelo menos é o que se deduz da retórica que, além do descompasso com essa nova compreensão, adentra por desqualificativos, nivelando por baixo as argumentações e se mostrando sem solidez: “Esculhambação tá feita aí; tem um bocado de demagogo se metendo no meio, dando opinião, esculhambando o país. Todo mundo que assiste a gente, aqui, eu tenho certeza, o pessoal do interior começa a trabalhar novo, trabalhar cedo, que é pra se viciar (...) Você vai ver um cara desse que tá dando opinião, você chega na casa dele: tá tudo errado. Esses caras que dão apoio aí a quem não quer trabalhar, você vá na casa deles, dê uma olhadinha na família deles: os filhos é tudo desregrado, ninguém trabalha na casa dele, a mulher às vezes bota um par de chifre nele; é uma confusão danada, mas ele quer dar opinião, quer dar moral nos outros, quer tá certinho; manda os outros não trabalhar, fica pregando aqui a malandragem, fica pregando aqui a ociosidade, fica pregando besteira; aí você chega na casa dele: é tudo atravessado, de cabeça pra baixo”.

Se a formação em Direito é usada para o engrandecimento pessoal, não o é para considerar o que a própria legislação brasileira aponta como necessário. “Se você for começar a trabalhar com 18 anos, ou 16 anos mesmo, como manda a lei, você já tá enferrujado; tem que começar mais novo (Comando 22 - 26.5.2010)”, disse, em outro longo comentário, quando repetiu argumentos semelhantes e referências pessoais. “Trabalho não mata ninguém, faz o contrário: dá é saúde. Agora, o cara que fica com preguiça, dá isso aí: vai virar bandido, e bandido, você sabe que não passa dos 20 anos”, afirmou, após exibição de uma matéria sobre o assassinato de um jovem de 18.

Presunção de culpa

Mesmo sem qualquer menção anterior à participação de adolescentes em eventos de transgressão à lei e pressupondo como já corriqueiro o envolvimento deles em delitos, os repórteres se antecipam aos fatos e às declarações policiais. “Algum adolescente foi apreendido? (Barra Pesada - 6.4.2010)”, indagou um repórter da TV Jangadeiro ao cobrir o caso de um policial militar que teve a pistola e a farda roubadas. Para “surpresa” do repórter, o policial que estava à frente da operação que resultou na prisão dos acusados respondeu: “Não, só maiores de idade”.

É quase regra que repórteres questionem sobre a participação de “menores” em casos de violência e se os acusados, independente da faixa etária, têm antecedentes criminais ou envolvimento com uso e/ou tráfico de drogas. O que mais surpreende é que essas mesmas perguntas são feitas também sobre as vítimas. O que seria uma tentativa de aprofundar a cobertura, oferecendo ao telespectador mais elementos da notícia e possibilidades de compreensão sobre as causas da violência, acaba se tornando uma forma de criminalização de alguns segmentos, criando-se ou reforçando-se estereótipos.

A presunção de inocência é substituída pela presunção de culpa, esta reforçada mesmo por informações que soem contraditórias. Ao cobrir o assassinato de um jovem de 18 anos no bairro Edson Queiroz, o repórter da TV Jangadeiro disse que, segundo policiais, o rapaz já era conhecido pela prática de pequenos assaltos e furtos. No entanto, o próprio repórter acrescentaria: “Ainda não se sabe se ele tem passagens pela DCA (Delegacia da Criança e do Adolescente) quando menor, quando adolescente, mas com a idade já de 18 anos, segundo as informações, ele não tem nenhuma passagem pela Polícia (Barra Pesada - 22.4.2010)”. Já era conhecido pela prática de atos infracionais, mas nunca havia sido apreendido?

Mesmo diante de conclusões e respostas vagas, as informações são dadas como verdadeiras, como se percebe em outro caso. “Quando menor, ele respondeu a algum delito, mas (o Ciops) não informa o que foi... (Barra Pesada - 22.4.2010)”, disse o policial. E mesmo diante do dado mais recente, o que prevalece é a visão sobre o que é anterior: “Depois da maioridade não tem nenhum delito contra ele”. Foi mais uma informação prestada por policial, após ser indagado por outro repórter, também do Barra Pesada, na mesma edição, sobre se a vítima de um homicídio no Parque Rio Branco, um jovem de 19 anos, tinha antecedentes criminais.

Na tentativa de encontrar os motivos para um crime flagrado por câmeras de segurança, cujas imagens foram exibidas pela TV Jangadeiro, o apresentador especulou: “Disputa pelo tráfico de drogas na cidade de Brejo Santo pode ter motivado o assassinato (Barra Pesada - 22.4.2010)”. Mas durante a matéria, nenhuma suspeita nesse sentido foi levantada, seja pelo repórter, seja pelas fontes. O trecho em que o repórter disse que “não se sabe qual foi a motivação desse crime” seria, inclusive, reprisado algumas vezes. Até os antecedentes apontados, tanto da vítima (tentativa de homicídio) como de um dos acusados (furto), não estavam relacionados ao comércio de entorpecentes.

O preconceito contra adolescentes e jovens envolvidos em situação de violência é manifestado em situações que ainda não estão devidamente esclarecidas, estejam eles vivos ou mortos. “18 anos, acusado de pequenos furtos no bairro Edson Queiroz, se transformou num bandido. Pequenos furtos, agora é um bandido. Era. Foi assassinado a bala (Cidade 190 - 22.4.2010)”. E o apresentador foi adiante: “O motivo? São dezenas de motivos porque (ele) vivia dentro do submundo do crime, praticando crime e contrariando outros criminosos”.

Infância: violências e direitos

Abandono, negligência e agressões diversas. Quando crianças e adolescentes são vítimas da violência, o comportamento da mídia e as reações da sociedade são bastante diferentes, comparados aos casos em que meninos e meninas estão na condição de autores da violência. Não é com o mesmo discernimento que as duas situações são tratadas, embora em uma ou outra o perfil do garoto ou da garota, quanto a idade e condições sociais, possam ser equivalentes.

É notório que a violência contra crianças e adolescentes desperta maior sensibilidade da imprensa e uma predisposição para dar visibilidade ao problema, mas mesmo na cobertura desse tema, a mídia ainda incorre em falhas e omissões. Uma delas é tratar o assunto apenas a partir da factualidade dos eventos violentos, que geralmente causam grande comoção social e são revelados por fontes policiais; outra é reduzir o problema a um caso de polícia, apenas, ficando subestimadas as causas e as formas de prevenção, entre outras questões relevantes. Mais um equívoco: nem todas as modalidades de violência ganham a mesma importância, em tempo – no rádio ou na televisão – e espaço – nos impressos ou na Internet. A violência psicológica e a negligência, por exemplo, não são tão retratadas tanto quanto a violência física e a violência sexual. E quanto maior a idade das vítimas, menores a atenção dispensada e a reação contrária do público.

Um desafio para os meios de comunicação é não minimizar qualquer forma de violência infanto-juvenil, considerando que, mesmo a capacidade de se proteger sendo menor em função da idade, o problema deve ser valorizado quando acontece em todas as faixas etárias, até porque muitos casos vêm à tona depois de longos períodos de violência sofrida. Outro desafio é tratar de maneira mais igualitária os diversos casos, evitando deixar à margem o problema em populações já tão marginalizadas e favorecendo cada vez mais proteção às crianças. Há exemplos emblemáticos de casos sobre os quais a grande mídia se debruçou e que provocaram comoção popular, cujas vítimas pertenciam a classes sociais mais abastadas, enquanto as emergências pediátricas dos hospitais públicos, principalmente, recebem com frequência pacientes em situação semelhante ou até pior, mas pobres, negros ou vindos dos bairros da periferia.

[MONITORANDO

Interesse desmedido, prioridades invertidas. Na precipitação de vincular os homicídios de adolescentes e jovens a antecedentes de infração à lei, repórteres insistem nessa possibilidade, quando o interesse maior deveria ser a elucidação dos crimes. Elementos da vida pregressa das vítimas são importantes para as investigações, mas o que se percebe é uma inversão de prioridades, como identificada no **Barra Pesada** de 10 de maio, na entrevista feita por um repórter com um policial que não tinha informações sobre as motivações do assassinato de um garoto de 15 anos no bairro Vicente Pinzon.

Repórter: Agora é aguardar os trabalhos serem concluídos, e checar e tentar levantar o máximo de informações possíveis.

Policial: *Exatamente. No sistema, ele não responde nada, mas pode ter acontecido de nunca ter caído (ser pego pela Polícia).*

Repórter: Na realidade, pela idade, teria que ser checado na DCA.

Policial: *É... Mas, inclusive, nós ligamos e checamos isso aqui. Não tem (antecedente).*

Repórter: Nenhuma passagem... Familiares deram alguma informação ou o senhor não chegou a conversar com ninguém?

Policial: *Foi agora, recente. Estavam chegando pessoas da família. Estamos aprimorando as investigações.*

Os gritos de dor não ecoam para além das enfermarias porque a desigualdade social se expressa também na falta de acesso à mídia. Se a cobertura da violência que atinge crianças e adolescentes de classe média e alta chega a virar um espetáculo quando publicizada, o silêncio sobre a violência infanto-juvenil na população de baixa renda desvela uma banalização da imprensa sobre um problema, por vezes banalizado no âmbito do próprio segmento social.

Ademais, como o fenômeno da violência envolve aspectos diversos, convém à imprensa atentar também para a desconstrução de mitos, ainda recorrentes, que restringem os abusos físicos, sexuais e psicológicos contra crianças e adolescentes à população de baixa renda. Se as estatísticas mostram essa correlação maior, muito se deve à facilidade também maior da própria comunidade de perceber e denunciar os casos, o que não significa que o problema inexistia em outros estratos sociais, embora de forma mais discreta e com menos exposição pública quando descoberto.

Ao tirar a violência contra crianças e adolescentes da invisibilidade, a mídia provoca a reação da sociedade, contribuindo para a exacerbação de sentimentos das pessoas, mesmo que não tenham nenhuma relação de proximidade com as vítimas. As manifestações da população, por influência ou não da mídia, diferem também em função do nível social das crianças. Será que o caso da menina de dois anos vítima de maus-tratos, em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, adotada havia um mês pela acusada, uma procuradora da Justiça aposentada, teria igual repercussão se a criança tivesse sofrido os mesmos abusos ainda abrigada em instituições ou morando na periferia da cidade? Denunciada por empregadas domésticas, havia contra a mulher uma gravação supostamente com a voz dela. Antes e depois do depoimento na delegacia, ela foi xingada e agredida verbal e fisicamente: “Bruxa” e “vem bater em mim” foram algumas das palavras que ouviu.

Noticiado pelo SBT, o caso teve matéria reproduzida pela afiliada local, a TV Jangadeiro. O apresentador fez uma longa argumentação e, numa atitude diferente em relação a outros programas, aproveitou para reproduzir textualmente o pensamento do educador e médium Raul Teixeira, expresso no livro *Para uma vida melhor na Terra*, quando o autor fala da falta de zelo com as crianças e de tolerância com adolescentes que infringem as regras sociais: “Como aguardar a melhoria do mundo se tão poucos cuidados existem para com o coração infantil? Como ter esperança de tempos melhores para a humanidade, a curto ou médio prazo, perante essa indiferença gritante para com a alma infantil? Como se pode condenar o adolescente de costumes antissociais, quando se tornou quase uma regra o abandono da criança a sua própria sorte? (Barra Pesada - 30.4.2010)”. O âncora acrescentou: se o abandono, por si só, já é terrível, a agressão é ainda mais grave. “De que serve salvar a criança do abandono, adotá-la e condená-la a agressão, a maus-tratos. É tirar de um inferno para internar noutro pior”, comparou. “Por isso, Raul Teixeira condena o discurso de palavras belas, que oculta convivência com omissão e irracionalidade. Como adotar para agredir? É hora de trocar o poema mentiroso do amor à infância pelo respeito. Crianças não amadas não vão aprender a amar, serão violentas como os que as violentaram”.

[MONITORANDO

Direitos e deveres ignorados. O que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como direitos e deveres nem sempre é cumprido. Segundo o artigo quarto da lei, por exemplo, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Em comentários, mas também em matérias, os programas mostram situações que terminam por levar à reflexão sobre violência e direitos na infância. Quando ela começa e quando acaba? Como a mídia e a sociedade compreendem o abandono, a negligência e os abusos físicos e sexuais? O que são direitos da criança e do adolescente e deveres do Estado, da família e da comunidade? Mesmo que as respostas não sejam encontradas, pelo menos as perguntas ajudam a despertar novos questionamentos.

Como a infância deve ser cuidada e como as instituições públicas tratam pobres /ricos e moradores de áreas periféricas/centrais ou consideradas nobres? Essas duas questões se sobressaíram na edição de 30 de abril do *Rota 22*, quando da exibição de uma matéria sobre uma blitz realizada pela Polícia Militar, pela Guarda Municipal, pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e pelo Juizado da Infância e da Juventude no bairro Granja Portugal. Durante o trabalho, que fez parte da operação Território da Paz, no Bom Jardim e bairros vizinhos, um bar foi identificado sem alvará de funcionamento, com som acima do permitido pela legislação para o horário, além da presença de um adolescente sem documentos e de uma criança de seis anos acompanhada do pai, que reagiu ao ser orientado a deixar o filho em casa, questionando se o mesmo procedimento seria adotado em estabelecimentos de área abastada da cidade.

Sem desmerecer a arguição do cliente, mas também atentando para o zelo que os pais devem ter para com a criança, o apresentador do programa fez a ponderação: “A gente até compreende a revolta desse cidadão, que estava acompanhado do filho num bar depois de meia-noite, quando ele fala que não é dispensado o mesmo tratamento de um bar da periferia e de um restaurante luxuoso, num bairro nobre de Fortaleza, onde a fiscalização não vai ver se tem criança. Mas ele também há de convir que, seja um local rico ou um local pobre, onde haja homens bebendo, rodadas e mais rodadas de bebida, e somente isso, altas horas da noite, não é local para criança. Pode ser um bar da periferia ou um restaurante luxuoso, onde quer que esteja, não é local para adolescente, criança (...) Uma criança vendo todo mundo beber. Isso não é um exemplo de um pai”.

Para além da questão sobre o modelo de paternidade, o caso instiga outras discussões sobre infância e direitos que devem ser assegurados à criança e ao adolescente, inclusive o direito à proteção e ao próprio lazer, o que seria trazido à tona também pelo *Cidade 190* em outro contexto. “Lazer com segurança para a criança também não tem” foi o que denunciou o programa, nos dias 18 e 19 de maio, sobre a comunidade Poço da Draga, em Fortaleza, onde as crianças brincavam sob perigo permanente, saltando de um ponte semidestruída sobre o mar. “Brinquedo de morte que as autoridades oferecem às crianças pobres”, apontou o apresentador. Foi pela “infância desprotegida” e contra a ausência de políticas públicas para o local que o comentarista chamou os moradores para “colocarem a boca no trombone, cobrarem o que é de direito” no quadro “190 nos bairros”. Independente dos interesses envolvidos na apresentação do quadro, como se abordará mais adiante nesta publicação, o que se viu foi um momento raro em que crianças e adolescentes foram tratados como sujeitos de direitos pelos programas policiais.

Outro exemplo que fugiu ao habitual, quando a voz infantil foi valorizada tanto quanto a de um adulto, veio na edição do *Barra Pesada* de 6 de abril que tratou da falta de pavimentação em ruas de Caucaia, na área metropolitana de Fortaleza. O programa ouviu cinco moradores, um deles uma criança, que reclamava da impossibilidade de brincar com a bicicleta por causa do excesso de buracos nas vias, uma diferença importante em relação a outros programas e a outros espaços de jornalismo, onde geralmente a fala de crianças e adolescentes não ganha amplitude, expressão de uma visão adultocêntrica que permeia os diversos âmbitos da vida em sociedade.

Se essa visão contamina também a imprensa, mantendo silenciados os desejos e percepções de crianças e adolescentes na cobertura de diversos assuntos que interessam diretamente ou não a esse grupo etário, quando as situações exigem a preservação de meninos e meninas, como nos casos de violência, a mídia procura ouvir as vítimas, muitas vezes expondo-as a revitimização. Quando não ouvidas, elas são filmadas ou fotografadas, aparecendo sozinhas ou ao lado de pais ou responsáveis que falam da violência sofrida. A visão legalista ainda predomina sobre a visão humanista. Embora os veículos possam estar cumprindo o que a lei prescreve, preservando a identidade e a imagem de crianças e adolescentes, é preciso muito mais para um tratamento humanizado das situações. A questão requer delicadeza e tato.

Distorções e preconceitos

Mesmo na tentativa de tratar de forma correta alguns temas, os programas derrapam em enganos. Os crimes sexuais, especialmente quando as vítimas são crianças, despertam o interesse de cobertura pelas equipes de jornalismo, mas nem sempre com a sensibilidade e o preparo suficientes para a abordagem da questão. No Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio, durante o programa *Cidade 190*, o assunto foi tratado mais de uma vez, somando um tempo bastante razoável – 12 minutos e 50 segundos no total. Além das falas do comentarista, a quem coube abordar o tema, o programa dedicou a enquete do dia ao assunto. Importante por dar visibilidade ao problema em um programa de grande audiência, a iniciativa deixou a desejar.

O programa incorreu em falhas que reforçam visões distorcidas e preconceituosas sobre autores e vítimas da violência sexual. “Pegam criançinhas, na sua grande maioria de seis a oito anos de idade. Veja aí a mente perversa desses monstros (...) Criançinhas de cinco, de quatro, de sete anos, nenhuma mulher formada”, afirmou o comentarista, despertando automaticamente alguns questionamentos. E se o crime fosse contra uma “mulher formada”, seria um atenuante? Ou nem como crime a prática sexual de adultos com adolescentes mereceria ser tipificada?

O caso emblemático, ao fim deste capítulo, contribui para a reflexão a respeito das visões sobre violência, particularmente a violência sexual, expostas pelos veículos de comunicação. A frequência com que a mídia, sobretudo a mídia policial televisiva, denuncia as práticas sexuais contra crianças é bem maior em comparação com os crimes de mesma modalidade cometidos contra adolescentes. Talvez porque persista uma cultura machista que responsabiliza as mulheres ao invés de considerá-las vítimas e porque prevaleça sobre uma compreensão mais ampla o pensamento de que é preciso “cuidar dos indefesos, porque uma criança é um ser puro e indefeso”, como afirmou o comentarista. É preciso, sim, proteger quem mais precisa, mas sem entregar à própria sorte adolescentes que também demandam atenção e cuidado.

Sem minimizar o caso Alanis, abominável abuso sexual seguido de morte, registrado no início de 2010, em Fortaleza, o confronto repetitivo das fotografias da criança e do autor em alguns programas policiais de televisão foi mais do que a mera exposição das imagens, foi a reafirmação de perfis construídos para vítimas e acusados desse tipo de crime.

Os dramas que causam maior comoção social acabam servindo para que a mídia confunda conceitos, reproduza distorções e trace perfis estereotipados de vítimas e acusados, contribuindo para consolidar uma imagem única, às vezes distante da realidade comum a tantos casos,

de igual, menor ou maior gravidade. Assim, qualquer adulto que abuse ou explore sexualmente uma criança passa a ser chamado de pedófilo, como se abuso sexual, exploração sexual e pedofilia fossem sinônimos. Abusadores, exploradores e pedófilos são frequentemente tratados como “monstros”, “maníacos”, “tarados”, desqualificativos cujo uso só ajuda a pôr à prova de qualquer suspeita a afabilidade e benevolência de homens ou mulheres que se aproximam de crianças e adolescentes para praticar a violência sexual nas suas variadas gradações.

Numa edição em que a própria efeméride foi tratada ora como “dia mundial”, ora como “dia nacional”, ora “de combate à pedofilia”, ora de “combate à exploração sexual de crianças e adolescentes”, o comentarista usou dez vezes a palavra “monstro” para se referir a pedófilos, sendo que seis das citações foram feitas em apenas um minuto e 12 segundos. “Maníaco”, “bandido”, “marginal”, “vagabundo”, além do próprio termo “pedófilo” também foram usados.

Sendo recorrente o uso do vocábulo “pedófilo” para se referir a qualquer homem que invista sexualmente sobre a criança, a violência sexual, seja qual for a modalidade, geralmente passa a ser tratada como “pedofilia” e, em segundo caso, “exploração sexual” ou “prostituição infantil”. É bastante comum o abuso sexual ser negligenciado como conceito e confundido como pedofilia ou exploração sexual. Trechos do comentário do âncora do Cidade 190 naquele dia exemplificariam esse emaranhado conceitual: “Crianças e adolescentes se prostituindo para alimentar o vício da droga”, “80% dos casos acontecem dentro de casa. Então, você, vizinho, fique atento a criança, a um sobrinho seu, porque ele pode estar sendo explorado sexualmente dentro da própria casa ou então na circunvizinhança”. Apesar das impropriedades, o alerta foi feito.

[MONITORANDO

Pedofilia. A pedofilia é um transtorno psiquiátrico, que requer mais do que a responsabilização, necessita de acompanhamento bastante específico e/ou intervenção farmacológica, com o uso de inibidores hormonais. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a pedofilia é uma preferência sexual por crianças – homens e/ou mulheres pré-púberes, ou seja, que estão no início da puberdade. De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria, o transtorno envolve atividade sexual com meninos ou meninas geralmente menores de 13 anos e se insere no grupo das parafilias, a exemplo de fantasias ou comportamentos sexuais que interferem no cotidiano da pessoa. Para ser considerado pedófilo, o indivíduo deve ter acima de 16 anos e ser pelo menos cinco anos mais velho que a criança.

A escolha do tema para a enquete do dia teria cumprido um papel importante ao estimular o público a se manifestar sobre o assunto, mas o programa subaproveitou a oportunidade de promover uma discussão ainda incipiente, mas bastante necessária: os autores de crimes sexuais precisam ser responsabilizados pelos seus atos, mas também passam por acompanhamento psicossocial na tentativa de evitar reincidências. Se o apresentador deixou escapar a oportunidade para o aprofundamento dessa questão, não se furtou de direcionar a resposta dos telespectadores a partir do próprio enunciado da pergunta – “Pedofilia: tratamento ou cadeia?” – e dos comentários ao longo do programa: “Os psiquiatras, os psicólogos, dizem que o pedófilo é um tarado, e a tara é uma doença, é um desequilíbrio”.

A desinformação dos comunicadores sobre a diferença entre abuso sexual, exploração sexual, atentado violento ao pudor, estupro e pedofilia, acaba nivelando todas as modalidades de violência ou confundindo-as como um problema único. A confusão conceitual não é uma questão menor porque contribui para que o debate público e o entendimento sobre a violência sexual fiquem reduzidos ao aspecto criminal, impedindo uma compreensão maior sobre causas

e efeitos e formas de prevenção e tratamento. O abuso sexual, a exploração sexual, o atentado violento ao pudor e o estupro são crimes, devidamente tipificados. Mas para além do Direito, precisam ser compreendidos sob um olhar interdisciplinar, com a contribuição de outras áreas do conhecimento, como Antropologia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Medicina e Serviço Social.

[MONITORANDO

Entre bons propósitos e abordagens equivocadas. “Tá aqui, ó, fácil. De qualquer computador você tem acesso a comprar imagens de pornografia de criança”. O que parece um anúncio de pornografia infantil na Internet é, na verdade, um alerta à sociedade e uma cobrança à Polícia Federal e à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para desenvolverem mecanismos que filtrem esse comércio virtual, facilitando a identificação dos responsáveis e impedindo a proliferação da prática criminosa.

A advertência foi feita mais de uma vez durante o programa **Cidade 190** no Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio, mas chama atenção para a falta de cuidado na forma de abordagem do problema. Havia um bom propósito do programa, porém a apresentação de sites que promovem a venda de material pornográfico de crianças e adolescentes pode servir para estimular o acesso por pessoas interessadas.

Mesmo desfocando as imagens de crianças e adolescentes utilizadas nas páginas eletrônicas, o problema persistiu, pois houve uma descrição que dispensaria o uso das páginas. Juntas, descrição e imagens das homepages facilitam a busca. “Eu não posso colocar as imagens nua e crua porque vai chocar a sociedade. Isso aqui são sites vendendo por 60 dólares crianças e adolescentes sendo explorados sexualmente, várias criancinhas nuas. É uma verdadeira aberração pra quem é pai, pra quem é mãe ou pra quem é um ser humano que tem realmente no ser vivo, no ser da sua espécie, paixão. As imagens são tão fortes...”, denunciou o comentarista, mas insistindo em dar detalhes do comércio reprovável: “Aqui são DVDs, aqui são vários sites, aqui são criancinhas sendo expostas, é todo tipo de exploração sexual de crianças e adolescentes; isso aí, da própria casa, os pedófilos podem comprar”.

O **Rota 22** também deu espaço para o problema. Embora a questão tenha despertado apenas uma breve chamada do apresentador, quando uma de suas características são os longos comentários, o programa exibiu matéria numa perspectiva diferente do que se costuma ver: jovens discutindo o assunto. Estudantes de uma escola profissional da Barra do Ceará realizaram atividades educativas no estabelecimento educacional e foram ouvidos pela reportagem, oportunidade em que mostraram conhecimentos, percepções, preocupações e mobilizações sobre o tema. De um total de 328 crianças ou adolescentes explorados sexualmente, entrevistados para uma pesquisa realizada pela Secretaria municipal de Direitos Humanos, em 2008, que resultou na publicação do livro “Sete Sentimentos Capitais – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, 13% disseram que moravam na Barra do Ceará, bairro com maior número de pessoas exploradas, segundo o levantamento. Depois, aparecem Centro (8,8%), Bom Jardim (4,9%), Serviluz (4,0%) e Pirambu (4,0%). As entrevistas aconteceram nos espaços de exploração sexual de Fortaleza. De acordo com o local de moradia das pessoas pesquisadas, foram citados 67 lugares, quase todos bairros da capital, mas também localidades ou vias (rua, avenida ou rodovia), à exceção das cidades de Caucaia e Maracanaú, que ficam na área metropolitana. Além do nome dos bairros, vias ou municípios, também foram dados como respostas a “rua” e outros e computadores “ns” (não sabe)/“nr” (não respondeu).

Embora o assunto mereça longo tempo nos meios de comunicação, dada a sua relevância, um comentário feito com ponderação, por curto que seja, pode ser uma contribuição muito maior do que espaços generosos, mas subaproveitados com distorções, preconceitos e reducionismos. Na edição de 12 de abril, o apresentador do *Barra Pesada* concluiu o programa fazendo um paralelo entre dois casos de repercussão nacional de abusos sexuais seguidos de mortes – um que aconteceu em Fortaleza e teve como vítima uma menina, de apenas cinco anos, Alanis Maria Laurindo de Oliveira, que depois de raptada no Conjunto Ceará, em frente a uma igreja, durante uma missa, foi abusada e morta no dia 7 de janeiro, no bairro Antonio Bezerra; outro que aconteceu em Luziânia e envolveu o pedreiro José Adimar da Silva, 40, preso no dia 10 de abril, acusado de assassinatos em série de adolescentes.

“Por omissão do Estado, vemos casos como desse pedófilo de Goiás, que matou seis jovens entre 13 e 19 anos. A exemplo desse, outro acusado, do caso Alanis, aqui no Ceará, havia saído da prisão. Não se quer aqui que eles apodreçam na cadeia apenas por serem criminosos, não, mas devem ter as condições legais e ideais para o direito à ressocialização. Não adianta reconhecer que houve falhas do Judiciário. Já é tarde. As autoridades têm de assumir o controle da violência. É claro que a Polícia nem a Justiça podem estar em cada casa vigiando as famílias, mas precisam mostrar que funcionam, que a lei vai cumprir sua função, que ninguém ficará na impunidade. Isso é o bastante, além da educação e da fraternidade”, discorreu o âncora da *TV Jangadeiro*.

Machões e machismo dentro e fora da telinha

Mesmo com todas as conquistas do movimento de mulheres ao longo da história, principalmente nos últimos 50 anos, a herança de uma cultura patriarcal se sustenta em bases bastante sólidas e se revela por meio do machismo, do ciúme e da violência de gênero. Em dez anos, dez mulheres, em média, foram assassinadas por dia no Brasil, quase sempre pelos próprios parceiros. Entre 1997 e 2007, 41.532 mulheres morreram vítimas de homicídio.

Os resultados constam do estudo “Mapa da Violência no Brasil 2010”, do Instituto Sangari, com base no banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus). Os dados revelam a dimensão do problema da violência de gênero no país – o índice de 4,2 mulheres assassinadas por 100 mil habitantes no Brasil supera o padrão internacional.

O Ceará é o 22º estado em registro de homicídios de mulheres, com taxa perto de três assassinatos em 100 mil mulheres. A violência contra a mulher também é estampada nos programas policiais de televisão cearenses. Os repórteres, em geral, se limitam a descrever os fatos como fazem em relação a qualquer outro tipo de agressão. Já os apresentadores emitem opinião; tecem comentários, ora simplistas, ora aprofundados, sobre questões de gênero; condenam a violência; estimulam a denúncia; e cobram mais proteção às mulheres ameaçadas. Mas falta ainda uma compreensão maior da mídia e também da sociedade de que a violência não se restringe a agressões físicas. Minimizados, insultos, ofensas e humilhações tendem a evoluir para o uso da força bruta. E quando o caso é de exploração sexual de adolescentes, por exemplo, a violência passa a ser relativizada porque não é vista como tal; parte-se do entendimento de que havendo o “consentimento” da mulher, não configura a violência.

A violência contra mulheres retratada nos programas policiais é aquela em que o homem chega ao extremo de tirar a vida da companheira. Os casos surpreendem pelos excessos, mas

também por detalhes dos relacionamentos, ambos correlacionados e explorados pela mídia policial. “Sinto muito em ter feito as coisas erradas e prometo de todas as formas nunca mais te magoar (...) Te amo de verdade”. O que sugere um pedido de perdão, seguido de uma declaração de amor, revela, no mínimo, uma contradição: o trecho é de uma carta escrita por um homem antes de matar a ex-companheira, supostamente após discussão banal. O material foi lido e comentado por policiais, repórteres e apresentadores, recebendo avaliações diferentes, nas edições do dia 22 de abril.

Como na maioria de casos semelhantes, o sentimento de posse em relação à mulher estaria na raiz do problema. Após o assassinato, o autor tentou suicídio, teria recebido os cuidados de saúde e, depois, sido preso. Apontado como usuário de drogas, principalmente o álcool, ele havia deixado recentemente uma clínica para tratamento da dependência química. “A Polícia muito pouco pode fazer nesses casos. Às vezes, não faz até o que está ao alcance. Quando a mulher denuncia, não recebe a proteção que deveria receber da Polícia”, avaliou o apresentador do *Rota*.

Análise mais completa veio do *Barra Pesada*, quando o âncora abordou mais de um aspecto da questão: a capacidade de amar e perdoar (“Quem ama não mata, quem ama perdoa até”), a relação entre violência e dependência química (“O alcoolismo é uma doença atestada pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Não tem cura, não tem remédio, tem o controle (...) Existem pessoas que não podem beber um gole, perdem a noção de tempo e de espaço, não sabem o que fazem e são capazes de uma barbaridade dessa”), o machismo e a impunidade (“Pra se vencer a cultura machista, a Justiça tem que ser justa, pra ser bem redundante; tem que punir, porque a impunidade é que faz com que cada um ache que dispõe da vida de uma pessoa. ‘Ah, não, você é minha e (com) ninguém mais vai ficar’. Então, ‘se não for minha, não vai ser de ninguém?’”).

O programa *Cidade 190* também chamou a atenção para a responsabilidade institucional. “Eu faço uma pergunta: a eficácia do boletim de ocorrência? Essa mulher já tinha feito dezenas de boletim de ocorrência. Alguma coisa foi feita? Não. Ela foi morta. E agora?”, questionou o comentarista, embora também tenha dado importância a uma questão menor: se o acusado queria mesmo dar cabo à própria vida – “O companheiro dela ainda tentou se matar, desferindo facadas nele mesmo, mas eu acho que quem quer se matar não é dessa maneira”.

Em outro caso tratado pelo noticiário policial, o apresentador do *Barra Pesada* questionaria novamente o desprezo à vida e a falta de responsabilização. Referia-se a uma mulher morta a tiros na localidade de Boa Vista pelo companheiro, após quatro anos sofrendo agressões. A particularidade dessa ocorrência residia nas denúncias feitas pela vítima, mas seguidas de recuos frequentes – o noticiário daquele 19 de abril trouxe entrevistas com dois policiais afirmando que ela dispensava a Polícia quando chegava ao local para efetuar a prisão do acusado.

O sentimento de medo das mulheres, às vezes, é compensado da forma mais trágica por outrem. Quando elas não tomam coragem de denunciar os maus-tratos sofridos ou concordar com a prisão dos agressores, a violência pode se tornar maior e envolver terceiros. Foi o que ficou demonstrado em mais um caso registrado pelos programas policiais: um adolescente teria admitido participação na morte do padrasto de 43 anos, que já havia tentando matar a companheira e, após curta prisão de três meses, continuava a viver com ela, mantendo-a sob ameaças, na localidade de Jardim Penedo, em Maranguape. No caso mais dramático de violência de gênero que os programas policiais levaram ao ar durante o monitoramento realizado para esta publicação, a mulher teve de contar e recontar uma história inimaginável.

Ela foi ouvida mais de uma vez nas edições de 30 de abril. Chorando diante do corpo do companheiro, respondeu as 17 perguntas feitas pelo repórter do Rota 22. Se faltou sensibilidade aos repórteres para ouvi-la em outro momento, sobraram minúcias no relato da mulher, permitindo aos apresentadores fazerem longas reflexões sobre violência doméstica. Mais do que a fala comovente, a mulher tinha no corpo e no semblante as marcas indelévels do sofrimento provocado pelo companheiro – cicatrizes de facadas e uma queda de cavalo, exibidas diante das câmeras.

Como se ainda fosse pouco, mesmo estando em reclusão no presídio, o companheiro teria ameaçado de morte a mulher e a enteada, caso aquela não quisesse mais conviver com ele: “Eu sempre disse a ele: eu não quero mal pra você, me pague o mal que você fez pra mim com o bem. Deixe eu ir embora, deixe eu viver a minha vida, vá ser feliz, vá embora. Sempre eu pedia a ele, sempre”. Ele não atendeu, e o desfecho foi fatal. Três jovens, um deles o enteado adolescente, puseram um fim àquela história de violência lançando mão de mais violência. O adolescente teria confessado envolvimento no crime, mas atribuído a um maior de idade os quatro disparos feitos. Segundo a Polícia, o corpo mostrava também sinais de lesão a faca.

“Doloroso a gente ver a situação dessas mulheres que sofrem violência pelas mãos do próprio companheiro, um homem a quem elas confiaram o seu amor, o seu carinho, o seu afeto; um homem que ela escolheu para dividir o mesmo teto, as mesmas alegrias, as mesmas tristezas também (...) É grandioso a gente testemunhar quando ela diz que, apesar de todo o mal que ele fez contra ela – ter ficado, ela diz, o Natal, passou no IJF (Instituto José Frota), por conta dos ferimentos a faca produzidos por ele –, apesar disso, ela diz que não desejava mal a ele (...) Sem nenhum rancor, sem nenhum desejo de vingança; esse é um coração grandioso, essa é uma alma grandiosa. E depois de constatar a morte dele, mesmo assim, ela tem lágrimas a derramar. Depois de tanto ter sofrido, ela poderia estar olhando pro cadáver, e aliviada, mas não estava: ‘não era isso que eu desejava pra ele’ (...) E a gente fica imaginando quantas e quantas outras estão na mesma situação, com medo de deixar o marido porque ameaçadas, com medo de separar porque têm medo que ele a persiga e termine por assassiná-la, medo de denunciar, às vezes, ou muitas das vezes, dependendo dele para o próprio sustento. Se denuncia, ele vai ser preso, e quem vai sustentá-la? Muitas delas nunca trabalharam, sempre foram donas de casa. Esse é o perfil da maioria das mulheres que sofrem com a violência”, analisou o âncora do Rota 22.

O caso também foi dissecado pelo Barra Pesada. Naquele contexto, a observação do repórter de que “violência gera violência” não era só um bordão de apelo fácil, mas resumia uma situação excepcional. A mulher chorava numa confusão de sentimentos. Indagada se sentia alívio ou tristeza, revelou uma sensação e outra: “Tristeza pelo meu filho; por ele (companheiro morto) também, porque, assim mesmo, eu gostava dele; mas também um alívio, porque eu acho que agora eu vou poder tocar minha vida pra frente, sem medo, sem medo de andar, sem medo de trabalhar, sem medo de criar meus filhos”.

Numa descrição pungente, ela falou das motivações do filho para o envolvimento na morte do companheiro: “Motivo tem muito porque ele já me deu uma queda de cavalo, deixou essa cicatriz aqui que eu passei quase dez meses sem andar, tem essas furadas que ele deixou”. Questionada por que ainda vivia com ele, expôs sentimentos dúbios: “Eu acho que eu gostava dele e também porque ele ameaçava; se eu deixasse ele, se eu separasse dele, ele pegava minha menina (enteada) (...) Dentro da cadeia, ele ligava pra mim: ‘Você tem que vir me ver, se você não vir, quando eu sair daqui eu vou lhe pegar’”. “Era uma mistura de amor e medo”?, perguntou o repórter. “Mais medo”, respondeu ela.

O caso mereceu chamadas ao longo do programa da TV Jangadeiro, quando o apresentador defendeu ações que combatam a violência contra a mulher de forma célere e efetiva: “Claro que violência nenhuma pode ser levada em conta num gesto desse. Isso só demonstra a necessidade de que as ações contra machões que batem em mulher sejam efetivamente ágeis para evitar que um filho chegue a tomar uma atitude dessas, que é lamentável”. Depois de exibida a matéria, o âncora discorreu sobre a violência de gênero, inclusive recorrendo a elementos históricos do patriarcado que contribuíram para a constituição de uma sociedade machista: “Uma mulher marcada a ferro, a fogo, como só tenho lembrança do que os livros contam da época da escravidão, que os senhores donos das senzalas submetiam as suas escravas a todo tipo de tortura, caso elas não atendessem as suas exigências, até exigências também de pressão sexual, que havia muito, dos feitores, que domavam, dominavam as escravas, e os senhores de engenho também que usavam de todo tipo de violência”.

Ao pedir para reprisar a fala da mulher sobre as ameaças que recebia, o apresentador fez-se categórico na avaliação do depoimento: “Não amava, temia. Ninguém pode amar a quem lhe tortura, quem lhe deixa marcas desse jeito. Nem um animal irracional pode ser destrutado, quanto mais um ser que compartilha de um relacionamento em busca da harmonia, do bom relacionamento, de querer viver uma vida a dois (...) Não é amor, é medo, e o medo faz com que as pessoas se submetam a esse tipo de tortura, com medo de que, depois denunciando, abandonando, venha o pior”. E concluiu reprovando o sentimento de posse do homem sobre a mulher que ainda caracteriza muitas relações, “que acha que ainda tem o domínio sobre a mulher como se ela fosse objeto de cama e mesa e lhe pertencesse”.

O machismo condenado pelo âncora perpassa as relações entre homens e mulheres e é reproduzida nos diversos espaços da vida social. Não só o homem, mas a própria sociedade se revela machista. A mídia, como um dos espaços sociais, não se desenreda dessa cultura, e alguns programas policiais, em especial, apresentados por homens, quando não reforçam o machismo em observações sutis, apelam para a autoafirmação masculina.

Até mesmo os elogios à figura feminina acabam ganhando outras conotações. “A única desvantagem de programa policial é que só tem macho na equipe (Comando 22 - 6.4.2010)”, avaliou o apresentador do programa vespertino da TV Diário. A ausência de mulher não é motivo para reclamação dos apresentadores do Cidade 190, único programa policial do Ceará que tem uma mulher dividindo o espaço com eles – ela faz a divulgação comercial de produtos e da enquete diária. A presença da “garota-propaganda” inclusive suscita galanteios que se repetem quase sempre com referências ao corpo dela. “Menina, que vestido curto, hein? Que coisa linda isso”, cortejou o apresentador, na edição de 7 de abril, por ocasião da entrada da jovem no cenário do programa.

Na falta de uma “garota-propaganda”, tem apresentador que estende as lisonjas às próprias entrevistadas ou telespectadoras, mesmo que seja completamente fora de contexto. Na edição do dia 22 de maio do programa *Os malás e a lei*, o âncora, ao entrevistar uma jovem sobre o abandono da área de lazer no bairro onde mora, fez um comentário que não guardava qualquer sintonia com a matéria. Ao perguntar à moradora se ela já havia sido assaltada no local e ouvindo dela a resposta negativa, o apresentador disse que se isso viesse a ocorrer, os assaltantes diriam: “Pense que eu assaltei uma mulher bonita”. Na mesma edição, ao falar de outro programa da emissora, repetiria: “Pense num programa pra ter mulher bonita”. E ao tratar da tradicional Festa do Pau da Bandeira, em Barbalha, ainda remeteria à presença feminina: “É mulher nova, mulher velha, mulher bonita, mulher de todo jeito. Aliás, não existe mulher feia. Feios são os olhos de alguns”. Pense.

[MONITORANDO

Orientação sexual: onde está a dignidade? A orientação sexual das pessoas envolvidas com delitos costuma ser supervalorizada, quando não indevidamente explorada, na cobertura policial. Em matéria exibida no dia 6 de abril, no programa **Comando 22**, sobre a prisão de um falso fisioterapeuta acusado de furtos a residências e o suposto namorado dele, a relação homoafetiva se sobressaiu no discurso do apresentador ao anunciar a notícia, mas também no discurso do repórter, que perguntou ao delegado do caso se um era “amante” do outro, mas o policial nada disse a respeito, como se desconversasse ou não tivesse ouvido a pergunta. Ficou a dúvida também sobre o comportamento do repórter: teria ele o mesmo interesse na informação sobre a relação entre os dois se fosse de parentesco ou amizade, por exemplo?

Se incertezas permaneceram nesse caso, o preconceito se fez claro em outro, sem o deboche característico com que alguns setores da mídia tratam a homossexualidade, mas afirmando e reafirmando a orientação sexual da pessoa. Na edição de 26 de maio, o apresentador do **Comando 22**, de papel em punho, referiu-se a um email enviado ao programa por uma mulher que contestava informações prestadas por outra na edição do dia anterior em relação à guarda de uma criança. O apresentador deu a informação de que “a senhora não é lésbica, vive dignamente e é casada e que a adoção foi correta”. O apresentador repetiria: “é bem casada, é digna”, como se a condição de lésbica diminuísse sua dignidade. Na véspera o repórter acentuou, com sutil reprovação, a informação de que a mulher vivia com outra.

[CASO EMBLEMÁTICO

A postura machista de um apresentador, a distorção do conceito de cidadania por um comentarista e o comportamento invasivo de um repórter: problemas identificados em um só caso, abordado pelo programa Cidade 190 na edição de 8 de abril, quando da prisão de um aposentado de 81 anos, sob acusação de explorar sexualmente duas adolescentes.

"Você desconfiaria de um cidadão, se é que se pode chamar de cidadão, de um vovô, com aparência idosa, com 81 anos? Um homem aparentemente acima de qualquer suspeita, mas os canalhas também envelhecem (...) Daqui a pouco a cara desse canalha (Cidade 190 - 8.4.2010)", bradou o comentarista, parafraseando o dramaturgo Nelson Rodrigues.

Enquanto um desvirtua a definição de cidadania e parte para a descompostura do acusado, outro sai em defesa deste. "A Polícia prendeu um cidadão de 81 anos de idade. O homem tá morre, não morre, abalado, tremendo mais do que vara verde, e a delegada disse: 'eu tô é com pena desse pobi aí'. As duas meninas, fazendo sexo oral por dez reais, receberam só dois; a Polícia foi lá e prendeu o velho. Uma das meninas tá aí, usuária de drogas (mostra imagem). Como é que prende um cidadão de 81 anos se o Estado deixa essas meninas se prostituindo no meio da rua? Que moral tem o Estado pra prender um cidadão de 81 anos se a oferta de sexo pelas crianças tá aí, de portas abertas, de céu aberto? Essa prisão não é legal", questionou o apresentador.

Ao tentar responsabilizar o Estado, o âncora promove a desresponsabilização do acusado, levando em conta a idade avançada dele, mas não só. "As ruas estão cheias de meninas se oferecendo para o sexo a preço de banana", afirmou, ao responsabilizar as adolescentes pela violência que sofreram, como se o adulto pudesse dispor dos corpos delas por serem pobres e estarem na rua. Além de reforçar preconceitos e explicações equivocadas, a abordagem teria outros problemas, ao confundir pedofilia, exploração sexual, estupro e prostituição em um único episódio, ao usar o termo estigmatizante "menores" para se referir às meninas, ao se referir à Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (Dceca) como Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). A seguir, as íntegras do comentário do apresentador e da entrevista realizada pelo repórter, que se aproveita da imaturidade, ignorância e, pelo que sugere o depoimento, até do estado de lucidez comprometido por eventual efeito de drogas de uma adolescente de 13 anos explorada sexualmente.

"Um aposentado ficha limpa. É bom que se diga isso. Um aposentado. Justiça seja feita. Um aposentado ficha limpa. Nunca foi preso, nunca praticou crime. 81 anos de idade, 81. (Nome do acusado) Foi preso e autuado em flagrante, acusado de fazer sexo com duas menores de 13 e 16 anos. Duas menores que estão aí no meio da rua, se drogando e se vendendo, (por)que o Estado não protege, não ampara, (por)que a família... Eu já entrevistei delegadas da Delegacia da Criança e do Adolescente, que já me disseram o seguinte: "Olha, quando a gente prende, apreende uma menina dessa e leva pra casa, a mãe se revolta: 'É amanhã, quem vai botar a carne dentro de casa?'. Então tem que ver a questão... O cidadão errou, claro, 81 anos, fazendo sexo com uma menina de 13. O cidadão aí não está certo, mas não praticou um crime hediondo, não. Por que? Porque as meninas estão no meio da rua. 'Quem quer?' É dois, é dez, é cinco (reais); é 13, é 14, é 15 anos (de idade). As ruas estão cheias de meninas se oferecendo para o sexo a preço de banana. Aí, o cidadão de 81 anos é preso". Depois de afirmar

que a prisão era ilegal, no bloco seguinte ele recuará diante do erro, sem recuar na postura defensiva em relação ao aposentado. “Tudo bem. A prisão não é ilegal, mas o crime não é hediondo, não é hediondo. Por que? Porque a oferta do sexo está no meio da rua. É mais oferta do que procura. Então, vamos ver aí a prisão do cidadão”, diz o apresentador.

Imediatamente vai ao ar a matéria, sem mostrar a prisão anunciada, mas expõe dramas infanto-juvenis. “Foi trazido aqui para a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente o aposentado (nome) de 81 anos de idade. Ele foi preso por policiais do Ronda do Quarteirão acusado de estuprar essa garotinha aqui”, diz o repórter, ora se dirigindo ao telespectador (“Essa garotinha aqui... Ela tem 13 anos de idade”), ora às adolescentes (“Fica, aqui, de costas... Fica de costas, aqui”). Ele aborda as duas garotas diante da delegacia, no meio da rua. Apenas uma é entrevistada, a outra fica ao lado da colega.

Repórter: Como é que foi a ação dele contra você?

Adolescente: *(risos)*

Repórter: Como é que foi? Ele chegou a consumir (o ato sexual)?

Adolescente: *(risos)*

Repórter: Ele ofereceu quanto para você?

Adolescente: *Dez reais.*

Repórter: Aí ele te deu os dez reais?

Adolescente: *Deu não.*

Repórter: Te deu dois reais é isso?

Adolescente: *É.*

Repórter: Mas, aí, como é que foi? Ele chegou a praticar o ato completo sexual com você?

Adolescente: *Não.*

Repórter: A tua mãe sabe que você pratica essas coisas?

Adolescente: *Sabe não.*

Repórter: A sua mãe tá aí. Ela não sabe?

Adolescente: *Ela tá sabendo agora.*

Repórter: Aí o que você faz com o dinheiro que você ganha desses programas?

Adolescente: *Fumo droga.*

Repórter: Usa droga?

Adolescente: *Uso.*

Repórter: Qual a droga que você usa?

Adolescente: *Crack.*

Repórter: Usa crack? Então você se prostitui pra poder ganhar dinheiro pra comprar crack?

Adolescente: *É.*

Repórter: Foi a primeira vez que esse aposentado fez sexo com você?

Adolescente: *É.*

Repórter: Faz programa onde?

Adolescente: *Na Zé Bastos.*

Repórter: Na Avenida José Bastos? É próximo onde você mora?

Adolescente: *É.*

Repórter: Você mora no bairro Couto Fernandes?

Adolescente: Não.

Repórter: Onde é que é?

Adolescente: Lá pela Rua Belo Horizonte (Via Belo Horizonte, que passa pelos bairros Jôquei Clube, Panamericano, Demócrito Rocha e Couto Fernandes).

Repórter: Você usou alguma droga hoje?

Adolescente: Usei muita.

Repórter: Usou muita?

Adolescente: (risos)

Repórter: Qual foi a droga? Crack?

Adolescente: Crack.

"Olha só o comportamento dessas adolescentes", concluiu o repórter.



11

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU DESSERVIÇO?

“O povo sabe o que quer
Mas o povo também quer o que não sabe
O que não sabe, o que não saberia
O que não saboreia porque é só visão
(...)
Que resiste ao teste da pele, não rasga
Nunca sai da tela, nunca chega à sala
(...)
Não apenas cores, mas saliva e sal
Veludo em carne viva, nutritiva
Não apenas realidade virtual
(...)”

Gilberto Gil em Rep

Sendo a violência o elemento essencial e comum aos programas policiais de televisão, a hegemonia do sangue está consolidada nesse segmento audiovisual de comunicação. O noticiário sobre a criminalidade, no entanto, se alterna com a abordagem de temas mais amenos, principalmente demandas populares que os programas se propõem a denunciar ou até resolver, fortalecendo nas camadas menos favorecidas da sociedade o sentimento de representatividade em relação a eles.

A visibilidade dada a problemas de ordem particular e reivindicações e reclamações de interesse coletivo tende a ser definida como jornalismo de prestação de serviço ou jornalismo comunitário, embora não se enquadre em nenhum dos dois conceitos. O jornalismo de serviço procura fornecer informações úteis para o dia-a-dia das pessoas, já o jornalismo comunitário se caracteriza pela realização de todo o processo de produção e circulação da notícia dentro da própria comunidade, inclusive pelos atores sociais daquela área.

Independente de conceituações, ao deslocarem equipes até os bairros e localidades ou abrirem os estúdios para receber seus moradores, os programas policiais fazem ecoar a voz represada de parte da população. Ao ligarem microfones e câmeras para registrar as insatisfações do povo e buscar atender as necessidades expostas por uma pessoa ou um grupo delas, os programas preenchem um vazio criado por condições socioeconômicas desfavoráveis que o poder público se mostra incapaz de suprir ou de dar os meios para que os próprios cidadãos as contornem.

A população mais pobre encontra nos programas policiais um espaço privilegiado para dar o seu recado. Levando-se em consideração que um caso apresentado no programa *Comando*

[MONITORANDO

E a tevê ressoa a voz do povo. Em algumas situações, a televisão e, em especial, os programas policiais ficam bastante caracterizados como espaços de reivindicação popular. Em matéria exibida pelo *Barra Pesada*, por exemplo, sobre a falta d'água no bairro Antonio Bezerra, em Fortaleza, no "Chame o Barra" do dia 30 de abril, os moradores usaram o tempo "conquistado" para fazer um autêntico protesto, expondo cartazes e até levando à rua baldes vazios. Eles relataram que o líquido chega às residências de madrugada e acaba logo, embora a cobrança pelo abastecimento mantenha a pontualidade. "Dá pra conceber uma cidade como Fortaleza, que é atração turística, que é subsede de Copa do Mundo, que é a quarta cidade (em população), ainda ter gente implorando por uma gota d'água? Isso é um atraso", reprovou o âncora do *Barra Pesada*.

Com uma experiência ainda mais longa no radiojornalismo e revelando-se conhecedor do problema "há vários anos", em função das denúncias feitas também nas emissoras de rádio, o apresentador da *TV Jangadeiro* se mostrou incrédulo nas promessas feitas pela empresa fornecedora do serviço, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), que previu uma solução no prazo de um ano e meio, com a conclusão de uma linha de reforço e abastecimento. "Aliás, não vai resolver (o problema), não. Eu tô no rádio há 100 anos, e esse pessoal do Antonio Bezerra toda vida reclama que não tem água durante o dia, só tem de madrugada".

No ensejo, o apresentador se dirigiu aos telespectadores, incentivando-os a entrarem em contato com a equipe do programa para informar sobre problemas na comunidade. Apontando para as notas exibidas na parte inferior do vídeo durante as edições do *Barra*, o âncora deu a entender que, mesmo não resultando em matérias, as informações são aproveitadas – as notas contemplam, além dos informes de ocorrência policial e telefones da Polícia, os resumos de reclamações de moradores da cidade.

22 pode ser reprisado no Rota 22, que tem reapresentação diária, e ainda no programa Os malas e a lei, que também tem reprise, a exibição pode acontecer em dose quántupla, aumentando consideravelmente a repercussão e as possibilidades de atendimento à demanda apresentada.

Os programas se transformam em tribunas populares, não só porque são assim reconhecidos pelo povo, mas porque, de fato, amplificam vozes diminutas e transmitem a mensagem em bom som, o que não costuma acontecer com frequência, seja nas esferas públicas, de poder, seja no meio midiático, também – vale registrar – detentor de outros poderes. Mais do que porta-vozes, os programas policiais procuram se mostrar como a própria voz das comunidades.

O espaço “oferecido” à comunidade é reafirmado com regularidade. Os apresentadores reforçam nos telespectadores, em especial naqueles que se veem desprovidos da atenção institucional, o sentimento de que os programas são o lugar onde podem fazer suas cobranças, sentirem-se ouvidos, valorizados e até solucionar as questões. “Faça o Barra Pesada com a gente. Ligue para a nossa produção com críticas, sugestão de matéria, comentário. Tem uma reclamação? Chame o Barra que o Barra dá jeito. Pode ser até que prefeito, governador, presidente deem as costas para você, mas nós estamos aqui para catucá-los. Éééé... (Barra Pesada - 30.4.2010)”, convida o âncora da TV jangadeiro.

Os programas são apresentados como espaços onde os problemas dos moradores são trazidos à tona e discutidos para melhoria da comunidade. “Você quer ver o seu bairro aqui no Rota 22, aqui na TV Diário? Você quer ver os problemas do seu bairro sendo ouvidos pelas autoridades competentes e elas terem que se justificar diante de você porque esses problemas estão atingindo você? Então, liga pra gente (Rota 22 - 10.5.2010)”.

As falas dos apresentadores do Barra Pesada e do Rota 22 são simbólicas de um tratamento diferente que os dois programas adotam. Embora todos eles cedam espaço para a expressão de demandas pessoais e da coletividade, nos programas Comando 22, Cidade 190 e Os malas e a lei, algumas vezes, isso se confunde com assistencialismo, e em outras vezes ou ao mesmo tempo, chega a se confundir com interesses eleitorais. Parece não ser apenas uma coincidência que, enquanto esses três programas são apresentados por âncoras que também exercem mandatos legislativos, aqueles dois não tenham apresentadores na política.

Nesse sentido, os préstimos apregoados como beneficência ou filantropia e o espaço aberto para “o povo botar a boca no trombone” podem se reverter em um desserviço, na medida em que os programas assumem papéis que cabem aos governos ou estabelecem um vínculo com os telespectadores que, mais do que envolver comunicador e público, se assemelha à relação entre candidato e eleitores.

[MONITORANDO

A população se vê na tevê. Os programas policiais são também meios pelos quais as pessoas se percebem na televisão, mesmo que não apareçam na telinha. Além do próprio noticiário e dos quadros dos programas, quando os telespectadores são entrevistados ou comparecem às emissoras, os apresentadores citam ao longo das edições vários bairros, cidades e localidades, agradecendo a audiência, lembrando festas de padroeiro ou aniversários de emancipação política, enaltecendo parcerias e patrocínios, entre outros motivos. Na edição de 15 de abril do Comando 22, uma moradora de Forquilha, município que fica a 230,3 quilômetros de Fortaleza, citou cinco cidades e seis localidades entre elas para fazer uma reclamação contra uma empresa de transporte intermunicipal. “Estou aqui falando por outras pessoas na mesma condição”, desabafou, representando provavelmente centenas delas.

Um exemplo bastante representativo do assistencialismo que passa a caracterizar mais fortemente a relação de alguns programas com o público foi identificado na edição de 8 de abril do *Cidade 190*, quando o apresentador chegou a afirmar que, “diariamente”, ele e o comentarista eram procurados por pessoas na tevê com o intuito de que eles facilitassem encaminhamentos para cirurgias de catarata. Como se não bastasse, o âncora encerrou um bloco do programa e abriu o outro fornecendo o nome de um médico e o número do telefone dele para outras pessoas também buscarem o atendimento, gratuito. “Se você tem mais de 55 anos, você não paga nada; vai ter o melhor atendimento e realizar o seu desejo”, complementou.

Ao invés da discussão sobre serviços governamentais que possam atender necessidades básicas da população, como a saúde, alguns apresentadores optam por secundarizar ou ignorar o debate sobre direitos do cidadão negados pelo poder público. Sobretudo em casos de demandas individuais, os programas quase sempre se limitam a exibir matérias para sensibilizar os telespectadores a fazerem doações ou prestarem alguma forma de ajuda às pessoas, ao invés de exigirem políticas públicas para que elas sejam atendidas por uma questão de garantia de direitos ou que passem a ter as condições de obter o que desejam sem precisarem mendigar.

[MONITORANDO

Mão amiga. O que os programas caracterizam como “prestação de serviço” passa a ter um cunho assistencialista e se dirige, em geral, para a solução de questões individuais. O Barra Pesada criou em 1996 o quadro “Mão amiga”, para ajudar pessoas que procurassem o programa. Com a mudança da linha editorial nos últimos dois anos, até mesmo esses espaços foram diminuindo, embora o Barra não tenha abandonado por completo esse filão.

Enquanto deixam de fazer a cobrança necessária, os programas policiais passam a significar, em diversas situações, a “salvação da pátria” para pessoas mais pobres. É interessante observar como as classes populares se apropriam do espaço que lhe é “oferecido”, mas também como são apropriadas pelos programas que promovem essa “oferta”. “Não acredito que o Comando 22 lembrou da gente”, disse, em matéria do programa no dia 6 de abril, a tia de um garoto de 11 anos, ao pedir auxílio para cuidar da criança, que enfrentava problemas neurológicos e pertence a uma família pobre do interior do Ceará. Embora o programa já tivesse registrado a efusão da tia do garoto ao receber a equipe de tevê, o apresentador disse que foram cortadas imagens “para não fazer promoção pessoal”.

O papel de “salvador da pátria” fica sintetizado na figura do apresentador, e no caso do *Comando 22*, torna-se ainda mais evidente em um quadro diário do programa, quando ele recebe pessoas em busca de solução para seus problemas. Em geral, são mães, cujos filhos viraram reféns da dependência química. Sem condições financeiras para pagar o tratamento de desintoxicação, os familiares recorrem ao programa, que acaba representando uma tábua de salvação mesmo, haja vista a incapacidade que o poder público tem demonstrado em oferecer à população serviços especializados para esse tipo de tratamento.

O apresentador assume a função de amparar, apoiar e ajudar mães que chegam ao programa quase sempre após uma longa, árdua e desgastante luta para livrar o filho das drogas. “Nós vamos vencer essa batalha (...) Vamos pedir para que uma clínica apareça e faça essa caridade. Tá aqui uma mãe sofrida, chorando, quer salvar um filho (Comando 22 - 15.4.2010)”, afirmou, diante de uma mulher em choro copioso. Como ela, dirigem-se ao programa tantas outras mães desesperadas, que tiveram de mudar de residência, às vezes até de cidade, como estratégia de batalha contra o vício dos entes queridos, mas também pelas ameaças dirigidas a eles e aos familiares.

Entre outros casos, menos comuns, o programa recebe pessoas que solicitam até ajuda financeira e assistência jurídica para solução de problemas diversos. Anunciado pelo apresentador como o momento da “participação popular” ou uma forma de as pessoas aparecerem “no claro ou no escuro”, a própria acomodação do apresentador e dos populares no cenário do programa realça a relação entre demandado e demandante, entre quem oferece socorro e quem o solicita: “no claro”, quem aceita fazer seus pedidos ou suas reclamações tendo a identidade e a imagem expostas; “no escuro”, quem preserva a privacidade. Enquanto a maioria faz suas queixas aparecendo de costas e na penumbra, o apresentador, que chega a ser tratado como “o senhor” ou “doutor”, mantém-se sob os refletores, sentado atrás de uma mesa, disposto a intermediar os atendimentos, por meio de parcerias feitas pelo programa, cujos parceiros são lembrados sempre que possível.

As pessoas querem uma luz, e o “iluminado” apresentador, muito mais do que o programa, é quem pode amenizar a escuridão das situações ali descritas. A posição que ocupam durante o quadro é reforçada pelos diálogos ali estabelecidos. “Eu tinha muita fé em Deus. Eu sabia que, eu vindo aqui falar com você, eu ia conseguir alguma coisa”, disse uma mulher ao pedir internamento para a filha de 32 anos, usuária de crack, e revelando não ter condições financeiras para arcar com as despesas. “Pronto. Você falando aqui com a gente, e Deus escutando os nossos prantos, a coisa dá certo (Comando 22 - 26.5.2010)”, sinalizou o apresentador. Não há tempo ruim nem distância que impeçam. Mesmo se o caso precisar ser resolvido fora do estado, o âncora não se esquiva de prestar assistência. “Vamos ver se a gente consegue um advogado de São Paulo”, fez ele o apelo, no mesmo dia, para atender outra mulher que foi ao programa pedir a transferência para o Ceará do filho preso.

Com o objetivo de diminuir a distância entre televisão e telespectador e levar ao ar as questões que incomodam as comunidades pobres, as emissoras também vão ao encontro delas. É para essa pobreza que o programa Cidade 190 dedica o quadro semanal “190 nos bairros”. “Ônibus não entra”, “cantinho de praça totalmente destruído”, “não tem creche”, “o posto médico fica à distância de léguas e léguas e bote arre égua nisso”, listou o apresentador na edição de 14

[MONITORANDO

Necessidades e dramas diversos. O quadro exibido pelo Comando 22, quando as pessoas geralmente aparecem sem ser identificadas, assemelha-se ao memorável “Porta da Esperança”, exibido no SBT nas décadas de 1980 e 1990. A diferença é que na versão local, as pessoas não veem os problemas solucionados de imediato, como acontecia no quadro do Programa Silvio Santos.

Até auxílio em dinheiro mobiliza telespectadores a procurarem os programas policiais. O momento da “participação popular” no Comando 22 do dia 9 de abril contou com a presença de um morador de Morrinhos, município a 220,1 quilômetros de Fortaleza, que teria sido assaltado duas vezes na capital, e compareceu ao programa em busca de ajuda financeira.

Mas é o drama da dependência química que salta aos olhos nesse quadro do programa da TV Diário. Em geral, são as mães de jovens dependentes das drogas, notadamente o crack, que comparecem à emissora. Mães de adultos, jovens, adolescentes e até crianças reféns da dependência química, cujo tempo de consumo das substâncias chega a dez, 15 ou mesmo 20 anos.

Nas solicitações de internação em clínica de desintoxicação, os relatos das dificuldades em lidar com a situação são comoventes: mulheres que veem os filhos vendendo os

poucos bens à disposição da família e usando o dinheiro para adquirir a droga. “Não tenho mais nada (...) Já levou tudo de dentro de casa e mexe agora no que é alheio”, revelou uma delas, no dia 26 de abril; mulheres que assistem aos filhos perambulando e dormindo pelas ruas, entregues ao vício, mas também em função do risco de vida diante das ameaças de outros usuários ou traficantes, caso retornem ao convívio familiar; mulheres que acompanham a sequência de perdas dos entes queridos: eles vão ficando sem trabalho, amigos, esposas e esposos, filhos; mulheres que sofrem pela decadência, às vezes, simultânea dos filhos e dos companheiros, mas também pelas agressões verbais e físicas que travam mutuamente.

As histórias são de desestruturação familiar – homens e mulheres que se veem obrigados a chamar a Polícia contra os próprios parentes – e expõem cadeias de dependências – os filhos dos dependentes acabam dependendo dos avós porque os pais não têm controle sobre a própria vida; e os pais dos filhos dependentes acabam enveredando também por outra forma de dependência química – os medicamentos para cuidar dos agravos à saúde emocional, como depressão e ansiedade... “Eu vivo tão desesperada. Só Deus sabe. Não durmo mais de noite, nos comprimidos... (Comando 22 - 26.4.2010)”, desabafou uma mãe.

de abril, referindo-se a uma comunidade do bairro Aerolândia. Se não fosse a forte conotação político-eleitoral, o quadro “190 nos bairros” seria um importante registro, pois os problemas das comunidades são tratados com relativa profundidade, várias pessoas são ouvidas e, em alguns casos, o perfil e a história da localidade são resgatados. Mas tudo isso fica pomenorizado em função da semelhança com atividade de candidatos em campanha política. Tendo sido 2010 um ano de eleições, a similaridade com propaganda antecipada se tornou ainda mais ostensiva.

Um deputado, outro vereador, os apresentadores do programa visitam comunidades de Fortaleza ou de municípios próximos à capital para ver de perto as necessidades da população. A frase “Televisão no meio do povo” virou mais um bordão do apresentador, fazendo o telespectador identificar de imediato o anúncio do quadro. “Quer reclamar, quer protestar, quer puxar na orelha das autoridades? (Cidade 190 - 10.5.2010)”, indaga o âncora, abrindo o canal para a manifestação da insatisfação popular, que se revela quase uma catarse coletiva, tamanha a quantidade de queixas apresentadas.

A exposição de problemas que afetam as comunidades acaba servindo como argumento de defesa contra as críticas de que esses programas só estão interessados em mostrar o sangue na televisão. “Aqui também se combate a violência praticada de cima pra baixo, das autoridades contra o povo (...) A televisão a serviço do povo, coisa que nós fazemos aqui constantemente (Cidade 190 - 22.4.2010)”, afirmaria o apresentador da TV Cidade. Uma semana antes, no dia 16 de abril, o âncora do Comando 22 diria que o programa faz uso do que chama de “ações sociais e de prestação de serviço, até pra aliviar” o noticiário de violência: “Não é moleza essa vida que a gente enfrenta, o perigo a que o cidadão está submetido”.

Por uma necessidade de enfrentar a concorrência e manter bons níveis de audiência ou por interesses outros, os programas dedicam mais ou menos tempo a conteúdos que fogem ao noticiário policial. “Foi uma audiência tão grande que os telefones não param de tocar (Comando 22 - 15.4.2010)”, observou o âncora da TV Diário, referindo-se à exibição de imagens de uma criança de dois anos de idade que, não tendo apoio nos pés para caminhar, se locomovia com os joelhos. “Nosso programa é policial, mas a equipe tava fazendo uma matéria em Sobral, se sensibilizou tanto, que disse: ‘Não, vamos botar no programa. (O programa) é policial, mas nós vamos botar, é o jeito’”, justificou o âncora.

Enquanto o programa exibía e reprisava as imagens da criança andando sobre os joelhos, o apresentador chamava atenção sobre o caso, pedindo ajuda para resolver o problema, recorrendo até mesmo a patrocinadores de ações culturais: “Tenho certeza que vai aparecer um mecenas, uma pessoa pra ajudar”. O âncora evocou profissionais (médico ortopedista ou traumatologista) e clínicas (de reabilitação) para avaliar o caso e orientar qual o tratamento mais adequado. Ao pregar o altruísmo, não deixaria de citar o próprio exemplo: “Quem não nasce pra servir não serve pra viver (...) Também tô ajudando (...) Pode deixar comigo que eu também tô ajudando”.

Casos como esses tendem a ser utilizados pelos programas numa exposição repetitiva da imagem das pessoas envolvidas, em geral gente bastante humilde. Por melhores que possam ser as intenções, chega a se configurar invasão de privacidade e constrangimento para a família. Embora as imagens sejam autorizadas, é provável que as pessoas não tenham o discernimento de perceber que também se trata da exploração do próprio sofrimento ou, embora sabendo, se deixam ser usadas na expectativa de que suas demandas sejam atendidas, mesmo que provisoriamente. É o que lhes resta, mas para elas pode significar muito.

Estreitando relações com o público

Encontros presenciais, contatos a distância, números de telefones e faxes, endereços reais e virtuais, cartas, páginas eletrônicas, emails, blogues... Os meios para estreitar a relação com o público são muitos e bastante explorados. A aproximação atende a necessidade das comunidades em ter espaço para expressarem suas inquietações, mas em alguns casos também serve a conveniências dos programas. Ao anunciar as formas de contato, alguns apresentadores incluem os próprios nomes quando pedem que os telespectadores enviem as correspondências. Sejam denúncias, agradecimentos ou convites para os âncoras participarem de eventos diversos, as mensagens encaminhadas aos programas são lidas ou comentadas, como uma forma de cultivar a relação com o público.

Os programas da TV Diário costumam divulgar ao fim de cada bloco um número de telefone para que os telespectadores mantenham contato com a emissora. “Venha fazer o programa com a gente”, convida o apresentador do Comando 22, levando o telespectador a se sentir parte do programa. “Algumas matérias ou boa parte delas são frutos das denúncias dos telespectadores”, observa o âncora do Rota 22. Assim, segundo ele, há uma “parceria com bons resultados para a comunidade. Em muitos bairros, ruas de Fortaleza, os moradores conseguiram resolver seus problemas de buracos, de lixo, de lama, que estavam proliferando na comunidade, através de denúncias. As autoridades tomam conhecimento e tomam as providências. Então, ligue você também, mas informe também o que está acontecendo ao seu redor. Se você viu um acidente, soube de um homicídio, um tiroteio... A

[MONITORANDO

Via email para a telinha. Na edição de 22 de maio, o programa *Os malás e a lei* exibiu uma matéria sobre uma área de lazer do bairro Jardim Castelão, acolhendo a solicitação de uma moradora feita por email. O retrato da praça abandonada estava nas imagens, mas também na descrição do repórter, o próprio âncora: “sem iluminação”, “sem oferecer lazer aos moradores”, com a “quadra de futebol de salão que tá só os queixos”, a “praça está mais para o gado do que para os moradores”, onde fica “vaca pastando do jeito que ela gosta” e “grande quantidade de animais de grande porte”. Em resumo: “praça literalmente entregue às baratas”.

gente não deseja que aconteça, mas se acontecer... Um tiroteio entre bandidos, entre gangues rivais, entre policiais e bandidos, ligue pra gente fazer a matéria e você ver também aqui no Rota 22 (...) Pode ligar quantas vezes você quiser”.

A disposição do Rota 22 em dar visibilidade a assuntos de interesse das comunidades não se limita à exposição de problemas, mas revela uma preocupação em também abordar aspectos positivos de áreas que costumam aparecer na mídia associadas a questões negativas. “Se você quer fazer uma matéria bonita, sobre alguma coisa legal que acontece na sua comunidade, (se) os jovens daí fazem um bom trabalho, junto às artes, na cultura, isso aí também é legal; (então) liga pra gente, (que) a gente faz a matéria. Só pra (não) dizer assim: que a gente só faz (matéria) sobre coisas feias, ruins, que acontecem na comunidade. Não, a gente, aqui, também promove as comunidades, promove as pessoas, promove a juventude. A gente tá precisando disso também (Rota 22 - 20.4.2010)”, afirmou o âncora.

Alguns programas veiculam matérias de acordo com sugestões dos telespectadores ou por iniciativa das próprias equipes de jornalismo, outros criam até quadros específicos e há ainda os que seguem iniciativas maiores que se constituem como grandes projetos da emissora. A TV Jangadeiro criou o Projeto Jangadeiro Comunidade, por meio do qual profissionais visitam bairros para ouvir os moradores e levam ao ar denúncias de problemas ali enfrentados. O projeto, que envolve outros programas da emissora, conta inclusive com o “Blog da Comunidade”, pelo qual os interessados podem sugerir reportagens e solicitar a inclusão de alguma comunidade nas próximas edições.

Por meio do Projeto Jangadeiro Comunidade, o Barra Pesada exibe matérias geralmente a partir de demandas apresentadas por áreas diferentes da capital, denunciando a violência e a insegurança, mas também os transtornos causados por obras inacabadas, as questões de infraestrutura viária, a falta de sinalização no trânsito, os problemas com abastecimento de água e serviços de iluminação pública, esgoto e capinação, transportes e comunicação, o abandono de áreas de lazer e espaços de educação, a falta de creches para crianças e de posto de saúde perto de casa. As mesmas questões ainda são tratadas em quadros criados pelo próprio Barra Pesada. As comunidades também se veem nas matérias do “Chame o Barra” e nas entradas ao vivo do “Barra Móvel”, mais dois espaços para as reivindicações populares. A cobertura se dá geralmente na periferia de Fortaleza, mas áreas da cidade com melhor infraestrutura de serviços públicos e outros municípios da área metropolitana também são contemplados.

Na diluição do noticiário

Pela quantidade de demandas das comunidades que chega a cada uma das emissoras de televisão via os diversos canais disponibilizados por elas, as equipes de produção têm em mãos farto material para matérias aprofundadas, mas mesmo com toda a divulgação dos apresentadores para que a população faça sugestões aos programas, o que se vê, em geral, são informes ou comentários de poucos segundos ou pequenos registros diluídos ao longo de um noticiário cuja tônica é mesmo supervalorizar a exploração da violência e do crime.

Ao fazer a denúncia pela denúncia, os programas acabam tratando com banalidade problemas sérios e pouco contribuindo para a obtenção de soluções. “Na Vila Velha, onde nós já fomos várias vezes, antes de ontem caiu um jumento dentro do buraco, hoje caiu um caminhão, e amanhã será que cai um ônibus? (Cidade 190 - 14.4.2010)”. As precárias condições de pavimentação das ruas do bairro foram denunciadas, mas nada, além disso, foi dito durante

o programa. Se o problema punha em risco vidas, pelo que sugeriu o questionamento do apresentador, não deveria ser tratado em apenas uma nota de duas linhas.

Em outros casos, além da informação relevante perder-se em alguns segundos de um noticiário que dura mais de uma hora, denúncias são feitas, pessoas ou instituições são apontadas, mas os responsáveis não são procurados para dar explicações ou apresentar suas versões. "A Polícia faz de conta que não vê. Lá em São Bento, no município de Tejuçuoca, todo dia de pagamento, os assaltantes atacam os aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e tomam o seu salário mínimo (Cidade 190 - 22.4.2010)". O âncora deu o informe em 25 segundos, mas o programa teve duração de uma hora e oito minutos, e a Polícia não foi ouvida.

Mesmo quando a atenção ao problema é ampliada, os programas muitas vezes se limitam a dar voz aos moradores. Na matéria exibida no Rota 22 de 6 de abril, dois jovens do bairro Pio XII denunciaram à equipe de reportagem o acúmulo de entulho na área e pediram a fiscalização da Prefeitura de Fortaleza. Mas ficou apenas nisso. O outro lado sequer foi ouvido para apresentar alguma resposta à solicitação.

Conduta igual foi identificada no Comando 22 de 14 de abril, em matéria sobre um caminhão desgovernado que invadiu uma residência onde morava um casal de idosos no bairro Pirambu. Os moradores aproveitaram para falar do perigo constante no trajeto realizado pelo motorista duas vezes por dia e associado ao suposto comércio clandestino de água mineral. A reportagem, no entanto, ficou restrita a ressoar as reclamações; não procurou ouvir a outra parte nem apurar as irregularidades apontadas nem ouvir órgãos responsáveis em investigar as denúncias, punir os acusados ou executar mecanismos de controle da situação.

12

CONOTAÇÃO POLÍTICA, VIÉS ELEITORAL

"A política está acima da consciência"

William Shakespeare

Uma característica comum à maioria dos apresentadores dos programas policiais de televisão no Ceará chama atenção, mas não pelo desempenho ou estilo empregado na comunicação com o público. A peculiaridade está no envolvimento que quatro dos seis âncoras têm com a política: três exercem mandato de deputado e um de vereador. Apenas os apresentadores do Barra Pesada e do Rota 22 não transitam pelas esferas de poder institucionalizadas.

A relação entre comunicadores de programas policiais e política não é nova, mas o dado é. Nunca o parlamento teve tantos representantes dessa linha de jornalismo. Graças a um discurso de forte apelo popular, amplificado por um veículo de grande penetração – a televisão –, os apresentadores conquistam os mandatos tomando carona nos próprios programas, detentores de altos níveis de audiência.

O discurso jornalístico se serve de práticas também pretensamente jornalísticas que o justificam, ou seja, meios pelos quais a mensagem se aplica para atender a interesses que parecem ir além do compromisso com a informação e que, em algumas situações, ganham indisfarçável conotação política. Em se tratando de um ano eleitoral, como foi 2010, e da intenção de todos em concorrer a novos mandatos, algumas expressões do jornalismo, a exemplo de comentários, matérias e quadros exibidos pelos programas, poderiam ser interpretadas como campanha antecipada.

Até mesmo a negativa dos apresentadores de uso político dos programas acaba por evidenciá-lo. O âncora do Comando 22, ao negar que recorra a esse expediente, terminou alfinetando os colegas. “Eu não falo em política aqui dentro (...) Eu faço um programa policial, não faço um programa político (...) Eu não quero falar mal de ninguém... Todo mundo tem a sua maneira de ver a vida e eu tô aqui pra respeitar os outros também, não tô aqui pra desconsiderar ninguém, não tô aqui pra falar mal de ninguém, tô aqui pra dizer que tem gente que faz isso, e quem faz isso é questão da cabeça do sujeito, e que Deus abençoe (Comando 22 - 6.4.2010)”, comparou-se o apresentador, que dividia cadeira na Assembleia Legislativa com outros dois âncoras: um apresenta o programa Os malás e a lei, na mesma emissora; outro se revezava com um vereador na apresentação do programa Cidade 190. Estes se alternavam também em elogios mútuos à atuação como parlamentares, exaltações constantes ao governador do estado e críticas frequentes à administração municipal de Fortaleza. Ao justificar a ausência do colega no programa do dia 7 de abril, o apresentador-deputado disse que o comentarista-vereador estava na Câmara Municipal na “luta pra acabar com a bandalheira, que quer dizer corrupção”.

Em outras ocasiões, o programa destacaria a lei, cujo projeto foi apresentado pelo vereador-comentarista, que exige a criação de divisórias nos caixas dos estabelecimentos bancários para oferecer mais segurança aos clientes, ajudando a prevenir as ações que passaram a ser conhecidas como “saidinhas bancárias”. O Cidade 190 chegou a exibir longa matéria sobre o perigo desse tipo de abordagem aos correntistas, mas o foco principal era para o descumprimento do dispositivo legal, criado em fevereiro de 2010. O próprio comentarista anunciou a matéria e também agradeceu ao coautor do projeto. Ao fim, coube ao apresentador gabar o colega de trabalho: “Enquanto nós temos político que bajula banqueiro, que não pode ver um

[MONITORANDO

Criminalização da pichação.

O Barra Pesada não está representado no Legislativo, mas não seria por isso que o programa deixaria de dedicar, na edição de 27 de abril, uma matéria ao projeto de lei de um legislador, o então senador Tasso Jereissati, também proprietário da emissora. O projeto (PLS nº 378/2003) alterava o Código Penal para introduzir o crime de pichação, estabelecendo pena de três meses a um ano de prisão e multa, e virou lei em 2011.

banqueiro que bota a língua pro lado de fora, taí o (comentarista), jovem na política, começando, peitando os banqueiros”.

A dupla é a “atração” principal do quadro “190 nos bairros”, “atração” porque os dois mais parecem estrelas nas visitas realizadas uma vez por semana a áreas pobres de Fortaleza ou de cidades próximas à capital, visitas que se assemelham a atos políticos durante campanha eleitoral: cumprimentam as pessoas, abraçam os moradores, apertam-lhes as mãos, dão ouvidos às queixas, posam para fotografias ao lado deles, mas não assumem nenhuma postura jornalística, a não ser em estúdio, quando o programa está no ar e eles anunciam o quadro e fazem comentários antes e depois da veiculação do material colhido no local. Durante a visita, apresentador e comentarista são acompanhados por cinegrafista e repórter que fazem o trabalho “jornalístico”, quando aos moradores é dada a oportunidade de expor insatisfações em relação à falta ou à deficiência de serviços públicos. “O que é que tem lá pro povo? Nada. Só muita esperança e muita fé, porque o povo mora na Rua da Sagrada Família (Cidade 190 - 14.4.2010)”, disse o apresentador, aproveitando a deixa de um dos endereços da comunidade Areial, no bairro Aerolândia.

É quando o povo tem voz. E sob esse argumento, os apresentadores vão construindo uma imagem que se confunde com a de representantes públicos, afinal, como comunicadores, também exercem ou trazem para si esse papel de representar o povo, abrindo o espaço da televisão para ele. “Você quer uma visita do Cidade 190 pra você mostrar a sua cara de revolta, pra você soltar a voz da indignação? Você quer levar o Cidade 190 a sua rua, ao seu bairro, para que as autoridades sejam cobradas da desatenção, da falta de assistência? Porque tudo que se faz na coisa pública é com o dinheiro do povo, então o povo tem legitimidade de reclamar, de exigir da autoridade que faça, e faça bem feito (...) Nós temos de dar ao povo o direito de protestar, de reclamar, de cobrar, de chamar de ‘mama-na-égua’ as autoridades que não respeitam o povo, de puxar a orelha daqueles que não têm pelo povo a consideração legal (Cidade 190 - 22.4.2010)”, enfatiza o apresentador, como se estivesse à parte do poder.

De tanto evocar a figura do povo, o que é popular parece populismo. “É assim que se faz televisão, no meio da rua, no meio do povo, ouvindo o povo, mostrando a cara de revolta do povo. É o que vamos fazer hoje (Cidade 190 - 6.4.2010)”, “ensina” o âncora. A comunicação

[MONITORANDO

Fontes policiais, fontes políticas. A relação entre comunicação e política no noticiário policial não se estabelece apenas entre os comunicadores. Há fontes policiais que também se beneficiam da exposição na mídia para trilharem carreira na política. O exemplo mais recente e representativo é do delegado Francisco Cavalcante, o Delegado Cavalcante, recordista de votos – 140,8 mil – nas eleições para deputado estadual pelo PSDB em 2002. Não reeleito em 2006, ficou como suplente. E em 2010, conquistou novamente um assento na Assembleia Legislativa, agora pelo PDT e com uma votação bem menos expressiva – 34.949 votos –, eleito por média, e na frente de apenas oito deputados.

Nas eleições de 2010, também concorreram a mandatos políticos, mas sem sucesso, o delegado César Wagner, ex-titular da Delegacia de Narcóticos, candidato a deputado estadual pelo PTC, e o presidente da Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, P. Queiroz, candidato a federal pelo DEM. Em comum, todos tinham presença frequente no noticiário pela atuação na área policial. O delegado César Wagner chegou a ser exonerado por desobediência às orientações do secretário da Segurança Pública e Defesa Social de não apresentar presos para a imprensa.

com as comunidades é estimulada por meio da divulgação de correio eletrônico para envio de denúncias e reclamações sobre problemas que o poder público deveria solucionar, cobranças que, em geral, recebem o endosso dos apresentadores.

Mesmo quando o encontro com o povo é movido por intenções outras que não levantar demandas comunitárias, o viés eleitoral persiste. A atividade promocional do quadro “Visita premiada” do programa *Comando 22* também se confunde com atividade de candidato em campanha política. Um veículo caracterizado circula por determinadas áreas de Fortaleza ou mesmo de cidades do interior para premiar, em parceria com anunciantes, um telespectador, mas para receber o prêmio ele precisa comprovar estar assistindo ao programa no momento em que o carro que passar em frente a sua residência for acionado por ele. “Você que tá assistindo (a) o programa, chama a nossa viatura, mostra que tá assistindo (a) *Comando 22*”, anuncia o apresentador.

Um detalhe que não deve passar despercebido na própria fala do âncora pode ser identificado nas ruas: a caracterização da kombi que circula pelos bairros lembra mais uma viatura do que mesmo um veículo institucional da televisão. Mais: “a viatura” parece carro de candidato, com destaque para a fotografia e o nome do apresentador, como mostraram as imagens na edição do dia 26 de maio, o que foi reforçado pelo filho do âncora, ao comandar o quadro e descrever o veículo. “O nome do *Comando 22*, o nome do (apresentador), a logomarca da TV Diário, a logomarca do *Comando 22*, que é o programa policial de 12h30min até as 3 horas”, anunciou ele. Sintomático é que durante a campanha política propriamente dita, circulava pelas vias de Fortaleza veículo com caracterização semelhante fazendo a propaganda do candidato.

Na campanha política de 2010, ficou evidente no marketing dos candidatos-apresentadores a correlação entre atividade eleitoral e comunicativa. A exemplo de outros processos eleitorais, a propaganda de quem foi alçado à disputa, pela trajetória, curta ou longa, em programas policiais, quando não se resumiu ao trabalho feito na televisão, esteve repleta de referências a ele.

“A sua voz na televisão, a sua voz na Câmara Federal” foi o slogan utilizado pelo deputado estadual, candidato a federal, apresentador do programa *Cidade 190*. A mensagem na propaganda eleitoral gratuita foi complementada com os qualificativos “coragem e competência” no material gráfico, que além de reforçar a associação entre a tevê e o Legislativo, ainda utilizou como layout o próprio cenário e a logomarca do programa para divulgar o candidato, eleito com 135.078 votos pelo PSB, depois de ter passado pelo PDT, PSDB, PFL e DEM.

Com uma trajetória nas comunicações que começou pelo rádio, o apresentador do *Cidade 190* elegeu-se pela primeira vez em 1986, para a Assembleia Legislativa, já como radialista policial. A empatia popular quase o levou a derrotar *Ciro Gomes* para a Prefeitura de Fortaleza dois anos depois, perdendo por uma diferença de apenas 0,02%. Com a eleição de 2010, ele volta ao Congresso Nacional, por onde já havia passado de 1991 a 1998 – foi eleito em 1990 e ficou na suplência quatro anos depois, mas acabou assumindo no lugar de um dos eleitos da sua coligação, mantido em um cargo de secretário na administração estadual.

A vinculação direta entre os papéis de candidato e comunicador também se manifestou na campanha do apresentador do programa *Os malas e a lei*, que concorreu à reeleição para deputado estadual. O material de propaganda não deixou de incluir o cenário do programa como “fundo” para a fotografia do candidato e a frase que lhe é tão usual: “Cuidado com os malas”. Na propaganda da televisão, o mesmo discurso foi desdobrado em uma frase auto-sugestiva: “Pense num negócio pra ter mala”. Candidato pelo PSDC, depois de passar pelo PSL, ele foi eleito por média, com 24.704 votos.

Um dos bordões do apresentador do *Comando 22* foi também usado por ele na campanha à reeleição para a Assembleia Legislativa pelo PDT. O “santinho” do candidato-âncora enaltecia “o homem do cartão vermelho: do pescoço pra baixo é canela” e dizia que ele iria “honrar” o voto dos eleitores, “assim como mostra sua altivez no fórum, no rádio e na TV”, numa referência às atividades como advogado e comunicador. Eleito vereador de Fortaleza em 2004, com 10.554 votos, ele ficou entusiasmado e, já em 2006, concorreu ao mandato de deputado estadual, recebendo 37.558 votos e sendo reeleito em 2010 com uma votação ainda maior: 58.295 votos.

O comentarista do *Cidade 190*, que recebeu 10.996 votos para vereador da capital em 2008 pelo PHS, confeccionou durante a campanha panfleto onde vinculava sua imagem ao programa – ele citava a “coragem a serviço do povo” e utilizava a logomarca, o cenário como fundo da fotografia e o número de candidato terminando com 190. Em 2010, desistiu de disputar uma vaga para deputado, mas nem por isso deixou de usar o programa para elogios a quem apoiaria mais tarde. “A gente tem que valorizar políticos da terra que têm a bandeira em defesa da vida de crianças e adolescentes (*Cidade 190 - 18.5.2010*)”, parabenizou ele, referindo-se à senadora Patrícia Saboya. Candidata a prefeita de Fortaleza por duas vezes, ex-vereadora, ex-deputada estadual,

[MONITORANDO

Comunicação e política. Na história dos programas policiais de televisão no Ceará, o destaque que alguns nomes ganharam, pelo pioneirismo ou pelo tipo adotado na comunicação com os telespectadores e na relação com os entrevistados, acabou levando-os a incursionar pela política. O carisma e a empatia com o público, qualidades bem-vindas ao comunicador de televisão, redundam em popularidade, que, por sua vez, pode despertar o interesse em experimentar outros desafios. Para alguns, não passa de uma aventura pouco duradoura; para outros, nem chega a se concretizar.

Egresso do rádio, o primeiro apresentador do *Barra Pesada*, Tadeu Nascimento, pegou carona no programa para eleger-se vereador de Fortaleza em 1992, com 2.293 votos, 33ª colocação. Quatro anos depois, com apenas 768 votos recebidos, não se reelegeu. Primeiro âncora também do *Rota 22*, deixou o programa para, em 2004, candidatar-se a prefeito de Maracanaú, mas contou com minguaos 993 votos.

A grande popularidade conquistada pelo jornalista Afrânio Marques, a partir de 1995, como repórter da versão local do programa *Aqui Agora*, também o levou a disputar no ano seguinte uma vaga na Câmara Municipal, elegendo-se com 6.466 votos, 35º colocado entre 41 edis. Ele, que começou no meio policial pelo *Barra Pesada*, logo na montagem do programa, tornou-se conhecido por incitar a troca de agressões verbais e até físicas entre moradores da periferia diante das câmeras, como se conflitos domésticos, familiares, entre vizinhos, levados à televisão, fossem assunto de interesse público. Em 2005, voltou à telinha como repórter do *Rota 22*; em 2009, foi para o *Cidade 190*, mas se afastou no ano seguinte.

Se alguns tiveram vida curta na política, outros nem chegaram a dar os primeiros passos, apesar das tentativas. A repórter Marilena Lima fez nome como a primeira mulher no Ceará a atuar em programa policial. Ela tentou duas vezes um mandato na Câmara Municipal, mas não teve *Barra Pesada*, onde ficou 15 anos, 14 deles seguidos, nem *TV Diário*, onde permaneceu durante três anos, a partir de 2005, nem ainda “*O Camburão da Marilena*”, na *Rádio Assunção*, que garantissem votação suficiente: em 2004, conseguiu 3.626 votos, e em 2008, o desempenho nas urnas foi ainda pior, com apenas 1.383 votos. Sem pretensões políticas depois das experiências frustradas, ela agora se dedica a produzir vídeos institucionais.

a senadora se candidataria novamente à Assembleia Legislativa alguns meses depois e teria o comentarista como um dos apoiadores. Em uma rede social, onde se apresenta como “radialista e apresentador do programa Cidade 190”, postou vários comentários sobre a parlamentar, inclusive como “minha deputada estadual”. Durante a campanha, ela fez dobradinha com o apresentador do programa, que se elegeu deputado federal.

Do parlamento para o estúdio e vice-versa

Comunicadores parlamentares ou parlamentares comunicadores? As funções se embaralham. Os apresentadores levam para a televisão o que muitas vezes deveria ficar restrito ao Legislativo. Posicionamentos político-partidários, apoio ou oposição a determinado governo passam a ser manifestados não apenas nos púlpitos e diante dos microfones da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa, mas também perante as câmeras e sob os holofotes dos estúdios de tevê onde trabalham.

Nesse “palanque” eletrônico, o programa Cidade 190 mantém a liderança isolada, destacando-se por não poupar a administração municipal de críticas e o governo do estado de elogios. A diferença de tratamento é patente, mas no esforço para parecer isento e justo, o comentarista já afirmou que “o programa não tem babão de prefeitura, nem de governo, muito menos de empresário (Cidade 190 - 10.5.2010)”. Não foi necessário assistir a muitos programas para perceber logo o contrário. Mesmo quando não há algo concreto para questionamentos à prefeitura ou enaltecimentos ao governo estadual, os motivos são criados.

Sem entrar no mérito das críticas nem dos elogios, o que se questiona é a inobservância de procedimentos básicos no exercício da comunicação, como garantia do direito ao contraditório e ampla defesa e manutenção do interesse público acima de questões individuais, partidárias ou ideológicas. Os programas cumpriram um papel importante ao denunciar desmandos administrativos e chamar à responsabilidade os gestores públicos, mas, em muitos casos, o que se depreende são outras intenções.

“Fortaleza fez uma grande festa no Aterro (da Praia de Iracema) pra comemorar 284 anos. E vai fazer alguma festa pra comemorar hoje os 40 anos do bairro José Walter Cavalcante? (Cidade 190 - 14.4.2010)”, indagou o apresentador da TV Cidade, um dia após o aniversário da capital. “E o Montese tá completando também 64 anos. O povo não tem nem água pra beber”, acrescentou, embora o abastecimento de água seja uma atribuição do governo do estado, por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece).

Uma semana atrás, o mesmo apresentador havia questionado a comemoração do aniversário da cidade, em função de problemas que vieram à tona no Instituto José Frota (IJF). “O aterrorizante é que, diante desse quadro de um hospital público municipal, a Secretaria de Cultura do mesmo município vai fazer uma megafesta, dia 13, no Aterro da Praia de Iracema, gastando aí milhões (Cidade 190 - 8.4.2010)”, reprovou, apontando outras necessidades mais urgentes na capital, como a solução para a precariedade dos postos de saúde e a buroqueira na cidade. “Quer enganar o povo com banana e bolo?”, perguntou. O questionamento seria feito também na enquete do programa: “No aniversário de Fortaleza, você tem o que comemorar?”.

A crise no maior hospital de urgência e emergência do estado, às vésperas de uma festa com a contratação de cantores de renome nacional, foi oportuna para a crítica sobre o que se apontou como uma inversão de prioridades. A leitura que se fez foi de que a gestão pública municipal

investe mais no supérfluo (a cultura) do que no principal (a saúde), uma comparação de fácil aceitação popular. “Eu faço uma pergunta pra você, cidadão, que tá aí em casa: você é capaz de fazer uma festa e tirar dinheiro da alimentação do seu filho, do remédio do seu filho? Essa mesma visão que você tem pra administrar uma casa deve ser a mesma visão pra administrar a coisa pública”, afirmou, em tom professoral, o comentarista, também vereador de oposição à administração municipal.

Outra contradição seria identificada no mês seguinte, quando o programa anunciou a exibição do quadro “190 nos bairros” no Poço da Draga, “um pedaço abandonado de Fortaleza”, segundo o apresentador. Divulgada cinco vezes numa mesma edição, a visita teria como finalidade expor o atraso do local. “Se o progresso chega lá, bota o povo pra fora. Geralmente é assim: você mora aqui numa localidade que não tem nada, mora ali 50 anos, não tem nada, aí quando vem uma grande avenida: ‘vai embora daí, vai embora daí, vai embora daí’. Muitas vezes, quando o progresso chega, expulsa o povo (Cidade 190 - 18.5.2010)”, afirmou. Muito pertinente a avaliação do âncora, se não fosse incongruente com a postura assumida cerca de dois meses antes pelo programa em matéria indubitavelmente favorável à instalação de um estaleiro na Praia do Titanzinho, intervenção que ameaçava retirar dezenas de famílias do lugar onde vivem, e que gerou um conflito político entre a prefeita Luizianne Lins, contra, e o governador do estado, Cid Gomes, a favor. Na briga, o programa Cidade 190, como previsível, não manteria a imparcialidade.

A reprovação à administração municipal de Fortaleza também se expressa no programa *Os malhas e a lei*. “Pense numa Fortaleza à deriva. É a nossa cidade, meu amigo. Aqui tá esculhambação grande. Eu nunca pensei na minha vida de ver Fortaleza desse jeito, abandonada (...) Se você sai no seu carro, cai num buraco. Se não cai no buraco, um mala aparece pra tomar o que você tem, quando não lhe dá um tiro (...) Esse negócio de abandono é o retrato da Fortaleza hoje (...) Eita, Fortaleza acabada (...) Tenho pena dessa cidade que eu amo tanto (*Os malhas e a lei* - 22.5.2010)”, apontou o apresentador da TV Diário, tomando como gancho o abandono de uma área de lazer no Jardim Castelão. Para dar mais validade ao discurso, durante a matéria feita pelo próprio apresentador, ele entrevistou moradores que fizeram eco às avaliações negativas. “E a situação?”, perguntou. “É cada vez pior”, respondeu uma moradora. “É igual à cantiga da peruá: pió, pió, pió... e Fortalezazinha se acabando”, completou ele, cujo bordão é de uso recorrente. “Se acabando”, concordou ela. “Pense numa cidade abandonada”, concluiu. “Só buraco, só buraco...”, finalizou a moradora.

Na mesma edição, em matéria sobre falta de medicamentos e de profissionais no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) de Messejana, também realizada pelo apresentador, ele novamente atirou: “Se o poder aquisitivo for baixo e depender de medicamentos distribuídos pela prefeitura, encomende logo o caixão”. E demarcou a diferença de tratamento em relação ao governo

[MONITORANDO

Casos de polícia e de política. A sequência de violência interpessoal no noticiário é quebrada eventualmente por notícias na área de política que também viram caso de polícia. A cobertura das operações para combater o desvio de recursos públicos, desenvolvidas pela Polícia Federal, Controladoria Geral da União e Ministério Público estadual, são exemplos que fogem ao usual dos programas policiais. “Lembra aquelas cenas de políticos em Brasília escondendo e recebendo propina, dinheiro, botando dentro da cueca, da meia? (...) A gente pensa que é só lá. Não... Até mesmo aqui tem gente roubando o dinheiro que muitas vezes é pra ser destinado para uma ação social, paga por impostos, porque a gente morre de trabalhar pra pagar impostos (Barra Pesada - 30.4.2010)”.

estadual. “É da prefeitura ou do (governo do) estado?”, perguntou. “Da prefeitura”, alguém respondeu. “Valha-me, Nossa Senhora. Agora é que tá pior”, encerrou o repórter-apresentador.

A prefeitura não deixa de estar na mira nem dos apresentadores mais contidos. O âncora e a repórter do Barra Pesada questionariam a gestão municipal na edição de 8 de abril, fazendo referência ao slogan da prefeitura: “Você construindo uma Fortaleza bela”. O apresentador cobrou providências em relação à ocupação do espaço urbano, citando barracos que estariam sendo erguidos por duas famílias junto ao Theatro José de Alencar, um dos prédios cearenses entre os mais bonitos do Brasil. “Essa cidade parece que não tem ninguém pra chegar e dizer: ‘Não, você não pode colocar isso aqui, não’ (...) Há uma necessidade (de moradia), mas há também um serviço (público) que devia ser operante, não ficar atrás de balcão dizendo que tá tudo belo”.

Ao chamar ao vivo a repórter para tratar de outro assunto, o apresentador foi reforçado por ela, estabelecendo-se ali um vaivém de avaliações semelhantes sobre a gestão pública. “Antes de responder a sua pergunta, você tem toda a razão. Parece que Fortaleza virou uma cidade sem lei, que o cabôco entra, a pessoa entra, sai, à hora que (quer), monta sua barraca, seu pé de meia, faz o que quiser”, reprovou a repórter. “Cidade sem dono, largada, abandonada”, acrescentou o âncora, questionando inclusive o papel da Guarda Municipal, que mantém um posto na praça em frente ao teatro. “A gente fica se perguntando: cadê os gestores dessa cidade, cadê secretário, pra que é que serve secretário, gestor, vereador? Pra ficar com a bunda sentada na cadeira, e não faz nada, nada, só comendo o dinheiro do povo e nada (...) Eles tão nos gabinetes, numa boa, (no) ar condicionado, tranquilo(s), no blabláblá, achando que a cidade tá bela, tá limpa, tá bonita, tá boa. Coisa nenhuma. Quem sabe somos nós, que todo dia tamo lá junto do povo, e o povo, claro, óbvio”, finalizou a repórter, avalizada pelo apresentador ao lembrar que a profissional é a mesma que trabalha no programa matinal que abre o noticiário da emissora: “E você faz o Giro nas ruas, e mostra tudo isso. Toda manhãzinha eu tô lhe acompanhando”.

Se as ressalvas à gestão municipal só aumentam, o tratamento ao governo do estado é escancaradamente outro. O programa Cidade 190 chega a fazer anúncios de inaugurações com a presença do governador, procedimento que mesmo muitos órgãos de comunicação oficiais evitam. Assim, cumpre-se um papel oficioso. Ao longo de todos os programas analisados, foram raros os questionamentos a estruturas do governo estadual. Uma das poucas exceções foi na edição do dia 6 de abril, quando o comentarista cobrou da Secretaria da Justiça investigação sobre possível convivência ou participação de funcionários do sistema penitenciário na facilitação da fuga de presos do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS).

As referências positivas ao governador, especialmente, são feitas mesmo em situações aparentemente injustificáveis. Ao tratar sobre a morte de um motociclista que guiava o veículo sem capacete, o âncora do Cidade 190 chegou a evocar não só o governo estadual, mas o próprio chefe do Executivo, ao defender o uso do equipamento de segurança: “Durante um bom tempo, o governo do estado, prova aí da preocupação do governador Cid Gomes com a violência, em todos os níveis, passou meses e meses, em toda televisão, rádio e jornal, com uma campanha educativa dirigida a quem utiliza motocicleta: utilize o capacete (Cidade 190 - 14.4.2010)”.

Mesmo em galanteios a outras figuras políticas, dá-se um jeito de incluir o governador do estado. “Água da Cagece chegará brevemente para atender a toda a população de Camará, em Aquiraz. É projeto do prefeito levar para onde puder água da Cagece, água tratada. E Camará também vai ganhar uma escola profissionalizante de primeiro mundo. Uma luta do vereador Homero Silva, do prefeito Edson Sá e o ok do governador Cid Gomes (Cidade 190 - 14.4.2010)”, disse o apresentador, referindo-se a uma localidade do município.

Aquiraz, Eusébio, Maracanaú, Caucaia e Cascavel são cidades que integram a região metropolitana de Fortaleza e estão com frequência retratadas no programa da TV Cidade, algumas sob elogios e outras sob questionamentos à administração pública. Coincidência ou não, formam a base eleitoral do apresentador, como a própria página da Assembleia Legislativa revela: “Sua base eleitoral está concentrada em Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante”.

[MONITORANDO

Politicamente enviesado. Mesmo abordando temas importantes, escorrega-se por um viés político que acaba por se sobrepor ao que realmente interessa. Na edição de 30 de abril, o comentário de abertura do programa Cidade 190 foi sobre as péssimas condições de transporte escolar a que são submetidas crianças no interior do estado. “Os poderosos inalcançáveis pela lei, aqueles que são responsáveis por mortes de inocentes, mortes de crianças, e não recebem a aplicação da lei, não são punidos pela lei. Quantas dezenas e dezenas de crianças, crianças de quatro, cinco anos, meninos de dez, 12 anos, já foram sacrificados em acidentes com transporte escolar inapropriado: pau de arara, caminhão, carroceria, camioneta transportando crianças para a escola e da escola para casa, ou melhor, da escola para o cemitério?”, questionou o âncora, para depois se deter no caso que motivaria o comentário: um garoto de dez anos, transportado com outros estudantes em camioneta com carroceria de madeira, que “cuspidou” no meio do caminho, ficou gravemente ferido e teria morrido por falta de atendimento médico no hospital do município – Alto Santo.

“Quem é o culpado? O prefeito da cidade”, apontou o apresentador, citando o nome do gestor, defendendo a cassação do mandato dele e emendando com o discurso laudatório ao governador do estado. “Deveria ser cassado pela irresponsabilidade de expor crianças a um perigo tão cruel de viajar em caçamba de camioneta de madeira, quando o governo federal tá liberando milhões para a compra de ônibus novos para transporte escolar, no momento em que o governador do estado, Cid Gomes, liberou milhões e milhões para a compra de transporte escolar, ônibus novos para as prefeituras do interior do estado”. E ainda aproveitou para citar o exemplo de uma prefeitura que recorrentemente aparece no programa como modelo de administração. “Quer um exemplo? Para cada ônibus adquirido por uma prefeitura, o governador presenteia outro, dá outro: Prefeitura de Aquiraz, exemplo para o Brasil, comprou 20 novos ônibus apropriados para o transporte escolar; o governador deu mais cinco. É a prefeitura que tem o maior número de transporte escolar, ônibus novos em todo o Brasil”. E finalizou: “Cadeia, cassação de mandato para prefeitos que matam inocentes”.

O apresentador do Cidade 190, além de anunciar na edição de 14 de abril uma audiência pública para discutir a proposta de criação de mais um município no Ceará, concordou com a ideia: “Pajuçara, em Maracanaú, quer ser cidade. Tá certo. Tem tudo pra ser uma cidade”. E no fim do programa, aproveitou para anunciar que o local seria visitado pela equipe do programa na semana seguinte. “Nem que o jumento arranque o rabo”, prometeu o apresentador. “Não tenho medo de cara feia, não”, acrescentou o comentarista. Sem explicações adicionais.

A administração municipal de Maracanaú esteve na berlinda mais uma vez na edição de 22 de abril. “Os professores de Maracanaú estão acampados na frente da sede da prefeitura, esperando uma conversa com Vossa Excelência, prefeito, que prometeu conversar com os professores, mas, até agora, nada”, provocou o comentarista.

As festividades em Maracanaú também são motivo para questionamentos. “O povo diz: só tem é festa e muita fome e muita violência (Cidade 190 - 22.4.2010)”, apontou

o apresentador. “Maracanaú vive de festa enquanto o povo tá pisando na lama”, anunciou o comentarista. Em seguida, a matéria exibiu o rol de lamúrias de nove moradores da comunidade Coqueiral no quadro “190 nos bairros”: falta de esgoto, saneamento, urbanização, médico no posto de saúde, segurança e limpeza pública. “Milhões pra fazer festa de São João, e os professores em greve, com a barriga seca, barriga vazia”, questionou novamente o âncora, na edição de 26 de maio.

No dia 11 de maio, a equipe da TV Cidade visitaria Cascavel, porque “o povo quer reclamar e chutar o pau da barraca”, segundo o apresentador. Na semana seguinte, o município voltaria a ser citado no programa, desta vez porque o programa recebeu um vídeo denunciando que na sala de espera de um posto de saúde estava montado um brechó. Foi o suficiente para o comentarista chamar a atenção do prefeito, fazendo trocadilho com o nome dele: “Prefeito Décio, desça de onde você estiver (Cidade 190 - 18.5.2010)”. E concluindo: “Saúde para o povo não tem, agora roupa para vender tem”.

A Prefeitura de Caucaia é outro município alvo constante de questionamentos do Cidade 190. “Vamos agora a um pedaço de Caucaia onde as autoridades só aparecem na época da eleição (Cidade 190 - 7.4.2010)”, anunciou o apresentador-deputado. O prefeito seria citado diversas vezes naquela e na edição seguinte. “Por birra política, o atual prefeito de Caucaia, Washington Goes, não está fazendo nada (Cidade 190 - 8.4.2010)”, afirmou o comentarista-vereador, ao falar sobre a desativação de um centro profissionalizante criado por administrações anteriores. Ao repórter, coube dizer que apresentador e comentarista se juntaram aos moradores para cobrar providências. No mesmo dia, o prefeito foi questionado sobre o abandono e a burocracia denunciadas em carta encaminhada ao programa.

Mesmo alertando sobre um problema sério, um apagão que teria deixado o hospital municipal de Caucaia durante uma hora no escuro, o comentarista adota um tom de cobrança mais político que jornalístico: “A autoridade maior do município, que é médico, devia ter a consciência que um hospital público, no mínimo, deveria ter gerador. Antes de gastar dinheiro com festa, bebida pro povo, bote um gerador no hospital, prefeito Washington. Vossa Excelência é médico, estudou mais de sete anos pra dar valor à vida, e o hospital público de Caucaia não ter um gerador? Uma hora sem energia. Tá igual ao IJF, aqui de Fortaleza, passando pelo mesmo problema. Lamentável”. O viés político se acentuou quando, ainda no ar, fazendo o comentário, recebe da produção o jornal institucional de março da Prefeitura de Caucaia, cuja capa trouxe a manchete “Prefeitura cumpre a última etapa para realização de obras de contenção do avanço do mar em Icarai”. Informação “mentirosa” porque, segundo o comentarista, não foi encerrada nenhuma etapa da intervenção. Para concluir, ele jogou fora o exemplar.

“Tem pena d’eu. É o que os professores de Caucaia estão cantando. Há três meses os professores contratados não recebem um centavo de salário. Saco cheio não se põe em pé (Cidade 190 - 30.4.2010)”, apontou o apresentador, questionando o tratamento dado aos profissionais da educação.

Na edição de 18 de maio, o âncora do Cidade 190 atribuiu à ausência do poder público a violência em Caucaia: “Uma juventude completamente abandonada, a juventude de Caucaia. Falta a mão do poder público, falta o dinheiro público; dinheiro que é tirado do povo está faltando com políticas para proteger e encaminhar a juventude de Caucaia”. Na semana seguinte, Caucaia viria à tona mais uma vez no programa, com a visita dos apresentadores à comunidade Itambé. Constatções: burocracia, lama, lixo; posto de saúde de portas fechadas, escola pública com cobrança de taxa para aquisição de fardamento escolar pelos alunos, praça e creche abandonadas; falta d’água, de saneamento, de limpeza de lagoa e insegurança. “Falta tudo. Parece uma

localidade abandonada, como se fosse assim cidade do interior do interior do interior, mas é aqui em Caucaia, terceira maior arrecadação do estado do Ceará, administrada por um médico, e olha como ele faz o tratamento do povo”, disparou o comentarista. Ao repórter também coube diagnosticar: “Um local abandonado pela administração municipal”. Ao apresentador, finalizar: “Caucaia entregue às baratas (Cidade 190 - 26.5.2010)”.

Tratamento diferenciado. O prefeito de Caucaia foi citado duas vezes pelos moradores em matéria do Barra Pesada sobre falta e pavimentação nas ruas, mas o secretário da infraestrutura foi ouvido pelo programa e admitiu deficiências históricas no esgotamento sanitário e disse que a prefeitura estava buscando recursos para recuperação das vias. O apresentador cobrou do poder público, em geral, cuidados na época do estio para evitar problemas durante as chuvas.

(In)segurança como alvo

Em se tratando de programas cuja matéria-prima é a violência, há de se convir que a segurança pública seja para eles o alvo principal – ou preferencial – de questionamentos. E foi exatamente essa pasta, mais precisamente a pessoa que a conduziu, o secretário Roberto Monteiro, a exceção ao tratamento por demais cordial dispensado ao governo estadual pelos programas policiais. Ao mesmo tempo que as críticas à segurança se manifestavam, tornavam-se comuns as comparações entre o trabalho do secretário e o desempenho do governador, este engrandecido, aquele desqualificado. A confrontação entre um e outro chegava a dar a impressão de que a Secretaria da Segurança Pública fosse uma estrutura isolada do governo.

Mais do que as circunstâncias óbvias que justificariam reprimendas a qualquer secretário da Segurança, tendo em vista a sensação de medo cada vez maior em função da violência, há outras explicações para interpelações constantes ao titular da pasta no primeiro governo de Cid Gomes (2007-2010). É verdade que os índices de criminalidade, sobretudo homicídios, no período, apontaram um quadro de maior insegurança, mas também teve bastante relevância a decisão do secretário que impactou diretamente setores da mídia, em especial os programas policiais, ao proibir a Polícia de apresentar presos à imprensa sem o consentimento destes. Pela assiduidade na publicização de fotografias e vídeos de pessoas apontadas por prática de delito, os programas policiais são os principais atingidos. A contrariedade causada pelo secretário acabou tornando mais ácidas e frequentes as alfinetadas contra ele. Assim, se os dados da violência revelam concretamente as falhas do poder público em conter o problema, passam a ser supervalorizados não só pelo conteúdo.

O crescimento da violência entre o primeiro quadrimestre de 2010 e o mesmo período de 2009 ganhou as páginas de um dos principais jornais do Ceará e espaço também no Cidade 190. “A violência vem crescendo sistematicamente no Ceará”, atestou o apresentador, com base nos números que o jornal de maior circulação do estado trouxe naquele dia, “um aumento de 178 cadáveres”, como acentuou o âncora – 593 em 2010 contra 415 em 2009. Utilizando as informações trazidas pelo diário, o apresentador não se furtou de evidenciar que “a matéria deixa a entender que o secretário não avança em ações que possam intimidar a violência, inclusive não criando a Divisão de Homicídios, que foi autorizada pelo governador Cid Gomes há mais de dois anos, e continua no papel, no birô do secretário de Segurança (Cidade 190 - 10.5.2010)”. Em outras palavras: o governador estava fazendo a sua parte, a culpa era do secretário. A Divisão de Homicídios seria inaugurada quatro meses depois, no dia 9 de setembro.

A comparação entre os desempenhos de um e de outro se repetiria em diversas edições, com mais ou menos contundência. “Todo dia o governador inaugura uma delegacia, duas delegacias; todo dia o governador leva o Ronda do Quarteirão pra outro município; todo dia o governador inaugura uma escola profissionalizante, aqui, ali, acolá. Pelo amor de Deus, o gerenciamento da segurança pública tem que botar a cara e encontrar uma solução pra crise que nós estamos vivendo (Cidade 190 - 7.4.2010)”, afirmou o apresentador, após mostrar que o Grupo de Policiamento Militar de Caucaia estava fechado, abandonado.

Mas foi a edição de 14 de abril do Cidade 190 uma das que mais trouxeram questionamentos ao secretário da Segurança. Para começar, o apresentador anunciou no início da edição que provocaria o comentarista do programa, “incansável questionador dos desacertos da pasta da segurança”, para uma análise sobre a declaração do secretário, que disse: “Tenho mais consideração pelos bandidos do que por policias corruptos”.

A frase soou inadmissível. “Pode uma autoridade de segurança pública dizer que tem consideração a bandido? Não é pra ter consideração nem a bandido e nem a policial bandido. Não pode uma autoridade de segurança dizer de público, e a imprensa publicar que (ele) tem consideração por bandido”, repreendeu o apresentador.

A crítica salutar e necessária passou à falta de respeito. O comentarista aproveitou para destrar o secretário. Logo após a veiculação, no mesmo dia, de uma matéria sobre uma operação bem sucedida do Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO), grupo de elite da Polícia Militar, com a apreensão de dois adolescentes acusados de praticar um “sequestro relâmpago”, o comentarista tratou de disparar. “E aí foi um tapa na cara do secretário. Em outras declarações, não essa que o (apresentador) leu aqui no início do programa, o secretário disse que a Polícia não sabe atirar, não sabe investigar. Tá o RAIO, como exemplo claro: atirou um tiro preciso, sem ferir ninguém, pra deter os marginais. Eu vou dar aqui um conselho ao secretário de Segurança: em vez dele querer proibir a Polícia de ter acesso aos dados do IML, em vez dele querer proibir marginal de dar entrevista quando quer ou ser mostrado na televisão... secretário, fique de boca calada. Toda vida que você dá uma entrevista, fala alguma coisa, você fala besteira. Ou fica com a boca calada ou volta pro teu estado de Pernambuco, e deixa o nosso Ceará. Chega, secretário. Tá bom... O balde tá cheio. Chega de falar tanta besteira, chega de humilhar tanto a Polícia do estado do Ceará. O senhor vai embora e a instituição fica. As pessoas vão embora e a instituição fica. Não admito mais ficar humilhando policial do estado do Ceará. Dizer que tem consideração por bandido? Minha santa paciência, secretário de Segurança”. E como era de hábito, o comentarista mirou o secretário, mas protegeu o

[MONITORANDO

Violência em alta. À descrição da insegurança soma-se a manifestação de descrença de que o cenário possa mudar. “O secretário diz que não quer sair entristecido da função sem reverter os altos índices de criminalidade que aumentaram na sua gestão. Pelo visto, não vai ter muito a comemorar quando sair, porque não conseguiu até agora deter a avalanche de violência que continua a desafiar as atuais estratégias de segurança (Barra Pesada - 18.5.2010)”, avaliou o âncora da TV Jangadeiro.

O programa anunciou naquele mesmo dia que os crimes de homicídio constituíam a grande “dor de cabeça” para ele. “O secretário Roberto Monteiro manifestou hoje pela manhã o seu interesse em reduzir essa onda absurda de crimes assim. Ele coloca isso com o objetivo maior para os meses que restam dele frente à Secretaria de Segurança. Ele hoje disse: se eu não conseguir isso, eu vou sair entristecido de Fortaleza”. O secretário deixou o governo sem conseguir reduzir os índices.

governador. “O governador Cid Gomes, que investiu tanto na pasta da segurança pública, ao meu ver, só errou ali no comando. O problema da segurança pública é comando, e eu espero que o governador Cid Gomes acorde enquanto há tempo. Ou então, secretário, volte pra Pernambuco, tua terra”.

A saída do secretário, espontaneamente ou por exoneração do governador do estado, era defendida até pelos apresentadores que mantinham uma postura de deferência ao titular da pasta da segurança, embora discordando dele em diversas situações. Para uns e outros, os argumentos, inclusive com os mesmos termos, se repetiam e o teor das falas se resumia a um só: fora, secretário. Enquanto isso, o governador era resguardado, e mesmo quando cobrada uma posição dele a respeito da continuidade ou afastamento do secretário, deixava-se claro o reconhecimento aos investimentos do governo na área. “Voltamos a fazer uma pergunta que tem sido feita insistentemente nos últimos meses: onde é que vai parar a violência em nosso estado? E dessa vez, a pergunta vai diretamente para o senhor governador do Ceará, Cid Gomes. Não somos injustos de não reconhecer o esforço que o governo tem feito para solucionar esse problema da segurança pública, mas não podemos deixar de questionar a teimosia desse mesmo governo em insistir numa fórmula que não está dando certo. Milhões e milhões de dinheiro público estão sendo investidos nessa área, e parece que o dinheiro está indo para o ralo, diante de tamanha falta de gerenciamento, da falta de comando desses recursos e de ações efetivas. E se falha o comandante, no caso o secretário, falham os comandados (Barra Pesada - 30.4.2010)”, discorreu o âncora da TV Jangadeiro.

Mesmo fazendo uma análise plausível da questão da segurança, quando abordava que as ações para combater a violência não devem se limitar à repressão, o apresentador apontava que a ineficácia das ações residia na presença do secretário. “A nossa Polícia parece estar tonta. É claro que não se resolve o problema da violência apenas com Polícia, e disso sabemos; é claro que precisamos melhorar a educação, a saúde, o emprego, mas essas são ações a médio e longo prazos. Enquanto isso não se resolve, é necessário uma Polícia competente, dedicada, para combater o crime que se instala em nosso estado”.

Em ano de Copa do Mundo de Futebol, a 41 dias da décima nona edição do campeonato, o apresentador do Barra Pesada recorreu inclusive a referências futebolísticas para desprestigiar o trabalho do secretário: “E se um time não consegue os resultados, não se manda embora os jogadores, não, todos os jogadores, não. Muda-se quem? O treinador. E nos parece, governador Cid, que já passou da hora de aguardar por resultados que nunca chegam. O time da segurança pública do Ceará está sem técnico, e já sofremos muitas derrotas, e se não forem tomadas providências já, pode ser tarde demais”. Por teimosia, como avaliou o apresentador no início do comentário, ou por estar satisfeito com o trabalho do secretário ou por razões desconhecidas, ainda não explicitadas, o governador não cedeu às pressões. Reeleito no primeiro turno das eleições de 2010, ele manteve o secretário no cargo até o último dia do primeiro mandato.

[MONITORANDO

Investimentos em segurança. Segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, o investimento na área, de 2007 a 2010, foi de R\$ 503.990.933,50, ou seja, 5,6 vezes maior do que no período de 2003 a 2006, quando ficou em R\$ 88.843.144,85. Nos quatro anos anteriores, de 1999 a 2002, os recursos investidos em segurança foram ainda menores: R\$ 77.382.167,86.

O (anti)modelo de secretário

Excessivamente legalista e humanista, logo incapaz. A conclusão, literal ou com outras palavras, está no próprio discurso dos apresentadores de alguns programas policiais e se refere ao secretário da Segurança. Ele chega a ser tratado como um homem despreparado, que não tem o que falar sobre segurança. O apresentador do programa *Os malhas e a lei*, ao comentar sobre a ausência do secretário em um debate sobre o tema, programado pelo Tribunal de Contas do Estado, disse, rindo, que ele “não pisou nem lá”. E emendou, batendo com uma mão e afagando com a outra: “Vai falar sobre o quê, né? Eu sempre disse e continuo dizendo: o secretário de Segurança do estado do Ceará é um homem educado, é um homem íntegro, é um homem de princípios, e eu entendo que ele tem uma grande virtude: ele é uma pessoa honesta. Agora, o que eu bato é na forma como ele conduz a coisa”.

O que seria uma virtude passa a ser visto como um defeito: “Me parece que é humanista demais, sei lá, é mais do que legalista”. O âncora passou então a questionar o que considera excesso de legalidade e humanismo e, pontualmente, a proposta do secretário de preservação da imagem de presos, levando a discussão para outro rumo: liberdade de imprensa: “Ninguém é contra a legalidade, muito pelo contrário. Nós tivemos um secretário de Segurança aqui no estado do Ceará, doutor Feliciano de Carvalho, uma pessoa extremamente legalista, que fez um grande trabalho na Secretaria da Segurança Pública (...), mas a imprensa tinha total liberdade de chegar, de trabalhar, de filmar. Se o bandido achasse que foi filmado indevido, entrava com uma ação, negrada. Isso não é papel de secretário, não, e a população quer ver a cara do bandido pra ela poder ligar pra Polícia: ‘ó, aquele bandido que vive estuprando as meninas tá solto e tá aqui na minha rua. Manda a Polícia vir buscar o cara’. Mas ninguém sabe mais quem é ninguém. O secretário chegou e botou um pano por cima. Os bandidos agora tão gostando do discurso do secretário. Aí, a gente tá pagando um preço muito alto (*Os malhas e a lei* - 29.5.2010)”.

[MONITORANDO

...O secretário da Segurança e o arcebispo. O comentário do apresentador ainda merece parênteses para a citação de um trecho do arquivo *Veja* de 18 de junho de 1986 que se refere a um episódio envolvendo o secretário da Segurança Pública do Ceará à época, o renomado advogado José Feliciano de Carvalho, ao qual o âncora fez menção, mas também expõe o confronto de ideias com um dos religiosos mais respeitados que o Brasil já teve: Aloisio Lorscheider (1924-2007). “O secretário de Segurança Pública do Ceará, José Feliciano de Carvalho, atribuiu na última quarta-feira às Comissões Eclesiais de Base da Igreja Católica – as CEBs – toda a responsabilidade por um confronto entre posseiros e empregados de uma fazenda no município de Trairi, a 64 quilômetros de Fortaleza, do qual resultaram quatro mortos. ‘Se as CEBs são assim tão perigosas’, respondeu o arcebispo de Fortaleza, Aloisio Lorscheider, ‘então o secretário deveria prender primeiro a nós, os bispos, que promovemos as CEBs no Brasil, e depois o papa, que nos manda promovê-las’”, apontou a revista, em uma matéria sobre reforma agrária.

Quando não citam nominalmente o secretário, os apresentadores dos programas policiais fazem a crítica indireta, comparando-o a outros que já exerceram o cargo, cujas passagens pela pasta da segurança pública ficaram mais conhecidas pela linha dura, como os próprios âncoras acentuam. “Ô saudade que faz o secretário Moroni Torgan na Secretaria de Segurança Pública (1988-1990). Bandido não tinha moral como tá tendo, bandido era tratado com todo o rigor: os iguais de maneiras iguais, os desiguais de maneira desiguais. Não da maneira que tá: tratando bandido como cidadão, e o cidadão como bandido (*Cidade* 190 - 26.5.2010)”, afirmou o comentarista

da TV Cidade. “(O secretário) proíbe mostrar a imagem dos bichinhos dos presos; os assaltantes, estuprador, os bichinhos têm que ter sua imagem preservada (Cidade 190 - 14.4.2010)”, ironizou.

A preservação da imagem de pessoas acusadas de infringir a lei passa a ser propagada como regalia oferecida pelo comando da Segurança. “Os malas estão com a corda toda. Também, com essa política de segurança pública que nós temos aí, que o mala não pode, o mala tem um privilégio, o mala é pra ser assim, é pra ser assado, criaram asas (Os malas e a lei - 29.5.2010)”, avaliou o apresentador da TV Diário. Se o contexto é ruim, tenta-se causar a impressão de que pode ficar pior: “A situação é feia e pelo visto vai ficar mais feia ainda”. O que fazer, então? “A solução é soltar os bandidos, porque a Polícia não faz nada, o secretário de Segurança não deixa, né? Vamos soltar logo, pra não dar trabalho aos homens de pegar e soltar, né?”, debochou, em entrevista ao âncora, naquela mesma edição, um morador do Sítio São João, que já teria sido assaltado algumas vezes.

Quando não verbalizada pelos próprios apresentadores, a repreensão ao secretário parte da população, sob incentivo ou não dos programas. “Pode vir dossiê do jeito que vier, que ninguém vai parar de falar... Pense numa turma fraca em termo de segurança”, comentou o apresentador. “É fraca, porque, aqui, durante os anos que a gente comercia, nunca ouviu falar em roubo, ninguém sabia o que era roubo. Aqui se dormia até de porta aberta, se quisesse (Comando 22 - 15.4.2010)”, reforçou um comerciante, em sintonia com o repórter-apresentador d’Os malas e a lei, durante entrevista sobre a sucessão de arrombamentos ao estabelecimento onde trabalha, no Centro da cidade. O senso comum reforça o discurso midiático ou vice-versa. Assim, transmite-se implicitamente a mensagem: a voz do apresentador é a voz do povo, e a voz do povo...

“A Polícia da boa vizinhança” em xeque

“Menina dos olhos” para a área da segurança desde a primeira campanha de Cid Gomes ao governo do estado do Ceará, em 2006, o programa Ronda do Quarteirão chegou a 2010 com resultados muito aquém das expectativas da população, uma vez que os índices de criminalidade, principalmente de assassinatos, aumentaram, ao invés de caírem ou no mínimo se manterem. Os programas policiais não arriscariam manter-se em silêncio ou tecer loas a uma ação do governo com desempenho píffo e alto nível de insatisfação popular.

As boas impressões causadas pelo programa quando começou a ser implantado, em 2007, foram logo substituídas por uma avaliação negativa, diante das operações desastrosas e denúncias de extorsão, espancamentos, abuso de autoridade e invasão de domicílio envolvendo policiais do Ronda. Até mesmo a condução das possantes viaturas virou motivo para piadas, tamanho o número de colisões, capotamentos e atropelamentos nos quais as camionetes Hilux se envolveram.

“Rotina: viatura do Ronda se envolve em acidente na Leste-Oeste (Comando 22 - 16.4.2010)”. Os caracteres exibidos pelo programa vespertino da TV Diário sintetizavam a sucessão de ocorrências. Três dias depois, o Barra Pesada noticiaria mais uma, sem deixar de lembrar que era a terceira em menos de uma semana. No dia seguinte, o Rota 22 noticiaria outra, e nesse caso, algumas questões se sobressaíram. “Mais uma viatura moderníssima, supermoderna, da Polícia, que se envolve em acidente. Dessa vez muito grave, muito grave. A viatura capotou por diversas vezes. Os dois policiais que estavam no veículo ficaram feridos, um deles em estado grave”, anunciou o apresentador. O programa exibiu inclusive imagens captadas pelo circuito de câmeras do terminal de ônibus de Messejana, bairro onde o capotamento aconteceu. Em alta velocidade, sob pista escorregadia, o veículo virou várias vezes ao se deslocar para atender a um chamado.

O caso teve um agravante. Funcionários de um hospital denunciaram à equipe de reportagem que policiais militares chegaram à unidade de saúde de arma em punho, exigindo que um médico se encaminhasse até o local do acidente para atender os colegas feridos, embora essa seja uma atribuição do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Mais: teriam inclusive feito ameaças e danificado um equipamento do hospital. A equipe de reportagem ouviu o comandante da Polícia, e o apresentador questionou a postura dos policiais, mas também a sequência de ocorrências com as viaturas do Ronda do Quarteirão.

Entre as causas da repetição de problemas envolvendo os carros da Polícia, o âncora do Rota 22 atribuiu a falta de treinamento para os policiais conduzirem veículos tão potentes, de descanso em função de uma carga horária de seis dias trabalhados com apenas um de folga e de melhor remuneração, sugerindo que agentes de segurança estendem o horário de trabalho pela madrugada para receberem uma gratificação: “Nunca se viu tantos acidentes com viaturas policiais como está se presenciando hoje. Esse já é bem o quarto acidente que acontece aqui no Ceará dentro de uma semana apenas, todos com viaturas policiais. Esses policiais não estão sabendo, não estão preparados para dirigir, para pilotar essas viaturas (Rota 22 - 20.4.2010)”.

O que se anunciou como uma experiência de policiamento comunitário para o Ceará não logrou êxito nesse sentido. E a proximidade que deveria existir entre Polícia e comunidade parece não ter se concretizado nem mesmo para dar à população a sensação da presença física dos policiais. “A Polícia da boa vizinhança” ficou apenas no slogan do programa. “O Ronda do Quarteirão foi uma tentativa de implantar no Ceará, principalmente na região metropolitana de Fortaleza, a Polícia comunitária, prática que deu muito certo noutras cidades brasileiras, onde houve uma redução dos índices de criminalidade. Aqui, ocorreu justamente o contrário, exatamente o contrário. Aumentaram os gastos do estado com a compra e manutenção de viaturas modernas, mas extremamente caras, e apesar disso, os crimes só têm crescido, principalmente assaltos, delitos gravíssimos, que seriam um dos alvos principais do Ronda. Há de se fazer uma profunda e séria reflexão – sem apelos políticos ou ideológicos, não, longe disso – sobre a polícia praticada pelo Ronda do Quarteirão. Apesar da boa intenção dos nossos governantes, está mais do que comprovado que o programa não vem surtindo os efeitos desejados. Está na hora de termos a humildade necessária para reconhecer os equívocos e providenciar a reformulação do programa, aperfeiçoando-o no sentido de que garanta de fato segurança pública para a população (Rota 22 - 6.4.2010)”, defendeu o apresentador.

No cabo de guerra entre policiais e governo, a mídia puxou de um lado

Durante o período de gravação dos programas policiais para monitoramento e análise que resultaram nesta publicação, houve uma série de manifestações promovidas pelas esposas dos policiais, expondo mais ainda a figura do secretário da Segurança Pública a questionamentos. No cabo de guerra entre policiais e governo, a mídia deu uma forcinha para os agentes de segurança. Impossibilitados de participar de protestos, de acordo com vasta legislação, que inclui o Código Penal Militar, o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, o Código Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, os policiais militares tiveram na linha de frente as esposas, mas também filhas, irmãs, mães e sogras.

No segundo dia do monitoramento dos programas, 7 de abril, já se contabilizava o “sétimo movimento” das esposas dos policiais em busca de vantagens para a corporação: melhor

remuneração com reestruturação do soldo, redefinição da jornada de trabalho, assistência integral à saúde e efetivação de promoções. Ao mesmo tempo que as reivindicações eram feitas, o quadro desfavorável à classe emergia: carga horária exaustiva – 48 horas semanais, ou seja, oito horas diárias com um dia de folga por semana; baixos salários – Ceará em penúltimo lugar no ranking dos nove estados nordestinos com os piores vencimentos para a categoria; e a pequena expectativa de ascensão profissional – militares levariam 20 anos em média para serem promovidos.

Articuladas pela Associação Social das Esposas dos Militares do Estado do Ceará ou pela Associação das Esposas de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, as mulheres usaram diversas estratégias de mobilização e de visibilidade aos protestos: bloqueio da entrada e saída de policiais dos quartéis e sede dos batalhões de Polícia; passeatas rumo à Assembleia Legislativa do Estado; reuniões com parlamentares; e a adesão dos programas policiais, que cobriram amplamente todos os movimentos. O apoio se manifestou de forma clara nas matérias, inclusive em desdobramento, entradas ao vivo de repórteres entrevistando as manifestantes e, principalmente, nos comentários dos apresentadores.

Uma das principais queixas dos policiais expressa pelas mulheres era em relação à carga horária de trabalho. “Secretário de Segurança mais uma vez promete resolver problema da carga horária excessiva dos policiais cearenses. Até agora não fez nada, mas pelo menos está reconhecendo que a carga horária é estressante (Rota 22 - 22.4.2010)”, observou o apresentador da TV Diário. Sem avanços, na última semana daquele mês, os próprios policiais tomariam as rédeas, organizando um movimento denominado “operação tolerância zero”, incluindo novas formas de mobilização. Os agentes decidiram trabalhar a pé e não usar as viaturas nem as “motopatrulhas”, chamando a atenção sobre uma nova denúncia: os carros estariam sem o documento original de licenciamento em dia e os agentes de segurança sem treinamento exigido pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para conduzir veículos de emergência, como os de Polícia, o que talvez explicasse a repetição de ocorrências no tráfego envolvendo as viaturas – informou-se na época que muitos dos policiais responsáveis pela condução dos veículos teriam apenas carteira de habilitação provisória.

As questões envolvendo os policiais chegaram a ser abordadas quatro vezes ao longo da edição de 27 de abril do *Barra Pesada*, incluindo a exibição de um depoimento atribuído a um policial que teve a imagem preservada e a voz distorcida. Numa das raras ocasiões em que o governador foi tirado da cômoda posição de blindagem, o apresentador da TV Jangadeiro chegou a questionar a demora dele em receber uma comissão de representantes dos policiais para negociação. “O governador parece que não tá nem aí”, apontou o âncora, defendendo o diálogo e a liderança frente a uma situação de quebra de hierarquia representando forte abalo na relação entre policiais e comando da segurança, “abalo jamais visto” – pontuou.

As consequências já seriam imediatas, segundo interpretaram os policiais e a mídia, a partir de uma decisão do comando da Segurança que atingia policiais envolvidos na “operação tolerância zero”: a transferência de 32 agentes dos locais de trabalho – da capital para o interior. A determinação acabou resultando em novos protestos. O *Barra Pesada* dedicou longo tempo às queixas contra a ordem de remanejamento. Policiais e familiares se concentraram diante da sede do Comando Geral da Polícia Militar. O programa cobriu a mobilização, entrevistou a esposa de um policial e um major acompanhado dos filhos, entre eles dois gêmeos recém-nascidos, e da esposa, segundo ele, operada há 20 dias. O repórter acentuou a presença dos bebês, o cinegrafista capturou em detalhes as imagens das crianças e o apresentador pediu para repisar essas imagens.

A transferência foi vista como “autoritarismo”, “violência institucional”, “perseguição” e “represália” às manifestações promovidas pela categoria. O apresentador da TV Jangadeiro se referiu a uma nota do comandante da Polícia Militar encaminhada ao programa em que prometia avaliar caso a caso e a uma conversa com o Relações Públicas da PM que se reportou à medida como uma solicitação feita pelo comandante do Batalhão de Choque. Mesmo assim, o âncora considerou que, naquele momento, o remanejamento parecia retaliação e citou os transtornos que o deslocamento representaria para as famílias, como a adaptação a outra cidade, procura por casa e mudança de escola para os filhos. “Realmente, se a PM cearense quer ser avaliada como polícia cidadã, não é essa a atitude que se espera, fazendo com que haja um tipo de violência contra o seu próprio efetivo (Barra Pesada - 30.4.2010)”.

Quando finalmente a contenda chegou ao fim, no dia 30 de abril, as avaliações pouco variaram entre os programas. O secretário nem sequer foi lembrado e os louros ficaram para o governador, mais uma vez, e para o comandante geral da Polícia Militar, a quem foi atribuído o “consenso com os policiais militares (Cidade 190 - 30.4.2010)”.

O Rota 22 enalteceu também o comandante geral da PM, que teria recebido em audiência cerca de 20 dos 32 policiais que seriam transferidos, e segundo o apresentador, garantiu a ele por telefone que iria rever todas as transferências pessoalmente e ouvir um por um. “A decisão do Comando Geral, além de revelar o lado humano do coronel, pode ser interpretada também como reconhecimento do valor profissional de cada um dos policiais, afinal de contas eles integram um grupo de elite da PM, o Batalhão de Polícia de Choque”, disse, reconhecendo também o esforço de mobilização dos policiais com o apoio das esposas, um dia depois de ter sido categórico que a orientação para o remanejamento de policiais teria sido represália contra o movimento, embora o Relações Públicas da Polícia Militar tenha justificado que as transferências ocorrem semanalmente.

O posicionamento do Barra Pesada foi no sentido de considerar como uma vitória dos policiais, resultado do próprio esforço deles e das esposas. “Depois da luta, a conquista: policiais militares conseguiram reduzir a carga horária de trabalho (...) Depois de quase um mês de tensão entre policiais e governo, os policiais convenceram o (governo do) estado a aceitar 75% da pauta de reivindicações (...) Das quatro demandas, somente o reajuste salarial não foi imediato, mas a redução da jornada de trabalho foi atendida (Barra Pesada - 30.4.2010)”

Os programas policiais tomaram partido no confronto entre forças policiais e Secretaria da Segurança Pública, numa postura inequívoca a favor – dos policiais – e contra – o secretário. Algumas falas dos apresentadores explicitam ou sugerem as motivações, buscando o telespectador como aliado. “Por que que a gente defende tanto o policial, tanto as forças policiais aqui no programa Cidade 190? Por causa de você, cidadão, porque está se investindo milhões e milhões de reais em compra de viatura, em armamento e tudo, mas o agente da segurança pública é o homem, e esse homem maltratado, desrespeitado nos seus direitos, quem sofre na ponta é a sociedade. Não adianta ter viatura, uma arma potente na cintura, se o ser humano, que vai dirigir o carro e usar a arma, está insatisfeito. Então, essa é uma política equivocada, mais uma vez, pelo secretário de Segurança (Cidade 190 - 22.4.2010)”, afirmou o comentarista.

Um mês depois, ele revelaria uma motivação pessoal para defender com tanto empenho os policiais. Ao ler o email enviado ao programa pela filha de um policial militar, reclamando atendimento às reivindicações feitas durante as manifestações realizadas, o comentarista revelaria que também é filho de policial: “Essa jovem tem toda razão a respeito das promoções e das péssimas condições de trabalho dos policiais militares. Eu falo isso com muita convicção de

caso porque – não tenho vergonha – sou filho de um policial que doou a vida durante 30 anos para a sociedade (Cidade 190 - 26.5.2010)”.

Sejam quais tenham sido os motivos – compromisso social no exercício da comunicação, afinidade pessoal ou até interesse político –, os apresentadores ficaram do lado dos policiais. O âncora do *Comando 22*, mesmo tendo a veemência como uma das características mais marcantes do seu discurso, manteve-se mais comedido ao abordar a quebra de braço, defendendo o diálogo como solução para o impasse, embora, como os demais, tenha chamado o secretário à responsabilidade e poupado o governador. “O governador, que eu conheço de perto, sei da sensibilidade dele, e digo isso sem puxar saco; eu não tenho nem emprego com o governador Cid Gomes, não me dá nada, nunca pedi também; se eu pedisse, talvez ele até me desse, mas nunca pedi, nunca pedi um emprego, nunca pedi nada... É preciso chegar pro governador e dizer: ‘governador, vamos conversar. O senhor, com a sua sensibilidade, o que é que pode ser feito?’. Porque o governador gastou 500 milhões (de reais), é o governador que mais gastou com segurança, não tem nenhum governador no Nordeste e nem no Ceará – nunca houve – que gastasse mais com segurança como o governador; então, o que ele quer é resolver. E é preciso você entender que tem um gerenciamento; tem o governador que manda o dinheiro; agora, tá aqui o gerente dele, é que tá fracassando”, comparou.

Parlamentar, como outros três apresentadores, o âncora do *Comando 22* também procurou se isentar de motivações políticas. “Eu não quero fazer campanha em cima de secretário, não quero fazer campanha em cima de ninguém. Esse programa aqui, eu detesto falar de política aqui dentro, eu acho que o programa é policial, mas um problema policial que tem de ser resolvido com a política, eu tenho que falar (...) Vão dizer: ‘ah, tão fazendo campanha, tão se aproveitando, é período eleitoral, tão fazendo política em cima disso’, e eu detesto essas conversas, negócio de tá tirando dividendos, tá se aproveitando, tá querendo que o mundo se acabe, querendo que o mar pegue fogo pra comer peixe assado. Isso aí não é comigo, não (Comando 22 - 7.4.2010)”.

A politização não estaria circunscrita apenas à cobertura midiática, mas o próprio movimento teria essa característica. “Tem gente aí no movimento envolvido com a política, mas não é o nosso caso (Comando 22 - 28.4.2010)”, eximiu-se a esposa de um policial, dirigindo-se ao governador durante entrevista, como se esse fosse um argumento para que o chefe do Executivo estadual aceitasse se reunir com uma comissão para tratar das reivindicações postas. Se ela se referiu ao presidente da Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, não se sabe, mas o certo é que ele esteve à frente das mobilizações e, meses depois, saiu candidato a deputado federal.

[MONITORANDO

Depois do embate... Dez dias após o fim da queda de braço entre policiais e governo, o *Barra Pesada* exibiu trechos de uma entrevista que o secretário concedeu a outro programa da emissora e que ainda iria ao ar, na qual apontou que feriu alguns interesses, mas não entrou em detalhes. Ele não minimizou o crescimento acentuado da criminalidade, principalmente dos assassinatos (55% entre o primeiro quadrimestre de 2009 e o mesmo período de 2010), nem se furtou de comentar os índices, mas disse que organizou um dos melhores serviços de inteligência do país, embora muitos assassinatos revelados pelos próprios programas policiais não sejam esclarecidos pela Polícia. O secretário afirmou ainda que não acreditava em esquema para desestabilizá-lo nem considerou que houvesse uma crise na segurança, mas apenas um momento difícil com as paralisações dos policiais militares.

Um código de ética e da discórdia

Em uma conjuntura de estremecimento entre Polícia e governo, o surgimento de um dispositivo legal, a priori de relevância irrefutável para o exercício da atividade policial, acabou provocando ainda mais alvoroço. Foi o que aconteceu com a instituição do Código de Ética dos Agentes de Segurança Pública e Defesa Social, que passou a vigorar em abril, durante um momento de crise na Segurança Pública do estado.

O documento não foi bem recebido pelos representantes das corporações, que encontraram na cobertura feita pelos programas policiais mais do que espaço para contestações, pois repórteres e apresentadores fizeram eco ao discurso discordante. “Você vai acompanhar os itens polêmicos sobre o Código de Ética da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, que deve gerar várias manifestações ainda esta semana (Barra Pesada - 22.4.2010)”, anunciou o apresentador da TV Jangadeiro logo no início do programa. “O código prevê punição para bicos e atestados médicos de procedência duvidosa e proíbe a crítica contra autoridade pública”, completou na chamada da matéria, listando os itens polêmicos. A repórter do programa, além de afirmar que “policiais não podem fazer qualquer que seja a crítica a autoridade pública, ou seja, cerceando a esses agentes públicos exatamente a questão de dar a sua opinião sobre qualquer ponto que seja divergente das autoridades que regem as instituições às quais são vinculados”, fez perguntas que induziam a respostas contrárias a pontos do documento.

Em entrevista ao Barra Pesada, o vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis definiu o código como “desastroso” e a portaria que o instituiu como “esdrúxula”, avaliou a iniciativa como uma “intimidação” e disse que “o secretário dessa vez se superou”. Segundo o sindicalista, a corporação já tem um Estatuto da Polícia Civil que contempla pontos da portaria baixada pelo comandante da Segurança Pública do Ceará. “Ademais, impede a livre manifestação de pensamento que é garantida através do texto constitucional, quer dizer, a gente não pode sequer criticar a ação desastrosa da Secretaria de Segurança no tocante à violência urbana e à criminalidade”, concluiu.

A avaliação do representante da Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros não foi diferente. Para ele, o secretário incorreu em um “equivoco”, pois também já existe a Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003, que institui o Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, dispondo sobre o comportamento ético e estabelecendo os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativo-disciplinar dos militares estaduais: “O secretário, num momento de desespero, porque não consegue conter a onda de violência, resolveu baixar impensadamente a portaria, achando que vai conter os ânimos que estão bastante acirrados de insatisfação”.

Em meio à discussão, o apresentador do Barra Pesada anunciou uma assembleia geral dos policiais militares e não manteve a neutralidade, ao abordar a celeuma em torno do código. Ele usou palavras sábias para pôr sob suspeição os interesses do secretário: “A ética é um dever moral que está inscrito no código da consciência, por isso é que se fala em consciência ética. Não é nada que deva ser imposto de fora para dentro, mas de dentro para fora. O homem tem obrigação de ser ético em toda profissão, respeitando os direitos dos outros como quer que os seus sejam respeitados. Então, como alguém falível, que tem interesses, que pode errar, vai impor aos outros a sua ética? Esse é um discurso que está gerando essa polêmica toda, porque já nasce do conflito de interesses. Cada um defende sua conduta como sendo ética. O que é aconselhável é uma doutrina de segurança pública do interesse geral, que não traduz um ponto de vista pessoal nem um capricho de cada secretário ou de cada comandante que venha assumir um posto”.

As reações contrárias seriam ainda mais fortes em outros programas. O código provocou um longo comentário de abertura do programa *Cidade 190*. “Pode ser considerado inoportuno. Não somos contra a ordem, ao disciplinamento, a código de ética. Pelo contrário, entendemos que é preciso que haja disciplina na tropa (*Cidade 190 - 22.4.2010*)”, começou o apresentador. “A linha de jornalismo e pensamento do *Cidade 190*, que vem da ordem traçada pela direção geral, é de independência no jornalismo, liberdade para a notícia e responsabilidade dos nossos pensamentos, mas nós não podemos deixar de entender que o código de ética que entrou em vigor no dia 19 chega exatamente no momento em que há uma inflamação muito acentuada, tanto dentro da Polícia Militar como da Secretaria de Segurança Pública”, prosseguiu.

O foco dos questionamentos passou a ser redirecionado: do código para o responsável pela introdução do mecanismo, o secretário da Segurança: “Há uma insatisfação de uma situação que toda a sociedade fala numa só voz: quem exige cumprimento tem que cumprir também. Que moral tem o secretário de Segurança, sem querer atingi-lo, de exigir do policial militar e civil o cumprimento rigoroso de um código de ética que diz no seu artigo 4º que o agente de segurança pública tem que se dedicar integralmente as suas funções onde ele trabalha? (...) Tem que respeitar o código de ética? Por que o secretário de Segurança não respeita antes a lei das promoções? Como pode o secretário exigir que o policial, ou militar ou civil, seja obediente, de joelho, a um código de regras, se o próprio secretário, autoridade maior da segurança pública, não obedece a lei das promoções?”.

A censura ao secretário se intensificaria com o comentarista do programa: “Eu não posso me furtar de comentar sobre esse novo código de ética dos policiais (...) O secretário exige, exige, exige, mas não cumpre o seu dever de casa, o feijão com arroz. Tem no estatuto também dos policiais militares, bombeiros, a promoção pra cabo, pra sargento, pra subtenente, pra tenente e aí vai, cumprindo o tempo e a lisura do policial. Isso é cumprido por parte do secretário de Segurança, pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros, até pela própria Polícia Civil? Isso é cumprido? Não”.

Tão criticado por especialistas na área de segurança e agora proibido pelo código, o “bico”, praticado por policiais para complementação de renda, passa a ser defendido. O comentarista chega a usar o próprio exemplo como representante público para defender a permissão. “Não posso ter aqui dois pesos e duas medidas: um deputado federal pode ter dois empregos, um deputado estadual pode ter dois empregos, eu, vereador de Fortaleza, posso ter dois empregos. E por que não um policial militar pode ter dois empregos, um agente do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil? Por quê? Se quer se exigir, pague bem”, encerrou.

Política na cobertura da saúde

Sem deixar de reconhecer os transtornos de um princípio de incêndio que deixou setores estratégicos do maior hospital de urgência e emergência do Ceará desabastecidos de energia elétrica, no início de abril de 2010, houve uma politização da abordagem feita por alguns programas policiais – politização no sentido de conferir um viés político à questão. Matérias com desdobramentos, entradas de repórteres ao vivo, entrevistas com pacientes, familiares, médicos e diretores do hospital, imagens de cinegrafista amador ou registradas por telefone celular... O que demonstraria um esforço de reportagem e uma preocupação em oferecer aos telespectadores uma cobertura ampla sobre o problema ficou comprometido por comentários e avaliações exageradas, até mesmo equivocadas, que sinalizavam para interesses outros, além da prestação de informações à população.

Um jornalismo de qualidade não se faz apenas com informações, mas também com análises. O que se percebeu, no entanto, foram nuances de um tratamento político a um fato jornalístico. É de se questionar se a falta de eletricidade por mais de quatro horas, segundo um dos programas, ou até seis, de acordo com outro, atingindo setores como o centro cirúrgico e a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), tenha levado à morte de pacientes, mas o Barra Pesada deu a informação de que seis pessoas teriam morrido após o princípio de incêndio, mesmo tendo ouvido o superintendente afirmar que essa é a média diária de óbitos do hospital, pelo porte e perfil de uma unidade que recebe muitos pacientes em estado grave.

O Cidade 190 foi além: deu 11 mortes e cobrou que o Conselho Regional de Medicina do Ceará (Cremec) investigasse se os óbitos tinham relação com a falta de energia. “O IJF tá: quebra, não quebra”, “sinais de falência”, “precariedade grande”, “crise aguda” – foram expressões utilizadas pelo apresentador do programa, ao listar uma série de problemas estruturais no hospital e de atendimento aos pacientes.

Para apresentadores que também atuam como vereador e deputados, os programas policiais acabam sendo uma extensão das tribunas da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa do Estado. A crise no IJF foi conveniente para a expressão dos dois papéis, porque ganhou grande repercussão também no Legislativo municipal e no Legislativo estadual, analisando-se possibilidades de criação de comissão parlamentar de inquérito e levando legisladores ao hospital e médicos à Assembleia. “Acaba de passar mal uma médica que foi pra Assembleia Legislativa (falar) sobre a questão do IJF. Passou mal, teve que ser socorrida pelos seus companheiros, porque alguns integrantes do PT tavam dizendo que o IJF é as mil maravilhas (Cidade 190 - 8.4.2010)”, noticiou o comentarista-vereador quando do comparecimento de um grupo de médicos do hospital ao Legislativo estadual, dois dias depois do princípio de incêndio. Vê-se que a discussão, mais do que politizada, chega a ser partidarizada, a exemplo dos embates nos círculos de poder.

O Barra Pesada não tem apresentador e nem repórter no parlamento, mas não foi por isso que o programa deixou de também dar a sua contribuição ao jogo político. Além do material jornalístico produzido pela própria equipe, o programa exibiu um vídeo atribuído a um dos maiores opositores da administração municipal. Nada de errado, se não fosse o caráter oposicionista que o material ganhou, reforçado inclusive pelo programa. “Um vereador de Fortaleza filmou um caos depois do apagão (...) As cenas são dignas de um filme de terror (...) Bombeiros agindo para que o fogo não se alastrasse, pacientes na porta e na calçada do hospital, familiares desesperados à procura de notícia dos doentes”, adiantou o âncora.

Além dos comentários do apresentador, a própria edição do programa preservou a sintonia com a edição do material fornecido pelo vereador. Os caracteres do vídeo: “Caos”, “medo” e “dor”. Os caracteres do programa: “Vereador filma caos depois do apagão”. O off do vídeo – “Cenário de guerra” – também não destoaria do comentário final do apresentador do programa: “Essas imagens nada ficam a dever às cenas a que assistimos durante aquele terremoto no Haiti”, afirmou, repetindo o que já havia dito no dia anterior. No vídeo, o próprio vereador aparece, tratando o princípio de incêndio como “incêndio grande” e falando do “descaso da atual administração”: um “abandono total”. “Isso mostra o descaso dessa administração, uma administração que não tem compromisso com o povo, não tem compromisso com a cidade, abandonou todo mundo, prometeu o que não podia para garantir a reeleição”.

Enquanto imagens do vídeo foram repetidas, o apresentador relembrou o que os jornais do dia trouxeram com destaque: a informação sobre a falta de “alvará concedido pelo Corpo

de Bombeiros para o funcionamento efetivo (do hospital) em caso de um incêndio". O Cidade 190 também ressaltaria a informação impressa. E o apresentador não deixaria de contrapor às críticas à administração municipal as exaltações à gestão estadual: "O governador do estado, Cid Gomes, mandou redobrar plantões de todos os hospitais do estado aqui dentro da cidade pra acudir na hora, de imediato" os pacientes que precisavam de transferência do IJF. Convém observar que o governador, pertencente ao mesmo partido – PSB – do apresentador-deputador, seria citado outras duas vezes no mesmo programa, sempre em tom laudatório.

Uma semana depois, outro alerta. "Novo apagão e caos no IJF" durante o fim de semana, noticiou o Barra Pesada no dia 12 de abril. Uma explosão e falta de energia de cerca de dez minutos, segundo um médico ouvido pela equipe de reportagem, teria durado menos tempo: um minuto e meio, de acordo com o secretário municipal de Saúde, também em entrevista ao programa no mesmo dia. Mais moderado que no episódio anterior, o Barra fez as devidas advertências sobre a repetição do problema e trouxe novas denúncias, exibindo fotografias de instalações elétricas que mais pareciam gambiarras que exporiam a riscos pacientes e funcionários. O âncora também cobrou responsabilidade de prefeitos e vereadores para montarem estruturas nos municípios que repercutam na diminuição da quantidade de pacientes do interior encaminhados ao IJF.

Os problemas no hospital não foram subestimados pelos programas policiais da TV Diário, mas o Rota 22, principalmente, tratou a situação em perspectivas diferenciadas, com matérias mais esclarecedoras sobre o perfil do serviço e orientando a população a procurar o IJF somente em casos graves para não sobrecarregar a unidade enquanto se recuperava da pane e encaminhar os casos menos complexos para outros locais de atendimento. Se nos outros programas se depreendeu uma politização da cobertura, seria apenas uma coincidência a despolitização do caso no programa Comando 22? Detalhe: o apresentador foi vice-líder da prefeita Luizianne Lins na Câmara Municipal no início de sua primeira gestão.

[MONITORANDO

Gestão pública na berlinda. "Tem que existir uma linha criteriosa, mais do que criteriosa, supercriteriosa, para a aplicação do dinheiro público". A edição de 14 de abril do programa Cidade 190 já começou com um comentário questionando a Prefeitura. O apresentador se referia a um contrato feito pela Guarda Municipal de Fortaleza com uma fundação de São Paulo para um estudo sobre violência, ao custo de 2,705 milhões de reais, acentuando que no Ceará há "o maior e melhor Laboratório de Estudos sobre a Violência", da Universidade Federal do Ceará. "Não precisava pagar, não tinha custo. É preciso que se chame a atenção, que se cobre mais responsabilidade daqueles que têm poder de decisão na aplicação, no gasto do dinheiro público, porque, em alguns momentos, a coisa passa a ser considerada crime, é isso mesmo: crime, e quem pratica crime deve sofrer a aplicação da lei, e a aplicação da lei tem muitas vezes que mandar o infrator pra cadeia". A versão da Prefeitura não foi apresentada.

Mesmo na reportagem especial sobre diversos aspectos do maior hospital do Estado, o comentarista do Cidade 190 aproveitou a finalização da matéria para provocar a administração municipal. "O maior hospital de urgência e emergência do Ceará: um lugar que nunca pára (Cidade 190 - 22.4.2010)", finalizou o repórter. Mas o comentarista lembrou que o Hospital da Mulher, uma das principais promessas de campanha, em 2004, da atual prefeita ainda estava sem funcionar.

Ao ler uma nota encaminhada pela Secretaria Executiva Regional III sobre a buroqueira denunciada por moradores do bairro Bom Sucesso, o apresentador da TV Jangadeiro

foi incisivo: “Em termos de pavimentação, é um trabalho porco feito nesta cidade (Barra Pesada - 14.4.2010)”. Na mesma edição, a seção “Chame o Barra” deu voz a um morador do Parque Parreão que responsabilizou diretamente a prefeita pelo estado de abandono do local: “Já era ruim, mas na gestão da Luizianne piorou muito”. A dimensão política aumentou em função da vizinhança do parque com o local de moradia de um deputado federal que também frequenta a área e que é aliado da prefeita. “Se ela não atende o pedido do Chico Lopes, vai atender a mim?”, questionou o morador, no que foi seguido pelo repórter e pelo apresentador, este aproveitando para citar outros espaços públicos também deteriorados.

A dúvida suscitada sobre o número real de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em condições efetivas de prestação de socorro à população de Fortaleza fez o apresentador do Barra Pesada invocar os vereadores de oposição à administração municipal a fazerem uma investigação. Um mecânico recém demitido do serviço afirmou que a quantidade de viaturas circulando na capital era bem inferior comparada ao que a diretoria do SAMU informava. “Como funciona esse dia-a-dia do SAMU? Afinal de contas, é dinheiro nosso e que precisa ser explicado com detalhes transparentes, e não apenas em momentos como um flagrante desse, você age tapando o sol com a peneira, tira o funcionário e alguém lá está preservado (Barra Pesada - 18.5.2010)”, cobrou o apresentador. O mecânico foi demitido após ser flagrado pela equipe do programa realizando o reboque de uma ambulância com outra ambulância porque não havia veículo com guincho para resgatar a viatura quebrada.

[CASO EMBLEMÁTICO

"A saúde pública no Brasil virou um caso de polícia. No posto de saúde do bairro Parque Dois Irmãos, sexagenária passa mal e morre por falta de socorro imediato. A Polícia vai investigar se a vítima morreu realmente por omissão de socorro (Rota 22)". "Não aguentou a espera na fila, horas e horas, passou mal, caiu, bateu a cabeça no chão. Infelizmente, nesse horário, 8 horas da manhã, não tinha médico no posto de saúde, não tinha médico, e essa senhora veio a falecer (Cidade 190)". "Não se justifica uma pessoa morrer à míngua dentro de um posto de saúde (Barra Pesada)". "Por isso que meto o chicote, e tem gente que acha ruim (Comando 22)".

As citações foram feitas pelos apresentadores dos programas policiais no dia 14 de abril, data em que uma aposentada de 67 anos morreu enquanto estava em uma unidade de saúde na periferia de Fortaleza. A cobertura do caso mesclou erros e acertos. Em todos os programas, percebeu-se uma tentativa de associar o óbito à má prestação do serviço público de saúde. Enquanto os apresentadores chamaram atenção para a falta de profissionais que socorressem a vítima, as próprias reportagens exibidas por eles permitiram outras leituras.

No programa Cidade 190, o apresentador torna mais evidente a vinculação entre o óbito e a falta de atendimento. "Mais um cidadão de bem que morre pela ineficiência do poder público", definiu o comentarista, que cobrou inclusive posicionamento da Polícia e do Ministério Público. "Será que o município de Fortaleza, a gestão municipal aqui da Prefeitura Municipal de Fortaleza, não tem que ser responsabilizada também, não por homicídio doloso, quando há a intenção de matar, mas por homicídio culposo, porque a senhora não teve uma condição de espera, condição digna?"

Diferentemente do que os outros programas mostraram, o Cidade 190, que entrevistou apenas uma usuária e a coordenadora do posto de saúde, informou que a idosa havia chegado à unidade muito cedo, por volta das 4 horas, e deu a entender que a aposentada estava à procura de atendimento médico para ela, quando na verdade era acompanhante da filha. Ao fim do programa, o outro apresentador disse que, no mesmo posto, uma criança morreu no colo da mãe em 2009, também por falta de atendimento. "E aí, cadê a Polícia, cadê o Ministério Público? Não vai indiciar ninguém?", voltou a questionar o apresentador que abriu a matéria.

A reportagem exibida nos programas Comando 22 e Rota 22 contribuiu para uma compreensão maior sobre o caso, pois o repórter ouviu sete usuários, o guarda municipal, duas profissionais de saúde e a coordenadora do posto. Enquanto alguns pacientes protestaram durante a matéria, levando a crer que a presença de profissionais pudesse ter evitado a morte, outros falaram que aquele era um "caso isolado" e que a aposentada "já estava se sentindo mal". Era notória a falta de profissionais de saúde no local, mas usuários também revelaram que havia uma auxiliar de Enfermagem no momento em que a aposentada morreu.

No dia seguinte, o secretário municipal de Saúde apareceu no programa Comando 22 contrariando a relação entre o óbito da aposentada e uma possível negligência no atendimento, ao argumentar que o fato aconteceu antes da chegada dos médicos, que a vítima não estava aguardando atendimento para ela e que havia sofrido uma morte súbita, "irreversível às vezes até dentro de um hospital".

Os equívocos nas abordagens do caso não impediram, no entanto, a denúncia sobre as deficiências no sistema de saúde, em particular naquele estabelecimento, como ausência e atraso dos profissionais, principalmente médicos, demora para o início do atendimento, número insuficiente de senhas para a grande demanda por atendimento e falta de equipamentos para a realização dos procedimentos. O episódio tornou oportunas a visibilidade de problemas na área da saúde e a discussão, mesmo que breve, sobre as soluções para eles.

O apresentador do **Comando 22** defendeu o funcionamento dos postos de saúde 24 horas por dia, com equipes e remédios, e melhor remuneração para os médicos. O apresentador do **Cidade 190** abordou a falta de estrutura física para acomodar os usuários durante as longas esperas e de guardas municipais para oferecer segurança e evitar assaltos. Já o apresentador do **Rota 22** fez uma análise mais profunda, abrangente e equilibrada da situação. Ele inclusive abordou a possibilidade de morte súbita, como fez o secretário de Saúde no dia seguinte, e recorreu a dados da Medicina para explicar as características desse tipo de óbito e as possibilidades de salvar a vida, como pronto atendimento eficaz, medicação especializada e aparelhos adequados. O apresentador também observou a superlotação no local, que para todos os outros programas passou despercebida, levantou a questão da falta de qualidade no atendimento oferecido nos postos de saúde e tratou de problemas estruturais da saúde pública. "Isso não é somente aqui. Vamos deixar de lado a questão de ideologia partidária, cor partidária, ano eleitoral. Isso acontece todos os anos, e não é só aqui em Fortaleza, é no país inteiro, nos locais onde há posto de saúde, porque alguns locais nem posto de saúde têm".

13

A NOTÍCIA EM UMA CADEIA DE EQUÍVOCOS

“O fato ainda não acabou de acontecer
E já a mão nervosa do repórter o transforma em notícia
O marido está matando a mulher
A mulher ensanguentada grita
Ladrões arrombam o cofre
A polícia dissolve o meeting
A pena escreve
Vem da sala de linotipos a doce música mecânica”

Carlos Drummond de Andrade em Poema do jornal

A confusão está no ar. Diferente daquela que resulta em agressões e mortes e é abordada diariamente pelos programas policiais, um outro tipo de desordem também tem presença constante no noticiário e se expressa principalmente na divergência de dados e no conflito de informações. É comum observar contradições em uma mesma edição – entre o que o apresentador aponta, o repórter descreve ou a fonte revela sobre um determinado assunto –, mas também entre um programa e outro, quando tratam de um mesmo caso.

A análise individual ou comparativa dos programas permite identificar que os problemas se repetem com frequência e estão relacionados com a apuração das informações. O resultado: equívocos, impropriedades, imprecisões, precipitações, direcionamentos e prejulgamentos na cobertura sobre criminalidade e violência. Os desdobramentos podem ser danosos para as pessoas envolvidas, pois uma notícia mal dada ou mal interpretada, sobretudo na área policial, às vezes causa prejuízos irreversíveis. Na maioria dos casos, o grande público jamais tomará conhecimento das consequências. Em alguns, é provável que nem mesmo as equipes dos programas fiquem sabendo dos estragos cometidos, haja vista a trivialidade das falhas de procedimentos no trato com a informação, a inexistência de um controle de qualidade do que é exibido e até mesmo a falta de iniciativa ou de condições para que as pessoas atingidas reivindiquem direitos de respostas e os devidos esclarecimentos sobre eventuais enganos.

A origem dos problemas pode ser a fonte da informação, em geral a própria Polícia, por vezes com investigações mal conduzidas e pronunciamentos açodados, o que não deve servir para diminuir a responsabilidade da mídia ao reproduzi-los. Embora também não sejam argumentos para justificar coberturas mal feitas, há de se considerar outros aspectos: a redução no número de profissionais para dar conta de uma demanda crescente de notícias violentas obriga uma mesma equipe – repórter e cinegrafista, pelo menos – a fazer mais de uma matéria por edição; e a concorrência acirrada entre os programas, ao invés de contribuir para uma disputa pela qualidade, faz com que a briga seja pela maior quantidade de sangue levada ao ar.

Na pressa em dar mais notícias, o jornalismo policial de televisão passa a desenvolver métodos de trabalho que contribuem para os erros de apuração. As equipes de reportagem chegam aos locais de ocorrência, às vezes, antes mesmo da Polícia ou do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), mas esse adiantamento, que a priori poderia tornar mais consistente o material que será veiculado, acaba não fazendo muita diferença. Em situações de homicídios ou lesões corporais, a perícia ainda será realizada, os acusados em geral já se evadiram e os populares evitam prestar informações, temendo represálias. O acompanhamento de muitos casos é, então, realizado sem que haja tempo necessário até mesmo para obter informações básicas, como nome, idade, endereço e profissão dos envolvidos.

“Esse é um caso a ser averiguado posteriormente, porque as pessoas nunca dão informação na hora. Aos poucos, (a informação) vai chegando. É tanto que já tá quase elucidado o crime que aconteceu aqui semana passada (Comando 22 - 26.4.2010)”, respondeu um policial ao repórter da TV Diário, referindo-se a duas ocorrências no intervalo de uma semana na mesma área, no Parque Santa Cecília: um duplo homicídio e uma lesão a bala, ainda sem elementos suficientes; e outro assassinato, já praticamente esclarecido. Tomando-se como exemplo a fala desse policial, uma semana acaba sendo muito tempo para a urgência que o jornalismo exige. Com tal imediatismo e a violência que faz várias vítimas diariamente, os programas policiais não vão esperar tanto para noticiar um determinado caso, mesmo que os dados disponíveis sejam escassos e haja pouco embasamento. A rivalidade pela audiência obriga que a notícia seja veiculada no mesmo dia ou, no máximo três dias depois, levando-se em conta os fins de semana, quando alguns programas deixam de ser exibidos.

“As informações são mínimas”, “quase nada”, “ninguém informa nada”, “ninguém sabe de nada”, “até o momento, tá a lei do silêncio”, “estamos esperando mais informações”... são respostas comumente dadas pelos policiais quando questionados sobre os fatos. Desconhecedores das motivações que levam aos atos violentos, afirmam incertezas: “salvo engano”, “segundo populares”... Desprovidos de dados concretos, partem para suposições e, na maioria dos casos, levantam logo a suspeita de relação com a dependência química ou o tráfico de entorpecentes. “O que temos de informação referente ao rapaz? (Comando 22 - 26.4.2010)”, perguntou um repórter da TV Diário a um policial sobre um homem encontrado morto em um cemitério, em Maranguape, município da região metropolitana de Fortaleza. “Praticamente nada”, respondeu o agente de segurança, para depois especular que a vítima teria envolvimento com assaltante e que o local estaria sendo usado para consumo de droga. “A maioria dos crimes que tá acontecendo desse tipo aí é parte de droga”, generalizou o policial.

Não é de se minimizar o avanço do comércio de drogas na sociedade contemporânea, mas a dependência química e o envolvimento com o tráfico de entorpecentes passam a ser tomados como a principal, se não única, suspeita levantada pela Polícia e pela mídia quando não têm os elementos para “explicar” a violência. “Tudo leva a crer que é tráfico de droga (Comando 22 - 7.4.2010)”, disse um sargento, sobre a motivação do assassinato de um jovem de 24 anos em Messejana. “O grande problema da sociedade hoje”, reforçou o repórter. Na mesma edição, a execução de um homem na Barra do Ceará provocou conjecturas de um subtenente e também do repórter, que, embora não soubesse o histórico da vítima nem as circunstâncias do crime, levantou três possibilidades: “Não se sabe se é uma dívida de droga, alguma rixa ou até mesmo uma queima de arquivo”. Assim, traça-se um perfil da violência – vítimas, acusados e *modus operandi* – sem informações suficientes.

Além da “dívida com drogas”, são possibilidades recorrentes no discurso policial, repetidas por repórteres e apresentadores, o “acerto de contas”, a “vingança”, a “rixa antiga” e a “queima de arquivo”. “Sempre quando tem esse movimento de tráfico, às vezes é cobrança de dívida; isso sempre acontece (Os malas e a lei - 22.5.2010)”, afirmou um policial sobre o assassinato de um jovem de 18 anos, que teria envolvimento com gangues e estava em liberdade condicional, respondendo à Justiça por tráfico de drogas. Exatamente um mês antes, a versão policial para o assassinato de outro jovem com a mesma idade, no bairro Edson Queiroz, foi acatada pelo repórter e pelo apresentador do *Barra Pesada*: “acerto de contas ou vingança”, pois o rapaz seria “conhecido por realizar vários assaltos”.

Diante das informações vagas e especulativas dos policiais, as reações contrárias dos comunicadores são isoladas, o que demonstra que a maioria se acostumou a elas, na medida em que também as reproduz, mas na edição de 12 de abril do *Barra Pesada* viram-se momentos incomuns de inquietação. “Já se tornou tão banal essa justificativa: ‘ah, era usuário de droga; morreu talvez por isso’. E a gente começa a achar que pronto: morreu, tá tudo bem. Isso mostra incompetência também, a falta de uma investigação muito mais aprofundada de cada caso, pra que se chegue a um e se descubra quem são os traficantes, quem são os donos da vida, que nesse momento estão a cumprir um roteiro de execuções nessa cidade. É preciso uma, pelo menos uma, resposta efetiva da Polícia, pra que ela não fique desacreditada também”, cobrou o apresentador, sobre mais uma ocorrência em que a Polícia atribuiu o assassinato de um jovem de 24 anos, no bairro Vila Velha, a possível “acerto de contas”, em função de ser ele ex-presidiário por prática de assalto e ter envolvimento com drogas. Na mesma edição, um repórter também diria sobre outro caso que “as informações, para não fugir à regra, ainda são poucas”. E o âncora retomaria: “Já imaginou se essa lei do ‘acerto de contas’, porque tinha uma dívida, tivesse que ser colocada em prática pra todo mundo? Todo mundo agora matando uns aos outros?”.

Uma semana depois, o apresentador da TV Jangadeiro voltaria à questão: “As execuções estão na desordem do dia. É assim que a gente vai dizer agora. Não é na ordem do dia, é na desordem do dia de uma cidade cuja insegurança já ultrapassou os limites. Como é que se concebe? Todo santo dia, aqui no registro do Barra, no noticiário dos jornais impressos e online, você vai encontrar sempre a informação de que em Fortaleza pessoas são executadas, e há sempre as mesmas esfarrapadas desculpas de que tinha envolvimento com drogas, tinha antecedentes criminais, tinha isso, aquilo outro, e no meio disso tudo também inocentes são vítimas dessa absurda onda de violência em que a cidade se vê sacudida de uma hora pra outra, e não se tem um encaminhamento novo, de dizer assim: ‘Não, a partir de agora vamos tomar outras providências no sentido de pautar uma segurança com maior eficiência, pra ser mais eficaz nas respostas que precisamos dizer à população’ (Barra Pesada - 19.4.2010)”.

Na edição de 3 de maio, o âncora da TV Jangadeiro insurgiu-se ao ouvir um cabo tratar com indiferença o assassinato de um jovem de 27 anos, em Caucaia, supostamente usuário de drogas e com antecedente criminal por assalto. Ao ser entrevistado, o policial, além de não oferecer dados concretos sobre o caso, atribuindo a maioria das informações ao que se comentava na comunidade, ainda se saiu com as seguintes declarações: “Motivo real ninguém soube dizer, mas, entre eles mesmos, a discórdia reina. (Foi) talvez uma partilha de droga, algum roubo bem sucedido que não foi repartido de forma correta. Motivo pra matar, essas pessoas aí, eles querem qualquer coisa; não tem que ter uma coisa específica, não. Pra eles, achou que é pra matar, mata, e acabou-se”, afirmou o policial. A reação do apresentador: “Não parece um filme já visto? Um jovem que é morto, ‘acerto de contas’, porque usava drogas, tinha antecedentes criminais, e o soldado entrevistado diz que ‘é, é isso mesmo’. É isso mesmo? É uma vergonha, porque está se matando a torto e a direito nessa cidade, e não se tem um componente maior, que é dizer assim: ‘Quem mata’, pra se prender. Essa é a lógica dessa desgraça, de achar que tá tudo bem, porque veio alguém e tirou a vida. ‘Não, ele era viciado, tinha (envolvimento com) drogas’. Sim, isso demonstra a competência de quem? ‘Não, nós vamos dar uma resposta, saber quem é que anda tirando a vida das pessoas aqui’. ‘Ah, é porque tinha antecedentes’. Pois vão matar muito mais, e vai ficar tudo por isso?”.

Direcionamentos e prejulgamentos

Os antecedentes policiais ou judiciais passam a ser condição *sine qua non* na tentativa de explicar crimes sem motivo real ou aparente. É quase uma regra que, em meio à cobertura sobre violência, principalmente na periferia, os repórteres informem se a vítima era “uma pessoa de bem” ou “conhecida da Polícia”. A pergunta “se a vítima tinha passagem pela Polícia ou pela Justiça” é feita como se seguissem um manual onde esse fosse o primeiro questionamento a ser levantado na apuração jornalística sobre as ocorrências.

Dessa forma, parte-se de um prejulgamento de que toda vítima de homicídio ou lesão corporal tenha envolvimento com alguma prática criminosa e, pior, ao fazer isso, mesmo que inconscientemente, leva-se à interpretação de que a violência seja justificável nesses casos. Sendo um prejulgamento, continuará a sê-lo, pois a vítima já não está viva para se defender ou apresentar a sua versão, e na maioria dos casos, os acusados não são presos para revelar as reais motivações do crime.

Se a vítima não tem antecedente criminal, como explicar o caso dentro da lógica da violência, uma lógica dos próprios programas policiais, já que foi absorvida por eles? “Esse rapaz não devia à Justiça e nem tinha passagem pela Polícia. Por que mataram esse rapaz? Mataram

por engano? Foi algum problema? O rapaz foi deixar a esposa na faculdade; quando voltou, se encontrou com a morte. A Polícia investiga. O crime é misterioso até o presente momento (Comando 22 - 26.5.2010)". Um mistério porque foge a perfis estereotipados: "Sem nenhum erro na vida. Sem nunca ter praticado um crime. Ficha limpa", definiu o apresentador do Cidade 190, sobre o mesmo caso. "É comerciante, é um rapaz bem sucedido na vida (...) Por que alguém ia querer matá-lo? (...) O que esse rapaz fez pra merecer toda essa violência?", acrescentou o repórter. Ao reforçar estereótipos, a mídia reforça preconceitos e contribui para uma visão deturpada da realidade que envolve a violência e, conseqüentemente, contribui também contra o enfrentamento do problema. Morto no dia do aniversário, quando estava completando 24 anos apenas, o jovem foi atingido por 11 tiros, no Bairro de Fátima, área de classe média de Fortaleza, em um suposto caso de pistolagem urbana. Não tendo a Polícia nenhuma pista dos acusados, nem tendo a vítima antecedentes criminais, as condições estavam dadas para um exercício de adivinhação. "A Polícia acredita que ele possa estar envolvido com algum crime que ainda não tenha vindo à tona. Ou namorava demais? Ou será que estava experimentando

[MONITORANDO

Imprecisões. Nos programas policiais, um caminhão pode ser um ônibus se o telespectador não estiver atento. Explica-se: na edição do dia 14 de abril, o repórter do programa **Comando 22** que acompanhava os desdobramentos da invasão de uma residência por um caminhão desgovernado, reportou-se ao veículo várias vezes como um ônibus.

No programa **Rota 22** também de 14 de abril, o âncora anunciou que pedestre e motociclista envolvidos em acidente na Avenida Mister Hull ficaram feridos, mas, durante entrevista com um profissional do SAMU, este falou que "o passageiro já foi transportado", como se uma outra pessoa estivesse envolvida. A matéria termina sem fazer alusão a essa terceira vítima.

A depender da informação dada pelos apresentadores do **Comando 22** e do **Rota 22**, ainda nas edições de 14 de abril, não se saberia até hoje se a aposentada que passou mal e morreu dentro de um posto de saúde estava no local para vacinar uma filha ou uma neta. Embora ficasse claro pelos depoimentos dos usuários e funcionários do posto que ela acompanhava uma filha, a informação de que teria levado a neta confundiu os telespectadores. No mesmo caso, a idade da idosa ora foi apresentada sendo 65 anos (**TV Diário**), ora 67 (**TV Cidade**).

Em matéria do dia 6 de abril do **Rota 22** e do dia 7 do **Comando 22**, sobre a operação policial que prendeu seis homens por pirataria de CDs e DVDs em Caucaia, dois inspetores foram ouvidos: um disse que o responsável pela casa onde o crime era praticado respondia a um processo judicial e tinha um mandado de prisão em aberto; o outro falou que o proprietário respondia a um processo na comarca de Maracanaú e um em Sobral, "salvo engano". Os apresentadores abriram a matéria dizendo que o acusado teria dois mandados de prisão em aberto. Além da imprecisão da informação, nenhum dos acusados foi ouvido.

Inspetor ou escrivão? Enquanto o repórter se referiu a um policial civil como escrivão, os caracteres informaram que o entrevistado é um inspetor, em matéria sobre tráfico de drogas no Planalto das Goiabeiras (**Comando 22** - 26.5.2010).

Na edição de 26 de abril do **Comando 22**, o apresentador anunciou a notícia de um caso de pistolagem ora em Parangaba, citando o bairro como um distrito, ora no Jôquei Clube. Pela referência das ruas, foi possível confirmar que se tratava deste último bairro.

Na matéria sobre a prisão, em Trairi, de um homem acusado de aborçar jogadores do time de futebol local para facilitar a vitória de um time de Fortaleza na segunda divisão do campeonato cearense em troca de dinheiro, o **Comando 22** e o técnico da equipe trataram o caso como subor-

triângulo amoroso com mulheres casadas? É o que a Polícia vai ter que levantar”, finalizou o apresentador da TV Cidade.

Se é o acusado que não tem passagem pela Polícia ou pela Justiça, as versões por ele apresentadas passam a ser postas sob desconfiança ou contestadas de imediato. “Ele disse que deu uma doída na cabeça dele e assaltou. ‘Desempregado, aquela coisa’ – conversa que eles sempre arranjam (Os malas e a lei - 29.5.2010)”, apontou um delegado a uma repórter da TV Diário sobre um jovem de 21 anos, sem registro de passagem pela Polícia, mas quase linchado ao tentar assaltar um ônibus no Planalto Ayrton Senna.

Em entrevista sobre a prisão de um jovem de 20 anos que teria confessado a autoria de três assassinatos em duas semanas no bairro Vicente Pinzon, mas era suspeito de outros dois homicídios, o delegado da área disse que o acusado não respondia por nenhum crime anteriormente, mas sem deixar de concluir: “Vamos investigar se o mesmo usava algum nome falso (Barra Pesada - 30.4.2010)”.

no, mas o delegado tipificou como tentativa de estelionato. “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento” é estelionato, definido pelo artigo 171 do Capítulo VI do Código Penal, que prevê pena de reclusão de um a cinco anos e multa. No capítulo III do Código Penal, o artigo 363 define a prática de suborno: “Quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a praticar os factos previstos nos artigos 359 (falsidade de depoimento ou declaração) ou 360 (falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução), sem que estes venham a ser cometidos, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias”.

Divergências entre o Comando 22, o Rota 22 e o Cidade 190 ao abordarem o assassinato de um taxista após ter saído de uma agência bancária. Enquanto os programas da TV Diário afirmaram que a vítima havia feito um depósito, o programa da TV Cidade declarou que ele realizou um saque, tratando o caso como “saidinha bancária”. “Os dois bandidos fugiram sem levar nada, mas levaram o que mais valioso tinha esse cidadão: sua vida (Cidade 190 - 26.5.2010)”, afirmou o comentarista.

Dois policiais ficaram feridos em tiroteio com assaltantes, segundo a edição de 18 de maio do programa Cidade 190. Sobre isso parece não pairar dúvidas, mas o local do corpo onde foram atingidos, só eles mesmos e as pessoas próximas teriam a certeza. O apresentador informou que um dos policiais foi atingido a bala na barriga, mas segundo o repórter, foi na axila. Sobre o segundo caso, não havia como identificar dubiedade de informações porque a notícia foi dada apenas pelo comentarista – não houve exibição de reportagem.

O Comando 22 de 15 de abril noticiou uma tragédia envolvendo dois garotos de 12 e 13 anos no bairro Cristo Redentor. O mais velho foi morto ao ser atingido na cabeça por tiro acidental disparado pelo mais novo ao mostrar a arma do pai, um policial civil, para aquele que seria o melhor amigo. O caso foi informado ora como se o mais novo estivesse na hora do disparo limpando a pistola, ora como se testasse a arma usando uma caneta; ora como se o pai que mantinha a arma em casa não tivesse autorização para isso, ora o contrário, já que se tratava de um policial. Apesar dos equívocos, o apresentador lembrou que o programa já noticiou vários casos semelhantes, envolvendo crianças no manuseio de armas, falou do perigo de guardá-las em casa e chamou atenção mais de uma vez para se redobrem os cuidados.

Sem desconsiderar o potencial criativo para as artimanhas das pessoas envolvidas com a criminalidade, também não se deve ignorar que uma suspeita, suposição ou linha de investigação muitas vezes vira verdade nas sonoridades dos “homens da lei” e também nos caracteres das matérias, nos comentários e chamadas dos apresentadores e nas passagens e *offs* dos repórteres. Os programas se antecipam às conclusões das investigações ou reproduzem as precipitações e os erros de apuração da Polícia, sem levantar qualquer questionamento.

Na falta de informações precisas e no afã de desvendar casos ou explicar ações criminosas, tanto policiais quanto comunicadores procuram construir teses e emitir juízo ou opinião com base em fundamento incerto. “Faltou informação. Ninguém sabe se esse homem foi assaltar ou foi assaltado, ninguém sabe se ele teve passagem pela Polícia ou pela Justiça; ficou o dito pelo não dito (Comando 22 - 16.4.2010)”, questionou o âncora da TV Diário em relação a um jovem baleado no Papicu. As supostas sobre o rapaz de 19 anos já haviam sido levantadas pelo repórter e pelo policial ouvido na matéria, embora não houvesse qualquer elemento que as justificassem.

Mais grave ainda quando a dúvida vira uma acusação feita sem comprovação, como demonstrou o Barra Pesada em matéria sobre um homicídio em Juazeiro do Norte. “De antemão, ninguém tem certeza absoluta do indivíduo que efetuou os disparos (Barra Pesada - 6.4.2010)”, revelou um cabo da Polícia Militar, embora tenha citado o nome pelo qual o acusado é conhecido, o que fizeram também o repórter e o apresentador do programa.

Quando têm em mãos os elementos, mesmo que insuficientes, repassados em geral pela Polícia, os repórteres tomam aquilo como certeza e direcionam entrevistas. Se o entrevistado é a vítima ou a fonte da informação, as perguntas são feitas de forma a concordar com o que um ou outro venha responder; se o entrevistado é o acusado, ele passa a ser tratado com hostilidade ou deboche e os questionamentos são no sentido de inquiri-lo, muitas vezes fazendo uma “condenação” prévia, embora devesse ser a oportunidade para a pessoa se defender, apresentar outra versão ou fazer complementações.

Diante da confissão do acusado, o direcionamento ganha ainda mais relevo. Ao entrevistar um delegado sobre a prisão de um homem que teria confirmado a autoria de três homicídios e seria suspeito de outros dois, a repórter da TV Jangadeiro fez perguntas que eram quase afirmações, cabendo ao policial “apenas” ratificá-las: “Ele confessou que matou as três pessoas. Agora, delegado, com uma frieza que até surpreende a Polícia (Barra Pesada - 30.4.2010)”. Em outro caso, que envolveu assalto, “sequestro relâmpago” e tiroteio resultando na morte de um jovem e na apreensão de um adolescente no bairro Aldeota, a postura da repórter seria a mesma perante um major. “A gente está diante de uma situação que os policiais tiveram que reagir à altura diante da ousadia de três assaltantes (Barra Pesada - 10.5.2010)”, afirmou a repórter. “Sem dúvida”, respondeu o policial.

Não é raro que, em um mesmo caso, problemas de ordens diversas se misturem, expondo falta de sintonia entre os atores da notícia, inconsistência de dados e prejulgamentos, como se viu no programa Cidade 190 de 26 de maio. O apresentador endossou a versão da Polícia: “Ele alugava armas e não pagava o aluguel”, “Classe alta executado por não pagar arma alugada”. Os caracteres reafirmaram: “Arma alugada e morte”. Mas o repórter não foi nem um pouco incisivo: “Será, meu Deus, que vieram cobrar a arma?”. As declarações se referiam a um jovem, de 19 anos, de acordo com a TV Cidade, ou 18, segundo a TV Diário, filho de uma empresária, assassinado em uma praça no bairro Parquelândia. A vinculação com uma possível dívida por empréstimo de arma foi feita em função da prisão (ou apreensão) da vítima, um ano antes, por porte ilegal de armamento, mas a autoria do crime de morte não foi identificada e as informações dadas pelo

repórter entraram em divergência com os juízos de valor feitos pelo apresentador. “O pai vive numa situação boa, a mãe vive numa situação boa, mas o filho vivia na beirada do submundo do crime (...) Um jovem classe média alta, envolvido com o crime, alugou uma arma, não pagou em dinheiro, pagou com a vida”, questionou o âncora. O repórter deu outros elementos: “Já conversei com várias pessoas (no local do crime), e (com) droga o menino não mexia. Era um menino querido, filho de gente boa aqui da região”.

Mas “nenhum familiar, nenhum amigo quis falar sobre o acontecido, sobre o passado da vítima”, segundo o âncora do Rota 22, que trouxe outras suspeitas: “Dizem alguns policiais, que preferiram não se identificar, que apesar da vítima não ter passagens pela Polícia, não ter o que se chama de antecedente criminal, isso não significa dizer que fosse um cidadão. Na verdade, a Polícia já havia tomado conhecimento de que esse rapaz, cuja morte, cujo assassinato ocorreu na noite de ontem, tinha participação em alguns delitos. Não se adiantou quais delitos: se assalto, se homicídio, se furto, tráfico de drogas, porte ilegal de arma... Não se sabe que tipo de crime, mas a verdade é que a Polícia já conhecia esse rapaz. Os policiais da área, os investigadores da área, já sabiam que ele andava praticando crimes”. Provavelmente, o leitor esteja se perguntando agora: se a Polícia já sabia do envolvimento do jovem com a prática criminoso, por que não teria tomado providências? E por que não informou quais delitos ele praticava?

A edição de 28 de abril do Comando 22 também trouxe em um mesmo caso vários equívocos – do apresentador, do repórter e dos socorristas do SAMU – envolvendo torcedores dos dois principais times do futebol cearense. O apresentador anunciou mais de uma vez a versão, apresentada por um socorrista, de que um jovem de 18 anos, torcedor do Ceará, teria sido espancado por outros admiradores do mesmo time. Durante a matéria, a vítima foi ouvida e disse ter 21 anos (não 18) e ter sido agredido por quatro rapazes, dois deles vestidos com camiseta do arquirrival Fortaleza. Mesmo assim, os caracteres ao longo da reportagem apontavam: “Torcedor do Ceará agredido por membros de organizada do mesmo time”. Ao fim da matéria, o apresentador afirmou que muitas pessoas ligaram para a emissora negando que o rapaz tivesse sido vítima de torcedores do Ceará, e sim do Fortaleza, mas não fez a mea culpa.

Os problemas foram além. O repórter entrevistou o jovem agredido enquanto ele ainda estava sobre uma maca, com o rosto ensanguentado, dentro da viatura do SAMU, interrompendo o atendimento de saúde não só sob o consentimento dos socorristas, mas com a colaboração deles – enquanto um segurava o microfone, dirigindo-o à boca do rapaz, outra repetia frases inaudíveis ditas por ele, mandava a vítima responder ao repórter (“A reportagem quer saber o que houve contigo. Conta aí pra eles”) e agia como se fosse o próprio repórter ou agente policial (“Qual o nome da rua (onde foi agredido?)”. Em um tom ríspido, a profissional do SAMU perguntou: “Tu bebou hoje?”. O jovem respondeu: “Bebi não. Venho do trabalho”. Ela insistiu, levantando dúvida: “E por que tu tá assim com o olho fechado?”. Ele respondeu: “Porque minha vista tá doendo, minha cabeça; eles deram chute na minha cabeça”. Depois que a equipe do SAMU abriu a porta da viatura para facilitar o trabalho do repórter, este passou a fazer perguntas também de forma rude (“Te bateram com o quê?” “Qual o teu nome completo?”) e a tratar com descaso e desconfiança a versão da vítima (“Não levou tanta peia pra morrer” (...)) A Polícia agora vai averiguar realmente essa história, se realmente procede a história dele, até porque as pessoas aqui só viram quando ele chegou correndo e caiu, não se sabe o que foi que aconteceu. ‘Tu já tem passagem pela Polícia, já? Nunca foi preso?’)”.

O mesmo repórter agiu também com aspereza dois dias antes, na edição de 26 de abril, ao cobrir um caso tratado como “irresponsabilidade ao volante”, em função de indícios fortes de embriaguez do condutor de um veículo que estaria em alta velocidade e colidiu com dois postes

de iluminação pública no bairro Parangaba. As suspeitas sobre o estado de sobriedade do jovem foram reforçadas pelo depoimento de outro motorista, que inclusive acionou a Polícia após a colisão porque o carro que dirigia quase teria sido atingido. “Se pega no meu carro, eu não tava aqui pra contar a história (...) E se fosse uma família ou alguém atravessando a rua? A pessoa tem que ter um pouco de responsabilidade. O pai dele tem que ter responsabilidade de dar um carro na mão dele”, observou. Mas nada que justificasse a forma como o repórter abordou o condutor envolvido na colisão: “Como é teu nome? Não quer falar o nome dele. É o motorista que acabou levando uma pancada na cabeça”. Se faltou respeito da parte do repórter no trato com o acusado, a postura do policial, ouvido em seguida, foi de cautela. O repórter ainda afirmou que o jovem estava alterado ao perguntar ao agente de segurança qual a versão do motorista e se ele iria ser submetido a exame etílico, mas o policial evitou fazer conclusões e disse que estava aguardando uma viatura com bafômetro: “A gente não pode dizer nada enquanto não for feito o teste”.

Em função de injustiças já perpetradas, há profissionais que mudam a forma de abordagem de alguns casos, a exemplo das ocorrências no trânsito associadas ao consumo de bebida alcoólica, e passam a ser mais precavidos. Foi como agiram âncora e repórter, na edição de 15 de abril do *Comando 22*, quando tomaram o cuidado de não serem taxativos em afirmar que um jovem motorista, que perdeu o controle do carro e colidiu em uma árvore, estava embriagado, embora houvesse indícios – dentro do veículo foi encontrada uma garrafa de cerveja e o profissional do SAMU falou da suspeita de ingestão de álcool. O repórter disse que era necessária uma avaliação mais completa: “Isso só pode ser comprovado com teste”. E o apresentador acrescentou: “Você transportando bebida alcoólica no seu carro, não quer dizer que você esteja bebendo. Você pode estar levando uma bebida para um aniversário, casamento, pra outra pessoa. O que caracteriza mesmo é o bafômetro, o exame etílico (...) Em bola dividida, não entro mais. Só errei uma vezinha”. A precaução era resultado de uma experiência exemplar, reconhecida pelo próprio apresentador, ao apontar erroneamente que uma pessoa estava embriagada, quando, na verdade, ela manifestava sinais de labirintite. “A pior coisa do mundo é você levar à execração pública um inocente. Daqui que você prove que um boi deitado não é uma vaca, o prejuízo é grande (...) Quando eu tenho qualquer dúvida, eu respeito aquele princípio que diz: presunção de inocência (...) Eu já disse que nunca mais diria no meu programa que uma pessoa tá embriagada. Não digo (...) Eu espero o exame etílico, porque, uma vez, jurava que o cara estava bêbado; o cara estava com labirintite. Nunca bebeu na vida dele (*Comando 22 - 26.5.2010*)”, lembrou o caso.

Evitar prejulgamentos, mesmo que os indícios apontem para o que parece ser, é exercer a comunicação de forma responsável. Nesse aspecto, apresentador e repórter nem sempre estão em sintonia. “A autoridade policial, que deveria dar o exemplo, infelizmente deu o mau exemplo e tirou a vida de um cidadão (*Cidade 190 - 22.4.2010*)”, avaliou o comentarista da TV Cidade, sobre o atropelamento que resultou na morte de um ciclista por um policial civil. Ele anunciou o caso como se o policial estivesse embriagado, “segundo a própria Polícia”, mas o repórter afirmou que essa constatação foi feita por moradores do local onde houve o atropelamento. “Algumas pessoas aqui dizem que o policial vinha altamente embriagado, mas não foi feito nenhum teste, então vamos ficar apenas no ‘dizem’”, ponderou o repórter.

A prisão de quatro jovens acusados de assaltos e formação de quadrilha, ao invés da habitual execração com que os programas tratam os envolvidos, serviu para o apresentador do *Barra Pesada* apontar em outro sentido, no dia 18 de maio, chamando a atenção para a coragem de dizer não à “tentação” do crime e enveredar pelo caminho do desenvolvimento educacional e profissional. “Quatro jovens, que poderiam fazer dos estudos o seu patamar de crescimento, poderiam estar neste momento realizando trabalhos edificantes... Eu sempre digo: tem gente que esquece de olhar as estrelas, admira a profundidade do abismo e acaba se lançando nele”, metafizou.

Na falta de um discurso certo: no lugar e na hora errada

Quando parece não haver “razões” dentro das desrazões da violência, e esta faz inocentes como vítimas, as explicações partem para o lugar-comum. Assim, Polícia e mídia se alternam no uso de chavões e clichês, como apontaria e questionaria o próprio apresentador do Rota 22. “A Polícia e alguns setores da imprensa têm o costume, o hábito de, quando uma pessoa é assassinada de graça, sem nada dever a ninguém, dizer que estava no lugar errado, na hora errada. Eu não concordo com isso. É culpabilizar a vítima (Rota 22 - 18.5.2010)”, discordou, ao falar de um assassinato no bairro Moura Brasil de um homem de 30 anos, que acabou sendo morto porque os homicidas não encontraram o alvo preferencial: o cunhado da vítima.

Na falta de informações sobre as motivações de um duplo homicídio em Caucaia, a fonte policial, um major, discorreu sobre o que poderia ser dívidas na compra de drogas, já que os acusados seriam traficantes, ou “acerto de contas”, uma vez que uma das vítimas já teria sido presa sob acusação de homicídio. Em relação à segunda vítima, a repórter mesmo se encarregaria de sondar o policial a respeito. “Ele pode ter sido morto de repente porque estava no local errado e na hora errada? (Barra Pesada - 8.4.2010)”, perguntou. “Há essa possibilidade, uma vez que o principal alvo seria o rapaz que já esteve preso, e esse, por ventura, por estar no momento errado, aqui, também acabou (sendo morto), a chamada ‘queima de arquivo’”, respondeu o major.

Em outra situação, abordada pelo programa Comando 22 no dia 26 de abril, um jovem foi morto, o irmão ferido e um homem de 60 anos acabou atingido por uma das balas e também morreu porque, segundo o repórter, “provavelmente estava no lugar errado, na hora errada”. Esse discurso acaba por introjetar na população um sentimento de resignação diante de determinadas manifestações da violência, ao conceber casos como esses como “fatalidade”, aliás, outro termo usual em circunstâncias de crimes violentos sem explicação ou motivação aparente.

Na dúvida, o silêncio não fala mais alto

Quando não há elementos suficientes, uma fonte cuidadosa evita fazer comentários, mas se eles são feitos, um comunicador precavido evita reproduzi-los. O que acontece, em geral, é o oposto, principalmente no jornalismo dos programas policiais. Se a informação for dada para uma equipe de reportagem apenas, ela se sentirá menos pressionada a usar informações pouco confiáveis. Mas como os casos, em sua maioria, são cobertos por todos os programas e as fontes são praticamente as mesmas, torna-se mais difícil um programa optar pela exclusão de algum dado sob o risco de ser “furado” pelo concorrente.

Pontualmente, alguns exemplos da Polícia e da mídia ilustram posturas mais prudentes, evitando prejulgamentos. Para se precaver de uma injustiça, um policial optou por não prestar uma informação à repórter, ao ser indagado por ela se tinha o nome de algum suspeito do assassinato de um rapaz de 24 anos: “Eu tenho aqui um nome, mas eu não vou poder te informar pra não atrapalhar (o trabalho policial), e eu não tenho certeza também (Cidade 190 - 10.5.2010)”. Para a equipe de outro programa, o mesmo cabo também se mostrou cauteloso: “Não vou revelar porque ninguém tem certeza (Barra Pesada - 10.5.2010)”. O que se ouviu do repórter, no entanto, destoou da postura do policial. “Esse assassino provavelmente não tirou a vida só desse, deve ser mais um que executa viciados na Grande Fortaleza”, especulou. No

mesmo dia, outro exemplo positivo partiu de um delegado responsável por investigar um duplo homicídio em Aquiraz, na região metropolitana de Fortaleza, contra um empresário e o segurança dele. Em entrevista ao *Rota 22*, o policial justificou manter sigilo sobre o nome dos suspeitos para não atrapalhar as apurações, principalmente pela grande repercussão que o caso teve.

Um policial e um guarda municipal ouvidos no caso de um jovem assassinado dentro de casa por dois homens encapuzados no Eusébio, ainda na área metropolitana, seriam também cautelosos em passar informações que o programa *Comando 22* insistia em obter. “De acordo com a Polícia, a vítima não tinha problemas com a Justiça, mas teria envolvimento com o tráfico de drogas (*Comando 22 - 26.4.2010*)”, afirmou o apresentador. No entanto, o repórter perguntou ao policial sobre isso, e ele disse que, segundo populares, sim, mas não saberia informar com exatidão. O repórter perguntou também se a vítima vendia drogas, e novamente o policial afirmou que “possivelmente”, mas observou que não iria passar informação com precisão porque a Polícia ainda estava colhendo mais dados. O repórter indagou então do guarda municipal se havia “briga pelo tráfico” envolvendo os acusados. “Com relação a essa parte de tráfico, eu não posso afirmar”, respondeu o guarda, embora acrescentando que um deles era conhecido pela autoria de vários crimes, inclusive tráfico.

Há também coberturas em que se percebe um cuidado maior do repórter para não enveredar pelo caminho mais fácil que alguns colegas encontram de associar à bandidagem jovens assassinados na periferia da cidade, sem ter elementos palpáveis para tanto. “Pode-se falar o que quiser dele, mas o CIOPS não tem nada contra o rapaz, nada, nada (*Cidade 190 - 8.4.2010*)”, afirmou o repórter da *TV Cidade*, citando um jovem morto e o irmão dele ferido, no bairro Vila Velha, em mais um suposto caso de dívida com traficantes de drogas, já que os dois seriam dependentes químicos, segundo a família teria informado à Polícia.

Quando o assunto é demasiadamente delicado e sobre o qual já se criou um debate público com posições contra e a favor, a saída pela tangente pode ser estratégica e, ao mesmo tempo, oportuna. No dia 27 de abril, o *Barra Pesada* mostrou a confusão em que se transformou um

[MONITORANDO

Incertezas e precipitações. Em matéria sobre o homicídio de um ex-presidiário, um dos policiais ouvidos nos programas do dia 6 de abril, que deveria prestar informações oficiais, disse que, “segundo populares”, a vítima havia respondido judicialmente por roubo de motocicleta. Sem ter a certeza das motivações do crime, já que a vítima havia se tornado evangélica e teria sido atingida por tiros dentro da própria casa por dois homens, a Polícia acreditava em “acerto de contas”, versão acatada pelos programas.

No caso do duplo homicídio que deixou mortos um empresário e o segurança particular dele, em Aquiraz, na região metropolitana de Fortaleza, o apresentador do *Cidade 190* foi taxativo em afirmar que o industrial tinha dívidas, o que teria motivado o crime, mas o *Barra Pesada* informou que os indícios eram de vingança ou queima de arquivo. Os dois programas trataram o caso como pistolagem. “Os crimes de pistolagem nunca acabaram, nunca deixaram de acontecer. Eles acontecem principalmente por conta de relacionamentos equivocados, por conta de negociatas, de ações onde as pessoas muitas vezes facilitam a sua própria segurança. É claro que não estou citando esse caso, mas estou falando no geral. Mas há de se investigar e averiguar que provavelmente as coisas estejam bem relacionadas (*Barra Pesada - 10.5.2010*)”, disse o apresentador da *TV Jangadeiro*.

protesto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Assembleia Legislativa do Estado, exibindo imagens de policial ferido e manifestantes armados de faca e paus. Para não se indispor com o MST e os simpatizantes do movimento nem fazer comentários favoráveis à Polícia, o apresentador não reforçou a fala da repórter, que questionava o comportamento dos manifestantes, e preferiu abordar uma questão cuja solução teria evitado a celeuma: a demora do governo em atender à solicitação para uma conversa com os representantes do movimento dos trabalhadores.

Cinco dias antes, o comentário do apresentador da TV Jangadeiro também foi na direção mais sensata. Após a matéria sobre um homem encontrado morto dentro de um bar na praia de Sabiaguaba, ele falou da necessidade de “investigação que possa ir atrás de quem cometeu (o crime) para preservar também aqueles que são inocentes”. A Polícia não tinha ainda informação nenhuma que pudesse elucidar o assassinato.

Outro exemplo em que os âncoras revelaram mais prudência do que os repórteres foi nas edições de 14 de abril, quando noticiaram a morte de um motociclista, após colidir com um ônibus. O repórter da TV Diário levou a crer que houve imprudência do motociclista, pois o coletivo estava parado, embarcando e desembarcando passageiros, e a vítima não usava capacete. A matéria foi exibida no Comando 22 e no Rota 22, e os apresentadores evitaram precipitação. “Somente a perícia pode dizer quem tá certo, quem tá errado”, concluiu o âncora do Comando 22. Já o apresentador do Rota 22 foi além: chamou a atenção para o cuidado que cada um deve ter no trânsito. O caso foi coberto ainda pelo Barra Pesada, cujo âncora também evitou prejulgamento: “Nós não sabemos ainda como o acidente aconteceu, se teria sido imprudência do motorista do ônibus ou do motoqueiro”.

Há situações outras em que a reportagem é realizada corretamente, mas equívocos na pós-produção, edição ou apresentação expõem problemas. No programa Rota 22 de 26 de maio, uma das chamadas de abertura tratava de um tipo de atropelamento, no mínimo, inusitado. “Em Pacajus, homem resolve dormir embaixo de um caminhão, e morre atropelado”, anunciou o apresentador. “O motorista não viu que ele estava no local e passou por cima do corpo da vítima”, acrescentou o repórter em trecho selecionado para uma das chamadas da edição. Somente no penúltimo bloco do programa, quando a matéria foi ar, o telespectador teve a oportunidade de saber que havia outra versão, apresentada por uma mulher que contestou o que o motorista havia informado à Polícia: a vítima não estaria debaixo do caminhão quando foi atropelado. Só então o âncora interveio como deveria, reafirmando o que a moradora defendeu: investigar para identificar como de fato o atropelamento aconteceu. Mas para quem assistiu só ao primeiro bloco do programa, prevaleceu uma versão única.

Pior é quando o comunicador, além de ouvir, reforça o que pode ser um prejulgamento. Em matéria exibida na edição de 13 de abril do Rota 22 e reprisada no dia seguinte no Comando 22, um repórter avalizou a desconfiância de um representante comercial vítima de “saidinha bancária” sobre possível envolvimento de um caixa do banco, que teria sinalizado positivamente com a cabeça para os assaltantes agirem. Embora com indícios, não havia prova contra o bancário, mas o repórter endossou a suspeita, afirmando que o caixa teria feito “sinal de positivo para alguém”. “Será que esse caixa tem alguma coisa a ver com essa história? Será que esse caixa foi alguém que ‘deu a fita’, repassou a informação para os marginais?”, indagou. Os apresentadores incluíram na chamada da matéria a informação de que a vítima desconfiava de participação do caixa do banco no crime, mas o âncora do Comando 22 foi mais precavido: “Você não pode aqui condenar ninguém sem ter prova. Então, tem que analisar isso com calma”.

[MONITORANDO

Trecho da entrevista realizada pelo repórter da TV Diário com representante comercial vítima de uma “saidinha bancária”

Repórter: Você percebeu alguma coisa errada? Alguém te observando?

Vítima: *Eu tô desconfiando de um caixa do banco.*

Repórter: O comportamento dele foi estranho quando você foi sacar o dinheiro? (mais afirmando que perguntando)

Vítima: *Duas balanças de cabeça (...) Olhava numa direção que não era a minha.*

Repórter: Ou seja, dando o toque que você sacou uma grande quantia em dinheiro.

Onde está a verdade? Fontes, repórteres e apresentadores em conflito

Em algumas situações, o conflito de informações nos programas policiais vira uma trapalhada. Em coberturas realizadas pela mesma equipe, a informação pode divergir até três vezes, entre apresentador, repórter e fonte, levando o telespectador a se indagar onde está a verdade. Alguns exemplos expõem mais claramente essa falta de sintonia.

Na edição de 10 de maio do *Rota 22*, o âncora afirmou que no bairro Mondubim, “ao contrário de outros locais, onde a população tem medo de informar à Polícia, lá a população abriu o jogo” e apontou o nome do principal suspeito de um homicídio. Mas o policial e o repórter verbalizaram o contrário. É verdade que o nome do suspeito foi obtido, mas segundo o repórter, “ninguém quer falar, ninguém ousa repassar informação”, e de acordo com o policial entrevistado, “o pessoal não informa nada”.

Outro exemplo da discordância entre os agentes da notícia foi observado na edição de 26 de abril do *Comando 22*, quando um fratricídio em Maranguape foi tratado como consequência de rixas antigas entre os irmãos. O apresentador anunciou que os dois sempre brigavam, o que foi reforçado por um policial, ao afirmar que eles trocavam agressões quando ingeriam bebida alcoólica, mas negado por uma vizinha dos envolvidos.

Muitas vezes, a informação sobre a qual paira a divergência não é fundamental para o público nem, de início, determinante para o elucidamento do caso, mas a dissonância denuncia incoerências e os problemas de apuração colocam em xeque a credibilidade dos programas. Na cobertura realizada pelos programas policiais, no dia 6 de abril, sobre o assassinato de um ex-presidiário, ora foi informado que a vítima havia ido à missa, ora ao culto evangélico; ora que o crime aconteceu no bairro Bom Jardim, ora na Granja Portugal. Um dos programas informou que ele passou sete anos preso acusado de roubo de uma motocicleta, mas a delegada ouvida na mesma edição esclareceu que, na verdade, o roubo aconteceu em 2005 e a prisão em 2007, portanto ele teria passado no máximo três anos preso, já que foi morto em 2010. A vítima teria sido atingida por oito a dez tiros, e mesmo com a imprecisão, o dado não seria oficial, mas um cálculo feito a partir do que teriam ouvido os moradores. Um repórter ainda levantaria a suspeita de queima de arquivo.

Em outro caso, do latrocínio contra um policial rodoviário federal, mesmo com um esforço de apuração maior, dada a repercussão do crime, foram divulgadas duas informações conflitantes a respeito dos momentos que antecederam o fato. Os programas informaram ora que ele havia deixado a esposa grávida no hospital, ora em casa. Dois dos apresentadores

chegaram a dizer que ela estava no hospital em trabalho de parto. O tempo de gravidez também foi diferente: às vezes, nove meses; outras, oito.

O que para o público em geral pode até parecer um pormenor, para pessoas envolvidas de alguma forma com a notícia veiculada, um dado incorreto pode causar transtornos, principalmente em se tratando de homicídios e com a possibilidade de ser a televisão a fonte primeira de informação para algum parente ou amigo. Levando-se em conta as peculiaridades dos veículos de televisão e rádio, que, comparados aos impressos, têm uma abrangência maior e a mensagem se dissipa mais rapidamente, a repercussão de uma informação falsa, tomada como verdadeira, pode levar a muitos contratempos. Na pressa em computar mortos, um estrago pode ser feito. Se há tempo para correção, menos mal, porém na edição de 18 de maio, o apresentador do *Cidade 190* teve a oportunidade de se corrigir, mas voltou a dar a informação errada. Ele informou duas vezes, em blocos diferentes do programa, que um dependente químico havia morrido (“drogas e um morto”/“fuzilado e morto”), mas teria sido alertado, também duplamente, pela equipe que trabalha nos bastidores, que a pessoa estava viva (“baleado, grave estado de saúde”/“aliás não foi morto; escapou fedendo, milagrosamente”).

No dia 22 de abril, os programas policiais veicularam o caso de um jovem morto e da namorada, que estava em companhia dele, ferida a bala, no Parque Rio Branco. Enquanto o *Cidade 190* ouviu a mãe da vítima, que se reportou ao homicida como sobrinho dela, logo primo do filho, a Polícia informou para o *Barra Pesada* que o acusado era primo da namorada da vítima.

Não seria exagero internalizar que todo cuidado é pouco em se tratando da veiculação de informações sobre a vida e a segurança das pessoas. No programa do dia 10 de maio, o comentarista do *Cidade 190* citou vários nomes de policiais mortos ou assaltados recentemente em Fortaleza, mas teve de esclarecer no bloco seguinte que um dos delegados ao qual se referiu como vítima de assalto era, na verdade, outro, de nome bem parecido. Não foi pior porque a correção se deu ainda no mesmo dia e o nome não estava entre os mortos, mas entre os assaltados.

A mesma edição trouxe outra informação confusa e, dessa vez mais séria. Inicialmente, o apresentador anunciou para o dia seguinte que uma criança de oito meses teria morrido queimada em Juazeiro do Norte, mas depois deu outra informação: a mãe teria matado a criança no hospital, por asfixia. “Como é que o hospital deixa uma mulher embriagada, mesmo sendo mãe da criança, criança hospitalizada, queimaduras de até terceiro grau, amamentar a criança, ficar sozinha no quarto com a criança? (*Cidade 190* - 10.5.2010)”.

Ainda naquela edição, o apresentador da *TV Cidade* se referiu a um policial ferido em uma colisão que teria sido provocada por um motorista embriagado, mas não houve nenhuma referência nesse sentido durante a matéria, que só informou sobre a colisão. Ficou a dúvida se o apresentador acrescentou uma informação importante que a repórter não deu ou se houve mesmo alguém ferido.

Confusão grande de informações também na edição de 26 de abril do *Comando 22*, quando o repórter, ao abordar o assassinato de um jovem de 22 anos por outro de 21, se embaralhou todo quanto ao objeto usado no crime. Numa só matéria, ele se referiu a três instrumentos diferentes – primeiro, arma branca; depois, arma de fogo; e por último, gargalo de garrafa. Confusão ampliada pela própria Polícia, pois enquanto o acompanhante da vítima apontou que o acusado havia usado um gargalo de garrafa, o policial assegurou que teria sido uma faca.

Alguns números a mais ou a menos fazem diferença, sim

A falta de sintonia entre apresentadores, repórteres e fontes se expressa de forma repetitiva nas divergências de números. No que se refere à idade das pessoas, é comum sempre um ou alguns números a mais ou a menos. Na edição de 14 de abril do *Rota 22*, em matéria sobre a prisão de um jovem e a apreensão de um adolescente, acusados de envolvimento com porte ilegal de arma e homicídio, o repórter afirmou que o adulto tinha 28 anos, mas, antes, o apresentador havia anunciado 21. A discordância entre as informações se repetiria no dia seguinte, quando o *Comando 22* também abordou o caso, exibindo a mesma matéria e, inclusive, fazendo a mesma chamada. A diferença de idade foi maior ainda em relação a um empresário assassinado em Aquiraz junto com o segurança, caso noticiado no dia 10 de maio. Segundo o *Cidade 190*, o empresário teria aproximadamente 40 anos, mas o *Barra Pesada* precisou 53.

Na lista de dificuldades com os dígitos, os programas fazem cálculos que confundem o telespectador em assuntos de grande interesse público. Um desvio de verbas por 11 prefeituras cearenses pode ser de 57 milhões de reais em um bloco do programa ou de 30% desse valor em outro. A confusão foi feita pelo *Cidade 190* em 30 de abril. Mais delicado é que, nesse caso, a informação foi atribuída a um órgão de atuação respeitável, a Polícia Federal. Quem assistiu ao *Barra Pesada* daquele dia teve condições de saber qual o valor estimado, pois ouviu a explicação do próprio superintendente da PF: eram cerca 10 milhões de reais, ou seja, em torno de 20% dos 57 milhões liberados de um total de 124 milhões previstos para o período de 2007 a 2010. Mas se o programa clarificou uma informação, equivocou-se noutra. Mesmo ouvindo o superintendente afirmar que dos seis mandados de prisão, três estavam “em aberto”, repórter e apresentador informaram que todos os mandados haviam sido cumpridos. E mais: os mandados eram de prisão temporária, segundo o promotor também ouvido na matéria, mas o repórter afirmou que eram de prisão preventiva.

Mesmo em reportagens que se propõem a um aprofundamento maior, a fragilidade dos números fica exposta no discurso do repórter, a exemplo de uma matéria exibida pelo *Cidade 190* sobre “saidinhas bancárias”: “Todos os dias, são registrados, em média, três a quatro saidinhas bancárias, em Fortaleza: números não oficiais, mas que representam o perigo que existe numa simples ida ao banco (*Cidade 190* - 18.5.2010)”. Sendo oficiais ou extraoficiais, os números foram obtidos onde, como, com quem? O comentário do apresentador, após a exibição da matéria, só reforçaria a inconsistência dos dados: “Todo dia, dois, três clientes, quando saem do banco, sai o bandido (atrás)”.

No mesmo dia, o *Barra Pesada* contabilizou dez pessoas envolvidas na descarga de um caminhão com cerveja roubada, mas o *Rota 22* deu elementos para se chegar ao número de 14, ao ouvir a única pessoa presa, que informou sobre 12 fugitivos, além da participação do motorista. No mesmo dia, em entrevista ao *Rota*, um cabo atribuiu a dois homens presos a ameaça de matar outros dois, mas o repórter, o apresentador e o próprio delegado se referiram a três pessoas. Embora o policial militar tenha inclusive citado os dois nomes jurados de morte, o apresentador ainda repetiu três vezes o número maior.

A falta de rigor com os números contamina a imprensa, mas também a Polícia, de onde muitos dados são acessados. Mesmo obtendo a informação com a fonte mais confiável, policiais, repórteres e apresentadores às vezes repassam o dado diferente do que ouviram. A gravação exibida pelo *Rota 22* na edição de 30 abril com uma mulher informando ter sido, em passado recente, atingida por dez facadas pelo companheiro, não impediu o policial de aumentar o número para 11 e de o repórter também contabilizar mais de dez golpes.

As divergências entre números não chega a comprometer algumas coberturas importantes, mas seriam facilmente corrigidas com um pouco mais de atenção. No dia 8 de abril, o programa Barra Pesada expôs um problema dos moradores do bairro Pici com uma desnecessária dose de exagero. Ao anunciar que a população da área sofre com o racionamento de água, o apresentador disse que o líquido só chega de madrugada às torneiras e sem pressão suficiente para encher as caixas d'água, obrigando as pessoas a providenciarem baldes e tambores para o armazenamento. A quantidade insuficiente levaria inclusive alguns a comprarem água para beber, mesmo pagando pelas contas que a companhia de abastecimento encaminha regularmente aos consumidores. Correto, mas os próprios moradores ouvidos sequer se referiram à "madrugada"; reclamaram, sim, do horário em que a água chega às residências, mas pelo que se ouviu, nada além das 23 horas.

[MONITORANDO

Qual é mesmo o número? A motivação para o assassinato de um adolescente de 15 anos no bairro João XXIII teria sido o furto de uma ou de duas bicicletas? A depender de repórteres, apresentadores e fontes, a dúvida permanecerá, pois a informação mudou várias vezes entre os atores da notícia nas edições de 6 de abril.

Na cobertura do atropelamento de um metalúrgico em Maracanaú, o Barra Pesada anunciou no dia 22 de abril que ele tinha 31 anos, embora a irmã tenha informado que a idade era 33. Enquanto o apresentador afirmou que os moradores impediram a fuga do policial civil que conduzia o veículo envolvido na morte do operário, o autor da matéria falou em seguida que foram policiais militares que não deixaram o acusado se evadir.

Jovens acusados de roubar extintores no bairro Cocó teriam 21 e 23 anos, segundo o apresentador, ou 22 e 23, de acordo com os repórteres (Comando 22 - 7.4.2010).

Um adolescente morto em um tiroteio com a Polícia na Aldeota tinha 16 anos, segundo o âncora da TV Cidade, mas 17, de acordo com a repórter (Cidade 190 - 10.5.2010).

Quatro homens mortos misteriosamente em Caucaia no mês de maio, segundo o apresentador do Barra Pesada, eram três, de acordo com a repórter do mesmo programa, na edição do dia 18 de maio.

Nas edições de 22 de abril, um líder comunitário assassinado em Limoeiro do Norte foi atingido do tórax à cabeça por 18 tiros de pistola, segundo o Barra Pesada, ou 19, de acordo com o Rota 22.

[CASO EMBLEMÁTICO

Um rapaz foi confundido com um assaltante e agredido diante das câmeras, em um caso envolto em controvérsias e mal conduzido pela Polícia e também pela mídia. A cobertura feita pelos programas policiais, além de não esclarecer algumas dúvidas, criou outras. Os programas entraram em contradição logo no resumo da história que resultou na morte de um jovem, apreensão de um adolescente e fuga de um terceiro, após tiroteio com a Polícia na Aldeota.

Os três jovens foram acusados de praticar um “sequestro relâmpago” e assaltar um restaurante no bairro, mas cada programa contou uma versão. O *Cidade 190* não se referiu ao “sequestro relâmpago” e apontou que, após a tentativa de assalto, os três fugiram a pé, sendo surpreendidos pela Polícia. O *Barra Pesada* informou que o sequestro se deu após o assalto, quando os três teriam roubado um carro levando a proprietária com eles, mas foram pegos pela Polícia porque bateram com o veículo. Já segundo o *Rota 22*, o “sequestro relâmpago” teria antecedido ao assalto.

Como se não bastassem o tumulto e uma morte causados pelo tiroteio, outra confusão foi criada na cena do crime. Um casal passou a agredir um jovem, provavelmente acreditando que fosse ele o terceiro envolvido, mas depois não o teria reconhecido como tal. O único programa que registrou as agressões foi o *Cidade 190*, sem deixar de incorrer em precipitações. “Olha, aqui; olha aqui: um bandido... Eles conseguiram capturar um dos bandidos acusados desse assalto”, afirmou a repórter ao ver um homem agredindo com chutes o jovem, embora este procurasse convencer de que não era culpado, mostrando uma carteira onde estariam os documentos. O equívoco foi, inclusive, reproduzido entre as chamadas do programa.

Mesmo com a intervenção de um policial, o rapaz continuou sendo alvo de agressões físicas pelo casal, que afirmava ser ele um dos assaltantes. Os policiais imobilizaram o acusado, ora prendendo-lhe as mãos para trás, ora aplicando-lhe uma gravata, ora pressionando a cabeça dele sobre o capô do carro, e deram voz de prisão a ele, conduzindo-o como se fossem colocá-lo na viatura. Foi quando a repórter ouviu o jovem, que negou envolvimento com o assalto. “Não participei (do assalto). Tá aqui minha identidade, sou cidadão, estudo na Paróquia da Paz”, defendeu-se, mostrando o documento e respondendo o nome completo, enquanto estava sendo recolhido pela Polícia. Depois do açoitamento inicial, a repórter reapareceu dizendo que houve um engano: “O rapaz que foi colocado aqui na viatura do Ronda do Quarteirão não seria o rapaz que participou do assalto”.

Ao defender o rapaz, o apresentador do programa expôs mais uma vez a diferença entre “inocente” e “bandido”. “Nenhuma crítica aos policiais com o bandido assassinado, mas não podemos aceitar que um inocente seja espancado, como esse rapaz que foi espancado – no início, pela mulher que era vítima, e depois, pela Polícia. Apanhou na cara. A Polícia não pode confundir. A Polícia tem que agir com certeza”, finalizou, definindo a situação como inaceitável.

A edição do *Barra Pesada* trouxe a mesma matéria, mas não registrou as agressões, embora tenha capturado a cena em que policiais confirmaram com a mulher, que havia agredido o jovem junto com o homem, que ela havia confundido o rapaz. O programa não entrou em detalhes sobre a confusão feita. A repórter apenas se referiu a uma

situação tumultuada e delicada, o apresentador chamou atenção sobre a delicadeza do momento para uma vítima prestar informações ou reconhecer acusados, tornando vulnerável a informação prestada, ainda sob o impacto imediato da ação violenta. Para uma avaliação mais correta e precisa e para proteção à testemunha, defendeu que as informações fossem prestadas na delegacia e sem contato direto com a pessoa acusada. “Não é no meio da rua, pegando a pessoa sob um trauma emocional desse. Pode acontecer de alguém apontar um inocente e acabar injustamente indicando assim ele (Barra Pesada - 10.5.2010)”, repreendeu o apresentador.

14

VOZES POLICIAIS E VOZES POLICIADAS

"A verdade se corrompe tanto com a mentira como com o silêncio"

Cícero

“Fiscalizar”, “regular”, “refrear”, “controlar” são alguns dos sinônimos para o verbo “policiar”. Não é por menos que o termo “policiações” está sendo usado no título deste texto, que se propõe a abordar os significados da predominância da voz policial no noticiário sobre violência e criminalidade e da relação entre mídia e Polícia, que se mostra excessivamente próxima em algumas situações.

As vozes policiais ganham sentido de policiar, ou seja, “fiscalizar”, “regular”, “refrear”, “controlar” outras vozes, na medida em que a Polícia, além de ser usada como única fonte em quase todas as notícias sobre crimes, fala pelos acusados presos ou apreendidos e ainda tem o discurso reproduzido pelos profissionais da imprensa. Assim, estes e aqueles têm as vozes policiadas.

Também não é por menos que a palavra “predominância” foi escolhida logo de início para conferir um *status* privilegiado à voz policial; ela traduz “superioridade”, “supremacia” e “influência”. O significado estrito de tais termos aponta para o que pode representar o exclusivismo de uma fonte no discurso jornalístico: “excluir tudo o que é contrário a sua opinião ou modo de ver”.

É certo que, sem fonte policial, o jornalismo policial ficaria praticamente inviável. Ela é indispensável; dispensável é a supervalorização da versão exclusiva apresentada pela Polícia, a reprodução acrítica das declarações, o que pode levar à difusão de visões unilaterais. Em geral, o que os policiais dizem é tomado como verdade e, assim, reproduzido fielmente, quando deveria haver um esforço das próprias equipes de jornalismo para estabelecerem uma relação mais independente com a Polícia e fazerem a apuração dos fatos contemplando outros atores.

Parece não ser uma tarefa fácil, pois o jornalismo policial, seja em que veículo for – jornal, revista, rádio, televisão ou Internet –, tem uma característica diferente da maioria das outras áreas de produção e circulação de notícias: a aproximação muito grande entre jornalista e fonte, mais precisamente entre repórteres e policiais. Só noutra área do jornalismo – a Política – essa proximidade é tão parecida. E qualquer semelhança entre as duas pode não ser uma mera coincidência.

No jornalismo policial e político, é comum a figura do repórter setorista, o que facilita um vínculo mais estreito com as fontes. Uma diferença importante é que, no jornalismo político, o repórter tem o acesso facilitado a dois lados, quase sempre, bem definidos – situação e oposição –, que se pronunciam da tribuna das casas legislativas ou de outros espaços de poder, e quando não o fazem, também não demandam grande esforço dos jornalistas em acioná-los, já que todos transitam pela mesma área.

No jornalismo policial, geralmente, o repórter só tem alcance direto a uma fonte: a própria Polícia, e portanto, precisa desenvolver outros meios para fazer a apuração – jornalística, não “policial” – da forma mais adequada possível. Para não se tornar “refém” de uma única fonte, ouvir o outro lado talvez seja a premissa número um, e ouvir vários lados contribui para um resultado mais positivo, uma cobertura mais completa e diferenciada. Do contrário, ele tenderá a reproduzir o discurso policial, previsível.

Nos programas policiais de televisão, às perguntas feitas pelos repórteres, as respostas se repetem a cada novo caso, com pequenas variações, um acréscimo de informação aqui, um dado a menos ali. Sem elementos suficientes para conclusões fundamentadas, as explicações para os crimes se resumem a uma ou duas hipóteses, o que faz com que seja traçado um perfil estereotipado da violência, simplificando o que é uma questão complexa e repleta de variáveis.

O tipo de relação construída entre jornalistas e fontes na cobertura policial, mesmo com alguns avanços apontados por pesquisadores do jornalismo sobre violência e criminalidade, é um desafio ainda a ser superado. A eliminação da editoria de Polícia nos jornais, levando a cobertura sobre a insegurança para as páginas do que se convencionou chamar de jornalismo de Cidades, é importante, mas tem um efeito mais simbólico do que prático, haja vista que tais mudanças não são, em geral, acompanhadas de outras decisões que redundem em abordagens mais qualificadas.

O salto de qualidade pode envolver a diversificação de repórteres cobrindo a área policial combinada ao processo de especialização da cobertura. Diversificar e especializar não são incompatíveis. O profissional especializado pode substituir a figura do repórter setorista. Se, por um viés, ele é importante porque permite uma facilidade no acesso às informações e um conhecimento mais aprofundado das questões, em tese qualificando a cobertura, por outro, está sob o risco de acomodações e reprodução de investigações malfeitas e informações precipitadas como resultado de uma relação muito próxima com as mesmas fontes.

Tanta proximidade faz com que o repórter fique dependente da informação que a Polícia concentra. Sendo uma informação privilegiada, ela será liberada em função da confiança conquistada junto à fonte. E para obter essa confiança, só os bastidores da relação fonte-repórter podem revelar. O problema ganha uma dimensão maior em função da disputa imposta por outros veículos, o que obriga o profissional a temporizar com o que nem sempre concorde, sob a garantia de não ser “furado” pelo colega do veículo concorrente.

Embora o “furo” pareça anacrônico aos novos tempos da comunicação, é provável que ele permaneça mobilizando as equipes de reportagem por um período indeterminado. A ostentação com que jornais e emissoras de televisão tratam as notícias exclusivas só demonstra como o “furo” ainda é valorizado. Da mesma forma, a figura do repórter setorista talvez não seja tão cedo alijada da cobertura policial. O trabalho do repórter de porta de xadrez, ou seja, aquele profissional que “bate o ponto” nas delegacias e no Instituto Médico Legal para levantar prisões e contabilizar mortos continua sendo requisitado.

Nos programas policiais de televisão, as mudanças parecem mais distantes. A disputa pela informação em primeira mão é ainda maior. As equipes de reportagem chegam a se antecipar à presença da Polícia nos locais de crimes. Romper com práticas já tão consolidadas tem um grau de dificuldade elevado porque elas são alimentadas tanto pela Polícia quanto pela mídia. Como não identificar pelo nome e exibir a imagem de uma pessoa sobre a qual ainda não se tem certeza absoluta da responsabilidade por um delito, se a própria Polícia chama a imprensa para “apresentar” o preso?

Se mesmo nas situações de rotina da cobertura policial, que envolvem uma relação mais aberta entre Polícia

[MONITORANDO

Acordos não declarados. As relações de cumplicidade não se estabelecem apenas com as fontes policiais, embora sejam mais frequentes. Os repórteres promovem essa relação também com outros entrevistados. Nas matérias de denúncia contra o poder público ou que expõem as reclamações de comunidades, é comum que moradores endossem o discurso de repórteres e vice-versa. É como se houvesse um acordo não declarado por meio do qual a fala de um confere à fala do outro status de verdade. Dessa forma, o repórter desempenha o papel de defensor dos pobres ou fiscalizador da gestão pública e a fonte consegue chamar a atenção para o problema que a atinge.

e profissionais de mídia, as limitações já são muitas, imagine nas conversas reservadas entre repórter e fonte. O repasse de uma informação envolve acordos tácitos, jogos de cumplicidade, em menor ou maior grau, em que um e outro se beneficiam: o repórter obtém a informação que precisa para produzir a notícia que pode virar a chamada principal de um programa de rádio ou televisão ou a manchete de um jornal ou revista, e o policial se vale da grande penetração dos meios de comunicação para facilitar o trabalho de captura de acusados ou foragidos, mas também para ganhar exposição pública pelo desempenho das operações realizadas.

Quando essa exposição se dá de forma repetitiva, o policial vira figurinha tarimbada e passa a ser tão bem visto junto à população que alguns buscam e conseguem fazer carreira na Política. Como negar que a expressiva votação recebida pelo delegado Cavalcante nas eleições para a Assembleia Legislativa do Ceará em 2002 tenha sido construída a partir da inserção frequente no noticiário das prisões atribuídas ao policial, quase sempre com uma entrevista dada por ele? Francisco de Assis Cavalcante Nogueira foi o deputado mais votado naquele ano, com 140.829 votos.

Os exemplos são muitos. Um dos mais representativos é de Moroni Bing Torgan, eleito para a Câmara Federal, em 1990, 1998 e 2002, além de ter disputado o governo do estado como vice de Tasso Jereissati em 1994. Secretário da Segurança Pública do Ceará a partir de 1988, o policial ganhou projeção pelo trabalho como delegado chefe do setor de Entorpecentes da Polícia Federal em Fortaleza a partir de 1983, quando teria efetuado cerca de 500 prisões de pessoas acusadas de tráfico de drogas em três anos.

Proximidade demais e superexposição na mídia

O noticiário dos programas policiais expõe o desinteresse das equipes de reportagem em ouvir outras fontes, além da Polícia. Mesmo com prisões e apreensões realizadas, os repórteres se limitam a dar voz à fonte policial. Em uma mesma edição, o procedimento se repete várias vezes. O programa Rota 22 do dia 14 de abril noticiou três casos de prisão em que apenas os delegados foram ouvidos, embora uma mulher tenha sido presa e outra notificada por prática do jogo do bicho; dois homens tenham sido presos por envolvimento no transporte de duas toneladas de fios de cobre furtados da rede de telefonia e energia elétrica; e um jovem tenha sido preso e um adolescente apreendido por porte de arma e antecedente de homicídio.

Como os programas se repetem na cobertura dos casos, é comum que a fonte policial de um seja a mesma dos outros. A visibilidade do entrevistado aumenta ainda mais quando em uma matéria inteira apenas ele é ouvido, o que também é habitual. As coberturas do assassinato de um usuário de crack no bairro Pici (Barra Pesada, Cidade 190 e Rota 22 - 30.4.2010) e da prisão de um acusado de três homicídios em 15 dias no bairro Vicente Pinzon (Barra Pesada e Rota 22 - 30.4.2010) tiveram como fontes apenas os delegados das áreas. Troca-se de programa, mas a fonte continua a mesma. Numa segunda-feira, 10 de maio, um policial plantonista do fim de semana foi ouvido até três vezes por edição – o major apareceu em dose tripla no Barra Pesada e no concorrente Cidade 190 e ainda foi entrevistado pela TV Diário.

Nos programas policiais televisivos, não faltam exemplos do que poderia se chamar de “proximidade além da conta” entre repórter e fonte policial. A confiança mútua entre repórter e fonte é fundamental em qualquer área do jornalismo, sobretudo em situações delicadas, o que é comum na área policial. Mas é também necessário que haja um distanciamento razoável para que a proximidade não acabe por reproduzir no jornalismo policial erros e vícios do *modus*

operandi da Polícia. Torna-se usual inclusive a reprodução do jargão policial, o uso de termos e expressões que nem são de domínio do grande público, mas ditos sem a preocupação de esclarecer o telespectador, de dar a informação completa. Assim, a 1ª Companhia do 5º Batalhão da Polícia Militar é, por exemplo, abreviada para “1ª do 5º”; a expressão “saturação policial”, que se refere à presença ou ocupação ostensiva de policiais em uma determinada área, podendo incluir abordagens e revistas a pessoas, na tentativa de efetuar prisões ou apreensões e intimidar a prática de crimes, fica sem a devida explicação.

Ao se apropriarem de um discurso policial, repórteres chegam a ser menos claros do que as próprias fontes. Na edição de 18 de maio, o Rota 22 exibiu uma matéria em que o repórter se referiu a uma pessoa acusada de crime previsto no “artigo 157”. Se não fosse a entrevista elucidativa com o policial, o telespectador teria de consultar o Código Penal para saber que se tratava de roubo. O problema se repetiria na mesma edição. Por telefone, o correspondente do programa informou do Vale do Jaguaribe que, dos seis fugitivos da cadeia do município de Fortim, um respondia ao artigo 155 e outro ao artigo 33. Dessa vez não teve entrevista com alguém que pudesse traduzir o juridiquês: respectivamente, furto, segundo o Código Penal, e tráfico de drogas, de acordo com a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de entorpecentes.

[MONITORANDO

Entre erros e acertos. Ao cobrir o caso de um garoto de 13 anos que morreu eletrocutado em Maracanaú, área metropolitana de Fortaleza, ao entrar em contato com a fiação desencapada de um prédio em construção, próximo ao campo de futebol onde estava com colegas, a repórter do Barra Pesada, apesar de ter procurado a avó em um momento de dor e não ter buscado o outro lado para obter explicações, deu voz a duas crianças que brincavam com a vítima, oferecendo, provavelmente, mais elementos à matéria do que se tivesse recorrido a fontes policiais. “O meninozinho tem mais bom senso do que quem cometeu essa falha, esse equívoco. ‘Se tivessem colocado uma placa alertando, nós não teríamos atravessado (o local onde a fiação estava exposta)’. Um meninozinho desse pensa melhor do que muito adulto irresponsável, que só pensa na ganância: ‘ah, pra ninguém entrar, pra ninguém mexer (Barra Pesada - 12.4.2010)”, comentou o apresentador, sobre a fala de uma das crianças.

Louvores à Polícia

O trabalho da Polícia, seus agentes e sua história são exaltados repetidamente. Os louvores aos policiais, em geral aqueles ocupantes de cargos de comando, acontecem por motivos relacionados ou não à atividade na área da segurança. Mesmo que os elogios sejam justificáveis, a postura de repórteres e apresentadores mais demonstra uma estratégia permanente para conquistar e assegurar a confiança das fontes e manter um bom trânsito entre elas.

Uma suposta facilidade de circulação no meio policial foi demonstrada, por exemplo, na edição de 22 de maio do programa semanal *Os malas e a lei*, quando o apresentador, atuando como repórter em uma matéria sobre o abandono de uma área de lazer no bairro Jardim Castelão, disse que iria “pedir” ao comandante do Ronda do Quarteirão para mandar os policiais que cobrem o local darem “uma passada de vez em quando” por ali. No sábado

seguinte, o âncora citaria mais duas vezes o nome do coronel, e em uma delas manifestaria entusiasmo com a presença dele no comando do programa. “Acho que o Ronda agora vai melhorar, com o (coronel)”.

Logo que assumiu o comando do Ronda do Quarteirão, o oficial também despertou expectativas positivas no apresentador do Rota 22. Ao comentar sobre um latrocínio que tirou a vida de um aposentado de 69 anos no próprio estabelecimento onde ainda trabalhava, o âncora se referiu ao oficial mais de uma vez e o apontou como “uma esperança que ressurge”, já que os resultados do programa foram “muito aquém” dos investimentos feitos. “Uma luz se acende no fim do túnel quando o Ronda do Quarteirão, que foi um programa criado para coibir esse tipo de crime, muda de comando. Pode ser que agora, com o coronel (...), o Ronda do Quarteirão mostre uma nova feição e possa garantir a esses idosos que trabalham, esses aposentados que trabalham, que suam a camisa, o que não deveriam fazer mais, sossego, tranquilidade, segurança (Rota 22 - 18.5.2010)”.

Mesmo ao fazerem cobranças à Polícia, os comunicadores contrabalançam com algum elogio. Foi o que se observou uma semana depois, quando o mesmo apresentador dosou uma fala e outra, ao provocar o comandante a responder os questionamentos feitos por um telespectador sobre a atuação do programa Ronda do Quarteirão no bairro onde mora. “Eu transfiro essa responsabilidade para o tenente-coronel (...) Tá todo mundo apostando todas as fichas no coronel (...) Inclusive policiais, delegados, têm o coronel na conta de um homem aguerrido, um oficial da Polícia Militar de frente de combate realmente (Rota 22 - 26.5.2010)”.

Na edição de 13 de abril, o apresentador do Rota 22 já havia cobrado da Polícia o desmantelamento de quadrilhas que promovem “sadinhas bancárias”, sem deixar de observar que o delegado da Delegacia de Roubos e Furtos estava fazendo um bom trabalho, apesar da equipe de policiais reduzida.

Para chamar a atenção do comandante geral da Polícia Militar quando de uma denúncia encaminhada ao Cidade 190 sobre a exclusividade de um posto de combustível para reabastecimento das viaturas do Ronda do Quarteirão de Caucaia, o apresentador do programa também adotou o mesmo tratamento, referindo-se a ele como “zeloso comandante da tropa (Cidade 190 - 7.4.2010)”.

Os elogios aparecem em qualificativos, mas também em parabéns explícitos. O aniversário de seis anos da Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO), no dia 22 de abril, foi lembrado efusivamente no programa Cidade 190. “Policiais que entregam a vida à própria sorte. Esses são os mais ousados e corajosos, que desarmam bandidos. São esses que têm prestado um grande serviço à segurança pública, ao estado e à população”, pontuou o apresentador. “Merece toda a nossa homenagem, porque reconhecemos a seriedade, a coragem e a dedicação que esse pessoal tem à causa nobre da segurança pública”, reforçou o comentarista. O elogio não viria desacompanhado do nome do comandante.

Termos e expressões de uso corrente no meio policial passam a ser empregados também pelos comunicadores e realçados quando em enaltecimentos à Polícia. No dia 22 de maio, logo na abertura do programa Os malas e a lei, o apresentador dedicou a edição “especialmente” à “gloriosa” Polícia Militar do Estado do Ceará, que também estava de aniversário. “Nós só temos aqui é que agradecer e sentir orgulho da nossa Polícia Militar, hoje tão bem comandada”, afirmou, citando nominalmente coronéis e lembrando que “o praça é o verdadeiro herói”. Os parabéns seriam repetidos na mesma edição.

Algumas situações expõem ainda mais a proximidade entre comunicadores e Polícia porque a relação já não se mostra mais impessoal, indo além da institucionalidade. Na edição de 19 de maio, o apresentador do *Comando 22* chegou a exibir no programa o convite que recebeu pessoalmente de um coronel comandante do Batalhão da Polícia Militar em Sobral para o aniversário da filha. Dez dias depois, o apresentador do programa *Os malas e a lei*, além de mandar um abraço para um sargento da Polícia, divulgou e exibiu as embalagens do CD e do DVD gravados pelo policial.

Enquanto policiais de menor patente das diversas corporações ganham tempo amplo nos programas para reivindicar benefícios e melhores remunerações e condições de trabalho, aos comandantes e coronéis são atribuídos os méritos pelo atendimento a tais reivindicações. Merecedor de parabéns do comentarista do programa *Cidade 190*, o comandante da Polícia Militar foi lembrado por ter promovido o consenso com os policiais, mobilizados durante o mês de abril por mudanças na escala de trabalho, efetivação de plano de saúde e promoções.

No contato direto com policiais, os repórteres também não economizam elogios quando se dirigem a eles para falar do sucesso de operações realizadas. Na edição de 8 de abril do *Barra Pesada*, nas três primeiras matérias do programa, repórteres e apresentador reportaram-se várias vezes à rapidez da Polícia na prisão de acusados. Para alguns repórteres, a menção à agilidade dos policiais em determinadas coberturas, de tão comum, já é previsível. Na edição de 20 de abril do *Rota 22*, um repórter se referiu quatro vezes à agilidade policial, ao falar da prisão e apreensão dos envolvidos em um crime de morte no bairro Serviluz. Mais do que tudo, “o que chama atenção é o trabalho rápido da Polícia”. No entanto, nem sempre essa rapidez corresponde ao que dizem os repórteres.

Na edição de 26 de abril, a agilidade seria atribuída ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), quando da cobertura sobre o assassinato de um jovem de 22 anos, atingido com um gargalo de garrafa usado por outro rapaz de 21 anos. A vítima acabou morrendo ali mesmo. Não havia elementos suficientes para fazer qualquer vinculação entre o óbito e uma possível demora no atendimento pelos socorristas, mas as imagens e o microfone da reportagem captaram uma pessoa dizendo que a ambulância do SAMU demorou quase uma hora para chegar. A fala foi ignorada.

As citações ao “bom trabalho” e à “abordagem rápida e precisa” da Polícia valorizam o desempenho exitoso das forças policiais, mas também denotam um caráter de excepcionalidade a essas ações, embora tal constatação não seja usual no discurso dos comunicadores. “A Polícia nas ruas, fazendo abordagens lucrativas, trazem benefícios para a

[MONITORANDO

Sob elogios. Um só repórter e muitos elogios à Polícia. Em matéria sobre a apreensão de dois adolescentes acusados de assalto, na edição de 14 de abril do *Barra Pesada*, o repórter, ao entrevistar um policial, disse que a Polícia fez uma “abordagem rápida e precisa”. Em outra matéria, na edição de 30 de abril, além de afirmar diretamente para o delegado que ele “chegou rapidamente ao local”, também falou que ele estava “fazendo um bom trabalho”. O mesmo repórter diria para um major na edição de 18 de maio: “Fato é que foi um bom trabalho realizado pela equipe da 6ª Companhia do 5º Batalhão com o apoio da equipe de Comando de Policiamento da Capital (*Barra Pesada* - 18.5.2010)” – referia-se à prisão de dois homens que trocavam peças de carros em via pública em atitude suspeita para a Polícia e já teriam mandados de prisão em aberto por vários crimes. Nesse caso, a ação da Polícia mereceu elogios também do repórter do *Rota 22* pela agilidade e eficiência.

população. Esse é o papel da Polícia ágil, atuante, realizando blitzes rotineiras, que não sejam apenas uma vez e oito não, que sejam sempre ágeis (Barra Pesada - 18.5.2010)", atentou o apresentador da TV Jangadeiro.

A rapidez da Polícia e da Justiça seria mais uma vez devidamente explorada na edição de 12 de abril no programa Barra Pesada, quando o âncora reconheceu, sem exageros, o trabalho das instituições no esclarecimento de dois casos de grande repercussão na cidade: os latrocínios de um policial rodoviário federal e de uma empresária. "Quando se quer, se faz", afirmou, sem deixar de acrescentar que "todos somos iguais, e a lei deve ser extensiva a todos".

Quando a Polícia não é ouvida, embora devesse ser

Enquanto a fonte policial é abundante na maioria dos casos exibidos pelos programas policiais, em algumas coberturas, ela não é procurada, embora sua presença fosse absolutamente necessária. Em uma matéria sobre roubos e furtos na Avenida Beira Mar, o Cidade 190 ouviu seis frequentadores da via, entre moradores e turistas, mas nem deu voz a alguém da Polícia que falasse sobre o policiamento na área nem citou dados dos órgãos de segurança que justificassem o que o programa pretendia demonstrar, apesar dos questionamentos do repórter: "O índice de roubo aqui na Beira Mar é muito grande (...) Por que em vez da Polícia colocar tanto patinete ou coisa parecida, não coloca uma lancha pra pegar os ladrões que estão fazendo essa festa aqui, toda noite, na Beira Mar, roubando o povo? (Cidade 190 - 18.5.2010)", indagou, referindo-se aos equipamentos motorizados usados pelos policiais para circularem mais rapidamente no calçadão da avenida.

Perguntas sem respostas, por falta de provocação pela mídia ou pelo silêncio inexplicado da Polícia. Em poucas situações, os policiais evitam falar com a imprensa. Mesmo se não têm informações a dar, eles usam o microfone para fazer declarações genéricas ou dizer da insuficiência de dados. Quando recusam ser entrevistados, nem sempre os repórteres esclarecem os motivos da negativa. Na edição do dia 22 de maio do programa Os malas e a lei, o repórter apenas disse que a Polícia não quis gravar entrevista para a matéria sobre o assassinato de um jovem de 20 anos, na Vila Velha, atingido por 11 tiros, dois deles na cabeça, e acusado de já ter praticado cinco homicídios.

Se os policiais são ouvidos em demasia em quase todas as situações, em outras, quando a voz do agente de segurança poderia representar um diferencial à matéria, não é o que se verifica. Na edição de 19 de maio, o Comando 22 divulgou uma novidade importante para o trabalho dos policiais militares e em tese para a segurança da população: as viaturas passariam a ser monitoradas em tempo real, permitindo a transmissão de dados via telefone celular para oficiais e comandantes da segurança pública e

[MONITORANDO

Silêncio. Três minutos e 32 segundos de matéria sem ouvir qualquer pessoa. Na edição de 19 de maio, o Comando 22 exibiu uma matéria em que o tempo foi usado inteiramente pelo repórter para descrever o que as imagens já revelavam: o abandono de um prédio na Avenida Leste Oeste. Segundo denúncia feita ao programa por moradores que preferiram não gravar entrevista, o local estava servindo para prática de sexo, uso de drogas e esconderijo de assaltantes e ladrões que agem contra motoristas e pedestres. "Eu queria até ouvir a versão dos proprietários (Comando 22 - 19.5.2010)", disse o apresentador, após a exibição da matéria. Ele e os telespectadores ficaram só no desejo.

para o próprio governador do estado. A reportagem se limitou a ouvir o secretário executivo da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e o comandante do programa Ronda do Quarteirão, cujos veículos seriam os primeiros a receber o equipamento de alta tecnologia. Mas as viaturas são conduzidas por policiais, e nenhum deles foi ouvido, embora pudessem falar das expectativas em relação ao novo sistema e se estavam preparados para atuar com ele.

Policiais na berlinda

A deferência com que policiais são normalmente tratados acaba quando eles, encarregados de fazer cumprir a lei, passam a ser acusados de infringi-la. Os exemplos encontrados nos programas policiais são poucos, mas ilustrativos. Os policiais acusados de prática de crimes ou favorecimento a autores de ações criminosas acabam sendo nivelados aos bandidos ou considerados até pior que eles.

Na edição de 27 de abril do programa *Barra Pesada*, o apresentador não poupou os policiais e agentes penitenciários acusados de receber 20 mil reais para facilitarem a fuga de presos em um dos presídios do estado. “Arrancar a farda de um policial desse é o mínimo que se faz, pra honrar o bom policial, pra tirar de perto do bom policial esses bandidos; são bandidos, são piores do que os que saíram, porque esses recebem dinheiro nosso para dar segurança e ainda recebem o dinheiro dos bandidos para nos trair; são piores bandidos esses policiais. Agora, o que é pior: sabe por que eles fazem isso? Porque não temem a Justiça, não temem. Impunidade: eles saem, são afastados, entram com recurso, a dona Justiça coloca de volta, e nós voltamos a pagar bandidos no esquadrão da Polícia, que devia ser honrada”.

Impunidade também foi como o mesmo programa resumiu, entre as chamadas da edição de 8 de abril, o adiamento, pela quarta vez, do julgamento de um cabo acusado de integrar um grupo de extermínio formado por policiais e de executar em 2006, na companhia de um ex-soldado da PM, um homem, dentro de uma academia, no bairro Mondubim. A exemplo dos ditos criminosos comuns, o policial teve o nome e a imagem expostos pelo programa.

Os questionamentos aparecem também quando começam a se repetir demais no noticiário os casos de porte ilegal de arma cujo uso deveria ser exclusivo dos militares das Forças Armadas e policiais federais, atiradores e colecionadores registrados no Exército, policiais civis, militares, rodoviários federais e bombeiros, magistrados, membros do Ministério Público e fiscais da Receita Federal. Ao indagar como uma pistola 0.40 foi parar nas mãos dos assassinos de dois jovens no bairro Bom Jardim, o apresentador do *Cidade 190* insinuou: “Ou não são bandidos os autores desse crime, quer dizer, não são os bandidos procurados pela Polícia? (*Cidade 190 - 7.4.2010*)”.

O assassinato de outro jovem, um comerciante de 24 anos, no Bairro de Fátima, também por homens que usavam o mesmo tipo de pistola, fez o âncora do *Rota 22* ser ainda mais direto, cobrando respostas da Polícia: “Onde eles conseguem essas pistolas e também as munições? Eis um grande questionamento que a Polícia tem obrigação de responder, porque não é mais um, dois ou três crimes de morte praticados com esse tipo de armamento (*Rota 22 - 26.5.2010*)”. Um mês antes, o apresentador considerou plausível a tese apontada por um delegado sobre homicídio no Conjunto São Cristóvão contra outro comerciante praticado com esse tipo de arma: contrabando. “Não é possível que policiais civis, policiais militares estejam perdendo arma assim a toda hora, porque a toda hora a gente vê gente praticando crime de morte com pistola 0.40 (*Rota 22 - 29.4.2010*)”, disse o âncora. Mas uma pesquisa da organização Viva Rio, divulgada no fim de 2010, apontou que 80% das armas apreendidas no Brasil são fabricadas no próprio país.

Violência policial: mínima ou minimizada?

Os programas policiais abordam todos os tipos de violência, mas um, em particular, pouco aparece, se comparado aos demais: a violência praticada pela Polícia. O que leva a um questionamento: é uma violência que se manifesta pouco ou pouco valorizada pelos programas? Os veículos impressos e mesmo os telejornais costumam noticiar mais do que os programas policiais as denúncias, a exemplo dos diversos casos que vieram à tona envolvendo agentes do programa Ronda do Quarteirão.

Entre os casos isolados de denúncia registrada nos programas policiais contra abusos de autoridade e desvios de conduta, um se diferenciou pelo protagonismo comunitário. Os moradores do Planalto Ayrton Senna reagiram à violência praticada por policiais do Ronda contra o funcionário de um mercadinho e outras pessoas da comunidade, como mostrou o Rota 22. Os policiais teriam confundido o jovem trabalhador, além de agredir outros moradores, inclusive fisicamente, e disparar tiros no local.

Três pessoas ainda acabaram sendo levadas para a delegacia. Outras três foram ouvidas pela equipe de reportagem: um funcionário do estabelecimento comercial, que disse ter presenciado a abordagem dos policiais; o dono do estabelecimento, que mostrou marcas de agressão no próprio corpo e denunciou que os policiais empurraram várias pessoas; e uma moradora, que afirmou também ter acompanhado a ação. “O mais revoltante é que nesse final de semana teve três assassinatos no Pantanal, um esquarteramento, e a Polícia não deu nenhuma resposta pra população. Agora, um rapaz, um jovem que tá pelejando pra trabalhar, pra ajudar a família dentro de casa, isso aí eles tomam como bandido (Rota 22 - 29.4.2010)”, disse ela, referindo-se ao local ainda pelo nome que estigmatizou a área como violenta. O diferencial veio das vozes dos moradores, mas também do apresentador: “Muito bem, você também não se cale, não se cale. Denuncie também o que acha que está errado”. Mesmo com o incentivo, ele não fez nenhum comentário adicional, como costuma proceder em outros casos e como aquele merecia.

O que faltou ao âncora do Rota 22 foi devidamente colocado pelo apresentador do Barra Pesada quando o programa abordou outro caso de abuso de poder, exibindo imagens de quatro policiais usando cassetetes e dando chutes para espancar torcedores, que inclusive já estavam rendidos no chão. Sem desconsiderar a violência que os integrantes ou não de torcidas organizadas promovem, o apresentador reagiu com veemência: “Quem tem autoridade não precisa exorbitar com autoritarismo (...) Quem age com brutalidade dessa forma não é polícia cidadã que se deseje”. Ele ainda chamou atenção do secretário da Segurança e do comandante da Polícia Militar para a contundência das imagens, reprisadas várias vezes. “Aquilo não é ação de policial, é ação de covarde (...) Merece repúdio de todos nós (Barra Pesada - 3.5.2010)”, concluiu.

No mesmo dia, o programa exibiu um caso de violência de policial contra policial. Um civil executou um militar com um tiro na nuca, em Caucaia, como desdobramento de uma discussão verbal e agressão física entre os dois, que eram vizinhos. O programa informou sobre o velório e o sepultamento.

[CASO EMBLEMÁTICO

O programa Rota 22 de 13 de abril tinha elementos mais do que suficientes para questionar o trabalho – ou pior: a falta de trabalho – da Polícia. Mas ao levar ao ar uma denúncia, com imagens e depoimentos sobre os quais não pairavam dúvidas, o programa não usou a contundência que o caso merecia. Policiais parados diante dos saques de materiais do centro de negócios de vendedores ambulantes, conhecido como Beco da Poeira, no Centro de Fortaleza.

O apresentador ainda esboçou reação mais forte, mas amenizada ao cobrar responsabilidade dos policiais. “Enquanto o que pertencia aos permissionários, aos trabalhadores, era depredado, era saqueado, a Polícia nada fazia, absolutamente nada. Nesse momento, a gente não pode se calar com essas coisas, a gente não pode se calar com essa omissão. Culpa dos policiais que estavam lá? Não. Tavam apenas cumprindo ordens. A responsabilidade é de quem partiu a ordem, e sempre são ordens superiores”.

A matéria mostrou e entrevistou pessoas levando os materiais pertencentes aos permissionários que haviam sido transferidos no dia anterior para um novo prédio; ouviu também um dos permissionários, que fez uma grave acusação: procurou policiais para pedir ajuda e reclamar dos saques, mas... “mandaram eu roubar”. Outra grave acusação partiu de um delegado, ex-deputado na época e candidato novamente eleito nas eleições de outubro, que estava no local e foi ouvido pela equipe de reportagem. “Isso aqui é furto, é roubo, na frente da Polícia, e a Polícia não faz nada. A gente filmou até policial tirando mercadoria daqui de dentro”, afirmou e confirmou. O ex-deputado e futuro candidato ainda apontou uma “inversão de valores” no caso, pois a poucos metros dali, no novo centro de negócios, conhecido como ‘esqueleto’, a Polícia impedia a entrada e saída de pessoas para sufocar uma manifestação dos trabalhadores: “O cidadão de bem tá sendo hostilizado lá no esqueleto; os bandidos tão agindo aqui nas barba da Polícia, e ninguém faz nada”. Detalhe: não seria uma simples coincidência que, meses depois, o candidato fosse visto no mesmo local, em plena campanha, o que renderia inclusive post em um dos blogs jornalísticos mais lidos na cidade fazendo referência à presença dele ao lado de um candidato à reeleição para a Câmara Federal: “O padre e o delegado no Beco da Poeira”.

A equipe de reportagem fez imagens dos policiais de frente ao Beco da Poeira, mas não os abordou para darem explicações. Procurado pela produção do programa, o Relações Públicas da Polícia Militar teria transferido a responsabilidade pela segurança dentro do estabelecimento para a Guarda Municipal. No entanto, as imagens captadas pelo cinegrafista mostravam cenas dentro e fora do centro comercial. A Produção também procurou o diretor da Guarda Municipal, que teria afirmado que o trabalho do órgão havia terminado no dia anterior, com a conclusão da remoção dos permissionários, e que o prédio, com isso, não seria mais de responsabilidade da administração pública municipal.

15

GEOGRAFIA DA INSEGURANÇA

“No beco escuro explode a violência (...) Nada mais me deixa chocada. Nada!”

Herbert Vianna e Bi Ribeiro em O beco

Em vielas de difícil acesso, becos que lembram labirintos, ruas e avenidas movimentadas ou cartões postais da cidade. Nos bairros periféricos ou nas áreas consideradas nobres. Nos grandes centros urbanos ou nas pequenas localidades interioranas. A insegurança não se mostra mais localizada. A tranquilidade, que antes caracterizava muitos lugares, é cada vez mais substituída pelo medo que toma conta dos moradores. Medo ampliado, na medida em que o noticiário policial exhibe cotidianamente a criminalidade e a violência em expansão.

Em maior ou menor escala, o avanço da violência chama atenção pela própria extensão (até onde pode ir), mas também pela frequência (como e quanto se repete), intensidade (em que nível se dá) ou operacionalização (de que forma se manifesta). Sejam quais forem as características, as ações assustam, ainda mais quando e como demonstradas pela mídia, sobretudo por veículos de longo alcance, que nem a televisão.

Na geografia da insegurança, o que está mais próximo costuma ser tratado como em situação mais espantosa. Com um noticiário concentrado em Fortaleza, os programas policiais de tevê do Ceará falam da cidade como “a capital do medo”. “Fortaleza nunca viveu um clima como esse que estamos vivendo porque, na minha concepção, a coisa está totalmente errada. Pouca gente tem coragem de falar, mas essa é a verdade. Acham ruim? Podem achar. Mas que Fortaleza é a cidade do medo, pode ter certeza que é”, afirmou o apresentador do programa *Os malhas e a lei* na edição de 29 de maio. Não seria a primeira nem a última vez que ele iria se referir à capital nesses termos.

Mesmo que a insegurança noticiada esteja circunscrita a um lugar específico, ela passa a ser analisada como um problema da cidade inteira. “Me diga um local aqui em Fortaleza onde o comerciante não trabalha com medo”, provocou o mesmo apresentador naquele dia, ao apontar que os moradores do Sítio São João estavam apavorados e que os comerciantes da área trabalhavam atrás de grades.

O discurso midiático se alterna rapidamente e o tempo todo entre apresentar a violência como um problema generalizado e situá-la em locais onde ganha mais visibilidade. A insegurança registrada em algumas vias chega a ofuscar os próprios bairros aos quais elas pertencem, e é ainda mais superdimensionada na fala dos comunicadores. “Se correr, o bandido atira; e se ficar, o bandido assalta. Fortaleza tá desse jeito”, definiu o âncora, referindo-se a assaltos que se repetem durante congestionamentos na Avenida Raul Barbosa, onde parece não ter tempo ruim

[MONITORANDO

Violência ofuscante. Registros em grandes avenidas, como Via Expressa, Alberto Craveiro, Dedé Brasil, Leste Oeste, Mister Hull, Bezerra de Menezes, Beira Mar, Washington Soares, Perimetral, Raul Barbosa, em geral, chamam mais atenção do que os bairros como cenários da violência, que, muitas vezes, nem chegam a ser citados.

No afã de demonstrar o alto nível de insegurança, nem sempre os repórteres recebem a resposta que aparentemente gostariam, como aconteceu com o apresentador do programa *Os malhas e a lei* na edição de 29 de maio, quando atuava como repórter em matéria sobre insegurança no Sítio São João. “Já foi assaltado, já foi assaltado?”, dirigiu-se o âncora a um motociclista entregador, que respondeu: “Até agora não, tá tudo calmo”. Semelhança com a edição do Comando 22 do dia 28 de abril. “Já foi assaltado?”, perguntou para um passageiro de ônibus, como se já soubesse que a resposta seria afirmativa. “Nunca”, surpreendeu o entrevistado. “Graças a Deus”, comentou o repórter-apresentador. Outros ocupantes de veículos – motos, carros e ônibus – responderam que “sim” e falaram do perigo e do medo na área, a Avenida Raul Barbosa.

para a prática dos crimes. “Aqui, os malas aprontam de manhã, de tarde e de noite”, afirmou, enquanto atuava como repórter para o programa *Comando 22*, na edição de 28 de abril.

A “cidade do medo” é também apontada como “antro de criminalidade”, a exemplo do que fez o apresentador do *Barra Pesada* na edição de 8 de abril, após matérias sobre a identificação, prisão e apreensão de acusados do latrocínio de um policial rodoviário federal no bairro Pio XII. Ao falar da conjunção de esforços das polícias Militar, Civil e Rodoviária, o que fez com que o caso fosse “rapidamente esclarecido”, o âncora salientou a eficácia do trabalho policial e cobrou todo o esforço possível da Justiça nesse e em outros casos para “eliminar aqueles que continuam fazendo dessa cidade um antro de criminalidade”.

Ruas e avenidas passam a ser definidas como locais de violência extremada. Uma é “corredor da morte”, outras são “paredões de fuzilamento”. “Todo mundo sabe que é corredor da morte. Andou ali, está entre a cruz e a espada. Bandidos assaltando a 3x4. Todo mundo sabe que a Via Expressa é local inflamado da violência e não há policiamento constante (Cidade 190 - 6.4.2010)”, afirmou o âncora da *TV Cidade*. “Um homem foi fuzilado e morto no meio da rua. Aliás, são várias as ruas de Fortaleza que se transformam em paredões de fuzilamento. Tem os cantos preferidos de fuzilamento, como esse aqui”, definiu o mesmo apresentador, 12 dias depois, reportando-se ao Parque Jerusalém, onde um homem foi morto supostamente por dívidas com o tráfico de drogas. “Não tinha moedas pra pagar. Como sempre, paga com a vida, porque o império do tráfico não perdoa”, concluiu.

Os programas policiais acabam também reforçando estigmas sobre determinadas áreas que comumente aparecem no noticiário como locais perigosos, áreas que aparecem no traçado da insegurança que os comunicadores se encarregam de fazer, nem sempre coincidentes com os dados oficiais. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, os bairros com mais ocorrências de homicídio na capital são Jangurussu, Barra do Ceará, Vicente Pinzon e Granja Portugal, nessa ordem.

[MONITORANDO

Delimitações. A geografia da insegurança é delimitada por vias, bairros ou zonas da cidade. “É o terceiro caso de crime de morte cometido nas últimas 24 horas em bairros da zona leste da Capital (Rota 22 - 22.4.2010)”, observou o apresentador da *TV Diário* ao anunciar a notícia de um corpo encontrado na Praia da Sabiaguaba.

“A violência, muitas vezes, muda de lugar. Em determinado momento, o pedaço mais violento da cidade é o São Miguel (*Messejana*). Depois, passa pra outra área em *Messejana*. Agora, está no Bom Jardim. Nos últimos meses, o Bom Jardim é considerado o bairro onde se mata mais, onde o derramamento de sangue é maior (Cidade 190 - 6.4.2010)”, apontou o âncora, reforçado pelo comentarista do programa: “Uma área que está bastante inflamada, palco da violência quase que diariamente”.

O Bom Jardim é um dos bairros de Fortaleza mais associados com a violência, embora também conte com várias iniciativas no sentido de promover uma cultura de paz. É comum a estigmatização do bairro como local violento aparecer logo nas chamadas ou nos caracteres dos programas. “Mais um crime de morte foi registrado no bairro Bom Jardim (*Barra Pesada* - 6.4.2010)”, noticiou o âncora da *TV Jangadeiro*. O mesmo caso foi tratado no *Cidade 190*, também situando o homicídio no Bom Jardim, mas a matéria veiculada nos programas da *TV Diário* citava a Granja Portugal. A confusão é frequente. Quando um assassinato é registrado em bairros que formam o chamado Grande Bom Jardim, como Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, a tendência é apontar como local do crime o Grande Bom Jardim ou, simplesmente, Bom Jardim,

e não o bairro específico. “A impressão que dá é de que, no Bom Jardim, vira e mexe, tem gente matando, tem gente morrendo. É algo assim que não tem nem explicação, porque a impunidade continua, as execuções em toda a cidade. Aliás, as famílias do bairro devem viver sobressaltadas”, avaliou o apresentador do Barra Pesada seis dias depois, sobre um homicídio na área.

O mesmo apresentador faria um comentário inicialmente relevante, mas com um arremate, no mínimo, desnecessário sobre a sequência de cinco arrombamentos a uma creche do bairro: “Foi-se o tempo em que havia código de ética até entre os bandidos. O bandido, por exemplo, na comunidade, respeitava o posto de saúde, igreja, creche, porque sabia que tudo isso é em benefício da própria comunidade, da própria população (...) O bairro inseguro, o bairro problemático, quando poderia estar dando exemplo de uma comunidade tão honrada, mas tem uma racinha também de gente ruim (Barra Pesada - 27.4.2010)”.

Reconhecidamente uma das áreas mais inseguras na capital, o Grande Bom Jardim foi escolhido pelo Ministério da Justiça para figurar a partir de dezembro de 2009 como Território da Paz, um dos projetos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O objetivo é reduzir os índices de violência naqueles bairros por meio de investimento em projetos sociais e melhor estrutura policial. O nome do projeto, não raramente, é utilizado pelo jornalismo policial de forma irônica frente às ocorrências registradas no local. “Bom Jardim: duas pessoas assassinadas. Território da Paz, hein? (Cidade 190 -7.4.2010)”, apontou o âncora da TV Cidade, valorizando a contradição.

A delimitação da insegurança muitas vezes é feita mais em função de comentários genéricos dos repórteres no contato com a realidade do que pela apresentação de dados oficiais que atestem as áreas como violentas. “A criminalidade aumenta a cada dia em toda a Grande Fortaleza. No Planalto Pici e adjacências, não é diferente. Os índices são alarmantes (Barra Pesada - 6.4.2010)”, citou o repórter da TV Jangadeiro, durante matéria sobre insegurança na área, sem apresentar um número que ratificasse a avaliação.

Percebe-se em algumas situações um entusiasmo na inclusão de bairros na lista dos mais violentos. A narrativa se mostra com frases de efeito e dramatizações. “Foram vários tiros: um, dois, três, quatro, cinco. Como eu sempre digo, o povo do Panamericano também não sabe contar bala e não é doido pra parar pra contar bala (Cidade 190 - 30.4.2010)”, apontou o repórter do Cidade 190, ao cobrir dois casos no bairro: uma execução e uma tentativa de homicídio.

Outras vezes, os comunicadores recorrem ao noticiário policial do meio impresso para compor o mapa da violência. “O jornal Diário do Nordeste deu destaque à situação de moradores do Porto das Dunas (em Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza), onde o pânico, o medo e a ação dos bandidos prevalece (Os malas e a lei - 22.5.2010)”, lembrou o âncora da TV Diário.

[MONITORANDO

Trânsito inseguro. O mapa da violência é desenhado também em função das ocorrências no trânsito. Vias urbanas, intermunicipais e interestaduais, rodovias estaduais e federais em condições insuficientes ou deficientes de conservação e sinalização contribuem para a insegurança no tráfego. “Moradores da área reclamam da sinalização confusa na Avenida Augusto dos Anjos (Bom Sucesso) e contam que os acidentes ocorrem diariamente (Rota 22 - 30.4.2010)”, chamou a atenção da Autarquia Municipal de Trânsito (AMC) o apresentador da TV Diário. Problemas de sinalização também em plena área considerada nobre – Rua Coronel Jucá, bairro Aldeota, onde acontece uma batida a cada 15 dias, contabiliza um morador.

Área crítica também é a localidade do Conjunto São Miguel, em Messejana, segundo policial ouvido na matéria sobre a prisão de três adolescentes e três jovens, três deles do Serviluz e Praia do Futuro, envolvidos com o comércio de entorpecentes e armas, além de assaltos e homicídios. A fala da Polícia juntou-se a do repórter, na edição de 10 de maio do *Rota 22*, enfatizando ainda mais o perfil violento do local, ao lembrar que ali teriam sido registrados recentemente três homicídios em uma semana.

Referindo-se a outra área da cidade, o bairro Moura Brasil, um repórter da TV Jangadeiro asseverou: “A criminalidade está assolando essa área, e um crime vai levando ao outro (Barra Pesada - 18.5.2010)”. O policial concordou e ainda apontou a grande quantidade de becos como dificuldade para a Polícia agir no local, intimidando ações violentas.

Nos locais onde a violência é mais visível – ou visibilizada –, o medo também o é e serve para explicar a falta de informações que ajudem a Polícia a elucidar crimes e/ou a incompetência dela para tal. Se “a lei do silêncio impera” nos locais tomados pela violência, ela impera também como argumento para o desempenho policial aquém das expectativas. “Essa questão da lei do silêncio vai vigorar durante um bom tempo porque, infelizmente, a gente também não consegue suprir a comunidade de toda a segurança que ela precisa (Comando 22 - 9.4.2010)”, afirmou um sargento da Polícia, numa demonstração rara desse tipo de reconhecimento, ao comentar sobre um assassinato no Conjunto Palmeiras, onde a população ainda não havia repassado qualquer dado aos policiais.

[MONITORANDO

Violência sem limites. Fora da capital, há municípios da região metropolitana de Fortaleza que são tratados também como redutos da violência. “Aliás, não só aqui, mas a região metropolitana também vive o sufoco da marginalidade (Barra Pesada - 8.4.2010)”, diria o apresentador da TV Jangadeiro, ao tratar de um “sequestro relâmpago” no bairro Maraponga, cujas vítimas foram deixadas em Caucaia e os acusados se envolveram em tiroteio com a Polícia em Maracanaú deixando uma viatura crivada de balas – nove tiros.

A cidade de Caucaia parece chamar mais atenção. “Impressionante. Todo dia, todo dia que Deus dá, tem derramamento de sangue em Caucaia (Cidade 190 - 18.5.2010)”, frisou o apresentador da TV Cidade, referindo-se a um dependente químico atingido a bala por três homens que “escapou fedendo, milagrosamente”, mas em “estado crítico de saúde”. No programa *Rota 22* do mesmo dia, um jovem de 18 anos atingido com vários disparos, sob a suspeita de envolvimento com drogas ou conflitos de gangues, foi tratado como “a terceira vítima da noite vinda de Caucaia, todas com lesão a bala”.

Ainda naquele dia, o noticiário lembraria vários casos de violência em Caucaia: corpo de um homem assassinado encontrado na cidade, outros dois corpos localizados recentemente, um aposentado vítima de latrocínio ao reagir a assalto e dois outros crimes contra idosos naquele mês. “Crimes contra idosos estão cada vez mais frequentes (Barra Pesada - 18.5.2010)”, definiu o apresentador da TV Jangadeiro.

Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Aquiraz são as cidades, depois de Fortaleza, com mais homicídios registrados no Ceará, segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. De acordo com o Mapa da Violência 2010, dos 300 municípios com mais homicídios no Brasil, quatro são cearenses: Barbalha, São João do Jaguaribe, Fortaleza e Crato. Os dados se referem ao período entre 1997 e 2007, quando a taxa de homicídios nas cidades do interior em todo o Brasil passou de 13,5 para 18,5 para cada 100 mil habitantes.

Explicação presente no discurso policial, mas também no discurso midiático. “Aqui já é uma comunidade marcada pela violência, major, e qualquer informação que essas pessoas possam repassar, na realidade, pode significar a morte das mesmas (Barra Pesada - 10.5.2010)”, deduziu o repórter, diante de um policial ainda sem dados sobre o assassinato de um adolescente de 15 anos no bairro Vicente Pinzon. No mesmo dia, o apresentador do Rota 22 fez um apelo: “Mais um homicídio ocorrido no bairro em que os índices da violência continuam crescendo. Eu queria que as autoridades prestassem bem atenção a esse bairro Vicente Pinzon”. Nove dias depois, o mesmo alerta seria dado, com outras palavras, pelo âncora do Comando 22: “É sempre o Vicente Pinzon, e é porque o 9º Distrito (Policial) tem trabalhado muito (...) O problema é que lá o negócio é sério. Todo dia o Vicente Pinzon tá no nosso programa (Comando 22 - 19.5.2010)”.

Assiduidade também do bairro Vila Velha. O Barra Pesada chegou a abordar na edição de 12 de abril que a população do bairro estava atemorizada pela suspeita de uma lista de pessoas marcadas para morrer, uma série de crimes anunciada. No dia 18 de maio, outra notícia dramática e dramatizada sobre o bairro foi dada no Cidade 190: uma mulher teria perdido três filhos assassinados pelo envolvimento com o tráfico de drogas, dois deles teriam sido mortos dentro de casa. “Na presença da mãe, para intimidar, e se falar, morre também”, denunciou o âncora.

A faca de dois gumes do estigma

A alta visibilização da violência em uma determinada área, ao mesmo tempo que contribui para estigmatizar o local como violento, pode sinalizar para as autoridades a urgência de medidas que diminuam os índices de criminalidade. Na tentativa de chamar a atenção dos responsáveis pela segurança pública e ver o problema minimizado nos locais onde mora, a própria população se vale das denúncias, embora pareçam um tanto exageradas, a exemplo do que muitas vezes fazem os comunicadores. “Toda noite, no mínimo, dez pessoas são vítimas de assalto com bandidos armados”, escreveram os moradores da Rua Souza Carvalho, no bairro Bom Sucesso para o programa Cidade 190. Em carta lida no dia 30 de abril, eles pediam “socorro” à Polícia.

Outros moradores são mais comedidos, mas não deixam de expor as sensações de medo. Uma pessoa pediu para não ser identificada ao encaminhar mensagem eletrônica ao Comando 22 denunciando a expansão do tráfico de drogas no bairro Rodolfo Teófilo, inclusive com ameaça de morte a policial. “O pessoal pede providências. Vamos saber o que pode ser feito (Comando 22 - 26.5.2010)”, limitou-se o apresentador. Os programas, ao invés de aprofundarem as informações, deslocando equipes até as comunidades, ouvindo a população e as autoridades, tratam as denúncias em breves notas. O noticiário acaba reduzido a boletins de ocorrência televisivos. Mesmo assim, passam a merecer mais credibilidade de setores da população do que os boletins produzidos na esfera oficial, e por isso, os moradores recorrem aos programas para fazer suas queixas.

Durante o período de gravação dos programas policiais, duas denúncias partindo de um mesmo bairro – Henrique Jorge – e com o teor bem parecido foram levadas ao ar pelo Comando 22 (15.4.2010) e Rota 22 (26.5.2010). A reclamação era contra a insegurança no bairro, onde os policiais do Ronda do Quarteirão não eram mais vistos circulando pelo local ou haviam deixado de fazer abordagem ou busca de armas em situações suspeitas. A pedido de quem enviou as mensagens, os programas mantiveram sigilo sobre o(s) nome(s) do(s) remetente(s), inviabilizando identificar se a mensagem partiu da mesma pessoa ou de telespectadores diferentes. Em um ou outro caso, o certo é que fica caracterizada a confiança depositada nos programas policiais.

Ao tratarem na televisão da insegurança dos locais onde moram, nem todas as pessoas se comportam do mesmo modo. Há também moradores que, ao mesmo tempo que exigem uma atenção maior das autoridades de segurança, também sinalizam para outros olhares sobre os bairros como contraponto à tendência dos próprios programas em promover a estigmatização de tais áreas. “Aqui, tem muita gente de bem também. Não só tem coisa que não presta, não (Barra Pesada - 22.4.2010)”, pontuou a filha de uma mulher atingida por uma “bala perdida” na Aerolândia, onde na mesma reportagem os moradores denunciavam a frequência de roubos, assaltos e tiroteios, sendo o que mais saltou aos olhos do apresentador: “Antigamente, a gente ouvia falar disso era no Rio (de Janeiro). ‘Bala perdida’, tiroteio, (gente) correndo entre as favelas. Mas o Rio parece que deixou isso tudo pra nós aqui”.

[MONITORANDO

Boa notícia. Em geral, quando um bairro é citado nos programas policiais, deve-se a algum registro de crime ou violência, mas, para surpresa dos telespectadores, um exemplo positivo foi noticiado no dia 30 de abril, no programa *Cidade 190*. Em nota curta, mas foi. “A população do Curió diz que lá a tranquilidade agora é total: senta na calçada, namora na calçada, assiste à televisão na calçada (Cidade 190 - 30.4.2010)”. Além de chamar a atenção por ser uma exceção à regra, a informação se destaca pelo exagero do apresentador: “assiste ao Cidade 190 na calçada”. Detalhe: o programa é exibido no horário de sol a pino e reprisado às 7 horas da manhã.

Mesmo que o bairro não apareça com regularidade no noticiário policial ou não ocupe as primeiras posições nas estatísticas dos órgãos de segurança, diante de um crime registrado ali, repórteres tentam caracterizar o local como violento. Foi o que se percebeu na cobertura realizada pelo *Comando 22* no bairro Parquelândia sobre o assassinato de um jovem de apenas 18 anos. “A insegurança realmente aqui tá muito grande?”, “Droga, aqui, realmente muita droga?”, “Em relação a assaltos, muitos? (Comando 22 - 26.5.2010)”. Para as perguntas, o morador entrevistado deu respostas afirmando que os problemas acontecem ali “como em todo bairro”, e ao invés de se deter nos crimes, apontou as demandas do local que, se fossem atendidas, contribuiriam com a segurança: recuperação das áreas de lazer e oferta de esportes, ocupação e emprego para os jovens. Mesmo assim, o repórter finalizou dizendo que “a Parquelândia pede socorro, já que os jovens acabam se metendo no mundo das drogas e acabam morrendo”. Exibida a mesma matéria no *Rota 22*, o âncora valorizou a fala do morador, reforçando a importância da criação e conservação de equipamentos públicos de lazer como uma das medidas para a prevenção da violência, principalmente entre adolescentes e jovens, e acentuando a necessidade de envolvimento da população no zelo e preservação desses espaços.

O surpreendente dos locais de crime e violência

Se a criminalidade e a violência, por si sós, já são motivo de surpresa, elas surpreendem ainda mais em função do modo como se manifestam e do lugar onde acontecem. Pelo inusitado do local, a área geográfica – rua, bairro ou cidade – passa a ter menos importância que o endereço da ocorrência. Imagine uma pessoa ir prestar queixa na delegacia, acabar sendo vítima ali mesmo de uma tentativa de roubo e ainda se engalfinhar com o ladrão e, depois, os policiais se justificarem dizendo que acharam se tratar de uma briga de casal. Imagine mais: uma semana depois, a mesma delegacia ser arrombada. Não é fruto da imaginação. Só mesmo uma mente muito fértil para criar tais situações, mas elas são reais, e aconteceram em Salto, no interior de São Paulo.

De tão extraordinário, o caso virou matéria da TV Sorocaba, afiliada do SBT, com exibição nacional, e foi reproduzida pela afiliada no Ceará, a TV Jangadeiro. “Parece que o crime zomba da Polícia, parece que o crime não tá nem aí pra sociedade (...) Bandidos roubarem policiais sem farda até que dá pra entender, porque parecem pessoas comuns, mas, dentro de uma delegacia de Polícia, é inadmissível, e duas vezes seguidas na mesma delegacia (Barra Pesada - 18.5.2010)”, questionou o apresentador.

Sobre o procedimento dos policiais, o âncora da TV Jangadeiro teve mais a dizer: “Ainda que fosse uma briga entre marido e mulher, mas dentro de uma delegacia? Pra que é que são pagas essas pessoas que se dizem funcionárias públicas? Só pra meter dinheiro no bolso e não ter a consciência cidadã do que deve estar sendo feito, qual é a sua função? É falta de vocação. Pronto. Não tem vocação para o serviço público quem faz esse tipo: ficar de braço cruzado assistindo a um ladrão roubando dentro da delegacia uma senhora”.

De Salto para Fortaleza, são muitos os exemplos que guardam algumas similaridades, em proporções menores. A localização de uma loja de produtos esportivos em frente a uma delegacia no bairro Papicu não intimidou dois jovens de 19 e 20 anos, que acabaram presos por assalto ao estabelecimento, como registrou o próprio Barra Pesada no dia 3 de maio.

No Planalto das Goiabeiras, um homem acusado por tráfico de drogas teria aproveitado a reforma na unidade policial da área e a transferência provisória da equipe policial do local para intensificar o comércio de entorpecentes “praticamente na esquina da delegacia”, segundo o policial civil entrevistado no Comando 22 do dia 26 de maio. A cerca de 100 metros de outra delegacia, a ação do tráfico de drogas se fez ainda pior, no bairro Vila Velha, onde uma criança de apenas 11 anos foi morta, como noticiou o Barra Pesada no dia 8 de abril. O garoto atuava como “aviãozinho”, vendendo entorpecentes para os traficantes, e foi atingido por um tiro na cabeça quando conversava com amigos na rua.

Execução também a apenas dois quarteirões do distrito policial que atende a área de Messejana e São Cristóvão. Um comerciante foi assassinado em plena luz do dia, o segundo caso em menos de 48 horas, como noticiou a TV Diário. “É muita coragem dos caras, hein? Chegam de dia, assim, de manhã mesmo, à luz do sol, e matam um pai de família. É um desafio, uma afronta ao aparelho policial e à própria sociedade (Comando 22 - 28.4.2010)”, avaliou o âncora.

Os casos se tornam excepcionais pela localização, mas também pela frequência com que se repetem. No Centro da cidade, mesmo com a proximidade de uma delegacia polo e de um quartel da Polícia Militar, uma oficina de motores foi arrombada três vezes em menos de 15 dias, como registrou o Comando 22 de 7 de abril. Uma semana depois, o mesmo cruzamento foi visitado pela equipe de reportagem da TV Diário porque um estabelecimento comercial já teria sido assaltado duas vezes e arrombado outras três. “Os comerciantes estão apavorados (Comando 22 - 14.4.2010)”, definiu o repórter.

As ações atingem prédios comerciais e até templos religiosos, como denunciou, no dia seguinte, o proprietário de um comércio que também não foi poupado: a igreja próxima teria sido alvo de vários assaltos e de onde foram retiradas inclusive duas palmeiras. Nem mesmo a simbologia dos espaços os preserva da violência. Lugares que, seguindo a cultura religiosa, seriam dignos de respeito, como os edifícios consagrados a cultos e os locais onde se enterram os mortos, são profanados, virando cenário de crimes. Em Maranguape, um homem foi encontrado morto em um cemitério, quando veio à tona que o campo santo também era usado para o consumo de drogas, como mostrou o Comando 22 no dia 26 de abril. Já na edição de 6 de abril,

o Cidade 190 noticiou a apreensão de dois dos três adolescentes acusados de assaltar um policial dentro de uma igreja.

No que se poderia chamar de microgeografia da insegurança, diversos lugares acabam servindo à prática de crimes. O Comando 22, na edição de 26 de abril, levou ao ar uma matéria sobre a ação que deixou dois mortos e um ferido na localidade do Parque Santa Cecília, periferia da cidade, o terceiro homicídio no mesmo local, em menos de uma semana, o segundo no mesmo banco de uma praça, onde duas das vítimas, que eram irmãos, estavam sentadas. Foi também em uma praça da Parquelândia, uma área de classe média, que um jovem foi assassinado diante de várias crianças.

Se andar a pé passa a ser visto como um perigo, o transporte público não é garantia de segurança total. “Um ônibus foi assaltado em frente à Uece (Universidade Estadual do Ceará) por dez meninos armados. Desses dez, três com faca e um com revólver (Comando 22 - 26.5.2010)”, anunciou o apresentador, com a notícia recém-chegada as suas mãos. Se o transporte público também é inseguro, mais inseguro ainda pode ser a espera por ele. O programa Cidade 190 chamou a atenção no mesmo dia para a reclamação de estudantes que esperavam ônibus em frente à mesma universidade. “Na parada de ônibus, constantemente, estudantes são assaltados por bandidos de bicicleta e a pé”, informou o âncora. Também de bicicleta, eles circulam na Avenida Washington Soares para agir nas paradas de ônibus ou sobre veículos parados nas proximidades de outra universidade. “Por que o Ronda (do Quarteirão) não obriga quem está de bicicleta a utilizar a ciclovia? Se não quer prender o bandido, armado, por que não obriga a ir pra ciclovia? Já fica difícil praticar o assalto (Cidade 190 - 26.5.2010)”, recomendou o mesmo âncora.

Em ruas, avenidas, praças públicas ou no espaço privado do lar, do ambiente de trabalho, do local de estudo, de lazer ou de atividade física, a insegurança se desvela avassaladora. Aposentado assassinado dentro de casa diante do neto, execução em academia, homicídio dentro do motel, lesão a faca em terminal de ônibus, sequência de até cinco arrombamentos em creche na capital, assalto a mão armada em escola no interior... Desconsiderando-se os exageros e o sentimento de pânico que os programas policiais costumam promover, as chamadas se traduzem também em alertas à população, cobranças ao poder público e reflexões para todos: Nos caminhos tortuosos da insegurança, quais as saídas para a violência?

Da periferia às áreas ditas nobres

A violência, tão associada à periferia das cidades, também chegou a áreas consideradas nobres. O alto poder aquisitivo pode até garantir o acesso a melhores condições de vida em determinados bairros, mas deixou de ser sinônimo de tranquilidade. A sensação de proteção é incompleta, mesmo com toda a parafernália disponibilizada pelas empresas de segurança privada, cujo advento é consequência das fragilidades da segurança pública em conter a criminalidade.

As informações policiais ainda apontam uma diferença grande dos níveis de violência entre as áreas menos e mais abastadas, mas revelam o crescimento dos índices nos locais mais privilegiados. O que os dados mostram os programas policiais de televisão confirmam. Numa mesma edição, ouvi-se um apresentador afirmar que “os homicídios não param de ocorrer na Grande Fortaleza, principalmente na área periférica, principalmente nos bairros mais carentes”, mas também que “esse fenômeno não é mais restrito somente aos locais mais pobres, locais mais carentes (...) Os metros quadrados mais caros da nossa cidade também estão sendo invadidos pela violência, que não pára de crescer (Rota 22 - 10.5.2010)”.

O apresentador se referia a um assassinato no Novo Mondubim, bairro da periferia da cidade, onde tais crimes já não chamariam tanta atenção, e a uma tentativa de assalto seguida de “sequestro relâmpago”, perseguição, tiroteio e morte em plena Aldeota. A ação envolvendo dois adolescentes e um jovem teve grande repercussão no noticiário policial, mas o Rota 22 foi o único programa de televisão a dar uma segunda matéria em desdobramento sobre a falta de policiamento no bairro e o medo das pessoas que moram na área ou circulam por ali.

[MONITORANDO

Pouco nobre. O bairro Meireles foi citado em programas policiais do dia 6 de abril em função da prisão de um homem que se dizia fisioterapeuta, embora fosse auxiliar de Enfermagem, e acabaria furtando joias e cartões de crédito das residências onde adentrava para prestar os serviços de saúde.

Dois casos de violência contra policiais, que ficaram feridos ao reagirem à ação de assaltantes, também serviriam para que fosse estabelecido um paralelo da insegurança entre áreas diferentes da cidade em relação ao nível socioeconômico dos moradores e às condições de infraestrutura e de serviços. No bairro Bom Sucesso, o repórter entrevistou uma moradora, que apareceu de costas ao denunciar a insegurança perto do cruzamento onde houve a troca de tiros. “Uma prova que nesta área é muito perigosa a ação dos marginais: na Rua Planaltina, que fica próxima à(s) avenidas) Augusto dos Anjos com Osório de Paiva, essa senhora já foi assaltada uma vez (Cidade 190 - 18.5.2010)”, afirmou o repórter. Quando a violência passa a tomar conta de áreas da cidade representando um risco não só para os habitantes, mas também para os visitantes, o problema tende a ser supervalorizado. Em um ponto turístico da capital, a Ponte Metálica, até um policial se tornou vítima. “Ontem, na Praia de Iracema, um policial do Piauí foi reagir a um assalto e levou dois tiros, um em cada braço”, informou o comentarista do Cidade 190 no mesmo dia.

Referência para moradores de Fortaleza e turistas de outros municípios, estados e países, a Praia de Iracema não fica de fora do mapa da violência na capital. Até o principal espaço de lazer e entretenimento da área é atingido. Os registros de um arrastão e um assalto no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura fizeram o apresentador do Barra Pesada, na edição de 19 de abril, cobrar não só uma reavaliação do secretário da Segurança sobre a política de segurança pública para a cidade, mas um olhar mais atento para a capital pela prefeita e pelo governador do estado. No mesmo dia, o bairro mais boêmio de Fortaleza ainda seria notícia no noticiário policial, mas por outro tipo de insegurança: os problemas de drenagem que deixavam uma rua tomada por água quando a chuva cai e os moradores ilhados. As imagens e os caracteres dispensavam explicações: “Rua parece uma lagoa”.

Entre a capital e o interior

O avanço que representa retrocessos. Enquanto a violência avança dos centros urbanos para as cidadezinhas do interior, acabando com a tranquilidade dos moradores, nas grandes cidades vê-se também ganhar espaço uma categoria de crime historicamente associada à realidade interioriana: a pistolagem. “Foi-se o tempo em que os crimes de pistolagem aconteciam somente no interior do estado (Rota 22 - 26.5.2010)”, observou o apresentador da TV Diário, depois de se referir a um crime com tais características no Bairro de Fátima. “Bairro chique, área nobre de Fortaleza, um dos bairros até considerados calmos”, considerou. É como se houvesse um intercâmbio pernicioso da violência. A modernidade atribuída ao meio urbano chega ao interior também na sua

forma devastadora, por meio do tráfico de drogas e da criminalidade. E o atraso representado pela prática de crimes de encomenda expande-se dos grotões para a “civilização”.

Independente dessa permuta nociva, há um forte processo de interiorização da violência. “Os crimes não escolhem mais as vítimas nem os locais. A violência migrou das grandes capitais, já se espalha pelas cidades do interior (Barra Pesada - 8.4.2010)”, afirmaria o apresentador da TV Jangadeiro. Ao reprisar uma matéria exibida no dia anterior pelo SBT, o Barra chamaria atenção para dados oficiais que colocam três cidades interioranas no topo da violência. De acordo com o estudo, com base nas informações do Datasus, o banco de dados do Ministério da Saúde, as três cidades mais violentas do Brasil são Juruena, no Mato Grosso do Sul, e Nova Tebas e Tailândia, no Pará. “Anote aí para você nunca passar por lá”, afirmou o apresentador, chamando atenção para um grave problema, mas também denotando um preconceito com o local em função do alto nível de violência. A matéria mostrava que na cidade de Tailândia, a 240 quilômetros de Belém, sempre tem uma cova aberta no cemitério e é onde mais mulheres são assassinadas no país – enquanto a taxa nacional é de 4,2 homicídios por grupo de 100 mil mulheres, no município paraense o índice sobe para 20 assassinatos por 100 mil brasileiras. Briga entre moradores e consumo de álcool e outras drogas seriam as principais causas da violência por lá.

As diferenças entre as zonas urbana e rural têm diminuído quanto ao perfil e à proporção da violência registrada, mas ainda há especificidades regionais. Um dos tipos de violência que não guarda relação com o local onde acontece é a do tipo acidental, mas no interior esse tipo de tragédia parece ser mais comum em função do uso maior de armas de fogo utilizadas para caça.

Diferente da capital, onde está concentrada a cobertura dos programas policiais, a violência do interior não é pintada com o mesmo tom de vermelho. Mesmo que alguns municípios se repitam mais no noticiário, principalmente os de médio porte, como Juazeiro do Norte, no sul do Ceará, e Sobral, no norte do estado, não é usual eles serem alçados ao status de cidades perigosas. Uma exceção foi observada na edição de 16 de abril do *Comando 22*, quando o apresentador se referiu a Barreira. “O pessoal de Barreira passa email todo dia pra gente aqui na tevê, para o programa, reclamando da violência. A violência em Barreira tá realmente inexplicável”, definiu o apresentador, após um caso de sequestro em que a vítima reagiu e matou os dois acusados. Embora fora da área metropolitana de Fortaleza, a cidade fica a apenas 75,5 quilômetros da capital.

[MONITORANDO

Áreas vulneráveis. O abandono, a falta de fiscalização e a inexistência de políticas públicas são expressões da ausência do Estado que aumentam a vulnerabilidade de determinadas áreas à violência e à criminalidade. Terrenos sem o devido zelo dos órgãos governamentais, com pouca iluminação e muita sujeira, servem de ponto de encontro para usuários de drogas e facilitam a prática de assaltos e crimes mais graves. O *Barra Pesada* de 8 de abril foi até o bairro Antonio Bezerra onde moradores reclamavam da insegurança no local que serviu inclusive para o assassinato de um adolescente e o estupro seguido de morte de uma criança.

As áreas de lazer perdem a sua função por causa da violência que afasta os frequentadores. “Atenção, Polícia. Estão ocorrendo assaltos constantes no Lago Jacaré, na Cidade dos Funcionários. Os bandidos são violentos. Esse final de semana assaltaram uma senhora que, segundo dizem, não foi assassinada porque estava em companhia de duas crianças no veículo, mas os criminosos chegaram a agredir a mulher a coronhadas. Terrível (Barra Pesada - 10.5.2010)”, informou o apresentador, cobrando a presença da Polícia e da Guarda Municipal no local.

16

INSEGURANÇA: ENTRE A REALIDADE E AS SENSAÇÕES

“Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro;
a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz”

Platão

A realidade é incontestável: dos grandes centros urbanos às cidades de médio e pequeno porte, a violência ganhou proporções de tirar o sossego da população. A insegurança é real, mas também resultado de sensações. E as sensações promovidas pelos programas policiais de televisão levam a crer que o fenômeno da violência seja maior do que é na realidade, não apenas pela quantidade de programas e notícias que eles veiculam, mas pelo discurso inflamado, sobretudo dos apresentadores.

Curiosamente, os programas agem numa via de mão dupla, criando ambiguidades de sensações: promovem o sentimento de insegurança, mas também de banalização da violência, que por sua vez provoca indignação e/ou resignação. Assim, no inconsciente coletivo, o medo do problema e a convivência com ele passam a coexistir como se mantivessem uma relação de aparente tranquilidade. Aparente mesmo, pois, embora banal, o problema existe e incomoda. Incomoda pela presença ostensiva (levando à comoção e ao desespero) ou latente (impondo a todos um estado de alerta quase que permanente).

Os programas policiais cumprem a função de lembrar constantemente aos telespectadores a proximidade, a ameaça e a magnitude da violência. “Em qualquer rua de Fortaleza, você corre o risco de, no mínimo, ser assaltado; e perder a vida, também, é daqui pra lá (Os malas e a lei - 29.5.2010)”, atemoriza o apresentador da TV Diário. Declarações como essa não são esporádicas; elas se repetem dia após dia, com mais ou menos ênfase. “Eu tô vendo a hora o Congresso Nacional aprovar uma lei dizendo que ficam cancelados todos os feriados no Brasil e acabar com os finais de semana. Eu tô vendo a hora uma medida drástica para conter a violência, para conter o derramamento de sangue (Cidade 190 - 22.4.2010)”, manifestou-se o âncora da TV Cidade.

[MONITORANDO

Violência desmesurada. Até mesmo nos elogios ao governo estadual, o programa Cidade 190 não se desprende de traçar um cenário extremamente violento para o estado, além de justificar a construção de delegacias e não de estabelecimentos educacionais e de saúde. “Daqui a dois dias, só numa tacada, no mesmo dia, o governador vai inaugurar três novas delegacias: em Mauriti, Milagres e Missão Velha (...) Por que tanta delegacia? Porque é tamanha a violência. Se não fosse tão grande a violência, em vez de três delegacias, claro, seriam três escolas, três postos de saúde. Mas tem que ser delegacia porque a violência é gritante (Cidade 190 - 22.4.2010)”.

É importante que a população seja constantemente advertida sobre medidas de precaução a adotar e, principalmente, na proximidade de feriados e fins de semana, quando as estatísticas policiais mostram aumento da violência, em geral associado ao consumo de álcool, que também cresce. Mas o tom utilizado parece amedrontar mais do que alertar as pessoas. “É só aparecer um feriado pra poça de sangue ser grande. Menos de 24 horas do feriado do dia 21, Dia de Tiradentes: sangue. Seis cadáveres fuzilados. Isso sem se falar na violência, na barbaridade do trânsito, nas estradas, nas rodovias federais e estaduais, nos becos, nas avenidas: sempre um cadáver caído. E na violência da droga, essa que não tem fim; as mães de joelho diante do filho sem vida: chocante”. Era pouco para 75 minutos de programa. Ao fim da edição, o apresentador ainda anunciaria para o dia seguinte: “Você vai ver o rastro de sangue, tanto sangue que não deu pra mostrar tudo hoje no Cidade 190”.

Quando as vítimas da violência são os próprios encarregados de combatê-la, a sensação de insegurança ganha dimensão ampliada, pela reação automática das pessoas, mas também influenciada pelo destaque que os programas dão. A edição de 10 de maio do Barra Pesada

abordou três ações contra policiais que deixaram um morto, outro baleado e um assaltado. Para aumentar ainda mais o sentimento de medo, o assalto fez parte de um arrastão, no bairro São João do Tauape, onde houve troca de tiros entre outro policial e dois homens armados que chegaram a pé e renderam várias pessoas em um estabelecimento comercial, levando celulares, carteiras, demais pertences dos clientes e até um veículo.

No discurso da insegurança, os programas policiais reforçam outras vozes ou são reforçados por elas. E se a voz parte de uma autoridade ou de um agente de segurança, passa a ser supervalorizada, especialmente quando o contexto é de violência contra os homens da lei. “O que está acontecendo dentro de Fortaleza é horrível. Fortaleza está entregue às baratas. Isso é revoltante. A nossa categoria está clamando ao senhor governador, não é mais nem ao secretário de Segurança. Senhor governador, tenha compaixão dos policiais, os policiais estão morrendo (Rota 22 - 10.5.2010)”, falou à TV Diário um deles, que preferiu aparecer de capuz diante da câmera para se preservar, pois ameaçava os autores do assassinato de um colega de farda, embora houvesse apenas indícios sobre os culpados.

O depoimento de um policial ganha ainda mais importância quando ele, além de lamentar a violência praticada contra outro colega, toma a mídia televisiva como parâmetro para mensurar a insegurança. “Todos nós somos vítimas dessa violência. Não é um fato isolado, isso aí acontece diariamente na nossa cidade. Todos os noticiários da tevê, infelizmente, todos os dias, mostram assaltantes, acidentes de carro, mortes, ferimentos (Comando 22 - 7.4.2010)”, respondeu um policial rodoviário federal, provocado por um repórter da TV Diário, durante o sepultamento do colega de corporação, vítima de latrocínio.

Muda-se o canal, mas o discurso permanece. “É a violência que não pára”, afirmou, no mesmo dia, o comentarista do programa *Cidade 190*, ao noticiar a morte de um policial e relembrar outros assaltados ou assassinados recentemente. Muda-se a data, mas o que se escuta não é diferente. “A matança continua, minha gente. A violência não pára, a violência continua assustando o povo do estado do Ceará”, foi a vez do apresentador do programa *Os malhas e a lei*, na edição de 22 de maio. Naquele dia, ele já abriu o programa anunciando a generalização da bandidagem, tratada como um problema de ordem epidêmica: “Eita, menino. É mala demais, é mala que não tem quem acabe. É uma peste, é uma verdadeira peste. Tem mais mala do que o besouro da dengue, tem mais mala do que muriçoca”.

O mal que a violência, suas causas e seus autores representam toma sentido e território vastos, como uma perigosa moléstia a ser combatida, um câncer a ser extirpado. A droga, tão associada com a violência, chega a ser apontada como “a doença que mais mata no Brasil” e anunciada como uma hecatombe a acontecer em futuro próximo, para além das fronteiras nacionais. “Quando ela não mata, alguém mata por ela, manda eliminar. Tá pra se acabar esse mundo, viu? Tá pertin (Comando 22 - 9.4.2010)”, profetizou o âncora da TV Diário. Muda-se o apresentador, mas o sentido da fala não. “O tráfico faz suas execuções em doses homeopáticas. Se não mata no dia, mata no outro. Quando não consegue o alvo, atinge o outro, que é pra não perder a viagem (Barra Pesada - 18.5.2010)”, afirmou o apresentador da TV Jangadeiro, referindo-se a um caso registrado em Fortaleza e mostrado no programa naquele dia.

Sem desmerecer os estragos que o consumo e o comércio de substâncias psicoativas são capazes de provocar, como demonstrados cotidianamente no noticiário, o tráfico de entorpecentes é elevado à posição de principal responsável pelo avanço da violência e pela inserção de Fortaleza no grupo de cidades que detêm os maiores índices de criminalidade no país. “Fortaleza está entrando no mesmo time dos grandes centros urbanos, onde a copa

mais disputada é a do tráfico de drogas. Aqui, como no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife, nós temos seleções apoiadas pelas famílias dos traficantes, e elas mesmas se enfrentam em torneios de quebra-quebra, assaltos, execuções sumárias, todo tipo de violência, sem nenhum respeito às leis nem às autoridades (Barra Pesada - 18.5.2010)", avaliaria o âncora da TV Jangadeiro, tomando como referência para o comentário a Copa do Mundo de Futebol que começaria dali a 24 dias.

Mesmo mais comeditos, os repórteres também alimentam a impressão de insegurança generalizada. "A criminalidade aumenta a cada dia em toda a Grande Fortaleza (Barra Pesada - 6.4.2010)", constataria um dos repórteres da TV Jangadeiro. "Pra não sair desse roteiro cotidiano que vive a capital, Fortaleza, um viciado em drogas acabou pagando uma dívida por conta do tráfico, por conta dessa vida que ele levava (Barra Pesada - 30.4.2010)", acrescentaria outro repórter, referindo-se a um jovem de 26 anos assassinado.

Mas são os apresentadores mesmo que reforçam o sentimento de insegurança, e até entre aqueles que adotam um tom menos carregado, o discurso é recorrente. Na edição de 8 de abril, o apresentador do programa Barra Pesada falaria de sonhos e esperanças devastados e da sensação de medo, citando casos abordados no programa naquele dia, como a morte de um garoto de 11 anos pelo envolvimento com drogas, os transtornos para os pacientes internados no Instituto José Frota (IJF) após um princípio de incêndio no hospital e a violência que tirou a vida de dois primos em Caucaia, supostamente por acerto de contas por dívidas com traficantes de drogas ou queima de arquivo: "Estamos vivendo os extremos, as coisas mais absurdas que, antes, nem imaginávamos. Quando tudo se desestrutura, quebra-se a harmonia natural da vida; um tufão destruidor aparece devastando sonhos, esperanças, plantando o terror, uma sensação de medo, insegurança, de ausência de paz que ameaça as nossas alegrias. Até mesmo a natureza se perturba pela ação deletéria do homem", citou, referindo-se aos deslizamentos de terra em Niterói, no Rio de Janeiro, que deixaram 168 pessoas mortas, nos dias 5 e 6 de abril. "Aqui, felizmente, não estamos ainda debaixo de escombros dos terremotos nem das enxurradas, mas estamos sob os escombros dos crimes, crimes sem precedentes, e do caos em hospitais públicos vítimas dos apagões elétricos e administrativos. Não se é contra a Polícia nem contra os médicos; nós queremos apenas que a segurança e a saúde funcionem, que a população não tenha de morrer à míngua por falta de ordem pública e de socorro médico".

Dois dias antes, uma fala semelhante: "Quantos crimes ainda serão necessários para que se comece a avaliar que é uma situação emergencial, que essa cidade está violenta ao extremo? Tivemos muitos", apontou o apresentador do Barra Pesada, citando os mais expressivos dos últimos dias. "A violência no Ceará atinge índices alarmantes. Os bandidos não escolhem mais as vítimas e não respeitam mais nem as autoridades", acrescentou, quando foram noticiados o assassinato de um policial rodoviário federal e um assalto a um policial militar, o nono em 2010 até aquela data, segundo o âncora.

Na tentativa de explicar o que a Polícia não consegue desvendar, os comunicadores, por vezes, partem para especulações. "É preciso investigar e descobrir quem anda a cometer todo esse tipo de loucura na cidade querendo desestabilizar alguém. Essa coisa não é simplista, tem um porquê. Até parece que Fortaleza voltou a viver uma nova fase da violência como no tempo em que todo dia se assaltava uma farmácia. Quando se descobriu que a coisa tinha orquestração também, sumiu. Tem alguém tentando desestabilizar alguém em Fortaleza, cometendo todo esse tipo de arruaças. São milícias? Quem pergunta quer saber (Barra Pesada - 6.4.2010)", perguntou o apresentador da TV Jangadeiro, após matéria sobre o assassinato de um ex-presidiário, evangélico, atingido a tiros dentro de casa.

No mesmo dia, o apresentador do *Rota 22* chegou a usar ininterruptamente o tempo de seis minutos e 13 segundos para um longo comentário em que traçou, a partir de dados de violência crescente, um quadro de completa inoperância dos responsáveis por garantir a segurança pública: “As ocorrências policiais denunciam: a população perigosamente se vira como pode para se livrar das investidas dos bandidos (...) A julgar pelos fatos policiais e pela ausência da palavra das autoridades sobre o assunto, estamos vivendo um momento de crise nas instituições policiais, que não se pronunciam nem anunciam providências que possam frear as ações terrivelmente violentas contra cidadãos, trabalhadores, pais de família”.

As críticas à inoperância do aparelho policial são mais do que bem-vindas, são indispensáveis, mas ao invés de estimular a reação positiva da população, para provocar o poder público a adotar providências, acabam difundindo nas pessoas o sentimento de impotência pela descrença nas instituições cuja atribuição é oferecer segurança. “Boletim de Ocorrência (BO), aqui no Ceará, eu chamo de ‘Boletim para Otário’”, afirmou o apresentador d’*Os Malas e a lei* durante reportagem para os programas *Comando 22* e *Rota 22* no dia 14 de abril. A falta de identificação e responsabilização dos culpados, expressa na desinformação recorrente da Polícia sobre os casos de violência, contribui para aumentar a sensação de insegurança e, ao mesmo tempo, de descrédito nas forças policiais. Na edição de 7 de abril do *Comando 22*, um repórter entrevistou dois policiais militares e um delegado sobre o assassinato de um jovem de 24 anos no bairro Messejana, que aconteceu “em plena luz do dia”, por volta das 11 horas, mas as fontes não disseram algo de concreto, deram apenas “informações preliminares”, levantando suspeitas sobre o envolvimento da vítima e do acusado com o tráfico de entorpecentes.

Se a população se sente impotente e os programas policiais ajudam a consolidar essa percepção, o que dizer quando a própria Polícia reconhece sua fragilidade diante da violência? O *Barra Pesada*, na edição de 18 de maio, abordou o caso em que um jovem de 18 anos foi baleado e socorrido ao hospital, mas os acusados voltaram para matá-lo e, não encontrando o alvo preferencial, assassinaram o cunhado. “A criminalidade está assolando essa área, e um crime vai levando ao outro”, disse o repórter para um cabo da Polícia, no local do crime, bairro Moura Brasil. “Realmente é, mas ninguém pode fazer nada porque eles procuram observar se a Polícia está no local. Quando a Polícia se encontra, aqui é muito escuro, aí não tem condições da gente ficar vendo eles porque é muito escuro, e cheio de beco”, revelou o policial. Se o repórter não retrucou, o apresentador não deixou passar despercebidas as declarações do agente de segurança de que não podia fazer nada: “Pode fazer, sim, e aí é que mostra a autoridade. A partir das investigações feitas junto ao ferido, pode-se saber quem são esses mandões que estão mandando mais que a Polícia, quem são esses que ousam chegar numa comunidade, deixar em pânico uma família, que ainda que tenha equívocos cometidos no passado, mas tá prejudicando a segurança de uma cidade inteira. É hora da Polícia ser muito mais ágil nessas ocasiões. É claro que vai competir à Polícia investigativa, coisa que é falha nesse estado”.

Nesse mesmo caso, os programas não se deram conta de um detalhe que merecia mais repercussão. As equipes que foram ao local trataram superficialmente a violência extensiva a uma criança, que teve um revólver apontado para a cabeça por ser irmão do jovem baleado. A reportagem do *Cidade 190* chegou a exibir o menino em prantos em imagens que, mesmo desfocadas, davam a impressão de que ele tivesse em torno de dez anos. A equipe do *Barra Pesada* fez referência a essa agressão ao ouvir a mãe. Mas os apresentadores se detiveram nos adultos envolvidos. “O bandido marcado pra morrer ainda continuava no IJF. Os dois bandidos, pra não dar a viagem perdida, executaram esse rapaz, que pagou o que não devia, e pagou com a vida (*Cidade 190 - 18.5.2010*)”, frisou o apresentador da *TV Cidade*. O caso por si só já era dramático, mas o que houve à criança não deveria se diluir naquele contexto tão violento.

[MONITORANDO

Na medida da segurança. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), avaliou a sensação de segurança de 162,8 milhões de pessoas de dez anos ou mais de idade em relação ao domicílio, ao bairro e à cidade onde moravam.

Enquanto 78,6% da população (127,9 milhões de pessoas) se sentiam seguras em casa, o percentual caiu para 67,1% (109,2 milhões) em relação ao bairro e para 52,8% (85,9 milhões) quando se referiram ao município. De acordo com a pesquisa, um quarto das agressões físicas se dão no próprio domicílio.

Entre as regiões, o Norte apresentou os menores percentuais de pessoas que declararam se sentir seguras e o Sul teve as maiores proporções.

O levantamento apontou ainda que três em cada cinco domicílios usavam algum dispositivo de segurança – grade na janela/porta; olho mágico, abertura na porta, corrente no trinco ou interfone; cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2 metros de altura ou com cacos de vidro ou arame farpado, e/ou alarme eletrônico; fechaduras extras e/ou barras na porta/janela contra arrombamento; cachorro; câmera de vídeo; segurança privada e/ou cancela; entre outros. O Nordeste apresentou o menor percentual: 51,8%. No Sudeste, foi de 63,9%; no Centro-Oeste, 64,9%; no Sul, 59,6%; e no Norte, 54,3%.

O discurso do exagero

Em maior ou menor grau, todos os programas adotam um discurso sobre a insegurança que tem como marca comum o exagero. Não é para se ignorar a amplitude que a criminalidade e a violência tomaram na sociedade contemporânea, vide os próprios casos que vão parar no noticiário policial, mas a proporção dada na interpretação dos comunicadores é demasiada.

Não basta, por exemplo, informar que alguém tenha sido fuzilado; é preciso reforçar, mesmo que seja redundante: “Vão aumentando aí o número de homicídios. Mataram um agora, por volta de meio-dia; foi fuzilado e morto, lá em frente ao campo do Olaria, lá no Alto Alegre (Cidade 190 - 23.4.2010)”; “Alex Piu, Piu foi fuzilado e morto (Cidade 190 - 10.5.2010)”; “Um homem foi fuzilado e morto no meio da rua (Cidade 190 - 18.5.2010)”. Fuzilar é matar com tiros, e, assim sendo, já é muito, é demais, em todos os sentidos.

Ao passar da medida, o discurso dos apresentadores não condiz com o que o próprio programa chega a levar ao ar. O Comando 22 de 26 de abril anunciou imagens de “quebra-quebra” e “selvageria” no entorno do estádio Castelão por ocasião do jogo do dia anterior, mas o que foi exibido – um flagrante de tentativa de assalto e a prisão de um jovem envolvido em confusão entre torcedores – não configurava os excessos que o âncora havia adiantado, embora o histórico de conflitos de supostos integrantes de torcidas organizadas de futebol seja de conhecimento público pelos casos extremamente abusivos.

Ao apresentarem os fatos mais graves do que realmente são, os comunicadores transformam um estado de comoção popular em um “clima de terror”, como se referiu um radialista do Sistema Jangadeiro, ao falar para o Barra Pesada na edição de 22 de abril sobre a repercussão, no Vale do Jaguaribe, de um crime com características de pistolagem que deixou morto um líder comunitário.

Não é de se minimizar a insegurança que cerca a população de algumas regiões, mas também não é de se superdimensionar a violência ao ponto de um tiroteio no Rio de Janeiro ser tratado como maior que uma situação de guerra. As imagens “exibidas lá no Iraque, por exemplo, provavelmente vão chocar a população do Iraque, que está em guerra (Barra Pesada - 30.4.2010)”, observou o âncora da TV Jangadeiro.

Numa dose a mais do que é na verdade, o que foi anunciado pelo apresentador do Comando 22 como um “grupo armado” que matou um jovem dentro da própria residência, o que remete a pelo menos quatro pessoas, depois foi dito pelo próprio âncora como sendo três homens, mas na verdade eram “apenas” dois encapuzados armados, informação só identificada na fala do guarda municipal ouvido na matéria, exibida na edição de 26 de abril. A ação da dupla já seria bastante agressiva para se atribuir ainda mais excessos. Eles teriam invadido a casa da vítima, no Eusébio, na área metropolitana de Fortaleza, e rendido mãe, esposa, cunhado e dois filhos pequenos da vítima.

Nesse mesmo sentido, um ou dois tiros acabam virando um tiroteio. Ao cobrir o caso de um homicídio contra um jovem de 23 anos no bairro Bom Jardim, na edição de 19 de maio, o repórter do Comando 22 afirmou três vezes que o rapaz havia sido atingido por “vários disparos”, mas a própria irmã da vítima falaria em duas perfurações.

Uma creche arrombada já é demais, pior ainda se o problema tiver se repetido quatro vezes em apenas 23 dias, porém essa informação só foi constatada na fala do entrevistado, o coordenador da unidade, porque pelo que anunciou o apresentador do Barra Pesada, na edição de 27 de abril, as ações teriam ocorrido em uma semana. No dia seguinte, o Comando 22 daria a mesma informação de que o espaço de educação infantil localizado no bairro Bom Jardim havia sido invadido cinco vezes em apenas uma semana. “Nunca se viu na história do Ceará uma situação dessa. Desequilíbrio total de falta de segurança”, finalizou o apresentador, referindo-se a creches e também postos de saúde como alvo das ações de assaltantes.

Ao tratarem os casos com uma medida a mais de exagero, os programas fazem uma opção de mostrar a violência e a criminalidade mais preocupantes ainda. “Se fossem inventar uma copa do mundo de malandragem, o Brasil venceria, com certeza. Seria campeão, bicampeão, tetra, hexa (Comando 22 - 16.4.2010)”, diria o apresentador da TV Diário, quando o programa noticiou a prisão de quatro homens por envolvimento em crimes de estelionato.

A impressão que alguns comunicadores passam é de contextos desanimadores para a solução do que, por vezes, definem como “onda de violência”. Só que essa onda nunca pára; ao contrário, dia após dia, ela vai e vem, entre uma notícia e outra, um bloco e outro de cada programa. A maioria dos apresentadores adota um discurso como se cada nova notícia ou edição tivesse que superar as anteriores no grau de violência e criminalidade. O fim de semana do Dia das Mães foi repetidamente tratado como “campeão em violência” pelo programa Cidade 190: “Barbaridade. Pasmem os senhores. Final de semana terminando com o Dia das Mães, 9 de maio: 24 pessoas assassinadas nas últimas 48 horas, o que quer dizer: aumenta o derramamento de sangue entre nós”.

Um país campeão da malandragem, um fim de semana campeão em violência, uma cidade cada vez mais insegura... “É a nossa Fortaleza, cada vez mais violenta (...) A matança continua (Comando 22 - 26.4.2010)”, diria o repórter, que também apresenta o programa Os Malas e a Lei, ao se referir que, em poucos mais de três meses, foram registrados 500 homicídios na Grande Fortaleza – capital e região metropolitana – e mais um ele estava noticiando naquele dia: o assassinato de um vendedor de automóveis, provavelmente vítima de pistolagem.

As estatísticas policiais não devem ser subestimadas. A mídia age corretamente quando levanta os dados para expor um problema que tem crescido. Não é de se desconsiderar, por exemplo, que, nos cinco primeiros meses de 2010, tenham sido registrados 730 assassinatos no Ceará, uma média de 4,8 homicídios por dia. Mas no que contribui bradar aos microfones que é “a maior extinção do ser humano”, “um extermínio da raça humana”, como faria o apresentador do *Comando 22*? Incutir na cabeça das pessoas a sensação de que não há mais condições de convivência social? “Nós temos que reagir a essa situação. Isso não pode continuar do jeito que tá. Não dá pra você trabalhar, não dá pra você ser feliz, não dá pra você viver, não dá pra você fazer nada, porque os bandidos (estão) em cima, perseguindo”, apontaria o âncora. Defender a violência como solução para essa mesma violência? “Pra esse modelo de segurança falido, fracassado, não tem condição, é cartão vermelho; cartão vermelho numa situação dessa, pra essa violência inexplicável que existe aqui em Fortaleza, porque comigo é assim: escreveu, não leu; o cartão comeu. Do pescoço pra baixo é canela, cadeia nesses vagabundos (*Comando 22 - 26.5.2010*)”.

Alguns apresentadores, mesmo sob resquícios de exageros, ainda procuram analisar a situação de forma menos superficial, questionar as autoridades da segurança e acenar com soluções, por mais óbvias que elas pareçam. “Domingo foi o latrocínio contra o italiano, ontem foi o latrocínio contra o taxista, e assim vão se avolumando os crimes hediondos, crimes gravíssimos que comprovam a falta realmente de uma segurança pública, a falta realmente de um policiamento preventivo que possa se antecipar aos bandidos, a falta de um planejamento estratégico (*Rota 22 - 26.5.2010*)”, apontou o âncora, referindo-se aos assassinatos de um turista italiano na Avenida Washington Soares e de um taxista na Avenida Bezerra de Menezes.

Do contrário, é disseminar os sentimentos de que não há solução para o problema, o governo não cumpre o seu papel de garantir a segurança e a população e a própria Polícia estão reféns da criminalidade. “Pense numa ruma de mala atacando o povo de Fortaleza. Menino, eu vou dizer pra vocês o seguinte: nós tamo é fumado, viu? Essa é a expressão mais óbvia para a situação em que estamos vivendo hoje (*Os malas e a lei - 29.5.2010*)”, afirmou o apresentador do programa semanal da TV Diário.

Qual o papel social de um comunicador cuja tônica do discurso é o pânico, a desesperança, a impotência da população, o descrédito nas instituições? “É desse jeito, menino: se correr, o bicho pega; a negrada mete bala, mete faca; é de todo jeito, não quer saber, não (*Os malas e a lei - 22.5.2010*)”, afirmou o mesmo apresentador, após exibição de uma matéria sobre um homicídio a faca no bairro Bom Sucesso, em que a vítima de 22 anos teria sido morta por um companheiro de bebedeira, após “discussão por motivos banais”. Na mesma edição, ao comentar sobre a morte de outro jovem, de 20 anos, no bairro Vila Velha, sobre o qual pairava a acusação de já ter assassinado cinco pessoas, o apresentador retomou: “A turma não alisa, não. Escreveu, não leu; o estampido de bala comeu”. Detalhe que não passaria despercebido: a vítima foi atingida por 11 tiros, dois na cabeça.

O argumento de que os programas manifestam o sentimento popular sobre a insegurança, e nada mais do que isso, além de não convencer, reveste-se de preconceito. A responsabilidade de estar à frente das câmeras de um veículo de comunicação de massa exige o equilíbrio necessário para não estimular ou reforçar no senso comum a sensação de impotência e incredulidade nas instituições, mas, ao contrário, despertar na população a sua capacidade de empoderamento e reação à violência pelos meios mais legítimos, exigindo que o poder público cumpra o seu papel de oferecer segurança à sociedade.

[MONITORANDO

Discurso midiático e popular. Quando não fazem uso da voz e imagem dos próprios comunicadores, os programas utilizam a voz popular para desenhar o quadro de insegurança e medo. A percepção sobre a banalização da violência e a impunidade dos casos também aparece na fala das pessoas ouvidas pelos programas. “Infelizmente, só se dá mais destaque nessas ocasiões em que há perda de vidas. No dia-a-dia, se você fizer um levantamento, você vai ver que é constante, que é praticamente normal, assaltos, só que você não vai registrar porque praticamente não tem solução (Cidade 190 - 26.5.2010)”, afirmou o diretor de uma cooperativa de taxistas, entrevistado sobre o assassinato de um colega ao reagir a assalto. Na mesma matéria, um taxista falava de outro companheiro de trabalho, vítima recente de “saldinha bancária”, felizmente com a vida preservada, e o apresentador depois daria o número de seis taxistas assassinados entre janeiro e maio de 2010 em Fortaleza.

De alarmes, pânico e tragédias anunciadas

Os programas policiais despertam uma sensação generalizada de medo, mas também se apegam a situações específicas para fazer alarmes, criar pânico e até anunciar tragédias que não se concretizam. Em alguns casos, o que seria até um alerta pertinente se revela, além de excessivo, precipitado. “Muita gente está marcada para morrer, mas é muita gente. Cuidado porque a morte pode estar batendo na sua porta. Não vem de mim o alarme, não. Não estou alarmando, eu estou é preocupado (Cidade 190 - 23.4.2010)”, apontou o apresentador da TV Cidade, negando o óbvio. Ele se referia a números fornecidos pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, que não devem ser desprezados, mas também não merecem o tratamento que o programa deu: 30 milhões de brasileiros têm hipertensão arterial, e destes, 12 milhões desconhecem que sofrem de pressão alta, ou seja, segundo o âncora, não sabem que “a qualquer momento seu coração pode explodir”.

Cenário sombrio para moradores e transeuntes de uma área do Papicu. Na edição do dia 14 de abril, o apresentador do *Comando 22* chamou atenção para o perigo que representava um edifício inacabado abandonado no bairro, segundo ele, prestes a desabar e oferecendo riscos de assaltos a quem passasse perto por funcionar como “quartel-general dos bandidos”. O âncora propôs a implosão do prédio, antes que acontecesse “uma tragédia de grandes proporções” porque, de acordo com ele, iria “cair a qualquer momento e matar um bocado de gente”. Mesmo anunciando uma “calamidade”, ainda disse que não estava “criando pânico”, mas só “avisando”.

Dois dias depois, o âncora voltaria a prever a tragédia, citando a palavra “cair” nada menos que dez vezes e argumentando que muitas pessoas seriam mortas, independente da direção da queda do prédio. Doze dias depois, ele precisou se retratar. De papéis em mãos, o apresentador teve de admitir que havia recebido uma correspondência da construtora, com assinatura do dono do prédio e laudo assinado por engenheiros, tranquilizando a população. Além de informar que não havia o menor perigo de desabamento, a correspondência acrescentava que o prédio contava com vigilante para impedir que o local fosse utilizado como esconderijo de bandidos.

Sem reconhecer que foi intempestivo, o apresentador ainda tentou atribuir os desdobramentos à abrangência de público do programa, afirmando que a empresa estava “aproveitando a grande audiência e o direito de resposta que ela tem”: “Programa campeão de audiência é desse jeito: sai uma coisinha, o pau canta. Saiu em todo lugar essa reportagem aqui, (mas) não houve repercussão, ninguém falou em nada. Agora, saiu uma coisinha aqui, pronto (Comando 22 - 26.4.2010)”.

A postura de açodamento e o tom alarmista acabam sendo utilizados também para reforçar preconceitos e intolerância, como fez o apresentador da TV Cidade quatro dias antes: “Como você se sentiria sabendo que o seu filho está na escola e que dentro da escola tem um aluno que se droga e ameaça a todos? Muitas mães estão revoltadas, preocupadas com uma escola pública onde crianças estudam e há uma jovem que se droga e é uma ameaça a todos (Cidade 190 - 22.4.2010)”. Pior foi antecipar uma situação ainda não devidamente caracterizada, pois o âncora finalizaria o comentário afirmando que a produção do programa ainda iria apurar a história.

A insegurança vira quase uma ideia fixa, ao ponto de mesmo a transferência de um detento para o Ceará ser vista como “motivo de grande preocupação para a segurança pública em nosso estado”, como acentuou o apresentador do Barra Pesada também no dia 22 de abril. “Logo depois da chegada do assaltante a Fortaleza, a Polícia descobriu a presença de dinamite na muralha do IPPS (...) Segundo a direção, a carga explosiva seria suficiente para abrir um grande buraco na muralha e causar uma fuga em massa”, lembraria o âncora. O acusado iria para o Instituto Penal Paulo Sarasate, mas acabou sendo levado para a Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) III, em Itaitinga, na região metropolitana de Fortaleza. Não era um preso comum, pois se tratava do homem apontado como líder do maior furto a banco na história brasileira, mas desnecessário tanto alvoroço. Condenado a 49 anos e dez meses de detenção pelo furto de 165 milhões de reais do Banco Central em Fortaleza, ele estava recolhido ao presídio federal de segurança máxima de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, e voltou ao Ceará porque o prazo legal de permanência fora do estado havia se expirado.

As mídias se reforçam

Como se não bastasse o próprio noticiário, os programas policiais recorrem a outras mídias para reforçar o discurso da insegurança. O programa *Os malás e a lei*, além de reprisar matérias sobre os casos de violência mais expressivos da semana, ainda mostra manchetes policiais do jornal que faz parte do mesmo grupo de comunicação ao qual pertence a TV Diário: “Ronda ‘vira’ Polícia nas ruas”, “Assaltos amedrontam Aracati”, “Dois PMs são baleados em assaltos na capital”, “Moradores sentem-se reféns”, “Escolas viram alvo de bandidos”. Após cada manchete exibida, comentários do tipo “É bandido que nem presta”, “Os malás estão tomando de conta”, “Deram moleza, os malás criaram asas, vão pra cima com gosto de gás”, “Os bandidos estão botando pra voar as bandas”, “Do jeito que o diabo gosta”, “Os malás estão sitiando ruas, quarteirões, bairros inteiros”, “Tá desse jeito: você tá num hotel, os bandidos entram; você tá numa casa de veraneio, os bandidos invadem; tá dentro dum ônibus, entram e mete bala”.

O mesmo periódico, exibindo em letras garrafais na primeira página a notícia sobre o assassinato de um turista italiano na Avenida Washington Soares, e um site de jornal italiano repercutindo a notícia serviram de munição ao apresentador do *Comando 22*. “Imagine como está nossa fama lá fora (...) Esse crime saiu no mundo inteiro (...) O cara quer vir pra Fortaleza, fica assombrado de vir pra cá (...) Já mataram uns quatro ou cinco turistas, fora os que são espancados, roubados (Comando 22 - 26.5.2010)”, avaliou o âncora, aproveitando para citar o caso de outro italiano assaltado no Eusébio, município da região metropolitana de Fortaleza, que teria sido acordado com coronhada na cabeça: “Isso espanta o turista, espanta o investidor...”.

Espanta ainda mais quando os próprios comunicadores se encarregam de conferir à cidade alto nível de insegurança: “Aqui, a TV Diário pra todo o Brasil. Quer ser assaltado, quer? Venha pra cá, porque aqui, meu amigo, a moleza para os malás é muito grande”. Foi assim que, na edição de 15 de abril do *Comando 22* o repórter, que também apresenta o programa *Os malás e a lei*, finalizou

[MONITORANDO

Do impresso para a tevê. Ao exibir a manchete de jornal “Homem morre depois de assaltar na avenida”, o apresentador do programa *Os malhas e a lei* repetiu um dos seus bordões: “Foi além do aquém do não volta mais”. Para a manchete “Assaltantes matam taxista”, ele diria: “Nesta cidade, os bandidos estão batendo palma para o sistema de segurança”. A capa com a notícia “Assaltantes matam italiano” provocou o comentário: “Isso aí foi uma repercussão negativa na Europa, quando o Ceará poderia estar nas manchetes dos jornais europeus como uma cidade de praia bonita, capital mundial do turismo (...) Prenderam o bandido, mas era bom se não tivesse acontecido era o fato (*Os malhas e a lei* - 29.5.2010)”.

Entre os excessos da violência, o apresentador do *Barra Pesada* falaria, no dia 27 de abril, de uma carta reproduzida em jornal local de uma turista de São Paulo que revelou ter sido assaltada cinco vezes em Fortaleza.

De um programa a outro. A Praça José de Alencar é ao mesmo tempo “praça do prazer” e “reduto do medo”. O assassinato de uma garota de programa levou uma equipe da TV Jangadeiro ao local para ouvir outras profissionais do sexo. A matéria exibida pelo programa *Gente na TV* foi reprisada no *Barra Pesada* do dia 14 de abril. Edição diferenciada, pluralidade de fontes – seis mulheres foram ouvidas –, cuidado para a preservação da imagem e identidade das pessoas ouvidas e até um flagrante de ameaça a uma delas, mas também a sensação de insegurança expressa.

uma matéria sobre arrombamentos e assaltos no Centro da cidade. Antes, ainda diria: “Estamos vivendo um verdadeiro ‘me acuda, meu Deus’. Fortaleza, a capital do medo. A insegurança pública aqui é coisa que você não acreditava que pudesse acontecer”. No dia anterior, também em matéria para o Comando 22 e o Rota 22, a cidade já havia recebido dele tratamento semelhante, mas dessa vez buscando respaldo da informação impressa: “Fortaleza, com essa segurança pública, nós tamo é pebado; ‘a capital do medo’, segundo manchete do jornal *Diário do Nordeste*”.

O uso da notícia de jornal como recurso para ratificar o próprio discurso é seguido por outros apresentadores, mesmo que o veículo não faça parte do grupo de comunicação, pois o que interessa é dar visibilidade ao crescimento violência. “Homicídios avançam 42,8% sem resposta da Segurança” foi a manchete da edição de 10 de maio do jornal de maior circulação no Ceará, exibida em close pelo *Cidade 190*. Aquela edição impressa seria repercutida pelo apresentador e pelo comentarista, e este aproveitaria também para destacar o levantamento do próprio programa com o número de vítimas da violência em 2010 até aquela data: “580 cadáveres”. Criado sob a justificativa de sinalizar para a sociedade a grandeza da insegurança, o marcador de violência serve para comentários e questionamentos que metem ainda mais medo: “Onde vamos parar?”, “Até quando vamos aguentar tanta violência?”, “É novo cangaço, é grupo de extermínio, é cidadão sendo executado, é aquela empresária, policial, esse agora, esse pai de família...”.

[MONITORANDO

Violência a conta-gotas.

Ao mostrar o “contador da violência” na edição de 7 de abril, quando o número de mortes violentas apuradas pela produção do programa *Cidade 190* desde 1º de janeiro de 2010 já havia chegado a 446 casos, o âncora não titubeou: “Vai chegar a 450 já, já, antes de terminar o programa”. No dia 26 de maio, data do último programa *Cidade 190* gravado para este monitoramento, o levantamento chegou a 659 óbitos, ou “cadáveres”, para reproduzir a terminologia de uso habitual do apresentador.

Excessos, banalização e inusitado na violência

A face da violência se desvela cruel e implacável. O noticiário policial expõe casos que chamam atenção pelos excessos. É como se a violência precisasse se manifestar na sua forma mais robusta. E os programas policiais tomam para si o papel de supervalorizar a exorbitância e, simultaneamente, banalizar a violência já banalizada. “Mais um homicídio”, “mais uma execução”, “mais um assalto”, “mais uma ‘saldinha bancária’”, “mais um ‘sequestro relâmpago’”, “mais uma vítima da violência”... “Mais” repetidamente significa “menos”: “Menos segurança”, “menos tranquilidade”, “menos convívio entre pessoas”, “menos harmonia”, “menos paz”... “Mais um ou alguns” tiros ou golpes passam a não fazer “mais” diferença a quem se habituou a “mais” mortes, “menos” vidas. No imaginário coletivo: “mais” medo.

“Ele levou um tiro. Quando caiu baleado, foi arrastado no meio da rua (...) Ainda deram um tiro de misericórdia na cabeça. Pá! Ali mesmo ele ficou (Os malas e a lei - 22.5.2010)”, descreveria o apresentador da TV Diário sobre o assassinato de um rapaz de apenas 20 anos, no bairro Canindezinho. “Após ele cair, ainda vieram aí e eliminaram com mais alguns tiros na cabeça”, afirmaria, com uma naturalidade de causar inquietação, um major de voz frequente no noticiário da violência, a respeito de uma vítima ainda mais jovem, um adolescente de 16 anos, morto no bairro Antonio Bezerra.

Os “requisitos de crueldade”, como policiais costumam se referir a casos de extrema violência, incluem ainda excessos na quantidade de tiros ou golpes desferidos e na completa ausência de sensibilidade. De acordo com o Rota 22 de 20 de abril, um metalúrgico de 29 anos, além de ter sido atingido com 15 tiros quando tentava fugir de uma emboscada realizada por dois homens no Eusébio, foi morto dentro da casa de um vizinho, na frente da mulher e da filha de apenas cinco anos de idade. Segundo a Polícia, não havia contra ele registro de antecedentes criminais; e de acordo com moradores, não tinha envolvimento com fatos que o desabonassem.

Situação semelhante no distrito de Catuama, em Caucaia, também na região metropolitana, noticiada no Rota 22 de 29 de abril. Uma criança de dez anos presenciou o avô de 64 ser morto por homens que invadiram o sítio da vítima acreditando que ele teria recebido uma alta quantia em indenização, quando na verdade havia sacado na agência bancária apenas o valor mensal referente à aposentadoria.

A violência se revela exacerbada e ao mesmo tempo inusitada, como mostrou a edição de 3 de maio do Barra Pesada ao noticiar dois casos no interior do Ceará. Uma mulher de 31 anos matou o amante de 25, a facadas, após entrar pelo telhado da casa, em Morada Nova, a 162 quilômetros de Fortaleza. Os dois tinham um filho, e ela apresentava distúrbios psicológicos, segundo a Polícia. Em Iracema, a 278 quilômetros da capital, um fratricídio envolvendo um homem de 39 anos que matou o irmão, de 37, chocou a cidade.

Na violência desmedida, o vil metal contribui para transformar as relações humanas também vis e a vida sem valor. A disputa de vigilantes noturnos por área de atuação na periferia ou de flanelinhas no loteamento de pontos para o exercício da atividade de guardador de carros acaba resultando em crimes de morte. Nas duas situações, abordadas nas edições de 16 e 14 de abril, respectivamente, percebe-se claramente a ausência do poder público, levando à privatização de serviços e espaço públicos e gerando violência: a falta de segurança cria uma demanda por vigilância privada, desde a mais popular até a mais sofisticada; e a inexistência de trabalho e renda leva às condições de subemprego.

Se a mídia, em geral, tem uma inclinação a supervalorizar crimes por motivos ditos banais, a mídia policial dá uma dimensão maior e mais dramatizada a eles. “Dez centavos foi o preço da vida desse rapaz (Comando 22 - 26.4.2010)”, apontou o apresentador da TV Diário, fazendo questão de mostrar em detalhes no programa a moeda nesse valor. O caso não era para ser minimizado, pois o jovem morreu quando saía para comemorar o aniversário de 22 anos naquele dia e foi interceptado por outro rapaz que teria pedido os dez centavos. Mas a motivação do crime, diferente do que o programa levou a crer, destacando a questão da moeda, não foi em função apenas dela. O acusado pediria ainda o aparelho celular e a carteira da vítima, como descreveram testemunhas.

De tão trivial a violência, a próxima investida já passa a ser imaginada. “O que temos visto é o enfrentamento com a própria Polícia, na rua, em casa, nos quartéis, nas delegacias. Mulher foi vítima de assalto dentro da delegacia em São Paulo; em seguida, os assaltantes arrombaram, sem reação, a mesma delegacia. Não estranhe se da próxima vez eles sequestrarem os policiais. Já fizeram isso em outros lugares. Num quartel da PM em Salgueiro, Pernambuco, fizeram isso (Barra Pesada - 18.5.2010)”, observou o apresentador da TV Jangadeiro.

Impunidade produz medo, mas também indignação

A percepção de impunidade aumenta a sensação de insegurança e, conseqüentemente, nutre o medo. O noticiário policial é um referencial do nível de impunidade, haja vista o elevado número de crimes praticados sem que os autores sejam sequer identificados, muito menos responsabilizados. Mas os programas policiais também se constituem em espaços para a população denunciar a falta de punição. Foi o que fez na edição de 26 de maio do *Cidade 190* a família de um aposentado assassinado em Caucaia. O homicídio aconteceu no dia 28 de abril, mas quase um mês depois, os responsáveis pelo latrocínio ainda não haviam sido identificados pela Polícia.

A impunidade também faz aflorar a indignação. Causou revolta o atropelamento de um pescador de 50 anos de idade, que dirigia uma bicicleta e teria sido arrastado por cerca de quatro quilômetros preso ao teto do carro, onde estavam um condutor e um ocupante embriagados. “Era pra cassar a habilitação e responder pelo crime (...) Quem mata tem que ir pra cadeia (...) Só nesse país é que tem essa história de réu primário. Pode-se matar dois, então? A partir do segundo... (Barra Pesada - 3.5.2010)”, questionou o âncora da TV Jangadeiro.

Na edição anterior do *Barra*, o problema da impunidade já havia sido abordado em função de três casos noticiados ao longo do programa: um deles tratou da prisão de um homem acusado de três homicídios em menos de 15 dias, além de suspeição de outros dois assassinatos. “Dá pra entender alguém viver a cometer um delito atrás do outro, sem ser incomodado, sem haver nenhum empecilho? Dá. A resposta pra isso é impunidade. Mas tem o dia da caça e do caçador. Ontem foi o dia Polícia (Barra Pesada - 30.4.2010)”, afirmou o apresentador, antes da matéria. “A PM agora fez a sua parte. A competência de um delegado pode encaminhar uma boa peça de inquérito para que a dona Justiça dê realmente o encaminhamento para quem tem tantos crimes para responder. Vamos aguardar”, acrescentou, após a exibição.

O âncora aproveitou para se referir a uma outra situação que chamaria atenção no programa também pelo excesso de violência e falta de responsabilização: um homem morto por jovens, entre eles um enteado, como vingança pelas atrocidades cometidas contra a companheira. “É a impunidade que também leva alguns maridos, alguns amantes, alguns namorados, machões, valentões, a não temerem a lei e a provocarem espancamento em mulheres”, concluiu.

Embora a impunidade não deva ser atribuída como causa maior do aumento da violência, ela é um dos fatores a serem considerados, ao lado das deficiências no acesso à Justiça e das fragilidades ou inexistências de políticas sociais preventivas, efetivas e abrangentes nas áreas da educação, saúde, moradia, trabalho, esporte, cultura, lazer e segurança pública.

Um sopro de esperança

Como contraponto a um discurso carregado de informação e opinião que reforçam e ampliam as sensações de insegurança, os programas policiais também emitem, eventualmente, outras falas, que apostam em contextos mais tranquilos. Mesmo que tais mensagens cheguem a soar contraditórias, elas são importantes porque marcam uma diferença positiva dentro do noticiário e entre os programas. A disposição para uma retórica menos centrada apenas na violência é identificada em poucos apresentadores, aqueles que, embora também ajudem a consolidar um quadro pessimista da realidade, o fazem em menor intensidade.

As dificuldades em se esquivar do discurso midiático-policial recorrente já chegaram a ser abordadas pelo apresentador da TV Jangadeiro: “Os crimes tornam-se tão escabrosos que, no nosso comentário, sentimos dificuldade de alinhavar as ideias pra dar uma opinião que não seja puramente de revolta, de repúdio. Fazemos um enorme esforço, diariamente, aqui, pra tentar pintar a realidade menos acentuada do que é realmente, pelos valores humanos e morais que defendemos e que temos o dever de fazê-lo. Não conseguimos encontrar no noticiário algo capaz de nos embalar a crença na autoridade, na lei, nos códigos de ética, nos sentimentos de respeito à criança, ao idoso, à família, aos fundamentos da vida (Barra Pesada - 19.4.2010)”.

Mesmo assim, é possível e necessário transpor os obstáculos para evocar sentimentos mais nobres e despertar sensações mais otimistas. Os comentários com tal teor aparecem geralmente ao fim das edições, como que transmitindo aos telespectadores uma mensagem de que ainda resta esperança. “Não entre no nível dos pessimistas”, diria oportunamente o apresentador do Barra no dia 6 de abril, ao fim de uma daquelas edições quando a violência se mostra mais preponderante. “Deus há de nos proteger, e se ele permite algumas dessas tragédias, é que algo tem a nos dizer”, concluiria, num tom espiritualista e lembrando uma conhecida mensagem sobre um barqueiro que, em meio às turbulências do mar, segue com a embarcação em busca de um porto seguro.

Ao discurso do desencanto e do conformismo diante do avanço da violência, é de bom alvitre sobrepor as mensagens de otimismo e em defesa da paz, como fez o apresentador do Rota 22 na edição de 20 de abril: “Nós precisamos lutar por uma cultura de paz; nós precisamos, com todas as nossas forças, lutar por uma cultura de paz. Ainda é possível transformar a nossa sociedade, ainda é possível preparar uma nova sociedade para os nossos filhos, um novo mundo para os nossos filhos, novos dias, dias bem melhores. Sonho com isso, sonho com uma sociedade pacífica, sonho com uma sociedade mais igualitária”.

17

VENDE-SE (QUASE) TUDO, INCLUSIVE VIOLÊNCIA

“Ultimamente a coisa se tornou mais complexa porque as instituições tradicionais estão perdendo todo o seu poder de controle e de doutrina. A escola não ensina, a igreja não catequiza, os partidos não politizam. O que opera é um monstruoso sistema de comunicação de massa, impondo padrões de consumo inatingíveis e desejos inalcançáveis, aprofundando mais a marginalidade das populações”

Darcy Ribeiro

Embara tenha se tornado usual a denominação “merchandising” para se referir à inserção de anúncios durante os programas de televisão, o termo não é o mais apropriado. Por definição, merchandising é a “citação ou aparição de determinada marca, produto ou serviço, sem as características explícitas de anúncio publicitário, em programa de televisão ou de rádio, espetáculo teatral ou cinematográfico etc.”

De implícito, os anúncios nos programas policiais de televisão no Ceará não têm nada. Com direito a endereços eletrônicos e números de telefone nos caracteres, é propaganda mesmo e farta: serviços e tecnologia de telefonia móvel, pacote de tevê por assinatura, rastreamento e monitoramento de veículos, loja de venda e revenda de automóveis e motocicletas, distribuidoras, lojas de eletrodomésticos, móveis, material para construção e reforma, madeiras para móveis e marcenaria, esmalte sintético, tintas e complementos, confecções e vestuário, parque de confecções, clínica dentária, promotora de crédito, empréstimos consignados e seguros, cola, fósforo, purificador de água, suplementos vitamínico e mineral, compostos alimentares, produtos alimentícios, produtos emagrecedores, adoçantes, sistema de monitoramento da glicose sanguínea para o controle da diabetes, fraldas, creme dental, redes de farmácias e até medicamentos, inclusive para parar de beber. Pelo visto, os anunciantes não encaram como um mau negócio associar sua marca a tais programas; ao contrário, parece que enxergam ali um filão, fazendo valer ainda a máxima de que violência vende.

Com uma variedade tão grande de produtos, serviços e estabelecimentos, é de causar, no mínimo, curiosidade a ausência de qualquer publicidade que remeta a uma questão presente o tempo todo no noticiário dos programas policiais: a morte. No entanto, uma análise comparativa de dois trechos, das edições dos dias 9 de abril e 19 de maio, do Comando 22, leva a inferir que o programa vespertino da TV Diário, que está muito à frente dos demais em número de anunciantes, tenta se desvencilhar da associação com empresas ou planos funerários.

Enquanto parece desinteressante aos programas policiais ter como anunciantes os segmentos que atuam no denominado “mercado da morte”, mesmo que estes atendam, igualmente, às conveniências comerciais das emissoras, a vida continua sendo tratada como mercadoria, o que não deixa de render às tevês também dividendos, por meio da audiência.

No comércio audiovisual da violência, imagens e sons são explorados à exaustão. A violência como produto precisa ser conhecida em detalhes. Quando da matéria exibida na edição de 6 de abril do Comando 22, sobre um ex-presidiário que teria sido atingido por “oito a dez disparos” dentro de casa, no bairro Granja Portugal, o repórter chegou a pedir ao policial para mostrar os fragmentos do chumbo das balas. Em outra situação, um sargento se adiantou em afirmar que na cabeça da vítima se viam até os resquícios da pólvora do último projétil disparado pelo

[MONITORANDO

Pela hora da morte. Enquanto na edição de 9 de abril, o apresentador anunciou que “o cemitério (tal) seleciona profissionais de venda” e que “os interessados compareçam (ao endereço) atrás do Frotão”, na edição de 19 de maio, o anúncio mudou para: “empresa conceituada no mercado seleciona profissionais de venda. (Endereço) Detrás do estacionamento do Frotão (IJF)”. Detalhe: além de a referência a “cemitério” e o nome do estabelecimento terem sido omitidos na segunda divulgação, o número do telefone e o endereço informados nas duas vezes são os mesmos. Para bom entendedor, algumas palavras a menos bastam, mas uma ligação telefônica para o local confirmou de vez o que já estava bastante claro: era o local de vendas de um cemitério.

assassino. No mesmo caso, exibido pelo programa *Os malas e a lei* do dia 22 de maio, as imagens valorizaram a poça de sangue que se formou em torno do corpo.

A morte e a vida banalizadas ganham ainda mais evidência com a disposição dos anúncios ao longo das edições, causando a impressão de que a violência é mais um produto posto na vitrine televisiva. Os casos são dramáticos, e ainda têm a dramaticidade realçada com as narrativas. Os apresentadores falam como se fossem testemunhas oculares. No entanto, para além da comoção empregada no discurso, chama atenção o imediatismo com que se passa de um assunto tão grave, como o assassinato de uma mulher pelo ex-marido, para a publicidade de um serviço, causando a sensação de que as desgraças há pouco apresentadas também estão expostas à venda. A roupagem é a própria fala do apresentador, pois, nesta situação, nem imagens o programa tinha para exibir, era apenas o texto.

Programa *Cidade 190*, edição de 10 de maio: “Uma barbaridade! Uma mãe recebeu de presente o corpo da filha morta jogada aos seus pés. O ex-marido procurou um diálogo com a ex-mulher. Se encontraram num bar em Juazeiro do Norte. Na bebedeira, o marido propõe a reconciliação: ‘Vamos voltar a morar juntos’. Dois filhos. ‘Não’. O ex-marido parte pra faca, agride, esfaqueia a mulher; pega a mulher arquejando, morrendo e resistindo, coloca nos braços e vai em direção à casa da mãe da vítima, aquela que, até pouco tempo, fora sua sogra. Quando a mãe vê a filha sangrando nos braços do ex-marido, pergunta: ‘Que tragédia é essa?’. O homem joga o corpo da mulher nos pés da mãe. Respirando e morrendo, deu ali o último suspiro e morreu. Essa mãe deve estar mais chocada do que todas as mães. Recebe de presente no Dia das Mães o cadáver da filha jogado aos seus pés. Mas vamos falar de oportunidades. Como é que você pode progredir na vida? Você quer melhorar de vida, quer progredir na carreira profissional?”.

Se o que se viu é de causar estranhamento profundo, impressiona que não seja um exemplo pontual. Na edição de 22 de maio, após exibir uma matéria sobre o assassinato de um jovem de 20 anos, ex-presidiário, no bairro Canindezinho, o apresentador do programa *Os malas e a lei* finalizou a abordagem do caso nesses termos: “É desse jeito, menino. Olha, o cara não segue conselho do pai, da família... Parece que existe aquele pressentimento. Aí acontece o que não presta. Mas agora eu vou falar é sobre o que presta. Eu vou falar sobre o (produto)”.

Assim, numa frase seguida de outra, como se tratassem de um assunto só, os apresentadores passam a divulgar os produtos. Na edição de 6 de abril, após afirmar que “estão matando gente como se mata barata”, de imediato o apresentador do *Comando 22* tratou de fazer o anúncio. Os âncoras se repetem, às vezes, com o texto praticamente igual. “Se mata aqui como se mata barata. É um negócio sério. Vamos pra cá pra gente falar dos produtos...” – foi o que se ouviu do mesmo apresentador, vinte dias depois.

De “um negócio” a outro, de uma edição a outra, mas também de um programa a outro, os exemplos denotam inabilidades e insensibilidades. “O corpo já está sem vida”, informou o apresentador do *Cidade 190*, engatando outra frase para anunciar as facilidades em adquirir motocicletas: “Eu tenho uma notícia espetacular para você (*Cidade 190* - 23.4.2010)”. Na edição de 26 de maio, depois de dizer que “nós temos que dar um jeito nessa violência. Do jeito que está, não dá pra viver”, o âncora do *Comando 22* completaria: “Produtos (tais) promovem muitos benefícios. Olha, aqui, os produtos (tais). Rapaz, chega faz gosto a gente falar dos produtos (tais). Do jeito que eu tô com fome aqui, não é brincadeira”.

A violência, tratada desse modo, torna-se vulgarizada. Mesmo com alguma consideração feita entre a notícia e a chamada para o produto ou serviço, ficam caracterizadas incompatibilidades. Imagine ouvir logo depois da exibição de uma matéria sobre o latrocínio de um aposentado de 69 anos no próprio estabelecimento onde ainda trabalhava o trecho: “Olha, gente, apesar de tudo isso, hoje é um dia muito especial, hein. Sabe por que? Porque hoje estamos tendo o privilégio de lançar o (produto) - (Rota 22 - 18.5.2010)”.

Os programas, que tanto noticiam mortes e lesões no trânsito, principalmente envolvendo motocicletas, anunciam a condução motorizada sobre duas rodas como concretização de um grande sonho. “Você vai realizar o seu maior desejo agora com as facilidades da (concessionária) - (Cidade 190 - 22.4.2010)”, exaltou o âncora da TV Cidade. Mas o que se torna mais destoante é quando o anúncio, que enumera diversas vantagens na aquisição de uma motocicleta, é exibido logo depois do programa noticiar a morte de um motociclista: “O motoqueiro ainda chegou a ser socorrido e veio a óbito. O motorista do transporte alternativo prestou esclarecimentos à Polícia (Rota 22 - 30.4.2010)”, finalizou o correspondente do programa da TV Diário. O apresentador agradeceu as informações passadas por telefone e continuou: “Olha, atenção, você que é funcionário público federal, serve às Forças Armadas, é aposentado ou pensionista do INSS, financie sua moto (...) Garanta a sua (...) Liberte-se desse negócio de ônibus (...) Corre que ainda dá tempo”.

Na edição de 26 de maio, a propaganda viria antes, acompanhada da frase autocentrada no apresentador: “Ô saudade de moto”. Depois, ele mesmo chamaria a matéria sobre um engavetamento que deixou ferido um motociclista. O âncora, que minutos atrás expressava a recordação nostálgica das motocicletas ao anunciá-las, parecia não ser o mesmo que faria um alerta tão ponderado: “Olha, gente, os acidentes são, na verdade, hoje, um problema de saúde pública. Isso não acontece somente nas grandes capitais brasileiras, mas cidades interioranas que estão experimentando um certo crescimento já começam a sentir problemas também de acidentes, e as motos ainda são campeãs de acidentes, aqui e no interior”.

Em seguida, o apresentador chamou outra matéria com flagrantes de imprudência e desrespeito à legislação do trânsito em Ubajara, distante 329,3 quilômetros de Fortaleza: adolescentes pilotando motocicletas e abusando da velocidade e condutores guiando na contramão; dispensando o capacete; empinando pneu, mesmo com pessoa na garupa; levando crianças sem qualquer proteção. “Mais da metade dos casos atendidos na Santa Casa de Sobral são vítimas de acidentes de moto, com lesões graves e traumatismo craniano na maioria”, afirmou o repórter.

O apresentador já havia dedicado o comentário de abertura do programa para a questão do trânsito, abordando a imprudência e desatenção dos motoristas, o uso excessivo de bebida

[MONITORANDO

De carona na visita premiada. Primeiro lugar em número de anúncios, o Comando 22 ainda promove a “Visita premiada”, por meio da qual faz parceria com algum anunciante para premiar telespectadores. Por ocasião da passagem de um carro padronizado do programa em determinada área, dentro ou até mesmo fora de Fortaleza, como previamente divulgado, o telespectador precisa sinalizar para o veículo parar e comprovar que esteja assistindo à TV Diário naquele horário. Mais uma oportunidade para divulgação comercial, a visita também “oferece carona” a estabelecimentos, como lojas e supermercados, que (re)vendam produtos do anunciante.

alcoólica e a cobrança de multas: “Se as multas são educativas, por que então não conseguem diminuir a violência no trânsito? Qual a aplicação desses recursos no sentido da prevenção às colisões, atropelamentos, enfim, na redução do número de vítimas?”. Ao falar do impacto na saúde pública, considerou oportuna a destinação aos hospitais e serviços de emergência de parte do dinheiro arrecadado com as multas para o tratamento das vítimas do trânsito: “É o mínimo a ser feito em prol dos hospitais que continuam superlotados de feridos dessa guerra urbana que, eufemisticamente, chamamos de tráfego de veículos”. Os comentários, por mais relevantes que sejam, expõem uma incongruência.

Valores e contravalores agregados

Apesar do forte apelo ao consumo, anunciantes e veículos estão no direito de “vender” produtos e serviços. As formas e estratégias de venda é que não devem ficar completamente livres de mecanismos de controle. Uma publicidade não é uma publicidade por si só, pois agrega visões, conceitos e preconceitos. E os apresentadores “emprestam” a imagem, a fluência e a influência como comunicadores de longo alcance para transmitir tais concepções.

À variedade de canais de um pacote de tevê por assinatura, por exemplo, são atribuídas opções exclusivamente para homens e mulheres, reproduzindo um discurso sobre modelos masculinos e femininos ainda estereotipados: “Você, meu amigo, não vai perder aquele jogo de futebol, e você, minha amiga, fica sabendo tudo sobre moda, beleza e saúde (Comando 22 - 26.5.2010)”.

O valor agregado a um produto ou serviço não é apenas o palpável, mas é também o simbólico. A diversidade de valores atribuídos é grande. Os anunciantes vendem beleza, posição social, prazer, autoestima, conforto, saúde, mas, principalmente, felicidade. Em geral, os apresentadores são os porta-vozes e não poupam meios de persuasão. Com discursos prontos ou improvisados, vale até incluir excentricidades. Ao anunciar os serviços de uma clínica dentária, o apresentador da TV Cidade saiu-se com essa indagação ao telespectador: “Já pensou beijar uma boca com dentes importados? (Cidade 190 - 26.5.2010)” – referia-se a dentaduras com dentes nacionais e trazidos de fora. Vale também anunciar o que é extraordinário. Ao divulgar uma marca de fósforos, o apresentador do Comando 22 afirmou: “Dizem que até molhado, ele acende. É sensacional (Comando 22 - 26.4.2010)”.

Em algumas situações, os métodos de venda incluem informações científicas e conjunturais para qualificar o discurso. O preâmbulo deixa apenas subentendido o tom comercial e se incrementa de referências importantes para o consumidor. A citação ao produto só aparece depois de longa fundamentação. “Olha, gente, atenção, porque em 2025, é verdade, hein, isso faz parte de pesquisas, comprovadamente... A partir de 2025, o Brasil pode se tornar o sexto país em número de idosos no mundo. O país está envelhecendo, mas é importante envelhecer com saúde. Velhice, envelhecer, não significa doença. De maneira nenhuma. Não confunda velhice com doença. Essa é a faixa etária que mais cresce no país: os idosos. E isso é reflexo dos avanços da Medicina que trouxeram melhores condições de saúde para a população idosa. A preocupação com a saúde e com o corpo tem levado os brasileiros a conquistarem mais anos de vida. A expectativa de vida dos brasileiros continua crescendo. E para envelhecer com saúde, você precisa estar atento aos minerais e vitaminas que seu corpo precisa... (Rota 22 - 30.4.2010)”. Só a partir daí, o apresentador passa a falar especificamente do produto.

Anúncios demais

Coincidência ou não, os programas que se caracterizam por um perfil mais policialesco são os que contam com mais anunciantes. A liderança está com o *Comando 22*, que já chegou a divulgar até 11 produtos ou serviços numa só edição, isso desconsiderando as vezes em que uma ou outra publicidade se repetiu. São tantos os anúncios que, ao longo do programa, a cada vez que um é exibido, outros dois vêm em sequência.

Com um número tão grande de anunciantes, cujas empresas estão localizadas também fora de Fortaleza, o *Comando 22* dispensa considerável tempo do programa para a divulgação publicitária, o que já provocou até a reação de telespectadores e a resposta do apresentador, pedindo compreensão, mas também aproveitando para fazer a autopromoção e justificar os interesses comerciais. “O programa cresceu muito nos últimos tempos, e quando o programa cresce, cresce o faturamento, cresce o número de patrocinadores, e eu queria que você entendesse. No meio de mil faxes que a gente recebe, tem duas pessoas que passaram faxes dizendo que tem propaganda demais no programa. Só queria dizer pra você, e queria a sua compreensão, (por)que o programa, quanto mais propaganda, mais audiência, porque o empresário só investe naquilo que dá retorno (Comando 22 - 26.5.2010)”.

[MONITORANDO

Vendendo o próprio peixe. O âncora do *Comando 22* não desperdiça oportunidade também para falar de produto da própria holding onde trabalha, que além de veículos de comunicação de televisão, rádio e jornal, administra empresas de gás de cozinha, eletrodomésticos e água mineral. Para uma mulher que compareceu ao programa solicitando internação para o filho em clínica de dependência química, mas que estava com dificuldades para falar e deixar de chorar, o apresentador solicitou que lhe trouxesse água, sem deixar de citar o nome comercial do líquido (Comando 22 - 7.4.2010).

E retorno – financeiro – parece que não falta ao *Comando 22*. “O programa hoje é campeão de audiência no horário, maior repercussão, maior retorno para o cliente (Comando 22 - 15.4.2010)”, afirmou o apresentador, creditando ao programa crescimentos surpreendentes na saída dos produtos anunciados. “Aqui, o cliente que menos vende aumenta 500% nas vendas. Se eu fosse dono da tevê, eu faria uma promoção: se você não aumentar 400% nas suas vendas, devolvemos seu dinheiro (Comando 22 - 19.5.2010)”. Repetitivo, ele toca no assunto diversas vezes durante os programas. “Quando a gente divulga aqui no *Comando 22*, as vendas aumentam. Tem produto que aumenta até 800% (Comando 22 - 26.5.2010)”. E ainda completa, dirigindo-se ao telespectador: “Se você quiser prova, eu lhe dou”.

Apresentadores, mas também “garotos-propaganda”

Na maioria dos anúncios inseridos nos programas policiais, os apresentadores fazem as vezes de garotos-propaganda, falando dos produtos e serviços, que têm as imagens exibidas ou ficam expostos no próprio estúdio. Quando não assumem essa função, é porque os anunciantes disponibilizam videoteipes para veiculação, mas mesmo assim, os âncoras se valem de comentários antes e/ou depois de cada VT.

Participação que vai além da telinha. Alguns produtos são divulgados até fora do estado em campanhas com a presença do âncora. Conhecido pelo bordão alusivo ao cartão vermelho,

o apresentador do *Comando 22* passaria a ser o “garoto-propaganda” dos produtos de um anunciante aparecendo em fotografia utilizando um cartão verde. Ao anunciar serviços a preços populares cobrados por uma clínica odontológica, o apresentador do *Cidade 190* também aparece em papelaria impressa pelo estabelecimento.

A atuação como “garotos-propaganda” é reforçada pelas declarações de que também são consumidores dos produtos e usuários dos serviços que eles mesmos anunciam. “Eu tomo sempre o meu (*Comando 22* - 19.5.2010)”, anunciou o âncora da *TV Diário*, ao falar do produto indicado para problemas ósseos. “Faça como eu. Eu estou usando. Já voltei pra malhar na academia, já tô andando de bicicleta e melhorei a qualidade de vida. É bom demais (Os malas e a lei - 22.5.2010)”, enalteceu o colega de emissora, referindo-se ao mesmo produto. “Eu estou tomando porque eu tenho uma artrose no joelho direito”, acrescentou, na edição seguinte. Além do próprio exemplo, outros de pessoas próximas são apresentados: “Meu amigo Brandão também tá usando. O pobre tava todo encriquilhado e tá ficando bom com isso aqui”.

Como se não bastasse verbalizar, o apresentador do *Comando 22* chegou a assinar durante uma das edições um contrato para aquisição de um pacote de tevê por assinatura que ele anuncia no programa. “Tô assinando hoje mesmo esse pacotinho maravilhoso (...) A partir de hoje, sou mais um cliente... (*Comando 22* - 14.4.2010)”, disse, citando o nome do anunciante. Dois dias depois, falaria repetidamente da instalação do serviço e do desejo de suspender a assinatura que já tinha: “Pode levar chuva, pode chover, pode fazer trovoada, pode ter sol quente... Não cai a qualidade”. No mês seguinte, retomaria: “Faça como eu fiz, tô muito satisfeito com a (tevê por assinatura) (*Comando 22* - 19.5.2010)”.

Mesmo no *Barra Pesada*, programa que tem menos anúncios, o apresentador não deixa de mesclar a atividade jornalística com a atividade comercial. O faturamento do *Barra* já representou até 19% da arrecadação total da *TV Jangadeiro*, segundo o trabalho *Mostra o morto que o povo gosta: quem disse?* – Um estudo de recepção sobre programas policiais, e estratégias de mudança, apresentado por Mayara Carolinne Beserra de Araújo e Raimundo Nonato de Lima, no X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), em 2008.

[MONITORANDO

No intervalo. Os “comerciais” apresentados durante os intervalos dos programas policiais ainda revelam peculiaridades. No período de gravação dos programas para o monitoramento que resultou nesta publicação, o principal patrocinador do *Barra Pesada* também anunciou no intervalo do *Comando 22*, da concorrente *TV Diário*, que, inclusive, começa a ser exibido quando o programa da *TV Jangadeiro* ainda está no ar. Um dos patrocinadores do *Cidade 190* também anunciou no intervalo comercial do *Rota 22*. Outra curiosidade nos “comerciais” do *Comando 22* é que alguns utilizam a locução do apresentador, mas sem qualquer referência a ele. Provavelmente por ser um dos programas que mais enfocam o problema da dependência química, o intervalo comercial também registrou anúncio de clínica de desintoxicação.

Além da publicidade interposta entre uma notícia e outra, alguns programas têm o “oferecimento” de anunciantes fixos, como plano de saúde, sapataria, magazine, loja de venda e revenda de motocicletas e promotora de crédito, divulgado no intervalo comercial, em geral imediatamente antes ou depois de cada bloco do programa.

Cada programa tem anúncios exclusivos, mas alguns produtos e serviços são anunciados em mais de um.

De todos os programas, apenas o Cidade 190 tem uma “garota-propaganda”. Mesmo assim, o revezamento e o bate-bola comercial com os apresentadores são inevitáveis. A própria imagem da jovem passa a ser usada sob o viés mercadológico, tendo as curvas prestigiadas pelo âncora. “Olha, cuidar da saúde, zelar pela saúde, dá nisso aqui. Corpo perfeito, sem cirurgia, sem ameaça de morrer na mesa da operação (Cidade 190 - 22.4.2010)”, anuncia o apresentador, diante da entrada da garota. “Venha cá. Essa aqui até que parece que toma também (complemento alimentar). Olha o corpo: formosura (Cidade 190 - 18.5.2010)”, repete ele, referindo-se à mesma jovem.

[MONITORANDO

Confusão no ar. Numa oportunidade a mais para divulgar os anunciantes, o Comando 22 leva ao programa telespectadores premiados em promoções feitas em parceria com as empresas, cujos diretores também são convidados para entrevistas ao vivo. Na edição de 28 de abril, o âncora se referiu à promoção como um “sucesso retumbante”, embora um dos diretores tenha confundido o programa com o Rota 22.

Rede de intimidades

O discurso comercial expõe uma relação de intimidade e bem-querer que os apresentadores criam com o objeto à venda, seja um produto ou um serviço, mas também com proprietários, vendedores e consumidores. Assim, não apenas um amigo é apontado como consumidor, mas um integrante da equipe do programa é chamado para receber no ar um exemplar do produto e funcionários, representantes e donos dos estabelecimentos são lembrados durante as edições.

Os elogios aparecem, em geral, de forma clara e para agradar aos anunciantes. A prática é corriqueira, mas as edições de 26 de maio foram férteis nesse sentido. “Por isso que ele gosta que a gente chame assim: ‘Ô cabra bom de negócio’”, disse o apresentador do Rota 22 ao se referir ao dono de uma madeira à qual atribuiu preços acessíveis. As referências usam os nomes pelos quais as pessoas são conhecidas. “Ô Zé Cabeção pra trabalhar. Um homem desse, faz gosto a gente falar nele”, afirmou o apresentador do Comando 22, sobre um “empresário de sucesso” de Maracanã, mas também “um exemplo de homem”, tratado como “amigo”. “O Daniel só dá prêmio bom”, afirmou, sobre o dono de uma distribuidora com sede em Sobral. O “Melo”, proprietário de uma madeira, é tratado como um “galeguin invocado”, com quem “não há quem possa disputar”, pois manteria preços de sete anos atrás – as funcionárias são chamadas de “meletes”.

É bastante recorrente o apresentador do Comando 22 dizer da renovação dos contratos e do tempo em que os anunciantes divulgam no programa, entrevistar representantes comerciais pessoalmente ou por telefone, parabenizar empresários e funcionários dos estabelecimentos pelas vendas e pelos aniversários, falar do vínculo de amizade com a família dos donos...

A relação de proximidade se faz com pessoas em particular, mas também com o público em geral. Ao falar de um produto indicado para artrite e artrose e, principalmente, osteoporose, problema que atinge sobretudo as pessoas do sexo feminino, o âncora do Comando 22 se dirigiu às “telespectadoras queridas”, na edição de 9 de abril. Treze dias depois, na voz de outro apresentador, a deferência às mulheres, mas principalmente às mães, provavelmente em função da proximidade com o dia dedicado a elas, viraria uma declaração de amor. “Adoro as mães, todas as mães. Mulheres que são mães, adoro todas vocês”, derramou-se o âncora do Rota 22, ao anunciar o mesmo produto.

18

A ESTRATÉGIA DA AUTOPROMOÇÃO

“Pesquisas de audiência não indicam o que o espectador gostaria de ver; apenas registram para onde ele se inclinou em função do cardápio oferecido no instante da medição. Aferem reações, o que nada tem a ver com expectativas, são limitadas pelo próprio conjunto das ofertas televisivas. O espectador deixa de perceber que o seu leque de possibilidades transcende o repertório em relação ao qual sua resposta está sendo medida”

Nelson Hoineff

Para usar um dito popular bem ao perfil discursivo dos programas policiais, a maioria dos apresentadores costuma “puxar brasa pra sua sardinha”, acentuando qualidades, exibindo conquistas, citando vantagens, numa comparação implícita, mas nem tanto, com os concorrentes. Como necessidade de autoafirmação ou de sobrevivência, para manter ou atingir altos índices de audiência e consequentemente assegurar ou conquistar anunciantes, é frequente o uso da promoção institucional, que se confunde com promoção pessoal, haja vista a relação simbiótica entre programa e apresentador, que faz com que o público veja um e outro como um só e chegue a identificar o programa mais com o âncora do que mesmo com a emissora. É mais comum os telespectadores se referirem ao “programa do apresentador tal” do que ao “programa da televisão tal”. Sendo assim, a autopromoção é centrada no âncora, que se atribui – ou a quem são atribuídas – virtudes como verdade, coragem, justiça, liderança, fidelidade, respeito, lisura, transparência...

As vinhetas de abertura do programa *Comando 22* são exemplares nesse sentido, na medida em que ora personificam no apresentador qualidades que seriam do programa (“A verdade acima de tudo. Os fatos como eles são, sem distorções, sem mentiras”), ora imputam diretamente a ele os predicados (“Ele não tem medo de nada, ele fala a verdade...”, “Na Polícia e nas ruas, o comando geral é de (nome do apresentador)”). Além de funcionarem como a deixa para que o próprio âncora entre em cena e assuma imediatamente para si os papéis prenunciados, alternando os textos a cada dia, mas preservando o sentido único da mensagem: “Pode deixar comigo que aqui a notícia sai inteira. Não tem esse negócio de esconder nem botar sujeira debaixo do tapete”; “É comigo mesmo. Aqui, comigo, não tem esse negócio de ‘ai, ai, papai; ai, ai, mamãe’, não. O negócio aqui vai sair. A notícia sai do jeito que aconteceu”; “Pode deixar comigo que aqui o respeito a você é muito grande, o respeito ao telespectador é imensurável, é sem tamanho”; “Tem que falar a verdade, tem que dizer como aconteceu. Pode doer onde doer, pode arder onde arder, mas a história tem que sair”.

Na sequência, o apresentador costuma agradecer aos telespectadores, anunciar o programa como “campeão de audiência” e referir-se à emissora onde trabalha como a tevê que “só faz sucesso”, mas essas referências institucionais já estão ofuscadas por ele próprio, pois ocupam um lugar secundário, secundarização que nada incomoda à empresa, pois o que interessa é a audiência, que faz com que todos saiam ganhando. Ao se promover, o apresentador promove direta ou indiretamente o programa, ou seja, “se vende” como comunicador, “vende” o programa e “vende” os produtos e serviços anunciados nele. “Aqui não é brincadeira, não. Aqui é um canhão de audiência (*Comando 22* - 26.4.2010)”, diria.

A aclamação da audiência se traduz numa estratégia de adesão e fidelização de anunciantes. “O programa velho aqui vende que não é brincadeira (*Comando 22* - 6.4.2010)”, exalta o âncora, conferindo ao programa o mérito pelo sucesso nas vendas dos produtos e serviços anunciados. “Quando a gente divulga aqui no *Comando*, dispara a vender (*Comando 22* - 26.4.2010)”. A autopromoção nos programas policiais se insere, portanto, dentro de uma visão comercial. Embora o apresentador aplique a palavra “negócio” fora do seu sentido denotativo, a utilização do termo é providencial na análise do discurso autopromocional: “O negócio aqui é audiência total, campeão disparado”.

Os programas policiais não deixam de ser um negócio, o negócio que gira em torno da violência. E o parâmetro para avaliar se ele vai bem são os índices de audiência, que no caso do *Comando 22* são exaustivamente engrandecidos. Seguro de que o programa tem uma popularidade acima dos demais, o apresentador se ampara nos institutos encarregados de medir a audiência, mas também recomenda que cada telespectador faça o próprio levantamento para

constatar a aceitação: “Tô cansado de dizer, e quem duvidar, tire suas próprias conclusões, tire sua própria dúvida, de que o Comando 22 é o campeão de audiência disparado no horário, duas horas e meia disparada em audiência (Comando 22 - 19.5.2010)”.

Além das pesquisas que atestariam a audiência, um dos exemplos mais frequentes que o âncora dá para demonstrar o grande número de telespectadores é o de pessoas desaparecidas que rapidamente seriam localizadas quando os casos são divulgados no programa. “Essa senhora que desapareceu, foi colocada (a informação) em tudo quanto foi de sistema de comunicação. Não apareceu de jeito nenhum. Botaram até na Rádio Patrulha. Mesmo que nada. Botamos ontem aqui no programa por dez segundos (...) Ela já apareceu (Comando 22 - 19.5.2010)”, comparou o apresentador, referindo-se a uma moradora da localidade de Jardim Violeta, cuja família divulgou o desaparecimento no programa e, ao fim da edição do mesmo dia, já havia encontrado a mulher. No comentário, o âncora aproveitou para fazer elogios ao programa, incluindo ele próprio e os outros profissionais. “Aqui não é só o (apresentador) que é campeão, não. Nossa equipe é toda boa”.

[MONITORANDO

Audiência em alta. O apresentador do Comando 22 aproveita as mais diversas situações para fazer menção à audiência do programa. Se uma equipe de reportagem é deslocada a alguma cidade do interior, se o morador de um município entra em contato com o programa para denunciar problemas que incomodam a população local ou se o apresentador vai dar uma palestra numa escola sobre violência, por exemplos, ele aproveita a oportunidade para falar que nesses locais a audiência chega a precisos “82%” ou à unanimidade de “100%”.

As comparações deixam de ser feitas com os programas locais, pois como a TV Diário tinha cobertura para além dos limites estaduais, os parâmetros passam a ser outros. “Eu não sei como tá a situação hoje, mas nós fizemos uma promoção há um tempo atrás aqui: deu 400 ligações por segundo, o Brasil todinho (ligando); deu um colapso aqui no sistema de telefonia da Aldeota, que foi fogo (...) Não tem Sílvio Santos, não tem Ratinho, não tem (José Luiz) Datena, não tem ninguém. Não tem Gugu (Liberato), esse é que não tem mesmo. Aqui, passa por cima e fica só o molhado (Comando 22 - 9.4.2010)”, disse, referindo-se aos apresentadores do SBT e Record, respectivamente.

O discurso laudatório aos programas inclui também referências à linha editorial deles, contemplando termos cujo sentido remetem à incitação da violência ou ao tom agressivo: “Não tem esse negócio de Ratinho, Gugu, Sílvio Santos... Aqui, o couro come (Comando 22 - 6.4.2010)”. O apresentador do programa *Os malas e a lei* seguiu rumo parecido na edição de 22 de maio: “Avisse pro papai, avisse pra mamãe, avisse pra todo mundo que o programa aqui detona mesmo”.

Os autolegijos de cada dia

Para alguns programas, a autopromoção não é fortuita, ela se repete várias vezes no mesmo dia e de uma edição a outra. Se o procedimento já é habitual para o Comando 22, independente ou não das motivações que justifiquem tantas loas, a escolha do apresentador como o “melhor do Brasil” no gênero policial não seria tratada com discrição.

Na edição de 6 de abril, o próprio apresentador exibiu a página do jornal *Tamoio Notícias* que se referia ao levantamento realizado pelo Instituto Nobre, com sede em São Paulo (SP) e filial em Recife (PE), e conferia ao âncora a posição de apresentador número 1 de programa policial do

país. O tablóide circula no Rio de Janeiro e é mais um veículo de comunicação do Sistema Verdes Mares, assim como a TV Diário, transmissora do programa policial apresentado por ele. O âncora leu trechos da matéria onde foram citados outros vencedores, como a apresentadora Hebe Camargo, na categoria entretenimento; o também cearense Tom Cavalcante, representante de programa humorístico; e Jô Soares, como melhor entrevistador.

O apresentador aproveitaria outras oportunidades para lembrar a conquista. Até mesmo a aquisição de uma poltrona nova para a realização de um dos quadros do programa serviu para ele mencionar a escolha. “Eu queria agradecer à direção da TV Diário, que mandaram uma cadeira nova pra mim. Maravilha! Parece um trono, viu? Ô cadeira boa! Mas também fui eleito o melhor do Brasil. Eu merecia uma cadeirinha dessa. Você não acha que eu merecia? O cara ‘sai’ do Ceará e ser o melhor do Brasil (Comando 22 - 26.5.2010)”, afirmou, dirigindo-se ao editor de texto que atua nos bastidores do programa.

Os autoelogios são recorrentes. Na mesma edição, o apresentador comparou-se sutilmente aos concorrentes, ao falar da cautela que teve em não prejudicar um jovem acusado de estupro, antes de comprovação por exame, que revelou a inocência do rapaz. “Eu não tô querendo me pabular, não tô querendo ser subjetivista. Sou advogado criminalista, pós-graduado em Direito Penal. Eu duvido que o (apresentador) entre aqui numa bola dividida”, disse, referindo-se a si mesmo. “Quando eu meto a chibata no sujeito, eu já tô aqui com as provas (...) Quando eu tenho dúvida, qualquer dúvida, eu fico na minha (Comando 22 - 26.5.2010)”.

Se dessa vez não foi explícito na comparação com outros apresentadores, em outra ocasião chegou a ser arrogante e deselegante ao se comparar aos engenheiros de trânsito da cidade. “Eu não sou engenheiro (de trânsito), eu já disse aqui que eu sou é advogado, e dos bons, mas sou um sofredor no trânsito: sou um motorista, sou um guiador (Comando 22 - 9.4.2010)”, afirmou, ao comentar sobre dois acidentes no mesmo dia na Avenida Engenheiro Santana Júnior e diversos problemas de tráfego e insegurança na via. Ao propor a criação de saídas laterais para o fluxo de veículos como solução, ele foi desrespeitoso com a categoria: “Esses engenheiros são uns idiota, esses caras aí”.

Useiro e vezeiro em falar de si mesmo como exemplo na vida pessoal e profissional, ele se promove como apresentador, advogado, macho e também como filho, entrando em intimidades e contando histórias particulares que pouco interessam ao público. O exemplo do pai é citado várias vezes para justificar o próprio exemplo: “Conseguiu fazer uma coisa que eu não consegui ainda: 56 anos de namoro e casamento (...) Já troquei umas quatro mulheres (Comando 22 - 16.4.2010)”.

Ao anunciar o telefone que a emissora disponibiliza para comunicação com os telespectadores, o apresentador “vende o seu peixe”, divulgando os quadros do programa: “Esse é o telefone pra você ligar, vir ao nosso programa, ficar no claro ou ficar no escuro. Aqui quem manda é o freguês. Matérias para o ‘Repórter Carrasco’, o maior cobrador de justiça do Norte-Nordeste brasileiro, aquele que não brinca em serviço. E a ‘Visita premiada’ (Comando 22 - 14.4.2010)”. A autopromoção se repete de pai para filho. O quadro “Visita premiada” já chegou a ser conduzido pelo próprio filho do apresentador, que definiu a visita como “o auge, o cume da alegria” e afirmou que a família ganhadora do dia estava “ligada no melhor programa policial do estado do Ceará (Comando 22 - 26.5.2010)”.

O marketing institucional que se confunde com marketing pessoal é reforçado até mesmo por convidados e visitantes. “O programa tem um lado social que engrandece não só a produção

do programa, mas a você, (apresentador), uma pessoa extremamente do coração mole, do coração grande (Comando 22 - 16.4.2010)", afirmou um colaborador do programa, a quem foi atribuída a prestação de assistência, provavelmente jurídica, gratuitamente, e que também não deixou passar a oportunidade de divulgar o próprio número do telefone celular.

Enquanto em alguns programas, a constância com que os apresentadores se imputam alto grau de popularidade e fazem autoelogios chega a ser enfadonha; em outros, essa é uma questão que não toma o tempo dos comentários, embora a audiência interesse a todos eles. Os âncoras do Barra Pesada e do Rota 22 não se atêm a ficar falando bem dos próprios programas.

O apresentador do Rota 22, mesmo quando cita excepcionalmente elogios feitos por algum telespectador, o faz com brevidade, sem delongas. Na edição de 26 de maio, por exemplo, ficou evidente que mais importante que os parabéns ao programa encaminhados via email por um morador do bairro Henrique Jorge foi a reclamação que ele aproveitou para fazer sobre o programa Ronda do Quarteirão. Ao invés de prender-se à avaliação positiva sobre o programa, o âncora explorou o protesto do telespectador, de que a Polícia "não aborda mais ninguém e não faz mais busca de arma", e pediu a atenção do comandante do Ronda para a situação descrita.

O apresentador do Barra Pesada também se distingue por não gastar o tempo falando da aceitação que o programa tem junto ao público. Se não expressa vaidade nesse sentido, o apresentador do programa esportivo que o antecedia afagava-lhe o ego todos os dias, ao "passar a bola" para ele sempre o tratando como "rei", "campeão" ou "campeoníssimo" de audiência.

Já o âncora d'Os malas e a lei, além de promover o próprio programa, promove outras atrações da emissora e outros veículos do mesmo grupo de comunicação. Ao se referir aos programas, faz elogios ou simplesmente divulga-os como parte da programação da televisão. Ao falar de outros veículos de comunicação do conglomerado, o entusiasmo passa da conta, e o status de "maior jornal do Nordeste" para o Diário do Nordeste sobe para o de "maior circulação em todo o Brasil". O grupo Edson Queiroz controla os jornais Diário do Nordeste (Fortaleza) e Tamoio Notícias (Rio de Janeiro); três emissoras de tevê: a TV Verdes Mares, afiliada da Rede Globo (Fortaleza); a TV Verdes Mares Cariri (Juazeiro do Norte); e a TV Diário (Fortaleza); além das emissoras de rádio AM e FM – duas em Fortaleza, uma em Recife e outra no Rio de Janeiro.

[MONITORANDO

Apostas na diferenciação. Para além do noticiário factual, as séries de reportagens, coberturas especiais e entrevistas exclusivas realizadas pelos programas passam a ser anunciadas também sob o viés da promoção institucional. Assim, as referências ao material produzido e as chamadas, feitas de forma repetitiva, expressam mais do que a valorização do trabalho dos profissionais envolvidos, são uma forma de dar publicidade ao que os diferencia dos outros programas.

Entrevistas e coberturas exclusivas são divulgadas como grandes feitos, a exemplo do programa Cidade 190 quando teve acesso ao líder do grupo que furtou aproximadamente 165 milhões de reais do Banco Central em Fortaleza, entre os dias 5 e 6 de agosto de 2005. "Nenhuma emissora de tevê do país já conseguiu (Cidade 190 - 22.4.2010)", exaltou o comentarista. Trechos foram adiantados, e a íntegra foi anunciada três vezes, numa mesma edição, para o dia seguinte.

O esforço de reportagem do Cidade 190 no acompanhamento, também com exclusividade, da retirada dos corpos de dois operários em um acidente nas obras do

metrô de Fortaleza, no bairro Moura Brasil, na madrugada do dia 8 de maio, teve o devido reconhecimento da ancoragem do programa, mas também serviu para justificar a popularidade do programa. O repórter, que ficou das 4 às 9 horas na cobertura do caso, foi tratado como um “soldado da informação”. “Por isso que (o programa) é líder de audiência (Cidade 190 - 10.5.2010)”, diria o comentarista. Na página eletrônica da TV Cidade, o Cidade 190 é tratado como “o melhor programa de jornalismo policial do Ceará” e “líder absoluto de audiência”. Sem entrar no mérito de quem tem mais ou menos audiência, pois não é o objetivo deste trabalho, o certo é que alguns programas revelam valorizar mais e outros menos os números dessa medição.

Na defensiva

Diversos segmentos sociais organizados em todo o país, principalmente aqueles que atuam em defesa dos direitos humanos e de uma programação de televisão com qualidade, fazem uma avaliação das mais negativas sobre os programas policiais. Fóruns de discussões, manifestações públicas e até iniciativas legislativas procuram provocar a criação de mecanismos de controle que redundem em uma comunicação responsável e promotora da cidadania.

As críticas são mal recebidas por alguns programas e, às vezes, até desvirtuadas, ao serem tratadas como tentativas de impor a censura, negar os direitos à liberdade de expressão e de imprensa, evitar que a realidade da insegurança e da criminalidade seja mostrada e impedir ações difundidas como prestação de serviço à população. A reação de alguns apresentadores chega a se expressar durante a exibição dos programas, independente ou não de fato concreto que justifique o ataque como estratégia de defesa. Não só os questionamentos à linha editorial dos programas, mas os próprios autores passam a ser desqualificados, em um tom que nivela por baixo a discussão.

“Eu fico puto da vida quando tem gente que faz uma leitura errada, contrária, sobre programa policial. Se a pessoa assistisse (a) o Comando 22, da abertura até o encerramento, nunca mais falaria besteira (...) A gente passa duas horas e meia mostrando que o crime não compensa; mostrando o bandido ou preso ou no IJF ou morto; encontrando pessoa desaparecida, papagaio, cachorro, gato... tudo desaparecido, a gente encontra; encontrando parente desaparecido – o cara quer conhecer o pai, conhece através do programa; clínica, advogado, tudo isso se faz: prestação de serviço (Comando 22 - 6.4.2010)”, apontou o âncora da TV Diário.

Sem qualquer provocação durante a edição que explicasse aquela manifestação, não seria a primeira nem a última vez que o apresentador reagiria assim. Ele até inventa novas palavras para desmerecer críticas e críticos e realçar o desrespeito a opiniões contrárias. “Ainda tem gente que não assiste (a) o programa e fica conversando besteira, e pra ‘bocil’, que é a mistura do boçal com imbecil, eu não quero nem saber. O pior animal é aquele ‘bocil’ (...) Pra ‘bocil’, não tem resposta. ‘Bocil’ vai morrer teimando com os outros”, disparou. “Ainda tem gente imbecil que diz que programa policial fomenta a violência. Ainda tem gente que pensa dessa maneira. Ora, o programa policial mostra a vida como ela é, sem maquiagem; alerta o cidadão, mostra o que tá acontecendo, mostra os exemplos ruins que não devem ser seguidos”, reforçaria ele, três dias depois.

Na semana seguinte, ao comemorar um grande número de ligações dos telespectadores depois que o programa exibiu uma matéria sobre um garoto que precisava de ajuda para tratamento médico, o apresentador citou sete nomes de donos ou diretores da emissora para enaltecer a “solidariedade que a TV Diário faz”, “o tamanho da tevê” e “a bondade que essa televisão pode fazer num programa policial”. Daí, retomaria novamente o discurso, mas dessa

vez se dirigindo especificamente a profissionais de comunicação e de forma ainda mais incisiva. “Eu queria o seguinte: quando vocês forem criticar programas policiais, critiquem de um por um, analisem de um por um (...) Eu quero uma análise sozinha do Comando 22, uma análise separada, antes de falar besteira; porque tem gente que não nasceu pra fazer comunicação, nem escrita e nem falada; tem gente que nasceu pra outra coisa, não dá pra comunicação, mas é atrevido, teimoso; quer fazer jornal, quer escrever em jornal, quer falar na televisão sem ter a mínima condição, porque às vezes é recalcado, às vezes tem problemas, aí quer usar aquele meio de comunicação como chicote; então, uma pessoa dessa devia sair do meio”, propôs o apresentador, demonstrando a dificuldade em conviver com pensamentos diferentes. “O que é que a gente faz aqui de errado? Me diga, por favor. Não tem nada de errado aqui; é todo tempo do lado da população, alertando a população, mostrando que o crime não compensa, mostrando os exemplos, fazendo prestação de serviço, socorrendo a um e outro. Eu queria saber o que é que tem de errado aqui. O que é que tem de errado é a sua análise, é a sua cabeça, que tem um tijolo dentro; no lugar da massa encefálica, tem um pedaço de barro dentro (Comando 22 - 16.4.2010)”, exasperou-se.

Diferente do apresentador do Comando 22, que, apesar do tom, evita nominar pessoas, o âncora d’Os malas e a lei partiu de um caso específico, citando um colega deputado, para mandar um recado a quem mais faz ressalvas aos programas. “Até o deputado (Francisco) Caminha, ele, que detesta programa policial (...), parou o carro dele ali nas imediações da Assembleia, (...) perdeu o que tinha dentro (Os malas e a lei - 29.5.2010)”, relatou o apresentador, rindo com desdém e passando a uma sucessão de argumentos frágeis. “Levaram, levaram. Se ele assistisse (a) programa policial que ele tanto detona, pelo menos sabia que tem determinados locais que, se você parar o carro, os malas carregam o que tem dentro. Tá vendo aí? Tá vendo aí? Quis dar uma de bonitão, ficou sem nada”, comentou o âncora, como se o parlamentar desconhecesse uma área que faz parte de sua rotina como deputado, como se os programas policiais fossem fontes altamente confiáveis de informações sobre locais perigosos na cidade e oferecessem proteção aos telespectadores ao informar tais endereços e como se o conhecimento dessas áreas garantisse a segurança das pessoas.

19

DAS ABORDAGENS POSITIVAS

"A luta pela democracia é que desenvolve o mundo
e ela se constrói com e através da comunicação"

Herbert de Souza (Betinho)

Nem só de criminalidade, insegurança e violência se sustenta um programa policial. A inserção de conteúdos outros que interrompa a sequência de assuntos tão densos é uma questão mesmo de sustentabilidade. Em busca da sobrevivência, os programas não podem – nem devem – apenas tratar de mortos e feridos. Mas em noticiários pasteurizados, onde predominam os casos de agressões e delitos de toda (des)ordem, é pouco o tempo destinado a abordagens de temas que façam a diferença entre um programa e outro.

A matéria especial “Drama da seca no sertão”, exibida pelo *Barra Pesada* no dia 14 de abril, se sobressaiu entre centenas que foram levadas ao ar nas 42 edições analisadas do monitoramento que resultou nesta publicação. Apesar da aridez do tema, o trabalho de reportagem não ficou preso ao lugar-comum da mera exploração do drama das pessoas. Em dez minutos e nove segundos do programa, tempo considerável em televisão, foram abordadas sob vários aspectos as dificuldades de sobrevivência por causa da falta d’água no município de Caridade, no sertão central do Ceará.

Apresentando dados numéricos, um resgate histórico das estiagens e entrevistas com várias pessoas, a reportagem abarcou o abastecimento feito pelos carros-pipa, o transporte e armazenamento d’água pelas famílias, o papel do Exército e da Defesa Civil e a realidade dos moradores do município. Curiosamente, o autor da matéria também faz o jornalismo factual do programa e chega a escorregar em equívocos na abordagem da violência. O paralelo entre os dois tipos de cobertura suscita a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre as questões que levam a problemas que se repetem no tratamento pela mídia sobre o tema da insegurança.

Não seria prudente determinar a factualidade como causa principal das falhas, embora as matérias e reportagens especiais, pela própria elasticidade do tempo e, conseqüentemente, maior dedicação dos profissionais envolvidos e melhor apuração das informações, resultem em trabalhos de qualidade acima da média. Além do mais, driblar o tempo é imperativo, sobretudo no jornalismo televisivo. A exiguidade dele pode até explicar, mas não justifica o tratamento inadequado da notícia.

Na cobertura policial propriamente dita, chama atenção o caráter praticamente homogêneo no trabalho dos repórteres. O que faz a diferença mesmo – para melhor ou para pior – são os comentários e análises dos apresentadores. Apesar de um discurso, mais ou menos comum à maioria dos programas, que envolve apelo à violência, negação de direitos, prejulgamentos e/ou superexposição das desgraças alheias, ainda há abordagens que fogem a esse perfil.

O *Barra Pesada* e o *Rota 22* deram um bom exemplo de cobertura, mesmo sob condições adversas para o fechamento das edições no dia 22 de abril, quando foi noticiado o assassinato de um líder comunitário em Limoeiro do Norte. O programa da *TV Diário* não tinha imagens nem informações suficientes para abordar o crime, mas editorialmente escolheu o caso para o comentário de abertura do programa, dando destaque à denúncia feita por “pastorais, movimentos sociais e paróquias”, como citou o apresentador.

Para além das características de pistolagem e do número de tiros – 18, segundo o *Barra*, e 19, de acordo com o *Rota 22* – que atingiram a vítima, o caso ganhou repercussão em função da militância que ele tinha em defesa da agroecologia e de melhorias para os trabalhadores rurais. “O crime chama ainda atenção pelo fato de que estamos em pleno ano eleitoral, quando a disputa por voto acirra os ânimos em cidades interioranas”, acrescentou o âncora do *Rota 22*. Uma das hipóteses investigadas era de conotação política, viés inexplorado pelos outros programas: “Ele fazia críticas contundentes na defesa de suas ideias e reivindicações às autoridades municipais e estaduais para a solução de problemas na sua comunidade”.

Conhecido na região jaguaribana pela luta contra a contaminação das águas da Chapada do Apodi por uso de agrotóxicos, o líder comunitário já havia dado entrevista à TV Jangadeiro sobre poluição dos recursos hídricos. A reportagem foi oportunamente reprisada pelo Barra Pesada no dia do assassinato. Sem ter como deslocar uma equipe até a cidade a tempo de veicular o material na edição daquele dia, o programa também ouviu, por telefone, um radialista do Sistema Jangadeiro em Limoeiro do Norte. Ele falou da expectativa dos moradores em torno da apuração do caso, pois não havia indícios de inimizades nem de ameaças, mesmo o líder comunitário tendo se mostrado atuante nas denúncias de irregularidades e na defesa por terras para os pequenos agricultores. O apresentador do programa lembrou a infeliz “coincidência” do assassinato no Dia Mundial da Terra.

Outro exemplo de cobertura factual com resultado positivo foi de um flagrante de uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) sendo rebocada por outra viatura do mesmo serviço porque não havia um veículo para fazer a remoção. Além de abordar o sucateamento de parte das ambulâncias, o Barra Pesada denunciou o uso indevido de uma delas enquanto a população reclamava da falta de unidades de suporte básico e avançado quando aciona o telefone 192. A exposição da situação levou à demissão de um mecânico do SAMU, desdobramento que também foi acompanhado pelo programa. O Barra Pesada de 18 de maio ainda provocou a discussão sobre o real número de ambulâncias circulando na cidade, haja vista a diferença entre os números informados pela direção do serviço e pelo funcionário demitido.

No mesmo dia, o programa da TV Jangadeiro acompanhou ao vivo o treinamento para novos policiais sobre manuseio de arma de fogo e defesa pessoal, oferecendo à população a oportunidade de conhecer melhor como os agentes de segurança são preparados e quais os princípios adotados na capacitação dos futuros policiais. “Agir dentro da legalidade”, “em legítima defesa própria ou de terceiros”, “uso legal e progressivo da força”, “sistema de imobilização mais humanístico dentro do padrão dos direitos humanos”, “defesa pessoal humanística” são orientações repassadas aos policiais, segundo o major e o sargento ouvidos pelo programa.

“Esperamos que possa render frutos que beneficiem a Polícia cidadã...”, observou convenientemente o apresentador do Barra Pesada, destacando na ocasião o que foi abordado por um dos policiais à frente do treinamento sobre a obediência aos direitos humanos e aproveitando para lembrar que a então secretária municipal de Direitos Humanos de Fortaleza havia assinado um acordo com o então secretário da Segurança Pública do Ceará para a realização de cursos contra a homofobia para policiais militares, em função do elevado número de denúncias de tratamento humilhante dispensado a gays e lésbicas pela Polícia. Lembrou ainda de caso recente em São Paulo de um policial que matou um jovem negro por preconceito racial. “Não é pra tá na Polícia quem tem esse tipo de pensamento”, concluiu.

Como se vê, mesmo quando a matéria está dentro da factualidade ou falta tempo suficiente para um trabalho mais elaborado, a condução dos casos pode ter um tratamento adequado, com resultado positivo para o telespectador. Um comentário exemplar de que é possível conduzir um programa policial diferente dos moldes vistos sem perder a natureza desse tipo de jornalismo foi feito pelo apresentador do programa Rota 22 na edição também de 18 de maio. Ele partiu de um assunto – economia – a priori dissociado do perfil do programa e abordou questões sociais e políticas fazendo uma articulação dessas áreas com o tema da violência.

Uma notícia sobre a arrecadação recorde de tributos no período de janeiro a abril de 2010 – 256,889 bilhões de reais –, anunciada pela Secretaria da Receita Federal, foi a ponta do novelo para ser desfiado na abertura da edição daquele dia: “O pior não é tanto a brutal carga tributária.

O mais revoltante é a constatação de que os impostos neste país não cumprem com a sua função primordial: viabilizar um serviço público de qualidade, na garantia dos direitos constitucionais de todos, indistintamente. O que se vê é justamente o contrário: boa parte da população ainda vive em condições miseráveis, sem direito a moradia digna, a saúde, a educação, a nada. E o mais grave: é justamente nesses locais onde a violência se prolifera. Observe os cenários, por exemplo, dos crimes de homicídios. São geralmente locais amontoados de casebres com lama a escorrer a céu aberto, onde caem corpos ensanguentados, vítimas do tráfico de drogas, de vinganças, da violência, enfim. Por que os bilhões de reais arrecadados não chegam a esse povo sofredor? Todo dia você vê nesse programa gente chorando, gente sofrendo, gente abandonada. Por que esses bilhões de reais não chegam a essa gente humilde?”.

[MONITORANDO

Impostos demais. O apresentador do Cidade 190 abordaria a questão tributária na abertura do programa do dia 26 de maio, detendo-se na repercussão sobre o preço dos combustíveis: “Todos os dias você é vítima de um assalto (...), assalto que ninguém vê, porque é o assalto oficial, praticado pelas autoridades contra o povo (...), metida de mão no bolso do povo (...) O governo mete a mão no bolso do povo (...), o assaltante é o governo”. O âncora se referiu a um movimento em curso nas cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo e Brasília, onde postos de combustíveis faziam protesto contra os tributos que encarecem a gasolina e vendiam o produto sem impostos, a 1,18 real o litro, contra 2,69 reais, quando embutidos os tributos. “O imposto arrecadado pelo governo deveria servir para construção, reconstrução, reforma e manutenção das rodovias federais, mas nós temos no Ceará as piores rodovias federais”, complementou.

Sem pretensões eleitorais ainda manifestadas, diferentemente de quatro dos outros cinco apresentadores, que já exercem mandatos eletivos, o âncora do Rota 22 passou então a uma análise sobre o contexto político. “Estamos vivendo mais um ano eleitoral e mais uma vez ouviremos candidatos que prometem como se não fossem daqui, como se nunca tivessem a oportunidade de realizar o que prometem em campanha. Tiveram oportunidade, não fizeram e novamente prometem. Impressionante como fazem de besta o eleitor brasileiro. Quando conseguiremos reverter esse quadro nefasto? Para os que se dizem realistas, para não chamar de pessimistas, nunca; para os otimistas com os pés no chão, talvez um dia, quando os que se julgam honestos saiam de sua confortável posição e abracem ações cívicas, arrisquem, candidatem-se a cargos eletivos, mostrem como se assume um mandato verdadeiramente popular, atitudes, enfim, que levem à construção de um Brasil melhor, um país de fato para todos os brasileiros”.

[MONITORANDO

Noutras perspectivas. A edição de 30 de abril do Rota 22 exibiu uma matéria que, a priori, se adequaria mais a um programa esportivo, porém o tratamento dado pela repórter e também pelo apresentador não causou a impressão de incompatibilidade com um programa policial, pelo contrário: conferiu a este um diferencial. Sob o mote do esquema especial para segurança no dia do último clássico-rei do campeonato estadual de futebol, a matéria abordou o aumento no efetivo policial, principalmente nas paradas de ônibus perto do estádio, ouvindo o comandante do policiamento do Castelão, mas também deu voz aos presidentes dos times, Ceará e Fortaleza. Já o apresentador tratou da insegurança e violência das torcidas organizadas: “Não pode ser uma guerra. Não podemos nos preparar para uma guerra a cada vez que há um clássico-rei, a cada vez que Fortaleza e Ceará se enfrentam. Isso é uma vergonha”.

As deficiências na entrega de medicamentos e falta de profissionais no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) de Messejana foram abordadas na edição de 22 de maio do programa *Os malhas e a lei*. Excluindo-se os excessos na condução da matéria, como o forte caráter opinativo, a insuficiência de espaço para os responsáveis pelo serviço se pronunciarem e as desqualificações às justificativas posteriormente apresentadas, o programa deu voz a oito pessoas entre usuários e familiares de pacientes.

Em meio a tantas matérias sobre “saidinhas bancárias”, em que a abordagem se resume à descrição da ação, o *Barra Pesada* não se limitou a dar a informação no dia 14 de abril. O apresentador aproveitou o caso para relembrar outras alternativas de retirada de dinheiro aos saques de grandes quantias em estabelecimentos bancários ou caixas eletrônicos.

As séries e reportagens especiais

A abordagem mais qualificada da violência e de outros temas tende a acontecer quando os programas veiculam reportagens especiais e matérias em série, permitindo identificar claramente a diferença em relação ao jornalismo factual. Mais do que o trabalho de produção, o esforço de reportagem e o cuidado de edição, os temas são de maior relevância para a sociedade. A série “Somos todos da paz”, exibida pelo *Barra Pesada* na penúltima semana de abril contemplou questões relacionadas a idosos, índios, negros e homossexuais.

“Muita gente, quando passa dos 60 anos de idade, ao invés de ganhar prestígio e respeito pelos anos vividos e a experiência acumulada, só recebem mesmo é o desprezo da sociedade. É como noticiamos aqui casos de maus-tratos contra idosos, negligência por parte dos próprios filhos. Não se engane: o abandono também é uma forma de violência (Barra Pesada - 22.4.2010)”, adiantou o apresentador da TV Jangadeiro. Na sequência, o programa trouxe a terceira reportagem, sobre projetos sociais do poder público e de organizações não governamentais voltados para os idosos.

À variedade de fontes, demonstração de dados, diversidade de enfoques somou-se o viés editorializado dado pelo apresentador, justificável nesse caso por promover o fortalecimento das noções de cidadania e garantia de direitos, embora pareça contraditório que no mesmo programa, a exemplo dos outros, nas matérias estritamente policiais, o conceito de cidadania acabe sendo desvirtuado e os direitos das pessoas envolvidas com a violência sendo flexibilizados, quando não negados. É importante não perder de vista que existe uma diferença de tratamento: diante de abordagens difusas e questões mais genéricas, a conduta é uma; nos casos específicos, o procedimento passa a ser outro. O comportamento da mídia frente à questão da criminalidade em geral não é o mesmo aplicado a um crime em particular. É

[MONITORANDO

Insegurança e terceira idade.

O latrocínio de um aposentado de 69 anos em Caucaia dentro do estabelecimento onde ainda trabalhava para ajudar no sustento da família, embora os nove filhos já estivessem criados, fez o âncora do *Rota 22* levantar questões pertinentes: “Além de não ter direito à aposentadoria digna, o Estado não é capaz de garantir-lhe pelo menos a segurança para que ele trabalhasse em paz dentro do seu estabelecimento para sustento da sua família”. E cita tantos outros aposentados em Fortaleza e no interior que precisam continuar trabalhando diariamente, “a mercê dos bandidos, entregues à própria sorte. Quantos casos ainda vão acontecer? (*Rota 22* - 18.5.2010)”.

como se os profissionais da informação não conseguissem manter o distanciamento necessário para garantir uma abordagem mais qualificada, independente da proximidade das situações. Apesar disso, as reportagens especiais, especialmente quando exibidas em série, cumprem papel importante.

“O Cidade 190, pela responsabilidade que tem com a sociedade cearense, tem procurado mostrar aqui momentos difíceis, dramas vividos por segmentos da nossa sociedade. Claro, segmentos mais pobres da nossa sociedade, isso dentro da filosofia de que nós estamos aqui combatendo a violência e mostrando as causas que geram a violência (Cidade 190 - 7.4.2010)”. Não é bem assim como exalta o apresentador, mas a série de matérias à qual se referia tinha como objetivo, segundo ele, chamar a atenção das autoridades. “Já mostramos aqui os moradores de rua, que buscam na lata do lixo um pedaço de carne apodrecida pra comer; mostramos jovens, garotas de 13, 14 anos, perto das rodovias da vida, vendendo o próprio corpo a dez reais, a cinco reais...” e naquele dia o programa exibiu um “raio-x da situação dos doentes mentais”, abordando o trabalho realizado por três serviços públicos de saúde, o SAMU, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e o Hospital de Saúde Mental de Messejana.

Isoladas ou em série, as matérias especiais dão um tratamento menos pontual e superficial aos assuntos, possibilitando ao telespectador um olhar também mais amplo e profundo sobre as questões abordadas. Além de viabilizar uma cobertura da violência que não se resume a mostrar sangria desatada. O programa Cidade 190 exibiu em abril uma matéria sobre como funciona a perícia criminal em São Paulo. Desconsiderando algum excesso do apresentador, foi um exemplo positivo de abordagem de um assunto policial que foge ao perfil “boletim de ocorrência”: “Em São Paulo não tem crime perfeito. Matou? É descoberto. É preso. Perícia criminal técnica de Primeiro Mundo. Muito diferente daqui. Aqui, o sujeito mata um, passa 20 anos, e não se descobre quem é o autor do crime (Cidade 190 - 22.4.2010)”.

Seguindo linha semelhante, o programa apresentou no mesmo dia uma reportagem sobre diversos aspectos do maior hospital de urgência e emergência do Ceará, o Instituto José Frota (IJF), como o trabalho na Unidade de Terapia de Intensiva para captação de órgãos para doação, os procedimentos de rotina para acompanhamento dos pacientes nos corredores da unidade à espera de leito, reformas e até o funcionamento da cozinha. A matéria deu visibilidade ao importante papel do hospital que, embora citado constantemente no noticiário policial porque é para onde as vítimas da violência em estado grave em geral são levadas, muitas vezes se perde entre tantas notícias enquanto instituição de grande importância para a saúde do estado.

[MONITORANDO

Jovens aprendizes. Na edição de 30 de abril, a reportagem especial do Cidade 190 abordou o projeto Jovens Bombeiros Voluntários, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, que desde 2003 oferece a jovens com histórico de conflito familiar, antecedentes criminais e moradores de áreas carentes a oportunidade para aprender o trabalho dos bombeiros, fazendo simulação de combate a incêndio, e despertando neles o interesse de prosseguir no ofício.

Se mesmo na factualidade os programas podem prestar grandes contribuições à sociedade, quando levam para matérias especiais assuntos tratados de forma previsível no dia-a-dia dos noticiários, o resultado surpreende. Na edição de 14 de abril, o Barra Pesada deu um tratamento caprichado para os casos de pessoas desaparecidas, comumente apresentados nos programas policiais com a exibição de fotografia e divulgação dos números de telefone para contato. Para além da divulgação pontual, o programa apresentou uma matéria sobre o problema, dando o

aprofundamento necessário: apresentando dados, fornecendo telefones e endereços eletrônicos úteis, ouvindo a titular da Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente, uma assistente social e a mãe de uma criança desaparecida.

Desaparecimento, abandono, negligência ou agressões diversas. Sejam quais forem as modalidades e circunstâncias, quando crianças e adolescentes estão na condição de vítimas, o tratamento dispensado pelos programas é completamente diferente dos casos em que os menores de idade são acusados de assaltos e homicídios, a exemplo da atenção dada pelo *Cidade 190* à violência sexual infanto-juvenil, na edição de 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Ao abordar a questão sob o prisma da pornografia infantil, o comentarista incluiu o estímulo às denúncias de casos como uma forma de ajudar a combater o problema. O número 100 foi divulgado várias vezes e registrado nos caracteres do programa. “Faça a sua parte, não seja omissivo, denuncie, pegue o protocolo da sua denúncia e passe a cobrar as autoridades”, reforçou o comunicador.

Além de incentivar as pessoas a fazerem ligações telefônicas, o comentarista cobrou da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) a criação de mecanismos de controle para a difusão de material pornográfico de crianças e adolescentes na Internet, questionando por que o avanço tecnológico não é usado para impedir a proliferação de pornografia infantil pela Internet. “Se criaram bomba atômica, satélite, energia nuclear, se cria tudo, o ser humano consegue ter a capacidade de tudo, e aqui fica um alerta para a nossa valorosa Polícia Federal ver uma forma de filtrar esse tipo de crime (...) Se tem tecnologia pra tudo, pra criar armamentos poderosos, pra combater bandido, tudo se cria (...) Será que, (com) toda tecnologia a dispor do ser humano, não se pode criar filtros pra frear que esse tipo de coisa, pedófilos daqui do Brasil, de Fortaleza, do estado do Ceará, possam comprar livremente na Internet vídeos de crianças sendo estupradas, crianças sendo violentadas, com poses indecentes? Será, a nossa valorosa Polícia Federal, ou a Abin, serviço de inteligência nacional, será que não existe tecnologia pra filtrar esse tipo de coisa?”.

Temas que furam o cerco no noticiário da violência

Com a violência crescente, passa a ser cada vez mais difundido o argumento de que as pessoas precisam estar armadas para se defenderem, como se a insegurança tivesse atingido nível tal que, a qualquer momento, todos podem ser surpreendidos por ações agressivas e, por isso, devem ficar em estado permanente não só de alerta, mas de predisposição à reação. No entanto, sem subestimar a violência, mais vale apostar nas possibilidades de paz do que engrossar as fileiras de cidadãos armados.

O apelo ao uso de arma sob a justificativa de que as pessoas precisam se proteger é comum a alguns programas policiais. “Ontem, na Praia de Iracema, um policial do Piauí foi reagir a um assalto também e levou dois tiros, um em cada braço. Veja aí a violência praticada dos bandidos contra a Polícia. Imagine com você, cidadão de bem, que não pode portar uma arma (*Cidade 190* - 18.5.2010)”, afirmou o comentarista da *TV Cidade*, após a exibição de uma matéria em que outro policial havia saído ferido em tiroteio com assaltantes na Parangaba.

Mas há apresentadores que optam por seguir noutra direção, e ao invés de incentivar o porte de arma, apregoam a propensão para a não-violência. “Quem anda armado não tem bons pensamentos (...) Andou armado, por mais que seja o melhor cidadão do mundo, é porque não

[MONITORANDO

Paz e justiça. Um contraponto à enxurrada de violência no noticiário dos programas policiais são as notas e matérias sobre eventos que pregam a cultura de paz e justiça, como caminhadas e mobilizações realizadas por comunidades e movimentos sociais e religiosos e audiências públicas para discussão da segurança pública.

tem realmente princípio de cultura de paz (...) Arma é para policial, para quem trabalhe com armamento (Barra Pesada - 6.4.2010)", comentou o âncora da TV Jangadeiro, sobre o caso de um árbitro de futebol, de 62 anos, preso porque usava um revólver durante uma partida, na zona rural do município de Campos Sales, a 493,8 quilômetros de Fortaleza.

Em oposição à cultura da violência contra a violência, o pacifismo e a concórdia são evocados. Um atentado que deixou um jovem de 19 anos morto e a namorada ferida no Parque Rio Branco, praticado pelo próprio primo do rapaz, com quem teria uma rixa, fez o apresentador do Barra Pesada recordar os bons referenciais de convivência da infância como exemplo para os adultos. "A coisa tá séria. Discussão, briga, rixa... Há pessoas que removem raiva, ódio, ira, guardam aquilo dentro de si como se fossem lixões, lixeiras pra guardar entulhos. Você tem raiva de alguém? Discute com alguém? Que tal seguir o exemplo das crianças que às vezes discutem, batem um no outro, choram, vão lá se entender. Rapidinho, depois, já estão tudo bem, mas o adulto não, não tem essa consciência de dialogar, de minimizar".

Enquanto alguns apresentadores veem o porte de arma como um direito, sob a alegação de defesa pessoal, para outros o raciocínio é o de que menos armas, menos violência também. "No dia em que a Polícia conseguir combater de maneira eficaz o comércio clandestino de arma de fogo, retirar das mãos dos bandidos, nós teremos uma redução drástica nos índices da violência, da criminalidade (...) Com arma de fogo é que se faz assalto, é que se comete crime de morte, se faz ameaça, se pratica violência, e hoje praticamente não há ato violento sem a presença de arma de fogo (Rota 22 - 14.4.2010)", avaliou o apresentador da TV Diário, após matéria sobre a prisão de um jovem e apreensão de um adolescente por porte de arma.

O discurso do desarmamento ganha monta em função das tragédias provocadas pelos disparos acidentais, geralmente envolvendo crianças no manuseio de armas. A notícia de última hora no dia 30 de abril sobre a morte de um garoto de 12 anos, atingido pelo colega de 14 anos, em Quixadá, no Sertão Central do Ceará, ao mostrar à vítima uma pistola do pai, não impediu que o apresentador do Rota 22 tecesse comentários sobre os perigos de guardar arma de fogo em casa sem os devidos cuidados. O programa não tinha imagens nem áudio do caso, pois o fato havia ocorrido havia meia hora, mas o alerta foi dado e reforçado a partir da lembrança de um caso semelhante e recente em Fortaleza: o filho de um policial civil que foi mostrar a arma do pai a um colega e atirou, sem querer, atingindo-o fatalmente.

Além do perigo do porte legal de armas, existe o problema da guarda ilegal, constantemente noticiado pelos programas policiais. "Como tem gente armada nessa cidade. Parece o Velho Oeste (Barra Pesada - 6.4.2010)", comparou o apresentador da TV Jangadeiro, numa edição que trouxe o caso de um policial que teve a arma roubada. "A facilidade com que esses meninos se armam é uma coisa impressionante (...) Quantas armas a Polícia apreende por dia! Parece que tem uma plantação de armas, porque quanto mais a Polícia prende, mais aparece (Comando 22 - 15.4.2010)", diria o apresentador da TV Diário quando da prisão de um jovem e da apreensão de um adolescente. Apesar dos exageros, as falas expõem um problema: a facilidade em se adquirir armas.

[MONITORANDO

Desarmamento. Uma pesquisa encomendada pela organização não governamental Viva Rio e divulgada no fim de 2010 revelou que, das 16 milhões de armas de fogo em circulação no Brasil, apenas dois milhões estão com as forças de segurança: militares e policiais. O restante está com civis e quase metade – 7,6 milhões de armas – é ilegal. O porte ilegal de arma é um crime inafiançável.

Desde dezembro de 2003, quando entrou em vigor o Estatuto do Desarmamento, e seis meses depois, quando foi instituída a Campanha do Desarmamento, indenizando as pessoas pela entrega de armas à Polícia Federal, o governo brasileiro destruiu mais de 1,6 milhão de armas.

Com menos armas em circulação no país, o número de assassinatos diminuiu. Percebe-se constante aumento da taxa de homicídio até 2004 e decréscimo a partir de então, segundo o Instituto Sangari, responsável pelo estudo Mapa da Violência - Anatomia dos Homicídios no Brasil, com base nos dados de mortalidade do Ministério da Saúde, no período de 1997 a 2007.

Além do desarmamento, outro tema importante que fura o bloqueio do noticiário previsível dos programas policiais é a dependência química e sua relação com a violência. Um grave problema de saúde pública que leva a outros, o uso abusivo de substâncias entorpecentes constitui-se uma chaga na contemporaneidade, atingindo principalmente os jovens. Mesmo considerando-se os equívocos na abordagem do tema pelos próprios programas, o noticiário é um parâmetro para avaliar a forte associação entre drogas, principalmente o crack, e eventos violentos, em especial homicídios, tamanha a quantidade de casos em que a correlação é apontada.

Entre uma notícia e outra, os programas abrem espaço para que familiares exponham os dramas de ter uma pessoa refém da drogadição e supliquem em busca de internação para os seus em clínicas particulares para desintoxicação, a exemplo do Comando 22. Em quadros ou matérias, as dores são expostas. O apresentador do Barra Pesada, ao anunciar, na edição de 6 de abril, uma matéria sobre o sofrimento de uma mãe que tinha um filho usuário de drogas e que lutava para ajudá-lo a deixar o vício, escapou da mera exploração da dor alheia e cobrou dos representantes públicos a criação de serviços para o tratamento da dependência química. A exibição da própria matéria mostrou seus diferenciais, evitando julgamentos e ouvindo respeitosamente mãe e filho.

A falta de clínicas de internação no sistema público de saúde é uma das questões mais abordadas nos programas policiais quando o assunto é a dependência química, provocando cobranças e comparações com outros problemas de saúde e segurança públicas. “Só existe presidio e centro de recuperação de menor infrator (...) Eu queria que essa mesma ideia que nós temos da prevenção da dengue, nós passássemos a ter pra prevenção das drogas (Cidade 190 - 10.5.2010)”, manifestou-se o comentarista da TV Cidade.

Naquele mesmo dia, o poder público também seria advertido em outro programa. “É o fim ou será o fim de muitos daqueles que não conseguem largar o vício, que a família não conseguir, que o Estado for omisso”, apontou o âncora do Rota 22, ao anunciar a matéria sobre um usuário de crack de apenas 15 anos de idade assassinado provavelmente por não ter pago dívidas a traficantes. Ao citar o caso de uma mulher no bairro Vila Velha, que já teve três filhos assassinados e um quarto preso e jurado de morte, pelo envolvimento com o tráfico, o apresentador da TV Cidade asseverou: “Estamos vivendo um inferno das drogas no Ceará (Cidade 190 - 18.5.2010)”.

Pela pontualidade das abordagens relacionadas às drogas, os programas policiais não chegam a promover o que se poderia – ou se desejaria – chamar de debate sobre a dependência química e o tráfico de entorpecentes. Mas, dentro da eventualidade das abordagens positivas, o assunto é um dos que mais despertam análises. É bem verdade que as reflexões ficam restritas à fala dos apresentadores. Faltam outras vezes que caracterizem uma discussão ampliada e aprofundada sobre o problema.

As intervenções dos âncoras não deixam de dar sua contribuição, até porque são feitas em forma de alerta, mas em geral não saem da superficialidade e de uma visão unilateral, que poderia ser minimizada com avaliações de especialistas de diferentes áreas do conhecimento, como o Direito, a Medicina, a Psicologia, o Serviço Social e a Sociologia. Os apresentadores são instigados cotidianamente a não subestimar o problema até mesmo porque a associação entre drogas e violência é bastante recorrente. Uma associação – vale lembrar – comprovada, mas também suposta. Há muitos casos em que a Polícia e a própria mídia fazem uma relação direta entre um problema e outro, mas sem ter elementos palpáveis. As suposições passam a ser tomadas como verdades absolutas.

Mesmo diante de muitos indícios, há situações em que a falta de comprovação põe em dúvida a credibilidade das informações e análises. Na edição de 18 de maio, o apresentador do programa *Cidade 190* dedicou o comentário inicial da edição ao tráfico de drogas, levantando questões sérias, mas em cima de especulações. “Por onde começar? No Rio de Janeiro está diminuindo o consumo do crack. Por quê? A informação que se tem é que os traficantes de cocaína estão eliminando os traficantes do crack para diminuir a venda do crack e aumentar a venda da cocaína. Aqui no Ceará, as informações que correm agora é que está faltando maconha. Estão tentando, impedindo, boicotando a entrada da maconha no Ceará para, faltando maconha, aumentar o campo de consumo do crack, que também é uma droga de poder aquisitivo menor”.

O apresentador se referiu, inclusive, a negociações entre políticos brasileiros e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), organização guerrilheira que atua com produção e tráfico de cocaína: “E olha que temos artigos assinados por jornalistas famosos que dizem que muitos políticos, políticos importantes do Brasil, fizeram um acordo com as FARC”. A organização teria financiado campanhas eleitorais para que as autoridades fizessem “vista grossa” ao ingresso de drogas no Brasil, aumentando assim a venda de cocaína: “Isso é alarmante, isso é preocupante, isso pode ser o fim do poço. Drogas demais, mortes demais”. E questionou por que não se faz no país a mesma campanha feita contra o cigarro: “Por que não se faz a mesma campanha contra as drogas ilegais? Por que estão fechando os olhos para a entrada de cocaína da Colômbia no Brasil? Quem é a mão poderosa que está facilitando a entrada de cocaína e armas da Colômbia, das FARC, no Brasil? Tem lei pra tudo, mas a droga está dominando. É um império. Nós temos um império da droga no Brasil e principalmente no Ceará. Uma ameaça à sociedade, um desafio às autoridades”.

Desafio também imposto pelas drogas consideradas lícitas e, por isso, de largo consumo. Não só o noticiário policial, mas os órgãos de saúde e segurança apontam o álcool como responsável por muitos casos de agressão, homicídios e mortes no trânsito. Em um dos comentários relacionados à combinação perigosa entre bebida e direção, o apresentador do *Barra Pesada* citaria números oficiais que demonstram a seriedade do problema: 25% dos desastres no trânsito e 65% dos homicídios têm relação com a bebida: “Álcool e drogas pesadas matam mais do que qualquer guerra nesse mundo. São 35 mil pessoas que morrem por ano, no Brasil, vítimas de acidentes do trânsito, a metade envolvida com álcool (...) A lei não funciona nem as pessoas respeitam a coisa mais sagrada do mundo, que é a vida”.

Sob o efeito entorpecedor, a agressividade aflora e a vida chega a ser posta no seu mais alto grau de vulnerabilidade, ao ponto de um irmão matar outro “durante bebedeira”, como noticiou o programa *Comando 22* na edição de 26 de abril, o que levaria o apresentador a falar das mudanças de personalidade desencadeadas pelo álcool e a defender que pessoas com propensão à violência evitem a bebida.

Além da temeridade de matar ou morrer, o apresentador do *Comando 22* apontaria na edição de 19 de maio outras consequências do consumo do álcool, desde os constrangimentos habituais até processos judiciais. A deixa foi uma ocorrência com vários indícios de imprudência de um condutor que estaria embriagado – populares denunciaram o consumo de álcool e uma lata de cerveja foi encontrada dentro do veículo e registrada pelo cinegrafista. O veículo teria avançado a via preferencial e atingido um mototaxista e o passageiro da motocicleta, que ficaram feridos e foram levados ao hospital.

Se as ocorrências no trânsito se dão na véspera de um fim de semana ou feriado, o alerta ganha ainda mais importância. “Fique atento. Um carro, pra você dirigir, tem que redobrar a atenção por você e por muitos outros que dirigem feito doidos pelas rodovias (*Barra Pesada - 30.4.2010*)”, observou o apresentador da TV Jangadeiro, após exibição de matéria sobre a morte imediata de uma pessoa de 51 anos ao colidir o carro com um caminhão no Anel Viário da BR 020, em Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza.

[MONITORANDO

Trânsito. As notícias frequentes de ocorrências no trânsito perdem o caráter habitual quando vêm agregadas a advertências sempre necessárias. Na edição de 14 de abril, em matéria sobre a morte de um motociclista que estava sem capacete e se chocou em um ônibus, o apresentador do *Barra Pesada* falou do uso irregular das motocicletas, da importância da redução da velocidade e da preocupação das autoridades de saúde com esse problema. Ainda naquela edição, a invasão por um caminhão a uma residência de um casal de idosos fez o apresentador advertir para a necessidade de fiscalização das condições de tráfego de veículos antigos. Aliás, indo além da prestação de informação, as notícias sobre as ocorrências no trânsito levam o apresentador a alertar sobre vias urbanas e rodovias tomadas por veículos, obras, crateras, enfim, dificuldades no tráfego.

O mesmo caso também motivou reflexões do apresentador do *Rota 22*, que avaliou como “imprudência e desobediência à legislação do trânsito”, considerando as versões apresentadas de ultrapassagem indevida: “Fica o alerta. Amanhã é feriado, mais um fim de semana. Vamos obedecer a legislação de trânsito, vamos fazer um trânsito de paz (*Rota 22 - 30.4.2010*)”. Ao convidar os telespectadores para “dar o bom exemplo”, ele lembrou que a responsabilidade por um trânsito seguro “não é só do motorista, mas também do pedestre, do motociclista” e exortou à prudência e à cortesia para evitar “tanto derramamento de sangue, tantas vítimas, tantos hospitalizados que sairão com sequelas”. E concluiu, afirmando que “obedecer à legislação de trânsito não é só evitar multas, é salvar vidas”.

Quando a desobediência reúne mais de um aspecto, a motivação para o alerta é ainda maior. O noticiário do dia 10 de maio trouxe um caso exemplar: um jovem, de apenas 22 anos, morto após colidir a motocicleta com um poste de iluminação pública, estava sem capacete, não tinha habilitação para guiar o veículo e havia ingerido bebida alcoólica. “O álcool, igual ou pior do que o crack, do que a cocaína, continua a fazer misérias nesse país, e ninguém tem a coragem, a dignidade de convencer-se de que é sóbrio que a gente vive os melhores momentos da nossa existência, de que beber é um ato social, mas é a partir de um ato social que os doentes

do alcoolismo precisam ter a consciência de que não se pode pegar uma moto, de que não se pode entregar uma moto a alguém que está sem condições nenhuma, para fazer a tragédia que acabou acontecendo, enlutando lares, marcando principalmente o Dia das Mães”, observou o apresentador do Barra Pesada.

Desconsiderando-se o equívoco de tratar dois problemas diferentes – a doença do alcoolismo e o consumo eventual ou mesmo sistemático de álcool – como um só, o apresentador da TV Jangadeiro reportou-se a várias e importantes questões relacionadas ao uso de bebida alcoólica. “Churrascarias, bares, restaurantes estiveram lotados de pessoas, bebendo, comemorando o Dia das Mães, depois saíam nos carros e motos. Aliás, isso acontece em postos de gasolina, nas lojas de conveniência, onde se vende muito mais bebida, onde se tem estocado muito mais álcool. É incrível que isso aconteça em postos de gasolina, onde você compra desde a cerveja, a vodca, o uísque, à cachaça. É incrível como não se tem competência de chegar a esses locais e obrigar que ali não se pode vender combustível e estimular ao mesmo tempo a compra de bebida alcoólica. ‘Ah, mas é proibido beber no local’. E daí? Vai beber dirigindo? A lei seca e o bafômetro não estão amedrontando mais ninguém porque prevalece a impunidade”, concluiu.



EXTRAS: ENTREVISTAS

Se um dos objetivos do projeto de monitoramento e análise dos programas policiais é ampliar e aprofundar o debate sobre violência, criminalidade e insegurança, incluindo os próprios veículos de comunicação e os profissionais envolvidos com esse fazer jornalístico, esta publicação já dá o primeiro passo nesse sentido. Nas próximas páginas, o leitor terá a oportunidade de ler entrevistas que foram realizadas com quatro apresentadores de programas policiais de televisão do Ceará: Nonato Albuquerque (Barra Pesada), Edson Silva (Cidade 190), Ferreira Aragão (Comando 22) e Marcos Lima (Rota 22).

As entrevistas foram realizadas em janeiro de 2011, nos dias 21, 22, 24 e 26, após o monitoramento, a análise e a escrita dos textos sobre 42 edições dos programas. Apenas dois âncoras, Vitor Valim (Cidade 190) e Ely Aguiar (Os malas e a lei) não participaram desse momento, embora mais de um contato tenha sido feito na tentativa de entrevistá-los. O comentarista do Cidade 190 preferiu deixar que o apresentador principal falasse sozinho em nome do programa. Com o âncora d'Os malas e a lei, as tentativas foram feitas por meio da produtora do programa, já que as ligações para os celulares do apresentador não foram atendidas e não houve retorno à mensagem deixada na caixa postal. Os retornos prometidos pela produtora não se concretizaram.

A ausência dos dois, no entanto, não torna o material menos importante. As entrevistas, por si só, já são bastante reveladoras, mas a confrontação entre a análise dos programas feita ao longo da publicação e a fala dos apresentadores oferecerá ao leitor a possibilidade de compreender melhor cada uma delas. Alguns negam obviedades, posturas assumidas repetidamente durante as edições dos programas, mas também repetem o que já é constantemente dito dia após dia, por mais controverso que possa ser. Outros chegam a manifestar o próprio desconforto de estar na ancoragem de um programa policial e admitem equívocos cometidos por eles e/ou pela equipe que integram.

As entrevistas foram dispostas nas próximas páginas seguindo a ordem do horário em que os programas são exibidos – primeiro, o Barra Pesada; depois, o Cidade 190 e o Comando 22; e por último, o Rota 22. Mesmo que algumas conversas tenham se estendido mais que outras, a edição do material destinou, igualmente, oito páginas para cada uma. Na tentativa de comparar visões sobre determinadas questões, parte das perguntas se repete entre os entrevistados. Para encerrar esta publicação, as entrevistas dispensam comentários prévios, mas são de causar importante repercussão. Que o debate e as mudanças aconteçam.

[MONITORANDO

Em perfil. Embora dois dos apresentadores não tenham dado entrevistas, segue um breve perfil de cada um, a exemplo das informações que abrem as páginas com os âncoras entrevistados:

Francisco Ely Aguiar Alves é apresentador do programa *Os malas e a lei*, da TV Diário, emissora onde trabalha desde o ano 2000, depois de passagens pelo extinto *Aqui, Agora* local e pelas rádios *O Povo* e *Verdes Mares*. Natural do Crato, cidade do Cariri cearense onde nasceu em 29 de outubro de 1951, foi também lá que Ely Aguiar começou na área de comunicação, pelo rádio, aos 18 anos. Reeleito deputado estadual em 2010, ele conquistou um mandato eletivo para a Assembleia Legislativa em 2006, pelo PSDC, após se candidatar a vereador em 1992 e 2004. O radialista tem formação superior incompleta – está fazendo o curso de Direito.

Vitor Pereira Valim é comentarista do programa *Cidade 190*. Atualmente dividindo a apresentação com Evaldo Costa, até o ano passado ele se revezava na ancoragem do

programa com Edson Silva, que deixou o comando do **Cidade 190** para disputar – e conquistar – uma vaga na Câmara Federal. Nascido em Fortaleza no dia 15 de maio de 1978, filho de ex-delegado da Polícia Federal, Vitor Valim também é político, tendo sido eleito vereador de Fortaleza em 2008, pelo PHS. Radialista com nível superior incompleto em Administração de empresas, ele deu início à trajetória como comunicador com um programa na **Rádio AM Cidade 860**.

Além das entrevistas a seguir, o leitor poderá conferir no endereço eletrônico cedecaceara.org.br uma entrevista com Roberto Monteiro, secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará à época da gravação e do monitoramento dos programas aqui analisados.

[ENTREVISTANDO **Nonato Albuquerque**

Você passou pelo (jornalismo) impresso, fez um nome no rádio mesmo e atua na televisão. Hoje, se reveza entre o rádio e a tevê. O seu ingresso na televisão foi pra fazer logo o Barra?

Não. Eu, antes de tudo, comecei a trabalhar em televisão noutros setores, da TV Verdes Mares. Pouca gente ouviu falar porque é por trás de câmeras. À época em que eu fazia apenas o impresso – o jornal O Povo, e depois fui para o Diário do Nordeste, trabalhando no Vida & Arte e no segundo caderno –, passei por todas as editorias, menos Polícia, que eu nunca gostei. Parece que a língua paga! (risos). E recebi um convite, um desafio do (jornalista falecido em 2003) Tancredo Carvalho (primeiro diretor da TV Jangadeiro e superintendente da emissora nos anos de 1990), dizendo que tinha uma proposta para um programa na televisão. E eu disse: “Não me interessa fazer televisão, não, porque eu não gosto de me ver no espelho”. Ele disse: “Mas é um projeto bom”. Eu: “Menos o Barra”.

Raimundo Nonato Bezerra de Albuquerque é apresentador do programa Barra Pesada, da TV Jangadeiro, desde 1992, sucedendo o primeiro âncora, Tadeu Nascimento, e sendo substituído, em 2008, por pouco tempo, pelo diretor de jornalismo Chagas Vieira. Nascido em Acopiara, no dia 2 de janeiro de 1949, ele fez o primeiro estágio na área de comunicação aos 14 anos, para redator, na Rádio Iracema de Iguatu. E seria o rádio o veículo com o qual Nonato Albuquerque construiria uma relação mais forte – atualmente reveza com a ancoragem do programa policial a apresentação na AM do Povo-CBN do programa Rádio Serviço, depois de ter passado pelas rádios Iracema de Fortaleza, FM do Povo, FM 93 e Dragão do Mar AM. Jornalista formado pela Universidade Federal do Ceará, foi repórter dos cadernos Vida & Arte, do O Povo, e Caderno 3, do Diário do Nordeste, e trabalhou na TV Verdes Mares.

Você mesmo disse?

É, eu disse e ele sabia disso. E ele me enganou. Eu fiz um teste e ele disse: “É você mesmo; o Tadeu vai sair de férias, vai deixar...”. Eu não sabia nem que ele ia entrar pra política.

Ele foi o primeiro apresentador do Barra...

Foi. O Tadeu Nascimento. E aí ele (Tancredo) disse: “Não, rapaz, vamos, vamos fazer, tal”. Ele me fez esse convite em janeiro, e só vim aceitar, depois de muita pressão dele, em abril.

Em 1992.

Em 1992. E aí eu disse: “Olha, eu tenho vontade de fazer, mas eu queria tirar algumas coisas que tem”. Tinha um “Santinho (do dia)” – eu não sei se você se lembra –, que era um quadro (que entrevistava presos) depreciativo à própria individualidade humana; tinha umas coisas que eu achava que eram muito policiaiscas. E o programa, então, investiu numa de prestação de serviço também e deixou o lado policial pra lá. Mais recentemente, ele vem adotando um lado mais do noticiário policial, também por conta do volume de informações policiais. Parece que tem crescido a insegurança e vomitado isso para as editorias, os jornais. Então, eu acho que o que me levou foi esse desafio também...

Entre receber o convite e aceitar, passou pela cabeça a possibilidade de ter a imagem desgastada em função dessa associação com um programa policial, que não é um segmento bem visto, principalmente pela intelectualidade?

Muito, muito. Eu posso lhe dizer que, pra quem fazia (jornalismo de) comportamento, cultura, arte, ir pra uma editoria de Polícia... Alguns colegas de trabalho simplesmente se recusaram

até mesmo a falar comigo, sabia? Eles acharam que eu estava doido. “Você é doido! Você vai trabalhar em programa policial?”. Alguns imaginaram que eu estivesse interessado num carreirismo político... Infelizmente, no país, o noticiário policial, o telejornalismo policial ainda é um trampolim pra quem acha que deve chegar ao Legislativo. Não é meu interesse; já fui várias vezes tentado, (mas) não quero, não tenho vocação político-partidária... Mas a vida tem coisas que a gente não pode se negar. Eu já sabia de antemão que a situação de Fortaleza ia ter um crescente nesse aspecto da insegurança e da violência e que nós ainda não estamos nem na metade. Já sabia por conta de uma ligação de uma amiga de Salvador. Eu sou, eu não nego a ninguém, eu sou espírita. Ela disse assim: “Você vai receber um convite para a televisão”.

O programa Barra Pesada passou por mudanças bem significativas nos últimos anos. Mudança em relação à superexposição de corpos, de sangue... Essa mudança de perfil, de linha editorial, se deve a quê?

A televisão vive escrava da audiência, do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). Aí, sempre reclama de números, números. A gestação dela, ao invés de ser da parte de dentro, parece que é aqui fora. Gesta-se o compromisso de quantidade e não de qualidade. E os programas policiais parecem, cada vez mais, que estão buscando os fatos, recorrem aos números (...) Eu acho que esses números significam que nós estaríamos pisando em terreno minado. É uma opinião minha, não sei até que ponto a própria emissora pode questionar. Enquanto a gente se dividir com números, com quantidade, e não com o objetivo principal, a gente corre risco sério.

Você não acha que contradiz um pouco o discurso de que a população gosta de violência e gosta de sangue...?

Também tem isso. Parece que, quanto mais se mostra o quintal da casa do vizinho, você tem uma sensação: “Ah, ô coisa boa! Tá acontecendo o ruim acolá, mas não tá acontecendo comigo”. Nós temos essa diversidade. O público brasileiro é muito atencioso a isso, de achar que vale mais alguém que escorrega numa casca de banana pra ele ter a oportunidade de gozar do que tirar a casca da banana pra evitar que alguém caia. Então, nós ainda vivenciamos isso. Nós trabalhamos para uma legião de pessoas que não tem nenhum interesse em multiplicar informações de boa qualidade. Essa história de que, “quanto mais ruim, melhor”, parece que prevalece ainda hoje. Mas isso é temporário. Tudo se desgasta, tudo se satura. Aí, sim, os editores e os produtores de informação vão saber que estão lidando com uma coisa que é muito arriscada: achar que o público é que deve opinar sobre o que deve receber. A gente, claro, poderia também oferecer aquilo que ele gostaria, (mas) que ele não consegue (demonstrar). Eu ando numa fase, eu ando me criticando muito. Deu pra sentir (risos)? E é até bom, porque é fase de mudança. De repente, eu posso sair: “Tchau! Adeus!”.

Pelo sensacionalismo e espetacularização da violência que durante muito tempo caracterizou o Barra Pesada, você se sentiu tentado a deixar o programa?

Já. No fim do ano retrasado, quando ele deu uma baixa de novo. Ele era um programa de troca de serviço, programa de informação, tinha um cunho social e, de repente, deixou (isso), pra ficar só no policiaisco. Eu quase que ia embora, porque, de repente, mudaram a editoria, (entrou) um editor que tinha uma concepção muito policiaisca. Quando eu sinto isso, me dá vontade de sair.

Você citou aí a questão da prestação de serviço, do cunho mais social. Você não acha que, às vezes, os programas enveredam, sob esse discurso, por uma questão assistencialista, quando deveriam se voltar mais para a promoção de direitos, para a garantia de direitos e para a cobrança e exigência do poder público em efetivar esses direitos?

Mas, na verdade, quando eu falo em prestação de serviço, é a cobrança das comunidades, que solicitam a presença das câmeras. A maior audiência de janeiro (de 2011), provavelmente, é relacionada às mudanças climáticas, não é dos crimes. O que chamou mais atenção foram as chuvas, as inundações, os alagamentos. Então, é o serviço de uma emissora colocando o seu olhar eletrônico junto a quem está querendo gritar e que não tem, muitas vezes, voz. Eu acho que é um viés muito mais coerente com o objetivo do programa.

Eu queria que você falasse qual seria o papel desses programas policiais na sua concepção. Complementando: o que a gente percebe, muitas vezes, é que a população tem um espaço pra fazer suas reivindicações, suas denúncias, suas queixas, mas os programas se comportam apenas como porta-vozes disso. Nem o outro lado, às vezes, é ouvido pra dar uma satisfação àquela reclamação da comunidade.

Toda vez que vamos com as câmeras, ao vivo, para um bairro, a gente convida exatamente o setor responsável (por dar uma resposta para a demanda apresentada). É um compromisso nosso. Quando eles não vão pra darem resposta, nós “obrigamos” que eles mandem uma nota. Sempre tem a outra parte. Agora, algumas vezes, a gente podia ter ampliado, fazendo com que a própria população descobrisse os seus meios, as suas condições. Mas vivemos num terreno ainda tão teórico, que a prática disso ainda demanda tempo. É como no ensino: a gente começa na alfabetização, e só depois de muito tempo é que vai deixar a massinha de lado pra aprender a escrever, e muito tempo depois a pensar sobre o que se escreve e o que se lê. A televisão ainda vive esse tempo, ainda está se alfabetizando em termos de como lidar com esse terreno, que é uma lâmina, do programa policial. Porque, sempre, a tendência é você vitimizar os mais pobres, os pretos, os homossexuais, os favelados e dar um elogio à presença da força, e a gente sabe que nem sempre é assim; quem tem mais a força é o pobre, é o povo que tem mais força. Às vezes, os programas – está incluído o da gente também – consideram que o viciado merece morrer... A impressão que a Polícia passa... “Ah, mas ele foi morto”, “Sim, mas ele era viciado”. Sim, e daí? Às vezes, eu me contendo diante disso. Eu já, várias vezes, reclamei dessa postura. Hoje, eu ouvi uma que me deixou com vontade de sair do programa. Duas pessoas tentaram assaltar uma residência, o pessoal do Ronda (do Quarteirão) foi fazer uma operação e não conseguiu prender, e o repórter perguntou: “Quer dizer que não conseguiram?”. Ele (o policial) disse: “Pra felicidade dele, não prendemos”. O que a gente pode ler disso? Porque tinha sido assaltado um policial, aí seria a glória deles prenderem...

O uso da violência (policial).

Pois é! Somos violentos? O ser humano é, descende de Caim (personagem bíblico do Antigo Testamento que matou o irmão Abel, o que teria sido o primeiro homicídio da história da humanidade). Mas a Polícia violenta nunca vai conseguir implementar a segurança pra gente. Pode fazer medo pra algum pé-rapado, porque os grandes bandidos estão noutra lado da cidade.

Mesmo com as mudanças que foram implementadas no perfil do Barra, a gente percebe ainda algumas semelhanças, às vezes gritantes, com programas mais apelativos. A violência já é muito grande, mas ela é supervalorizada; a impressão que dá é que ela é superdimensionada. O programa já chegou a exibir um assassinato 11 vezes, um assassinato que foi flagrado em Brejo Santo.

Qual foi?

Foi numa praça, onde duas pessoas chegaram e uma disparou várias vezes na cabeça (de um jovem)... O programa exibiu essa imagem 11 vezes numa edição.

Não tenho lembrança...

Em outros momentos, você mesmo, que tem um cuidado maior com o que fala, também incorre em alguns exageros. Dizer (por exemplo) que nós vivemos numa situação de guerra pior do que em países onde isso está caracterizado, que a cidade é um antro de criminalidade... Então, no que isso contribui para a discussão mesmo do problema da violência?

Às vezes, no calor do comentário do âncora, a coisa me impressiona tanto...

Não dá para minimizar também, né?

Não dá para minimizar. A grande coisa foi que eu disse: “Meu Deus, tá pior do que a guerra do Afeganistão ou do Iraque”. Me lembro bem que era do Iraque. Talvez eu tenha acentuado. Mas se você for para o Iraque hoje, você vai ter uma situação muito mais calma do que a nossa, a partir dos números que foram citados pela própria Polícia. Aí, você diz assim: “Não, mas não é tão grave como a situação de guerra”. Porque aqui não está declarada, e lá, pelo menos, está declarada, mas havendo tréguas; aqui, a gente não tem as tréguas. Eu acho que, aos poucos, essa cidade vai tomar um pouco mais de juízo, por conta da infeliz passagem do secretário (Roberto Monteiro). Ele teve um momento muito bom, quando ele quis organizar a Polícia, organizar no sentido de higienizá-la, no sentido até mesmo de orientar a presença da mídia. Confesso que eu sou favorável a algumas partes que ele defendia.

Direito de imagem, por exemplo?

É um direito do cidadão... Ou não? Eu posso ir contra uma verdade? Não posso. “E por que você está fazendo?”. É por isso que, neste momento, eu estou entrando em grandes dúvidas comigo mesmo...

Tem situações que fogem ao seu controle.

Mas claro! Claro.

Nessa linha, eu queria levantar um questionamento: a equipe do Barra Pesada se diferencia, não só o apresentador, mas ela se diferencia da equipe dos outros programas...

No quê?

No cuidado maior na abordagem das matérias. Mas quando é relacionado à violência, o trabalho dos repórteres e cinegrafistas se nivela muito aos demais. Existem muitos problemas em relação à exploração do sofrimento das pessoas, desrespeito à dor dos parentes, informações mal apuradas, divergências entre o que diz a fonte, o repórter e até o apresentador, julgamentos, direcionamentos, muitas vezes reproduzindo ou reforçando o discurso policial...

Concordo, concordo.

Qual é o seu poder de interferência sobre a equipe?

Nenhum.

Há reuniões pra discutir com a equipe – repórteres, produtores, cinegrafistas, editores – nesse sentido de qualificar a cobertura, de dar uma sintonia maior entre a fala do apresentador e o que uma matéria vai...?

A gente discute até na hora do programa. Hoje, ainda, eu tive uma discussão no sentido de qualificar as coisas, de evitar alguns dos itens que você citou. A gente tem as discussões, eu espero que elas possam progredir...

É porque às vezes parece que são dois programas diferentes – o repórter tem uma abordagem e o apresentador outra...

É. A gente discute muito sobre isso. Mas concordo...

A questão da predominância da voz policial também é muito recorrente, né?

É.

Se o Barra tem o cuidado visível em ouvir a outra parte em outros tipos de matéria, como nas de denúncias feitas pelas comunidades, no jornalismo policial propriamente dito essa questão da outra parte é ignorada mesmo, em geral, e o Barra infelizmente também...

Inclui-se junto com os outros. Também concordo.

Em relação à política, você adiantou que já foi tentado... Nunca lhe passou pela cabeça se candidatar?

Não. A coisa mais pura da minha essência é não ser político.

Você acha que o fato de o Barra e o Rota 22 não terem um apresentador ligado à política, transitando nessa área, é determinante pra linha do programa?

Não tem nada a ver. Porque eu sempre ouvi da minha professora maior, que é a (jornalista) Adísia (Sá), com quem trabalho no rádio toda manhã, que você não precisa ter uma cadeira no Legislativo, pertencer a um partido político, pra você mostrar que a profissão de jornalista é muito mais forte do que a do político. Você tem muito mais voz, tem muito mais efeito junto à comunidade do que político, que muitas vezes se deixa pautar pelo partido, se deixa dominar... Não tenho vocação. Se me perguntarem: "Você tem vocação pra ser astronauta?". "Não". É igualzinho. Não tenho a mínima vocação pra chegar às estrelas. Então, não tenho também pra nenhum cargo político.

Mas você reconhece que o programa, às vezes, chega a ser usado politicamente?

Em tudo o que a gente faz...

Vou citar um exemplo bem específico. A cobertura sobre aquele princípio de incêndio do IJF, em abril (de 2010), era um fato que não dava para, jornalisticamente, ignorar, pois comprometeu setores estratégicos do hospital...

Claro!

...Mas o Barra chegou a exibir um vídeo feito por um vereador, que é um dos principais opositores da administração municipal, e esse vídeo tinha um perfil muito político...

Se, de repente, você (tem) uma imagem de um acidente que causou um dano ao IJF e alguém envia essa imagem, e se você o faz com o intuito de mostrar, de incorporar mais informações e ilustrar... Eu tenho pra mim que, se existiu a tentativa de uso político, foi por parte de alguém e não do Nonato.

Do Nonato pode não ter sido, mas a própria edição que a televisão fez (do material editorial) se assemelhou demais à edição do próprio material do vereador.

Eu posso até nem falar isso porque eu não sei nem de quem era o vídeo.

Nonato, uma outra questão: o que diferencia o programa na abordagem da violência especificamente é um quadro chamado "Como está o caso?" Mas se é algo que qualifica a cobertura sobre violência, por que é tão espaçado? Por que demora?

Porque demora a produção, tem simulação, tem contratar atores... É uma tentativa de vincular um pouco mais de qualidade ao programa, um trabalho de pesquisa de um jornalista que faz sozinho o levantamento; precisa levantar a questão como está, precisa pegar imagens... Nós não temos como levantar em um dia, dois dias... A gente tem, numa semana, "Como está o caso?", e noutra, o "Na mira do Barra", que faz uma investigação, o produtor vai até lá...

Em relação à questão de crianças e adolescentes envolvidos em práticas de violência, qual a visão que você tem do Estatuto da Criança e do Adolescente? Ao longo das edições analisadas, não houve uma referência sequer ao Estatuto, mas estava ali sutil, condenando a legislação.

Quando um policial cita aquele velho chavão de que não pode fazer nada porque o Estatuto não permite, eu sou um dos que primeiro me apresso a dizer: “Eu vou tacar o pau nesse cabra aí, porque é um ignorante; vai ver que nunca leu o Estatuto”. Há muita ignorância da parte de todos nós, brasileiros, em relação as nossas leis. Eu sempre falei em favor do Estatuto, considero uma das obras-primas da Justiça, no sentido de se aperfeiçoar o trato que a mídia e a sociedade brasileira têm para com os adolescentes. A coisa que me dói mais é quando eu vejo alguém hoje dizer que “morreu porque era um adolescente viciado”, como se fosse comum ser viciado nesse país e pronto: vem outro, mata; “não, tá bom”. E não dá em nada mesmo, porque parece que ali encerra; não se investiga nada, não. Isso me constrange muito, saber que a Polícia está dando cada vez mais cabimento a que se pratique a vingança por parte de quem quiser.

Como que justificando...

Em toda edição do programa policial você vê a Polícia justificando a execução de alguém. “Ah, mas ele já tinha passagem pela Polícia”. E daí?

E é impressionante como o foco se volta para a vítima.

Só quem é culpado, segundo a Polícia, são as vítimas que foram executadas. Poucas vezes se teve a prisão de responsáveis por execuções (em 2010). E eu, cá comigo, tenho a impressão de que as execuções partem de fundamentalistas, de gente que tem interesse até mesmo em perturbar a ordem social... Já se viu isso no México, em outras cidades... Espero que não, espero queimar a minha língua... Ah, também a gente não pode ir muito longe, não, porque tinha um proprietário de uma casa de restaurantes em Fortaleza que vivia atirando nos flanelinhas simplesmente porque estava atrás de um alvo... Nessa cidade, as execuções são gratuitas porque a própria Polícia não dá resposta eficaz no sentido de dizer: “Tá aqui, quem fez isso foi fulano”. Faça uma pesquisa: das centenas de execuções ocorridas em 2010, quantas foram esclarecidas? Se tiver dez, eu dou meu ordenado do mês pra você. Porque não há interesse nenhum, não há interesse em investigar a vida de pobre. Agora, há um corporativismo muito grande. Basta que um soldado bata no carro de alguém, choque com o carro de alguém, aparecem dez viaturas muito rápido e resolvem o problema num instante. Na edição de hoje, 24 de janeiro, do Barra Pesada, numa matéria mostrando que um policial foi morto, rapidamente eles localizaram, prenderam os dois caras. Um deles “morreu” (aspas do entrevistado) no IJF. Basta que você verifique quando há um crime, qualquer crime, qualquer ação criminosa relacionada a um turista ou a alguém de nome, rapidamente eles encontram. Com isso, eu tenho a lastimar que na Polícia exista um corporativismo para evidenciar com tanta rapidez (a punição) e deixe uma legião de mães sofrendo. Você pode dizer assim: “Ah, expõe a dor dessas mulheres, o sofrimento, a angústia...”. Se você for a um hospital, e se você pedir um atendimento de emergência e que for demorado, quantas vezes você não notou alguém dar um grito, fazer o papel de doido...? A televisão, às vezes, precisa fazer o papel de louca no sentido de colocar a loucura das mães em sofrimento pra ver se essas autoridades tremem um pouco diante da grandeza que eles têm no poder e não fazem nada. Critico toda hora... Tudo o que você disse aí, eu critico, assino embaixo, mas não sou eu que vou fazer a reviravolta nesse sistema. Eu espero que algo,

Em novembro de 2010, o flanelinha José Valdelor da Silva, 36, foi atingido no olho direito por um projétil de chumbo de uma espingarda de pressão.

A agressão aconteceu nas proximidades do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, ponto de trabalho da vítima, e teve como autor o filho do proprietário de um conhecido restaurante da cidade, que dirigia um carro preto. Policiais já haviam recebido chamados denunciando que uma pessoa em um veículo com as mesmas características e utilizando o mesmo tipo de arma atirava contra vigilantes e moradores de rua. Um segundo atentado, no bairro Varjota, dois dias antes do primeiro, também contra um flanelinha, foi confirmado pela Polícia. O autor usou tiro de chumbinho e estava em um veículo preto, segundo a pessoa atingida.

antes de eu sair, quem quer que venha sequenciar a história dos programas policiais, mude essa estrutura; que todo mundo se torne bom pra que não tenha mais programa policial; que o mundo se torne maravilhoso, mas até lá vai ser uma caminhada muito grande. Você vê que há uma angústia entre alguém que lida com essa área e que tem pensamentos de querer transformar. Todo idealista tem um pouco de loucura.

E sofre.

Ah... Uma vez me perguntaram, um prior: "Como é que você, que tem uma filosofia espiritualista, faz um programa desse?". Eu disse: "Eu gostaria muito de fazer um programa religioso. Jamais alguém passaria o canal. 'Não, esse aí é um pastor...". Mas a vida tem uma coisa interessante: aquilo que chama mais atenção na dor, me dá a oportunidade de, quando eu vou pra um debate, levar muito mais gente, pra me ver, não no sentido de ver o Nonato, de me ouvir... "Aquele cara falou uma coisa lá no programa que eu achei bom". Aí, eu tenho uns 20, 30, 40, 60 minutos pra conversar mais. Esse programa só tem me dado de alegrias isso. Pra onde eu vou, nas cidades do interior, convidado pra palestras, ou aqui nas escolas de Fortaleza, eu tenho a oportunidade de conversar muito. A pergunta que eu ouço: "Por que você faz esse programa?" Eu digo: "Porque, senão, eu não estaria aqui, convidado por vocês pra vir aqui falar exatamente do outro lado da moeda, porque a vida tem dois lados, o outro lado é que é bom".

Eu perguntei (qual) a sua visão sobre o Estatuto (da Criança e do Adolescente) e pergunto também a sua visão sobre direitos humanos, porque a concepção e o movimento de direitos humanos, os defensores...

Sofrem um estigma danado.

...são associados à defesa de bandidos...

Todos os movimentos libertários do mundo inteiro, todos os seus idealistas sofreram. O movimento antiescravagista, o movimento da Revolução Francesa, o movimento da libertação do nazismo e fascismo... "Não, vocês são doidos. Deixa aí"... Na verdade, o novo dói. O novo, que é novo, até ser construído, até ser elaborado na mente de algumas pessoas, dói. Pensar já dói, principalmente pra 90% da humanidade, e eles entenderem que existe uma coisa nova querendo esclarecer uma verdade antiga... Onde foi que já se viu um país precisar de um Estatuto do Idoso pra respeitar o idoso? Não precisava nem de lei nem de estatuto o que é inerente da própria sociedade humana. Eu jamais imaginava que o Brasil precisasse de um estatuto pra respeitar idoso. Todo dia tem agressões na fila do banco, na fila do ônibus, no tratamento do aposentado; a falta de respeito é grande. E então, pra que os direitos humanos sejam introjetados na mente da gente, vai demandar um tempo. Todo dia, o sol faz um esforço enorme pra brilhar contra a escuridão, mas vence. Então, a minha esperança é isso, que a luz vai se fazer sentir; a gente pode até nem sentir o brilho dela, mas ela virá.

Existe uma briga entre os programas pra dizer quem tem mais audiência. Cada um diz que tem a maior audiência.

Nós temos os números diários. A gente não pode fugir dos números do IBOPE.

O Barra está em que posição?

Parece uma gangorra. Na semana passada, nós chegamos a ficar em primeiro, na frente da própria Globo. É incrível como há muita variação. Flutuação danada.

O quadro "Mão amiga" deixou de ser feito?

Continua. Ele tinha deixado de ser feito, mas continua. Foi dado um tempo para que a gente possa também filtrar os pedidos.

Pois é... Não caracteriza muito assistencialismo?

Dependendo da nossa visão. É preferível ter esse tipo de atenção do que não ter. Tem casos que, se tiver alguém na tua rua sofrendo, aí tu diz que não vai fazer nada porque “não quero assistencialismo?”. Eu sou contra assistencialismo, mas há casos, é por isso que a gente filtra muito, de extrema necessidade. Alguém precisa de um atendimento médico no sentido de procurar atendimento médico extra, raro. Passou um dia desse uma senhora que precisava de um tratamento só (disponível) na Alemanha. Ela ia pedir a quem, gente? Aí, nós colocamos no ar. Por isso que é muito filtrado agora, pra evitar aquela história que você fala de chegar sempre aos locais: “Ah, a tadinha, tá com fome...”. Tenho pavor a coisinha miudinha, “tadinha, pobrezinha”; essa “coisinha” minimiza as pessoas.

Se você pudesse fazer o Barra da forma que quisesse, como seria um programa policial ideal? Ou seria outro tipo de programa? Se você pudesse intervir, de que maneira faria?

O programa ideal, eu não saberia lhe dizer, mas eu faria ajustes no sentido de que a gente poderia ter um foco na reportagem policial com mais empenho em associar não apenas o lado de ouvir a Polícia, mas de um caso desses, aprofundá-lo: um menino que, de repente, é preso se viciando no crack... Todo dia nós vamos ter dez, 20, 30 casos durante o mês. Mas que história tem esse menino a contar? De que modo ele chegou até isso? Onde vive a família? Qual é o compromisso dessa família em relação a ele? Que estrutura tem o bairro, a área, a comunidade onde ele mora, no sentido de ter um espaço, de equipamento cultural, que possa levá-lo a ter muito mais atenção por uma atividade cultural do que por uma droga? Mas você sabe que isso demanda tempo. Um programa policial diário não é como um Fantástico (revista eletrônica dominical da TV Globo desde 1973), que tem uma equipe no país inteiro pra fazer, semanalmente. Nós temos uma equipe que faz das tripas coração, fazendo diariamente um programa de uma hora e meia pra trazer todas essas informações. Uma outra avaliação que faço é de que a violência vai se estender ainda por um bom tempo, não sei até quando, e vai exigir dos órgãos de comunicação esse tratamento para que a sua visibilidade não possa afetar ainda mais a própria sociedade. O Jornal Nacional (telejornal da Rede Globo no ar desde 1969) hoje, se você abrir (a página na Internet), dedica dois blocos a notícias de violência. É mal do Jornal Nacional? Não. É mal do país, mal da sociedade humana, é mal da Terra, que vem atravessando um momento muito difícil. Essa minha visão cósmica da coisa, é por isso que eu estou ainda aqui, no Barra, porque tenho também a certeza de que, ao transpor essa onda, a gente vai adentrar num terreno muito melhor, que isso tudo é passageiro. Nós vamos passar por isso rapidamente, e vamos ter que reordenar todas as ideias nossas.

Você acha que seria possível garantir outro tipo de abordagem e continuar tendo audiência?

Não sei até que ponto. A humanidade transformada vai exigir o cumprimento de produtos melhores. Ainda me lembro que eu cresci comprando o pão numa padaria onde era mais próximo lá de casa porque a padaria da qualidade ficava muito distante, mas no dia que eu me mudei e que vi que tinha uma padaria melhor, eu procurei o produto melhor. Questão de oferta e também do próprio público. Ele, aos poucos, vai selecionar e se acabar (programa policial), ainda bem.

[ENTREVISTANDO Edson Silva

Você fez história no rádio e quase se elegeu prefeito de Fortaleza com esse perfil de comunicador muito popular. O seu ingresso no rádio se deu exatamente quando?

Eu tinha 15 anos. Eu trabalhava num banco e o dono do banco também era dono da Rede Iracema de Rádio. Num aniversário, também de 15 anos, da Rádio Iracema (inaugurada em 1948), houve um grande show em praça pública, uma grande festa, um coquetel e, no fim do show, o dono da rádio, o José (Barreto) Parente, ficou ouvindo a rádio e notou que a rádio estava sem locutor. O locutor do horário também participou do coquetel, parece que bebeu demais e ficou sem condições de apresentar o programa, e a rádio ficou só com música. O dono da rádio pediu que eu subisse ao estúdio – e eu nunca tinha entrado num estúdio de rádio – e apenas desse o nome da rádio e a hora: “Iracema, 19 horas, 20 horas...”, “Iracema, 20h30min”, “Iracema, 21 horas”...

E aí eu fiquei até meia-noite, encerramento da (programação da) emissora. E o dono da rádio ficou ouvindo e no outro dia me disse que eu estava empregado no rádio também. Ele achou que a minha voz era uma voz para o rádio. Então, eu fiquei no banco e no rádio, com 15 anos. A questão da popularidade é porque eu comecei a botar o ouvinte pra falar também. Naquele tempo, não era comum e não havia a participação constante do ouvinte. O ouvinte participava por carta, pedia música. Eu comecei num programa de dez (horas) à meia-noite, cujo nome era *A hora é de som*, a ouvir o ouvinte. Eu já fui me enquadrando no radiojornalismo, não no rádio disque-jôquei, como era comum na época. Eu fui implantando ali o radiojornalismo, o musical com síntese de reclamações. Então, ao invés de perguntar “Qual é a música?”, eu perguntava “Qual é o problema do seu bairro? Qual é o problema da sua rua?” e, conseqüentemente, a cobrar diante da reclamação daquele problema a ação da autoridade municipal, estadual, para a solução. Então, a partir daí foi que veio uma intimidade maior minha com o ouvinte, com o povo, o que me fez chegar à política também.

Quando você se candidatou a deputado pela primeira vez, trabalhava em que rádio?

Numa campanha, em menos de seis meses, eu saí da Rádio Uirapuru (inaugurada em 1956), passei pela Rádio Dragão do Mar (fundada em 1958) e fui para a Rádio Cidade (inaugurada em 1982). Dava pra prejudicar qualquer campanha, não é? Mas, graças a Deus, era de imediato o acompanhamento do ouvinte na rádio que eu estava trabalhando. Eu tinha uma grande audiência na Uirapuru, consegui transferir essa audiência para a Dragão do Mar e, conseqüentemente, com a minha ida para a Rádio Cidade, houve também o mesmo índice de audiência. Além da audiência, a credibilidade pelo que eu falava, pelo que eu reclamava. Então, em 1986, eu me candidatei a deputado estadual e fui o segundo deputado mais votado.

E em 1988, você já estava...

No parlamento, eu procurei realizar um trabalho não igual, mas assemelhado com o jornalismo,

Edson da Silva é radialista e apresentou o programa *Cidade 190*, da TV Cidade, até 2010, quando conquistou um mandato pelo PSB para a Câmara Federal, onde já ocupou uma cadeira entre 1991 e 1999, assumindo como suplente a vaga de um titular. Deputado estadual eleito em 1986 pelo PDT, em 2006 ele conquistou novo mandato na Assembleia Legislativa pelo extinto PFL, então Democratas, depois de ter sido filiado também ao PSDB. Nascido em 9 de maio de 1949, em Fortaleza, Edson Silva começou a trabalhar cedo, no Banco Popular do Brasil, e começou como comunicador aos 15 anos, na Rádio Iracema. Passou pelas rádios Uirapuru, Dragão do Mar, Verdes Mares e Cidade. Na televisão, começou pela Rede Bandeirantes, como apresentador de telejornal local, mas se notabilizou mesmo como âncora do *Cidade 190*, a partir de 2005.

trazendo os problemas do povo para dentro da Assembleia. Uma, duas vezes por semana, eu ia à tribuna falar a linguagem do povo: “Ó, o povo está reclamando isso, o povo quer isso”. Eu passei a ter dois microfones: o microfone da tribuna da Assembleia e o microfone da rádio.

Você acredita que esse...

Não, não foi uma vontade minha; foi uma pesquisa popular. Eu até que fiquei surpreso. Eu estava no Estoril (restaurante construído nos anos de 1940 na Praia de Iracema), uma noite de sexta-feira qualquer, quando o jornalista Rogaciano Leite (Filho, falecido em 1992) me deu a informação: “Olhe, tem uma pesquisa da Universidade Federal do Ceará e você está disparado para prefeito”. Aí me acertei com o partido (PDT) e toquei a campanha. Perdi para o Ciro Gomes – eram oito candidatos – com 0,02% de diferença; uma disputa muito acirrada.

E o seu ingresso na televisão se deu quanto tempo depois?

Eu nunca tive muita vontade de (trabalhar em) televisão; eu tenho afinidade maior com o rádio. Eu já tinha tido uma experiência que não gostei da televisão. Quando foi inaugurada a TV Uirapuru (em 1978), que era da Rede Uirapuru de Rádio, em 1984...

Mas permaneceu muito pouco tempo no ar...

Acho que uns dois anos... A TV Uirapuru fazia cadeia com a Rede Bandeirantes de Televisão. Então tinha que ter o jornal da Bandeirantes local e, de imediato, olharam assim: “Você vai apresentar o jornal da Bandeirantes. Tem paletó?”, “Tenho não”, “Então, vai lá no (shopping) Center Um, na Ocapana, e tira lá um paletó, uma camisa e uma gravata”. E eu fui ao ar assim, de improviso. Naquele tempo, não podia mostrar o papel que estava lendo...

Mas vocês já tinham teleprompter?

Eu tenho problema de vista, eu não alcanço (a leitura).

Você não usa o teleprompter?

Não, não, não. Eu faço o Cidade 190 de improviso. Eu não leio, não dá pra ler... Na TV Uirapuru, eu estava lendo no papel e, quando eu terminei de ler a notícia, o papel enganchou e não ia nem prum lado e nem pro outro, aí eu meti o dedo na boca e passei o papel – aquela mania de molhar o dedo pra contar dinheiro, talvez por ter trabalhado em banco...

Mas você foi repreendido por isso?

No momento, o dono da televisão ficou muito irritado, mas a esposa dele estava ao lado e disse que foi uma coisa muito bonita que ela viu (risos). Eu não queria (trabalhar em) televisão (naquela época), como eu não queria quando o Miguel Dias (presidente do Grupo Cidade de Comunicação) me chamou (mais recentemente).

E esse convite para a TV Cidade foi quando?

Veio na ausência do Ferreira Aragão, quando foi disputar (um mandato) para vereador (de Fortaleza, em 2004). O Miguel me colocou no ar também assim, aos atropelos, mas deu certo; conseguimos durante muito tempo o maior índice de audiência de televisão, esse Cidade 190.

Os programas disputam muito, brigam muito; cada um diz que tem a maior audiência...

Nem no rádio nem na televisão, eu, com a minha voz, levei ao ar essa questão do primeiro lugar, do melhor. Eu acho que isso, às vezes, queima. Você nunca deve dizer que é “o bom”, que é “o melhor”, que é “o mais ouvido”; deixa que o povo te escute, que o povo te veja. Eu nunca disse e nunca concordei: “Furo de reportagem”, “Exclusividade”... Bota a matéria no ar, e falo o fato.

Você pode não dizer muito, mas chega a dizer...

Não. A televisão é que se diz. Eu acho meio pernóstico isso.

Como é que se comporta a audiência do Cidade 190 frente aos outros programas do horário?

Continua líder, líder mostrado pelo IBOPE. Se você publica no jornal que está em primeiro lugar, e não está, o IBOPE protesta; você está prejudicando uma outra emissora.

Vamos falar agora sobre o programa. Há muitas referências à violência na abertura, no cenário e no próprio discurso dos apresentadores. Esse discurso e essa estética que valorizam a violência não só fazem contribuir para uma sensação maior de insegurança da população?

Em parte, eu concordo com o que você diz, mas é o jornalismo, é o real, é o fato que está acontecendo. Eu sempre imprimo uma linha de trabalho da seguinte maneira: vamos questionar as causas da violência. Eu não vou ao ar simplesmente pela violência, eu quero saber as causas da violência. Você dá a notícia, tem que mostrar... Um pedaço de gente, uma cabeça prum lado, o braço pro outro, a perna pro outro; isso é chocante, mas é o fato. O Jornal Nacional também dá isso! Quando está em queda de audiência, bota três, quatro matérias policiais e recupera a audiência. Agora, a que é que eu me agarro? Por que a violência? Por que temos tantos jovens vítimas do tráfico de drogas? O Brasil nunca foi produtor de cocaína e é hoje o maior consumidor de cocaína. Como é que essa cocaína chega aqui? De onde é que vem? Da Colômbia e da Bolívia. Por que vem? Porque as fronteiras do Brasil, diante desses dois países, são escancaradas, e há até um fechar de olhos para que o crime passe por ali. O Brasil tem uma facilidade muito grande do alcance dos jovens às armas, à munição e à droga. É o que está matando o povo.

Você não acha que há uma superexposição de corpos, superexposição de sangue?

Eu acho que sim.

Exploração do sofrimento das pessoas, desrespeito à dor dos parentes? Os parentes são entrevistados na frente dos corpos dos entes queridos.

É uma realidade. O que eu nunca concordei é debochar. Eu não debocho de preso, porque ele tem mãe, tem pai, tem família. Eu apenas sou rigoroso no cumprimento da lei, eu quero a aplicação da lei. Eu sempre me debati contra a impunidade...

Qual a sua visão sobre a legislação penal?

Olha, existem muitas falhas, muitas falhas nos inquéritos e na aplicação da lei. No Ceará, nós temos aproximadamente 40 mil presos que deveriam estar na cadeia e estão em liberdade, porque a Delegacia de Capturas não tem como procurar e prender esses camaradas. E nem teria espaço pra recolhê-los. As penitenciárias estão lotadas. Os juizes já não querem que levem mais presos para as penitenciárias. Onde colocar os presos? O desequilíbrio social deste país concorre para o aumento da violência, o exemplo que vem do andar de cima concorre para a violência. Os exemplos que vêm do andar de cima é que têm que ser combatidos dentro do programa policial. A impunidade, a falta da aplicação da lei, o envolvimento de policiais com o crime, de autoridades com o crime, isso é que tem que ser levado para o programa policial, não só as cenas chocantes dos episódios, de tiroteio, de violência. Eu até que desprezo o corpo da vítima no chão. Eu vou mais em cima dessa questão das causas da violência, da impunidade.

Alguns apresentadores defendem mudança na legislação, o endurecimento da legislação...

A lei é muito rígida, só que é ou mal interpretada ou mal aplicada. Matou? Tantos anos de cadeia, trinta anos de cadeia, pena máxima. Mas, aqui, muitas vezes, há também o questionamento aos advogados. O advogado, ele tem um papel importantíssimo perante a sociedade, que é defender os direitos do cidadão, mas muitas vezes se confunde com o criminoso. O advogado manda o criminoso mentir, forja provas para livrar o criminoso, e aí passa o advogado a ser criminoso também. A (TV) Globo mostrou um dia uma coisa que chocou o Brasil: um advogado falando

no ouvido do criminoso: “Olha, falsifica aí a tua assinatura”. Quer dizer, quem é o criminoso? É o bandido falsário ou o advogado bandido? Nós temos casos de bandido que pratica o crime e é preso; de imediato, o advogado chega à delegacia primeiro de que ele (preso). Todo bandido, assaltante, ladrão tem um advogado com telefone; a amante tem aquele telefone, a esposa tem telefone, ele (preso) tem telefone. Então, praticamente, o advogado está à disposição do crime.

Essa sua avaliação não se confunde com que o preso não tenha direito à defesa?

Não. Ele tem direito à defesa, mas qual é o papel do advogado? Defender o seu constituinte com verdade, para que ele tenha uma pena justa. Mas grande parte dos advogados quer inocentar o criminoso, o que é um crime! O criminoso confessa para o advogado e o advogado diz: “Não confesse!”. O preso não mente para o advogado.

Alguns programas falam do Estatuto da Criança e do Adolescente, que protege adolescentes, que muitos crimes acontecem porque eles não são responsabilizados. O que você acha?

Olha, eu não tenho crítica nenhuma a Estatuto, eu tenho crítica à falta da aplicação da lei. O Brasil é o país que mais tem leis, mas é o país que mais desrespeita suas leis. Sabedor que o menor é inimputável, o bandido maior prepara o menor para praticar crime. Então, nós estamos diante de um quadro: o menor está praticando crime, usando droga, matando. O que fazer com ele? Deixá-lo em liberdade porque é menor ou livrar a sociedade da sua ação criminosa? Deveria estar na escola, não teve escola; deveria ter família, não tem família; se tem família, deveria ter uma família ajustada, uma família sadia, não tem – muitas vezes, a mãe é prostituta, vai prum lado ganhar dinheiro; o pai é traficante, vai pro outro praticar crime. O asilo da família passa a ser a escola do crime. Ele vê o pai chegar com produto roubado, vê a Polícia atrás do pai para prendê-lo, vê a mãe se prostituindo. Então, esse jovem vai com facilidade arrastado para o mundo do crime. O traficante lhe oferece vantagem, dinheiro, financia compra de moto, que é o que encanta grande parte da juventude, mas não podemos deixar na impunidade. Claro que não pode ser uma penitenciária, como estão os maiores, cumprindo (pena)... Nas casas de recuperação de menores em conflito com a lei tem uma coisa que você fica em dúvida: o menor que feriu alguém, que estuprou, que esfaqueou, que praticou tentativa de homicídio ou que matou, por ser menor, vai pruma casa de recuperação e tem cama pra dormir, pátio pra brincar, campo pra jogar, uma despensa que poucas casas da sociedade de classe média têm: doce, biscoito, bolacha, Nescau, Toddynho, arroz, feijão, carne; tem assistência social, trabalhos educativos. Então, quando ele sai dali, ele volta pra onde? Pruma favela que não tem água pra beber, comida pra comer, que não tem aquilo de conforto que tinha dentro da casa de recuperação do menor.

Você acha que não deveria ter?

Eu acho que deveria ter, mas, quando ele sair dali e voltar pra favela, ele quer voltar para ali de novo; então, ele não vai se afastar do crime.

Você lembra quais foram esses centros? A gente faz um monitoramento e vê nesses centros que eles mais se assemelham aos presídios para os adultos.

Tem que ter grade.

Tem grades.

Tem que ter.

A gente não vê esse conforto...

Eu vi; eu entrei em todos eles: (centros educacionais) Patativa do Assaré, Aloísio Lorscheider... Eu entrei; o deputado Artur Bruno... Agora, o problema grave nas casas de recuperação desses menores é na hora de dormir. Na hora que eles estão ali no pátio, espaço amplo; na hora de dormir, a superpopulação já é grande, já complica. Aí tem dois, três dormindo num pequeno

compartimento, às vezes disputando o mesmo colchão, mas, durante o dia, no pátio, não dá essa impressão. Agora, nós estivemos também na hora do recolhimento; eu e o Artur ficamos até o momento em que eles iam se recolher. Tem que recolher? Tem. Tem que recolher porque ele está ali uma fera! Ele é um menor, mas ele está num processo de envolvimento com o crime! Ele agride até os agentes que trabalham na recuperação deles. Quantos agentes que trabalham na recuperação desses menores já sofreram tentativa de homicídio?

Uma crítica parecida à que é feita ao Estatuto da Criança e do Adolescente é em relação aos direitos humanos. Qual a sua visão sobre os direitos humanos?

Eu sou a favor dos direitos humanos; agora, nós temos que priorizar as ações dos direitos humanos. Dom Aloísio Lorscheider, quando foi sequestrado, estava dentro de um presídio. Ele foi ao presídio beijar os pés dos presos, aquele lava-pé, e lá foi agarrado e quase morto. Ele, o Mário Mamede... Depois, numa conversa com Dom Aloísio, eu perguntei: "O senhor foi lavar os pés, beijar os pés daqueles que mataram o marido da viúva. O senhor já foi à favela beijar os pés, lavar os pés das viúvas?". "Não, mas é porque...". "Tem que ir também, Dom Aloísio". Eu sou a favor dos direitos humanos, mas tem que ter uma linha de prioridade de ação. Primeiro, a quem é que nós vamos olhar? O condenado ou a família da vítima?

Então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider foi tomado como refém durante motim de presos em uma das visitas da Pastoral Carcerária ao Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), no dia 15 de março de 1994. Entre os reféns, também estavam o bispo auxiliar, Dom Edmilson Cruz, e o deputado estadual Mário Mamede. Libertado após 20 horas, o arcebispo voltaria ao presídio 15 dias depois, numa Quinta-Feira Santa, para a cerimônia de lava-pés com os presos.

Mas você não acha que há uma deturpação da atuação dos direitos humanos, como se só servissem a determinados segmentos?

Tem muita gente falando em direitos humanos sem saber o que são direitos humanos. A Carta dos Direitos Humanos Internacional é muito ampla, vê a questão da desumanidade com o cidadão, com a pessoa, com a criança. Nós temos pessoas que têm os direitos humanos feridos gritantemente na periferia, morando dentro da lama, com fezes dentro de casa; temos crianças que não vai alcançar dois anos de vida, vai ser morta, contaminada por doenças, porque ela está ali perversamente sendo sacrificada numa área inabitável; e os direitos humanos têm que ir lá.

Voltando à questão da legislação, você, em uma das edições do programa, chegou a propor que se tirasse a visão dos autores de crimes hediondos. Você não acha que é um excesso?

O autor do crime hediondo tem que pagar a maior pena possível. Um camarada que entra numa casa e mata uma criança e mata a mãe que está dormindo, que tipo de pena se deve dar a esse cidadão? Eu acho que ele deveria ser condenado e deveria ir trabalhar pra pagar com seu trabalho o seu sustento dentro do presídio, porque, se os presídios são hotéis, têm comida, quatro refeições por dia; se o almoço é frango hoje, se amanhã for frango, eles quebram tudo, queimam tudo; e o cidadão, na favela, às vezes come frango dez dias e no dia que não come é porque não tem pra comer... Mas o preso tem que ter pra comer, e eu concordo, ele está sob a tutela do Estado; o Estado vai trabalhar a sua recuperação, então ele tem que ter alimentação, tratamento, médico, dentista. Agora, o autor do crime hediondo tem que pegar uma pena máxima.

Qual seria a pena máxima que você propõe?

Olha, às vezes, levado pela emoção de ver uma família sacrificada nas mãos do bandido, eu chego a pensar em pena de morte. Tem outros países que têm pena de morte; a Igreja já teve pena de morte, já mandou matar aqueles que não seguiam a sua linha...

Mas isso justificaria a aplicação dela?

Noutros países, nos Estados Unidos, o país mais civilizado do mundo, mais democrático do mundo, tem pena de morte. O Brasil não pode nem pensar em ter pena de morte! Agora, eu já ouvi

muita gente defendendo os direitos humanos e contra a pena de morte! Como eu vi uma autoridade: “Não, a pena de morte...”. Mas no dia que entraram na casa dele, estupraram as três filhas dele e mataram a mulher, ele foi ser a favor da pena de morte. Agora, eu acho que aqui no Brasil, se os ricos não estão na cadeia, jamais os ricos seriam sentenciados com a pena de morte. Só os pobres; por isso, votei contra. Veja que eu me justifico pela emoção que me abraça; no momento que eu estou diante de uma cena chocante, eu grito pela pena de morte e, como deputado federal, votei contra a pena de morte na lei do Amaral Neto.

O deputado federal Amaral Neto (1921-1995) apresentou, em 1988, o projeto de emenda constitucional que instituía a pena de morte no Brasil. Em 1995, foi pedido arquivamento da proposta, sob o argumento de inconstitucionalidade.

Por falar em morte, é muito frequente você justificar mortes em função de...

Eu não concordo que o policial mate o bandido. O papel do policial é prender, desarmar, algemar o bandido, se for preciso, se houver revolta, e levar para a autoridade, que é o delegado. Agora, se o bandido está armado e vai matar o policial, eu prefiro o policial vivo.

Você chega a dizer que ele está no estrito cumprimento do dever legal...

E é a lei que diz que, quando um policial mata um bandido na ação policial, mata pra não morrer, está no estrito cumprimento do dever legal. Você pode matar em legítima defesa, a lei prevê. Você está chegando na porta da sua casa, aí tem um filho de quatro anos e um camarada arrancando a cabeça do seu filho, estrangulando; você é tomado pelo choque da violenta emoção e mata a pessoa que está matando o seu filho. Você não praticou um crime, defendeu o seu filho.

Mas, no caso dos policiais, eles não devem ser preparados exatamente pra evitar...?

Devem ser preparados para evitar a morte, mas, se o policial se vê diante da morte, ele tem o direito de matar. É a lei, não é o Edson Silva que quer. Assim está no Código Penal.

Apesar desse discurso com muitas referências à violência, os apresentadores falam muito em Deus. Qual sua orientação religiosa? E a do vereador Vitor Valim?

Sou católico. Ele é mais católico do que eu.

Em relação à segurança no Ceará, os índices de violência mostram que, de fato, vivemos uma situação grande de insegurança. No entanto, a impressão que se tem é que os programas supervalorizam essa questão. Qual a avaliação que você faz da questão da segurança?

Eu, às vezes, prefiro levar ao ar uma questão social do que uma questão de violência. Devido a minha eleição para deputado federal, vou ter que ir para Brasília, me ausento da apresentação do Cidade 190, ficam o Evaldo Costa e o Vitor Valim (como apresentadores); e eu estou fazendo comentários no encerramento do programa, falando só sobre as questões sociais, que é uma violência também que poucos olham; poucos olham para a falta da aplicação dos direitos.

A gente tem visto que os apresentadores estão tendo uma preocupação maior em discutir problemas da comunidade... O que faltaria para ampliar esse foco e diminuir o foco na questão da exibição dos corpos, de mostrar a violência em si, e focar mais nessa questão que você colocou, que prefere discutir a causa da violência?

Você faz um programa policial, quer levar ao ar as imagens de sangue, às vezes falta matéria. Quando (prefere) as questões sociais, sobram matérias; as questões das desigualdades. Se nós formos à (Avenida) Beira Mar, encontraremos dez, 15, 20 garotos, (de) cinco, seis, oito, dez anos, que fazem da lata do lixo o local de retirada dos seus alimentos; um pedaço de papelão, o travesseiro pra deitar num banco ou debaixo de uma marquise. Esse quadro está lá! Eu fui presidente do Conselho Estadual de Segurança por um tempo, e o Conselho Estadual de Segurança fica num prédio na Beira Mar, e me chocava quando eu chegava e via os mirins, os jovens, as crianças abandonadas, cheirando cola, fumando crack; passam entre os policiais, entre

a população, ninguém olha. Eu fiz uma reportagem uma vez dentro de um presídio; (tinha) um homem lá chamado “Matador”, acusado de matar cinco ou seis. “Como é que foi sua infância? Claro! O seu fim de vida eu estou sabendo, você matou cinco, está preso aqui, vai condenado aí a mais de 30 anos, vai morrer na cadeia, mas como foi a sua infância?”. “Não conheci meu pai; minha mãe vivia no curral, no Arraial Moura Brasil”. Não teve escola, nunca estudou; ia mandado pela mãe: “Vai, menino! Vai buscar o que comer aí na rua!”. Ia pras portas de restaurantes pegar restos de comida. Que escola é essa? O que nós vamos exigir que esse garoto seja mais tarde – Um jornalista? Um parlamentar? Um engenheiro? Um médico? – se ele foi jogado assim às feras? Essa questão da violência invisível dá mais IBOPE do que a violência do pedaço de gente.

Há muitos problemas de informações mal apuradas, que levam inclusive a divergências entre fonte, repórter e apresentador, precipitações, prejulgamentos... Existe um planejamento na execução dos programas, uma rotina de se discutir, para uma cobertura mais qualificada?

Na TV Cidade existe isso, e eu lhe digo que nós não temos uma só ação por prática do crime de uma denúncia sem fundamento. Muitas vezes, eu, talvez pela experiência de 40 anos na atividade jornalística, quando vejo uma matéria, censuro: “Isso não tem fundamento; não acredito nisso”.

A gente vê muito nos programas o prejulgamento sem elementos ainda palpáveis...

Em muitos casos, acontece isso; não é o meu caso. Eu tenho muito zelo com isso. Nos 40 anos no rádio e na televisão, só sofri uma ação, que foi de um restaurante que a Defesa (Vigilância) Sanitária fechou por falta de higiene e eu dei a notícia, e o restaurante entrou com a ação contra mim. Nunca recebi: “Olhe, você disse que eu era criminoso e eu não sou; eu vou lhe denunciar”. Tenho o maior zelo com a notícia quando alguém é apontado como estuproador, porque é preciso provar; é um crime tão hediondo que, às vezes, os próprios presos matam o acusado, torturam. Eu tenho a preocupação também da falta de punição daqueles que fazem do carro uma arma. A coisa mais fácil é matar uma pessoa e ficar em liberdade; é só pegar o carro e passar por cima.

Por conta dessas dúvidas todas, você não acha que os programas policiais, inclusive o Cidade 190, deveriam ser mais cuidadosos em exibir a imagem...?

Eu acho que é o mais cuidadoso de todos – 99% das denúncias que vão ao ar no Cidade 190 não têm retratação, porque não tem motivo, e nós temos muito empenho em cobrar isso; nós cobramos das autoridades a punição para aquele que faz do carro uma arma.

Mas você não acha que o programa poderia ouvir mais o outro lado?

Às vezes, o outro lado não quer falar. Ninguém quer ser apontado, mostrar a cara como criminoso.

O programa tem um quadro que levanta vários problemas das comunidades e permite que o povo fale; inclusive faz, às vezes, até um resgate da história do local. Mas se limita a ouvir o povo, e aí nem ouve o outro lado, o poder público que está sendo questionado. A comunidade fica apenas com aquele espaço limitado pra colocar sua voz. Não tem uma resposta...

A questão é do tempo, o programa é ao vivo. Você vai na comunidade e chega lá, porque tem coisa que não precisa o povo falar, a imagem fala mais do que qualquer voz... Você abre as câmeras e mostra: “Está aqui o povo na fossa...” A Produção liga para o responsável: “Você quer falar sobre isso?”. “Não, não, não quero falar”. Não tem o que falar! Não tem ação! Não tem proposta, não tem projeto pra tirar o povo da fossa. Muitos não querem falar.

Mas o programa não poderia expor inclusive isso (que o outro lado se recusa a falar)?

Nós temos feito isso. Agora, muitas vezes, não dá pra no mesmo dia ouvir a reclamação e o cara que, às vezes, se nega a falar. Nunca querem falar na hora.

Esse quadro parece muito com campanha antecipada de candidato em eleição.

Aí é maldade sua e preconceito seu. Nós estamos fazendo um trabalho jornalístico. Eu comecei a fazer rádio com 15 anos; vim me candidatar já perto dos 40. Nunca disse isso no ar, mas estou dizendo a você agora: durante mais de 15 anos, fui a maior liderança de audiência no rádio, num programa chamado *Nos Bastidores Policiais*, e nunca me candidatei. Mas um dia alguém me chamou atenção: “Rapaz, você é uma pessoa adorada pelo povo, o povo acredita em você. Você poderia se fortalecer mais, na sua ação de combate a isso aí no rádio, dentro do parlamento.”

Mas o quadro não parece com assistencialismo?

Eu estou dizendo que é preconceito seu e maldade sua olhar pruma televisão que mostra o povo atolado na fossa e depois vai ouvir a autoridade: “Não, existe um projeto de longo prazo pra solucionar...” Aí você achar que estamos fazendo política... É a sua leitura, não é a minha.

Você e o vereador Vitor Valim não fazem política no programa?

Não fazemos. É tanto que a lei, quando é perto da eleição, 90 dias (antes), nos bota fora do ar.

Mas o próprio material de campanha usa inclusive referências do programa, o cenário do programa como fundo da fotografia...

O (ex-presidente) Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), que conseguiu sair do governo com quase 90% de popularidade, só num mês, em 2010, gastou 1,4 bilhão (de reais) com rádio, jornal, televisão. O que era isso? Campanha? O Lula estava em campanha constantemente? Sendo entrevistado, mostrando publicidade até desnecessária... E ninguém fala isso! Agora, nós vamos a um bairro, tem lá o povo atolado na fossa, a gente mostra na televisão, isso é campanha? Não é. Isso todo mundo faz. Por que o Romário foi candidato a deputado federal? Porque era um jogador (de futebol)! Não vejam só na imprensa, nos apresentadores de programas policiais.

Eu estou fazendo esse questionamento pelo fato de ser uma concessão pública a televisão.

Mas não tem isso, não. É uma concessão pública? Estamos fazendo um trabalho público; agora, o fruto desse trabalho é que nos dá a popularidade de disputar uma eleição e ganhar.

Em relação ao quadro “Caso DNA”, você não acha que ele chega a ridicularizar a pobreza...?

Depende muito do repórter. Eu vejo o Vitor Valim até às vezes mandando suspender lá questões. O quadro da investigação de paternidade não tem a minha participação...

Eu queria levantar mais uma questão, em relação aos anunciantes. O Cidade 190...

Tem anunciante esperando pra ter vaga.

Representa quanto no faturamento da emissora?

Se eu disser isso, estou quebrando o sigilo comercial da empresa, e até porque eu não sei.

Uma curiosidade: por que o resultado da enquete não é divulgado?

Durante muito tempo foi divulgado. Um dia, foi feita a pesquisa se o povo queria pena de morte, deu 99% a favor; e a gente divulgava. Mas depois achamos que estávamos induzindo ao resultado.

Mas você acha que o programa deixou de induzir quando terminou (de divulgar o resultado)?

Eu nunca induzi ninguém a praticar crime.

Mas a responder afirmativamente ou negativamente...

Se você mostrar um pedaço da cidade totalmente destruído e leva ao ar uma pergunta: “A prefeita de Fortaleza (Luizianne Lins) é competente ou incompetente?”. 99% vai dar que ela é incompetente. Não precisa induzir.

[ENTREVISTANDO **Ferreira Aragão**

Você começou quando no rádio?

Eu comecei no rádio em 1975. Passei um bocado de tempo treinando. Aí tinha um concurso na Rádio Iracema, de Sobral, onde 90 pessoas disputaram e só tinha uma vaga de locutor. E, naquele tempo, era diferente: exigiam conhecimento, voz bonita, improviso, versatilidade. Eu tirei o primeiro lugar.

Você concilia hoje a atividade na televisão com a atividade no rádio?

Não. Gostaria muito de fazer rádio, mas, de certa forma, eu sou impedido.

Fez rádio até quando?

Eu fiz rádio até 2004, na Rádio Cidade, de Fortaleza.

E entrou na televisão quando?

Eu entrei na televisão em 2001.

Na TV Cidade?

TV Cidade. Eu já fazia pequenas participações na tevê, mas a minha estreia no Cidade 190, que foi criado por mim, foi no dia 10 de janeiro de 2001. Antes, eu já me apresentava como convidado especial, substituindo alguém esporadicamente.

E assumiu o Comando 22 quando?

Eu assumi no Comando 22 em 28 de junho de 2005. O programa foi iniciado por mim. Não existia o Comando 22. Nós, inclusive, começamos com o nome de Cartão Vermelho. Só que ele passou só dois meses no ar. Por quê? Porque nós tínhamos (transmissão via antena) parabólica e o programa entrava em São Paulo, numa cidade chamada Franca, e lá já tinha um programa chamado Cartão Vermelho. Eu criei o Cartão Vermelho antes da Record de Franca, mas eles quiseram partir pra confusão e nós resolvemos: vamos mudar o programa. Cartão Vermelho já dá uma conotação até de futebol, pode alguém confundir, vamos criar o Comando 22.

Você não tem formação em Jornalismo, tem formação na área de Direito...

O Jornalismo, eu adquiri. Quem fazia rádio em 1975, que foi o meu caso, quando a lei (que dispõe sobre a profissão de jornalista) foi criada, em 1978, abrangeu aqueles que já faziam comunicação. Como eu já fazia rádio, passei a me regularizar a partir de 1978, pelo direito adquirido. Eu sou formado em Ciências Contábeis e em Direito e pós-graduado em Direito Penal, mas a comunicação foi um dom que eu ganhei.

Mas você acha que a formação em Jornalismo é dispensável pra apresentação de um programa policial?

Totalmente. Noel Rosa já dizia que se aprende samba no morro. Não é preciso você ser jornalista com diploma. Se você puder, muito bem. Mas será justo a gente inibir um jovem talento que não teve oportunidade de cursar uma faculdade? Ou então uma pessoa que tem um talento nato, mas não teve uma oportunidade na vida? Um

Raimundo Nonato Ferreira Aragão

apresenta o programa Comando 22, da TV Diário. Nascido em Sobral, no dia 14 de fevereiro de 1958, foi lá onde começou a carreira como radiologista, profissão que exerceu mais tarde, nos anos de 1980, em Campinas e Americana (SP) e Salvador (BA). Em Fortaleza, trabalhou na Rádio Dragão do Mar e Rádio Cidade AM, na década de 1990. A incursão na televisão começou em 2001, como o primeiro apresentador do programa Cidade 190. Em 2005, depois de uma passagem rápida pela TV União, inaugurou o programa Comando 22. Deputado estadual reeleito para um segundo mandato em 2010, pelo PDT, também foi vereador de Fortaleza eleito em 2004. Ferreira Aragão é formado em Ciências Contábeis e Direito.

O compositor carioca Noel Rosa (1910-1937) escreveu na canção Feito de Oração que "ninguém aprende samba no colégio" e que "o samba na realidade não vem do morro nem lá da cidade", ele "nasce no coração".

Patativa do Assaré, por exemplo, seria justo impedir a entrada dele numa universidade, quando era um sábio natural? Então, se você puder, o ideal é que faça uma faculdade de Jornalismo. É diferente um jornalista formado na faculdade de Comunicação do jornalista formado na própria vida, porque esse que foi formado na faculdade vai ter técnicas que o outro, que só tem um saber natural, não conhece. Então, se você puder fazer Jornalismo, melhor ainda.

O poeta popular cearense Antonio Gonçalves da Silva (1909-2002), nascido em Assaré, teve a obra estudada na Universidade de Sorbonne, na França, a partir dos anos de 1970. Mesmo semiletrado, Patativa recebeu o título de doutor honoris causa das universidades Regional do Cariri (1989), Estadual do Ceará (1999), Federal do Ceará (1999) e Tiradentes de Sergipe (2000).

Em relação aos programas policiais, especificamente ao Comando 22, o senhor diz que não faz apelo à violência. No entanto, há uma exposição muito grande de corpos, de sangue e referências à violência na abertura do programa, no próprio cenário e no discurso...

O motivo da violência que estamos vivendo é o consumo de crack. Antigamente, era o traficante matando o usuário; hoje, você vê mais duas situações: o traficante matando o mula, o avião, aquele que faz a comercialização da droga; e o traficante matando o traficante, lutando pelo território. Então, você tem três situações de morte: primeiro, o viciado, que não paga a conta do crack, paga com a vida; segundo, o próprio distribuidor, que é o aviãozinho, que não presta conta direito, que ele usou, consumiu a droga que ele devia vender e passar (o dinheiro) para o traficante, morre também; e outro, o traficante que mata outro traficante pelo domínio da área. O resumo é esse, é a violência que nós estamos vivendo hoje: 90% dos casos são provocados pela droga, pelo crack. O programa policial serve pra mostrar que o crime não compensa. Nós não fazemos apologia ao crime. Nós mostramos o bandido em três situações: no IJF (Instituto José Frota), gravemente baleado; na cadeia; ou no cemitério. Então, nós mostramos que o crime não compensa. Aliado a isso, dizemos: "Olha, esse garoto aqui, se tivesse numa sala de aula, não teria sido morto, garoto de 14 anos". Se você observar, a faixa etária (das vítimas) está cada vez diminuindo. Nós começamos com 18, 17, 16, 15, 14 (anos); agora, estamos vendo menores de 13 anos assassinados.

Mas no que contribui para a discussão sobre a violência um discurso que repete expressões como "no Brasil, só vai no chibatozol", "do pescoço pra baixo é canela", "tolerância zero", "tem que botar pra arrear"?

Nova lorque usou chibatozol, tolerância zero. O que é chibatozol? É a aplicação da lei, é o endurecimento da lei.

Que medidas devem ser implantadas para que se endureça a lei, já que você acha que ela é branda?

O nosso Código de Processo Penal, que está sendo votado no Congresso (Nacional), vem mais leve; vem para o promotor conversar com o advogado, fazer o acerto sobre a pena e levar para o juiz referendar; vem enfraquecer.

No seu programa, você insinua que é a favor de medidas drásticas, radicais, como a pena de morte e a prisão perpétua. Qual sua opinião, de fato, em relação à pena capital?

Eu não sou a favor da pena de morte, porque a gente já teve uma experiência no Brasil, no período imperial, que não foi boa. Mas eu sou a favor, por exemplo, de uma prisão perpétua, onde o preso por um crime hediondo poderia pagar à sociedade com serviços e continuar em cárcere, como é nos países mais avançados.

Você citou o exemplo de Nova lorque como um sucesso no combate à criminalidade. No seu programa, você cita esse exemplo várias vezes. Numa delas, deixou bem clara sua visão sobre direitos humanos, dizendo: "Não tem esse negócio de direitos humanos lá, não. Lá a turma

acertava no meio dos olhos, no pé do ouvido, onde pegasse; o cara que viesse dos direitos humanos levava também a pancada na cara". O que você pensa sobre os defensores dos direitos humanos?

Eles têm que mudar a maneira de agir. Se você fizer uma pesquisa, hoje, sobre "direitos humanos", ninguém gosta, ninguém acredita, porque eles trabalham de forma errada: nunca estão lá na hora que o policial é baleado, nunca estão lá quando a criança levou um tiro de bala perdida, não estão lá quando a senhora é acidentada, nunca estão lá quando há uma injustiça com um cidadão de bem. Eles estão lá quando um bandido leva um tabefe, quando um bandido leva um empurrão. Os "direitos humanos" trabalham muito ruim. Eu sou a favor de que devem existir os "direitos humanos", mas a modalidade de trabalho deles é que é condenável. Eu não estou criticando a existência dos direitos humanos, eu estou criticando o trabalho das comissões de direitos humanos. Eles têm que mudar a maneira de trabalhar; eles têm que ir em defesa da vítima e não na defesa de sanguinários, estupradores, bandidos contumazes, perigosos da pior qualidade. Na sua grande maioria, é isso que eles fazem.

A concepção de direitos humanos é aquela que busca os direitos humanos não para uma pessoa, mas para todo mundo. Todo mundo tem que ter acesso a direitos, independente de ser uma pessoa que está sendo acusada de um crime. O que você pensa disso?

Quem pensa assim está excelente. Na prática, não funciona desse jeito. O que a gente vê: as comissões defendendo bandido.

Então, eles não têm que ter acesso a direitos?

Já tem muita gente pra defender os direitos dos bandidos. Quem foi na casa daquela garota (Alanis), que foi estuprada e assassinada no Conjunto Ceará (em janeiro de 2010)? Quem foi na casa daquele garoto (Bruce), que foi assassinado pelo Ronda do Quarteirão (em julho de 2010)? Quem foi na casa do soldado Santos, do RAI0 (Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas), que fez uma abordagem mal feita e foi morto por bandidos (em julho de 2009)? Quem foi dos direitos humanos que foi lá? E outros e outros casos (em) que eles não vão lá. O que nós queremos é um peso e uma medida só. Que o bandido tem direito de ter uma defesa, tem. Não estamos aqui pra cercar isso, não. Só achamos que o cidadão de bem, que o desvalido, que a pessoa que precisa-tenha também o mesmo direito, e ele não tem esse direito; pelo menos, a gente não vê. Pode ser que, um dia, o bandido tenha o mesmo tratamento do cidadão.

Mas você reconhece que o noticiário policial às vezes se excede, inclusive em julgamentos, avaliações precipitadas, sem que haja os elementos concretos para incriminar alguém?

Eu nunca faço isso. Eu estudei, sou pós-graduado em Direito Penal e conheço o elemento chamado presunção de inocência. A presunção de inocência é quando uma pessoa é acusada, não tem provas e você não pode chegar e condenar a pessoa, você tem que dar direito àquela pessoa de se defender. No final, é que você vai saber, depois de julgado, se ele é culpado. No Comando 22, nós não mostramos a pessoa que é acusada de um crime e existe ainda a possibilidade de uma presunção de inocência. Nós não dizemos nada, não acusamos. Agora, um bandido condenado a 24 anos e seis meses por estupro e assédio sexual, e esse mesmo homem já assediou e estuprou dez mulheres... Mostro ou não mostro a cara dele? Posso dizer que ele é bandido ou não? Tem alguma dúvida? Nenhuma. E depois que nós mostramos a cara dele no programa, sabe quantas mulheres apareceram? 15. Tem mais: se a gente não mostra a cara do bandido que estuprou e matou a Alanis, e já era conhecido da Polícia, julgado e condenado, ele estava, numa hora dessa, livre e fazendo várias vítimas. Ele agia de forma calada, elemento frio. Foi graças à aparição dele na televisão, no jornal, que houve a prisão.

Mas você não acha que às vezes há uma banalização da imagem das pessoas?

Nenhuma, nenhuma. Essa conversa de banalização é papo furado. Isso é gente que não tem o que dizer. Essa história de banalização é fuleragem, isso é conversa véia besta. Isso não existe. Banalização de quê? Que banalização? Inventaram essas palavras véia de “banalização da violência”... E o que está acontecendo na favela? E a criança que está nascendo no crime? Por que é banalização da violência? Mostrar um acontecimento? A violência crescente que a gente tem que frear? Banalização de violência é conversa pra boi dormir.

Você tem essa mesma avaliação sobre a exploração do sofrimento das pessoas nos programas policiais?

Se você mostra uma pessoa morta e uma pessoa chorando, é exploração de sentimentos? Vai ter uma pessoa chorando do lado do corpo. Não tem como separar. Como é que tu vai evitar isso? Isso é exploração da violência?

Mas o que se percebe são entrevistas, que mais parecem longos interrogatórios, com familiares que acabaram de perder um ente querido. Isso não caracteriza um desrespeito aos familiares?

Não. Ao contrário, a família, às vezes, está falando pra ver se alguma vítima viu, alguma pessoa viu, uma testemunha viu, pra ajudar na elucidação do crime. A família está ali dizendo da indignação.

Em relação à participação de crianças e adolescentes na violência, você defende o trabalho infantil e adolescente como uma medida de prevenção...

E eu cito o meu exemplo. Sou muito grato ao meu pai. Comecei (a trabalhar) aos oito anos e sou defensor de que o homem tem que começar quanto mais cedo, melhor. Nós temos que mudar a lei. Vocês prestem atenção (para) antes de 1988, como era; e depois, com essas modificações da Constituição Federal, como piorou a situação. Nós tínhamos um chefe de gangue no (Conjunto) São Miguel com 14 anos de idade, que o fuzil era maior do que ele. Ela está proibido de trabalhar, mas não está proibido de ser chefe de gangue.

Você acha que a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente nesse sentido representam um retrocesso?

Retrocesso, retrocesso. A coisa piorou depois que tiraram o jovem da qualificação. O jovem tem que começar a ocupar a mente porque, senão, ele é tragado pelo vício. Nós estamos vendo hoje cada vez mais jovens no mundo do crime, roubando, matando, com oito anos, nove anos, dez anos de idade. Se esse menino tivesse pelo menos a companhia do pai, estudando... Sou defensor de que tem que ter escola em tempo integral.

A questão da violência é mesmo um problema gritante, os programas policiais retratam isso, mas você não acha que eles passam da medida, exageram, criam sensação de insegurança para além do que há, sensação de pânico na população?

Que programa é esse que você está assistindo? No meu não é assim, não. Esse programa, com certeza, não é o Comando 22. Isso aí tudo é filme, que você está assistindo muito. Ninguém divulga tragédia, ao contrário: nós fazemos é minimizar. As imagens que vão ao ar são desfocadas. E nós mostramos, por exemplo, os trechos que são mais violentos para que vocês se previnam. É uma aula. Nós damos duas horas de aula por dia, mostrando que o crime não compensa. Por outro lado, você tem uma prestação de serviço, que encontra um papagaio, um cachorro, uma criança, um doente mental, que estão desaparecidos; internamos pessoas que vêm gratuitamente ao programa em busca de internamento (para dependência química), de uma solução para o seu problema. E eu pergunto: onde é que está errado?

Mas, às vezes, ganha um caráter de assistencialismo?

Nenhum, nenhum. Mostramos, por exemplo, um trecho perigoso. Se você vai ali pra banda de Santa Quitéria (município a 220 quilômetros de Fortaleza), se você não assistiu ao programa, você vai lá à noite: morre ou lhe roubam. Se você assistir ao programa, você não vai pra lá. Se você assistir ao programa, você sabe que a BR 222 está cheia de buraco, que é melhor ir por Canindé (a 120,2 quilômetros da Capital). Onde é que cria sensação de terrorismo, de medo? Se você dissesse: “Cuidado, pessoal, que o mundo vai se acabar! Vão botar uma bomba aqui nesse prédio”... Aí é uma sensação de pânico e de medo, de sensacionalismo, coisa que a gente não faz. Isso é filme. Eu acho que quem pergunta assim está assistindo a muito filme de terror.

No seu programa mesmo, teve um caso de um prédio no Papicu que você disse que ia desabar...

E ia desabar se a gente não tivesse reclamado. Se o programa não anuncia, tinha caído na cabeça de gente.

No que o programa policial mais contribui para a população?

Prevenção. Se você ver nas entrelinhas, se você ver com a lupa, vai enxergar que é só prevenção. Não fazemos outra coisa a não ser prevenção e ensinamento. Se a gente fosse enumerar os casos que resolvemos através do programa... E a gente resolve com o povo, com as autoridades. São inúmeros casos que a gente tem resolvido ao longo do tempo. E onde foi que nós prejudicamos alguma coisa, onde foi que fizemos alguma coisa que fez mal ao povo? Não tem. O que ele (o programa) está fazendo de ruim? Você não sabe responder. Agora, o que ele está fazendo de bem? Tem muita coisa.

Você pediu pra citar se tinha alguma coisa errada no programa... O uso de palavras de baixo calão e apelos sexuais num horário que tem muitas crianças, inclusive, assistindo... Você chegar a citar: “cu de bebo”, “putaria”, “porra”, “o fumo já entrou”... Eu questiono você: um programa com a audiência que ele tem comporta esse tipo de discurso?

São expressões nordestinas. Você querendo, eu tiro. Você quer que eu tire? O pessoal gosta, isso é expressão nordestina, isso aí faz parte do nosso anedotário; mas você querendo, eu tiro.

Você cita muito Deus e outras referências religiosas. Eu pensei que você fosse evangélico, mas é católico.

Sou (católico), mas eu ainda vou ser evangélico. Eu estou me preparando pra ser evangélico.

O programa tem parceria com clínicas que são evangélicas?

Não tem vínculo, não tem convênio. Pode aparecer qualquer clínica que interna gratuitamente em troca dessa divulgação.

É uma parceria informal.

Parceria informal. Elas vêm, a gente divulga.

Chama atenção no seu programa o número de anunciantes. Você atribui a quê?

Audiência.

Os anúncios que entram no programa representam percentualmente o que de faturamento pra empresa?

Sou o maior faturamento da televisão cearense. Ganho mais na televisão do que como deputado. Pronto. Só pra você ter a ideia.

Na análise comparativa dos programas, você não é tão enérgico nas críticas à administração municipal e à Secretaria da Segurança Pública. Em outros programas, isso é muito evidente.

Por que você não seguiu esse estilo, essa crítica mais contundente à administração municipal e à Secretaria da Segurança Pública?

Eu fui um dos mais contundentes críticos da Secretaria da Segurança Pública; prova disso é que o (ex-)secretário não fala comigo. E eu não tenho nada contra o secretário, eu acho um bom homem, mas é um homem que foi escalado errado, não nasceu pra ser um secretário de Segurança Pública, porque ele não faz o perfil do secretário de Segurança Pública de uma cidade violenta. Ninguém pode dizer nada contra a figura humana dele. O que eu passei quatro anos criticando foi o trabalho dele, que foi todo errado. Nada funcionou, e onde mais se investiu foi na segurança, só que foi um dinheiro mal empregado, porque o gestor era fraco. Quanto às críticas ao lado da política, eu faço tudo pra não transformar o programa num programa “polítial”. Tem gente que não sabe que eu sou deputado! Mas não é uma pessoa, não! São milhares e milhares de pessoas que não sabem que eu sou deputado. Eu nunca falo de política no programa. E vou dizer mais: vou fazer essas coisas que eu estou fazendo, bem mais, quando eu deixar de ser político. E eu espero encerrar minha carreira já, já.

Teria sido eleito se não fosse um apresentador de televisão?

Não. Com certeza, não. Com certeza, não seria eleito. Quem me elegeu foi o programa.

Você diz que não faz uso político, mas a sua propaganda de candidato, a exemplo dos outros, inclusive usa símbolo do programa.

O que o programa me fez? O programa me fez conhecido. Meus pensamentos se tornaram conhecidos. Não foi a política que eu fiz dentro do programa. Não foi a politicagem que eu fiz dentro do programa, que eu detesto isso. Agora, na televisão, ou em qualquer (meio de) comunicação, não basta ser conhecido, basta ser acreditado. Gente que tem 40 anos de televisão, que é conhecido demais, não foi eleito e a votação foi pífia. O que te dá voto é credibilidade, é o teu passado. Então, eu tenho uma caderneta de poupança social; eu não estou dizendo que sou melhor do que ninguém, estou dizendo que eu tenho uma vida retilínea: na televisão ou no rádio, uma coisa só. E como ser humano, eu me polício muito; por exemplo, eu perdi os prazeres da vida. Nunca mais pude ficar embriagado; uma das coisas que eu gostava, aqui, acolá, é ficar embriagado; não posso mais. Está com oito anos que praticamente não bebo, porque se, no dia (em) que eu ficar embriagado, tu vai passar por mim: “ó, o meu deputado; olha o representante que eu tenho, embriagado”. Eu sou o cara mais procurado. Meu gabinete é mais procurado porque eu sou mais conhecido. O deputado do interior passa despercebido, mas eu não passo despercebido porque eu sou procurado. A pessoa procura pra me dar um abraço, a pessoa procura pra me dar parabéns, pra dizer que me ama, pra dizer que me admira e pra eu ajudar. Dessas procuras, 80% são pedidos de ajuda. E eu não sou um deputado que tenha teias. O que é teias? São ramificações no poder político. Eu não tenho uma nomeação minha, eu não tenho nenhum filho meu empregado no governo (do estado), nenhuma filha minha trabalha no governo nem na prefeitura. Eu não tenho uma indicação minha nem na prefeitura nem no governo do estado. Eu procuro me manter independente.

Agora, em relação à falta de críticas à administração municipal, isso tem a ver com o fato de você ter sido vice-líder da prefeita na Câmara, na primeira gestão dela?

Não, não, não. Se você observar, eu tenho falado de alguns buracos, de ruas escuras, de falta de (soluções para problemas no) trânsito. Eu não falo diretamente na prefeita, mas o que evito é fazer um foco político, como tem programa que, abertamente, usa isso politicamente. Eu não faço política no programa, porque descaracteriza o programa. Se você começar a meter política aqui dentro... Vocês viram que eu dei só uma explicação porque que a gente faz essas boas ações.

Essas ações não têm nenhuma conotação política?

Não, não, tem não; é de coração.

Acredito que a proposta da campanha foi muito nessa linha da questão da segurança. Como parlamentar, o que você tem feito?

Se você fizer um levantamento, de 1835, que foi a primeira Assembleia Provincial do Estado do Ceará, até hoje, o Ferreira Aragão foi o deputado que mais produziu. Ninguém produziu mais do que eu, ninguém produzirá mais do que eu. Vai produzir se fizer a loucura que eu fiz.

Saiu uma matéria no jornal O Povo falando sobre isso.

E eu disse isso na campanha. Isso eu usei.

Você pode citar os (projetos) mais representativos que considera?

Tudo, tudo que tu pensar, em qualquer área; (em) toda área, eu atuei. Vamos dizer aqui umas coisas importantes, que eu acho que já fez efeito imediato. Por exemplo, o primeiro projeto de indicação transformado em lei pelo governador Cid Gomes foi o meu projeto de indicação, dos desaparecidos e procurados. Quem entra no Ronda do Quarteirão hoje, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, com mais de 27 anos, tem que tomar benção ao Ferreira Aragão. Foi emenda minha que fez com que a idade pra ingresso seja de até 30 anos – depois vou falar sobre a imprensa, minha mágoa. Outra emenda minha: criaram o sistema estadual que combate as drogas e botaram as igrejas de fora, não falaram nas igrejas, (mas) quem tem experiência em combate à droga é a igreja. Os pastores atestam por A mais B que 100% dos casos de drogas são espirituais. Não é 90% não, amigo, é 100% dos casos.

Elas são evangélicas?

Evangélicas e são pobres de marre deci, mas funcionam. A clínica, quanto mais luxuosa, pior. E os casos de drogas, 100% são espirituais. E os pastores provam que são espirituais. O cara não está usando a droga porque a mãe deixou o pai, porque não tem emprego...

Você disse que queria fazer uma observação em relação à imprensa.

Eu vou dizer da mágoa da imprensa. Eu fui o cara que mais apresentou emendas à Constituição Estadual. A Constituição Estadual tinha 336 artigos, eu apresentei 120 emendas, porque eu sou advogado, eu entendo do assunto. Então, eu sou um representante da imprensa. A imprensa é quem mais devia divulgar o Ferreira Aragão porque, se eu vou bem, a imprensa vai bem.

Você acha que há preconceito contra você?

Eu levava os assuntos mais importantes pra tribuna. Mostrei o medicamento que faltava no Hospital de Messejana; pela falta desse medicamento, uma mulher se enforcou. Mostrei isso na tribuna da Assembleia; nada na imprensa no dia seguinte. Vinte dias depois, um outro deputado falou no assunto, foi manchete nacional. Por que isso acontece comigo? Porque meus companheiros de estações não me veem como deputado, me veem como apresentador da TV Diário. Passei quatro anos sem dar uma entrevista pra TV Jangadeiro, passei quatro anos sem dar uma entrevista pra TV Cidade. Como é que eu vou aparecer? Passei quatro anos sem dar uma entrevista pra Rede TV, passei quatro anos sem dar uma entrevista até pro Canal 10. Quatro anos a pão e água, sem uma entrevista. O cara que mais produziu, o cara que mais trabalhou, mas não aparece. Não aparece na imprensa porque eles me veem como apresentador de televisão, não me veem como deputado. Sei que eu não apareço, e isso me magoa profundamente, porque podiam me dar uma chance. Cinegrafista, quando vai pegar os deputados, pega de mim pra frente. Nem na imagem eu apareço. Isso é a minha grande mágoa, que eu acho que a gente devia estar unido numa hora dessa, e eu sou o cara que mais advogou pelos companheiros de imprensa, que mais defendeu meus companheiros de imprensa, que foi o criador do Dia do Ou-

vinte de Rádio, como vereador. Tudo eu fiz pela imprensa, tudo eu faço pelos companheiros, e não recebo nada em troca. Agora, pra falar mal de mim, é ligeiro! Podendo falar mal de mim, falam mal de mim, sem necessidade. Outro dia, a (jornalista) Kamilla Fernandes veio me comparar com o apresentador do [Tropa de Elite](#).

O filme brasileiro *Tropa de Elite*, dirigido por José Padilha, trata do cotidiano de um grupo de policiais e da corrupção envolvendo policiais, políticos e milícias que atuam nas favelas carioicas, combatida por um capitão do BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais. A produção fez tanto sucesso em 2007 que uma nova trama ganhou as telas do cinema em 2010, batendo recordes de bilheteria. Em *Tropa de Elite 2*, o capitão é promovido a subsecretário da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Você não acha que algumas críticas são com uma boa intenção?

Boa intenção? A intenção é de maltratar. Boa intenção nenhuma. Uma pessoa que me compara com o apresentador do *Tropa de Elite*, aquilo ali não me quer bem, quer me lascar. Onde é que vai melhorar a minha vida? Onde é que vai me conhecer? Um homem que trabalhou como eu, tenho uma vida de respeito. Não respondo a um processo penal, não respondo a um processo trabalhista, uma vida retilínea, e ser comparado a um marginal daquele, a um mau elemento daquele (personagem do deputado estadual Fortunato, também apresentador do programa policial *Mira Geral* no filme *Tropa de Elite*). Isso é companheira de comunicação? A Kamilla Fernandes nem me conhece. Não sei nem de quem ela é mãe, me disseram que ela veio de São Paulo. Por que faz isso comigo? O que foi que eu fiz? Por que isso?

Você acha que todas as críticas que lhe fazem são injustas?

São. Todo dia... O (jornalista) Eliomar de Lima, que é meu companheiro, que a mãe dele me ama e o pai dele me adora, veio fazer uma crítica, reprisou uma crítica que ele fez pra mim no tempo que eu estava apresentando o *Cidade 190*. Eu queria ter o jornal da época e o jornal de hoje, a mesma crítica: disse que eu estava com o paletó frouxo, que o defunto era outro. E olhe que eu sou elegante, fui eleito um dos caras mais elegantes, só uso Di Paolo (empresa de alta confecção masculina instalada no Rio de Janeiro). E o cara faz isso porque é pura maldade, meu irmão, ou então falta de assunto ou então está querendo aparecer.

Você não acha que, às vezes, também a sua reação passa da medida? Por exemplo, eu já ouvi, no seu programa, você se referir aos seus críticos como “bocis”.

São uma mistura de boçal com imbecil. O cara que faz isso contigo, como é que tu dizia que é ele? Que ele é lindo, maravilhoso? Ou tu ia dizer que é um bocil?

Você quer acrescentar alguma coisa?

Gostaria que me divulgassem mais, se eu merecer. E gostaria que as críticas feitas sobre mim sejam feitas de maneira decente, educada. Se errei, está aqui minha mão. “Minha culpa, minha máxima culpa”. Mas deixe eu errar primeiro. Eu detesto injustiça, porque eu vi muita injustiça. Eu já fui pobre e fui rico. Meu pai, rico uma época; noutro dia, noutro tempo, pobre demais; noutro dia, melhorou. Passei numa gangorra a minha vida. Eu sei o que é o caviar e sei o que é a rapadura. Eu conheço o mundo do rico e o mundo do pobre, por isso que eu me entendo bem com pobre. Por que ele vota em mim? Por paixão, porque acredita em mim e eu não decepiono.

[ENTREVISTANDO Marcos Lima

Você começou no rádio?

Eu comecei no rádio em 1985. Na época, os locutores eram contratados muito pelo que tinham, realmente, de poder de comunicação, de dicção, de apresentação, de interpretação, de locução realmente. A gente passava por teste e tal. Hoje, o rádio não é mais assim. Em 1985, eu consegui o meu primeiro programa, o meu primeiro emprego no rádio com carteira assinada.

Qual foi a emissora?

Eu fiz o curso para radialista. Foi o primeiro curso para radialista que teve em Fortaleza, em convênio com a Universidade Federal do Ceará, e durou seis meses. Em 1983, se não me falha a memória. E aí, naquela época, a empresa que indicava o locutor para fazer o curso tinha a obrigação de lhe dar também um estágio, e essa empresa foi a Rádio Assunção. Ela me indicou e, em seguida, me deu o estágio; estágio e apenas isso, alguns meses. E depois, como eu era arrimo de família, eu tinha que ajudar meus pais, e o estágio não era remunerado, fui me empregar na Secretaria de Educação – na época, era datilógrafo, profissão que não existe mais, como serviço prestado. Passei um ano e apareceu a oportunidade então de eu ir para o interior, participar da inauguração de uma rádio. A rádio do então deputado Antônio (Gomes da Silva) Câmara, que foi presidente da Assembleia Legislativa (1987-1988) e estava inaugurando, em 1985, a Rádio Difusora dos Inhamuns, em Tauá. E eu fui participar da equipe. Eu fui responsável pelo Departamento de Jornalismo, mas não era o Departamento de Jornalismo; eu era responsável pelas notícias; naquela época, eu não tinha o curso de Comunicação Social, eu era apenas radialista e fazia o trabalho de rádio-escuta. Naquela época, tinha no rádio o trabalho de rádio-escuta e redator. Era esse trabalho. E fazia apresentação. Quer dizer, eu fazia o trabalho de rádio-escuta, redigia e fazia apresentação.

Marcos Antonio Moraes Lima é apresentador do programa Rota 22, da TV Diário. Nascido em Fortaleza, no dia 31 de agosto de 1964, ele despertou para a comunicação aos 15 anos, quando fazia leituras durante as missas na igreja de Parangaba e passou a ser incentivado pelos fiéis. Em 1983, fez um curso de radialista na capital e dali foi para um estágio na Rádio Assunção. Depois, passou pela Rádio Difusora dos Inhamuns, em Tauá, e, em Fortaleza, pelas rádios Universitária, AM do Povo, Iracema e Metropolitana, entre outras. Âncora do Rota 22 desde 2004, depois de apresentar o programa Conhecer e se revezar na apresentação do telejornal Diário na TV, ele se formou em Jornalismo pelas Faculdades Nordeste (Fanor) em 2007.

Mas você fez o curso de Comunicação?

Entre para o rádio em 1985 e passei apenas um ano lá. Vim pra Fortaleza, fui para a Rádio Universitária FM, depois fui chamado para a AM do Povo e depois passei por várias outras emissoras. Em 1998, surgiu a oportunidade de eu entrar para a TV Diário, depois de 13 anos de rádio. Eu me formei agora, em 2007; tenho quatro anos de formado. A minha experiência de comunicação, na verdade, é toda do rádio e também da televisão. O que eu aprendi na faculdade foi, apenas, digamos, a teorização do que eu já sabia.

Para a atividade que você desempenha, a formação na área de comunicação é fundamental ou dispensável?

É importante porque, na academia, você tem contato com a literatura, que você não tem no dia-a-dia. Você tem contato com os grandes teóricos, com a teoria, realmente, da comunicação, e eu acho que isso é embasamento da sua profissão. Antes, eu fazia a coisa na prática; depois, percebi porque eu fazia aquilo; depois, você vai perceber porque aquilo era necessário, aí você toma consciência do que está fazendo.

A linha que você adota no seu programa, o Rota 22, é determinada por essa formação?

Não. A minha atuação na televisão divide-se em duas: antes e depois do Rota 22. Eu não tenho um perfil polícialesco, a minha visão é mais na área social. Antes de assumir o Rota 22, eu apresentava um programa chamado *Conhecer*, que lidava com ciência e tecnologia, com descobertas científicas, com estudantes de diversas áreas, com professores, com mestres, com doutores.

Você apresentou também um telejornal.

Eu apresentava substituindo, mas esse programa *Conhecer* era, na verdade, na área que eu mais priorizo mesmo no Rota 22, que é a educação. Esse programa lidava com educação, nas suas diversas áreas. Através do programa *Conhecer*, trouxemos para a TV Diário uma menção honrosa por participação no 23º Prêmio José Reis de Divulgação Científica, que é promovido pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Essa menção honrosa não foi um prêmio somente para a televisão; foi um prêmio para toda a comunidade científica em Fortaleza, no Ceará. Infelizmente, quando eu deixei o programa, em 2004, três dias depois ele saiu do ar. Mas (era) um programa sensacional em termos de linha editorial. Tinha uma audiência seleta, é verdade; tinha uma audiência diminuta, é verdade. O grande público não é incentivado a acompanhar esse tipo de assunto, mas isso é uma questão de costume, eu tenho certeza disso. E o meu projeto, a minha ideia é trazer ainda esse programa de volta. Pois bem. Em 2004, eu já estava trabalhando na TV Diário e substituí o então apresentador do programa (Rota 22). E nas análises, nas substituições que eu fazia, eu marcava muito; as pessoas diziam que o Rota ficava mais leve, mais soft comigo e tal e não sei o quê...

O Prêmio José Reis de Divulgação Científica é concedido anualmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma homenagem ao carioca José Reis (1907-2002), médico, pesquisador, jornalista especializado em divulgação científica e um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1949. O prêmio é concedido a três modalidades: "Divulgação Científica e Tecnológica", "Jornalismo Científico" e "Instituição". O programa *Conhecer* voltou à grade de programação da TV Diário em 2011, após essa entrevista, com exibição aos sábados e reprise nos domingos.

Era o Tadeu Nascimento. Ele foi o primeiro apresentador?

Foi o primeiro apresentador do Rota 22. O Rota 22 começou quando a TV Diário começou, em 1998. O programa vem desde o início, desde a fundação.

E você substituiu ele depois.

Pronto. Em 2004, eu fui a solução caseira. O Tadeu Nascimento era um dos âncoras de maior destaque dentro da televisão cearense...

Apresentou o Barra Pesada.

Foi o fundador do Barra Pesada também, um expert nesse assunto de jornalismo policial, e grande foi a minha responsabilidade em substituir um homem como aquele.

Mas por que ele não continuou?

Em 2004, ele resolveu se candidatar a prefeito de Maracanaú, foi para a eleição e não voltou mais. E aí eu fiquei no lugar dele.

Quando você recebeu a proposta de ficar com o programa, aceitou de imediato?

O Rota 22 sempre foi um dos programas carros-chefe da TV Diário, sempre foi um programa de boa audiência e de bom faturamento também. Então, você apresentar um programa semanal, como eu apresentava, e, de repente, ter a oportunidade de apresentar um programa diário representou um progresso muito grande, porque na verdade foi uma responsabilidade muito grande também que a emissora colocou em minhas mãos, sobre os meus ombros. Eu senti muito, não somente por conta da responsabilidade, mas também por conta do tipo de programa. As páginas policiais no jornal eram o único espaço que eu não lia. Eu não lia.

Mas você recuou ou você decidiu aceitar de imediato?

Aceitei de imediato, porque eu sempre fui um funcionário também muito disciplinado. Eu acho que, naquele momento, se a empresa estava me colocando nas mãos aquela responsabilidade, era pra eu assumir.

Não teme ter a imagem associada a programas que, pelo menos no meio intelectual, na classe média, não são bem vistos?

Há um preconceito muito grande. Porque as pessoas não gostam de ver as coisas ruins que a humanidade, o homem, é capaz de fazer. As pessoas dizem assim: "Você não acha que os programas policiais incentivam muito a violência?". Eu pergunto: as notícias sobre as falcaturas, os roubos que acontecem nos grandes escalões do governo, a imprensa deve parar de noticiar isso também porque isso vai servir de estímulo também para que outros façam a mesma coisa? E o que acontece na saúde pública, em hospitais? O vergonhoso atendimento, precário, que se dá? Se noticia isso todo dia, isso é um incentivo também? Quer dizer, eu sei que, nos programas policiais, há os excessos, mas eu, por exemplo, procuro prestar um serviço diante daquelas notícias de violência extremada. Às vezes, eu chego a encher meus olhos d'água dentro do estúdio, e eu tenho que me controlar porque eu não posso passar isso para o público de maneira nenhuma, mas quando eu vejo mãe chorando o filho morto, filho assassinado, mulher chorando o marido assassinado, parente de vítima do trânsito, isso me comove muito; crianças, quando são atingidas, isso me dói demais, mas procuro levar uma orientação às pessoas, uma mensagem às pessoas, dizer que nem tudo está perdido. E um alerta às autoridades, dizer que aquilo tudo que está acontecendo na segurança pública, o problema começou lá atrás, bem antes disso. Eu tenho um pensamento: quando um jovem, um adolescente infrator, que as pessoas chamam de bandido, ou um mesmo que não seja adolescente, um jovem de 18, 20, 20 e poucos anos aperta o gatilho, ali é o desfecho apenas de uma violência que começou há muitos anos. A violência começou muito antes, quando ele não teve a oportunidade de educação de qualidade. Onde é que no Brasil tem educação pública de qualidade, em qualquer um dos níveis? Tem universidades públicas. As universidades públicas servem a quem? A quem fez um bom colégio; não ao pobre – apenas 10% são pessoas pobres. Quando ele não teve saúde, quando ele não teve moradia digna, quando a família dele não teve uma renda que não pudesse dar (a ele) uma vida digna, quando ele não teve direito à infância, aí começou a violência e ninguém viu. A sociedade só enxerga o que passa no programa policial, aí malha o programa policial. Os erros começam bem antes.

Você não acha que as críticas, os questionamentos aos programas policiais são mais em função da abordagem do que do conteúdo, não em si ao conteúdo, mas à abordagem desse conteúdo?

Daí a minha preocupação na apresentação, não fazer daquilo uma espetacularização da violência, não fazer daquilo um sensacionalismo, mas, sim, tirar uma mensagem, uma orientação, um alerta às autoridades, uma denúncia do que está acontecendo errado, uma análise crítica do que são as causas daquilo tudo... O maior de todos os crimes, esse que devia ser o crime mais hediondo, mais do que o estupro, mais do que um sequestro, é a corrupção. Esse é o maior de todos os crimes. Quando o cara é corrupto, ele atinge de uma vez só milhares de pessoas. Não é à toa que os países mais pobres do mundo têm os governos mais corruptos.

Você falou que procura não tratar o noticiário da violência de forma espetacularizada. Até onde você pode ir, até onde pode interferir no que é levado ao ar, se muitas das reportagens exibidas no Rota 22 são as mesmas do Comando 22? A equipe que produz para o Rota 22, produz também para o Comando 22 e para Os Malas e a Lei, que têm um perfil bem diferente do Rota 22, pelo menos em relação à linha que os apresentadores procuram dar.

Tem gente que diz que só assiste ao programa por causa de mim. Não é me vangloriando, não é me gabando, mas as pessoas dizem que só assistem por causa de mim, por causa da abordagem que eu dou, por causa dos pontos que eu chamo atenção, por causa também das reflexões que eu proponho em cima de tudo aquilo. As reflexões em cima, por exemplo, da delinquência infanto-juvenil. A sociedade ainda não acordou para o grande e grave problema que é a delinquência infanto-juvenil. Os centros educacionais, chamados centros de ressocialização, estão superlotados, não recuperam esses meninos. Os meninos saem ou ficam ainda mais violentos, com agressões contra os agentes, com agressões contra os orientadores, educadores, com destruição do patrimônio público; eles não são recuperados e muitos outros estão fora, e não são apreendidos porque não tem mais espaço. Existem, se eu não me engano, dois mil mandados de apreensão contra menores que não são cumpridos porque não há espaço. A Polícia Civil não dá conta, ou melhor, ela dá conta, mas não é incentivada a fazer porque não tem espaço. Ninguém diz isso, ninguém diz isso. O Ministério Público não cobra do governo do estado, era pra cobrar. O Ministério Público é um órgão independente, não pertence nem ao Judiciário nem ao Executivo nem ao Legislativo. Outro detalhe: a delinquência infanto-juvenil acontece onde? Na pobreza. Você vê jovem de classe média, classe média alta envolvido? Eu pergunto: quantos adolescentes, usuários de drogas, (de) classe média, (de) classe média alta são assassinados? Quantos? Eu não sei de um caso. Porque têm família, porque a família cuida. Mas esses meninos (pobres) estão entregues à própria sorte. As comunidades estão abandonadas. Lá falta saneamento; lá falta abrigo; lá falta moradia – não são moradias, são barracos (o que lá existem); lá falta geração de emprego e renda; lá falta tudo! Tudo! Vai desaguar onde? Na insegurança. Lá não chega o governo oferecendo emprego, mas chega o traficante: “Menino, vai ali, quer ganhar dez contos? Vai ali, deixa ali, aquilo dali”. Aí o menino vai, com dez, 11, 12 anos; quando está com 15 anos, está um expert, já produziu inimigos suficientes para tirarem-lhe a vida, como acontece, e não vai deixar de acontecer, infelizmente, porque as causas não estão sendo combatidas. Um dos maiores defeitos dos programas policiais, que eu acho, que eu procuro não incorrer, é defender só Polícia. Isso não é só caso de Polícia. Isso é um caso que deve ser resolvido antes de chegar na Polícia. É investimento na educação. Olha, as pessoas falam muito em construção de presídio: “Tem que ter presídio, tem que prender!”. Não se fala em construção de escola, em equipar escolas.

Qual sua visão, então, sobre a legislação penal brasileira? Muitos comunicadores da área policial consideram que a lei brasileira é branda em relação à violência; alguns defendem medidas mais duras: prisão perpétua, pena de morte...

Haveria, sim, necessidade de algumas reformulações no Código Penal. Por exemplo, a questão da reincidência. Crime de estelionato é afiançável e não importa quantas vezes a pessoa reincida nisso; é presa, paga a fiança e responde em liberdade, e fica um círculo vicioso. Então, nesses casos, deveria haver reformulações. (Para) estuprador, por exemplo, que, para o psicólogo, para o psiquiatra é um doente, há casos de reincidência e haveria necessidade de uma avaliação deles. Recentemente, nós tivemos o caso da Alanis, que o rapaz não tinha condição de estar solto, estava solto e cometeu aquele crime hediondo. Assaltante, por exemplo, diversas vezes, reincidindo, preso e reincidindo no mesmo crime, não poderia ter mais direito a benefícios da lei. Quer saber outra coisa? Por exemplo, a Justiça nunca se preocupou nem foi provocada para dizer como esses grandes assaltantes que estão presos têm dinheiro pra pagar advogado. Como é? Assaltante tem dinheiro de onde? Me responda: assaltante tem dinheiro de onde? Qual a profissão de assaltante? Onde é que ele conseguiu esse dinheiro? Como é que ele paga um advogado? Qual a origem desse dinheiro? A Justiça nunca se preocupou com isso, nem o Poder Legislativo...

Qual sua avaliação em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente?

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das leis mais avançadas que nós temos; o

problema é que as pessoas não conhecem e só falam da segunda parte do Estatuto; elas não conhecem a prevenção. O Estatuto diz que o Estado deve garantir a educação de qualidade; não somente o Estado, mas a família e a sociedade devem garantir o direito à infância, direito à educação. Isso é o que diz o Estatuto, que a criança deve se desenvolver num ambiente favorável ao seu crescimento psíquico, ao seu crescimento psicológico. O Estado não cumpre, a sociedade não cobra, a família não tem condições de dar conta sozinha, aí o menino cai na rua, mantém contato com tudo quanto o que é de ruim. Ninguém vê, ninguém enxerga esse menino; só enxerga quando ele pega uma arma e vai assaltar. Aí todo mundo enxerga, aí todo mundo aponta o dedo e diz: “É um vagabundo! Prende! Não presta!”. Quando o menino já está delinquindo, já é um adolescente infrator ou um adolescente em conflito com a lei. Uma das coisas que mais se criticam, inclusive os programas policiais, é que o menino é logo liberado. Ora! O Estatuto diz: “45 dias é o período que o menino tem pra ser apreendido, ouvido e julgado. Se ele não for julgado em 45 dias, ele pode ser liberado”. Por que o Estatuto diz isso? Exatamente porque o adolescente daqui a pouco vai se tornar um adulto. Então, tem que ter celeridade no processo de julgamento e de cumprimento de pena. Aí o que acontece? Os juízes: “Olha o tanto de processo que eu tenho aqui, na minha mesa. Eu não tenho condição”. E aí ele é obrigado a liberar o menino, porque, senão, incorre em erro por conta de uma estrutura precária (...) Na cabeça do menino, vai ficar como um Estatuto muito benéfico. Porque ele foi pra lá (centro educacional), passou pouco tempo e voltou de novo. Não é culpa da lei; é culpa de uma estrutura.

Já que estamos falando em lei, na abertura do seu programa, você faz referência à Constituição, fala na garantia dos direitos constitucionais.

É o meu sonho.

Esse bordão de abertura de programa sugere uma opção em usar “direitos constitucionais” e não “direitos humanos”. Procede?

Não. Quando eu falo “direitos constitucionais”, penso exatamente naqueles direitos que estão na Constituição: à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, a tudo isso. Os “direitos humanos” surgiram quando? Numa época em que o Brasil estava saindo de uma ditadura muito pesada, onde muita gente morreu, foi torturada, foi injustiçada, só porque se opunha a um Estado ou a um governo. Os direitos humanos, naquela época, eram exatamente para os presos políticos. Hoje em dia, é claro que todo mundo tem o seu direito como ser humano. Agora, eu acho que o meu direito não pode ficar acima do direito da coletividade. Em primeiro lugar, está o direito da coletividade, depois o direito individual. Então, eu acho que os direitos humanos devem existir. Por exemplo, quem está preso – eu recebo ligação muitas vezes deles; agora, até que deixaram, porque estão perseguindo muito essa questão de celular (dentro do presídio) e tal, mas antes eu recebia muita ligação deles... – diz: “Doutor, quero tirar minha cadeia em paz”. Pra esses que pensam assim, o Estado deveria dar condições humanas, de cumprir a pena dele em paz. Eu acho que já está preso, privado de um dos maiores bens que você tem na vida, que é a sua liberdade – primeiro, a vida; segundo, a saúde; terceiro, a liberdade, sabe? A pessoa, sem liberdade, perdeu metade da sua vida –, então, se ele já está privado da liberdade, tem que ser bem tratado. Não estou defendendo mordomia, não. Eu acho que o preso tem que ter condições dignas e os nossos presídios não oferecem essas condições.

Mas qual a sua visão sobre os direitos humanos e sobre os defensores dos direitos humanos?

Eu acho que tem muita gente séria nesse espaço, (mas) eu acho que muitas vezes exageram na dose. A diferença entre um remédio e um veneno está na dose (...) Se você defende os direitos humanos, e uma pessoa, por exemplo, foi presa, ninguém vai defender pra ela surra, tortura, de maneira nenhuma! Sou contra qualquer tipo de ato violento! Eu acho que, com violência, só se

gera uma coisa: mais violência. Mas quando você exagera na dose... Por exemplo, houve uma época aqui que, se você fosse um homem acusado de crimes e denunciasse que um policial bateu em você, ele era logo afastado das suas funções, não era nem ouvido, não tinha direito nem de se defender (...) Então, isso aí é o exagero na defesa dos direitos humanos (...) O problema, muitas vezes, está na dosagem. Defender os direitos humanos de uma pessoa que cometeu um crime, acima de qualquer coisa, inclusive acima do direito de outras pessoas, está errado!

Já que nós estamos falando dessa questão de lei, de Constituição, e a Constituição estabelece um direito, uma garantia que é bastante violada...

É (o direito de) imagem, que você está falando?

Isso.

Mas há uma discussão muito grande.

Pela Polícia e pela mídia.

Há uma discussão muito grande sobre isso aí. Se, por exemplo, você nunca cometeu um crime, é um réu primário e, de repente, é preso por uma injustiça, e jogam a sua imagem no ar, eu acho errado. Mas pessoas que já têm não sei quantos crimes nas costas, que dizem abertamente: “Não vou falar, só na presença do meu advogado”, pessoas que conhecem a lei porque são enquadradas em diversos artigos do Código Penal, essas pessoas que são costumeiramente presas e já têm um advogado lá pra soltar, conseguem *habeas corpus*, alvará de soltura, são novamente postas em liberdade e depois presas pelo mesmo crime, essas pessoas, meu amigo, não têm mais direito à (preservação de) imagem. Não foram julgadas ainda porque a Justiça é morosa, mas estão respondendo por crimes.

Você acha que houve um excesso então naquela medida do (ex-)secretário da Segurança (Roberto Monteiro) de determinar que os delegados não deveriam apresentar os presos à mídia?

Em alguns casos, sim. Pôxa, quadrilha de assaltantes, gente condenada, assaltantes respondendo a outros crimes, porque reincidiram... Que direito de imagem esses homens têm, rapaz, quando eles estão a toda hora infringindo a lei? É isso que eu digo, que a dosagem é errada (...) Outra coisa: a questão da impunidade. As pessoas dizem muito: “Nós vivemos num reino de impunidade”. É verdade. Impunidade pra quem? Os presídios estão lotados! Há um déficit de 175 mil vagas no país inteiro. Serão necessários cerca de 500 presídios em todo o país. Eu lhe pergunto: quem está preso no Brasil? Quase meio milhão de gente presa e as pessoas reclamando de impunidade. Quem está em liberdade cometendo crimes? São as avaliações que a gente tem que fazer, são essas avaliações que eu proponho no programa. Todo os dias no programa, que é um programa difícil, eu pego o limão e procuro fazer uma limonada, meu amigo, o que não é fácil. Apesar das críticas que a gente recebe, apesar do preconceito, encontro muita gente que passa e-mail e tal... “A empregada lá de casa adora o seu programa”. Quer dizer, o cara não diz que assiste, mas ele diz que a empregada assiste. Digo: “Ah! Muito bem. Diz a ela que eu mandei um abraço, muito obrigado pela audiência”. Mas os programas policiais também têm a sua parte de culpa nisso, não é? Muitos dos meus colegas exageram, eu reconheço isso; muitos dos meus colegas usam o espaço como cabide eleitoral, digamos assim, eu reconheço isso. E eu posso amanhã está sendo candidato também. Você não sabe o quanto as pessoas...

Você já pensou em se candidatar ou foi estimulado a...?

Você seria a milionésima pessoa a me perguntar isso. Desde quando eu assumi, me perguntam: “Por que você não se candidata?”. E eu não sei. Não sei porque eu não me candidatei, e agora acho que esse não é o meu objetivo. Mas o que eu digo no ar é o que eu sou. Quando eu assumi

o programa, que não tinha nada a ver comigo, eu disse: “Bom, meu Deus – eu sou um cara muito católico, sou devoto de Nossa Senhora, ando com minha medalha –, eu vou imprimir a minha marca, o meu trabalho, o que eu sou; se der certo, bem; se não der, não posso fazer nada. Fazer como os outros fazem, não; não consigo fazer, nem vou fazer”. E assim foi. Parece que, por eu não ter esse perfil, a coisa deu mais certo do que se eu tivesse; porque, se eu tivesse, parece que ia ser a cópia do outro. Tanto que a audiência, depois de quatro meses, cinco meses, dobrou. Assumi o programa com quatro pontos mais ou menos, depois estava com oito pontos no IBOPE.

Se você fosse fazer uma autocrítica em relação ao seu programa, o que diria?

Ah, tem muita coisa pra mudar! Mas isso é assunto interno da televisão. Na linha editorial, eu mudaria muitas coisas; na abordagem de reportagens, o que os repórteres fazem, que eu não concordo algumas vezes... Eu não costumo corrigir ninguém no ar, nem policial, nem repórter, que é muito chato pra mim, mas eu não consigo ficar calado quando dizem assim: “Fulano de tal foi assassinado porque estava na hora errada e no lugar errado”. Ora, meu amigo, isso não existe! Errado estava quem matou! Quer dizer que o cidadão não pode estar em qualquer lugar que pode estar na hora errada, no lugar errado? Rapaz, é ridículo, é absurdo a Polícia dizer isso; o repórter repete a mesma coisa. A pessoa não ter uma crítica? “Não, policial, pelo amor de Deus, não, o senhor é Polícia, o senhor tinha que estar aqui pra proteger o cidadão, o Estado tinha que estar aqui pra proteger. Quem está errado é quem atirou”.

Você tem liberdade o suficiente para reunir a equipe de repórteres, produtores, editores...

Eu converso com eles.

... e apontar problemas como exploração do sofrimento das pessoas, dos parentes das vítimas, que são entrevistados, em quase 100% dos casos, diante do corpo do ente querido; prejulgamentos; apurações de informação mal feitas, inclusive levando a divergências entre o que o apresentador afirma, o que o repórter afirma e o que a fonte afirma; a superexposição de corpos e de sangue, que ainda predomina muito, e a falta de ouvir o outro lado?

A falta de ouvir o outro lado talvez tenha acontecido poucas vezes, porque essa daí é uma das minhas preocupações (...) Porque a gente sempre lida com situações conflitantes, e situações conflitantes exigem o bom jornalismo, exigem ouvir as duas versões. Agora, quanto a essa questão de exposição de corpos...

De desrespeitar a dor das pessoas?

Isso foi o tema da minha monografia, a relação que existe entre os programas policiais e o teatro, a dramaturgia. Neles estão presentes diversos atores comuns: a vítima, o mocinho, o bandido e a dramatização. Eu fiz uma discussão: o que é que imita o quê? A vida imita a arte ou a arte imita a vida? Na verdade, não é a arte que imita a vida; é a vida que imita a arte. O que você vê no dia-a-dia é a dramatização da vida. Agora, a questão de explorar aquele momento ou não, isso é próprio de cada um, da abordagem de cada um. Por exemplo, se eu saio do programa e outro vem apresentar o mesmo programa, ele vai ficar muito mais sensacionalista, muito mais policialesco, dependendo da pessoa. Mas, na minha apresentação, tenho certeza absoluta que o programa não é policialesco, porque eu faço uma abordagem social. Eu digo a toda hora: isso daí é um problema social. A Polícia sozinha não vai resolver, e as autoridades sabem disso, meu amigo! Porque é muito mais fácil colocar na rua viatura policial do que dar escola e condições de vida para as pessoas! Porque são iniciativas muito mais amplas, requerem muito mais trabalho, mais coisas que ninguém vê! Uma viatura bonita passando no seu bairro, todo mundo vê, mas não vê se você investir na escola, investir na saúde; vai sentir a longo prazo, médio prazo, mas é necessário que se faça.

Você já foi advertido ou pressionado para mudar a linha editorial do seu programa: para pior ou para melhor?

Nunca, nunca. Um dos aspectos de maior benefício dessa TV Diário é a liberdade pra andar. Nunca fui cerceado em qualquer dos meus comentários nem nunca fui criticado. Nunca fui representado na Justiça.

Mas você se lembra de algum comentário que tenha feito que hoje não faria, que se arrependa desse comentário?

Não... Eu penso muito antes de falar. Posso ter falado besteira, mas não lembro, não. Todos nós...

Um dos problemas...

Você anotou algum? Diga aí.

Um dos problemas que esse monitoramento identificou em relação a sua postura, especificamente, é um problema que se repete noutros programas e denota muito a banalização da morte. E tem a ver exatamente com o caráter comercial dos programas. A fala do apresentador, ao fazer o anúncio de um produto, muitas vezes, se dá imediatamente após uma tragédia. O discurso do apresentador passa de um assunto a outro como se fosse um só.

Mas nós somos uma empresa comercial. E toda empresa comercial precisa ter um faturamento. Os programas policiais são os programas de maior audiência da televisão, e a televisão tem grandes desafios: ter credibilidade, ter audiência e ter faturamento. Seria utópico pensar que uma empresa como a TV Diário viveria sem faturamento. Ela tem que faturar.

Mas o questionamento não é ao direito que a empresa e os anunciantes têm de anunciar, é à forma como esse comercial é feito no noticiário policial.

Mas o merchandising é feito dentro do programa policial como participa de outros programas também, participa de um programa policial porque é um programa de audiência. Eu não vejo mal nisso. As pessoas que assistem, elas consomem, elas dormem, elas comem, elas bebem, elas moram... Não vejo nenhum mal nisso, não.

Por falar nisso, o faturamento do programa representa o quê dentro da televisão?

Em que sentido?

Em relação aos anúncios

Qual o sentido?

Você disse que o programa tem um faturamento alto. Ele representa o quê dentro do faturamento total da emissora?

Se fica em primeiro, segundo, terceiro lugar, quarto lugar, é isso?

Qual o percentual?

Ah, sim. Aí, não sei.

Porque o apresentador do Comando 22, por exemplo, diz que ele tem o maior faturamento e, de fato, tem uma quantidade de anunciantes muito grande.

Ele vende muito...

Mas ele não soube precisar.

Eu acho que ele é o maior faturamento hoje dentro da TV Diário; agora, o Rota 22, não sei qual é a posição. Maior do que a do (apresentador do Comando 22) não é; é menor, porque eu não vendo, ele sai pra vender; quer dizer, eu estou começando agora a vender.

Mídia policial e direitos humanos: como superar os desafios apontados no monitoramento?

Margarida Marques

pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Ceará

"A linguagem não é transparente. O sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo, no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (e reproduzidas)"

Pêcheux, 1988, citado por Kleber Mendonça

Insegurança, medo e violência. Certamente são estes os elementos que dão mote aos programas policiais. É do suposto sensacional que perpassa tais temas, que se orientam as escolhas da produção deste tipo de mídia. Elementos do nosso cotidiano que recebem tratamento estético e discursivo, adquirindo a dimensão de espetáculo da realidade. Dessa espetacularização que naturaliza e disfarça a exposição e humilhação de determinados segmentos sociais, fortalecendo estigmas e atentando contra os seus direitos como pessoas humanas, é que surge a necessidade do monitoramento dos programas policiais, debatendo também o controle social sobre os meios de comunicação.

É nessa perspectiva que o Fórum Cearense dos Direitos Humanos - FCDH se propôs a realizar o monitoramento dos chamados programas policiais, ciente de que o monitoramento é apenas o ponto de partida para um aprofundamento sobre esse tipo de mídia e um convite/provocação para uma corresponsabilidade de todos diante da necessidade de realizarmos um movimento capaz de construir uma outra comunicação, que seja promotora e não violadora de direitos humanos.

Como organização parte do FCDH, coube ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Cedeca-Ceará executar este projeto. O resultado deste trabalho, apresentado neste relatório/publicação, trouxe-nos a confirmação das hipóteses iniciais que o motivaram, mas, principalmente, evidenciou inúmeras outras questões que nos indicam a necessidade de diálogo com distintos setores da sociedade, dada a amplitude e a complexidade dessas questões.

Ao tomar contato cotidiano com os programas gravados, nosso olhar e nossa percepção foram provocados a uma leitura muito mais aprofundada e sensível. As questões trazidas na veiculação desses programas envolvem uma reflexão sobre gênero, raça, geração, classe social, democratização dos meios de comunicação, representações sociais, opressão, direito à fala etc.

Um pequeno recorte se faz necessário, no sentido de justificar a importância de questionarmos as abordagens desses programas exibidos diariamente e em mais de um horário. É importante levar em conta que muitos outros pontos de luz podem se destacar da leitura de outros olha-

res que não somente os das organizações envolvidas com o monitoramento. Do nosso ponto de vista, os pontos de luz devem ser lançados sobre os seguintes aspectos:

O lugar do pobre na sociedade, o lugar do pobre nos meios de comunicação

Não há dúvida de que a maioria das imagens e dos fatos veiculados nesses programas retrata os mais pobres, seus lugares de moradia e seus modos de vida, paradoxalmente opostos aos que outros programas veiculam, como se mostrar a verdade nua e crua fosse exibir a pobreza e os pobres. Quase nenhuma leitura ou análise é feita do lugar e da condição da pobreza, como se fosse o mundo naturalmente e fatalmente dividido entre ricos e pobres. Portanto, descontextualizada, a pobreza é mostrada vinculada à violência, criando um sentimento de criminalização quase automático. A reiteração de imagens e vinculação com determinados bairros da periferia contribuem para reforçar o preconceito e a estigmatização desses territórios.

Como nos diz Loic Wacquant, “uma das características distintivas da marginalidade avançada é a propagação de estigma espacial, que desdenha das pessoas vindas dos bairros relegados”... E mais: “quando um distrito é visto amplamente como um “ninho de criminosos, onde só os detritos da sociedade podem tolerar viver, quando seu nome, para a imprensa e para a política, é sinônimo de vício e violência, o lugar é infectado e essa condição se sobrepõe ao estigma da pobreza e etnicidade. A desgraça pública que afeta essas áreas desvaloriza o sentido de ser de seus residentes e corrói seus laços sociais (Loic Wacquant em entrevista à revista Lasse, da associação de docentes da UFF, ano I, nº 2).

E por estarem vinculados à violência e ao crime, os pobres não são respeitados, como se fosse já um primeiro castigo de suas condições de “culpados”. Sendo assim, pode-se expor a dor, sem qualquer cuidado, sensibilidade. Pode-se até entrevistar uma mãe que chora seu filho assassinado, sem qualquer preocupação ou respeito aos seus sentimentos, e a ela perguntar se o filho tinha dívidas com o tráfico, se respondia por alguma coisa. Como se, além de terem suas dores e vidas expostas, elas ainda tenham que se sentir culpadas por seus filhos terem sido assassinados.

A categorização dos seres humanos e os que não têm direito a ter direitos

O discurso da maioria dos apresentadores dos programas policiais revela uma suposta autoridade ou “uma autorização” para classificar os indivíduos em categorias de importância e desimportância tal, de maneira que se possa justificar, por fim, o julgamento antecipado deles ou afirmar que presos não têm direitos ou dizer que “bandido bom é bandido morto”. Uma vez nessa condição de quem não deve ter direitos, o sujeito também perde identidade, perde sua história e é levado à condição de

não gente. A partir daí, reforça-se todo o discurso de uma linha ideológica de direita, na qual se prega desde a redução da idade penal, a homofobia e o racismo até a pena de morte. Além do mais, percebe-se, muitas vezes, a ridicularização ou a humilhação desses sujeitos, como se fosse isso a coisa mais natural e permitida de ser feita.

O uso da linguagem popular

Muitas vezes, a utilização de expressões de cunho popular ou de uma linguagem mais coloquial coloca o apresentador ou os repórteres supostamente mais próximos dos espectadores principais dos programas. No entanto, o que ocorre, em muitos dos casos, é que, a partir da linguagem do povo, o povo é ridicularizado.

O apresentador como juiz. A condenação antecipada

Em muitas das situações observadas, está presente essa condição do apresentador ou do repórter de se colocar como se fosse porta-voz da justiça e se achar no direito de fazer um julgamento. As pessoas são expostas a situações vexatórias como se, por suas condições de subalternidade, fossem assim obrigadas. A impressão que se tem diante de tais situações é a de que, além do tribunal que se estabelece de maneira subjetiva e invisível, há um elemento intrigante, que é a força, o poder da presença do profissional de comunicação, seja na condição de repórter seja na de âncora. Neste sentido, a câmera torna-se um elemento representativo do lugar do entrevistado e do lugar do entrevistador. O movimento do apresentador levantando um cartão vermelho é bastante simbólico dessa atuação, como se fosse autorizado a conceder uma condenação ou uma absolvição. “No entanto, se a mídia consegue ocupar um lugar social destinado à justiça, não se pode esquecer que os modos de funcionamento dessas duas instituições, bem como suas funções sociais, são bastante distintos. Essas diferenças podem, por sua vez, levar a consequências imprevistas na efetivação de um novo papel social autoconferido pela imprensa, originando assim problemas, como os casos de prejulgamentos da mídia ou o risco de calúnia e difamação, a partir de denúncias sem provas”, de acordo com Kleber Mendonça.

O pessoal dos direitos humanos

Outro exemplo do discurso conservador e de direita da maioria dos apresentadores destaca-se quando estes se referem aos que eles denominam de “o pessoal dos direitos humanos”, procurando, reiteradas vezes, cunhar o conceito de que os defensores de direitos humanos são a favor da impunidade, defendem bandidos, a partir da ideia cidadão versus bandido, pai de família versus bandido e policial versus bandido. Essa contraposição contribui para reforçar conceitos e ideias de isolamento do discurso de direitos humanos e, de maneira autoritária, impor, pelos meios disponíveis, uma hegemonia de um discurso que na sociedade tem servido para fortalecer uma cultura de intolerância e preconceito.

Apesar disso, esta mídia encontra audiência e se sustenta do ponto de vista de patrocínio comercial. A quem interessa manter uma programação que fomenta a intolerância, a homofobia, o preconceito, que criminaliza os pobres?

Nossos desafios pós-monitoramento

O que podemos enxergar para além da mídia policial? Ao longo do relatório, várias questões foram trazidas à reflexão. A análise dos programas policiais nos revela uma complexidade tal que se torna impossível uma só abordagem, uma só análise, uma só visão. É preciso montar um mosaico para tentarmos entender o papel que cumpre tal mídia, que, mesmo sendo o espaço onde os pobres mais aparecem, é também o espaço onde se processa um discurso de criminalização, de estigmatização da pobreza. Fortalecer um discurso que se contraponha ao discurso da intolerância é um dos desafios postos.

Devemos também nos indagar qual a motivação do profissional atuar de maneira a expor de forma vexatória o outro, a dor do outro, a privacidade do outro. Como se permite ser juiz e algoz daquele que não tem como defender-se? Essa questão envolve a formação do profissional e, portanto, deve comprometer as universidades, as empresas com a definição de critérios que sejam baseados numa construção respeitosa com aqueles de quem se pretende veicular histórias. Uma relação que deve ser transparente, sem coação, sem prejulgamento, sem exposição vexatória. O respeito ao que determina o Código de Ética dos Jornalistas é um dos caminhos para que se possa estabelecer esse outro tipo de relação.

O papel da escola

A grande audiência desses programas nos leva também a discutir o alcance do ponto de vista da faixa etária. Dessa maneira, como se dá a discussão dos conteúdos veiculados? Qual o papel da escola e dos educadores em relação a este tipo de mídia e como lidar com representações que estigmatizam, que fortalecem preconceitos contra determinados territórios e segmentos? A escola não pode se ausentar desse debate, sobretudo quando se trata da construção de uma cultura de paz, de valores, como a tolerância, a superação dos preconceitos e o respeito à diferença.

Às diversas organizações da sociedade civil e, em particular, às organizações de direitos humanos e que fazem o monitoramento das mídias, cabe a tarefa de debater com diferentes setores e atores da sociedade e do poder público, no sentido de que se estabeleçam pactos e princípios que visem à construção de uma comunicação para a promoção e efetivação de direitos humanos, ao fortalecimento das conquistas democráticas, ao acesso à produção e veiculação de informação e ao controle social dos meios de comunicação.

Neste sentido, este trabalho deve ser visto como ponto de partida e o enfrentamento das questões evidenciadas no monitoramento precisa ser pensado como de responsabilidade de todos os que lutam e querem construir uma sociedade com base em valores de ética e de respeito ao outro e não mais como fruto da utilização dos meios de comunicação como uma forma de poder sobre as classes subalternadas da sociedade. Esse é um caminho que se abre.

Margarida Marques é da coordenação colegiada e do eixo Direito à Participação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Ceará) .

